



# Unifesp 25 Anos Histórias e Reflexões

ANA NEMI • DANTE GALLIAN • MARIA ANGÉLICA PEDRA MINHOTO  
(ORGANIZADORES)



## Unifesp 25 Anos: Histórias e Reflexões



Universidade Federal de São Paulo

*Reitora* Soraya Soubhi Smali  
*Vice-reitor* Nelson Sass



Editora Unifesp

*Diretora* Cynthia Andersen Sarti  
*Conselho Editorial* Cynthia Andersen Sarti (presidente)  
André Medina Carone  
Bruno Feitler  
Esther Solano  
Francisco Foot Hardman  
Gabriel Cohn  
José Castilho Marques Neto  
Letícia Squeff  
Mauro Aquiles La Scalea  
Paulo Schor  
Valéria Petri



Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo

*Diretor Presidente* Jair Ribeiro Chagas  
*Diretora Vice-presidente* Maria José da Silva Fernandes  
*Diretor Financeiro e de Captação* Ricardo Pimenta Bertolla  
*Diretor Administrativo* Luiz Jurandir Simões de Araújo  
*Diretora de Ensino* Roseli Mieko Yamamoto Nomura  
*Diretora de Publicações* Cynthia Andersen Sarti  
*Diretor de Pesquisa* Ivarne Luis dos Santos Tersariol

# Unifesp 25 Anos Histórias e Reflexões

ANA NEMI • DANTE GALLIAN • MARIA ANGÉLICA PEDRA MINHOTO  
(ORGANIZADORES)



Copyright © 2020 by Organizadores

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Unifesp 25 anos [livro eletrônico]: histórias e reflexões / Ana Nemi, Dante Gallian, Maria Angélica Pedra Minhoto (organizadores.). -- São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

ePUB3

Convertido do livro impresso.

ISBN 978-65-5632-002-1

1. Universidade Federal de São Paulo – História. 2. Universidades e faculdades públicas – História – São Paulo (Estado). I. Nemi, Ana Lúcia Lana. II. Gallian, Dante Marcello Claramonte, 1966-. III. Minhoto, Maria Angélica Pedra. IV. Título.

CDD 378.8161

---

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

Editora associada à  Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Direitos reservados à

EDITORA UNIFESP

Universidade Federal de São Paulo

Rua Sena Madureira, 1500 – 5<sup>o</sup> andar

Vila Clementino – São Paulo – SP – 04021-001

(11) 5576-4848 ramal 8393

[www.editoraunifesp.com.br](http://www.editoraunifesp.com.br)

 @EditoraUnifesp

 @EditoraUnifesp

 @editoraunifesp

**Impresso no Brasil 2020**  
**Foi feito o depósito legal**

*Dos perigos que resultam do não atendimento do homem no que tem ele de humano, aí estão, à vista, as chamadas doenças sociais modernas, doenças da civilização contemporânea. À medida que se verifica o desenvolvimento econômico, [...] à medida que a ordem social se esteia na abundância de meios, à medida que se artificializa a vida, mais numerosos e graves se mostram os sinais de deterioração do indivíduo e da própria sociedade humana. É que, imerso em toneladas de produção escrava do tempo cronometrado, envolvido em toda a rede de interesses materiais, ignorante de suas próprias possibilidades ou impedido de aproveitá-las, sentindo esvaziada a vida de motivações que lhe parecem válidas, sofredamente frustrado e perigosamente angustiado, rompe o homem os seus compromissos com a ordem e lança-se, entre desorientado e*

*alienado, à fuga de si próprio e de sua sociedade; e eis então  
constituído o drama trágico dos povos desenvolvidos [...].*

Marcos Lindenberg, Reitor da primeira UFSP, afastado  
pela Ditadura em 1964



# Sumário

Apresentação • *Ana Nemi, Dante Gallian e Maria Angélica Pedra Minhoto*

## PARTE I. ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE UMA HISTÓRIA DE 25 ANOS

1. As Várias Fases e Faces de um Sonho: a Transformação da epm em Unifesp • *Dante Gallian*
2. Nós Temos um Sonho e um Projeto de Universidade: 25 Anos de Unifesp • *Soraya Soubhi Smaili*
3. A Experiência do Hospital São Paulo nos Processos de Expansão da Unifesp: Conquistando Espaços, Reinventando a Pesquisa • *Ana Nemi*

## PARTE II. MUITOS CAMPI, HISTÓRIAS DISTINTAS E ARTICULADAS

1. O Campus São Paulo: um Pouco de História • *Alexandre Pazetto Balsanelli, Beatriz Amaral de Castilho, Fulvio Alexandre Scorza, Janine Schirmer, Manoel João Batista Castello Girão e Rosana Fiorini Puccini*
2. O Campus Baixada Santista da Unifesp: Compromisso Social, Expansão e Inovação em Perspectiva Histórica • *Gustavo Fernandes Camargo Fonseca, Nancy Ramacciotti Monteiro, Nildo Alves Batista, Odair Aguiar Junior, Regina Célia Spadari e Sylvia Helena Batista*

3. O Campus Diadema • *Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF)*
4. A Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Presença Comprometida, Conhecimento Transformador • *Janes Jorge, Magali Aparecida Silvestre e Marcos Cezar de Freitas*
5. Gente que Faz na Cidade da Inovação: 12 Anos do Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp • *Horacio Hideki Yanasse, Luiz Leduíno de Salles Neto e Regiane Albertini de Carvalho*
6. O Campus Osasco e a EPPEN sob a Ótica da Inclusão Social • *Cláudia Alessandra Tessari, Julio Cesar Zorzenon Costa, Luciana Massaro Onusic e Murilo Leal Pereira Neto*
7. Instituto das Cidades: Presença e Potencialidade da Universidade Pública na Periferia da Metrópole • *Gustavo Prieto e Marcos Xavier*

### PARTE III. OUSADIA E DIVERSIDADE

1. Ciência e Tecnologia nos 25 Anos da Unifesp • *Marimélia Porcionatto*
2. Formação de Professores para a Educação Básica na Unifesp: Desafios de um Projeto em Construção • *Célia Maria Benedicto Giglio, Maria Angélica Pedra Minhoto e Verilda Speridião Kluth*
3. Cultura e Direitos Humanos na Unifesp: Produção de Conhecimento e Ações em Diálogo e com a Sociedade • *Anderson da Silva Rosa, Andreia dos Santos Menezes, Debora Galvani, Edson Luís de Almeida Teles, Fabrício Gobetti Leonardi, Magnus Régios Dias da Silva e Raiane Patrícia Severino Assumpção*
4. Democracia e Participação na Unifesp: a Universidade como Laboratório de Inovações Democráticas • *Cláudia Alessandra Tessari, Gabriela de Brelaz, Izabel Meister, James Holston e Pedro Fiori Arantes*
5. Extensão: o Desafio da Construção de uma Universidade Atenta à Vida e ao Conhecimento que Pulsa Dentro e Fora Dela • *Andrea Barbosa e Rosângela Dantas de Oliveira*
6. Assistência Estudantil na Unifesp • *Anderson da Silva Rosa, Fernanda Miranda da Cruz e Juliana Garcia Cespedes*
7. Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão em uma Unidade Universitária Federal de Educação Básica • *Ana Paula Santiago do Nascimento, Bruna Breda,*

*Nádia Massagardi Caetano da Silva, Paula Fernandes Ferreira e Thaise Vieira de Araujo*

8. Direito, Democracia e Interesse Público: a Criação do Curso de Direito da Unifesp • *Daniel Campos de Carvalho e Iagê Zendron Miola*

#### PARTE IV. ALUNOS, PROFESSORES E SERVIDORES: LUTAS E CAMINHOS

1. Sindicato dos Trabalhadores da Unifesp (Sintunifesp): 41 Anos de Luta por Melhores Condições de Trabalho e por uma Universidade Comprometida com a População • *Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Técnico-Administrativos da Unifesp (Sintunifesp)*
2. Expansão da Unifesp: Inclusão e Diversidade • *Iris Vitorino dos Santos e Muriel Cristina Vieira*
3. Adunifesp: Instrumento Docente para Construção dos Direitos e da Democracia • *Alberto Handfas e Fábio Venturini*
4. Adunifesp e os 25 Anos da Unifesp: Memórias de Movimentos e Fatos • *Rosemarie Andreazza*

Referências Bibliográficas

Linha do Tempo

Fotografias

# Apresentação

ANA NEMI • DANTE GALLIAN • MARIA ANGÉLICA PEDRA MINHOTO

ESTE LIVRO TRAZ UM CONJUNTO DE REFLEXÕES acerca dos anos situados entre 1994, quando a Escola Paulista de Medicina (EPM) se tornou Universidade, e os dias de hoje, quando o enraizamento da Unifesp em cidades do estado de São Paulo se tornou uma realidade, além de destacar experiências vividas pela comunidade que evidenciam seus diálogos com a sociedade e a expansão de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão. Todos os seus autores são servidores ou alunos da Unifesp.

Na Parte I, “Origens e Transformações: Reflexões sobre uma História de 25 Anos”, são apresentados e discutidos aspectos históricos que levaram a EPM a se tornar uma Universidade.

No Capítulo 1 dessa parte, intitulado “As Várias Fases e Faces de um Sonho: a Transformação da EPM em Unifesp”, Dante Gallian articula depoimentos recolhidos ao longo da trajetória de oralista do autor com a documentação disponível no CEHFI/Unifesp, a fim de mostrar a história das lutas pela edificação de uma universidade em meio às atividades de assistência à saúde e pesquisa desenvolvidas na instituição.

No Capítulo 2, intitulado “Nós Temos um Sonho e um Projeto de Universidade: 25 Anos de Unifesp”, a reitora da Unifesp, Soraya Smaili, aborda o caráter singular de criação e desenvolvimento da Unifesp, a partir do seu núcleo originário, a Escola Paulista de Medicina, mostrando como o “sonho” de uma universidade se concretizou num projeto dinâmico e inovador, em permanente construção e comprometido com a excelência acadêmica, em equilíbrio com uma perspectiva democrática, inclusiva e de responsabilidade social. Como complemento, a reitora traz algumas considerações pertinentes ao momento crítico em que se comemoram esses 25 anos, marcado pela pandemia da Covid-19, destacando os desafios que estão sendo enfrentados.

O Capítulo 3, “A Experiência do Hospital São Paulo nos Processos de Expansão da Unifesp: Conquistando Espaços, Reinventando a Pesquisa”, escrito por Ana Nemi, faz uma retrospectiva histórica da experiência do Hospital São Paulo (HSP) nos processos de expansão da Unifesp. Partindo dos constantes desafios relacionados ao financiamento e à manutenção das atividades do HSP, considerado o coração da EPM desde sua fundação, a autora evidencia as imbricações público-privadas que marcam as relações entre Hospital e Escola no âmbito do modelo previdenciário de atendimento à saúde que prevaleceu no país. Ao longo do texto, recupera momentos marcantes – como a federalização da EPM, a criação da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e a expansão do HSP, com a criação de institutos a ele vinculados – que, por caminhos diversos, levaram à ampliação do atendimento e ao fortalecimento da pesquisa e do ensino na área da saúde. Finaliza a narrativa instigando o leitor à reflexão sobre o futuro dessa experiência, especialmente no que diz respeito à pesquisa, interpelando as promissoras possibilidades contidas na articulação entre o desenvolvimento científico em saúde e os demais campos do conhecimento, trazidos efetivamente ao debate com a expansão da Universidade na primeira década do século XXI.

Na Parte II, “Muitos *Campi*, Histórias Distintas e Articuladas”, o leitor é convidado a conhecer a trajetória dos *campi* que compõem a Unifesp, seus cursos e suas atividades.

No Capítulo 1 dessa segunda parte, os professores Alexandre Pazetto Balsanelli, Beatriz Amaral de Castilho, Fulvio Alexandre Scorza, Janine Schirmer, Manoel João Batista Castello Girão e Rosana Fiorini Puccini, atuais

gestores das unidades universitárias e da administração do *Campus* São Paulo, fazem um balanço histórico das Escolas que constituíram o núcleo inicial da Unifesp, destacando os desafios encontrados ao longo de suas trajetórias, assim como o caráter inovador e empreendedor que deram a marca identitária à futura Universidade. Descrevendo o processo de reinvenção institucional demandado pelo processo de expansão da universidade, os autores apresentam o desafio de configuração estatutária, assim como a readequação administrativa e acadêmica que caracterizou a história recente do *Campus* São Paulo. Os autores destacam também o caráter pioneiro e o compromisso com um projeto educacional que abarca os cinco cursos de graduação e os diversos programas de graduação em amplo diálogo com as demandas do cuidado e da pesquisa em saúde, destacando o papel do Hospital Universitário (HSP) nesse contexto.

O Capítulo 2, “O *Campus* Baixada Santista da Unifesp: Compromisso Social, Expansão e Inovação em Perspectiva Histórica”, escrito por Gustavo Fernandes Camargo Fonseca, Nancy Ramacciotti Monteiro, Nildo Alves Batista, Odair Aguiar Junior, Regina Célia Spadari e Sylvia Helena Batista, faz um relato da instalação e do desenvolvimento do *Campus* Baixada Santista, iniciativa que inaugura a recente expansão da Unifesp. Nele, estão ressaltadas a luta e a demanda históricas da região pela presença da universidade pública, além do trabalho conjunto com os municípios da região a favor da vida e dos direitos de suas populações. A partir desse contexto, os autores narram ações variadas de formação na primeira unidade instalada, o Instituto Saúde e Sociedade (ISS), cujos pilares estão sistematizados em um Projeto Político-Pedagógico inovador: a educação interprofissional em saúde, o diálogo fértil entre conhecimentos acadêmico-científicos e saberes da prática e populares e a defesa de políticas públicas e sociais. A trajetória de expansão também ganha materialidade com a inauguração de uma segunda unidade, o Instituto do Mar (IMar), que amplia o compromisso social da instituição com as demandas locais. Como perspectivas futuras, os autores avaliam que o atual cenário político, econômico e social do país impõe desafios para a realização do planejado, seja em relação à sustentabilidade das atividades, à ampliação do corpo docente e técnico-administrativo ou às condições para a permanência dos estudantes. Ao final, consideram que o caminho para a superação precisa ser trilhado na fecunda relação entre universidade e

sociedade e na ética que imbrica tradição, inovação e transformação, princípios subjacentes ao desenvolvimento do próprio *campus*.

No Capítulo 3, “O *Campus* Diadema”, os autores informam sobre o processo de implantação do *campus* referido ao mesmo tempo que destacam a sua vocação para as ciências naturais e exatas. O enraizamento do *campus* na Região Metropolitana de São Paulo, argumento forte no artigo, considerando suas possibilidades de impactar positivamente os seus indicadores socioeconômicos, é demonstrado pelas relações entre os cursos oferecidos, pela capacidade de adaptação às novas tecnologias e pela integração com seu entorno.

No Capítulo 4, intitulado “A Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Presença Comprometida, Conhecimento Transformador”, os professores Janes Jorge, Magali Aparecida Silvestre e Marcos Cezar de Freitas apresentam ao leitor a história da criação e constituição do *Campus* Guarulhos da Unifesp, destacando sua vocação integrativa e estimuladora do entorno geográfico e social. Sem pretender um levantamento sistemático, os autores ressaltam, principalmente, o impacto social da implantação do *campus* numa região periférica e carente do grande e importante polo urbanístico de Guarulhos, mostrando como essa Escola vem assumindo o desafio de articular ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento humano no âmbito local ou regional. Constituindo um *campus* da área das ciências humanas e sociais, Guarulhos, mostram os autores, por meio de dezenas de projetos de extensão, desenvolve um trabalho pioneiro e inspirador de interação entre formação profissional, pesquisa e ação social, que aponta caminhos não apenas para a própria Unifesp, mas para todo o contexto universitário brasileiro.

No Capítulo 5, “Gente que Faz na Cidade da Inovação: 12 Anos do Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp”, Horacio Hideki Yanasse, Luiz Leduíno de Salles Neto e Regiane Albertini de Carvalho apresentam o contexto histórico de criação do *Campus* São José dos Campos e de seu Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), ressaltando a importância das demandas locais pela presença da universidade pública, as proposições iniciais de professores da EPM em torno do perfil dos cursos de graduação a serem oferecidos e as tratativas institucionais com o poder público local e o Ministério da Educação (MEC) para a abertura dos dois primeiros cursos de graduação: os Bacharelados em Ciência da Computação (2007) e em Matemática

Computacional (2008). Apesar do pequeno crescimento do *campus* no período do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), os autores destacam a proatividade dos primeiros docentes contratados e o seu engajamento na elaboração de um projeto próprio de expansão, que veio à luz em meados de 2009, dando ensejo à abertura do primeiro Bacharelado Interdisciplinar (BI) da Unifesp: o Bacharelado em Ciência e Tecnologia. O curso, a exemplo de outros BI brasileiros, constitui trajetória necessária ao acesso às graduações existentes, inclusive às que se abriram com a expansão do ICT, ainda que essa nova modalidade de formação e organização curricular tivesse sido motivo de críticas e debates na comunidade acadêmica na época. Concluindo, os autores destacam o fortalecimento das atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além da participação do ICT no Parque Tecnológico, ressaltando que a força motriz do *campus* continua a ser a sua comunidade acadêmica.

O Capítulo 6, “O *Campus* Osasco e a EPPEN sob a Ótica da Inclusão Social”, escrito pelos professores Cláudia Alessandra Tessari, Julio Cesar Zorzenon Costa, Luciana Massaro Onusic e Murilo Leal Pereira Neto, apresenta o processo de criação e desenvolvimento do *Campus* Osasco e de sua Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), intrinsecamente vinculado às transformações socioeconômicas e tecnológicas que marcaram a Região Metropolitana de São Paulo na virada para o século XXI. De acordo com os autores, esse período ensejou a formação de profissionais, na área das ciências sociais aplicadas, sintonizados com uma nova realidade, mas também foi um período marcado pela pressão social e política de ampliação da inclusão universitária dos habitantes da região. Tendo em vista esse contexto, apresentam um balanço das atividades de ensino, extensão e pesquisa do *campus*, sempre articuladas à compreensão da realidade socioeconômica e ao favorecimento de diferentes formas de inclusão social, dando especial destaque ao período que se inaugura com o estabelecimento da Lei de Cotas. Concluem o texto afirmando que, apesar da juventude do *campus*, a EPPEN vem conseguindo concretizar seus objetivos precípuos de formação e fazer da sociedade do entorno protagonista efetiva nesse processo, ainda que ressaltem o desafio de continuar avançando ante uma realidade bastante adversa ao ensino público em virtude da indefinição de suas formas de financiamento.



O Capítulo 7, “Instituto das Cidades: Presença e Potencialidade da Universidade Pública na Periferia da Metrópole”, de Gustavo Prieto e Marcos Xavier, contextualiza o processo de abertura do *Campus Zona Leste* da Unifesp e de concepção do Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades (IC), ressaltando a intensa mobilização de movimentos sociais da região para consolidar esse projeto institucional. Merece destaque a reflexão dos autores sobre o papel da universidade pública contemporânea para a formação de um pensamento crítico sobre a cidade, que fundamente uma práxis urbana transformadora e contribua para viabilizar cidades mais solidárias, livres, diversas e socialmente justas.

Na Parte III, “Ousadia e Diversidade”, a comunidade apresenta reflexões sobre temas variados que estruturam a vida acadêmica.

No Capítulo 1 dessa parte, “Ciência e Tecnologia nos 25 Anos da Unifesp”, Marimélia Porcionatto enfrenta a difícil tarefa de selecionar algumas das principais realizações de pesquisadores em ciência e tecnologia e os impactos socioambientais dessa produção, ao longo dos 25 anos de Unifesp. Ressaltando o compromisso com a excelência na produção do conhecimento e na formação oferecidas, como marca ancestral da universidade, menciona o legado e a força específica da produção nas ciências da saúde e biológicas – presença quase exclusiva nos anos anteriores à transformação da EPM em Universidade –, mas põe em evidência o importante incremento trazido pelas outras áreas do conhecimento, que acompanhou a recente conversão institucional. Com foco em três grandes áreas – medicina; agricultura e pesca; e meio ambiente e clima –, a autora destaca pesquisas reconhecidas sobre o HIV, a sepse, doenças tropicais, marcadores tumorais, sequenciamento genético, aquecimento ambiental e desenvolvimento de materiais elétricos biodegradáveis. Por fim, ressalta as iniciativas de internacionalização, mostrando ainda como as atividades previstas para o futuro têm potencial de fortalecer a produção científica e tecnológica, bem como de ampliar os laços e o reconhecimento internacional da Unifesp.

O Capítulo 2, intitulado “Formação de Professores para a Educação Básica na Unifesp: Desafios de um Projeto em Construção”, escrito pelas professoras Célia Maria Benedicto Giglio, Maria Angélica Pedra Minhoto (do Departamento de Educação da EFLCH – Guarulhos) e Verilda Spiridião Kluth (do Departamento de Ciências Exatas e da Terra do ICAQF – Diadema), narra, numa perspectiva crítica da visão tradicional da docência para a escola elementar e

secundária, o percurso de implantação das Licenciaturas na Unifesp, iniciado em 2006. Partindo do contexto da confluência dos interesses sociais e políticos do estado que redundam no processo de expansão da Universidade, esse capítulo faz um interessante registro da memória de treze anos de história que redundam nos atuais nove cursos de Licenciatura – oito deles na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) – *Campus* Guarulhos e um no Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF) – *Campus* Diadema. Partindo dos registros históricos que demarcam a criação desses cursos, o capítulo apresenta o processo de implantação das Licenciaturas e as relações estabelecidas entre elas e os Bacharelados associados, problematizando as sucessivas aproximações de um modelo de formação de professores que tensiona a tradição de modelos que predominaram no cenário nacional até a edição de diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, em 2015. Nesse sentido, o capítulo aponta o papel pioneiro e inspirador nesse desenvolvimento que envolve o processo de formação em nível nacional.

No Capítulo 3, intitulado “Cultura e Direitos Humanos na Unifesp: Produção de Conhecimento e Ações em Diálogo e com a Sociedade”, Anderson da Silva Rosa, Andreia dos Santos Menezes, Debora Galvani, Edson Luís de Almeida Teles, Fabrício Gobetti Leonardi, Magnus Régios Dias da Silva e Raiane Patrícia Severino Assumpção fazem um importante balanço do desenvolvimento e impacto dos projetos de ações afirmativas que vêm sendo implementados na Unifesp. Mostrando que, a partir da criação da Coordenadoria de Direitos Humanos na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec), em 2015, um importante processo de articulações de propostas, diretrizes e ações foi desencadeado, os autores apontam como tal iniciativa possibilitou a construção de uma política de educação em direitos humanos na instituição, com a participação de todas as pró-reitorias e envolvendo todos os *campi*, com destaque para experiências como o Fórum da Associação dos Professores Indígenas de São Paulo (Fapisp), o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf) e o projeto sobre os “Crimes de Maio de 2006”, ocorridos na Baixada Santista. Esse capítulo mostra como essas pesquisas vêm possibilitando o desenvolvimento de metodologias, protocolos, bem como a realização de análises que têm contribuído com a consolidação da antropologia e arqueologia forense como áreas de conhecimento no Brasil, na perspectiva dos direitos humanos.

O Capítulo 4, “Democracia e Participação na Unifesp: a Universidade como Laboratório de Inovações Democráticas”, escrito por Cláudia Alessandra Tessari, Gabriela de Brelaz, Izabel Meister, James Holston e Pedro Fiori Arantes, contextualiza, inicialmente, o processo interno que levou à adoção do atual modelo de governança da Unifesp, baseado em princípios da democracia participativa. Os autores fazem uma breve reflexão sobre as relações de poder e a rígida hierarquia que marcaram historicamente as instituições universitárias, e, como contraponto, trazem o conceito de “universidade participativa”, a partir de duas experiências ocorridas na América Latina: a Reforma de Córdoba, no início do século xx, e as lutas pela Reforma no Brasil aliadas ao projeto de instalação da Universidade de Brasília (UNB), no início dos anos 1960. Após essa introdução, apresentam várias recentes iniciativas de exercício democrático na Unifesp, destacando as inovações em processos, espaços, sistemas e resultados. Finalizam reconhecendo que a experimentação democrática, a cultura de participação e a abertura da universidade para a sociedade não ocorrem sem embates e reveses; no entanto, em razão da conjuntura atual, avaliam que o papel desempenhado pelas instituições universitárias na transformação da sociedade está sob ameaça.

No Capítulo 5 dessa parte, intitulado “Extensão: o Desafio da Construção de uma Universidade Atenta à Vida e ao Conhecimento que Pulsa Dentro e Fora Dela”, Andrea Barbosa e Rosângela Dantas de Oliveira (ambas da EFLCH – *Campus Guarulhos*) abordam o tema da extensão universitária na Unifesp, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando diferentes vozes e problematizando o campo da extensão na nossa Universidade desde a sua expansão e conseqüente incorporação de novas epistemologias e atores sociais. Transitando entre um olhar retrospectivo e prospectivo, o capítulo começa por discutir o conceito de extensão universitária e seu desenvolvimento a partir das políticas públicas que o norteiam, enfocando em seguida como a expansão da Unifesp modificou a forma como esse pilar que ancora a atuação da universidade na sociedade vinha sendo desenvolvido na instituição. Seguindo nesse escopo, as autoras passam a discutir a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, citando algumas experiências realizadas na EFLCH – *Campus Guarulhos*, e concluem apresentando os desafios que se colocam para esse campo no momento atual na Unifesp, assim como na universidade pública brasileira em geral.

No Capítulo 6, “Assistência Estudantil na Unifesp”, Anderson da Silva Rosa, Fernanda Miranda da Cruz e Juliana Garcia Cespedes se debruçam sobre a legislação e os projetos recentes que ancoram ações afirmativas de assistência estudantil. A discussão dessas políticas é exemplificada pelas práticas na Unifesp a partir da criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) em 2010. O debate sobre meritocracia em oposição à inclusão social é bastante aprofundado com base nos dados construídos na experiência da Prae/Unifesp, e o desenho final permite afirmar os bons resultados das políticas de permanência incidindo sobre a qualidade do desempenho dos alunos.

O Capítulo 7, intitulado “Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão em uma Unidade Universitária Federal de Educação Básica”, escrito por Ana Paula Santiago do Nascimento, Bruna Breda, Nádia Massagardi Caetano da Silva, Paula Fernandes Ferreira e Thaise Vieira de Araujo, relata a trajetória histórica da “Paulistinha”, desde seu início, em 1971, como iniciativa da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) até o momento atual, destacando as grandes transformações pelas quais ela foi passando, particularmente na articulação com a evolução das políticas públicas relacionadas à educação básica e infantil e com o processo de criação e expansão da Unifesp nos últimos 25 anos. Destacando seu processo de amadurecimento e autonomia no contexto da universidade, as autoras apontam as conquistas realizadas no âmbito do desenvolvimento de um projeto pedagógico de qualidade e o importante papel desempenhado na articulação com os campos da pesquisa, extensão e estágio no interior da instituição. Por fim, o capítulo procura apresentar como o NEI-Paulistinha, agora presente para além do *Campus* São Paulo, se estabelece como núcleo promotor e produtor de conhecimento no âmbito da educação, apontando novos rumos e perspectivas para o futuro.

O Capítulo 8, intitulado “Direito, Democracia e Interesse Público: a Criação do Curso de Direito da Unifesp”, escrito pelos professores Daniel Campos de Carvalho e Iagê Zendron Miola, destaca os sentidos políticos e sociais do desenvolvimento de pesquisas jurídicas sob a ótica da expansão da universidade pública. Os autores apresentam dados sobre cursos de Direito no Brasil e aproximam a experiência da Unifesp dos processos de democratização brasileira, informando sobre seus egressos, a distribuição de disciplinas do curso e os esforços de flexibilização formativa.

Na Parte IV, “Alunos, Professores e Servidores: Lutas e Caminhos”, as agremiações que representam os membros da comunidade são convidadas a refletir sobre a história e o futuro da instituição.

No Capítulo 1 dessa parte, “Sindicato dos Trabalhadores da Unifesp (Sintunifesp): 41 Anos de Luta por Melhores Condições de Trabalho e por uma Universidade Comprometida com a População”, a diretoria do Sintunifesp nos apresenta um resumo das suas lutas, destacando depoimentos de importantes servidores que marcaram sua trajetória e as dificuldades de construir uma identidade para a categoria em função do hibridismo que resulta das relações público-privadas entre a Unifesp e a SPDM, gestora do HSP. Dessa forma, o texto debate a estruturação da carreira dos servidores, desde os primórdios das ações sindicais, localizadas nos anos 1970, passando pelos momentos de absorção de trabalhadores do Hospital pela folha da EPM até os caminhos traçados em meio à edificação do Sistema Único de Saúde (SUS), à expansão da Unifesp no início do século XXI e às lutas pela flexibilização da jornada de trabalho. O texto destaca o protagonismo das mulheres nas atividades da entidade como um dos pilares de sua história.

O Capítulo 2, “Expansão da Unifesp: Inclusão e Diversidade”, foi escrito por duas alunas da EFLCH-Unifesp, Iris Vitorino dos Santos e Muriel Cristina Vieira. Elas nos apresentam uma história de suas vidas que se articula com os processos de expansão das universidades públicas nos inícios do século XXI. As alunas destacam as fases da expansão, entre interiorização, reestruturação, desenvolvimento regional e a criação de programas especiais, nomeadamente aqueles voltados para a entrada e permanência de minorias.

No Capítulo 3, “Adunifesp: Instrumento Docente para Construção dos Direitos e da Democracia”, os autores Alberto Handfás e Fábio Venturini inserem a entidade nos debates recentes acerca da institucionalidade democrática, quebrada, segundo destacam, em 2016, e cuja reorganização exige atenção do sindicato e dos professores das universidades públicas, dado que o que está em jogo é a sobrevivência de instituições públicas e da carreira docente conforme foi construída nas últimas décadas.

Encerrando essa parte do livro, o capítulo 4 enfoca a trajetória da Adunifesp, a Associação dos Docentes da Unifesp. Em tom memorialista, a professora Rosemarie Andreazza, primeira mulher a dirigir a entidade, aponta em “Adunifesp e os 25 Anos da Unifesp: Memórias de Movimentos e Fatos” a grande importância que a Associação desempenhou não só na luta

por assegurar os direitos e as conquistas da classe docente, como também pela universidade como um todo, em seu compromisso por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Partindo de suas origens, como ADEPM, a autora vai traçando um amplo panorama de memórias e fatos que cobrem 44 anos de trajetória, ressaltando suas diversas fases e interações com os diferentes momentos da história da universidade e da vida política e social do país.

## **PARTE I**

# ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE UMA HISTÓRIA DE 25 ANOS

# 1

## As Várias Fases e Faces de um Sonho: a Transformação da EPM em Unifesp

DANTE GALLIAN

Um Sonho que, Finalmente, se Torna Realidade

ÀS 20 HORAS DO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 1994, no Teatro Marcos Lindenberg, segundo andar do Edifício dos Anfiteatros (rua Botucatu, 862), era iniciada a sessão solene da Congregação da Escola Paulista de Medicina (EPM) que, com a presença do ministro da Educação e do Desporto, Murílio Hingel, do vice-prefeito da cidade de São Paulo, Solon Borges dos Reis, do reitor da Universidade de São Paulo (USP), Flávio Fava de Moraes, do reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Newton Lima Neto, e de outras autoridades, sob a presidência do diretor Manuel Lopes dos Santos, transformaria oficialmente a até então Escola Paulista de Medicina (EPM) em



Universidade Federal de São Paulo (UFSP), conforme determinava a Lei n. 8.957, de 15 de dezembro de 1994.

Abertos os trabalhos, a palavra foi dada ao Prof. Dr. Claudio Sampaio, que, em nome da Congregação da EPM, leu a “Saudação de Instauração da Universidade Federal de São Paulo”<sup>1</sup>. Tal ato, que encerrava os trabalhos da Congregação da EPM, transformando-a assim em Conselho Universitário, apresentava-se como um desses momentos privilegiados em que se tem a oportunidade de se “plasmear a memória”, de engendrar imagens que abarquem o significado histórico do fato e, ao mesmo tempo, que determinem um sentido ao curso dos acontecimentos<sup>2</sup>. Ainda que muito provavelmente o Dr. Claudio Sampaio, médico formado pela Escola em 1967 e professor titular da disciplina de Bioquímica, não tivesse plena consciência do poder referencial que suas palavras podiam engendrar no âmbito da memória histórica institucional, o apelo às imagens icônicas apresentou-se aqui como algo quase instintivo e inevitável. E, nesse caso, a imagem escolhida foi a do sonho: “Saudar um sonho que se torna realidade é uma tarefa difícil”, escrevia Sampaio logo no início da sua “Saudação”.

Com maior ou menor grau de consciência, o uso das palavras nunca é fortuito, ainda mais em ocasiões especiais como essa. A palavra *sonho* nos remete quase sempre a dois significados: 1. imagens e situações que nos aparecem durante o sono e que, em geral, escapam à lógica racional; 2. expressão de um desejo, de um projeto, individual ou coletivo, muito significativo e cujo objetivo é, por vezes, distante, difícil de alcançar. No contexto de sua “Saudação”, Sampaio usa a palavra *sonho* claramente nesse segundo sentido. Para ele, o momento que se celebrava era justamente o da *realização de um sonho*; um *sonho* longamente gestado, nascido no coração e na mente de alguns fundadores ou colaboradores de primeira hora da EPM e que, “como todo sonho, foi inicialmente rejeitado com muita rapidez”<sup>3</sup>, mas que agora, finalmente, depois de inúmeros empecilhos, obstáculos e ameaças, cumpria-se, tornava-se real.

Em sua “Saudação”, Sampaio invoca a memória do Prof. Marcos Lindenberg, um dos 33 fundadores da EPM em 1933 e que, no início dos anos 1960, como diretor da Escola, conduziu o processo de incorporação desta à UFSP, que deveria congrega uma série de instituições de ensino superior isoladas espalhadas por todo o estado:

A ascética figura do Prof. Marcos Lindenberg, no auditório que leva seu nome, adiciona um sabor especial a essa cerimônia. Se eu acreditasse em espíritos vagando, aqui e agora seria a hora de encontrar Marcos Lindenberg. Há mais de trinta anos atrás sentado com Prof. Lindenberg em uma poltrona de couro gasto na antessala da diretoria, ouvi dele suas ideias de uma nova Universidade. Na época não sabia se era um projeto ou um sonho irreal. Na Escola Paulista de então quase todos eram contra, não era a hora e a vez daquela Universidade. Mas aquele projeto ou sonho me encantou. Não lembro das ideias específicas, só da sua voz rouca no fim de um dia de trabalho; só guardo lembrança do sonho<sup>4</sup>.

Concretizado em dezembro de 1960, o “sonho” do Prof. Lindenberg muito rapidamente se transformaria em pesadelo, e de curta duração: a recém-criada UFSP seria extinta por um decreto do Governo Militar em abril de 1964 e, na sequência, Prof. Lindenberg teria seu cargo cassado, por ser suspeito de “ideias subversivas”, assim como todos os outros líderes envolvidos naquele “sonho”.

A Universidade se foi, “o sonho porém ficou”, afirmava Sampaio: “O projeto de uma Universidade centralizada na área biológica começou a germinar lentamente e, já no início da década de 70, seria novamente um sonho e ele começaria a se espalhar pela Escola”<sup>5</sup>.

Interessante notar como, de maneira muito sutil e feliz, a imagem escolhida por Sampaio para caracterizar o projeto da Unifesp (o *sonho*) começa a se imbricar com outra imagem já bastante associada à história da EPM: a da *árvore de boa semente plantada*<sup>6</sup>. Pois aqui o *sonho* ganha uma qualidade “biológica”, própria das plantas, das árvores: ele *germina*.

O recurso discursivo utilizado por Sampaio reforça, portanto, no plano imagético, aquilo que o orador parece defender no plano argumentativo: a ideia de que a Universidade que então se inaugurava era um *sonho* que dormia latente já na *semente* da Escola, desde o momento em que esta foi *lançada em solo propício*. E que só agora, depois de mais de sessenta anos de vicissitudes, pôde, finalmente, *germinar e desabrochar*.

\* \* \*

O processo histórico que determinou a transformação da EPM (fundada em 1933 como instituição privada de ensino e federalizada em 1956) em UFSP, em 1994, já foi descrito e analisado em diversos momentos por diversos autores,

ainda que de forma panorâmica e episódica<sup>7</sup>. Fundamentados nos documentos oficiais (atas da Congregação da EPM e demais instâncias deliberativas da instituição; projetos e decretos de lei de âmbito governamental) e em relatos memorialísticos de membros da Escola (docentes e funcionários com cargos de gestão) envolvidos direta ou indiretamente no processo, coletados ao longo das últimas décadas, foi e tem sido possível delinear, de forma razoavelmente segura, as etapas e as motivações mais evidentes desse acontecimento histórico. Ao nos vermos, entretanto, diante da oportunidade de uma revisitação histórica, em função do aniversário de 25 anos dessa transformação, levando em conta as especificidades e desafios do momento presente, nos pareceu que, para além de uma justificável e necessária revisão cronológico-factual, uma análise que privilegiasse, de alguma forma, as dimensões mais simbólicas do fenômeno não só poderia ser mais original como também oportuna. Em tempos obscuros como os que estamos vivendo – tempo marcado pela desqualificação não só da universidade pública, mas do próprio conhecimento crítico e livre –, destacar, sem perder, obviamente, a medida do senso crítico, os aspectos ideais humanistas e humanizadores dos sonhos e projetos culturais civilizatórios que se expressam potencialmente em forma de imagens simbólicas mobilizadoras e evocativas possibilita, a nosso ver, a construção de uma história comprometida com esses mesmos valores, promotores de uma sociedade livre e democrática. Assim, conscientes da intencionalidade ideológica das nossas escolhas como historiadores, propomos aqui uma abordagem peculiar do processo de transformação/criação da Unifesp a partir da EPM. Nossa intenção é, portanto, investigar em que medida, no imaginário coletivo de uma parcela da comunidade *epemista* (minoritária, arriscamos dizer com bastante segurança), a ideia da Universidade apresentava-se como um *projeto*, um *sonho* intrínseco à própria concepção original da Escola; *projeto* ou *sonho*, inclusive, que acabou por determinar e garantir o potencial de força e grandeza que caracterizou a dinâmica histórica da EPM.

## A Semente do Sonho na Semente da Escola

Mas voltemos à “Saudação” do Prof. Claudio Sampaio. Nesta, depois de evocar as dificuldades e vicissitudes para a realização do *sonho* que naquela ocasião (1960-1964) estava para se concretizar, mas que então se desvaneceu, tornando a reaparecer uma década depois, propõe na sequência, como vimos, uma espécie de “arqueologia onírica” da Universidade.

Apesar de ter evocado e quase invocado o espírito de Marcos Lindenberg, veículo concretizador do *sonho* universitário nos primórdios da década de 1960, Sampaio propõe, ainda que vagamente, que tal *sonho* viria de antes, dos tempos fundacionais:

Esquecida na Vila Clementino, ponderava o professor, a Escola Paulista de Medicina no seu início era pequena demais para estimular grandes ambições externas. Por isso cresceu livre, com um corporativismo reprimido, e pela própria essência de sua criação, a inteligência vinda de outros centros aqui encontrou espaço e se fundiu com quadros locais<sup>8</sup>.

Apesar de ter nascido “pequena demais para estimular grandes ambições externas”, a Escola já contava “no seu início” com elementos potenciais presentes “em sua própria essência”; elementos que, se talvez, num primeiro momento, estivessem “reprimidos” por um “corporativismo” ainda constrangedor, ali, desde “sua criação” já operavam em gestação, esperando a hora e a vez de se manifestarem.

De forma mais evocativa que explícita, Sampaio insinua a imagem do *sonho dentro da semente*; *sonho* que começava a se manifestar por meio de dois *grandes sonhadores* que ajudaram a forjar a EPM desde seus inícios: os professores Leal Prado e Ribeiro do Valle<sup>9</sup>.

No texto de sua “Saudação”, a menção a esses dois *tenazes sonhadores* reporta-se objetivamente à criação do curso Biomédico, em 1966, e à estruturação dos cursos de pós-graduação, na década de 1970; ambos, acontecimentos ocorridos após a malfadada aventura da UFSP, manifestação concreta do *sonho universitário epemista*. Entretanto, no contexto evocativo da argumentação onírica da “Saudação”, muitos são os elementos que apontam para essas duas figuras luminares dos primeiros tempos a manifestação primitiva do *sonho*.

Tal tese do *sonho presente na semente*, identificável de forma apenas evocativa nesse emblemático documento histórico, não parece ser originária do seu autor. Consciente ou inconscientemente, Sampaio acabou por

expressar aqui, em momento tão simbólico e oportuno, uma ideia ou visão histórica que, muito provavelmente, já vinha sendo elaborada e transmitida havia um bom tempo, constituindo uma imagem da memória coletiva institucional compartilhada, pelo menos, por uma parte da comunidade acadêmica.

Já ao resgatar a figura de Marcos Lindenberg, Sampaio refere-se a ele como um *sonhador* que *transmitia um sonho*, o que nos permite inferir que, para o autor da “Saudação”, por mais que o *sonho* da UFSP tivesse sido de Lindenberg, o sonho o transcendia e o antecipava. Sonhos desse tipo, que se identificam com projetos coletivos, só existem se puderem ser compartilhados e transmitidos. E cada um que o sonha acaba por sonhá-lo à sua maneira. O *sonho* da Universidade, portanto, não se origina em Lindenberg e tampouco acaba com ele.

Na “Introdução” que escreveu para o livro comemorativo *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos*, organizado pelo Prof. Jaime Rodrigues e publicado pela Editora Unifesp em 2008<sup>10</sup>, o Prof. Dr. Durval Rosa Borges, titular da disciplina de Hepatologia Experimental, pró-reitor de graduação entre 1995 e 1999 e um dos mais ativos memorialistas da EPM-Unifesp<sup>11</sup>, ao caracterizar o processo histórico de transformação de “uma escola privada de medicina em universidade pública”<sup>12</sup>, destaca o papel da criação do núcleo de pesquisa da Escola como um iniciativa pioneira que determinaria uma dinâmica absolutamente própria em sua história:

Convencidos, porém, da necessidade de permanecer em tempo integral na EPM organizaram o Laboratório de Farmacologia e Bioquímica que, em dezembro de 1947, foi instalado em sala anexa à Farmácia no segundo andar do Hospital São Paulo. [...] Em 1937 a EPM contratara o médico José Ribeiro do Valle (1908-2000) para ensinar farmacologia, e em 1943, o também médico mineiro José Leal Prado (1919-1987) para ensinar química fisiológica. Professores da área clínica aliavam o ensino ao empenho em construir, equipar e fazer funcionar o HSP. Os professores Valle e Leal completavam sua atividade didática com a de pesquisa, no Instituto Butantan. No período de cinco anos (1948-1953) o Laboratório desenvolveu-se a ponto de exigir instalações próprias e independentes e em meados de 1956 instalou-se em edifício próprio, o hoje denominado Edifício José Leal Prado. Neste ambiente Valle e Leal formaram equipes, buscaram financiamento e lideraram o desenvolvimento de duradouras linhas de pesquisa [...]. O Laboratório de Farmacologia e Bioquímica foi o núcleo da pesquisa na EPM e deu origem aos atuais departamentos de Bioquímica, de Farmacologia, de Biofísica e de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo<sup>13</sup>.

A percepção de alguns fundadores da importância do desenvolvimento de um núcleo de pesquisa das áreas básicas em consonância com a prática clínica exercitada em um hospital-escola caracterizava não apenas uma particular sensibilidade para as novas tendências do desenvolvimento da medicina e do seu ensino naquele momento histórico, como também demarcava o caráter pioneiro e inovador do projeto *epemista*. Para além dessa peculiaridade revolucionária dentro do campo estritamente médico, entretanto, essa visão ampla que deu forma à EPM trazia em si uma perspectiva claramente universitária já identificável, ainda que não declarada, em seus princípios.

Em entrevista concedida ao *Projeto 75×75: 75 Histórias de Vida para Comemorar os 75 Anos da epm-Unifesp*, Regina Celes de Rosa Stella, professora do Departamento de Bioquímica, que chegou a ser pró-reitora de graduação (1994-1995) e vice-reitora (1996-1998), ao falar de seus anos de formação na Escola, refere-se ao núcleo de pesquisa dos professores Leal Prado e Ribeiro do Valle, no qual chegou a estagiar por vários anos, como o “ponto inicial de um diálogo de caráter claramente universitário que, modestamente”, já antecipava a transformação da Escola em Universidade<sup>14</sup>.

Contemporânea de Durval Rosa Borges, Regina Stella, assim como ele, acabaria por se envolver fortemente com o processo de transformação da EPM em Unifesp nos anos 1990 e com sua expansão, na década seguinte. E é curioso notar como ambos evocam a filiação intelectual aos dois *pertinazes sonhadores* como um elemento decisivo em sua formação, definidor de sua maneira de pensar e de perceber a pertinência da ampliação do diálogo da medicina com outras áreas do saber, e não apenas com as ciências básicas.

Catharina Brandi e Therezinha Paiva, colaboradoras de primeira hora do famoso núcleo de pesquisa, mais tarde apelidado de *Pampulha*<sup>15</sup>, destacam a intensa atividade intelectual que se desenvolvia ali, onde, para além das discussões eminentemente científicas, eram comuns as conversas sobre temas culturais, envolvendo campos como história, filosofia, literatura... Para essas outras duas “discípulas”, o embrião da futura Universidade começou a se gestar, de alguma forma, naquela *Pampulha paulistana*<sup>16</sup>.

Ao nos debruçarmos sobre as narrativas da memória, colhidas por ocasião do *Projeto 75×75*, é possível constatar, entretanto, que o *embrião da Universidade* como *sonho e potência* não se limitava ao núcleo *mineiro* da EPM. Entrevistas como as de Raymundo Manno Vieira e Ésper Abrão Cavalheiro,

representantes de gerações diversas da Escola, porém ambos ligados ao Departamento de Anatomia, apontam para um outro foco de produção de pensamento que indicava essa mesma *potência universitária* que, de alguma forma, já se esboçava no Laboratório de Farmacologia e Bioquímica<sup>17</sup>.

Ricardo Luiz Smith, professor titular do Departamento de Anatomia, reforça o coro dos dois anteriormente citados, ao se referir à *Escola Locchiana*, núcleo informal de pensamento interdisciplinar criado pelo Prof. Renato Locchi, fundador da área de Anatomia na Escola, famoso não apenas por sua competência no campo específico de sua disciplina, mas também por seu vasto conhecimento da literatura filosófica<sup>18</sup>. Vieira, Cavaleiro e Smith são unânimes em afirmar a importância dessa *escola* no interior da Escola, não apenas na formação pessoal e acadêmica dos discípulos como também na difusão da “consciência do peso de uma visão eminentemente universitária no contexto da educação médica e científica”<sup>19</sup>.

E nas memórias destes que foram depositários e que, de alguma forma, contribuíram para a concretização do *sonho* da Universidade, um terceiro núcleo ainda é apontado. Regina Stella, em sua narrativa de história de vida, ao falar sobre o longo e conflituoso processo de transformação da EPM em Unifesp, cita os nomes dos professores Walter Leser e Magid Yunes<sup>20</sup>, que na década de 1950 foram os responsáveis pela criação do Departamento de Medicina Preventiva: “Foi o espaço inicial de integração com outras disciplinas, introduzindo docentes das Ciências Sociais. Por mais que isso fosse ainda muito incipiente, com pouco espaço de interação com outros departamentos”<sup>21</sup>.

Aprendemos com Halbwachs que a memória histórica é uma construção coletiva que recria o passado a partir das perspectivas e anseios do tempo presente e que, portanto, o historiador deve sempre interpretar de forma crítica as ideias e imagens produzidas pelo discurso memorialístico<sup>22</sup>. Concluir assim que o projeto da Universidade já estivesse efetivamente presente no próprio núcleo embrionário da EPM seria, mais do que arriscado, ingênuo. O que sim é possível deduzir, a partir das fontes memorialísticas (e apenas delas, pois a documentação oficial pesquisada não nos oferece nenhuma pista nesse sentido), é que a *percepção* (mais do que o *sonho*) de que a inserção da Escola numa estrutura mais ampla, universitária, apresentar-se-ia como algo necessário ou pelo menos desejável parece estar já presente

nas mentes e nos discursos de alguns professores e pesquisadores de primeira hora da Escola. Uma *percepção* ou *entendimento* que se desenvolvia de forma difusa e indeterminada, mas que, certamente, deve ter desempenhado papel decisivo no momento em que o *sonho* se manifesta em forma de projeto.

## ○ Sonho Evanescente: a UFSP

Fundada na forma de uma sociedade civil privada sem fins lucrativos em 1933, a EPM, em que pese sua concepção original e pioneira no âmbito do ensino médico no Brasil (e talvez por isso mesmo), encontrou, em seus primeiros anos, sérias dificuldades de manutenção financeira e sobrevivência<sup>23</sup>. Recursos advindos da cobrança de mensalidades, além de doações esporádicas, empréstimos e ajudas públicas intermitentes, logo se mostraram insuficientes para arcar com as despesas de uma escola de grande complexidade didática, dotada de laboratórios e núcleos de pesquisa e (desde 1936) de um hospital de caráter filantrópico mantido pela mesma sociedade civil. Após 23 anos de agruras e aflições econômicas, que não impediram, entretanto, seu crescimento prodigioso e a concretização de seu prestígio, a EPM seria, não sem grandes debates e crises, federalizada.

Em estudo criterioso e aprofundado, Ana Lúcia Nemi analisa em detalhe todo o processo que culminaria na federalização da EPM, em 21 de janeiro de 1956<sup>24</sup>. Como bem demonstra a historiadora, tal transformação se insere num contexto peculiar da história política, econômica e social do Brasil: a do nacional-desenvolvimentismo. Inaugurada no período do Estado Novo (1937-1945), a Era Desenvolvimentista, caracterizada pela participação ativa do Estado como promotor e financiador do desenvolvimento econômico e social da nação, se desdobraria pelos anos do pós-guerra, atingindo seu auge no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Entendendo os campos da saúde e da educação como estratégicos para o aceleração do progresso nacional, os ideólogos e gestores desse período fomentaram uma série de ações de promoção da saúde pública e ampliação do ensino, principalmente no nível superior. Assim, além da criação de novas universidades, uma série de instituições mistas ou privadas que se encontravam em situação crítica



foram sistematicamente encampadas ou federalizadas ao longo desses anos. A EPM, em situação de quase insolvência, encontrou na federalização uma solução de sobrevivência, além de determinar o início de uma nova fase em sua história.

Em seu estudo, Nemi problematiza, entretanto, a peculiaridade da federalização da EPM, já que suas “estruturas anexas”, como o Hospital São Paulo e a Escola de Enfermeiras, fundada em 1938, não seriam incluídas nesse processo, criando uma situação especial, cujas consequências do ponto de vista institucional e financeiro se desdobram até nossos dias. A Escola de Enfermagem viria a ser federalizada apenas em 1977, quando foi incorporada à EPM, e o Hospital manteve-se sob a tutela da mesma sociedade civil que foi criada para a fundação da Escola e que a partir da federalização desta passou a se chamar Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM).

Apesar das inúmeras dificuldades que essa “separação institucional” determinou na trajetória histórica da EPM (e, posteriormente, da Unifesp) assim como na da SPDM, a federalização possibilitou, indiscutivelmente, um aceleração no processo de desenvolvimento da Escola. Segundo Roberto Guimarães, responsável pelo relato historiográfico do livro comemorativo *A Universidade da Saúde: a Escola Paulista de Medicina 70 Anos (1933-2003)*, “a maior dedicação dos docentes [agora contratados como funcionários públicos federais, em regime de dedicação parcial ou exclusiva] possibilitou uma série de iniciativas nas áreas de pesquisa e ensino”<sup>25</sup>.

No mesmo ano da federalização, os Laboratórios de Bioquímica e Farmacologia, criados pelos professores Leal Prado e Ribeiro do Valle, são transferidos para um edifício próprio, especialmente construído para esse fim: o alcunhado *Pampulha*; referência não apenas à origem mineira dos professores responsáveis, mas também ao estilo arquitetônico de caráter modernista do prédio, semelhante aos recém-construídos na capital mineira e aos que estavam sendo edificadas em Brasília, de autoria de Oscar Niemeyer. Segundo Durval Rosa Borges, tal acontecimento marca a abertura de uma nova fase na história do desenvolvimento da pesquisa científica na Escola, reforçando sua vocação específica para um modelo diferenciado de instituição de ensino em saúde<sup>26</sup>. No ano seguinte, 1957, inaugurava-se o Programa de Residência Médica da EPM-HSP, iniciativa pioneira no país, que, segundo Roberto Guimarães, contribuiu fortemente para o “acelerado ritmo

de expansão acadêmico-científico”, característico desse período histórico da Escola.

Mas, se os efervescentes anos JK (1956-1961) desembocaram num período de grave crise econômica e política em nível nacional, a fase pós-federalização da EPM não deixou de se caracterizar também por graves e importantes acontecimentos, principalmente no tocante ao desenvolvimento do *sonho* universitário.

Em dezembro de 1960, pouco mais de um mês antes do término do mandato de Juscelino Kubitschek, acompanhando uma tendência característica do período, que tendia a reunir instituições de ensino superior isoladas (privadas, ou públicas municipais e estaduais) em estruturas universitárias federais, o Senado Federal aprovou a Lei n. 3.385, que criava a UFSP<sup>27</sup>.

Estabelecendo sua sede administrativa na cidade de São Carlos, a lei determinava a formação da nova Universidade Federal a partir da integração entre a Escola de Engenharia de São Carlos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André e... a Escola Paulista de Medicina.

Segundo Luigi Biondi, o principal mentor do projeto foi o deputado federal Lauro Monteiro da Cruz, “médico paulista, catedrático, ligado à EPM, da qual foi docente desde 1934 como titular da cadeira de Física Biológica, até 1949, quando foi eleito deputado federal – mantendo o vínculo com a escola até sua aposentadoria, em 1966”<sup>28</sup>. Se, em âmbito nacional, o projeto da UFSP se inseria nesse contexto de expansão da rede pública de ensino superior, no campo local a integração da EPM à nova estrutura universitária se relacionaria com a intensa discussão sobre sua própria manutenção e dotação de recursos, na esteira do processo de federalização. Comenta Biondi:

A federalização de 1956 tinha deixado rastros de forte oposição interna, sobretudo porque a maioria dos fundadores não queria ser englobada no sistema público e menos ainda no sistema público federal. Isso era entendido como uma redução de sua autonomia, e uma maioria consistente se identificava com o “partido lacerdiano” dos favoráveis ao ensino privado [...]. A conhecida escassez de fundos da Escola, porém, foi o elemento central que os levou a aceitar a contragosto a sua federalização<sup>29</sup>.

Ana Lúcia Nemi analisou mais detalhadamente, a partir das atas da Congregação da EPM, as disputas acirradas entre os favoráveis à federalização e aqueles que eram contrários. Ao final, em função do agravamento da crise financeira, a tese “federalista” acabou prevalecendo. Tudo indica, portanto, que foi no interior desse grupo, claramente capitaneado pelo *sonhador* Marcos Lindenberg, que foi surgindo a ideia, transformada em projeto de lei pelo Prof. Lauro Monteiro da Cruz, de integrar a EPM à nascente UFSP. Segundo Nemi, “o projeto evidencia as negociações de Lindenberg que articulavam a urgência da federalização do Hospital com a transformação da EPM em Universidade”<sup>30</sup>.

Marcos Lindenberg, então diretor da EPM, e o deputado Lauro Monteiro da Cruz, movimentaram-se para que a lei fosse efetivada e conseguiram transformar a composição da UFSP em relação ao seu projeto original: além da EPM e das acima citadas, fariam também parte da UFSP a Faculdade de Direito de Sorocaba, a Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, a Faculdade de Medicina de Campinas e o Conservatório Dramático Musical de São Paulo. As disputas políticas e os interesses municipais, cujos detalhes não cabe aqui aprofundar, retiraram do projeto a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba e a Escola de Engenharia de São Carlos. Esta última pertencia à USP, que não aceitou os termos da Lei 3.835. Mas o projeto defendido com o acordo de Marcos Lindenberg e Lauro Monteiro da Cruz, embora tenha sido aprovado pela Comissão de Educação e Cultura em 1961, e pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Fiscalização Financeira do Congresso Nacional em 1962, teria ainda que esperar para votação na Câmara até 1963<sup>31</sup>.

Contando com o apoio de Lauro Cruz e com o fato de até o momento ser a EPM a única das instituições isoladas a estar já federalizada, Marcos Lindenberg conseguiu articular mudanças na lei original e com isso transferir a sede provisória da UFSP de São Carlos para São Paulo e ainda determinar que a dotação orçamentária da Universidade fosse administrada pela EPM, sendo o Conselho Técnico Administrativo (CTA) desta transformado em Conselho de Curadores da UFSP<sup>32</sup>. O mesmo decreto, de maio de 1962, determinava que o então diretor da EPM (na ocasião, o próprio Marcos Lindenberg) ficava “incumbido de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo [...] podendo praticar todos os atos decorrentes do movimento da dotação orçamentária”<sup>33</sup>.

A partir dessa nova configuração, a posição da Congregação da EPM, até então majoritariamente contrária à integração desta à nova universidade,

sofreu uma mudança significativa, passando a apoiar o projeto, entendendo que dessa forma os anseios por uma maior autonomia vinham a ser atendidos. “Em tese”, como coloca Ana Lúcia Nemi, “a UFSP funcionava em São Paulo enquanto o *campus* em São Carlos não fosse construído e enquanto ela não fosse devidamente regulamentada”.

As coisas mudam de figura, entretanto, quando, no ano seguinte, dois novos decretos (53.372 e 53.373, ambos de 31 de dezembro de 1963)<sup>34</sup> determinam a constituição de um Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP, não mais identificado com o antigo CTA da EPM, e a transferência da sede administrativa da Universidade para a Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo, até sua definitiva instalação em São Carlos. Diante dessa perda de proeminência da EPM na estrutura da UFSP, um importante grupo da Congregação, capitaneado pelos professores Antônio Bernardes de Oliveira e Otto Bier, reivindica a saída imediata da Escola do projeto, desencadeando uma grave crise interna que, apresentando um forte tom ideológico, repercute, em grande medida, a radical polarização política que caracterizava a sociedade brasileira já nas vésperas do Golpe Militar.

Como bem pontua Ana Lúcia Nemi, o novo Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP foi constituído por apoiadores declarados das ideias reformistas do governo de João Goulart e passou a delinear um projeto de Universidade de cunho “fortemente desenvolvimentista”, identificado com perspectivas interdisciplinares e progressistas<sup>35</sup>. Em função da nova configuração delineada pelos decretos de 1963, Marcos Lindenberg pediria afastamento do cargo de diretor da EPM, para poder exercer exclusivamente as funções como reitor da UFSP. E, apesar de alegar “sobreposição de funções” para justificar sua decisão, tal posicionamento indicava “sua adesão incondicional ao projeto da UFSP”<sup>36</sup>. E, ainda que insistisse na ideia “de que tal projeto não feria a autonomia da EPM, mas, ao contrário, conferia à escola médica até então isolada maior capacidade de crescimento e desenvolvimento por meio da aproximação com outros campos de saber”<sup>37</sup>, acabou por encontrar uma forte oposição por parte dos setores mais conservadores da Congregação da EPM.

A questão da integração ou não da EPM à UFSP, entretanto, não seria decidida nas instâncias internas, nem da Escola, nem da Universidade. Com o Golpe Militar de 1964, novas diretrizes seriam adotadas por parte do

Governo Provisório e, identificada com “ideias esquerdizantes e claramente subversivas”, tanto por causa de seus propósitos como por causa de seus principais líderes e dirigentes, a UFSP teria seus conselhos dissolvidos e seu reitor exonerado, por meio do Decreto n. 53.885, de 13 de abril de 1964<sup>38</sup>. Estando prestes a se concretizar, o *sonho* se desvanece.

Poucos meses após a dissolução da UFSP, Marcos Lindenberg, já exonerado de suas funções de reitor, assim como da de professor da EPM, além de indiciado por um Inquérito Policial Interno, instaurado em sua própria Escola, em que seria denunciado por vários colegas, ainda tenta reagir, por meio de uma carta publicada nos jornais *Última Hora* e *Folha de S.Paulo*<sup>39</sup>, onde pergunta: “O que é feito da Universidade Federal de São Paulo?” Inconformado com o rumo dos acontecimentos políticos e considerando-se absolutamente injustiçado, Marcos Lindenberg, que estava longe de ser um “comunista” ou um “perigoso subversivo”, apela às novas autoridades, solicitando atenção especial ao caso da UFSP, crente “de que as responsabilidades maiores pelo sucedido não estão no alto comando da revolução”<sup>40</sup>. Claramente iludido em suas convicções idealistas, Lindenberg, apesar do choque terrível da realidade, continuava acreditando na continuidade do *sonho*.

Pouco tempo depois, entretanto, tanto Marcos Lindenberg quanto muitos outros que *ousaram sonhar o sonho* de uma Escola Paulista de Medicina integrante de uma Universidade comprometida com os ideais humanistas e progressistas acabariam por constatar sua impossibilidade. Os diversos Atos Institucionais, culminando no de número 9, que inaugurariam os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar, contribuiriam para matar o *sonho*, pelo menos por um bom tempo<sup>41</sup>.

Ao falarmos de *sonho* nesse contexto, entretanto, mais uma vez é preciso adotar uma perspectiva crítica e prudente. Identificar o *sonho* de Marcos Lindenberg com o *sonho epemista* da Universidade não seria uma ingenuidade? O que nos levaria a deduzir que o *sonho idealista* de um médico humanista corresponderia à concretização de um suposto *sonho* que se gestava difusa e indeterminadamente na *boa semente plantada*?

Partindo da documentação histórica e memorialística referente a esse período, é possível perceber que a ideia de uma Universidade que abarcasse a Escola aparece ainda como incipiente e minoritária. Os acalorados debates e

fortes oposições que se apresentam no contexto do projeto da UFSP mostram claramente que, apesar de o desenvolvimento dos *focos oníricos* que pudemos identificar na primeira geração da Escola já ganhar contornos mais definidos, o referido *sonho* evocado por Claudio Sampaio permanece como o *sonho de uns poucos*. E se ele parece ganhar força por um certo tempo é simplesmente por se apresentar como uma possibilidade pragmática de garantir a autonomia acadêmica e financeira da Escola. Ainda frágil e insuficientemente compartilhado pela comunidade *epemista*, o incipiente *sonho da Universidade* se desvanece junto com o sonho democrático e progressista de uma geração. O *sonho* de Lindenberg foi um sonho evanescente não apenas por causa do contexto político do país, mas porque parece que, pelo menos nesse momento da história da Escola, ele era ainda um sonho de poucos, de muito poucos.

## ○ Sonho Realista: Unifesp, a Universidade da Saúde

Mas voltemos, mais uma vez, à “Saudação” do Prof. Claudio Sampaio, quando da sessão solene que deu início ao Conselho Universitário da Unifesp:

A Universidade Federal de São Paulo do Prof. Lindenberg, que nascera em 1960, desapareceu nas trevas de 1964, sem nunca ter vivido, e junto, melancolicamente, foi-se o Prof. Lindenberg.

O sonho porém ficou.

O projeto de uma Universidade centralizada na área biológica começou a germinar lentamente e já no início da década de 70 seria novamente um sonho, e ele começou a se espalhar pela Escola<sup>42</sup>.

Os efeitos do Golpe Militar e dos primeiros anos do Regime de Exceção foram extremamente traumáticos para a comunidade *epemista*. Nesse contexto, a aventura da UFSP não poderia deixar de estar marcada por esse clima carregado de polarizações e perseguições políticas e ideológicas. Assim, se a ideia de transformar ou inserir a EPM numa estrutura universitária já era, antes, vista com desconfiança por uma boa parcela da comunidade docente, pode-se imaginar a disposição dos professores da Escola depois desse episódio.

Surpreendentemente, entretanto, como bem pontua Sampaio, o *sonho* volta a *germinar* já no início dos anos 1970, menos de uma década depois do *pesadelo ufsp*. E, dessa vez, “ele começou a se espalhar pela Escola”: “Como todo sonho, foi inicialmente rejeitado com rapidez, mas desta vez o sonho não era de um só, era de muitos. Fora dos muros da Escola Paulista de Medicina o sonho parecia alucinação, mas aqui ele transformou-se em projeto”<sup>43</sup>.

Ao nos debruçarmos sobre a documentação histórica, foi possível identificar o *projeto* ao qual se refere Sampaio.

No contexto da chamada Reforma Universitária orquestrada pelo Regime Militar, na esteira das mudanças provocadas pela então nova Constituição de 1967, em novembro de 1968 é sancionada pelo presidente Costa e Silva a Lei n. 5.540, que, entre outras providências, “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”<sup>44</sup>. No artigo 8º da referida lei, estabelece-se que

Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

Tal determinação que, no entender de um membro da Congregação da EPM, “condena as escolas isoladas”<sup>45</sup>, exigia uma tomada de posição por parte destas, a fim de decidirem seus destinos ou (o que evidentemente seria muito pior) os terem decididos por outrem. De repente, o *pesadelo* traumático da UFSP volta a aparecer no horizonte. Dessa vez, porém, céticos e sonhadores se unem, na intenção de encontrar uma via própria e adequada para conduzir a EPM à realidade universitária, procurando preservar, da melhor forma possível, sua identidade e autonomia.

No início dos anos 1970, a Congregação da Escola cria uma Comissão de Ensino e Pesquisa, a fim de elaborar um estudo preliminar sobre os “Objetivos e Destinos da EPM” diante das demandas determinadas pela Lei n. 5.540, de 1968. Em novembro de 1975, a Comissão, formada pelos professores Jesus Pan Chacon, Antônio C. M. Paiva, Octávio Ribeiro Ratto, Wilson da Silva Sasso e Mário Zucatto, apresenta um relatório apontando tópicos para discussão sobre os objetivos da Escola no âmbito do ensino,

pesquisa e prestação de serviços<sup>46</sup>. Na segunda parte desse relatório, ao se apontarem os “problemas básicos da EPM”, aparecem as seguintes perguntas:

1. A EPM deve permanecer como escola isolada?
2. Como deve ser orientado o crescimento da EPM?
  - 2.1. Apenas nas áreas das ciências biológicas e da saúde?
  - 2.2. Deve estender-se a outras áreas?
3. A EPM deve pleitear sua transformação em Universidade?
  - 3.1. Que tipo de Universidade?
4. A EPM deve integrar-se a uma Universidade?
  - 4.1. Universidade Federal de São Carlos?
  - 4.2. Universidade Júlio de Mesquita? [...]
6. Qual o destino da Escola Paulista de Enfermagem?
  - 6.1. Deve ou não ser incorporada à EPM?<sup>47</sup>

Tais perguntas levariam praticamente duas décadas para serem respondidas, assim como esses “problemas básicos da EPM” para serem resolvidos. Entrementes, uma longuíssima sequência de debates, estudos, relatórios, petições, gestões e decisões se sucederia, tanto no âmbito interno da Escola quanto nas instâncias legislativas e ministeriais do país. Se o *sonho* da Universidade havia por fim germinado, seu crescimento foi, entretanto, difícil e lento.

A partir da análise dos documentos oficiais e dos testemunhos memorialísticos dos que participaram mais ativamente do processo de transformação da EPM em Unifesp, é possível afirmar que este foi-se operando, concomitantemente, em pelo menos duas dimensões: 1. na do desenvolvimento interno da Escola no âmbito do ensino, da pesquisa e da assistência; 2. na da evolução da dinâmica legal e política, envolvendo agentes internos e externos.

Pouco mais de dois anos após a extinção da UFSP e a ratificação da EPM como instituição federal isolada de ensino superior, foi criado, em 1966, o curso de Ciências Biomédicas. Resultado do profícuo trabalho dos professores Ribeiro do Valle e Leal Prado a partir do núcleo de pesquisa em ciências básicas, o curso Biomédico (como ficaria mais conhecido) “pode ser considerado”, afirma Durval Rosa Borges, “o embrião da futura universidade



e antecipou a ação da Capes, que na década seguinte (1970) normatizou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*<sup>48</sup>.

A percepção de que tal iniciativa poderia, efetivamente, determinar a retomada do projeto da criação da Universidade a partir da EPM aparece de forma explícita no próprio documento fundacional do curso Biomédico, assinado por Leal Prado e intitulado “Sobre o Curso de Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Biomédicas da Escola Paulista de Medicina”. Em um de seus parágrafos, Leal Prado afirma:

Em anos recentes foi feita uma tentativa malograda de fundar-se em São Paulo uma Universidade Federal. Entretanto, uma instituição como a Escola Paulista de Medicina sente-se limitada dentro da estrutura de um instituto isolado de ensino superior. A criação do curso de ciências biomédicas tornará mais amplo seu campo de atividade cultural e mais importante sua contribuição social. Se tivermos êxito nesta iniciativa, estaremos armazenando uma espécie valiosa ao mesmo tempo que teremos maiores possibilidades para fazer uma segunda tentativa no caminho da Universidade Federal. Somente o futuro ditará a melhor conduta a seguir<sup>49</sup>.

O futuro acabou por confirmar a intuição de Leal Prado. Pois, de fato, a criação do curso Biomédico em 1966 inaugurou um processo de expansão e de organização interna do ensino, pesquisa e extensão que acabaria delineando a configuração da sonhada universidade como uma instituição que deveria nascer de dentro da Escola e não que a abarcasse desde fora. Nesse contexto, o *sonho* original parece voltar a aparecer, agora não mais como algo exógeno, imposto de fora para dentro, mas como algo orgânico e natural, germinando da própria *semente*, brotando da própria *árvore*.

Tal perspectiva de projeto foi, portanto, a que encontrou melhor acolhida entre a comunidade e, aliada às circunstâncias políticas externas, que ameaçavam seriamente a sobrevivência da Escola como instituição isolada, venceu as resistências dos partidários da manutenção da “escolinha”<sup>50</sup> e consolidou o movimento que culminaria na criação da Unifesp em 1994.

O projeto de uma Universidade específica da área da saúde aparece, portanto, precocemente, já na última metade da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980 vai ganhando contornos mais precisos. Assim, não parece ser equivocado dizer que todo processo de expansão da Escola, característico dessas mencionadas décadas, sem deixar de ser algo específico

da sua própria dinâmica histórica, foi também parte de um projeto deliberado de criação de uma Universidade da Saúde.

Em um documento sem data, porém certamente anterior ao ano de 1977, produzido na esteira daquele já citado, de novembro de 1975, pela Comissão de Ensino e Pesquisa da EPM, a proposta dessa Universidade da Saúde aparece já claramente esboçada<sup>51</sup>.

Iniciando suas ponderações a partir das demandas trazidas pela Lei n. 5.540, de 1968, o referido documento, que se configura como uma espécie de carta de intenções e direcionamento, considera absolutamente justificável a “condenação” das escolas isoladas: “É perfeitamente compreensível tal condenação. Um ambiente diversificado quanto aos cursos que ministra é um ambiente enriquecido culturalmente”. E continua:

Em se tratando de ciências da saúde, a combinação entre os diversos cursos tornou-se ainda mais importante. Não se pode aceitar, hoje, que um profissional dessa área tenha curso isolado. Para cuidar da saúde há necessidade de uma complexa equipe que precisa ser formada em conjunto, todos usando a mesma linguagem e com perfeito conhecimento da sua posição. Assim como não se pode imaginar uma orquestra cujos músicos estudem isoladamente suas partituras, sem ensaios em conjunto, não se concebe que, atualmente, os diferentes profissionais das ciências da saúde tenham formação isolada. Desse modo, o enfermeiro deverá ter sua formação integrada com a do médico, a do odontólogo, a do fisiatra e a de tantos outros que constituem, juntos, a equipe. Somente assim poderão aprender uma linguagem comum, reconhecer a sua exata posição dentro do grupo, respeitar seus companheiros.

Uma universidade nascida de uma escola médica, com crescimento de dentro para fora pela criação natural de novos cursos, sem aspirar a grandes ampliações, poderá manter o verdadeiro espírito universitário difícil de ser conseguido quando a formação se faz pela reunião de estabelecimentos já estruturados, que podem reunir-se mas não se misturam.

Uma vez delineado o perfil filosófico e estrutural dessa universidade orgânica, nascida “de dentro para fora”, comprometida com a qualidade num campo específico do saber, mas que, ao mesmo tempo, exige o reconhecimento da diversidade e da complexidade numa perspectiva integrada, o documento passa a apresentar os elementos constitutivos da EPM que condiziam com todos esses pressupostos necessários à composição da referida universidade:

A medicina de hoje é complexa e necessita de conhecimentos básicos em diferentes áreas do saber. Atendendo a essa necessidade, a Escola Paulista de Medicina possui núcleos bastante desenvolvidos no campo da matemática, da estatística, da física, da química, da psicologia. Com pequenos reajustes, portanto, atingiria a “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações”, exigida na Lei 5.540 (art. 11, alínea e). E já possui o “cultivo de uma ou mais áreas técnico-profissionais”.

E, de fato, após a criação do curso Biomédico em 1966 e da regulamentação dos cursos da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no início da década de 1970, a Escola conheceu um extraordinário crescimento em diversos campos de pesquisa, ensino e extensão.

No ano seguinte à criação do curso Biomédico, a Escola conseguiu, por um acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (Opas) e o Ministério da Saúde, trazer a sede da Biblioteca Regional de Medicina (Bireme), o maior centro de documentação e referência bibliográfica em saúde da América Latina e do Caribe, para o seu espaço institucional<sup>52</sup>. Em 1968 foi criado o curso de Fonoaudiologia e, no mesmo ano, foi assinado o primeiro convênio entre a EPM e a Fundação Nacional do Índio (Funai), iniciando oficialmente a atuação pioneira e histórica daquela no Parque Nacional do Xingu<sup>53</sup>.

Em 1970 se daria a oficialização do curso de Ortóptica (mais tarde denominado Tecnologia Oftálmica) e a partir de 1972 a Capes passaria a credenciar os primeiros programas formais de pós-graduação *stricto sensu*, o que “ampliou a pesquisa nas áreas básicas, consolidou a pesquisa nas áreas clínicas e estimulou a progressiva interdisciplinaridade da pesquisa”<sup>54</sup>.

Assim, poucos anos depois do relatório da Comissão de Ensino e Pesquisa ter levantado as questões sobre o destino da EPM e sua trajetória em direção à transformação em universidade, os rumos já pareciam estar definidos. E, para a concretização desse objetivo, o referido documento aponta proposta muito concretas:

O plano para sua transformação poderá ser, a curto prazo, o seguinte:

1. Integração da Escola Paulista de Enfermagem, atualmente mantida pela Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. [...] <sup>55</sup>
2. Criação do curso de psicologia, tendo por base o grupo já existente de psicobiologia, que poderia desenvolver a parte básica do curso em muito bom nível.

Teria, assim, a universidade já seis cursos de graduação, a saber: medicina, enfermagem, biologia modalidade médica (biomédico), enfermagem, psicologia, fonoaudiologia e ortóptica.

Outros cursos poderiam ser aos poucos estruturados, como odontologia, bromatologia, fisioterapia, radiologia etc.

Em 1977 a primeira parte do plano se concretizava: a Escola de Enfermagem, fundada em 1938 e que havia ficado de fora da federalização em 1956, seria finalmente federalizada e integrada à EPM como Departamento de Enfermagem.

Em 1978 o projeto de transformação da EPM em Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde foi encampado pelo então ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. A proposta, entretanto, foi arquivada, “pois não contava com o apoio de Leitão de Abreu, secretário da Presidência no governo Ernesto Geisel”<sup>56</sup>.

Tal negativa, entretanto, não se deve a motivos de ordem simplesmente pessoal ou política, mas, muito provavelmente, por questões essencialmente constitucionais. A Reforma Universitária, desencadeada pela Constituição do Regime Militar de 1967 e mais bem delineada pela Lei n. 5.540, de 1968, apesar de pouco precisa nesse sentido, não abria espaço para a criação de universidades de áreas específicas. O modelo universitário continuava focado na necessidade da existência de cursos nas “três áreas do conhecimento”: ciências biológicas, exatas e humanas. Foi apenas no contexto da redemocratização e, especificamente, a partir das diretrizes da Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior de 1985, que a figura de universidades que escapam do “modelo universitário clássico” e que desenvolvem sua vocação universalista a partir de áreas específicas do saber, como as ciências biológicas e da saúde, começa não apenas a ser permitida, mas incentivada<sup>57</sup>. E, efetivamente, foi apenas a partir de 1986 que o processo de transformação da EPM em Universidade Federal começa a avançar tanto nas instâncias legislativas quanto executivas.

Havendo “recebido e preparado o terreno tanto interno quanto externo quanto à implantação do projeto de transformação” de seu antecessor, Magid Yunes (1984-1987), Nader Wafae, diretor da EPM entre 1987 e 1990, deixou para seu sucessor, Manuel Lopes dos Santos (1990-1994), o “trabalho final”<sup>58</sup>. Ambos haviam participado da diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e estavam

particularmente informados sobre as especificidades do que, naquele momento, apesar de todo prestígio “nacional e internacional” da EPM, significava ser ainda uma instituição de ensino superior isolada no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

Como nos contava o Prof. Manuel Lopes, em sua história de vida para o *Projeto 75×75*:

Existiam vários motivos para eu querer tanto transformar a Escola em Universidade: o fato de não poder registrar nossos diplomas, nós nunca entrávamos em nenhuma estatística; a Escola ficava isolada. Nós produzíamos muito e ninguém sabia disso, porque no Brasil não basta você ser de fato, você também tem que ser de direito, e nós éramos muito bons de fato e não de direito. Eu também achava que a Escola estava muito madura para continuar sendo apenas Escola de Medicina e resolvi agir<sup>59</sup>.

Seu primeiro passo foi conseguir com a então diretora de políticas de ensino superior do MEC, Eunice Durham, a retomada, naquela instância, do projeto de transformação da EPM em Universidade Federal. Logo em seguida, o próximo alvo foi o próprio ministro da Educação, Murílio Hingel: “Conheci o Murílio Hingel, o ministro da Educação. Como ele tinha uma semana de férias e gostava muito da natureza o levei para Cananeia [onde eu tinha uma casa], e tivemos tempo para conversar bastante sobre o assunto. Foi ele que lançou o projeto da Universidade e o mandou para o Congresso Federal”<sup>60</sup>.

No entanto, em sua habilidade política, o então diretor da EPM, contando com o apoio daquele que seria o primeiro reitor da Unifesp, Hélio Egidio Nogueira, foi além: abriu um escritório da instituição em Brasília e contratou uma assessoria parlamentar para fazer *lobby*, no Congresso Nacional, pela criação da Universidade. A estratégia foi bem-sucedida: “A criação da Unifesp foi aprovada no Congresso, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, e, para não ter dúvida política, quem relatou isso na Câmara dos Deputados foi um deputado de direita, o Roberto Cardoso Alves, e quem o relatou no Senado foi o Eduardo Suplicy, de esquerda”<sup>61</sup>.

Todo esse empenho e audácia política, entretanto, não se deu sem dúvidas e hesitações, principalmente em relação ao âmbito interno da Escola:

Tenho certeza também que a ideia da universidade foi aprovada por unanimidade na Congregação porque eles tinham certeza que eu não iria conseguir. Sentia uma angústia muito grande, sabia que a expansão era necessária, mas tinha muito medo. Afinal a Escola tinha um

*status* muito bom, tinha uma história, tradição e eu tinha pavor de perder tudo isso a transformando em Unifesp. Se tudo desse errado, eu, e somente eu, seria o responsável. Foi um processo bastante sofrido.

Quando finalmente o *sonho* nunca esteve tão próximo de se tornar realidade, Manuel Lopes teme que tudo venha a se transformar num pesadelo. E tudo isso por causa da tese dos defensores da “escolinha”, que interpretavam a transformação da EPM em Universidade no sentido contrário ao da argumentação dos *sonhadores*: para aqueles, tal mudança seria o comprometimento irreversível da autonomia da Escola, tão duramente conquistada desde sua fundação e penosamente mantida até aquele momento.

Claudio Sampaio retoma essa questão, quando na parte final da sua “Saudação” relembra as palavras do Prof. Jairo Ramos, um dos que sempre haviam se posicionado de forma cética diante do projeto universitário: “Após ouvir, sem muita paciência, meu sonho de universidade, disse-me com todo seu tom provocativo: ‘Menino, espero que você não destrua a Escola’”<sup>62</sup>.

A concretização do *sonho*, entretanto, mostrou muito rapidamente que, felizmente, o pesadelo não passava de um pressentimento ilusório. Uma vez aprovada a mudança e oficializado o novo nome (que, por insistência do novo Conselho Universitário, foi agregado à nomenclatura histórica – Unifesp-EPM – e que fugiu da sigla antiga UFSP), este foi logo assumido pela comunidade. Como nos conta Lopes: “Logo que isso aconteceu tive uma surpresa muito grande e a certeza de que havia agido corretamente; assim que modificamos o nome da escola, todos, todos mesmo, começaram a trocar seus aventais e andar com o novo nome da Universidade. Só então senti um alívio enorme... eu não imaginava, mas a comunidade também queria a Universidade”.

Assim, céticos e *sonhadores* finalmente se irmanam, sendo apresentados no imaginário coletivo daqueles que se empenharam no projeto da transformação, como *sonhadores céticos*, mas não por isso menos *sonhadores* que os *sonhadores do sonho universitário*. A concretização do *sonho* acabou por mostrar, na visão de *sonhadores* como Manuel Lopes dos Santos e Claudio Sampaio, que, consciente ou inconscientemente, todos *sonhavam o mesmo sonho*. “Agora seria a hora de dizer”, arremata Sampaio em sua “Saudação”, “que eu, e todos da minha geração, não destruimos a Escola; que conseguimos continuar o que Jairo Ramos e seus companheiros começaram. Acredito que

ele também estaria satisfeito por não termos traído o sonho que ele também sonhou naquele distante 1933”<sup>63</sup>.

Efetivamente, a tese de que o *sonho* da Unifesp estaria em germe na *boa semente* da EPM foi aos poucos vingando e se enraizando nos corações e mentes *epemistas*. Vencidos os preconceitos e temores, a “escolinha” encontrou guarida na Unifesp, na primeira universidade de área específica do Brasil. Entretanto, o que talvez nem os seus *sonhadores* e muito menos os *sonhadores* daquele distante 1933 poderiam imaginar no também já longínquo 1994 é que o *sonho* haveria de continuar. Continuar, crescer e fazer da Unifesp algo muito maior do que a *árvore da boa semente plantada* na Vila Clementino em 1933.

Mas esse é um *sonho* para ser contado por outros.

- 
1. C. A. M. Sampaio, *Saudação da Universidade Federal de São Paulo em Nome da Congregação da Escola Paulista de Medicina*. Documento datilografado. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp. CEHFI, pasta 68.
  2. C. A. Vesentini, *A Teia do Fato*.
  3. C. A. M. Sampaio, *op. cit.*
  4. *Idem, ibidem.*
  5. *Idem, ibidem.*
  6. Tal imagem, plasmada por Guilherme de Almeida, em um poema lido no lançamento da pedra fundamental do HSP, em 30 de setembro de 1936, evocando o logo da EPM (o jequitibá, árvore símbolo do estado de São Paulo), acabou por se tornar um referencial simbólico, retomado e evocado em dezenas de textos de caráter memorialístico ao longo de toda a história da instituição, principalmente em suas efemérides comemorativas, estabelecendo-se como uma marca poética da memória. As palavras proferidas pelo poeta foram: “Aí está germinada e prosperada, a semente; aí está, florescido, o ideal, aí está, frutificado, o empreendimento! Aí está a Escola Paulista de Medicina – árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra e por boas mãos plantada”. Em D. M. C. Gallian, *75x75 epm/Unifesp, Uma História, 75 Vidas*, pp. 37-38.
  7. Ver, principalmente, Unifesp, *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina: 70 Anos*; e J. Rodrigues *et al.*, *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaio sobre História e Memória*.
  8. C. A. M. Sampaio, *op. cit.*
  9. José Leal Prado nasceu em 8 de setembro de 1918, em Alfenas, MG. Dedicou-se à química fisiológica e aos estudos sobre hipertensão experimental, hormonal ou renal. Formado pela Faculdade de

Medicina da UMG, passou a atuar na Escola Paulista de Medicina, como professor de Química Fisiológica, em 1947, e com o professor José Ribeiro do Valle inaugurou o Laboratório de Farmacologia e Bioquímica da EPM. José Ribeiro do Valle nasceu em 15 de agosto de 1908, em Guaxupé, MG. Formou-se médico pela Faculdade de Medicina da USP em 1932, e já em 1934 passou a lecionar na Escola Paulista de Medicina, onde esteve até 1978. Em Arquivo Histórico da EPM/Unifesp. CEHFI, pasta 175.

10. D. R. Borges, “Introdução: O Nascimento de uma Universidade”, em J. Rodrigues *et al.*, *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaios sobre História e Memória*, p. 17.
11. Ocupou diversos cargos institucionais importantes, tais como a Pró-reitoria de Graduação e a direção da Fundação de Apoio à Unifesp, sendo o principal responsável pela criação desta última e também seu primeiro presidente (2005-2013).
12. D. R. Borges, *op. cit.*, p. 17.
13. *Idem, ibidem*, pp. 18-19.
14. BMHV, Projeto 75×75. Narrativa de Regina Celes de Rosa Stella.
15. Em 1956 foi instalado num prédio especialmente construído para os cursos de Bioquímica e Farmacologia.
16. BMHV, Projeto 75×75. Narrativas de Catharina Brandi e Therezinha Paiva.
17. *Idem, ibidem*. Narrativas de Raymundo Manno Vieira e Éssper Abrão Cavalheiro.
18. *Idem, ibidem*. Narrativa de Ricardo Luiz Smith.
19. *Idem, ibidem, loc. cit.*
20. Walter Sidney Pereira Leser iniciou sua carreira no ano de 1928, ao ingressar na Faculdade de Medicina da USP. No âmbito acadêmico, foi catedrático da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP e Escola Paulista de Medicina. Esteve à frente da Secretaria Estadual da Saúde nas gestões de 1967-1971 e 1975-1979. Magid Yunes nasceu em 1923, vindo a falecer em 2001, aos 78 anos. Dedicou parte importante de sua vida à Escola Paulista de Medicina, onde conquistou sua livre-docência e tornou-se chefe do Departamento de Medicina Preventiva, assumindo a direção da EPM até o ano de 1986.
21. BMHV, Projeto 75×75. Narrativa de Regina Celes de Rosa Stella.
22. M. Halbwachs, *A Memória Coletiva*.
23. O material memorialístico e historiográfico referente à fundação da EPM e seus primeiros anos é bastante vasto. Remetemos aqui principalmente aos trabalhos de A. L. Nemi *et al.*, *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e a Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*; e J. Rodrigues *et al.*, *op. cit.*, além dos nossos próprios trabalhos: D. M. C. Gallian, *75×75 epm/Unifesp, Uma História, 75 Vidas*, e *idem (org.)*, *Recortes da Memória*.
24. A. L. Nemi, “Na Época dos Desenvolvimentos”, em *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e a Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*.
25. *Idem, ibidem*, p. 38.
26. D. R. Borges, *op. cit.*
27. Brasil, Lei n. 3.835, de 13 de dezembro de 1960.
28. L. Biondi, “Não Éramos Mais uma Universidade”, em J. Rodrigues *et al.*, *op. cit.*, p. 173.
29. *Idem, ibidem*, p. 174.
30. A. L. Nemi, “Na Época dos Desenvolvimentos”, em *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e a Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*, p. 105.
31. *Idem, ibidem, loc. cit.*



32. Brasil, Decreto n. 1.107, de 30 de maio de 1962.
33. *Idem, ibidem.*
34. *Idem*, Decreto n. 53.372, de 31 de dezembro de 1963; *idem*, Decreto n. 53.373, de 31 de dezembro de 1963.
35. A. L. Nemi, “Na Época dos Desenvolvimentos”, em *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e a Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*, p. 108.
36. *Idem, ibidem, loc. cit.*
37. *Idem, ibidem, loc. cit.*
38. Brasil, Decreto n. 53.885, de 13 de abril de 1964.
39. *Última Hora*, Cartas à redação, 4 out. 1964. O jornal *Folha de São Paulo* reproduziu a carta em 10 de outubro de 1964. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp. CEHFI.
40. *Ibidem.*
41. Para um maior aprofundamento do tema dos impactos do Golpe Militar e do Regime Ditatorial que se sucederam na EPM, ver os estudos já citados de L. Biondi e A. L. Nemi. Cabe destacar o importante trabalho desta última a partir das narrativas produzidas durante os trabalhos da Comissão da Verdade, ainda a serem publicados.
42. C. A. M. Sampaio, *op. cit.*
43. *Idem, ibidem, loc. cit.*
44. Brasil, Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.
45. C. A. M. Sampaio, *op. cit.*
46. Relatório da Comissão de Ensino e Pesquisa da EPM. Documento de 26 de novembro de 1975. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp. CEHFI. Pasta 115.
47. *Ibidem.*
48. D. R. Borges, *op. cit.*, p. 22.
49. J. L. Prado, *Sobre o Curso de Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Biomédicas da Escola Paulista de Medicina*. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp. CEHFI. Pasta 67.
50. “Escolinha” era o termo utilizado pelos *epemistas* históricos, responsáveis pela fundação da Escola Paulista de Medicina em 1933, e que se refere à tradição criada no princípio de sua existência, anterior à transformação em Universidade Federal de São Paulo. O termo denota, mais do que uma desqualificação em relação à outra escola de medicina de São Paulo, a Faculdade de Medicina da USP, uma forma carinhosa e íntima de qualificar a EPM por sua comunidade histórica. Cf. D. M. C. Gallian, *75x75 epm/Unifesp, Uma História, 75 Vidas*, pp. 51 e ss.
51. C. A. M. Sampaio, *op. cit.*
52. M. R. B. da Silva, L. Ferla e D. M. C. Gallian, “Uma ‘Biblioteca sem Paredes’: História da Criação da Bireme”. *História, Ciências, Saúde*, 2006.
53. Para mais informações sobre as práticas e funcionamentos do Projeto Xingu, consultar A. Nemi *et al.*, *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu: Narrativas Médicas das Expedições da Década de 1960*; R. G. Baruzzi e C. Junqueira (orgs.), *Parque Indígena do Xingu – Saúde, Cultura e História*; e P. Franco, “Era Uma Vez Eu, o Xingu, a História Oral de Vida e a História Econômica”, em A. Nemi, *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*.
54. D. R. Borges, *op. cit.*, p. 22.
55. A federalização da EPE e sua integração na EPM como Departamento de Enfermagem se efetivou em 1977, o que prova que a data de elaboração deste documento antecede esse ano.
56. Unifesp, *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina: 70 Anos*, p. 60.

57. Brasil/Ministério da Educação/Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, *Relatório Final: Uma Nova Política para Educação Superior*, p. 36.
58. BMHV, Projeto 75×75. Narrativa de Nader Wafae.
59. *Idem, ibidem*. Narrativa de Manuel Lopes dos Santos.
60. *Idem, ibidem, loc. cit.*
61. *Idem, ibidem, loc. cit.*
62. C. A. M. C. Sampaio, *op. cit.*
63. *Idem, ibidem*.

## 2

# Nós Temos um Sonho e um Projeto de Universidade: 25 Anos de Unifesp

SORAYA SOUBHI SMAILI

A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (Unifesp)<sup>1</sup> pode ser contada de diversas maneiras e com diferentes perspectivas. Sob a ótica dos professores, dos pesquisadores, dos técnicos, dos estudantes, dos extensionistas, dos residentes, dos pacientes do Hospital Universitário (HSP/HU), dos colaboradores nacionais e internacionais, das empresas, dos governantes, das entidades ligadas à Unifesp, dos egressos, dos pais de alunos e da sociedade em geral. A complexidade aumenta quando pensamos que são 25 anos de existência como universidade, que traz consigo mais de 87 anos de história, considerando suas origens. É instigante que uma Escola de Medicina tenha se transformado em uma Universidade. Em geral, o que observamos nas histórias das universidades mais jovens é a criação de

instituições novas que incorporam unidades universitárias já existentes. Com a Unifesp foi diferente e, de certa forma, uma história única.

A Escola Paulista de Medicina (EPM) deu origem à Universidade, inicialmente voltada apenas para a área da saúde, expandindo-se depois para outras áreas. Como universidade, a Unifesp é jovem, e como universidade plena, é ainda mais jovem. Ao mesmo tempo que completa 25 anos de sua criação, a Unifesp expandida, com seis novos *campi*, tem pouco mais de quinze anos. Por isso, a EPM, ao tornar-se uma universidade complexa, permitiu que fosse ao mesmo tempo jovem e madura, combinando tradição e inovação abertas ao inédito.

Ao abordarmos os 25 anos, é inevitável falar do período anterior e do quanto ele nos influenciou. Os 25 anos devem ser vistos como um marco, não só pela data, como também pela retrospectiva, pela reflexão do que fizemos antes da criação da universidade em 1994, e a partir da expansão. Foi uma recriação dentro da criação. A celebração dos 25 anos é também um momento de reafirmação de nosso ideal de universidade pública, do reforço de nossa capacidade de resistência como instituição a serviço da sociedade. É o tempo de uma reflexão sobre o futuro, sobre o papel social e o lugar de uma universidade no mundo contemporâneo.

Durante o ano de 2019, marcado pela comemoração dos 25 anos<sup>2</sup>, realizamos palestras, encontros, congressos, simpósios internacionais, concursos e exposição de fotos, documentários em vídeo, *shows* e sessões solenes na Câmara de Vereadores de São Paulo, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, além da sessão solene do Conselho Universitário (Consu) da Unifesp. Contamos um pouco da nossa história, mas também valorizamos as realizações e, principalmente, as pessoas que as efetivaram. O livro comemorativo desses 25 anos, que aqui apresentamos, encerrou oficialmente as atividades da celebração, cujo lançamento se deu no Congresso Acadêmico da Unifesp de 2020. Um encerramento que não imaginávamos, com o mundo em grande transformação, em virtude da pandemia da Covid-19, e a Unifesp reafirmando seu importante papel científico e social, cumprindo a sua missão. Os 25 anos permanecerão em nossas memórias como um momento de muita realização, mas também de muita mudança social e de enormes desafios em nosso país. Os momentos que antecederam o aniversário, em dezembro de 2019, e os que o sucederam, em

março e abril de 2020, nos colocaram diante de um cenário que marcou e marcará profundamente nossas gerações.

## Após 60 Anos, o Sonho de Universidade

Muitos não sabem, mas a criação da Unifesp em 1994 remete a dois momentos fundantes da sua história. O primeiro em 1933, com a criação da EPM, federalizada em 1956. O segundo em 1963, a partir da tentativa de criação de uma universidade federal, e que marcou silenciosamente as décadas seguintes. Como escola médica de grande projeção, ao completar trinta anos de existência e sete de federalização, a EPM fez sua primeira tentativa de se transformar em Universidade Federal em São Paulo, a UFSP, liderada pelo então diretor Marcos Lindenberg. Porém o sonho de uma geração foi interrompido pela ditadura militar, que cassou o mandato de Lindenberg e silenciou o sonho. Em 2015, na comemoração dos vinte anos da Unifesp, que se completaram no ano anterior, o Consu reatou os fios da história iniciada com Lindenberg, colocando-o na galeria dos reitores e dando-lhe o título de Professor Emérito *in memoriam*, sendo este o primeiro título concedido pela universidade.

Foram necessários outros trinta anos para que o sonho daquela geração se concretizasse, e, em 1994, a Unifesp foi, de fato, criada por lei federal durante a gestão do professor Manuel Lopes dos Santos, último diretor da EPM. Depois disso, e somente depois da expansão da Unifesp e do novo Estatuto Universitário, de 2010, a EPM voltou a existir como unidade universitária. Lopes dos Santos tornou-se o primeiro reitor e cumpriu um mandato de dois anos, sendo sucedido por Hélio Egydio Nogueira, que cumpriu dois mandatos. Subsequentemente, vieram Ulysses Fagundes Neto, Marcos Pacheco Ferraz e Walter Albertoni. Com exceção de Marcos Ferraz, que foi reitor *pro tempore*, todos os reitores foram sempre escolhidos e depois eleitos por consultas públicas e processos de ampla participação e escolha da comunidade. A Unifesp se caracterizou por realizar processos democráticos, cuja escolha foi sempre obedecida pelo conselho superior ao elaborar as listas tríplexes.

## Uma Universidade em Construção

Em um período de 25 anos foram necessárias quatro reformas de Estatuto. Esse fato, por si só, dá a dimensão da forte mudança institucional que ocorreu nesse período. Cada reforma foi permeada de processos de discussão, debates e proposições. A primeira deu-se logo após a criação da Unifesp, em um procedimento mais formal de adequação de estatutos, de escola isolada para universidade. A segunda mudança, entre 2002 e 2004, foi fruto de amplo debate pela comunidade, que passou a exigir maior representação em seus conselhos. É difícil imaginar que ainda naquela época os conselhos tivessem menos de 10% de representação de técnicos e de discentes. Com a liderança da Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp), entidade representativa dos docentes da Unifesp, foi organizado um ciclo de debates com os dez temas escolhidos por meio de plebiscito universal. Foi um dos momentos de maior participação da nossa comunidade.

Logo após os dez anos de sua criação, a Unifesp decidiu por iniciar uma expansão, que, a princípio, seria pontual e depois se transformou em um dos seus maiores desafios. Para acolher as novas estruturas decorrentes da expansão, foi realizada uma terceira reforma, iniciada em 2008 e finalizada em 2010. Esse foi um processo truncado, pois foi interrompido em 2008 devido à renúncia do então reitor Ulysses Fagundes e à necessidade de novo processo eleitoral. A reforma estatutária de 2010 estabeleceu a eleição de representantes para todas as categorias docentes, retirando a figura arcaica de membros natos, que existia até então. Também foram criadas as Escolas ou Institutos como unidades universitárias no âmbito dos *campi*. Dois anos depois, a comunidade aguardava por uma nova reforma, que ocorreu no auge da expansão, em todos os níveis e em todos os sentidos. A reforma mais recente talvez seja a mais significativa em termos de participação e de seu processo de construção. Iniciada em 2014, com o Congresso da Unifesp, uma nova versão do Estatuto foi elaborada em 2015, discutida em debates públicos e audiências em 2016, e finalizada em 2017, com os últimos adendos em 2018. Foi um período de debates emblemáticos das grandes e rápidas mudanças. Além dos embates em torno de fundamentos, entre os quais a paridade nas consultas, a composição representativa dos diferentes conselhos, a criação de espaços de participação como as audiências públicas, a valorização dos

Técnicos Administrativos em Educação (TAES), inclusive para ocuparem os mais altos cargos de direção, como os de pró-reitor, o reconhecimento estatutário da necessidade de um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborados e decididos com ampla participação.

Os primeiros dez anos de universidade, os debates intensos, os plebiscitos, as atividades concentradas em um único local e o desejo de abrir estruturas e democratizá-las abriram caminho para os importantes processos subsequentes. A partir do *Campus* Baixada Santista, o primeiro da expansão, o Consu da Unifesp, com base no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), decidiu seguir adiante. Vieram o *Campus* Diadema e *Campus* Guarulhos, em seguida o *Campus* São José dos Campos, depois o *Campus* Osasco e, mais recentemente, o *Campus* Zona Leste.

## Uma Universidade Democrática se Consolida

O processo de expansão foi rápido. Em três anos foram constituídos diversos cursos de graduação em diferentes cidades. A comunidade pressionou para entender e buscar sua estrutura acadêmica e administrativa a partir dos fóruns de debate, como a Conferência de Atibaia, “Busca do Futuro Unifesp” (2012) e o “Congresso da Unifesp” (2014). Esse último, com ampla participação dos docentes, técnicos e discentes e cujo resultado foi levado ao Consu.

O atual Estatuto<sup>3</sup>, finalizado em 2018, trouxe novas composições aos conselhos centrais e congregações, abrindo a possibilidade de maior participação da comunidade unifespiana, maior representação estudantil e técnico-administrativa. As mudanças de grandes proporções ocorridas na Unifesp, no período entre 2008 e 2013, evidenciaram a necessidade de novas normativas e organizações estruturais, porém com o pressuposto de uma ampla escuta diferentes setores da comunidade acadêmica. Por isso a realização do Congresso da Unifesp, composto de delegados eleitos pelas diferentes unidades universitárias, setores e categorias, com distribuição paritária entre as categorias de docentes, técnicos e estudantes. No debate, teses apresentadas por diferentes grupos e sobre os diferentes temas. O

relatório final, enviado ao Consu, foi utilizado para novas sistematizações, além de novos períodos de consulta pública. Apesar das dificuldades e incompreensões sobre e durante o processo, a Unifesp ousou abrir suas estruturas e se reconfigurou.

Nos primeiros anos após a criação da Unifesp, a estrutura dos conselhos estava mais vinculada à lógica de uma universidade com estrutura departamental, em vez de por unidades. Isso tinha origem no fato de a Unifesp ter sido criada a partir de uma escola isolada, que tinha forte estrutura departamental, e, por isso, o departamento continuou sendo a unidade gestora e acadêmica na base da estrutura. Por duas ocasiões, o Consu da Unifesp discutiu o tema sobre quem poderia ocupar a chefia do departamento. Aquelas votações foram muito simbólicas, pois o Consu assumiu uma visão mais ampla e democrática. A gestão também passou a ser mais valorizada nos processos de progressão de carreira docente, completando o ciclo de atividades de maneira plena, junto com a pesquisa, o ensino e a extensão. Outro marco democrático foi a aprovação da possibilidade de os TAES assumirem a função de pró-reitores, o que vinte anos antes seria impensável, já que os TAES nem sequer tinham representações em diversos conselhos. Atualmente, pode-se dizer que um ciclo de valorização dos docentes e TAES está sendo concluído, pois a universidade soube valorizar atividades antes não reconhecidas.

A consolidação da Unifesp trouxe a ampliação das eleições em todos os níveis e instâncias, incluindo a eleição dos diretores dos *campi*, das escolas e institutos, dos coordenadores de câmaras acadêmicas e das chefias de departamento. Criou-se a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), uma necessidade diante do aumento estrondoso no número de estudantes de graduação, bem como das demandas, a partir da continuidade e ampliação das políticas afirmativas e de permanência estudantil. Representando uma conquista dos estudantes, a Prae foi um passo importante na valorização do corpo discente, com uma estrutura inovadora que incluiu a criação do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), um em cada *campus*; a estruturação de um atendimento em saúde a partir do Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD); um núcleo forte e consolidado de assistentes sociais que trabalharam junto com as demais pró-reitorias para criar uma análise do perfil socioeconômico, bem como para o atendimento aos estudantes; a valorização de atividades de esporte e cultura a partir dos editais públicos, dando oportunidades e



transparência; a formulação de políticas de inclusão de raça, gênero e de acessibilidade, além do acolhimento permanente de estudantes de graduação, mas também dos residentes em trabalho permanente de assistência e pesquisa.

Essas iniciativas estiveram em consonância com a política de cotas raciais, para os oriundos de escola pública, estabelecida desde 2005 na universidade, e posteriormente ampliada pela Lei n. 12.711/2012, que reservou vagas aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas e, mais recentemente, às pessoas com deficiência. Em razão dessa mudança importante, a Unifesp passou a elaborar uma política de auxílios, com base no perfil socioeconômico do estudante. Mais recentemente, realizamos estudos e publicações com os dados mais detalhados sobre essa comunidade. O perfil demonstrou que, ao final dos primeiros dez anos da expansão, a Unifesp tinha mais de 60% dos estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo e 50% de cotistas por recorte racial e oriundos de escola pública<sup>4</sup>. Importante salientar que, após anos de avaliação, os cotistas demonstraram desempenho semelhante ao dos não cotistas, conforme apresentado nos diversos relatórios de gestão dos últimos anos. Foi uma mudança de grandes proporções no perfil estudantil e no papel da universidade no cumprimento de sua função precípua de formação dos jovens profissionais da nossa sociedade.

Hoje, em 2020, ao reconsiderarmos esses momentos, verificamos que houve um avanço significativo nos processos de estruturação da organização, como também de democratização interna. Não só na já citada implantação de consultas paritárias e conselhos com maior representação discente e de técnicos, mas também com a apresentação pública para a tomada de decisões sobre o orçamento da universidade; a estruturação e o fortalecimento da Pró-reitoria de Planejamento (ProPlan) e o exercício de uma cultura de planejamento; a reformulação da Pró-reitoria de Administração (ProAdm); a criação de um conselho unificado, o Conselho de Planejamento e Administração (Coplad), otimizando decisões administrativas; a criação e implementação da Pró-reitoria de Gestão com Pessoas, que visou tratar das questões técnicas, mas também do desenvolvimento da saúde e da segurança dos trabalhadores da universidade; a criação das diversas câmaras técnicas, que ampliaram a escuta e colaboração entre os TAES na definição de

procedimentos administrativos, protocolos, fluxos e normas de cada área. Juntos, esses processos caracterizaram uma reforma administrativa de grandes proporções, que acompanhou o desenvolvimento da universidade e sua democratização e buscou escutar seus anseios, além de uma incessante profissionalização dos processos de trabalho.

Processos diferentes foram pensados para garantir maior participação da comunidade. Entre eles, citamos a ação em torno da elaboração do atual Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2020)<sup>5</sup>, realizado de forma inovadora e conceitual e que definiu a universidade convergente e inclusiva, em um processo chamado de momento instituinte e conduzido pela Proplan. O atual PDI foi fundamental, junto com a reestruturação e o fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), para a avaliação institucional, a primeira oficialmente conduzida após a criação da universidade. A consolidação de ambos foi essencial para garantir o recredenciamento da Unifesp pelo Ministério da Educação (MEC), obtendo o conceito máximo. PDI e CPA foram fundamentais nas avaliações periódicas de cada curso, garantindo a Unifesp na quarta posição entre todas as universidades brasileiras, segundo o IGC/MEC<sup>6</sup>.

Mais recentemente, a ProPlan iniciou um processo bastante participativo visando o novo PPI, que congregou diversas etapas de escutas presenciais e virtuais. Tornou-se um laboratório de práticas democráticas diferenciadas, combinando democracia participativa, direta (incluindo votação universal), representativa e até democracia por sorteio (na formação de júris para aprimoramento das propostas). O PPI foi inovador também ao propor a integração e discussão por meio de um sistema *on-line* e uma plataforma interativa, o AppCivist, especialmente idealizado para processos participativos híbridos, que permitiram ampla discussão, formulação e consultas aos diferentes setores da universidade. O resultado, a ser entregue até o fim de 2020, será coordenado com a renovação do PDI (2021-2025) e as novas metas de uma universidade jovem e preparada para uma consolidação de espaços e tempos.

Entre os avanços democráticos, destacamos também a criação do Conselho Estratégico Universidade e Sociedade (Ceus), espaço de integração e interlocução, que garante a representação de diferentes segmentos da sociedade, com sessenta representantes. Entre estes estão entidades

diversas, como organizações não governamentais (ONGS), o Ministério Público, sindicatos, empresários, parlamentares, associações comunitárias, conselhos profissionais e movimentos sociais organizados, abrindo a universidade para uma relação próxima à sociedade. Por meio do Ceus, iniciado em 2019, foi possível evidenciar o forte apoio que a Unifesp recebe de diferentes setores, bem como a necessidade de maior comunicação com a sociedade, a ampliação das ações de extensão e pesquisa com impacto social e a importância da continuidade da expansão.

No âmbito das atividades-fim, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) assumiu um papel formulador e indutor dos projetos político-pedagógicos dos cursos, apesar da tradição anterior de ser uma supersecretaria de cursos. Na última década, a PROGRAD assumiu o seu lugar na definição das políticas para a graduação, bem como dos fluxos para a criação de novos cursos, o que passou a existir após 2014. Em pouco tempo a Unifesp passou de cinco cursos de graduação para 53, o que trouxe a necessidade de ampliação das estratégias do desenvolvimento docente, de avaliação dos programas de ensino e de descentralização de estruturas e atividades<sup>7</sup>. Em 2018, houve a regulamentação das câmaras de graduação das unidades universitárias, fortalecendo as escolas e os institutos em suas decisões e especificidades. No âmbito da graduação, houve a ampliação de possibilidades de formação, para além da expansão, com a criação das licenciaturas, que atualmente totalizam doze programas, colocando a Unifesp em um forte programa na formação de professores para os ensinos fundamental e médio. Trabalho interessante envolveu a criação do primeiro curso de graduação EAD, de Design Educacional (Tede), sob a direção da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que atua fortemente nos programas de extensão. No último período, houve também a ampliação de vagas nos pós-bacharelados, especialmente nas engenharias do Instituto do Mar (IMar), do *Campus* Baixada Santista e, mais recentemente, dobrando as vagas da Engenharia da Computação, do *Campus* São José dos Campos. Importante destacar o processo de discussão e formulação do Instituto das Cidades (ICidades), com um projeto pedagógico elaborado a partir de um trabalho com inúmeros especialistas nacionais e internacionais, com o objetivo de pensar as cidades, o desenvolvimento sustentável, a mobilidade urbana e o direito à cultura, à saúde e à vida. Iniciado em 2016, o ICidades tem sido implementado gradativamente, com a

descontaminação e doação de amplo terreno, legado dos trabalhadores da região, para a instalação do *Campus Zona Leste*, sendo a Geografia o primeiro curso de graduação. Planejamento, discussão pedagógica e de pesquisa também ocorreram para a estruturação do curso de Direito. Após anos de debate e formulação, o curso foi autorizado pelo MEC com conceito máximo, para uma formação voltada ao direito público, com forte inserção social e sendo o primeiro curso público da região metropolitana de São Paulo, fora da capital, em quase dois séculos. Ainda no ano em que a Unifesp completou 25 anos, sua trajetória continuou marcada pela ousadia e inovação acadêmica ao criar vagas para o vestibular voltadas para pessoas em situação de refúgio ou visto humanitário. Um processo importante e de vanguarda foi a implantação da curricularização da extensão, envolvendo docentes e estudantes no que foi uma mudança de significados para toda instituição. Foram ações amplas, além do tempo presente, mas em sintonia com as transformações.

A Extensão foi uma das áreas de grande transformação, com a reestruturação da Pró-reitoria de Extensão, que se tornou Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec). Para além da inserção da palavra, a reestruturação incluiu não apenas a Cultura, como os Direitos Humanos, os inúmeros projetos sociais, a formulação e implementação de políticas visando a redução das desigualdades, da igualdade de gênero, das questões raciais e da saúde em um aspecto mais amplo. Com isso, houve a elaboração, coordenação e acompanhamento do Plano de Cultura da Unifesp e a promoção e divulgação de iniciativas artístico-culturais, como o Coral Unifesp, grupos de danças, laboratório de artes, oficinas de vídeos e fortalecimento das Câmaras de Extensão e Cultura (Caec) de cada *campus*. Muitas parcerias foram estabelecidas, tais como com o Sesc-SP e SP Leituras, além da consolidação da Semana de Arte e Cultura, Unifesp Mostra sua Arte, presente no calendário dos *campi* e das cidades onde a universidade se situa. Atualmente, a Proec abriga a Cátedra Kaapora de saberes populares e dois órgãos complementares multidisciplinares e multicampi. Entre estes, está o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf), que abrigou uma área inédita no país e atua na identificação de vítimas de violações graves de direitos humanos e em questões relativas à justiça de transição e, de maneira transdisciplinar, no que diz respeito à memória, à verdade e à justiça no Brasil. Outro órgão transdisciplinar e multicampi no âmbito da extensão é o Núcleo de Assistência à Pessoa Trans, em um trabalho inédito e inovador,

com a participação da EPM e do ISS, não só para os direitos, mas também para a saúde e dignidade da pessoa humana. Em colaboração com a ProGrad, contou com ações voltadas para o ensino de português a imigrantes e refugiados, a exemplo do programa Memorial Digital do Refugiado (MEMOREf) e Cátedra E. Vieira de Melo. Além do importante trabalho do Comitê Paps (Projeto Acadêmico de Prestação de Serviços), que formulou e vem conduzindo as atividades de prestação de serviços à sociedade em diferentes áreas e em parceria com a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGPQ). A Proec também fomentou e implementou ao lado da Prograd um amplo programa de curricularização da extensão; apoiou e contribuiu para a formação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab). Para além dos cursos de especialização e residência médica e multiprofissional, bem como das políticas relacionadas à formação continuada de profissionais, a Extensão da Unifesp atualmente possui um amplo arco de atuações, com números expressivos, fortalecendo a identidade da Unifesp como universidade engajada com os problemas do povo brasileiro.

O desempenho e o lugar de destaque da Pós-Graduação da Unifesp têm origem ainda antes de sua criação e foram ampliados após a constituição da universidade. Ainda como universidade na área da saúde, o número de pós-graduandos *stricto sensu* era o dobro do número de graduandos, além da existência de programas de pós-graduação pioneiros do sistema de pós-graduação em nosso país, como os programas de Farmacologia e Biologia Molecular, que já formavam pesquisadores antes mesmo da reforma universitária de 1968. Com a criação da Unifesp e a expansão em diferentes áreas do conhecimento, manteve-se a estratégia de formar um corpo docente altamente qualificado, sendo o doutorado a exigência para a entrada de novos docentes. Essa estratégia trouxe um contingente de novos doutores com excelente formação, muitos deles com experiências diversas, pós-doutorados e livre-docência. Embora não tenha existido um plano de expansão nacional para a pós-graduação, os jovens professores induziram à formação de novos programas de pós-graduação, bem como de projetos de pesquisa, mesmo em áreas que não tinham tradição nesta universidade, como as humanidades e as engenharias. Atualmente são 72 programas, em diversas áreas<sup>8</sup>, uma parte deles já consolidada e mantendo a excelência, além dos mais jovens que estão em consolidação, na formação de jovens mestrandos e doutorandos.

A PROPQPQ reúne também a grande área da Pesquisa e, atualmente, congrega a Secretaria de Relações Internacionais, cujas atividades tiveram grande impacto positivo no período. Em razão disso, novas estratégias de integração na pesquisa foram criadas, por meio das coordenações de câmaras acadêmicas das diferentes áreas, bem como da presença e participação das câmaras de pós-graduação de cada escola e instituto. Houve um fortalecimento das câmaras e uma compreensão de seu papel na formulação autônoma de cada unidade universitária, bem como na integração entre elas. O diálogo entre as áreas, especialmente entre os diferentes *campi* e suas escolas, levou à discussão de “Temas Estratégicos” para a formulação de grandes projetos de pesquisa em áreas de destaque e de impacto da produção científica em torno de problemas ou objetivos de grande espectro. A partir desse trabalho, fortaleceu-se a ideia da “convergência” na atuação da universidade, que já vinha sendo trabalhada em outras atividades, destacando a integração da diversidade existente em toda sua potencialidade. O conceito de convergência na Unifesp foi então aprofundado e aprimorado no PDI 2016-2020 e na elaboração e criação de um Instituto de Estudos Avançados e Convergentes (Ieac), para induzir e pensar as pesquisas em diferentes áreas.

Atualmente, a busca da convergência está presente também na graduação, mas ocorre em particular com mais profundidade nos projetos de pesquisa e de extensão. O intuito é facilitar interações e resolver grandes problemas da sociedade, especialmente em áreas nas quais a Unifesp já tem acúmulo de conhecimento e pode ampliar suas fronteiras a ele. A partir da definição dos grandes temas de pesquisa (Longevidade Humana; Neurociência, Cognição e Educação; Cidades e Desenvolvimento Sustentável; Oncologia; Promoção do Bem-estar; Estudos da Contemporaneidade; Inflamação e Doenças Emergentes, Infecciosas e Negligenciadas), vieram também as ações de internacionalização, muitas vezes direcionadas por programas governamentais. Mais recentemente, a Unifesp foi contemplada com o fomento Capes-Print, o Programa Institucional de Internacionalização da Capes, e a convergência foi evidenciada na construção desse projeto institucional, cujo processo de discussão foi aberto e reuniu pesquisadores de diferentes *campi*. Tem sido uma experiência interessante, na qual verificamos a importância da construção conjunta nas áreas de saúde, exatas e humanidades. Um processo que foi ainda reforçado pela organização da primeira unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

(Embrapii), na área de Novos Materiais, mostrando a importância das atividades das engenharias da Unifesp voltadas para a tecnologia, inclusive na área biomédica e da saúde. A pesquisa inovou também com a criação da Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade, atuando na convergência de análises de um mundo social e cultural em transformação.

Para a boa divulgação científica e acadêmica, foram desenvolvidas diversas estratégias, como a estruturação do repositório institucional, inexistente até 2013 e atualmente um dos maiores entre as universidades federais. Houve um trabalho de fortalecimento e institucionalização da Editora Unifesp, atingindo maior alcance, um acervo ampliado e incluindo livros eletrônicos, além dos impressos. Os livros da Editora Unifesp atingiram muito boa visibilidade e premiações. A política de publicações acadêmicas incluiu a formação de uma plataforma de periódicos acadêmicos, composta de revistas editadas ou coordenadas por docentes ou programas da Unifesp, que garante também sua manutenção e visibilidade.

O desafio de realizar grandes projetos utilizando o conhecimento gerado tem seguido na área de Inovação Tecnológica. A proximidade da Unifesp com os grandes temas da inovação e sua vocação para os projetos sociais e a formulação de políticas públicas possibilitaram o início de um processo de valorização e incentivo ao desenvolvimento tecnológico, com três dimensões: inovação tecnológica, inovação social e inovação em políticas públicas; o que, na prática, estimulou uma forte cooperação entre ensino, pesquisa e extensão. A Unifesp deu um importante passo no reconhecimento e apoio às Empresas Juniores (EJ), com uma política de ações da extensão na graduação. A partir de um trabalho de recomposição do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), foi formulada a Política de Inovação Tecnológica, que deu origem à Agência de Inovação Tecnológica e Social (Agits). Alinhada com o tempo presente, a universidade aproximou sua atuação às demandas da sociedade, por meio das atividades da Agits em conjunto com as Pró-reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão e Cultura, a Secretaria de Relações Internacionais e uma política para professores visitantes.

São inúmeras as atividades desenvolvidas pela Unifesp, sempre com o fim da Educação Pública de Qualidade. Por esse motivo, um projeto considerado atividade-fim, que representa parte significativa da Unifesp, é o da Escola Paulistinha de Educação. Iniciada como uma creche em 1971, foi ampliada

para atender os filhos e as filhas dos trabalhadores do Hospital São Paulo (HSP), e teve seu prédio inaugurado logo após a criação da Unifesp, em 1995, contando naquele momento com mais de 350 crianças matriculadas. Após um período de estagnação, foi iniciado em 2014 um amplo processo de reestruturação da escola, a partir de audiências públicas, grupos de estudos, formulação de novos regimentos e projetos pedagógicos, além da reafirmação de sua natureza pública e da criação do Núcleo de Educação Infantil (NEI-paulistinha). Aos 25 anos da Unifesp e caminhando para os cinquenta anos da Paulistinha, a escola tem 690 crianças<sup>9</sup> (Creche, Ensino Fundamental, Período Complementar), oferecendo alimentação, assistência em saúde, odontológica e pedagógica, além de ser um importante campo de estágio para as diversas áreas de nossa instituição. Atualmente, o NEI-paulistinha oferece um atendimento global a todas as crianças, fortalecendo o vínculo criança-escola-família e a marca Unifesp do cuidar e o educar.

## Aprimorando os Meios e a Política Acadêmica

Em um processo de estruturação com base em conceitos sólidos, a Unifesp atuou para desenvolver seus planos de ação e suas políticas. Foram anos de debates para a compreensão e criação de mecanismos de transparência e distribuição de orçamentos e de vagas.

No que se refere à questão do orçamento, existe um divisor importante. Houve na universidade uma primeira fase em que ninguém da comunidade, nem mesmo o Consu, conhecia ou debatia o orçamento. Sabia-se que era dividido em custeio e capital havia muito tempo e que dependia de uma lei orçamentária (LOA), aprovada anualmente, mas internamente não eram conhecidos os mecanismos de distribuição ou de utilização dos recursos. A compreensão desses mecanismos foi o primeiro passo, depois a divulgação. Em uma série de apresentações plenárias, em congregações abertas e em audiências públicas, o orçamento da Unifesp passou a ser apresentado, discutido e entendido em sessões abertas e amplas. Paralelamente, a ProAdm criou um mecanismo de câmaras técnicas para todos os tipos de decisão administrativa, além de um fluxo entre os diretores administrativos dos *campi* e as deliberações centrais. Esses mecanismos de decisão compartilhada



permitiram que fossem otimizados todos os processos administrativos, a ponto de a Unifesp ter atingido, no ano de seus 25 anos, o primeiro lugar em eficiência em um levantamento feito pelo Ministério da Economia e que envolveu cerca de quinhentas instituições da administração federal. Foram inúmeros os reconhecimentos dos procedimentos realizados em diversas áreas, além da aprovação dos relatórios de gestão pelos órgãos de controle. A Unifesp tem buscado, cada vez mais, mecanismos de eficiência, transparência e controle social, o que se transformou em um caminho sem volta, introjetado pela comunidade da Unifesp, que almeja e exige essa ação. A partir de um histórico e em uma atividade permanente, foram criados registros mais transparentes sobre o orçamento de cada *campus* e unidade universitária. Houve um compromisso com a responsabilidade de organizar a estrutura administrativa e profissionalizar as diferentes áreas administrativas nos *campi*, o que antes não existia.

Quanto ao estabelecimento da conformidade e na nova ordem dos regramentos da administração, seguiu-se a realização de um conjunto de ações de integridade, com a criação do comitê de riscos, de procedimentos de prestações de contas, novos fluxos para o trabalho da ouvidoria integrado às comissões de processos e à câmara de mediação de conflitos. Muitos processos foram resolvidos e finalizados, fazendo da Unifesp atualmente uma instituição mais segura juridicamente. Em uma universidade complexa e rigorosa, nada mais importante e esperado do que o estabelecimento dos espaços relativos aos comitês de ética, tais como o Comitê de Ética Pública (CEPública) e o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que foram reorganizados e fortalecidos, com firme atuação e desempenho. Na Unifesp, a ética e os espaços de decisão e ação não são considerados apenas formais, mas, sim, efetivos exercícios de valorização da coisa pública.

No que diz respeito ao planejamento da infraestrutura, houve nos últimos anos uma significativa transformação. Foram concursados arquitetos, engenheiros e técnicos em edificações para a criação de um Escritório Público de Projetos, coordenado pela PROPLAN, com divisões de infraestrutura em cada *campus* e uma câmara técnica atuante. Essa câmara estabeleceu de forma inédita mesas técnicas de gestão compartilhada entre a administração central e os *campi*, na tomada de decisões técnicas de maior complexidade. A PROPLAN realizou um processo pioneiro de Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfras) para cada *campus*, organizando seu crescimento e consolidação, de

forma participativa e com assessoria técnica de escritórios especialistas na área. Assim, atualmente os três *campi* mais complexos – São Paulo, Diadema e Baixada Santista – possuem PDInfras. Houve um avanço imenso com a efetiva execução de dezenas de projetos executivos, modernização e regularização das instalações. Entre as obras, houve entregas importantes em todos os *campi*, além da realização de obras centrais a serem entregues, apesar dos cortes brutais de orçamento dos últimos cinco anos. Nesse período, o orçamento de investimento caiu para menos de 10% do que era nos anos 2010-2014<sup>10</sup> (passando da média anual de setenta milhões de reais para três milhões de reais, em 2019-2020). De fato, o último período foi marcado por uma forte mudança da estrutura administrativa. A ProAdm concentrava toda a administração até 2012, até a criação da Proplan, que realizou os trabalhos de planejamento da infraestrutura, do cadastro e organização de imóveis, além dos processos de PDI e PPI.

Ainda como parte importante da reforma administrativa, foi criada a Pró-reitoria de Gestão com Pessoas (PROPessoas), que incorporou o Departamento de Recursos Humanos (DRH) que fazia parte da ProAdm. Foi uma mudança importante, embora a cultura de uma gestão com pessoas ainda esteja em construção. Junto com a PROPessoas, estabeleceu-se um conselho paritário, o CONPessoas, com forte atuação e valorização dos servidores docentes e TAES. Em poucos anos foram criadas políticas claras de valorização dos TAES; programas de desenvolvimento dos servidores, com formação de líderes e capacitação; programas de formação docente, junto com a PROgrad; estabelecimento da política de flexibilização da jornada com turno de trinta horas, especialmente dos trabalhadores do HU; reorganização do sistema de atendimento e fortalecimento do Núcleo de Assistência ao Servidor e Funcionário (Nasf), bem como uma reestruturação, ainda em andamento, do setor de Medicina do Trabalho (SESMT), com o restabelecimento de atendimentos de maneira renovada. Importante salientar, ainda no âmbito da PROPessoas, a criação da Coordenadoria de Gestão de Vagas e Concursos (CGVC) para docentes e TAES, com a elaboração dos sistemas de pactuação de registros de vagas de cada *campus* e do HU. A criação desses controles tem sido imprescindível para maior transparência e controle na gestão de vagas. Foi de fundamental importância todo esse trabalho, que teve grande impacto na realização de centenas de concursos docentes, para reposição e

preenchimento de vagas existentes, além da abertura de pelo menos três grandes concursos de TAES nos últimos oito anos, possibilitando a renovação de mais de 1 200 servidores a partir de aposentadorias e exonerações. A expansão da Unifesp foi, assim, acompanhada de uma grande renovação interna.

Os últimos anos foram marcados por muitas mudanças administrativas, como na área estratégica da Tecnologia da Informação (TI), com a recente decisão de criar a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), fruto do planejamento estratégico de TI para o período de 2016-2020. O processo de reorganização buscou atender à crescente demanda institucional, com qualidade, eficiência, de forma padronizada ou de forma customizada, quando necessário, e, principalmente, racionalizando seus recursos. Desde a criação da STI em 2018, muitos avanços ocorreram, entre os quais a reorganização dos recursos humanos de TI com a capacitação avançada e atualizada para diversas tecnologias; a modernização no sistema de *e-mails* institucionais; o aperfeiçoamento e a implementação de políticas de segurança da informação; o lançamento dos primeiros aplicativos da Unifesp; a modernização dos sistemas de matrícula da graduação 100% *on-line*, bem como a modernização dos sistemas institucionais, com migração para novas tecnologias; a adesão à rede CAFE e rede nacional de pesquisa; a criação de um conjunto de sistemas para apoio a eventos, com controle de presença e certificação 100% digitais. A STI tem atuado em conjunto com a Secretaria de Educação a Distância, em um trabalho de união de esforços para melhor atendimento das atividades-fim da Unifesp. Outro aspecto importante do último período tem sido a implementação do sistema eletrônico de informações (SEI), já que praticamente 80% dos processos da Unifesp estão, atualmente, digitalizados, dispensando o uso de papel. Um trabalho que continua, para uma Unifesp cada vez mais sustentável.

O conhecimento é o começo de um verdadeiro processo de criação ou transformação. Por isso, os avanços na área de TI, mais uma política de sistematização de dados, levaram, no ano dos 25 anos, à criação de um Escritório Estratégico de Dados (EDados). Iniciativa que agora concentrará, na Proplan e em associação à STI, as plataformas institucionais que compilarão dados de maneira dinâmica, apresentando os números estratégicos institucionais em tempo real, tão importantes para a composição de relatórios, para participação nos diferentes sistemas de métricas dentro e

fora do país e para os quais a Unifesp apresentou excelentes resultados nos últimos quatro anos. Muitos dos parâmetros que têm sido organizados nas diversas áreas existem há bastante tempo, porém eram desconhecidos, pois não estavam organizados ou disponíveis. Conjuntamente, um espectro de ações foi iniciado em relação à política de dados abertos, colocando a Unifesp em linha com as mais importantes instituições do mundo e de acordo com preceitos internacionais. Essas iniciativas fecham um importante ciclo de projetos, iniciado com a implantação da Coordenadoria de Rede de Bibliotecas (CRBU), estabelecida em 2013 e que desde então atuou para integrar, virtualmente e em rede, as oito bibliotecas dos diferentes *campi* e de diferentes áreas, além de criar mecanismos de integração de dados entre instituições. Por liderança da CRBU foi constituído o repositório acadêmico, foram estabelecidos regramentos e metodologias, além do auxílio na criação da plataforma de periódicos, colocando a Unifesp em integração com os sistemas de dados acadêmicos de diferentes instituições.

O Departamento de Comunicação Institucional da Unifesp (DCI/Unifesp) não só se atualizou, como teve grande impulso em suas ações dos últimos anos. A comunicação é de importância estratégica na disseminação de orientações para a comunidade interna e de comunicação com a sociedade sobre as pesquisas e ações da Unifesp. E para isso o DCI tem trabalhado com a STI no Comitê Estratégico de TI e Comunicação (Cetic), que se tornou bastante ativo e decisivo. Foram inúmeras suas ações, entre elas a criação de portais e ações de comunicação nos canais oficiais da Unifesp, nas redes sociais, fortalecendo a interação com os seguidores no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, LinkedIn e Medium. Atualmente são milhares de pessoas que recebem as informações da Unifesp por meio de todas as mídias, incluindo os canais de vídeo e a revista *Entreteses*, um dos principais meios de comunicação e divulgação científica de nossa universidade. Em relação à grande demanda da mídia externa, o DCI executa atendimentos diários, fornecendo fontes e informações aos jornalistas pertencentes a agências de notícias, *sites*, *blogs*, portais de notícia, revistas, além de emissoras de rádio e televisão regionais, especializadas, bem como à chamada grande mídia, de alcance nacional, veículos internacionais. Importante salientar o papel do DCI nas ações de gerenciamento de crise, intermediando contatos e produzindo notas de esclarecimento para vários órgãos de imprensa, esclarecendo questões consideradas não positivas para a imagem da universidade. Em

paralelo às ações informativas, o DCI atua fortemente em campanhas de divulgação, como a do Congresso Acadêmico da Unifesp, que atingiu 26 mil inscritos em sua última edição. Uma das ações de planejamento em andamento, e de projeção, é a Política de Comunicação Institucional, em elaboração de maneira participativa e ativa com a comunidade. Nesse campo da comunicação, a Unifesp fez grandes avanços, apesar de todas as limitações de recursos dos últimos anos.

## As Escolas e os Institutos na Consolidação da Universidade

Os primeiros dez anos da Unifesp se caracterizaram por uma adequação da EPM a uma universidade temática da saúde. Porém, a partir da expansão, iniciada em 2004 com o *Campus* Baixada Santista, vislumbrou-se a ampliação para mais áreas do conhecimento e novos *campi* em outras cidades. O início do *Campus* Baixada Santista se deu por meio da criação de cursos sequenciais, de curta duração. Rapidamente a Unifesp acompanhou a política de educação daquele momento, com o impulso dado pelo Reuni, o que se aliou a um desejo antigo de ser universidade plena. Esse caminho foi percorrido rapidamente com a abertura de vários programas de graduação na área da saúde, biologia e serviço social, com a criação do Instituto Saúde e Sociedade (ISS). Posteriormente, vieram os *campi* Diadema e Guarulhos e em seguida São José dos Campos. A participação das Prefeituras também influenciou suas configurações acadêmicas por grandes áreas do conhecimento. Assim, no *Campus* Diadema criou-se o Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF), que foi concebido para congrega as áreas de químicas e farmacêuticas, além da importante demanda na área ambiental e licenciaturas em ciências, como física, química e biologia. No *Campus* Guarulhos, foi instalada a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), dando sustentação teórica e filosófica para sua existência como espaço social dedicado à produção e transmissão do conhecimento, além do compromisso fundamental na formação de professores para as humanidades. No *Campus* São José dos Campos, foi criado o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), em alinhamento com a vocação tecnológica da região e o Parque Tecnológico, com o primeiro Bacharelado interdisciplinar

em Ciência e Tecnologia (BCT) da Unifesp. A criação do *Campus Osasco*, com a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), em 2011, refletiu o ápice do crescimento e ao mesmo tempo uma forte necessidade de organização, pactuada posteriormente ao programa Reuni. A criação da EPPEN coincidiu com a reflexão sobre a organização da universidade após tamanho crescimento, bem como com o início da definição de uma identidade nova. Os *campi* ganham os nomes de suas localidades, mas atualmente há uma inserção cada vez maior da visão da escola ou instituto, de acordo com cada projeto e missão. Ao mesmo tempo, a EPM retoma a sua força identitária e a Escola Paulista de Enfermagem (EPE) ganha novamente um lugar como escola, depois de décadas como um departamento da EPM. A criação do *Campus Embu* foi postergada, mantendo-se sua inserção como unidade de extensão. O *Campus Zona Leste*, com o ICidades, foi sendo estabelecido a partir da extensão e da primeira graduação, com enorme envolvimento e luta dos movimentos sociais, apesar da dura realidade econômica que ainda não possibilitou sua implantação completa. O compromisso de sua instalação contínua é uma realidade que perdurará o tempo que for necessário. No ritmo intenso e, por vezes, caótico da expansão, não era ainda possível o reconhecimento mútuo dos saberes constituídos. Porém caracteriza-se, mais do que antes, a construção de uma nova identidade, com a organização e autoconsciência do conjunto plural e potente de todos os novos sujeitos e lugares que ocuparam os diferentes territórios da Unifesp. Interessante notar que recentemente a Unifesp criou um conjunto de observatórios institucionais (ou metaobservatórios), para melhor compreender a história, a identidade e o impacto de cada *campus* em seus territórios, no apoio ao desenvolvimento local, na constituição de redes de colaboração e atuação para a transformação da realidade, na garantia de direitos e na ampliação da esfera pública local.

No auge do crescimento e das necessidades emergentes, debates, discussões e greves ocorreram, culminando na formação de um movimento que se denominou “Unifesp Plural e Democrática”, em 2012. Momento de grande tensão no processo de expansão, pela precariedade de infraestruturas, falta de planejamento, falta de vagas, mudanças na carreira anunciadas pelo governo federal e um momento traumático no *Campus Guarulhos*, com investidas da polícia e prisão de estudantes que reivindicavam seus direitos. Do momento de união entre movimentos

docente, estudantil e de técnicos do emblemático ano de 2012 veio a consulta à comunidade, que levou à reitoria um grupo plural, advindo de todos os *campi*, que representavam a transformação que a Unifesp queria e demandava naquele momento. Em sua carta-manifesto, o movimento declarou: “Nós temos um sonho e um projeto”. O sonho de uma Unifesp viva, uma universidade em todos os sentidos, um lugar de reflexão, um ambiente de trocas de conhecimento, plural, com espaço para a diversidade, para o novo, para a construção democrática e para a comunicação constante com a sociedade.

Esse projeto, defendido pela ampla maioria da Unifesp em 2012, foi reafirmado em 2016 e tem sido desenvolvido ao longo do que significa um terço da vida da Unifesp desde a sua criação. O projeto representa um ideal de universidade e não de um grupo, embora muitos tenham tentado colocar esse rótulo. O mais importante é que diversas mudanças ocorreram, transformações foram atingidas e a história continuará sendo construída a partir dessa visão de mundo. Havia a necessidade de organização e definição, mas também havia o desejo de criar e enfrentar os desafios. Havia dúvidas se a Unifesp manteria sua qualidade após um crescimento de mais de 1 000%, mas havia e há a força do novo, do diverso e do criativo. Havia dúvidas se haveria espaço para os caminhos democráticos de decisão, dando voz e lugar ao novo e diverso, mas havia também a ousadia dos fundadores e o desejo de uma universidade “fortemente democrática”.

Aos 25 anos, a Unifesp caminha para uma consolidação, uma compreensão maior dos caminhos que pretende seguir, embora ainda tenha muito a construir. Os números são representativos de uma universidade que atualmente tem mais de treze mil graduandos, cinco mil pós-graduandos *stricto sensu*, mais de mil residentes médicos e quatrocentos multiprofissionais, cerca de oito mil especializandos, milhares de extensionistas presenciais e a distância, milhares de pessoas envolvidas em mais de 250 projetos sociais. Uma universidade plena com 53 cursos de graduação, 72 programas de pós-graduação *stricto sensu*, mais de cem cursos de extensão. E há mais por vir, porque a Unifesp não para, continua sempre e em movimento!

## Hospital Universitário da Unifesp

Na história dos 25 anos, não poderia faltar o HSP, estatutariamente Hospital Universitário, cuja gestão é compartilhada com a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Iniciado em 1940 como hospital da Escola Paulista de Medicina, tem sido o principal campo do ensino-assistencial, além do serviço de assistência que é inequívoco para a cidade e todo o estado de São Paulo. Nos últimos 25 anos, sua estrutura evoluiu para congregar mais de cem ambulatorios, subespecialidades e mais de seiscentos leitos em um atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar da enorme instabilidade orçamentária e da passagem por diferentes governos e políticas de saúde, o HSP continuou SUS para atender com o melhor de nossas capacidades a população. Os 25 anos também são marcados pela entrega do primeiro hospital-dia da Unifesp, denominado Hospital Universitário 2 (HU2), que, em parceria com o HSP, ambulatorios e Hemocentro, forma um grande complexo universitário de assistência. O HU2 se apresenta como um projeto de alta qualidade, muito boa resolutividade no ensino e na assistência, com potencial para ambientes e cenários de pesquisas clínicas, em uma estrutura pública de excelência com atendimento 100% SUS. O crescimento das estruturas de assistência e pesquisa em saúde ganhou força e passou, com a maturidade dos 25 anos, a desenhar o novo Polo Tecnológico da Saúde, que é uma promessa para o próximo período em uma ação com as Escolas do *Campus* São Paulo e a Agits. Em modelos a serem definidos para a assistência e o ensino, o HSP e o HU2 poderão interagir de maneira coordenada com as grandes instituições nascidas da Unifesp, como o Hospital do Rim e da Hipertensão (HRim), o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc), o Instituto do Sono, o Instituto Paulista de Estudos e Pesquisas em Oftalmologia (Ipepo) e a Fundação Instituto de Pesquisa em Diagnóstico por Imagem (Fidi). A Unifesp encontrou os caminhos jurídicos e administrativos para a interação com essas instituições a fim de realizar ensino e pesquisa nas áreas da saúde e da ciência e tecnologia.

Um dos pontos de constante pactuação tem sido a relação acadêmico-administrativo-assistencial da Unifesp com a SPDM, pela ligação de origem com a EPM e por ser a proprietária do HSP, que, com a criação da universidade em 1994, também foi definido como HU. Nos últimos anos a parceria foi



aprimorada, atingindo uma fase também mais madura na regulação e nas definições de atribuições administrativas. O primeiro acordo foi assinado em 2009, seguido pelo segundo, em 2014, e mais recentemente pelo acordo de 2019 (assinado em janeiro de 2020). Em um prazo de dez anos, os processos e as estruturas de gestão criadas aumentaram a participação da EPM e incorporaram a EPE, antes excluída dos processos decisórios. No próximo período, deverá ocorrer uma maior compreensão dos sistemas de orçamento, de financiamento e de gestão compartilhada.

Neste período dos 25 anos, houve mudanças importantes também para o HSP, que passou de hospital estritamente de ensino para um hospital de referência da rede pública do estado de São Paulo, o que aumentou o seu desafio e também a necessidade de mudanças em modelos de gestão e de prestação de serviços à sociedade. O desafio é ser um hospital universitário que também seja de assistência pública para uma parcela significativa da população.

## A Unifesp é Uma Só

Os anos mais recentes nos trouxeram a palavra e a necessidade do exercício conjunto da convergência, que deverá continuar. Novos caminhos virão, porém com o desejo de que a Unifesp permaneça uma só. Relutamos e não aceitamos que a Unifesp se transformasse em um conglomerado de escolas ou uma federação de *campi*, cada qual em sua cidade e conduzindo os seus rumos. Temos trabalhado nestes últimos anos para que a ideia de uma unidade em torno do ideal de universidade permaneça, que seja parte do imaginário e da compreensão cotidiana da comunidade Unifesp. Voltamos ao sonho, mas também ao projeto de uma Unifesp que seja o lugar onde docentes, técnicos e estudantes possam pensar, interagir e ser felizes na busca do conhecimento e do desenvolvimento humano.

Somos reconhecidos na área de saúde com certeza, sendo a segunda melhor universidade do nosso país nessa área. Porém somos também a universidade das engenharias (atualmente são seis cursos), das licenciaturas (atualmente são dez, sendo mais de 20% das vagas da graduação na formação de professores), dos bacharelados em diversas áreas de exatas, humanas e

ciências biológicas, das ciências sociais aplicadas e dos BIS (bacharelados interdisciplinares). Pela primeira vez, figuramos no *ranking Times Higher Education* (THE) na área da Educação, na terceira colocação em nosso país, com pouco mais de dez anos de implantação<sup>11</sup>. Em breve iniciaremos o curso de Direito e os demais cursos do ICidades. De acordo com a avaliação do MEC, segundo o Índice Geral de Cursos (ICG), a Unifesp é a quarta melhor universidade do país, tendo seu credenciamento com conceito máximo na escala (conceito 5).

Salientamos, ainda, a nossa atuação em parcerias internacionais, além da produção e interação com indústrias. De acordo com o relatório da Clavate Analytics, em 2019 a Unifesp atingiu o sétimo lugar (somando todas as áreas de conhecimento) entre as universidades brasileiras, considerando a produção de 2011 a 2018; está em segundo lugar em citações por pesquisador e em quarto em publicações com a iniciativa privada.

Relativamente ao impacto social, a Unifesp atingiu o topo no que diz respeito aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco, sendo a primeira em redução das desigualdades, promoção da igualdade de gênero e saúde e bem-estar, ficando entre as cem melhores instituições de ensino superior do mundo, segundo a prestigiosa avaliação do THE. Mais de um sistema de *rankings* colocou a Unifesp entre as primeiras do mundo em igualdade de gênero, e acreditamos que nossa gestão abriu esses caminhos, antes pouco trilhados.

Nestes 25 anos, a Unifesp se desenvolveu e amadureceu em torno de debates e de ideais. Afinal, a universidade é o campo das ideias, não de batalhas, o lugar de reflexão e pensamento, de cooperação e não de competição.

Por fim, salientamos alguns pontos que devem continuar fazendo parte de nosso universo, que foram desenvolvidos no último período, mas que ainda deverão ser objeto de ação.

Aprimoramos e queremos continuar aprimorando os mecanismos de democratização interna, de transparência e de participação. Formulamos e devemos formular novos aspectos da política de gestão de pessoas, aprimorando a saúde e o atendimento ao servidor e ao discente. Criamos um ambiente de pós-graduação e pesquisa, com as políticas de integração de grandes temas de pesquisa e de convergência. Será necessário continuar,

além de ter um diagnóstico mais preciso dos processos de internacionalização e um direcionamento institucional em todas as áreas do conhecimento. No desenvolvimento em larga escala da extensão, ocorrido no último período, é necessário dar apoio aos projetos sociais e de curricularização da extensão (somos uma das poucas universidades que realizaram esse desafio), além de continuar o apoio às EJs e aos projetos de impacto e social com a Agits.

Todas as pró-reitorias têm atuado para o desenvolvimento de políticas públicas, uma vez que não temos receio de tratar de temas candentes da sociedade, como a inclusão de gênero, a inclusão social, a inclusão das pessoas com deficiências, a questão do racismo e dos novos movimentos híbridos. Citar os *campi* em suas localidades é importante, mas também dizer que estamos organizados em nove unidades universitárias (EPM, EPE, ISS, ICAQF, ICT, EFLCH, EPPEN, IMar e o ICidades) e salientar que todos os diretores acadêmicos e administrativos têm atuado fortemente para que juntos sejamos uma Unifesp unida em torno da formação profissional e da produção de conhecimento, além do atendimento direto à sociedade.

Estamos construindo juntos uma história e seremos sempre uma universidade.

Vemos uma clara demonstração de que a comunidade acredita que é possível termos outros sonhos juntos, é possível fortalecermos a unidade entre os diferentes e é possível continuarmos servindo à nossa função precípua. Vivemos um momento de extremos, de notícias falaciosas e de ataques ao papel das universidades. Porém é também um momento de fortalecer este lugar, que é um patrimônio da nação.

A Unifesp reafirma sua ação e continuará buscando a sua autonomia, que tem significado a nossa capacidade de decidir sobre os nossos próprios rumos e sobre o nosso futuro para servir à sociedade.

Continuaremos realizando, porque os sonhos não envelhecem e porque a ação é o exercício da realidade concreta que nós podemos criar. Vamos nos preparar para os próximos 25 anos, com talento, seriedade, dedicação exclusiva, misturando saberes e vivências, buscando reconhecimento científico em diversas áreas com muita garra. Manteremos firmemente a defesa da Universidade, serviremos à Sociedade e junto com ela. Buscaremos o reconhecimento público e internacional como uma universidade comprometida com a transformação social. Teremos clareza, teremos serenidade e muita esperança, a do verbo esperar.

## Notas dos 25 Anos em 2020. União e Coragem de uma Geração diante da Pandemia. Juntos Iremos Mais Longe

*A esperança, só a esperança, nada mais, chega-se a um ponto em que não há mais nada senão ela, é então que descobrimos que ainda temos tudo.*

José Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, p. 190

Estamos em setembro de 2020. O mês da primavera no hemisfério sul. O mês que começa a anunciar o final do ano, de um ano atípico, com enormes dificuldades e incertezas. Aprendemos o valor do tempo presente, a exemplo do que dizia Carlos Drummond de Andrade. Aprendemos que a pressa não resolveria e que teríamos de ter a paciência necessária para entender os acontecimentos e encontrar soluções. Aliás, foi o exercício do que deve ser o espaço acadêmico, importante em cada momento, com criatividade e agilidade nas soluções. Afinal, como diz o professor e educador António Nóvoa, para que serve uma universidade senão “para fazer o que nenhuma outra instituição social é capaz de fazer?”.

Passamos boa parte destes últimos seis meses fazendo estudos, reflexões e produzindo conhecimento com o objetivo de melhorar a saúde humana, de desenvolver a vida em sociedade e encontrar soluções para um problema de grandes proporções. Problema criado por um novo vírus, por uma pandemia. Já tínhamos ouvido falar em pandemias passadas, a da gripe espanhola, por exemplo, mas não tínhamos entendimento do que seria viver uma situação destas. Tivemos de nos reinventar, utilizamos toda nossa capacidade, já instalada há décadas, para pensar estratégias bem desenhadas por meio de evidências científicas que auxiliam na tomada de decisões, bem como na formulação de políticas públicas para uma nação.

Um momento de reflexão e parada é o que fazemos ao completarmos os seis meses do início das ações da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em conjunto com o Hospital São Paulo (HSP), nosso hospital universitário, com a Escola Paulista de Medicina (EPM), a Escola Paulista de Enfermagem (EPE) e o *Campus* São Paulo (CSP). Logo depois do primeiro caso de coronavírus confirmado no país, ocorrido na cidade de São Paulo, ficou claro para nós que o epicentro da pandemia seria esta cidade. Apesar do

ceticismo de muitos, como Reitoria tomamos providências imediatas, por sermos uma universidade com forte inserção na área da saúde e por termos um dos maiores hospitais universitários, localizado exatamente na maior cidade e que foi fortemente afetada. Por isso, agimos imediata e concretamente, com a criação do Comitê Permanente de Enfrentamento ao Coronavírus (CPEC), com a participação de toda a alta gestão da universidade e do hospital. Alguns pensaram ser um exagero ou alarmismo, mas as estratégias que pensamos juntos foram fundamentais para o que viria a seguir.

Junto com o CPEC e em contato com instituições do nosso estado e outras universidades federais, em 16 de março decidimos pela suspensão das aulas presenciais. A Reitoria mobilizou todas as escolas e institutos para dois grandes eixos de atuação. O primeiro seria o apoio total às atividades assistenciais do HSP, com o preparo das estruturas, campanhas de doações para a realização de suas atividades e apoio orçamentário da universidade para o enfrentamento. O segundo foi a forte inserção e interesse de toda a comunidade acadêmica para continuar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo de forma digital. Além da EPM e EPE, já envolvidas desde o primeiro instante pela inserção e ligação com o HSP, participaram também o Instituto Saúde e Sociedade (ISS), o Instituto do Mar (IMar), o Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF), o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), a Escola Paulista de Política Economia e Negócios (EPPEN) e o Instituto das Cidades (ICidades). Foi bonito ver todas as unidades oferecendo apoio ao HSP e depois atuando de maneira engajada para fazer atividades didáticas digitais, bem como atividades administrativas.

Aprendemos a fazer reuniões de todos os tipos de maneira virtual, houve um estranhamento, mas houve agilidade e logo nos adaptamos para realizarmos mais. Atualmente todos confirmam que aumentou a nossa eficiência, apesar do enorme trabalho. Porém, com o passar do tempo, a gravidade da situação foi aumentando, mas ainda não imaginávamos que seria tão grave e que duraria tanto tempo. Mesmo assim, da parte da Reitoria buscamos engajar todos, juntar esforços e valorizar cada ação de enfrentamento. As experiências anteriores, especialmente a da epidemia do H1N1 em 2009, direcionaram para a criação de uma Unidade Ambulatorial de Insuficiência Respiratória (UIR), bem como para a organização de coortes e

espaços de atendimento para enfrentar a doença devastadora. Solicitamos à Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do HSP e à Disciplina de Infectologia que nos orientassem nos treinamentos e procedimentos para higiene, utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) e protocolos com base no conhecimento sobre o novo coronavírus. Atuamos sempre a partir das evidências científicas fundamentais. Foi um enorme desafio fazer treinamentos utilizando diversas formas de comunicação. Por isso, o Departamento de Comunicação Institucional (DCI) da Unifesp foi totalmente orientado para dar atendimento emergencial às estratégias de comunicação por *e-mail*, redes sociais diversas e *lives*, criadas para aumentar e agilizar a integração. Foram inúmeras atividades virtuais públicas, vídeos, *sites* e uma plataforma especialmente criada para a divulgação do enfrentamento à Covid-19 (<https://coronavirus.unifesp.br/>). Nosso DCI foi também fundamental na relação com a mídia, para divulgar as pesquisas e apresentar os dados à sociedade, bem como no relacionamento com diversas instituições parceiras. Em seis meses de ações de emergência, não tivemos descuidos e todas as notícias foram sempre positivas para a Unifesp. Em um tempo digital, tudo é rápido e vivo, e não tínhamos certeza de que nossa Tecnologia da Informação daria conta de uma comunicação segura e eficiente. Apesar de pequena e com poucos recursos, a nossa Superintendência em Tecnologia da Informação (STI) atualizou muitas ações e conseguimos não só aumentar a comunicação entre nós, como também apropriar docentes e técnicos para a utilização de ferramentas adequadas para a atividade administrativa e acadêmica. Termos antes estranhos para nós, como *lives* e webinários, agora fazem parte do nosso cotidiano, além de reuniões administrativas, conselhos, congregações e até inaugurações e cerimônias.

Somos hoje mais de 22 mil estudantes, quatro mil técnicos administrativos e 1,6 mil docentes. Para essa engrenagem funcionar, pois em momento nenhum paramos, foi necessário buscar orçamentos a partir do Ministério da Educação, da Saúde, Secretarias da Saúde do estado e do município, bem como de doações. Foram múltiplas frentes de atuação, necessárias não só para a compra de materiais e de insumos para o hospital, mas também para a continuidade das pesquisas, bem como o atendimento de nossos estudantes, com o fornecimento de auxílios emergenciais, computadores e conectividade para os que não tinham. Conseguimos orçamentos suplementares do MEC e de outras vias como o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais

Universitários Federais (Rehuf), perfazendo um total de vinte milhões de reais. Além disso, houve grande envolvimento de nossa comunidade e de instituições públicas e privadas nas campanhas de doação. Organizamo-nos com a Procuradoria Federal da Unifesp com o objetivo de termos o respaldo para o recebimento das doações, que foram apresentadas no portal de maneira transparente pelo HSP, Colsan e pela FapUnifesp<sup>12</sup>. Aprendemos a pedir doações, mas também a receber. A partir de um chamamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, conseguimos três milhões de reais para dar apoio ao Laboratório de Virologia e para ampliar a capacidade de testagem e acompanhamento dos pacientes. Ao todo foram cerca de doze milhões de reais em depósitos, que possibilitaram a renovação de estruturas, compra de respiradores e muitos outros equipamentos para triplicarmos a capacidade de atendimento aos pacientes da Covid-19, além das inúmeras doações de materiais como máscaras, aventais, suprimentos e alimentos de todos os tipos. Essas doações incluíram grandes empresas, mas também pessoas, em um movimento amplo de solidariedade. Tivemos desde a entrega de alimentos feitos pelas pessoas que queriam contribuir até o envio de materiais dos pesquisadores dos *campi* Baixada Santista, São Paulo e Diadema, que levaram luvas e máscaras de seus laboratórios em um gesto singular, especialmente em um momento em que não era possível comprar máscaras e luvas. Em outra ação simples, mas muito representativa, os laboratórios da Química e da Farmácia, do *Campus* Diadema, produziram para o hospital o álcool gel, que também não era encontrado para compra.

No primeiro momento em que os produtos haviam desaparecido do mercado, essas doações foram fundamentais, mas tivemos de ser criativos para conseguirmos realizar as compras públicas; para isso, utilizando uma capacidade administrativa e de forte gestão orçamentária, nossa Pró-reitoria de Administração (ProAdm) organizou procedimentos de chamamento público e passou a realizar as compras para cinquenta instituições que aderiram ao procedimento, o que possibilitou a aquisição de produtos em larga escala e preços condizentes. Em mais uma ação criativa e para auxiliar nos trabalhos do HSP, nossa Pró-reitoria de Gestão com Pessoas (PROPESSOAS) realizou os Processos Seletivos Simplificados (PSS), que possibilitaram a contratação emergencial para suprir as demandas por médicos, enfermeiros e biomédicos, especialmente após o adoecimento de muitos dos nossos

servidores. Tivemos grande preocupação com a nossa comunidade, por isso efetivamos um atendimento específico no Núcleo de Assistência à Saúde dos Funcionários (Nasf), bem como aos residentes e pós-graduandos da linha de frente, que foram prioritariamente atendidos pelo Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD), além do apoio para o cuidado com a saúde mental e do trabalho dos Núcleos de Apoio ao Estudante (NAE), que auxiliaram também no atendimento aos estudantes.

Como uma universidade fortemente voltada para a pesquisa, os pesquisadores se uniram e continuam atuando para entender e estudar o novo coronavírus. A partir de chamamentos públicos feitos pela Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPGPQ), em seis meses foram mais de 230 projetos de pesquisas sobre a Covid-19 apresentados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)<sup>13</sup>. Atualmente, foram computados mais de 180 projetos em andamento envolvendo seres humanos, além dos projetos nas áreas experimentais e os projetos em área química, meio ambiente e humanidades. Além de mobilizar toda a comunidade Unifesp, o momento de enfrentamento da Covid-19 levou a uma iniciativa importante dos estudantes da EPM, que, com o apoio de sua diretoria, criaram um programa de voluntariado, fortemente inserido em ações de saúde e de vigilância sanitária também das comunidades do entorno do HSP. Diversos programas de extensão foram criados e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura fomentou ações de distribuição de alimentos, de criação de espaços de descanso, mas também ações de cultura e projetos sociais em um total de mais de setecentas ações cadastradas em toda a universidade. Os movimentos para pesquisa e extensão foram exercícios importantes de convergência e de unidade. A criação dos webinários de pesquisa, dos projetos internacionais, dos projetos de inovação tecnológica com a nossa Agência de Inovação Tecnológica e Social (Agits), bem como do Instituto de Estudos Avançados e Convergentes (Ieac), tornou-se estratégia de discussão científica de grande apreciação da comunidade, que participa ativamente.

As atividades de graduação tiveram grandes desafios. A partir de formulários e estudos, verificamos a necessidade de programas voltados ao desenvolvimento docente, que foi impulsionado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), bem como pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), que atuou fortemente para compartilhar conhecimentos pedagógicos e



metodologias digitais. Foi um importante laboratório de ensino e aprendizagem emergencial. Isso não significa que assumimos o ensino a distância como modalidade em todos os níveis, mas que utilizamos todo nosso potencial e capacidade para minimizar os prejuízos na formação de nossos estudantes. O programa de inclusão digital dos estudantes de graduação, e agora da pós-graduação, possibilitou que todos os estudantes tivessem acesso à internet em um trabalho que contou também com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), os Núcleos de Apoio ao Estudante (NAES), as Diretorias dos *Campi* e das Escolas. Voltaremos às atividades presenciais, mas tivemos um ganho em planejamento, bem como nas atividades com base em novas metodologias de ensino e aprendizagem. Um desafio constante e que deve estar sempre presente em nossa instituição. Da parte dos estudantes, foram realizadas muitas atividades digitais, elaboradas de maneira inovadora, também alinhadas com o tempo presente. Na EPM, os estudantes de Medicina souberam realizar o Brazilian International Congress for Medical Students (Braincoms)<sup>14</sup>, totalmente digital e vibrante, com mais de 25 mil participantes de todo o Brasil e de vários países. Muitas atividades extracurriculares estão acontecendo em todos os níveis. Apesar do distanciamento presencial, o desafio do contato e das ações digitais foi vencido com a realização do Congresso da Unifesp, que reuniu durante cinco dias inúmeras atividades, com 26 mil inscritos, grande parte deles (47%) pessoas que não eram da comunidade Unifesp e que se conectaram com o conhecimento produzido e debatido por nós<sup>15</sup>. A universidade pública produzindo conhecimento público.

Em minhas palavras finais, quero salientar dois aspectos fortemente presentes e que devem continuar conosco: a unidade e a coragem. De maneira corajosa e muito unida, enfrentamos desafios que vencemos e outros que ainda teremos de superar. Agradeço a todos que fazem parte desta grande universidade, unida e corajosa. E faço também alguns agradecimentos especiais às equipes do HSP, que souberam honrar os fundadores da EPM em sua coragem e dedicação incansável. Aos que enfrentaram a Covid-19 desde o início, entre os quais as equipes do Pronto Socorro (PS), das Enfermarias da disciplina Doenças Infecciosas e Parasitárias (Dipa) e da Pneumologia, das Unidades de Terapia Intensiva (UTIS), dos laboratórios de diagnóstico, das equipes multiprofissionais, das engenharias, da farmácia, da limpeza, da

lavanderia, da nutrição, das Diretorias Clínica e Técnica, da Diretoria de Enfermagem, além da Superintendência do HSP e da Presidência do Conselho Estratégico do HSP, todos incansáveis e firmes. Houve medo e cansaço, mas não houve recuos. Houve coragem e união. A união entre as pessoas e o firme propósito que possibilitou o atendimento público pelo Sistema Único de Saúde (SUS) àqueles que mais necessitaram, na maior cidade de nosso país, que enfrenta todos os dias os desafios da megalópole e das desigualdades sociais. Unimo-nos para combater o desconhecido e tivemos e estamos tendo a coragem para enfrentar os desafios a cada dia. Como diz o provérbio de autor desconhecido, mas que representa uma filosofia milenar, “sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos iremos mais longe” e, acrescento, iremos por mais tempo. É preciso continuar e resistir, é preciso manter tudo isso funcionando. Somos muitos e somos capazes. A sociedade confia em nossa missão e faremos por merecer, por trabalhar em torno de um bem comum e de um mundo melhor.

- 
1. Detalhes sobre a história da Unifesp em: <<https://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/apresentacao>>.
  2. Detalhes sobre a comemoração dos 25 anos da Unifesp em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3771-cerimonia-abre-comemoracoes-dos-25-anos-da-unifesp>>.
  3. Estatuto da Unifesp disponível em: <<https://www.unifesp.br/institucional/institucionalsub/estatuto-e-regimento-institucional>>.
  4. Análise do Perfil dos Estudantes Ingressantes da Unifesp disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/prae/comissoes/cepeg/documentos/perfil-geral>>.
  5. PDI (2016-2020) da Unifesp disponível em: <[https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/images/Documentos\\_PROPLAN/Documentos\\_PDI/PDI\\_2016\\_2020/Versao\\_Aprovada\\_cons/PDI\\_Unifesp\\_vs\\_09112017.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/images/Documentos_PROPLAN/Documentos_PDI/PDI_2016_2020/Versao_Aprovada_cons/PDI_Unifesp_vs_09112017.pdf)>.
  6. IGC e outros indicadores da Unifesp disponíveis em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhes-ies/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTkx>>.
  7. Acesso aos indicadores institucionais da graduação em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/indicadores/graduacao>>.
  8. Acesso aos indicadores institucionais da pós-graduação em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proppgq/index.php/pos-graduacao/stricto-sensu/a-pos-graduacao-em-numeros>>.

9. Detalhes sobre a Escola Paulistinha disponíveis em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/paulistinha/>>.
10. Acesso aos relatórios de orçamento da Unifesp em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/transparencia/relatorios/orcamento>>.
11. Indicadores do *Times Higher Education* (THE) disponíveis em: <<https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2020/>>.
12. Acesso ao Portal em: <<https://www.unifesp.br/doihs>>.
13. Detalhes sobre os projetos tramitados no CEP da Unifesp em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-anteriores-dci/item/4692-mais-de-130-pesquisas-aprovadas-sobre-covid-19-no-comite-de-etica-em-pesquisa-da-unifesp>>.
14. Página do BrainComs disponível em: <<http://braincoms.com/>>.
15. Página do Congresso da Unifesp disponível em: <<https://congresso.unifesp.br/>>.

# 3

## A Experiência do Hospital São Paulo nos Processos de Expansão da Unifesp: Conquistando Espaços, Reinventando a Pesquisa

ANA NEMI

EM 10 DE NOVEMBRO DE 1995, quase um ano após a transformação da Escola Paulista de Medicina (EPM) em Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciava que o Hospital São Paulo (HSP) atenderia pacientes de convênio médico. A matéria destacava:

A coordenadoria de convênios do hospital foi montada em julho, mas o projeto existe há pelo menos cinco anos, segundo o coordenador, cirurgião José Nei Marinho. “Tivemos de

achar saídas de mercado para manter o hospital em funcionamento”, disse. Segundo ele, já existem 50 empresas inscritas.

O repasse mensal [do SUS], no valor de R\$ 4 milhões, é insuficiente para pagar os fornecedores. O déficit mensal representa 40% desse valor, de acordo com o diretor-financeiro Mário Monteiro.

De acordo com Monteiro, portaria do Ministério da Saúde autoriza a destinação de até 30% dos leitos de unidades conveniadas ao SUS para fins lucrativos.

Os pacientes com acesso a convênio de saúde vão utilizar as instalações do recém-concluído anexo do hospital.

Para equipar todo o prédio, o hospital lançou a campanha Solidar, que planeja arrecadar de R\$ 6 milhões a R\$ 8 milhões entre a população com o *slogan* Ajude o Hospital São Paulo a Ajudar Você. “Vamos oferecer a estrutura de um hospital privado para manter o atendimento aos que não podem pagar”, disse<sup>1</sup>.

Tratava-se, nas palavras dos entrevistados, da concretização de um projeto de expansão do HSP que permitiria melhor financiamento e atendimento à população, mas não apenas à população conveniada, também àquela que dependia do Sistema Único de Saúde (SUS), já que os recursos destinados pelo Estado para o sistema instituído pela Constituição de 1988 não permitiam um trabalho de qualidade no Hospital. O desejo manifesto na reportagem, no entanto, além de não se efetivar, já que o HSP nunca teve mais do que 10% dos seus leitos ocupados por pacientes privados, não permite entrever os debates que tiveram lugar na EPM e na Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) para decidir sobre a ocupação do novo prédio chamado de Anexo. As disputas pela ocupação do novo prédio que vinha sendo construído apontam uma importante dimensão da história da Unifesp: parte dos docentes pretendia que o novo prédio fosse ocupado com a administração do Hospital, que era especialmente público; outra parte pretendia que ali se estabelecessem leitos privados, numa disputa que evidencia as imbricações público-privadas que marcam essa história.

A sociedade civil EPM havia sido fundada em 1933 como entidade sem fins lucrativos e filantrópica, fato que lhe facultava isenção de alguns impostos e possibilidade de disputar fundos públicos para o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e atendimento à saúde pretendidas desde o princípio e fortalecidas pela inauguração das primeiras enfermarias do Hospital em 1940. O Hospital constituía-se, assim, no coração da escola médica, e se articulava com a pesquisa básica desenvolvida em laboratórios fora dos seus

espaços pela formação oferecida pela Escola. O financiamento das suas atividades, no entanto, mostrou-se, desde os primeiros anos, de difícil equilíbrio. As subvenções destinadas pelas três esferas de poder e os recursos auferidos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões mostraram-se sempre insuficientes. Além disso, as mensalidades pagas pelos alunos não podiam sustentar a Escola e suas edificações adjacentes, como a Escola de Enfermeiras, que qualificavam a formação dos alunos e a assistência à saúde oferecida aos paulistas. O recurso a doações pontuais, que não se transformavam em contribuições regulares, obrigava a EPM a constantes injunções aos poderes públicos e não evitava os desequilíbrios orçamentários. Por isso, em junho de 1950, formou-se uma comissão que deveria estudar as condições, possibilidades e viabilidade da federalização da EPM<sup>2</sup>.

Mas quando a Escola foi federalizada, em 1956, o Governo Federal não incorporou os espaços do Hospital no processo de federalização, o que significou que a Escola se tornava federal mas as dívidas acumuladas entre 1933 e 1956 ficavam, em sua maior parte, aos cuidados de negociações que deveriam ser empreendidas pelo Hospital, mantido privado e obrigado por lei a oferecer seus leitos ao ensino da EPM gratuitamente. A lei que federalizou a Escola deixou evidente a imbricação público-privada que até hoje se verifica, já que definia claramente em seu artigo 2º, parágrafo único: “Para o ensino das clínicas da Escola Paulista de Medicina, a entidade mantenedora do Hospital de São Paulo assegurará, mediante cláusula na escritura referida neste artigo, a utilização de suas enfermarias gerais, instalações e equipamentos, independente de qualquer indenização”<sup>3</sup>.

Dessa forma, federalizada a Escola, teria o Hospital de administrar especialmente as dívidas mantidas com ele, e para isso os professores, que eram membros da Congregação da Escola agora federalizada e também gestores do Hospital, fundaram a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM, hoje Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, com a mesma sigla), proprietária e responsável pela gestão do Hospital, suas edificações e sua Escola de Enfermeiras. A SPDM só teve seus estatutos novos aprovados em 1960, quando também passou a realizar suas assembleias e reuniões do Conselho Deliberativo independente da Congregação da Escola. Destacavam-se, entre os seus fins, “o

aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da assistência médica”. Para seu cumprimento, a SPDM deveria “a. manter o Hospital São Paulo, ambulatórios, dispensários, laboratórios, Escola de enfermagem e departamentos outros, de cujas atividades resultam, ainda que indiretamente, proveitos de ordem científica, didática ou assistencial; b. estimular a investigação médico-científica”<sup>4</sup>. Mas os interesses eram recíprocos e difíceis de serem desvencilhados, dado que a SPDM administrava o Hospital-Escola sem o qual o ensino médico da EPM ficaria prejudicado. Os problemas de financiamento do Hospital não diminuiriam com a federalização da Escola, e esse fato manteve a Escola e a SPDM em constantes tratativas com os poderes públicos.

Marcos Lindenberg, um dos idealizadores do projeto da primeira Universidade Federal de São Paulo, chamada de UFSP<sup>5</sup> na época – projeto abortado pelo advento da Ditadura Militar em 1964 –, imaginava que a incorporação da EPM à UFSP garantiria a federalização do Hospital, conforme vinham desejando os professores desde que perceberam a continuidade dos problemas de financiamento. Mas a Ditadura não alteraria a tendência manifestada pelo governo brasileiro desde os primórdios da República, não seriam incorporados hospitais<sup>6</sup>, e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 reforçaria o modelo previdenciário de atendimento à saúde.

A ação do governo federal, e sua recusa em incorporar o Hospital e suas edificações, reforçava uma tendência da assistência à saúde no Brasil: o governo era comprador de serviços oferecidos por hospitais privados, com ou sem fins lucrativos, em pouquíssimos casos seria o dono do hospital e administrador dos seus serviços. Partia-se do princípio de que as instituições filantrópicas que ofereciam assistência aos pobres e “indigentes” podiam solicitar aos poderes públicos a remuneração pelo serviço prestado, o que era operacionalizado principalmente por meio de subvenções e convênios. Foi durante o período republicano que se conheceu o avanço de ações em saúde pública que se reivindicavam como filantrópicas, especialmente na edificação de novos hospitais<sup>7</sup> e de escola médicas. A Lei federal n. 173, de 10 de dezembro de 1893, ao propor a regulamentação das associações fundadas com objetivos morais, religiosos, artísticos, científicos, políticos e recreativos, estabeleceu os critérios para a fundação de uma pluralidade de sociedades civis sem fins lucrativos com interesses diversos, sendo as

filantrópicas voltadas para a prestação de serviços de saúde, no mais das vezes criadas por médicos ou grupo de médicos, as que interessam aqui<sup>8</sup>. A república, dessa forma, encontrou uma maneira legal de garantir às instituições filantrópicas a movimentação de recursos privados e públicos no oferecimento dos serviços dos seus hospitais e na construção de novos prédios quando fosse necessário. Os estatutos das novas sociedades civis deveriam ser claros: a afirmação de uma sociedade civil como sendo sem fins lucrativos indicava a possibilidade de isenção de determinados tributos, assim como a afirmação do oferecimento de serviços públicos em saúde e da abertura de novos leitos para atendimento gratuito aos pobres; indicava a possibilidade de disputar recursos públicos. Estes viriam na forma de receitas extraordinárias ou, mais comum a partir dos anos 1930, quando se fundou a EPM, na forma de subvenções aprovadas pelas assembleias federal, estaduais ou municipais.

Ao longo da história do Hospital, nas atas da Congregação da EPM e da assembleia de sócios da SPDM, a percepção da insolvência implicava sempre as seguintes propostas (alternadas ou imbricadas, dependendo do momento estudado): solicitação de verbas complementares nas esferas municipal e estadual para poder cumprir o atendimento feito especialmente no pronto-socorro, sempre aberto a todos os pacientes independentemente do motivo identificado; contratação de novos funcionários a partir da EPM a fim de não onerar a folha de pagamento da SPDM; aumento dos leitos privados, visando financiar melhor as atividades de ensino; e, por último e não menos importante, a solicitação de incorporação do Hospital ao patrimônio público. Com a edificação do SUS, a partir de 1988, os problemas e as ações políticas, notadamente pela forte presença das filantrópicas nas suas estruturas, não se alterariam: o subfinanciamento das ações pretendidas e efetivamente empreendidas como problema central, e a solicitação de verbas públicas suplementares, novos funcionários pagos pelo erário público e tentativas de federalização do Hospital como bandeiras políticas principais. Tais propostas, no entanto, nunca foram consenso na comunidade *epemista*, sempre houve os que defenderam a manutenção do Hospital como sociedade civil e filantrópica privada, assim como sempre houve os que consideravam a inviabilidade do financiamento do Hospital nos termos históricos em que fora construído. Os recursos para equipamentos, desenvolvimento de pesquisa,



ensino e extensão, e pagamento de funcionários sempre contaram com aportes públicos vindos de convênios e acordos com os Ministérios da Saúde e da Educação, mas as negociações de dívidas, que implicam alienação de patrimônio, sempre contaram com as possibilidades da SPDM, e tais possibilidades sempre foram fortalecidas pela interveniência da EPM-Unifesp.

Há outra característica dessa história de imbricações público-privadas que cabe destacar: em sua trajetória, o complexo HSP/SPDM/EPM/Unifesp construiu uma engenharia financeira que implicou a expansão das edificações e das ações em saúde oferecidas para, assim, melhorar os rendimentos auferidos e a qualidade dos serviços oferecidos. E algumas dessas novas edificações ganharam autonomia em relação ao HSP/SPDM, especialmente quando construídas a partir de departamentos e/ou disciplinas específicos. Destaco aqui cinco experiências.

O Instituto Paulista de Estudos e Pesquisa em Nefrologia e Hipertensão (Ipepenhi), criado em 1983; o Instituto de Diagnóstico por Imagem, em 1986; o Instituto da Visão, em 1990; o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc), em 1991; e o Instituto do Sono, criado em 1992. A ampliação das fontes de receita pretendida pelas novas instituições levaria à criação de novas figuras jurídicas de acordo com as possibilidades políticas conjunturais. O Ipepenhi se transformaria em Fundação Oswaldo Ramos em 1993, e dessa forma fundaria seu Hospital, o Hospital do Rim, em 1998, que se tornou referência em sua área. O Instituto de Diagnóstico por Imagem se transformaria em Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi) em 2006, inaugurando nova e maior sede em 2016. O Instituto da Visão, hoje conhecido como Instituto Paulista de Estudo e Pesquisa em Oftalmologia (Ipepo), ocupará o térreo e dois andares do novo edifício do Hospital Universitário, chamado de HU<sub>2</sub>, e já atendeu mais de trezentos mil pacientes pelos estados do Brasil em seus mutirões de catarata e de glaucoma. O Graacc construiria prédio próprio em 1998, e inaugurou novo edifício em 2013, tendo atingido em 2015 a marca de quinhentos transplantes de medula óssea realizados<sup>9</sup>. O Instituto do Sono, vinculado à Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa (Afip), faz parte de um complexo de três unidades que atendem pacientes do SUS e privados. Todas essas instituições são certificadas como de utilidade social, filantrópicas, como o HSP/SPDM, e

vinculadas à universidade pública por convênios, mas autônomas em relação às instituições de origem.

Não por acaso, em 1996, o Conselho Universitário (Consu) aprovou alteração em seus estatutos a fim de definir as relações entre as instituições em expansão e a instituição original:

Dos Órgãos Suplementares

Artigo 166. As atividades de ensino, pesquisa ou extensão, desenvolvidas nos órgãos suplementares, serão sempre supervisionadas por um docente ou técnico-administrativo da Unifesp, que será o responsável acadêmico.

[...]

Artigo 168. As entidades vinculadas, organismos dotados de autonomia institucional, sob a modalidade de pessoas jurídicas de direito privado, ou assemelhadas, regularmente constituídas, com organização e direção próprias, manterão com a Unifesp vínculos estreitos de atuação, em colaboração com seus departamentos, disciplinas e órgãos complementares.

§ 1º Em caso de extinção, o patrimônio das entidades associadas deverá reverter a favor da Unifesp.

§ 2º As entidades vinculadas obedecerão às normas fixadas pelo Consu<sup>10</sup>.

Mas a alteração acima não poderia durar muito tempo, os novos espaços, à medida que cresciam, estabeleciam contratos com entes privados que implicavam o duplo uso dos seus espaços: pela Unifesp, por meio dos convênios com o SUS e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e com os entes privados contratados para serviços em separado. Dessa forma, a figura do “órgão suplementar” seria suprimida dos estatutos e seriam definidas, caso a caso, as formas de convênio entre a Unifesp, o HSP/SPDM e cada uma das instituições autonomizadas em figuras jurídicas separadas do complexo. Em Resolução de 13 de abril de 2005, quando da criação da Fundação de Apoio à Unifesp, o Consu decidia:

Artigo 1º Fica reconhecida a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp) como órgão suplementar da Unifesp nos termos da Lei n. 8.958/94.

Artigo 2º Ficam revogados os reconhecimentos das demais entidades de direito privado, na condição de órgãos suplementares da Unifesp<sup>11</sup>.

Em todas essas novas instituições, as atividades de pesquisa, ensino e assistência se desenvolvem a partir de parcerias com a Unifesp e com o SUS e

seus gestores locais. A Fidi, por exemplo, iniciou uma parceria com a Prefeitura de São Paulo em 2001, hoje atua também no estado de São Paulo e, desde 2011, fora do estado, em um movimento que também tem sido feito pela SPDM na gestão de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Programas de Saúde da Família. A autonomia resultante do fato de constituírem figuras jurídicas independentes, porém, permite que estabeleçam contratos com convênios privados, mas, assim como sua instituição de origem, o HSP/SPDM, sua maior atuação tem sido com o SUS, sendo a Afip a principal exceção, já que apenas na sua unidade da rua Napoleão de Barros o atendimento ao SUS é mais forte.

Há movimentos de expansão que mantêm um vínculo maior com o Hospital e a SPDM, além de não chegarem a constituir órgãos suplementares. É o caso do Laboratório do Índio, criado em 1992 como decorrência do desenvolvimento do Projeto Xingu, cujas origens podem ser reportadas às caravanas médicas ao Araguaia organizadas pelo Prof. Dr. Roberto Baruzzi nos anos 1960<sup>12</sup>. Por meio de convênio entre o Departamento de Medicina Preventiva e o HSP/SPDM, o Projeto Xingu tem oferecido atendimento à saúde às populações indígenas em muitos lugares do Brasil<sup>13</sup>.

As cinco instituições citadas anteriormente se desenvolveram nos anos 1990, ligadas aos ventos da Reforma Gerencial do Estado<sup>14</sup> e ao processo de transformação da EPM em Universidade, um movimento que articulava antigas intenções dos docentes com as transformações políticas e sociais que vinham sendo implementadas pela Nova República.

Dessa forma, buscando melhorar o financiamento das atividades, verificar-se-ia o mesmo processo na expansão da SPDM como entidade filantrópica no âmbito do SUS. Em 1994, a SPDM iniciou atividades em programas conjuntos com municípios e estados voltados para a atenção primária, portanto independentes da experiência do HSP, uma trajetória que a levaria a certificar-se como Organização Social (OS) em 1998. Esse processo de expansão da SPDM, que a tornaria a maior gestora de equipamentos públicos do estado de São Paulo no início do século XXI, esteve apoiado nas suas relações com a EPM e na gestão do HSP, já que a Escola médica, pública e de excelência, assim como seu Hospital Universitário, ofereciam os suportes acadêmicos que legitimavam a referida expansão.

Cabe reiterar que o complexo acompanhou, em suas vicissitudes, os meandros da história da saúde no Brasil. Se as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX conheceram os primeiros movimentos a partir dos quais o favor deveria transformar-se em serviço público de atendimento à saúde<sup>15</sup>, as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI conheceram os esforços para a edificação de uma saúde de fato pública a partir dos princípios de equidade, integralidade e universalidade que pautaram a construção do SUS. Tais princípios, no entanto, são cotidianamente contestados pela herança das regulações de favor cuja movimentação entre o formal e o informal criou categorias explicativas como “não lucrativo”, “voluntariado” e “utilidade pública”, e que geraram, também, instituições de caráter múltiplo e diferenciado, com as OSS, as organizações não governamentais (ONGS) e múltiplas sociedades civis sem fins lucrativos<sup>16</sup>. A experiência do HSP e da sua entidade mantenedora, a SPDM, tipifica as contradições resultantes da convivência de diferentes modelos de gestão no longo processo de edificação de serviços públicos de atendimento à saúde no Brasil. O HSP é um hospital universitário vinculado a uma universidade pública, mas sua mantenedora é uma instituição filantrópica certificada como OS e, dessa forma, gestora de hospitais públicos, farmácias populares municipais e outras vinculadas à Secretaria Estadual de Saúde, além de unidades de serviços de atenção básica. A presença de instituições filantrópicas no atendimento à saúde dos brasileiros desde o século XIX evidencia um movimento de imbricação entre formas tradicionais de filantropia e formas de expansão da cidadania construídas pelas Constituições do século XX que se pretenderam democráticas, como as de 1934, 1946 e 1988. Entre a solidariedade e a regulação do favor, verificam-se duas dimensões que pautam a ação filantrópica no país, o que nos leva a indagar: como a luta cotidiana dos agentes sociais envolvidos na gestão da SPDM sobreviveu em relação aos problemas de financiamento denunciados pelos movimentos sociais em favor da saúde pública?<sup>17</sup> Como tais agentes puderam buscar soluções para além da norma pactuada? Como se movimentaram entre princípios de emancipação e regras de regulação? A resposta tem sido o constante enfrentamento dos poderes públicos em busca do justo financiamento, por um lado, e a busca de modelos de gestão e financiamento, como os desenvolvidos pelos cinco exemplos anteriormente destacados, que

implicam a construção de órgãos e entidades que se autonomizam em relação ao complexo, mas que a ele se ligam por meio de convênios que viabilizam o atendimento à população carente, a pesquisa e o ensino. Dessa forma, os esforços conjuntos da Unifesp e da SPDM para o referido justo financiamento do Hospital foram reforçados no recente acordo de cooperação assinado entre a SPDM e a Unifesp<sup>18</sup>, que indica como será gerido o HU<sub>2</sub>, reconhece a história de imbricações aqui sumariada, quando afirma:

[...] O presente Acordo tem como objetivo a conjunção de esforços para promover melhoria no ensino, na pesquisa e na assistência, contribuindo para o fortalecimento do Hospital São Paulo, Hospital Universitário da Unifesp – HSP/HU a partir dos seguintes pilares:

I – direção colegiada bipartite em nível estratégico e de gerenciamento, com a participação conjunta e cabível das instâncias assistenciais, acadêmicas e de gestão da área de saúde [...]<sup>19</sup>.

## Qual Ciência? Quebrando Fronteiras na Unifesp

Se a assistência construída a partir do complexo espalhou-se pela cidade de São Paulo, pelo estado e por algumas partes do Brasil, assim também aconteceu com a pesquisa e o desenvolvimento científico. E talvez, neste livro, que pretende contar algumas histórias sobre os 25 anos da transformação da EPM em universidade, seja necessário ousar sugerir caminhos para a ciência que se desenvolve na articulação entre ensino, pesquisa e assistência à saúde considerando os diálogos possíveis com os campos do conhecimento enraizados pela expansão da Unifesp na primeira década do século XXI, quando novos *campi* foram criados com áreas do conhecimento que convidam à interlocução.

A pesquisa que fazemos hoje ainda é tributária da especialização de saberes que caracterizou o desenvolvimento das universidades entre o tempo dos iluminismos e o século XIX. Tal fato se explica pelas urgências de construção de disciplinas que permitissem enfrentar as epidemias e os processos revolucionários, compreender o que então se chamava de sentido da história, assim como perscrutar a natureza e compreender os agentes transmissores de doenças, as características do mundo natural e suas leis. A fundação da Universidade de Berlim, em 1810, pode tipificar o argumento que pretendemos desenvolver aqui. Seus fundadores, frequentadores dos círculos

de Weimar, onde se encontravam também os poetas Schiller e Goethe, fabularam um espaço para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos onde o papel do Estado seria limitado, de modo que a liberdade seria o fundamento da formação do cidadão, da sua busca pela felicidade e pelo bem-estar da nação. A fronteira entre os séculos XVIII e XIX produziu, dessa forma, uma contradição que é o fundamento do mundo contemporâneo e com o qual nos debatemos ainda: para destruir o mundo dos absolutismos era preciso radicalizar a defesa das liberdades, entregando aos homens, considerados iguais por natureza, o poder soberano de decidir sobre suas trilhas, seu trabalho, suas formas de produção e distribuição de riquezas. Mas a sociedade capitalista que então se enraizava trazia um problema que os arbitristas da liberdade não conseguiram enfrentar a contento: como tornar iguais em política e na sociedade os desiguais em vida? As pessoas, mesmo livres, não chegavam iguais ao mercado de trabalho, não tinham acesso igual aos saberes acumulados da humanidade. Se iguais segundo as Cartas de direitos que então se proclamavam, eram desiguais na experiência, o que distanciava os discursos da realidade vivida e, acima de tudo, tornava desiguais as oportunidades e as possibilidades. Para muitos, e até os dias de hoje, a educação seria o espaço para tornar os desiguais em vida em iguais nas oportunidades, a educação ofereceria a chance do pensamento e da ação independentes. Mas, se os fundamentos das universidades nessa época supunham uma formação integral para a independência dos indivíduos, as urgências econômicas e sociais, por exemplo de domínio de princípios ativos e processos naturais para controle dos fenômenos da natureza, ou ainda de técnicas e tecnologias que transformavam fenômenos naturais em máquinas operadas pelos homens para aumento da produtividade, implicaram a disciplinarização dos saberes.

O desenvolvimento dos saberes resultantes de pesquisa científica convivia, no século XIX, e ainda entrado o XX, com teses que chamamos hoje de universalizadoras, ou seja, teses que acreditavam em uma natureza humana única e em uma evolução histórica que nos levaria todos, indivíduos e nações, às mesmas conquistas científicas, políticas e sociais. Tal entendimento da aventura humana na história trazia em si uma distribuição hierárquica entre povos e nações, sendo os considerados mais “desenvolvidos” modelo para os “atrasados”. Muitos historiadores foram formados com base nessa ideia de que haveria um sentido na história que poderia ser perscrutado pela pesquisa

científica, as especificidades dos lugares e povos seriam apontadas pela pesquisa e, no plano da governação, seria indicada a passagem para a modernização. Do ponto de vista da pesquisa científica também havia a ideia de que os remédios e soluções em cuidados com a saúde poderiam ser aplicados a todos, assim como as conquistas tecnológicas. Claro está que os benefícios da vacinação em massa são indiscutíveis, mas as necessidades e características dos lugares e povos do mundo seguramente jamais serão as mesmas. A vacinação em massa em lugares com ausência de água encanada e pobreza extrema, por exemplo, produz bons resultados, mas não poderá melhorar todos os índices sociais negativos desse lugar. Conquistas tecnológicas de alto preço, como os exames solicitados em altíssima quantidade pelas clínicas privadas e que movimentam máquinas caras, nem sempre substituem a anamnese resultante de uma conversa na qual o médico se coloque como leitor em um encontro clínico. Em muitos lugares paga-se muito por tratamentos e consultas que poderiam ser simplificados se não fôssemos reféns do que se chama de “conquista científica e tecnológica”, e pior, conquistas que não chegam a todos pelos seus custos e que nem sempre são necessárias. Evidente está que não se trata de demonizar as conquistas científicas e tecnológicas caras, mas apenas de considerar seus usos de acordo com os interesses sociais: “O Progresso obtido com vistas ao lucro faz sempre suas vítimas. Quem o enaltece tende a negligenciar as vítimas; quem defende as vítimas tende a subestimar o progresso”<sup>20</sup>.

Dessa forma, voltamos ao fundamento do mundo contemporâneo sobre o qual falamos acima: como tornar iguais em política os desiguais em vida? E como fazê-lo sem negligenciar as conquistas científicas? Não há respostas fechadas aqui, mas há trajetórias que podemos tentar cumprir. Pensemos a ciência no âmbito de um conceito de cultura que reúna nossa produção científica, artesanal, tecnológica, nossos saberes, especializados ou não, e visões de mundo, em um lugar de partilha e diálogos. No tempo longo seremos guardiões daquilo que nos foi trazido pelos rastros que o passado inscreve em nossas vidas, e não apenas desses lugares e circunstâncias que frequentamos em nossos cotidianos, mas daqueles que nos chegam pelas circulações que historicamente colocaram povos em contato. Tiremos daí as hierarquias que impõem dominações e controles, e teremos um espaço de construção livre da ciência. Mas trata-se de uma liberdade que confronta a

realidade vivida: confronta o controle que determinados oligopólios exercem sobre distribuição de remédios e produtos resultantes de pesquisa, confronta necessidades de setores isolados do mercado e da sociedade que se impõem em detrimento do interesse geral ou de minorias, confronta posicionamentos políticos simplificados em pares de duplas opostas, com pouca crítica e muitas “lacrações”, e acima de tudo confronta ignorâncias que se colocam contra o desenvolvimento científico, a partilha e a democratização do conhecimento. E é exatamente contra esse mundo de interesses particulares e de simplificações binárias que a atividade científica, especializada e ampliada pelo diálogo entre saberes, pode se colocar.

Nos anos 1970, quando a pós-graduação deu seus primeiros passos no complexo formado pelo Hospital e pelos cursos de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Ortóptica e Ciências Biomédicas, a pesquisa ainda supunha especialização em áreas compartimentadas. Em todo o Brasil buscou-se definir e fundar áreas específicas com metodologias, laboratórios e encaminhamentos que sobrelevassem os resultados conquistados a partir de tais especificidades. Mas, se em um primeiro momento tais especificidades permitiram criar, fortalecer e aprofundar os programas de pós-graduação, além de garantir importantes conquistas científicas, a passagem do século XX para o século XXI exige atenção distinta, é preciso ampliar o olhar. No século XIX a descoberta de uma vacina ou de um tratamento sugeria a universalização do seu uso, durante o século XX as agências nacionais e internacionais se esforçaram por universalizar os esforços de enfrentamento de doenças como a de Chagas e a malária. Nos tempos que vivemos, no entanto, as desigualdades construídas entre nações, e dentro das nações, exigem o enfrentamento das doenças e dos adoecimentos em uma dialética que coloque em diálogo as circunstâncias de lugares e as dimensões que atravessam povos e tempos distintos.

É preciso que a formação não seja apenas especializada, mas que aponte caminhos de interlocução e diálogo, que coloque saberes em diálogo. Um caminho que tem sido proposto são as graduações interdisciplinares, como a de humanidades, mas isso cria um problema para o graduado no momento de se inserir no mercado. A formação na graduação e na pós-graduação precisa de uma especialidade que coloque o formado no mercado de trabalho e em grupos de pesquisa. O que propomos é que tanto na graduação quanto na pós-graduação o aluno tenha formação ampla que permita problematizar a



própria especialidade e estabelecer diálogos mais amplos. Dessa forma, será cientista em sua área tanto quanto em circunstâncias, lugares e experiências que exigem mais do que a especialidade para oferecer tratamento, aulas e produtos em comunidades distintas. A atenção primária oferecida nas UBS no Butantã é diferente da que se oferece em Parelheiros. Uma aula sobre Holocausto não será igual em periferias marcadas por exclusão e violência e em bairros de cidadãos mais abastados. São essas diferenças que a passagem do século XX para o XXI tem destacado por meio das pautas identitárias e de minorias. Mas há aqui um risco que nós, pesquisadores, devemos evitar: há dimensões de nossas vidas globalizadas que não se realizam nem se manifestam apenas em identidades fechadas, como ser negro, mulher, periférico, homem, ribeirinho, indígena etc. Se as pautas identitárias e específicas de lugares e povos são importantes para superarmos os conceitos universalizadores que estabeleceram hierarquias entre povos e nações, elas não podem se distanciar do entendimento de elementos comuns a todas as nossas vidas, como as formas de assalariamento e proteção social, os sentidos de um sistema único de saúde como processo civilizatório que ainda reclama por uma Reforma Sanitária ampla, liberdades políticas que aumentem a participação popular e a presença dos brasileiros nas universidades e no desenvolvimento da pesquisa, e ainda a cooperação internacional em pesquisas que ampliem as fronteiras dos estudantes e das universidades.

O médico e escritor português António Lobo Antunes já disse que a imagem havia quase abolido a narrativa da doença no nosso mundo contemporâneo<sup>21</sup>. Alargando o argumento, poderia a imagem substituir, ou envolver, as temporalidades inscritas na manifestação da doença ou do adoecimento? As temporalidades da família, do indivíduo e do seu lugar de vida poderiam se inscrever na imagem que a doença apresenta nos exames? Por outro lado, será sempre possível prescindir das imagens resultantes de pesquisa e tecnologia na perscrutação do adoecimento? O encontro clínico guarda muitas temporalidades, e os profissionais de saúde talvez precisem compreendê-las. Ana Teresa Contier defendeu sua tese de doutorado em dezembro de 2019 no Programa de Pós-graduação em Neurologia-Neurociências da Unifesp<sup>22</sup>. Orientada pelo Prof. Dr. Ésperto Cavalheiro, a aluna reuniu narrativas de adoecimento de pessoas com epilepsia. Sua

graduação é em Letras, mas sua especialização na pós-graduação a aproximou dos debates sobre medicina narrativa e narrativas de adoecimento. Os resultados indicam não apenas a relevância desses novos espaços de pesquisa, como a pertinência do seu uso em políticas públicas de acolhimento e tratamento de tais pacientes.

Termino sem finalizar, mas com muitas ideias sobre a nossa Unifesp nos anos que virão, e com um desafio colocado por John Maynard Keynes<sup>23</sup>. Nos anos 1930 ele afirmava que o problema econômico, referindo-se às desigualdades e à pobreza, poderia ser resolvido em cem anos, estamos chegando lá. Se o contemporâneo é um lugar do passado que se pretende futuro<sup>24</sup>, cabe à universidade, com suas pesquisas e sua ciência, em conjunto com a sociedade, colocar-se nos trilhos desse futuro.

- 
1. *O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1995. Um estudo mais cuidadoso dos recursos financeiros executados pelo HSP/SPDM encontra-se em A. Nemi, *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*. As ideias desenvolvidas nesta primeira parte do capítulo encontram-se no referido livro.
  2. Unifesp, EPM, *Atas da Congregação da epm*, Livro 3, 27 jun. 1950. Arquivo da Reitoria da Unifesp.
  3. Brasil, Lei n. 2.712, de 21 de janeiro de 1956.
  4. SPDM, *Estatutos da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina*, 1960, fl. 01. Arquivo SPDM; *idem*, *Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina*, 21 jun. 1960, Arquivo SPDM. Foi a última vez que a Sociedade Civil se reuniu com o nome de Escola Paulista de Medicina.
  5. A. Nemi, “A Escola Paulista de Medicina entre a Ditadura e a Abertura: a ‘Memória do Mal’ e a ‘Tentação do Bem’”, em L. Cardoso, *50 Anos do Golpe de 1964: Violência, Ditadura e Memória*; L. Biondi, “Não Éramos Mais uma Universidade: A Política na Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal à Ditadura”, em J. Rodrigues *et al.*, *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaio sobre História e Memória*; J. F. Santos Jr., “A Universidade Invisível: A Criação e a ‘Dissolução’ da UFSP (1950-1968)”, em A. Nemi, *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*.
  6. Há pouquíssimas exceções aqui, como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, mesmo assim trata-se de empresa pública de direito privado, com funcionários celetistas. As universidades federais que foram fundadas a partir dos anos 1960 criaram seus hospitais universitários, que, nesses casos, pertenciam ao patrimônio público.

7. G. Sanglard, *Entre os Salões e o Laboratório – Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*.
8. M. L. Mott *et al.*, “Assistência à Saúde, Filantropia e Gênero: As Sociedades Civis na Cidade de São Paulo (1893-1929)”, em M. L. Mott e G. Sanglard (orgs.), *História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*.
9. M. S. Gennari, “A Experiência do Graacc como Hospital Filantrópico Inserido no Sistema Único de Saúde Brasileiro”, em A. Nemi, *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*.
10. Unifesp, Consu, *Atas do Consu/Unifesp*, 6 nov. 1996. Arquivo da Reitoria da Unifesp.
11. Unifesp, Consu, *Resolução n. 26 do Consu*, 13 abr. 2005. Arquivo da Reitoria da Unifesp.
12. A. Nemi *et al.*, *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu: Narrativas Médicas das Expedições da Década de 1960*.
13. R. G. Baruzzi e C. Junqueira (orgs.), *Parque Indígena do Xingu – Saúde, Cultura e História*.
14. A. Nemi e L. B. Schraiber, “Luiz Carlos Bresser-Pereira: O Sistema Único de Saúde (sus) e a Reforma Gerencial do Estado dos Anos de 1990”, *Interface*, vol. 23, 2019.
15. J. C. S. B. Meihy e C. Bertolli Filho, “História Social da Saúde – Opinião Pública Versus Poder, a Campanha da Vacina, 1904”, *Estudos cedhal*, n. 5, 1990; S. Chalhoub, *Cidade Febril – Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*; J. C. de S. Braga e S. G. de Paula, *Saúde e Previdência – Estudos de Política Social*; N. T. Lima *et al.*, *Saúde e Democracia – História e perspectivas do sus*.
16. M. L. Mestriner, *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*.
17. S. Escorel, *Reviravolta na Saúde – Origem e Articulação do Movimento Sanitário*.
18. Unifesp e SPDM, *Acordo de Cooperação Celebrado entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (spdm) para a Utilização Conjunta do Hospital Universitário da Unifesp, 2020*.
19. *Idem, ibidem*, p. 4.
20. D. De Masi, *Alfabeto da Sociedade Desorientada – Para Entender o Nosso Tempo*.
21. A. L. Antunes, “Ouvir com os Olhos”, *Observador*, 27 out. 2016.
22. A. T. R. Contier, *Análise Quantitativa e Qualitativa das Narrativas de Pessoas com Epilepsia*.
23. J. M. Keynes, *Ensaio sobre a Persuasão*.
24. R. Koselleck, *Los Estratos del Tiempo: Estudios sobre la Historia*.

## **PARTE II**

MUITOS CAMPI, HISTÓRIAS  
DISTINTAS E ARTICULADAS

# 1

## O *Campus* São Paulo: um Pouco de História

ALEXANDRE PAZETTO BALSANELLI • BEATRIZ AMARAL DE CASTILHO • FULVIO ALEXANDRE SCORZA JANINE SCHIRMER • MANOEL JOÃO BATISTA CASTELLO GIRÃO • ROSANA FIORINI PUCCINI

A ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA (EPM) e a Escola Paulista de Enfermagem (EPE), criadas em 1933 e 1939, respectivamente, têm nas suas origens o compromisso com o ensino e a formação profissional, com o desenvolvimento do conhecimento científico e com a prestação da assistência com qualidade. Assim, conquistaram respeito e credibilidade da população paulista e brasileira. O Hospital São Paulo (HSP), inaugurado em 1940, foi o primeiro hospital-escola do Brasil a ser especificamente construído com essa finalidade. Em 1947, instalava-se nesse hospital o primeiro núcleo de pesquisa – Laboratório de Farmacologia e Bioquímica –, contando com a

liderança de professores que se tornaram referência nacional e internacional em suas áreas. Ao ensino profissional associava-se a pesquisa científica.

Nas décadas seguintes foram criados os cursos de Ortóptica, em 1962, de Fonoaudiologia, em 1968, e de Ciências Biomédicas, em 1966. A diversidade de projetos de pesquisa, a potencialidade e a alta titulação do corpo docente levaram à criação, nos anos 1970, dos primeiros programas de pós-graduação na área da saúde no Brasil. A integração, a assistência e a vocação para a formação de profissionais de saúde e de pesquisadores se consolidavam. Em 1994, a instituição, com seus cursos de Medicina, Enfermagem, Ciências Biológicas – modalidade médica, Fonoaudiologia e Ortóptica e Tecnologia Oftálmica, é formalmente reconhecida como universidade especializada na área da saúde, e, a partir de 2006, integra amplo programa nacional de expansão das universidades federais do país, agregando cinco novos *campi* – Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco – passando a oferecer formação na graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* em diversas áreas do conhecimento humano e de atuação profissional.

Em 2010, a reitoria, as pró-reitorias e as instâncias administrativas de nível central da Unifesp foram transferidas para instalações próprias. Com essa mudança, o *Campus* São Paulo, oficialmente, se estabelecia como tal, de forma independente, com suas duas unidades universitárias – EPM, com os cursos de Medicina, Ciências Biológicas – modalidade médica, Fonoaudiologia e Tecnologias em Saúde – Oftálmica, Informática em Saúde e Radiologia; e EPE, com o curso de Enfermagem. Como consequência dessa distinção entre as tarefas afeitas à reitoria, ao *Campus* São Paulo e às duas Escolas, tem sido desenvolvido um processo contínuo de aprimoramento, o qual envolve planejamento, fortalecimento de suas equipes e consolidação de suas atribuições nas áreas administrativas, de infraestrutura e, no caso das unidades universitárias, também das áreas acadêmicas, com destaque às câmaras de graduação, pós-graduação e pesquisa e extensão e cultura.

Novo organograma, novo dimensionamento de seu quadro de pessoal e regimentos próprios do *campus*, da EPM e da EPE foram elaborados, contando sempre com a ampla participação de todos os segmentos nesse processo – docentes, discentes, técnico-administrativos. A integração entre as áreas acadêmicas, no âmbito das Escolas, com suas crescentes e complexas demandas e necessidades, e as áreas administrativas e de infraestrutura, no

âmbito do *campus*, constitui um desafio constante, o qual tem sido conduzido com diálogo e respeito aos que atuam há décadas na instituição, assim como aos mais novos, que trazem a força, a vontade e a visão de futuro.

Importante ressaltar que esse *campus* tem sua atuação integrada ao HSP – nosso hospital universitário (HSP/HU). O HSP caracteriza-se pela diversidade de recursos disponíveis, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento. Tem importante papel no atendimento de nível terciário, dada sua alta concentração de pessoal especializado e de tecnologias. A presença do HSP/HU no cotidiano do nosso *campus* traz desafios adicionais, visto que as atividades nele desenvolvidas, além do importante papel assistencial, constituem o cotidiano do ensinar e da produção de conhecimento científico das áreas clínicas. Nele, são desenvolvidas atividades para o ensino de estudantes de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, residência médica e multiprofissional. Como elemento constitutivo das atividades de ensino e pesquisa, deve ser pautado pelas diretrizes que regem essas atividades e, ao mesmo tempo, comprometer-se com os fins assistenciais.

Ainda como característica fundamental desse *campus*, temos laboratórios de pesquisa de excelência, hoje concentrados em um complexo de vários edifícios de pesquisa, resultantes do acúmulo de conhecimento, da experiência e de muito trabalho de nossos pesquisadores, que por décadas se dedicam à instituição. Destacam-se o Edifício Leal Prado, Edifício Antonio Cechelli de Mattos Paiva (Edifício de Ciências Biomédicas), Edifício José Ribeiro do Valle (Instituto de Farmacologia e Biologia Molecular – Infar), Edifício Prof. Dr. Horácio Kneese de Mello (Edifício de Pesquisa I) e o Edifício Prof. Dr. Nestor Schor (Edifício de Pesquisa II); estes dois últimos, de forma inovadora, abrigando laboratórios e grupos de pesquisa com base em critérios de produtividade científica, com estrutura multidisciplinar e centros multiusuários.

Um passo importante para o desenvolvimento do *Campus* São Paulo (CSP), nesse período mais recente, foi o desenvolvimento do Plano Diretor de Infraestrutura (PDInfra-CSP), coordenado pela Pró-reitoria de Planejamento, Diretoria e Departamento de Infraestrutura do CSP e pela Comissão do PDInfra-CSP. Realizado com ampla participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes da EPM, EPE, Hospital Universitário e setores do *campus*, foi desenvolvido durante três anos e inclui regularização de imóveis, sustentabilidade ambiental, reformas e obras. O Plano Diretor irá orientar

diversas ações de infraestrutura no *campus*, as quais incluem novos empreendimentos, eficiência energética, acessibilidade e melhorias urbanísticas. Com essa complexidade, 86 anos de existência, 120 mil metros quadrados de área construída e cerca de 130 imóveis, os desafios são inúmeros para esse *campus*, porém sabemos que podemos contar com a experiência e força de gerações que se dedicaram à instituição e com as novas ideias e a determinação das gerações futuras.

## A Escola Paulista de Medicina

A EPM traz em sua história fatos de inestimável relevância, um presente de imensos desafios e um futuro promissor. Como já mencionado, fundada em 1933, nasceu do idealismo de 33 professores num momento histórico ímpar, os tumultuados anos 1930, facilmente perceptível no discurso de Guilherme de Almeida no lançamento da estaca fundamental do HSP em 30 de setembro de 1936: “De armas vencidas e almas vencedoras, mal saía São Paulo de um desastre heroico que o deveria abater se fosse fraco, mas que só o exaltou porque é forte, já na sua terra – terra ainda morna dos corpos que se esfriaram sobre ela, beijando-a, lançava-se há pouco mais de três anos uma semente milagrosa: a da Escola Paulista de Medicina”.

Iniciou oficialmente suas atividades no dia 15 de julho de 1933 com um discurso do mentor e primeiro diretor, Prof. Octávio de Carvalho, que afirmou que os professores-fundadores haviam firmado um “pacto de honra para melhor servir São Paulo”. Na aula inaugural o Prof. Antonio Carlos Pacheco complementou a caracterização do desafio ao antecipar as dificuldades que enfrentariam: “A época é de incertezas, os homens do mundo inteiro têm o sobrececho carregado e a frente vincada pelas apreensões do dia do amanhã”. Assim nasceu a nossa EPM.

Consolidou-se no cenário nacional como um centro de excelência na formação de profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros, biomédicos, fonoaudiólogos e tecnólogos), sempre focando a qualidade técnica e humanística desses profissionais. Ocupa também posição de extrema relevância na pesquisa e, portanto, na geração de conhecimento, assim como na formação de docentes/pesquisadores, tendo sido núcleo de



vários grupos de pesquisa em todo o país. Numerosos docentes de várias instituições de ensino pelo país passaram pela nossa querida EPM.

Contudo, esse passado glorioso aumenta a responsabilidade do presente. Inúmeros desafios atuais merecem reflexão. Na graduação temos de refletir intensamente sobre qual o perfil dos profissionais que desejamos formar e, portanto, como ensinar preservando valores tradicionais e ao mesmo tempo respeitando as características da sociedade atual, altamente tecnológica e com numerosas diretrizes/regras. Como preparar adequadamente esses novos profissionais para o exercício das profissões no século XXI. Uma nova medicina surge e se consolida rapidamente e temos a obrigação de sermos ágeis e leves o suficiente para incorporar novas tecnologias e novos bons métodos e, ao mesmo tempo, de sermos inteligentes para evitar tecnologias ruins, sem perder o foco nos aspectos humanísticos e na arte de examinar, observar e curar.

Nas atividades de extensão a EPM se destaca ao interagir com a sociedade em inúmeros programas que vão desde atividades consolidadas até projetos atuais desafiadores, por exemplo o Bairro Amigo do Idoso, uma parceria com a Prefeitura de São Paulo e com alguns vereadores, para o fomento de iniciativas que melhorem a qualidade de vida da população mais idosa do bairro.

Ciente de sua importância, tanto para a geração de conhecimento quanto para o preparo dos profissionais para nosso país, a EPM sempre se destacou nas atividades de pós-graduação e de pesquisa. Incontáveis cientistas nacionais foram aqui formados e hoje atuam na maioria dos estados brasileiros. Importante mencionar a profunda integração que existe entre as cadeiras básicas e as aplicadas de nossa instituição. Tal fato, associado à proximidade geográfica, permitiu e permite uma integração fantástica entre as disciplinas básicas e aplicadas. Assim, a pesquisa translacional, tão propalada nos dias atuais, já é naturalmente realizada na EPM há várias décadas. Destacamos, ainda, nosso programa de residência médica, o maior do país, que forma os especialistas de que a sociedade necessita.

Por fim, merece citação a importância da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), ente responsável pela criação da EPM e pela manutenção do nosso hospital universitário. O HSP ocupa posição de destaque entre os órgãos de nossa sociedade que atendem pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). É a SPDM que permite a manutenção das

atividades de pesquisa e ensino de ambas as unidades universitárias do nosso *campus*, quais sejam a EPM e a EPE.

## A Escola Paulista de Enfermagem

A EPE, fundada há mais de oitenta anos, atua em um campo específico de conhecimento científico, saberes e, como profissão, vem marcando história na sua evolução, conquistando espaços e consolidando áreas temáticas e linhas de pesquisa mediante a formação de recursos humanos altamente qualificados e com atuação e domínios em várias dimensões e níveis de complexidade do cuidado com a saúde.

Seu DNA de inquietude e inovação permitiu que, junto com a EPM, fosse criada a Unifesp, que comemora 25 anos de absoluto sucesso, considerando seus indicadores acadêmicos avaliados pela *Times Higher Education* (THE) e pelo Ministério da Educação (MEC). Desde então, dez diretoras – e algumas com duas gestões –, 3 336 egressos do curso de bacharel em Enfermagem, cerca de quatorze mil especialistas e quinhentos residentes carregam o nome dessa Escola em suas vidas, atuando no Brasil e no exterior.

Atualmente, a EPM conta com o Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Enfermagem (PPGE) avaliado com nota 5 pela avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e que também atende ao princípio de solidariedade avaliado por esse órgão. Seus pesquisadores mantêm intercâmbios nacionais e internacionais e têm 22 grupos de estudos e pesquisa ligados, ou não, ao PPGE cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao longo de seus 42 anos, o PPGE titulóu 667 mestres (1978-2020) e 294 doutores (1986-2020), provenientes de todas as regiões do país e também do exterior. Uma das fortalezas do Programa é a tradição na formação de mestres e doutores em outras regiões do país, já tendo executado oito Programas de Mestrado/Doutorado Interinstitucional (Minter/Dinter) em diferentes regiões do país (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Acre). Em todas essas iniciativas obteve-se como resultado a criação de novos programas de pós-graduação ou o início da oferta de novos cursos de doutorado. Essas ações importantes de solidariedade geram oportunidades

de conhecimento novo em enfermagem e saúde, com enfoque na diversidade das necessidades de saúde e de pesquisa em enfermagem, contribuindo para a redução de desigualdades e para a aproximação de pesquisadores entre diferentes regiões do país.

Em termos de parcerias internacionais, o PPGE mantém acordos e convênios com 25 instituições, envolvendo a realização de estudos multicêntricos ou colaborativos, intercâmbio de alunos, professores, bem como visitas técnicas, com a finalidade de expandir a colaboração em projetos de pesquisa. Destacam-se a abrangência e a diversidade de instituições, que guardam relação com os objetos de investigação de diferentes grupos de pesquisa que compõem as linhas de pesquisa do PPGE, sendo que dez (40%) são dos Estados Unidos, três (12%) de Portugal, três (12%) da Inglaterra, três (12%) do Canadá, um (4%) da Austrália, um (4%) de Cuba, um (4%) do Chile, um (4%) da Espanha, um (4%) da Holanda e um (4%) da Suíça.

Ainda, desenvolvido pelo corpo de docentes e técnicos administrativos em educação do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (Cedess), conta com Programa de Mestrado Ensino em Ciências da Saúde (recomendado pela Capes em dezembro de 2002), que é uma iniciativa pioneira no Brasil nessa área do conhecimento. Os objetivos nucleares do Programa são pesquisar e produzir conhecimentos sobre o ensino em ciências da saúde, bem como propiciar uma qualificação técnica, criativa e potencialmente transformadora de professores e técnicos de nível superior para o ensino nessa área.

É inquestionável a necessidade da produção de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do país e a melhoria da saúde da população, porém é imprescindível contar com instituições adequadas de ensino e formação profissional. As pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação têm contribuído para a criação e consolidação das linhas de pesquisa, o crescimento qualitativo e quantitativo das publicações em periódicos nacionais e internacionais qualificados, assim como o preparo dos graduandos, mestres, doutores e pós-doutores, além do fortalecimento dos grupos de investigação. A pesquisa básica inspirada tem por finalidade utilizar conhecimentos das ciências básicas para elucidar questões da prática clínica, sendo um braço da pesquisa translacional – *from bedside to bench*.

Em 2013, pesquisadores do Grupo de Pesquisa Segurança, Tecnologia e Cuidados (Segtec) inauguraram o Laboratório de Experimentos de

Enfermagem (LEENf) da Unifesp. O LEENf tem como objetivo mimetizar situações-problema identificadas na prática clínica da terapia vascular e de infusão e buscar elucidá-las.

Em consonância com a necessidade de oferecer um canal de comunicação científica, foi criada em 1988 a *Acta Paulista de Enfermagem* – publicação eletrônica técnico-científica da EPE-Unifesp. Sua missão é divulgar o conhecimento científico gerado no rigor da metodologia da pesquisa e da ética. O objetivo da *Acta* é publicar o resultado de pesquisas para o avanço das práticas de enfermagem clínica, cirúrgica, gerencial, do ensino, pesquisa e tecnologia da informação e comunicação. Os fascículos da revista foram publicados bimestralmente até dezembro de 2019. A partir de 2020, a revista adota a metodologia contínua em sua publicação. A *Acta* segue o *Code of Conduct and Best Practice Guidelines for Journal Editors* do Committee on Publication Ethics (Cope). Com mais de 2 500 manuscritos publicados, 32 volumes disponíveis e mais de 150 mil páginas em circulação, a *Acta Paulista de Enfermagem* destaca-se entre os periódicos nacionais e internacionais de enfermagem e saúde.

A EPE, também ao longo de seus oitenta anos de prestação de serviços à sociedade brasileira, vem mantendo a tradição de fortalecer o tripé da educação universitária, que são as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse compromisso social que nos define fez com que participássemos da criação do Amparo Maternal, instituição destinada a acolher mulheres desassistidas no momento de maior vulnerabilidade, o período gestação, parto e puerpério, situação que era muito comum no ano de fundação da EPE. Também plantamos as sementes da Escola Paulistinha de Educação, com a instalação da creche para os filhos de funcionários e estudantes no térreo da Escola, sem falar em nossa atuação nas comunidades do Jardim Sabiá, Verbo Divino, Cruz de Malta e Embu das Artes, apenas para lembrar algumas que fizeram parte da formação na área da atenção primária em saúde e de nosso espírito extensionista.

Ainda, contamos com o Centro de Assistência e Educação em Enfermagem (Caenf), espaço de prática de enfermagem que é uma unidade didático-científico-assistencial com o objetivo de incentivar, promover e divulgar as atividades de assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de enfermagem e as atividades multiprofissionais em que o enfermeiro atua de forma

integrada; e com dois órgãos complementares: o Cedess e o Centro de Incentivo e Apoio ao Aleitamento Materno (Ciaam).

O Cedess, nosso órgão complementar de natureza científica, assume o binômio educação-saúde em suas interfaces com a formação e o desenvolvimento de docentes para o ensino superior em saúde, com a tecnologia educacional e com a comunicação social da ciência, no contexto da educação para a saúde. Estabelece, assim, estreito intercâmbio com os cursos de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em Ciências da Saúde da Universidade.

O Centro Ana Abrão – Assistência, Ensino e Pesquisa em Aleitamento Materno e Banco de Leite Humano da Unifesp/HSP (HU) é um órgão complementar que se dedica à assistência, ensino e pesquisa em aleitamento materno e banco de leite humano, referência nacional e internacional na área.

A EPE é referência na área de enfermagem e saúde, contribuindo com a formação, qualificação e produção tecnológica e científica para o sistema de saúde brasileiro. Trata-se de uma instituição-modelo, também, por estar localizada num dos estados em que a enfermagem é fortemente prestigiada no país e onde as atividades econômica e política têm impacto nacional. A EPE fez parte do processo de criação da Unifesp, tomada de decisão que muito nos orgulha, pois em 25 anos nos tornamos uma grande universidade pública e de qualidade.

## O *Campus* São Paulo e a Universidade

A universidade é um espaço de interação constante com a vida social em todas as suas dimensões, local de permanente reflexão e diálogo com a ciência nacional e mundial, exercício de responsabilidade diante do saber. A universidade preserva sua memória, não se desliga do presente, tem na sua missão o imperativo de pensar e contribuir com rupturas e inovações, fundamentadas no necessário rigor da produção científica e acadêmica, nos valores éticos e no compromisso com a justiça social. Cabe a nós pensar nosso lugar nesse desafio de solidificar o trabalho desenvolvido nesse *campus* e contribuir com a missão da EPM e da EPE na formação de novas gerações.

*Diretorias do Campus São Paulo, epm e epe após a criação em  
2010*

*Escola Paulista de Enfermagem*

- gestão 2011-2013: Lucila do Amaral Carneiro Vianna e Sonia Maria de Oliveira Barros;
- gestão 2013-2015: Sonia Maria de Oliveira Barros e Heimar de Fátima Marin;
- gestão 2015-2019: Janine Schirmer e Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro;
- gestão 2019-2023: Janine Schirmer e Alexandre Pazetto Balsanelli.

*Escola Paulista de Medicina*

- gestão 2011-2015: Antonio Carlos Lopes e Luiz Juliano Neto;
- gestão 2015-2019: Emilia Inoue Sato e Sergio Domingues Cravo;
- gestão 2019-2023: Manoel João Batista Castello Girão e Fulvio Alexandre Scorza.

*Campus São Paulo*

- gestão 2011-2012: Paulo Augusto de Lima Pontes e Sérgio Antonio Draibe;
- gestão *pro tempore*: Álvaro Nagib Atallah;
- gestão 2013-2014: Rosana Fiorini Puccini e Emilia Inoue Sato;
- gestão 2014-2017: Beatriz Amaral de Castilho;
- gestão 2017-2021: Rosana Fiorini Puccini e Beatriz Amaral de Castilho.

## 2

# O *Campus* Baixada Santista da Unifesp: Compromisso Social, Expansão e Inovação em Perspectiva Histórica

GUSTAVO FERNANDES CAMARGO FONSECA • NANCY RAMACCIOTTI MONTEIRO • NILDO  
ALVES BATISTA • ODAIR AGUIAR JUNIOR • REGINA CÉLIA SPADARI • SYLVIA HELENA  
BATISTA

*É que ninguém aprende sem caminhar, sem aprender a caminhar  
caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho, por causa do  
qual a gente se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

Criação do *Campus* Baixada Santista: das Lutas, das  
Conquistas e dos Anos Iniciais<sup>1</sup>

O *CAMPUS* BAIXADA SANTISTA (CBS) FOI O PRIMEIRO do processo de expansão da Unifesp, que, em 2004, firmou um convênio com a Prefeitura de Santos. A presença da universidade pública constituiu luta e demanda

histórica da região da Baixada Santista, composta de nove municípios: Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Guarujá.

A implantação e a consolidação do CBS emergem, dessa forma, da organização da sociedade da região, da luta coordenada de diferentes setores e instâncias. Nas palavras da então deputada federal Mariângela Duarte<sup>2</sup>: “Temos certeza que a criação de uma universidade federal na região metropolitana da Baixada Santista e litoral, por desmembramento da Unifesp, será fundamental para complementar as ações que desencadearão o desenvolvimento social e tecnológico da região”<sup>3</sup>.

É importante realçar que as políticas de expansão da educação superior pública, desenvolvidas no país a partir de 2003, alavancaram a democratização do acesso e permanência de jovens e adultos na universidade pública brasileira.

Com sua missão vinculada ao compromisso de trazer à Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) uma universidade pública, de excelência e socialmente referenciada, que possa agregar processos educacionais alicerçados em dimensões humanísticas, científicas e socioambientais, o CBS (hoje com quinze anos) segue uma trajetória de participação ativa, crítica e propositiva no âmbito das demandas de produção científica, formação e intervenção na realidade. Delineia-se a vocação do CBS de estar inserido nas demandas, necessidades e perspectivas da comunidade, tendo com o poder público municipal um permanente vínculo de parceria e trabalho conjunto a favor da vida e da garantia de direitos da população.

No escopo dessa missão, o início das atividades no CBS ancorou-se no desenvolvimento de dois cursos na modalidade sequencial de formação específica, com fornecimento de diploma de nível superior em áreas de fronteira das ciências humanas com as da saúde: os cursos de *Educação e Comunicação em Saúde* e o de *Gestão em Saúde*. Os cursos significaram qualificação para avançar na assistência à população, sendo desenvolvidos no período noturno com duração de dois anos, e diplomaram suas turmas em outubro de 2006.

No processo de construção do CBS, a partir dos cursos sequenciais, a área da saúde firmou-se como nuclear das atividades acadêmicas, e, assim, em



2006 foram implantados os cinco primeiros cursos de graduação: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional.

E, nas opções político-pedagógicas, o CBS passa a articular com expansão e com inovação, configurando contornos de um *campus* da Unifesp que vai tecendo histórias de tradição, novas culturas acadêmicas, experiências de ensino, pesquisa, extensão e gestão que combinam interdisciplinaridade, interprofissionalidade e criação crítica. Assume um projeto político pedagógico (PPP) de *campus* e de cursos fundado na *educação interprofissional na saúde* e na perspectiva da formação pautada pelo desenvolvimento de competências para a integralidade do cuidado, consonante com as Diretrizes Nacionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e fazendo jus ao papel histórico que a cidade de Santos tem na luta pela Reforma Psiquiátrica e pela construção da saúde para (e com) todos e todas no nosso país.

Uma dimensão fundamental do PPP do CBS abrange a inserção dos estudantes, desde o primeiro semestre, nos espaços de trabalho em saúde, interagindo com os profissionais, com os usuários e com a comunidade. São os saberes acadêmicos e científicos em diálogo com os saberes da prática e os saberes populares, configurando uma formação que valoriza o cuidado humanizado, a educação permanente, a educação popular em saúde, as políticas públicas e os instrumentos de participação e controle social.

Revela-se, por processos de cooperação e discussão conjunta com os agentes públicos desde os movimentos de luta e de conquista da universidade pública na RMBS até a implantação potente e robusta do CBS, a defesa das políticas públicas e sociais, que vão constituir uma marca ético-política dos projetos e ações do CBS. Também compõe essa marca a inserção crítica nas políticas públicas de educação: em consonância com a cultura institucional, o CBS ampliará sua estrutura a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

No escopo do Reuni, cria-se, em 2009, o curso de Serviço Social, considerando a demanda por essa área profissional no estado de São Paulo (havia somente um curso público na cidade de Franca, oferecido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp) e pelos movimentos próprios da RMBS. E, ainda em consonância com as demandas regionais, projeta-se a implantação de cursos vinculados à área de Ciências do Mar.

O curso de Serviço Social, diferentemente dos cinco primeiros, foi implantado com turmas nos períodos vespertino e noturno, incorporando um importante desafio para a educação superior pública: propostas formativas que valorizassem e garantissem a formação acadêmica de estudantes trabalhadores. A valorização e a garantia referidas compreendem a construção de uma nova cultura universitária que, rompendo com a elitização e com a exclusão, expresse uma concepção de educação como direito do cidadão e dever do Estado.

Com seis cursos de graduação da área da saúde, é constituído, no CBS, o Instituto Saúde e Sociedade (ISS), com uma potência vigorosa na extensão (mais do que uma característica, um compromisso institucional e um constituinte epistemológico do fazer acadêmico) e na produção do conhecimento, assumindo o desafio da formação *lato e stricto sensu*.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, relevante é o processo de construção do Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde: discussão interna entre professores, departamentos e diferentes colegiados do ISS; discussão com os poderes públicos municipais, especialmente Prefeitura e secretarias do município de Santos; análise com os gestores da Universidade, particularmente com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Unifesp. Nesse itinerário, consolidou-se a proposta interdisciplinar de um programa que fosse agregador das diferentes áreas disciplinares e profissionais, conformando uma proposta aprovada e implantada em 2010.

Nesse mesmo ano, implantou-se o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde “Atenção Integrada à Saúde”, articulando o CBS com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Santa Casa de Misericórdia de Santos, e abrindo mais possibilidades de formação de profissionais comprometidos com a saúde da população. Envolvendo os seis cursos de graduação da área de saúde já implantados no *campus*, além de Enfermagem e Farmácia, o referido programa materializou parcerias e ações compartilhadas para que formação e trabalho em saúde dialogassem permanentemente.

Ainda, e não menos importante, se estabelece um desenho institucional que, respeitando as decisões estatutárias e regimentais da Universidade, se caracteriza como interdisciplinar. Dessa forma, o CBS vai consolidando uma cultura de governança que aposta no coletivo e na democracia com a implantação do Colegiado Provisório (embrião do que viria a se implantar

como Congregação e Conselho de *Campus*), passando pela Comissão de Gestão e Apoio ao Projeto Pedagógico (CGAPP), pela criação do Núcleo de Atendimento ao Estudante (origem do que hoje constitui o Núcleo de Apoio ao Estudante), pela Comissão de Graduação (que hoje se materializa na Câmara de Graduação) e pela constituição de departamentos acadêmicos fortemente interdisciplinares. Essa cultura vai incluir necessariamente o diálogo com os poderes públicos municipais, com os movimentos sociais, com as organizações não governamentais (ONGS) e com o setor privado.

As parcerias com os agentes públicos, especialmente com a Prefeitura de Santos, também encontram expressões na questão da infraestrutura do CBS: o primeiro prédio, custeado até os dias atuais pela Prefeitura de Santos, está situado na avenida Ana Costa, 95. Essa foi uma condição fundamental para a implantação do CBS. Com seu crescimento, foi locado um segundo prédio na avenida Saldanha da Gama (Ponta da Praia), que mais tarde abrigou a implantação inicial do Instituto do Mar (IMar), cujo aluguel foi assumido também pela Prefeitura de Santos. Ainda, foi alugado um terceiro prédio, na avenida Ana Costa, 178, para alocar toda a área administrativa do CBS, além do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar (Cecane), o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Obesidade (GEO) e o Serviço Escola do Curso de Psicologia (SEP).

Um desafio que se inscreveu desde os anos de 2008 refere-se aos espaços para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Educação Física. Assim, não sendo possível compor uma agenda compartilhada nos espaços públicos existentes em Santos, foram locados espaços no Clube Saldanha da Gama (localizado próximo ao prédio da Ponta da Praia).

Outra questão que marcou a implantação do CBS, partilhada com todo o processo de expansão das universidades federais, compreende o acesso e permanência estudantil. No tocante ao acesso, importante foi a adesão de todos os cursos ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), fortalecendo o caráter público, laico, gratuito e inclusivo da Unifesp. Com relação à permanência, logo foram implementadas no CBS as bolsas existentes na instituição (monitoria, extensão, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), mas uma grande lacuna emergiu: a ausência de restaurante universitário e moradia estudantil. Sem possibilidade de alternativa à

moradia, com a implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), em 2010, pelo Ministério da Educação (MEC), foi possível concretizar o credenciamento de dois restaurantes que apresentaram suas propostas e apoiaram os estudantes na questão da alimentação subsidiada.

A finalização desses anos iniciais tem na construção da proposta do IMar um projeto angular. Este é marcado por uma fecunda discussão institucional, deliberando que o IMar seria uma unidade universitária pertencente ao CBS, e, consonante com o PPP do *campus*, reforça-se a perspectiva integradora com a proposição de um curso de bacharelado interdisciplinar. A área de Ciências do Mar agrega-se ao caminho percorrido pela área das Ciências da Saúde, ampliando o compromisso social com as demandas da comunidade.

## Consolidação das Graduações em Saúde, Expansão da Pós-graduação, Início dos Cursos da Área de Ciências do Mar e Estreitamento da Relação com a Cidade<sup>4</sup>

Os anos de 2011 a 2015 vão se caracterizar pelo aprofundamento das relações com a cidade de Santos e demais municípios da RMBS, continuando a expansão e consolidando o que fora construído, implantado e implementado nos anos iniciais do CBS.

Uma conquista fundamental vai marcar os anos de 2011 e 2012: a entrega do primeiro prédio próprio do CBS, o Edifício Central (situado na rua Silva Jardim, 136). Em fevereiro de 2012, com a construção do bloco A concluída, instalamos as primeiras salas de aula, isolando o bloco B, ainda em fase final de construção<sup>5</sup>. Em 12 de abril de 2012, o Edifício Central foi oficialmente inaugurado. Desde então, concentramos nossos esforços em obter recursos para a montagem dos laboratórios multiusuários de pesquisa, da guarda de animais e da biblioteca, ao mesmo tempo que dávamos continuidade à montagem dos laboratórios didáticos. Recursos financeiros concedidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) propiciaram a criação do Centro de Biologia e Epidemiologia Molecular, do Centro de Microscopia Avançada, da Sala de Cirurgia e Microtomia, dos Laboratórios de Cultura de Células e a Guarda de Animais.

O Departamento de Biociências tornou-se o segundo maior captador de recursos financeiros para pesquisa da Unifesp, e, rapidamente, os laboratórios foram equipados e passaram a produzir ciência de alto nível. Também foram instalados os setores administrativos e acadêmicos, finalizando a ocupação do prédio.

O CBS continuou a crescer nos anos seguintes, com a inauguração do Restaurante Universitário (RU), em fevereiro de 2013: com equipamentos próprios e espaço físico adequado, foram possíveis a licitação de uma operadora do RU e a garantia de alimentação no almoço e jantar com valor subsidiado para os estudantes.

É importante registrar que se manteve a cessão de terreno na rua Silva Jardim, 133, onde serão instalados os espaços para atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente para o curso de Educação Física. E, ainda, a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) fez a cessão dos terrenos situados: 1. na rua Campos Melo, 126; 2. na avenida Epiácio Pessoa; 3. na rua Maria Máximo; e 4. na rua República do Equador. A Prefeitura de Santos, por sua vez, fez a cessão da área do antigo Colégio Docas (rua Campos Melo, 126).

As cessões referidas acima possibilitaram ampliar e melhorar o acesso ao Edifício Central, bem como organizar espaços mais adequados para os trabalhadores terceirizados das áreas de manutenção e da limpeza e reformar uma área para atividades de projetos de extensão (os terrenos da rua Campos Melo, 126); realocar o SEP, o Cecane e o GEO (nas edificações localizadas na avenida Epiácio Pessoa); e instalar laboratórios para as atividades de pesquisa para áreas das Ciências do Mar (nos terrenos da rua Maria Máximo).

No final de 2014, com absoluto apoio e trabalho conjunto da reitoria, foi adquirido o prédio da rua Carvalho de Mendonça, 144, onde se instalaram a Direção Administrativa do CBS e os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (BICT-Mar), Engenharia Ambiental e Engenharia de Petróleo e Recursos Renováveis. Assim, dos quase 7 300 metros quadrados de que dispúnhamos em 2011, passamos a dispor de 49 422 metros quadrados em 2015. E, ainda: de quatro espaços alugados, passamos para quatro espaços próprios e somente um espaço alugado (totalmente subvencionado pela Prefeitura de Santos).

O processo de elaboração do Plano Diretor de Infraestrutura (PDInfra)<sup>6</sup> envolveu toda a comunidade acadêmica, com sua diversidade e singularidades, pensando projetos arquitetônicos que traduzem os desejos e os processos de trabalho coletivo, criação conjunta, sustentabilidade, ergonomia, espaços favorecedores de interação entre pessoas e prédios do *campus* e com a comunidade de seu entorno. Mesmo que as mudanças nas políticas federais em relação às universidades públicas não tenham permitido ainda as construções projetadas no PDInfra, essa experiência coletiva de pensar juntos os espaços revelou-se um dispositivo potente de mobilização e agregação.

Esse fértil período de avanço e melhoria nas condições de ensino, aprendizagem, pesquisa, extensão e trabalho no CBS também foi fecundo e produtivo para (e nas) atividades de extensão, ensino, pesquisa e gestão acadêmica. Em 2012, continuando a implantação do plano elaborado no âmbito do Reuni, teve início o BICT-Mar, turmas vespertina e noturna, dialogando com mais uma fundamental área para a cidade de Santos: o Porto. O projeto garantia, ainda, que os egressos do BICT-Mar teriam a oportunidade de continuar seus estudos em nível de graduação por mais dois anos em Engenharia Ambiental e Engenharia de Petróleo e Recursos Renováveis, os primeiros cursos implantados em 2015. Além disso, ainda há o pacto (construído no Reuni) de mais três cursos na área de Ciências do Mar, dos quais o curso de Oceanografia já foi aprovado no Conselho Universitário (Consu) da Unifesp e seu projeto pedagógico já foi apresentado ao Conselho de Graduação, hoje somente dependendo da liberação de vagas docentes e técnico-administrativas, além de recursos de capital para implantação de laboratórios específicos.

Dessa forma, a graduação consolidava-se no CBS, com todos os cursos avaliados e reconhecidos pelo MEC com notas 4 e 5! Em 2009 haviam colado grau os primeiros 115 graduandos de cinco cursos da área de saúde. Em 2012 juntaram-se a eles os graduandos de Serviço Social; em 2015, os bacharéis em Ciência e Tecnologia do Mar; e em 2017 graduaram-se os primeiros engenheiros ambientais e os de petróleo. No ano letivo de 2011, 1 210 graduandos estavam matriculados nos cursos do CBS. Em 2015, eram 2 010 graduandos e, em 2017, 2 192.

Compondo as atividades curriculares, na trajetória de consolidação do CBS, os estudantes tiveram oportunidade de participar de projetos de iniciação científica e de extensão, entre os quais destacamos o Pró-Saúde, o PET-Saúde (Propet e PET-Redes), PET-Vigilância em Saúde e PET-Educação Popular. Esses projetos, dirigidos à comunidade de Santos e região, aproximaram a Unifesp da população e exigiram um trabalho de mediação delicado entre a Universidade e as secretarias municipais diretamente envolvidas.

Consolidam-se dois programas sociais que dialogam intrinsecamente com a comunidade: a Universidade Aberta da Pessoa Idosa (Uapi, anteriormente denominada Universidade Aberta da Terceira Idade – Uati) e o Curso Popular Cardume, destinado a preparar estudantes para o ingresso na universidade. Com propostas formativas que integram com os estudantes de graduação do CBS, esses programas ampliam a interação com a comunidade e contribuem para que o *campus* continue sua construção identitária com fortes e efetivos vínculos com as necessidades e demandas sociais.

A pós-graduação *stricto sensu* também cresceu com quatro programas de mestrado e um de doutorado, os quais abrangem 80% do corpo docente e formaram, até abril de 2015, cerca de duzentos mestres e doutores. A pós-graduação *lato sensu* também se ampliou, com o CBS passando a oferecer cursos de especialização (gratuitos e pagos), além da implantação de dois Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (consolidando a parceria com a Secretaria Municipal de Santos e com a Santa Casa de Misericórdia de Santos).

E na teia acadêmica foram implantados, com respaldo nas Reformas do Estatuto da Universidade (2010) e do Regimento Geral (2010), colegiados de gestão tais como: a Câmara de Ensino de Graduação, a Câmara de Extensão, a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação e o Núcleo de Apoio Estudantil (NAE). É importante destacar, como já mencionado, que o CBS sempre investiu em uma gestão compartilhada e não fragmentada. Várias comissões foram criadas para assessorar a gestão do CBS, a exemplo da Comissão de Moradia Estudantil, Comissão de Resíduos, Comissão de Espaço Físico.

Um momento singular abrangeu a conquista para sediar, em 2016, o III International Convention on Science, Education and Medicine in Sport (ICSEMIS 2016). Esse congresso é tradicionalmente realizado em paralelo às Olimpíadas e Paralimpíadas, no país-sede dos jogos. Reúne especialistas de renome internacional e pesquisadores, educadores e médicos interessados na área de

esportes. Participaram 1 956 congressistas, oriundos de 43 países, foram apresentados palestras, *workshops* e trabalhos na forma de painéis. Um dos principais ganhos com o ICSEMIS foi a oportunidade de nossos estudantes participarem da organização de um grande evento científico. O apoio da Reitoria da Unifesp e da Prefeitura de Santos foi fundamental para o sucesso do ICSEMIS 2016.

Além da grande repercussão, o ICSEMIS 2016 estreitou a relação com a Prefeitura de Santos. Desde então, passamos a ter assento nos Conselhos Técnico e Administrativo do Parque Tecnológico de Santos e na Câmara de Ensino da Associação Comercial de Santos. Nesses dois espaços, a Unifesp se destaca, especialmente pelo seu desempenho na Semana de Ciência e Tecnologia, em que os docentes e alunos desenvolvem várias atividades com estudantes do ensino fundamental, ensino médio e da educação de jovens e adultos. Na Câmara de Ensino, propusemos a realização do I Seminário da Relação Universidade-Empresa<sup>7</sup>.

## Consolidação das Graduações em Ciências do Mar, Expansão da Pós-graduação, Intenso Movimento Geográfico e Crise de Financiamento<sup>8</sup>

No período de 2015 a 2019, a busca do diálogo e do mapeamento das demandas coletivas da comunidade do *campus*, tendo como pressuposto basilar a luta pela defesa de uma universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e com compromisso ético-político na formação, na produção do conhecimento, nas inserções e participações na sociedade e na mediação das relações sociedade-ambiente, seguiu de maneira robusta.

E, nessa perspectiva, a rede de ações e projetos implicou um aprofundamento da articulação com as políticas públicas, de maneira especial com as políticas municipais implementadas na Baixada Santista, bem como as políticas federais nas áreas da saúde, do meio ambiente, dos portos, da educação e da assistência social.

Na delicada tessitura entre as áreas Saúde e Mar, os encontros dos projetos de ensino, pesquisa e extensão com as demandas e necessidades dos municípios implicaram momentos múltiplos de encontros, discussão de



pontos a serem privilegiados e possibilidades alternativas, de maneira articulada e compartilhada. Com as condições de infraestrutura física do *campus* alcançando maior estabilidade<sup>9</sup>, foi possível mobilizar a comunidade acadêmica para pensar o desenvolvimento deste com a finalização do PDInfra na perspectiva do fortalecimento das relações Universidade-Sociedade: “O PDInfra proporciona ao *campus* um instrumento de planejamento e desenvolvimento que considera as necessidades espaciais da instituição e propõe políticas de sustentabilidade e mobilidade, a fim de dotar o *campus* universitário de condições ideais e necessárias para atendimento de seus objetivos acadêmicos”<sup>10</sup>.

Simultaneamente, ao projetar e construir coletivamente o PDInfra do CBS, cinco movimentos ampliaram a interlocução com as demandas sociais: 1. elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do *campus* e participação ativa na elaboração do PDI Unifesp 2016-2020; 2. revisão do PPP do *campus* e dos cursos de graduação da área da saúde; 3. movimentos de formalização da criação do IMar; 4. ampliação da pós-graduação *stricto sensu*; e 5. curricularização da extensão.

Foi profícuo o processo de elaboração do PDI do *campus* e sua inserção no PDI da Unifesp, dialogando com uma cultura que faz de nossa Universidade uma instituição que constrói sua unidade a partir da diversidade dos *campi*:

O Plano de Desenvolvimento Institucional do *Campus* Baixada Santista para o período 2016-2020 busca traduzir as aprendizagens construídas nos seus dez anos de constituição, bem como os desafios e expectativas de nossa comunidade acadêmica em diálogo com as necessidades e as demandas sociais, especialmente da população da Baixada Santista: mais do que uma inserção geográfica do *campus*, um contexto sociopolítico singular e tensionado pelas desigualdades sociais.

A revisão do PPP do *campus* e dos cursos da área da saúde, ao mobilizar nossa comunidade acadêmica com os diferentes olhares e perspectivas, possibilitou aprofundar o diálogo com as Prefeituras de Santos, São Vicente e Guarujá, coordenando melhor as inserções dos estudantes nos territórios e nos serviços das cidades.

Nesse caminho, o desenvolvimento do PET-Saúde GraduasUS revelou-se um dispositivo singular, pois, ao assumir a temática da mortalidade materno-infantil na Baixada Santista (temática escolhida nas reuniões da Diretoria

Regional de Saúde, reunindo os secretários municipais de Saúde dos nove municípios da Baixada Santista), possibilitou aproximações com os serviços e equipamentos, além de inserir estudantes em Santos, São Vicente e Itanhaém. As aproximações culminaram com a realização de um Seminário Final do PET-Saúde GraduasUS, construindo uma agenda de ações e intervenções.

Ao ser dado prosseguimento ao PET-Saúde Interprofissionalidade, abrangendo, além dos municípios já citados, a cidade de Guarujá, percebe-se o quanto é fundamental a interlocução articulada com as necessidades e com o cotidiano do trabalho desenvolvido nos diferentes espaços de serviços públicos. E, assim, também ampliamos as oportunidades de elaboração dos Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino-Saúde (Coapes), materializando os intercruzamentos entre uma política pública federal, as políticas municipais e as universidades.

E, ao tecer a integração ensino-serviço, também as atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo das Ciências do Mar criaram as condições institucionais de grande aproximação com as Secretarias de Meio Ambiente de Santos e de Guarujá, resultando em importantes parcerias na educação ambiental e no monitoramento das condições ambientais.

Observa-se, dessa forma, que falar de ensino é falar de pesquisa e extensão. Um exemplo potente remete ao fecundo encontro com o Ministério Público de Santos: do projeto “Incubadora de Sonhos”, coordenado pela professora Silvia Tagé, às possibilidades de atuação junto com ações e projetos no campo das Ciências do Mar, o encontro constituiu-se no embrião da parceria da Unifesp com o Ministério Público Federal (MPF), consubstanciada na cooperação técnica, científica e de desenvolvimento institucional:

O acordo visa fortalecer a capacidade institucional de ambas as partes. Para tanto, convênios específicos serão estabelecidos para a realização de diferentes tipos de ações: 1. pareceres técnicos e análises realizadas pelos laboratórios da Unifesp a partir de um evento ou dano que esteja em curso; 2. desenvolvimento de projetos acadêmicos realizados pela universidade para viabilizar avaliação técnica do MPF sobre determinado evento ou dano que já tenha acontecido; 3. colaboração do MPF para a estruturação física, capacitação institucional e parque de equipamentos da Unifesp via recursos dos TACs (Termo de Ajustamento de Conduta)<sup>11</sup>.

Os movimentos anteriores foram possibilitando, na complexa rede de determinantes e desafios, assumir um investimento já declarado como projeto-processo tanto no PDI do *campus* quanto no PDI da Universidade e nas propostas apresentadas pela direção do *campus* por ocasião das eleições: a institucionalização da segunda unidade universitária do CBS – o IMar. E também, nesse movimento de formalização, a interlocução com as Prefeituras, o Parque Tecnológico, os movimentos sociais, as entidades científicas, as agências de fomento e organismos internacionais foi estruturante para vencer dificuldades acadêmicas e diferenças conceituais.

Nessa trajetória, o Departamento de Ciências do Mar vai agregando o conjunto de docentes e de técnicos que participam mais cotidianamente da construção dos cursos de graduação (BICT-Mar, Engenharia do Petróleo e Recursos Renováveis e Engenharia Ambiental) e, também, engaja-se fortemente na consolidação do CBS.

O Documento de Criação do Instituto do Mar afirma:

A proposta de criação da nova unidade universitária, o Instituto do Mar, materializa o compromisso do *Campus* Baixada Santista com as Ciências do Mar e com as marcas singulares da Região da Baixada Santista: Mar, Porto e Meio Ambiente. Nesse contexto, a criação da nova unidade universitária, o Instituto do Mar, no *Campus* Baixada Santista objetiva reconhecer e organizar as ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico na área de Ciências do Mar.

E ainda, no referido Documento, encontra-se a declaração:

É importante destacar, por fim, que a criação do IMar tem ainda o objetivo de potencializar e agregar às atividades do *Campus* Baixada Santista e não polarizará as ações entre as Unidades. Considerando que o Instituto Saúde e Sociedade se consolidou e se destaca no seu campo de atuação, a criação do IMar agrega as questões interdisciplinares de meio ambiente. O *Campus* Baixada Santista, constituído pelo ISS e IMar, constrói uma identidade de relevância social que é a relação entre o meio ambiente, saúde e sociedade. Esta identidade será fortalecida com a presença do IMar, alargando as possibilidades de interação da Universidade com a sociedade e permitindo ao *campus* exercer o papel fundamental da universidade pública na Região Metropolitana da Baixada Santista.

Nessa perspectiva, ratifica-se que o CBS, coerente com suas opções acadêmicas e consoante com as diretrizes institucionais da Universidade, inscreve suas decisões, seus projetos de ação, produção de conhecimento e

formação no marco de uma identidade que se vincula basilamente ao contexto local, regional e nacional. A formalização do IMar responde, dessa forma, a anseios que em muito extrapolam as fronteiras do *campus*.

E esse mosaico de contextos dialoga vigorosamente com as políticas institucionais: o período de 2015 a 2019 foi marcado pelos movimentos de Reforma do Estatuto da Universidade e pela elaboração do PDI, configurando um *ethos academicus* que busca fazer convergirem as inserções sociais e universitárias e os marcos regulatórios fortalecedores da democracia, da participação, da liberdade de ideias e da defesa da educação como direito de todos e todas.

O empoderamento das Câmaras de Graduação, Extensão e Cultura, Pesquisa e Pós-graduação, bem como o alargamento da participação da comunidade acadêmica em Comissões (dispositivo presente desde a criação do CBS), vai possibilitando ouvir diferentes vozes e captar os movimentos de criação e desejos de implementação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*: Bioprodutos e Bioprocessos (mestrado acadêmico e doutorado), Ciências do Movimento Humano e Reabilitação (mestrado acadêmico e doutorado), Serviço Social e Políticas Sociais (mestrado acadêmico), Ecologia e Conservação Marinha (mestrado acadêmico) e Interdisciplinar em Ciências do Mar (mestrado acadêmico).

Esses programas, agregando-se ao conjunto já existente, significaram uma ampliação quantitativa e qualitativa de oferta de educação científica aos profissionais, de maneira especial, inseridos nos contextos local e regional. É a pesquisa imbricada com os problemas que demandam alternativas, caminhos, soluções. É a formação que implica apropriação dos métodos e das diferentes racionalidades científicas.

E, nesse espaço formativo, o desenvolvimento dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde – Ortopedia e Traumatologia (PRMOT) e Rede de Atenção Psicossocial (PMRAP) e o crescimento de cursos de especialização *lato sensu* (com a implantação dos cursos de Biotecnologia e Engenharia de Segurança do Trabalho) consolidam o diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde de Santos, com a Santa Casa de Misericórdia e com a Secretaria de Meio Ambiente desse município, e têm contribuído para que as redes de parcerias fiquem ainda mais potentes.

Um momento singular que traduziu as forças convergentes e sintonizadas do que se faz no CBS foi o I Seminário de Formação Estudantil, Políticas

Públicas e Educação Permanente, que envolveu a comunidade do *campus* e todas as secretarias da Prefeitura de Santos. Foram debates e grupos de trabalho de intensa troca, perspectivas para atuação conjunta e pactuações para o desenvolvimento de projetos e programas.

Agregando-se a esse quadro vibrante de relação Universidade-Sociedade, o início da implementação da curricularização da extensão muito contribuiu para que a projeção da formação universitária esteja conectada com os interesses, necessidades, desejos e projetos da comunidade local: “A proposta da curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Unifesp, além de ser uma estratégia do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), traz o compromisso da Universidade com a sociedade, por meio do reconhecimento da extensão como componente formativo do estudante”<sup>12</sup>.

Reafirma-se que a extensão universitária é um dispositivo mobilizador de práticas curriculares integradoras, superando fragmentações e possibilitando espaços formativos inventivos, críticos, transformadores e produtores de conhecimentos científicos relevantes e rigorosos.

## ○ *Campus* Baixada Santista e Suas Unidades Universitárias: uma Tríade Gestora a Favor da Relação Dialógica e Propositiva com a Sociedade<sup>13</sup>

A formalização da criação do IMar, como a segunda unidade universitária do CBS (ocorrida em 12 de junho de 2019), vem robustecer a gestão cotidiana das duas grandes áreas: “Saúde e Sociedade” e “Ciências do Mar”, ampliando a projeção política do *campus* na região e conferindo a ele uma maior governabilidade com a entrada em cena de duas novas direções.

Embora a área das Ciências do Mar já viesse – como departamento – ganhando corpo próprio no ensino (três cursos de graduação implantados e reconhecidos pelo MEC e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea no caso das Engenharias), na pesquisa (dois programas de pós-graduação com nível de mestrado e corpo docente com grande potencial de produção científica e formação de pesquisadores) e na extensão (diversos projetos que tornam a área já conhecida na região), a constituição formal do Instituto reconfigura institucionalmente o modo de trabalho no *campus*, abre

novos caminhos de gestão local, de representatividade em nível central da Universidade e constrói um potente selo identitário de reconhecimento de uma área com conexão incontestável com a região de inserção do *campus*.

O processo de formalização do IMar teve a participação ativa das instâncias e fóruns locais (do *campus*) e da gestão central da Universidade. Pontos nevrálgicos a respeito de recursos humanos (em especial secretários e técnicos de laboratório) e orçamento exigiram diversas rodadas de debate, esclarecimento e proposição, sempre na perspectiva da não fragilização dos dois Institutos. A atuação dos departamentos acadêmicos, do setor de gestão com pessoas do *campus*, da categoria técnico-administrativa, de ex-diretores e o grande apoio da reitoria e pró-reitorias foram fundamentais nesse intenso, legítimo e cuidadoso processo.

A conformação da tríade gestora acadêmico-administrativa (direção de cada Instituto e direção acadêmica do *Campus*, à qual se vincula a direção administrativa) tem se revelado bastante profícua visto que possibilita a divisão de trabalho, com cada direção enfocando suas funções estatutárias (anteriormente acumuladas por uma única direção) e exercendo um papel representativo, dentro e fora da Universidade, que amplia sobremaneira o espectro de projeção do *campus*<sup>14</sup>.

O ano do Jubileu de Prata da Universidade e dos 15 anos do CBS marca um período em que reafirmar extramuros a importância da universidade pública tem se tornado vital. Vital na região onde cada *campus* está inserido e vital em nível nacional. Nesse sentido, faz-se essencial a criação ou o reforço de elementos de interlocução e de acompanhamento histórico das ações da Universidade na sociedade, com o poder público em seus territórios de abrangência e com as demais instituições de ensino e pesquisa.

Um passo essencial para essa interlocução já faz parte da cultura acadêmica do CBS: significativa vocação extensionista. É o *campus* que congrega um terço dos programas e projetos de extensão de toda a Universidade. Ir até a sociedade, trazer a sociedade para a Unifesp e construir o *fazer junto* Unifesp-sociedade são movimentos constantes do *campus*. Ilustram com bastante representatividade essas ações os Projetos “Redução de Danos”, “Maré de Ciência”, “Pesquisa e Extensão sobre a População em Situação de Rua no Município de Santos”, “Monitoramento da

biodiversidade marinha do litoral paulista” e “Universidade Aberta para a Pessoa Idosa (Uapi)”.

O Projeto “Redução de Danos”, coordenado pela Profa. Dra. Luciana Togni Surjus, marca uma diligente ação no sentido da manutenção e do reforço da política de redução de danos no país, com enfoque e participação ativa dos beneficiários das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho e segurança pública da RMBS, colocando em contato estudantes (de graduação e pós-graduação), municípios – em especial a população que vive em condições de maior vulnerabilidade –, professores e gestores públicos, num aprendizado coletivo de resgate da cidadania e dos direitos:

Pensada atualmente como norte ético para cuidados às pessoas que usam drogas, pautada nos valores de garantia e promoção dos direitos humanos, a Redução de Danos foi tema de uma formação que ocorreu ao longo do segundo semestre de 2018, envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação, trabalhadores e beneficiários das políticas públicas de saúde, assistência social, educação, trabalho e segurança pública da Baixada Santista.

A experiência foi idealizada no Grupo de Trabalho para a construção de um Plano Regional Integrado de Redução de Danos na região, resultando no Convênio entre a Universidade Virtual de São Paulo (Univesp) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), envolvendo ainda a Fundação de Apoio à Unifesp<sup>15</sup>.

Tendo um caráter amplamente extensionista, mas também formativo e de pesquisas, o Projeto “Maré de Ciência” – coordenado pelos professores Ronaldo Adriano Christofolletti, Bárbara Lage, Tatiana Mazzo e Fernando Ramos Martins – desenvolve ações conjuntas nas três dimensões do fazer acadêmico com foco no processo formativo dos estudantes, na sociedade e na própria comunidade universitária, contando com o empreendimento de modos de divulgação científica e capacitação da sociedade, valorizando ainda aspectos como o meio ambiente sustentável das comunidades:

O Programa Maré de Ciência é uma iniciativa de docentes do Departamento de Ciências do Mar (DCMar) para promover ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e indissociável, por meio do letramento científico, promovendo a igualdade de gênero, étnica e racial e a valorização da cultura, história, identidade e meio ambiente sustentável das comunidades envolvidas.

O programa, que possui um conjunto integrado de ações com foco no processo formativo dos estudantes, na sociedade e na comunidade acadêmica, conta com ações de divulgação científica e capacitação da sociedade, integradas a pesquisas sobre tecnologias sociais e às

atividades que integram das unidades curriculares do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (BICT-Mar).

O trabalho conta com a parceria do British Council e Secretaria do Meio Ambiente de Santos, e apoio financeiro da Fapesp, Newton Fund e CNPq, além de parceiros locais para as ações realizadas. No Dia Mundial da Água, a ação foi realizada em parceria com o laboratório da professora Tânia Costa, da Unesp, fortalecendo o papel das universidades públicas na Baixada Santista<sup>16</sup>.

O Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão sobre a População em Situação de Rua no Município de Santos, sob a coordenação das professoras Luzia Baierl e Gabriela Vasters, prevê a realização de um censo e ações de educação permanente entre os profissionais das redes de atenção, envolvendo a participação de docentes, estudantes, de profissionais e de um grupo de usuários dos serviços de assistência social, que atuarão como membros da equipe do trabalho. Dessa forma, o Projeto constitui: “Cooperação técnica interinstitucional entre a Unifesp e a Seds-Santos, visando à capacitação, educação e o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Santos no tocante à temática da população em situação de rua”<sup>17</sup>.

O Projeto de Monitoramento da Biodiversidade Marinha do Litoral Paulista, com a coordenação dos professores Fábio Motta e Guilherme Henrique Pereira Filho, tem o objetivo de medir os impactos da conservação a longo prazo de três áreas já protegidas: o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, as estações ecológicas Tupinambás e Tupiniquins. O projeto conta com a parceria de diversos institutos e órgãos, como a Fundação sos Mata Atlântica e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O litoral do Estado de São Paulo reserva belezas impressionantes e uma biodiversidade riquíssima que está sendo foco cada vez mais de estudos, principalmente, no que diz respeito à proteção ambiental.

Além das atividades no litoral paulista, o grupo liderado por Motta e Pereira Filho também integra a Rede Abrolhos, que desenvolve pesquisas aplicadas à conservação do Banco dos Abrolhos, localizado no sul do litoral da Bahia. No local, além de monitorarem a “saúde” dos recifes de corais, o grupo estuda a influência do sedimento depositado nas algas sobre o comportamento alimentar dos peixes e a diversidade dos bancos de algas calcárias (rodolitos, também chamados de rochas vivas)<sup>18</sup>.



A Uapi, marcante programa social e já existente no CBS desde os seus primeiros anos,

[...] é uma proposta de abertura do *Campus* Baixada Santista à participação de idosos da região. Seus objetivos específicos são:

- proporcionar a idosos a oportunidade de cursar e contribuir com módulos dos cursos de graduação oferecidos no *campus*;
- desenvolver um programa de ensino e atividades específicas para a turma de idosos;
- favorecer a participação dos idosos nas diversas atividades abertas do *campus*, incluindo extensão e pesquisa.

A Uapi/BS tem como princípios a gratuidade e a valorização do encontro, na Universidade, de jovens e idosos<sup>19</sup>.

A Uapi constitui, dessa forma, um movimento formativo, intergeracional, lúdico e de entretenimento ativo para a população idosa, cujo quantitativo é bastante expressivo na Baixada Santista. Para participar é preciso ter sessenta anos ou mais, não sendo exigido nenhum nível de escolaridade.

A iniciativa da Expo-Unifesp, realizada em parceria com o Parque Tecnológico de Santos, por meio da qual o *campus* se abre ao público e recebe estudantes e seus familiares de toda a região, no contexto da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, tem nos ajudado a dar ao conhecimento da sociedade o que de melhor a Universidade tem a oferecer. Além disso, a iniciativa denominada Inova-BS, nascida no ano de 2019, numa empreitada conjunta entre universidades e faculdades, setor empresarial, entidades da sociedade civil, setor político e setores sindicais dos nove municípios, tem sido uma experiência muito proveitosa para ampliar o contato do *campus* com as universidades coirmãs da Baixada Santista e demais atores sociais, além de ampliar o alcance do conhecimento de seu trabalho. A iniciativa visa reunir *expertises* para a discussão da retomada do crescimento e expansão da atividade econômica, em diversas áreas, na Região Metropolitana.

Também compõem o esforço, sustentado por uma política institucional, no sentido de sistematização e acompanhamento das ações Universidade-Sociedade, os chamados “Observatórios”:

Os observatórios são espaços de articulação democrática, participativa e dialógica, capazes de contribuir para o monitoramento e a transformação da realidade, por meio de análises, reflexões, produção de dados e conhecimentos, subsídios e recomendações, visando

acompanhar, dar visibilidade, problematizar e evidenciar temas, situações, problemas, políticas públicas e processos de relevância socioambiental e de garantia de direitos.

Os observatórios também são concebidos como espaços que subsidiam a gestão pública em ações coletivas de cidadania ativa e participação social<sup>20</sup>.

No CBS foram constituídos dois metaobservatórios (um em cada Instituto) com três objetivos principais, sendo eles: a. realizar um levantamento histórico-retrospectivo da chegada do *campus* à RMBS e suas ações e impactos desde então (com a constituição de um Centro de Memória); b. lançar um olhar prospectivo para ações contínuas e futuras de intersecção com a Região; e c. constituir o Conselho Estratégico Universidade-Sociedade (Ceus)<sup>21</sup> em âmbito local.

Outros observatórios, classificados como Observatórios Temáticos, entendidos como dispositivos de ampliação e amplificação, no CBS, abrangem: Dinâmica Costeira, Práticas de Gestão Autônoma da Medicação (GAM) e Envelhecimento: linhas de cuidado nas demências com enfoque na atenção básica.

Nessa incessante busca por conhecimento e reconhecimento perante a sociedade, ainda mais necessária em contextos de crise como o atual, o *campus* tem sido parceiro das municipalidades ao ser local sempre disponível a sediar eventos relevantes, a exemplo do Fórum da Cidadania (com duas edições já sediadas no *campus*), cursos de formação das diferentes secretarias municipais, audiências públicas com os mais variados temas, entre elas a simbólica audiência organizada pelos moradores da Vila Mathias para a discussão, com vereadores, sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santos (Luos), em 2018, quando o *campus* e os munícipes conjuntamente expressaram suas discordâncias sobre pontos que afetariam negativamente a vida na comunidade e os planos de expansão do *campus* no bairro.

Graças à atuação dos docentes, técnicos administrativos, estudantes e trabalhadores terceirizados, no entrelaçamento de seus afazeres cotidianos, chegamos aos quinze anos do CBS com uma relação regional bastante profícua com o poder público dos nove municípios da RMBS. Nossa presença em campos de estágio, em projetos e convênios em parceria com as Prefeituras e suas diferentes secretarias e em ações de extensão das mais variadas, em vários territórios, nos tornou progressivamente mais conhecidos e mais

referenciados. Essa série de movimentos e imbricamentos na região alterou inclusive o percentual relativo de estudantes oriundos da própria Baixada Santista que concorrem a uma vaga em cursos do *campus*. Esse percentual cresceu de maneira acentuada e hoje temos um quantitativo bastante expressivo quando comparado à ampla minoria nos anos de 2006 a 2008, quando predominavam estudantes da capital e do interior do estado de São Paulo.

No âmbito da graduação, o próximo quadriênio (2019-2023) exigirá da tríade gestora uma ação coordenada e articulada com as Pró-reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis, estudos das taxas de evasão e retenção de nossos cursos de graduação, buscando os determinantes e prospectando ações mitigadoras. Inspira-nos – a docentes e técnicos administrativos – o encontro de novos métodos e/ou configurações do trabalho que possam responder com uma melhor sensação de pertencimento e de divisão equitativa de tarefas nos diferentes setores acadêmicos e administrativos.

## *Campus* Baixada Santista: Desafios e Perspectivas

*– Irão vocês extinguir-se? Irão vocês perecer?  
Como se a pergunta que faziam não precisasse de nenhuma  
resposta: Nós permanecemos.*

Virginia Woolf

O CBS chega ao ano de 2019, ano do Jubileu de Prata da Unifesp, completando seus quinze anos de instalação na RMBS, motivo de comemoração, de revisão, de tessitura de novos planos e de contornos político-acadêmicos para a valorização de suas potencialidades imanescentes e projeção mais clara da interface entre academia e sociedade nas suas mais distintas e amplas dimensões.

Os quinze anos do CBS estão também situados temporalmente num cenário político, econômico e social bastante desafiador em nível nacional. Um desafio angular se apresenta: a defesa da relevância sociocientífica da universidade pública, seu papel na formação de recursos humanos, na produção de conhecimento científico e no amparo ao desenvolvimento dos

cidadãos, com conseqüente reflexo no crescimento sustentável da nação, têm sido colocados em xeque, com enfoque majoritariamente demeritório. Por isso, essa revisita aos quinze anos do CBS mostra que o presente exigirá contínua intensificação das estratégias de atuação compartilhadas, na defesa histórica das políticas sociais, dos direitos, da cultura e do conhecimento público.

A perspectiva de superação encontra na relação com a sociedade, no compromisso com as demandas sociais, na ética, que imbrica tradição, inovação e transformação, os pilares fundamentais. E, assim, o *campus* seguirá a investir em uma cultura acadêmica que parte da multiplicidade de saberes, do lugar ético-político de sua função social, de sua responsabilidade de produção de conhecimento rigoroso, científica e socialmente implicado. E, no caminho de enfrentamento desse desafio, imperioso reconhecer que a relação com as comunidades do entorno do *campus* e com as necessidades dos universitários trabalhadores situa-se no desafio de condições efetivas de integração dos cursos de graduação e atividades desenvolvidas no período noturno, com boas condições de trabalho acadêmico, incluindo, por exemplo, abertura do *campus* aos sábados. Imbricada com esse quadro, inscreve-se a urgência de ampliação do corpo docente e do quadro técnico-administrativo, ampliação das condições de permanência estudantil, com especial atenção ao Restaurante Universitário, à Moradia Estudantil, à creche e bolsas-permanência.

Destacar a função social da universidade pública, realçando a ampliação das atividades no período noturno, implica, ainda, situar como desafio a ampliação dos cursos de graduação: como o curso de Oceanografia (já aprovado em todas as instâncias deliberativas da Universidade) e o curso de Biotecnologia (aprovado no âmbito decisório local). A contingência nesses casos se traduz na impossibilidade, nesse momento, de incremento no número de vagas docentes e de técnicos administrativos. E, ainda, outras duas graduações pós-BICT – que é um bacharelado planejado originalmente com possibilidade de cinco saídas. Ainda, aprofundar as discussões sobre a criação dos cursos de Enfermagem e de Saúde Coletiva, graduações que foram demandadas por secretarias de saúde dos municípios da RMBS.

Faz-se fundamental assumir que permanece a não existência, cuja superação não se avizinha, no marco temporal dos quinze anos do CBS, dos recursos necessários para a construção do imprescindível Bloco III e das

instalações definitivas do IMar. Ainda que a Universidade proativamente tenha discutido e aprovado mecanismos para captação de recursos, obedecendo a todos os marcos regulatórios, a exemplo das parcerias público-públicas e parcerias público-privadas, dos projetos acadêmicos de prestação de serviços (Paps) e das modalidades de patrocínio, não são processos rápidos e de solução imediata. Destacamos a dificuldade para cumprimento do PDInfra e a construção do Bloco III do complexo da Silva Jardim, imprescindível ao pleno desenvolvimento do *campus*, e, em especial, ao curso de Educação Física.

Aqui historicizados, os primeiros quinze anos de um *campus* – pioneiro na expansão da Unifesp e inserido em uma região metropolitana complexa –, permitem olhar para sua presença e reconhecê-lo incorporado no cotidiano da Região, formando profissionais de excelência, contribuindo no campo das políticas públicas, mantendo interlocução viva e propositiva com os movimentos sociais, assumindo um papel proativo de produção científica e inovação.

*Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.  
Não te fatigues logo. Tens trabalho para a vida toda.*

Cecília Meireles

*Campus Baixada Santista:  
Para a Baixada uma conquista,  
para a Unifesp uma missão altruísta,  
para a sociedade, a educação superior pública ao alcance da vista.*

*Quinze anos de esforços incessantes,  
coroam o trabalho conjunto de professores, técnicos e estudantes,  
no fazer cotidiano e objetivos entrelaçados com os trabalhadores terceirizados.*

*Rumo ao futuro com amor planejado, sempre investindo no coletivo,  
seguimos diligentes no propósito educativo,  
na luta serena, certos de que a democracia é nosso maior ativo.*

Odair Aguiar Junior

- 
1. O período de 2004 a 2011 teve a gestão do *Campus Baixada Santista* (CBS) sob a direção acadêmica do professor Nildo Alves Batista, também idealizador do Projeto Pedagógico do CBS, construindo os desenhos curriculares dos cursos da área das Ciências da Saúde e das Ciências do Mar. Entre 2008 e 2011, a professora Nancy Ramacciotti Monteiro exerceu a função de vice-diretora acadêmica. Na direção administrativa, tivemos como diretores Beatriz Candido Barbosa, Mauricio Correa Almeida e Emerson Stefanoviccius D’Anela.
  2. A referida deputada foi a autora da Emenda 11060009 apresentada ao Congresso Nacional/Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização/Emendas à LDO 2005, dentro do Programa Universidade do Século XXI.
  3. *Folha de S.Paulo*, 19 jan. 2004.
  4. Esse período (2011 a 2015) abrange a gestão das professoras Regina Célia Spadari e Sylvia Helena S. S. Batista, respectivamente diretora e vice-diretora eleitas. O processo de constituição da primeira direção eleita do *campus* abrangeu intensa discussão de projetos para o *campus*, configurando convergências e divisões que vão, também, marcando a história do CBS. Mas ressalta-se que comungar os princípios democráticos e a defesa intransigente dos direitos permitiu, sempre, construir zonas de consenso e trabalho coletivo. Na direção administrativa esteve o servidor Emerson Stefanoviccius D’Anela.
  5. Com os momentos e movimentos que sempre estiveram presentes no *campus*, como forma de organização, luta e proposição também se fizeram presentes. Dessa forma, devido a dúvidas quanto à segurança do prédio, somente foram instaladas, de forma plena, as atividades acadêmicas após a obtenção do Habite-se e do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).
  6. Elaborado pela Empresa Idom, a partir de um intenso processo participativo da comunidade acadêmica.
  7. Organizado por um grupo formado por representantes das instituições de ensino superior sediadas em Santos, o Seminário seria realizado em 15 de abril de 2020, marcando o início das comemorações dos 150 anos da Associação Comercial de Santos, porém foi postergado para 2021, por causa da pandemia ocasionada pela Covid-19.
  8. Esse período (2015 a 2019) abrange a gestão dos professores Sylvia Helena S. S. Batista e Odair Aguiar Junior, respectivamente diretora e vice-diretor eleitos. Em uma eleição com chapa única – Diversidade e União –, a proposta de fortalecimento e ampliação do *Campus Baixada Santista*, na perspectiva do conhecimento cientificamente rigoroso e relevante, eticamente implicado e socialmente referenciado, conquista a adesão da comunidade. Na direção administrativa esteve o servidor Emerson Stefanoviccius D’Anela.
  9. Essa estabilidade derivou da instalação das atividades acadêmicas e administrativas no Edifício Acadêmico II e no Edifício Acadêmico IV, possibilitando a devolução de duas unidades alugadas. Assim, a partir de 2015, o *campus* passa a contar com quatro prédios próprios, uma unidade alugada pela Prefeitura de Santos e dois espaços alugados para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão com uso das quadras poliesportivas e piscinas.
  10. Unifesp/*Campus Baixada Santista*, *Plano Diretor de Infraestrutura do Campus Baixada Santista*.
  11. Unifesp, “Unifesp e Ministério Público Federal Assinam Acordo de Cooperação Técnica e Científica”, *Boletim (On-line)*, 19 jun. 2018.
  12. Informação disponível na sessão “Curricularização” da página da Proex, no site da Unifesp.

13. Esse período (iniciado em 2019) abrange a gestão dos professores Odair Aguiar Junior e Gustavo Camargo Fonseca, respectivamente diretor e vice-diretor eleitos. Novamente uma eleição de chapa única, incluindo as áreas “Saúde” e “Mar”, para a direção acadêmica do *campus*, quadriênio 2019-2023, sinalizando a importância de uma visão ampliada e conjunta da gestão do *campus*.
14. Para efeito de registro histórico, assumiram como diretores *pro tempore* do ISS a Profa. Dra. Virgínia Junqueira e a Profa. Dra. Glaucia Monteiro de Castro Champion, respectivamente diretora e vice-diretora; e do IMar, o Prof. Dr. Igor Dias Medeiros e o Prof. Dr. Emiliano Castro de Oliveira, respectivamente diretor e vice-diretor.
15. Unifesp, “Conheça o Projeto de Extensão de Atualização em Redução de Danos”, *Notícias*, 18 fev. 2019.
16. *Idem*, “Maré de Ciência: Conscientização e Divulgação Científica”, *Notícias*, 27 mar. 2019.
17. *Idem*, “Vida nas Ruas na Cidade de Santos: o Que Eu Tenho a Ver com Isso?”, dez. 2018.
18. A. C. Cocolo, “Projeto Monitora Biodiversidade no Litoral Paulista”.
19. Informação disponibilizada na sessão “Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (Uapi)”, da página dos Programas de Extensão do *Campus* Baixada Santista, no *site* da Unifesp.
20. Informação disponível na página sobre os “Observatórios” no *site* da Unifesp.
21. O Ceus é um Conselho já existente no organograma da Gestão Central da Unifesp, que envolve e dá voz a setores da sociedade civil, num compasso de interação produtiva, participativa e de abertura à cooperação. Acredita-se que um Conselho dessa natureza, quando composto considerando a realidade regional de cada *campus*, permitirá um aporte de ideias e de intersecções ainda não prospectadas, que muito ajudarão no diálogo Unifesp-Sociedade.

# 3

## O *Campus* Diadema

INSTITUTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS (ICAQF)

### Introdução

O PROJETO DE INSTALAÇÃO DO *CAMPUS* DIADEMA ACONTECEU em comum acordo com a Prefeitura a partir da necessidade de um *campus* universitário público no município. Inicialmente a Prefeitura concedeu áreas disponíveis no município para sua implantação, assim como a criação de convênios para uso de alguns espaços municipais destinados à educação. O *Campus* de Diadema, assim como os demais *campi*, vem substanciar o projeto de desenvolvimento da Unifesp, que tem como objetivo conceber políticas institucionais e estratégias de ensino, de produção científica e de geração de inovação, orientadas às necessidades sociais e aos objetivos de desenvolvimento regional e do país.



O *Campus* Diadema está localizado estrategicamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), próximo a indústrias de pequeno, médio e grande porte, ou dos seus centros administrativos. A localização privilegiada permite o contato direto dos alunos, bem como sua inserção no seu futuro mercado de trabalho. Por outro lado, também permite a consolidação de projetos de pesquisa entre docentes e profissionais da indústria que constantemente buscam soluções práticas, econômicas e sustentáveis para seus problemas industriais.

## A Vocação do *Campus*

O *Campus* Diadema foi oficialmente implantado em 2007 em uma região de alta densidade industrial que abriga, ainda hoje, uma área preservada de Mata Atlântica e parte da represa Billings. Isso evidencia sua vocação para as ciências naturais e exatas, com ênfase nas ciências químicas, ambientais, biológicas, farmacêuticas e da educação, assim como para contribuir para a melhoria dos indicadores socioeconômicos dessa parte da RMSP. A finalidade do *campus* é fornecer à sociedade e ao mercado de trabalho profissionais competentes, com habilidades técnica e científica e que detenham visão contemporânea das respectivas profissões. A preparação desses profissionais, inclusive no âmbito social, inclui o enfrentamento dos problemas ambientais e de saúde que afetam o país, com vista à melhoria da qualidade de vida da população. Nessas condições, proporciona-se ao estudante uma sólida formação básica e transversal em química, física, matemática, biologia e processos tecnológicos, com capacitação para a comunicação oral e escrita e o exercício da liderança. Outra prioridade do *campus* é a formação de professores de ciências e matemática, tanto a formação inicial, em nível de graduação, quanto a continuada, procurando atender à alta demanda desses profissionais na rede pública.

Na época de sua inauguração, o *campus* foi constituído por dois departamentos: o Departamento de Ciências Biológicas (DCB) e o Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET). Reunia inicialmente quarenta docentes, incluindo químicos, biólogos, geólogos, farmacêuticos, engenheiros, físicos e matemáticos. Com o crescimento e expansão do

*campus*, novos cursos foram criados e mais profissionais foram contratados, mostrando um adensamento grande de docentes com perfis e linhas de trabalho similares. Não demorou muito para a criação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF), o qual congregou todos os docentes do *campus*.

## Os Cursos de Graduação e Pós-graduação

Atualmente o ICAQF oferece sete cursos de graduação:

- Ciências Ambientais – bacharelado (integral);
- Ciências Biológicas – bacharelado (integral);
- Ciências – licenciatura (vespertino e noturno);
- Engenharia Química – bacharelado (integral e noturno);
- Farmácia – bacharelado (integral e noturno);
- Química – bacharelado (integral);
- Química Industrial – bacharelado (noturno).

Nesses cursos estão matriculados mais de 2 700 graduandos.

Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, estão em vigência dez programas de pós-graduação, sendo oito no *campus* e dois interunidades:

No *campus*:

- Análise Ambiental Integrada (AAI);
- Biologia Química (BQ);
- Ciências Farmacêuticas (CF);
- Engenharia Química (EQ);
- Ensino de Ciências e Matemática (PECMA);
- Química-Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade (Q-CTS);
- Ecologia e Evolução (EE);
- Mestrado Profissional em Matemática (MPM);

Interunidades:

- Biotecnologia (Biotec);
- Engenharia e Ciência de Materiais (ECM).

São também desenvolvidas atividades de extensão universitária, principalmente nas áreas de educação e saúde, tais como a Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Uapi), o Atlas Ambiental de Diadema e diversos cursos de formação na área de saúde ou de formação de professores, o que tem contribuído para uma aproximação gradual com a comunidade de Diadema.

## A Reorganização Acadêmica

A partir de 2014, diante do processo de crescimento dos *campi* da Unifesp, congregando diversas e novas áreas e conhecimentos, Diadema viu-se perante a necessidade de uma reorganização das áreas de conhecimento, a fim de adequar os saberes em suas unidades orgânicas.

Tomando como referência a sinergia necessária entre o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano Diretor de Infraestrutura, o *campus* iniciou um amplo e profundo debate com toda a comunidade visando a constituição de um Plano Diretor de Infraestrutura para o *campus* e a consolidação de sua vocação, a partir dos seguintes princípios:

- Suporte à atividade acadêmica, promovendo uma relação entre espaços de ensino e espaços de aprendizagem, considerando que a aprendizagem não só se produz nas salas de aulas, senão que a própria permanência do estudante no *campus* deva lhe propiciar uma aprendizagem contínua. O ambiente universitário deve favorecer a interação entre estudantes, e, portanto, devem-se propiciar a mobilidade dos estudantes dentro do *campus* e a criação de ambientes abertos, colaborativos e adaptáveis, que promovam as relações sociais, o ensino e pesquisa, a troca de ideias e a inovação.
- Flexibilidade e capacidade de adaptação às novas tecnologias e modelos de ensino. Especialmente durante os últimos anos, estamos assistindo a uma verdadeira revolução nos modelos educativos provocada principalmente pela acessibilidade e globalização das telecomunicações.

- Promover o sentido de *campus* e a experiência da vida universitária, por meio de um ambiente convidativo, acessível e seguro, que promova a interação social e cultural, o lazer, o esporte. Nesse sentido, convém destacar que o desenho dos espaços de relação entre os diferentes usos do *campus* é tão importante quanto o desenho dos edifícios em si.
- Integração com o entorno. A universidade deve ser um modelo de relação com a cidade e com o entorno de onde está inserida, proporcionando um ambiente onde a comunidade possa conviver, cuja construção reflita a ideia de abertura e de mescla.
- Modelo participativo de gestão, com o envolvimento dos distintos atores da comunidade universitária no planejamento do *campus*.

## Os Departamentos e as Áreas de Conhecimento no *Campus*

A partir do relatório do Plano de Desenvolvimento de Infraestrutura do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF) da Unifesp, aprovado na Congregação de 3 de dezembro de 2015, a criação das novas unidades acadêmicas proporcionou uma divisão mais adequada das áreas de conhecimento para alocação dos docentes, permitindo, assim, maior representatividade das diferentes áreas de atuação no *Campus* Diadema. Além dos sete cursos de graduação e dos dez programas de pós-graduação (oito do próprio *campus* e dois programas interunidades), em 2016, com a oficialização das novas unidades acadêmicas, o *campus* passou a contar oficialmente com oito áreas de conhecimento, devidamente organizadas em seus respectivos departamentos, descritos a seguir:

### *O Departamento de Química (DQ)*

Naquele momento, o DQ passou a ser composto por 48 docentes que contemplavam as subáreas de Química Analítica, Química Orgânica, Química Inorgânica, Físico-Química e Ensino de Química, todos doutores e a maioria com experiência em pós-doutorado. Os cursos de graduação em Química

possuíam 108 disciplinas entre Unidades Curriculares (UCS) obrigatórias e eletivas sendo ministradas por seus docentes, além de UCS compartilhadas com outros cursos. Esses docentes participavam de projetos de extensão, comitês editoriais de periódicos nacionais e internacionais, além de atividades administrativas. Os docentes do DQ sempre estiveram envolvidos com projetos de pesquisa relacionados aos mais diversos interesses da sociedade, sendo financiados por importantes agências de fomento, tais como Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de projetos multiusuários, financiados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e por agências internacionais.

### *O Departamento de Ciências Ambientais (DCA)*

O DCA reúne uma equipe multidisciplinar, atuante em pesquisa, extensão e ensino, focada na conservação do meio ambiente, a partir de variadas abordagens e escalas espaciais. As investigações objetivam principalmente a compreensão, caracterização e avaliação da importância dos processos ambientais; sua importância e susceptibilidade às atividades antrópicas, tendo em vista a conservação e apropriação sustentável dos seus recursos e serviços. Constituído por 31 docentes permanentes, além de dois professores visitantes, o departamento realiza pesquisas relacionadas a todos os compartimentos do sistema terrestre: litosfera, atmosfera, hidrosfera, criosfera e biosfera. Além de investigar o funcionamento do sistema terrestre e dos ecossistemas, também são desenvolvidas pesquisas relacionadas à compreensão das dimensões sociais e humanas dos problemas ambientais, fornecendo informação crítica para a mitigação e a remediação de problemas socioambientais. Temas como educação ambiental, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, conservação e preservação dos recursos, estudo de impactos ambientais, reparo de danos ambientais causados por poluição do ar, das águas e do solo permeiam as atividades desta unidade acadêmica, que também é responsável por 93 disciplinas de graduação em todos os cursos do *Campus* Diadema. Quase todos os seus docentes são orientadores em programas de pós-graduação na Unifesp e/ou em outras universidades nacionais e internacionais. Destaca-se também o forte envolvimento com projetos e cursos de extensão. Pela sua natureza

interdisciplinar, as áreas de atuação do DCA têm impacto significativo na formulação de políticas públicas, em todas as esferas do âmbito governamental.

### *O Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF)*

As Ciências Farmacêuticas consistem em um grupo de áreas temáticas interdisciplinares essenciais para a descoberta e desenvolvimento de novos fármacos, terapias, diagnóstico e promoção da saúde. O respectivo departamento, composto de 47 docentes permanentes, um docente visitante e um substituto, subdivide-se em algumas especialidades, com quatro áreas principais: Fármacos e Medicamentos, Assistência Farmacêutica, Análises Clínicas e Toxicológicas, e Alimentos, que abordam todas as etapas inerentes à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em medicamentos, cosméticos, alimentos, análises clínicas e toxicológicas e serviços farmacêuticos. O DCF apresenta como missão formar e qualificar profissionais com competências e habilidades, no âmbito da graduação, segundo as diretrizes curriculares vigentes, assim como fornecer educação profissional e tecnológica de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa, extensão e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e da saúde, especialmente de abrangência local e regional. Sendo os princípios norteadores do trabalho departamental adotar ações que estejam sintonizadas com:

- a busca incessante da excelência do ensino, pesquisa e extensão;
- educação científica e tecnológica, sendo a pesquisa vista como princípio científico e educativo;
- a atuação do departamento como centro de referência local e regional na educação tecnológica e produção científica na área das Ciências Farmacêuticas.

### *O Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET)*

O DCET é constituído atualmente por 32 professores doutores de diferentes especialidades, contratados em regime de quarenta horas e dedicação exclusiva, e atua, majoritariamente, nas áreas de Ensino de Ciências e Matemática, História da Educação, Matemática e Formação de Professores,

contribuindo, também, com projetos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de origem de seus docentes. Como parte do ICAQF de Diadema, o DCET é responsável por diversas UCS do curso de Ciências – licenciatura e pela atuação de seus docentes em programas de pós-graduação em Diadema e Guarulhos, como o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PECMA); o Mestrado Profissional em Matemática (Profmat); o Programa de Pós-graduação em Educação; e o Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência.

### *O Departamento de Ciências Biológicas (DCB)*

O DCB, formado logo após a criação do *Campus* Diadema da Unifesp, abrigou diferentes áreas de conhecimento e linhas de pesquisas integradas vinculadas às Ciências Biológicas. O DCB, na qualidade de unidade pioneira em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, contribuiu ativamente na implantação e consolidação do *Campus* Diadema da Unifesp. O DCB conta atualmente com 24 docentes, sendo um docente substituto, alocados em três setores: 1. Biologia Celular e do Desenvolvimento; 2. Biologia Molecular, Microbiologia e Imunologia; e 3. Morfofisiologia e Patologia. Os docentes ministram aulas nos cursos de Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências – licenciatura, Engenharia Química e Farmácia. A interação entre as áreas de conhecimento que compõem o Departamento tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas de alto impacto no estudo de mecanismos moleculares, celulares e sistêmicos envolvidos na biologia celular e do desenvolvimento, na microbiologia, imunologia, morfofisiologia e patologia de diversas ordens, incluindo modelos celulares, microbianos e modelos animais, proporcionando a aplicação desse conhecimento para o desenvolvimento de propostas de ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação eficientes, inovadoras e estimuladoras.

### *O Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva (DEBE)*

O DEBE foi criado em 2016 como parte do processo de reestruturação administrativa do ICAQF. Desde então, os docentes do DEBE vêm participando de atividades e funções designadas ao Departamento, nas áreas de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária. Atualmente, o DEBE conta com dezenove docentes, sendo todos membros titulares do Conselho Departamental. Os docentes vinculados ao DEBE são responsáveis por 38 UCS

da graduação nos cursos de Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Farmácia (diurno e noturno) e Ciências – licenciatura. O DEBE é também responsável pelo Programa de Ecologia e Evolução (PPGEE), que matriculou 49 alunos de mestrado entre 2017 e 2019.

### *O Departamento de Engenharia Química (DEQ)*

A localização do *Campus* Diadema é estratégica para a área das engenharias, dada a relevância socioeconômica do setor industrial na Região do ABC e por existir uma demanda por profissionais da área. O Departamento é composto de docentes que atuam nos cursos de graduação em Engenharia Química (integral e noturno), Química Industrial (noturno) e Ciências Farmacêuticas (integral e noturno) e conta com seis Laboratórios de Pesquisa distribuídos nas unidades José Alencar (Centro) e José de Filippi (Eldorado). Em 2017, o Programa de Pós-graduação em Engenharia Química foi aprovado e iniciou sua primeira turma no primeiro semestre de 2018. Além disso, os docentes do DEQ estão vinculados a outros programas de pós-graduação da Unifesp (Engenharia e Ciência de Materiais – ECM, Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade – CTS, Gestão e Informática em Saúde – GIS e Análise Ambiental Integrada – AAI). O princípio norteador do trabalho departamental é adotar ações que estejam sintonizadas com:

- a busca incessante da excelência do ensino, pesquisa e extensão;
- educação científica e tecnológica, sendo a pesquisa vista como princípio científico e educativo;
- a atuação do departamento como centro de referência local e regional na educação tecnológica e produção científica na área de Engenharia Química.

### *O Departamento de Física (DF)*

A física é uma ciência básica que procura desvendar as leis que governam o universo, desde a escala subatômica até a escala cosmológica. A física tem contribuído significativamente ao longo dos séculos para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico mundial, sem olvidar áreas básicas e interdisciplinares na fronteira do conhecimento. Essa é a visão do DF do ICAQF – *Campus* Diadema. O DF teve sua origem em 2017, na união de alguns docentes de dois antigos setores do DCET, o setor de Física e Matemática e o



setor de Educação em Ciências. Os docentes que compõem o DF possuem formações diversificadas, em subáreas teóricas e experimentais. O DF tem como missão promover a geração de conhecimento, atuar na formação de recursos humanos qualificados e promover ações de extensão de serviços à sociedade. Entre os programas de extensão, pode-se ressaltar o programa “Física no dia a dia, conversando com o Departamento de Física da Unifesp Diadema”, que promove palestras sobre física em locais públicos do município de Diadema. No campo científico, os temas estudados abrangem principalmente física de partículas, física nuclear, óptica, física de materiais, inteligência artificial, física de sistemas biológicos, supersimetria, cosmologia, astrofísica, sistemas dinâmicos, mecânica de fluidos, história da educação matemática, entre outros. O Departamento é responsável pelo oferecimento de disciplinas de Matemática e Física Básica para todos os cursos do *Campus* Diadema. Atualmente o Departamento oferece o curso de especialização *lato sensu* em Teoria da Relatividade, e a partir do ano de 2021 está previsto o oferecimento do curso de bacharelado em Física.

*O Centro de Formação de Educadores da Escola Básica (Cefe)*  
O Cefe foi criado como órgão complementar do *Campus* Diadema em 9 de maio de 2018 por meio da Resolução n. 149 do Conselho Universitário. Tem como missão contribuir com a construção de uma cultura de formação de educadores da e para a escola básica, promovendo o desenvolvimento da formação inicial e continuada desses profissionais por meio de metodologias que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão em conformidade com as políticas educacionais da Unifesp.

*O Centro de Equipamentos e Serviços Multiusuários (CESM)*  
O Centro de Equipamentos e Serviços Multiusuários do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (CESM-ICAQF) é o órgão que congrega as plataformas institucionais do *campus*, obedecendo aos conceitos contemporâneos de racionalização de recursos e sustentabilidade de infraestruturas de grande porte para a pesquisa e desenvolvimento. Sua missão é o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da disponibilização do parque de equipamentos institucionais da Unifesp – *Campus* Diadema e da prestação de serviços em análises instrumentais às empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras

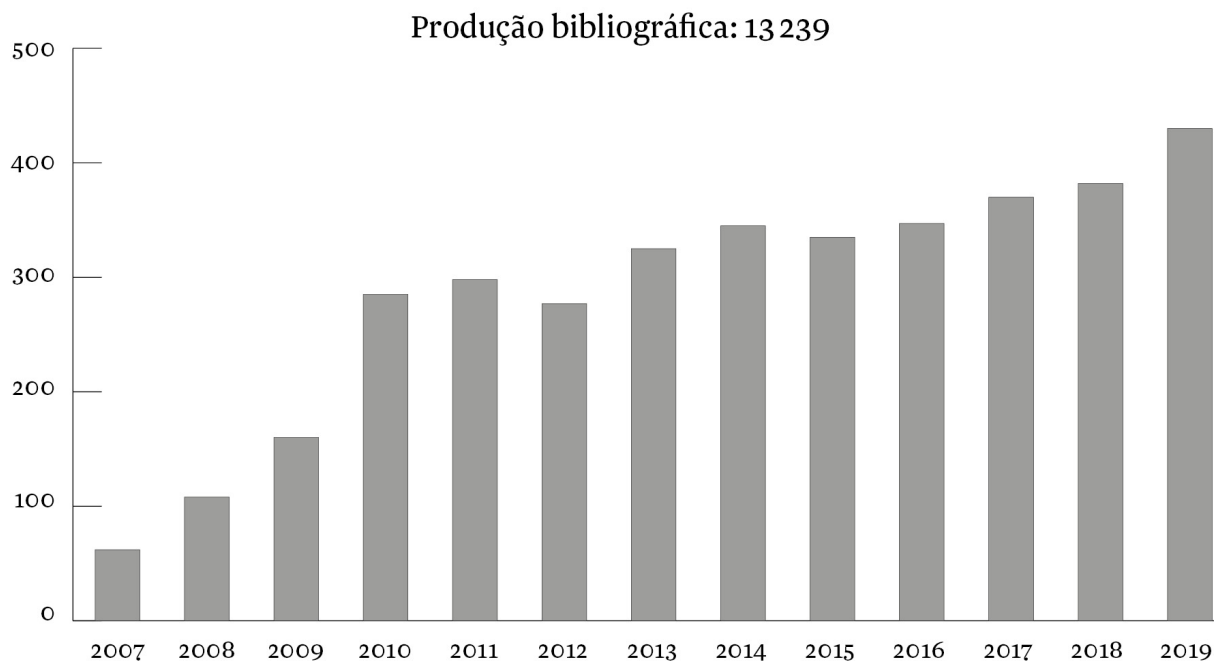
instituições públicas ou privadas. Subordinado à Câmara de Pós-graduação e Pesquisa do *campus*, conta com um corpo próprio de técnicos de laboratório e com uma Comissão Científica de assessoramento, constituída por docentes especialistas nas diferentes técnicas disponibilizadas pelo Centro.

## ○ *Campus* Diadema em Números

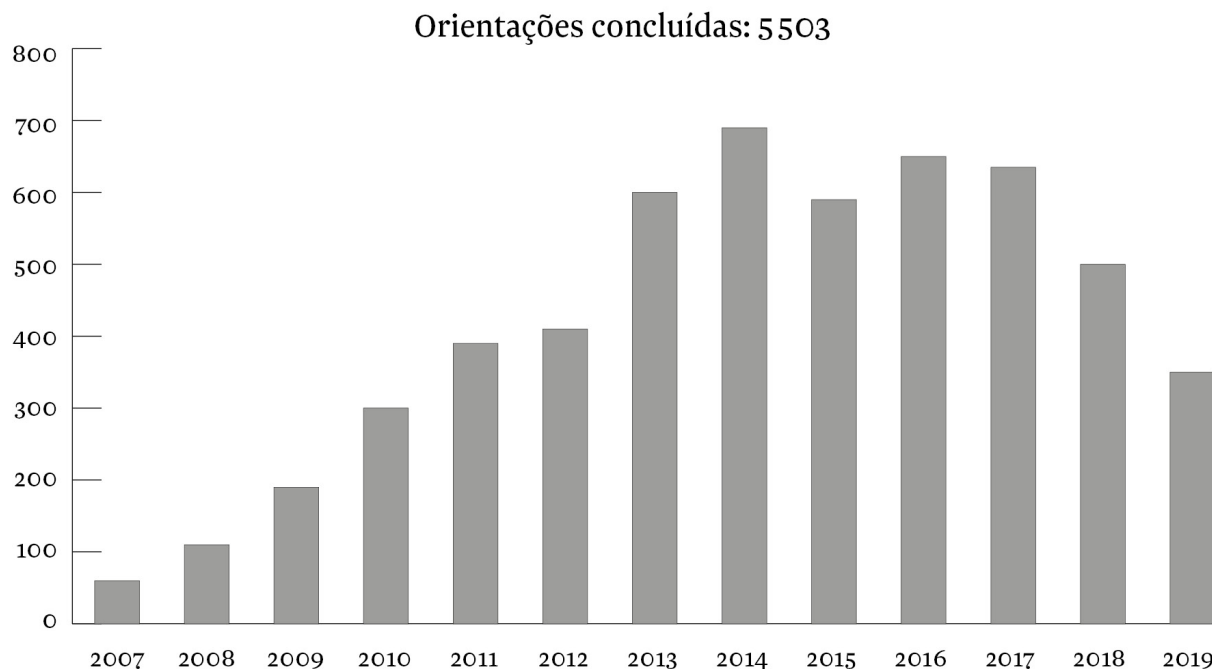
Alunos de graduação	2 708
Alunos de pós-graduação – Mestrado	326
Alunos de pós-graduação – Doutorado	68
Alunos de pós-graduação – Especialização	103
Total de alunos	3 205
Técnicos Administrativos em Educação	105
Docentes	262
Biblioteca (volumes)	26 325

## ○ Ensino<sup>1</sup>

*A Produção Acadêmica<sup>2</sup> (2007-2019)*



Artigos	3 841
Livros	114
Capítulos	483
Textos em jornais	272
Trabalhos completos em congressos	717
Demais produções bibliográficas	131
Resumos em anais de congressos	4 984
Apresentações de trabalho	2 697
<b>Total de produção bibliográfica</b>	<b>13 239</b>



Supervisão de pós-doutorado	36
Tese de doutorado	219
Dissertação de mestrado	834
Monografia de curso de especialização	130
Trabalho de conclusão de curso de graduação	1 524
Iniciação científica	1 578
Orientação de outra natureza	1 182
<b>Total de orientações concluídas</b>	<b>5 503</b>

Os dados acima refletem o permanente empenho dos docentes, dos técnicos administrativos em educação e dos discentes do *campus* em superar as adversidades orçamentárias ou de infraestrutura para efetivar o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando sempre níveis de excelência no desenvolvimento do potencial de inovação tecnológica e social do *campus*.

## As Perspectivas de Futuro

Para que o *Campus* Diadema pense o seu futuro, constituiu-se o Metaobservatório Institucional de Diadema. Seu objetivo é levantar, mapear e analisar dados e informações que revelem a ação do *campus* no território em que está inserido, assim como as “re-ações” do contexto (relação biunívoca), considerando as dimensões administrativa, acadêmica, física, social, política, cultural, econômica, entre outras.

Como já é de amplo conhecimento, um dos grandes desafios que o *Campus* Diadema enfrenta é o de infraestrutura. Sua fragmentação em diferentes unidades dificulta a plena interação entre docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. No que se refere à acessibilidade, esse problema cria dificuldades para que membros da comunidade acadêmica participem de diferentes tipos de atividades.

A partir dos objetivos gerais de mapeamento e análise de dados para revelação do papel e da sua relevância no seu entorno social, pretendemos que essas atividades funcionem como elementos integradores do *campus* no plano científico-intelectual, minimizando, assim, o impacto negativo das falhas de infraestrutura e acessibilidade. Buscaremos, pela autoanálise, o fortalecimento das colaborações científicas entre os docentes do *campus*, estimulando a construção de projetos conjuntos. Além disso, os dados gerados pelo Metaobservatório Institucional de Diadema poderão fortalecer as atividades de extensão do *campus* e, conseqüentemente, estimular uma melhor relação com a cidade e o reconhecimento da Universidade pelos moradores de Diadema. Por último, o mapeamento de atuação dos egressos no mercado de trabalho mostrará o papel relevante do *Campus* Diadema, seus impactos, social e econômico, no que tange ao oferecimento de profissionais de excelência e à geração de conhecimento por meio de pesquisa científica como retorno constante para a sociedade.

O plano de estruturação do observatório não poderia deixar de estar centrado na participação e no envolvimento das principais instâncias acadêmicas do *campus*, como as comissões de curso de graduação e de pós-graduação, os departamentos, os setores administrativos e acadêmicos, assim como as câmaras e órgãos como o Centro de Formação de Educadores da Escola Básica e o Núcleo de Apoio ao Estudante, por exemplo, na coleta e na

interpretação dos dados, para compormos uma visão comum das influências e impactos do *campus* em seu entorno, assim como das influências e impactos do entorno no *campus*.

A participação ativa das câmaras de graduação, pós-graduação e extensão, assim como das comissões de curso será o elemento determinante na elaboração de roteiros e de ações que permitam o envolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na coleta e na interpretação de dados, implicando o corpo discente e docente na construção da imagem sobre o papel e a relevância do *campus* no seu entorno.

Do ponto de vista do potencial, é possível o desenvolvimento de algumas interfaces referenciadas nos princípios da gestão sustentável dos municípios, da parceria universidade-empresa, da universidade-escola ou mesmo da inovação da gestão acadêmica.

Dessa forma, o reconhecimento da importância da Unifesp na cidade vem sendo firmado uma vez que a Universidade se dispõe a olhar para o seu entorno como objeto de análises que suscitam reflexões e contribuem para encontrar soluções para problemas da sociedade. Embora o *Campus* Diadema tenha, ao longo dos seus primeiros dez anos, empreendido diversos projetos de extensão no município, incluindo tanto cidadãos como instituições, desde 2017 o *campus* vem desenvolvendo parcerias com diversas organizações locais, das quais se destacam o projeto Atlas Ambiental e o Observatório Socioambiental de Diadema, e a criação de um Centro de Tecnologia e Inovação na cidade.

O projeto Atlas Ambiental de Diadema, iniciado em 2018, e o Observatório Socioambiental de Diadema, iniciado no final de 2019, representam uma oportunidade única de a Universidade empreender uma parceria com o poder público da cidade de Diadema para organizar e disponibilizar informação sobre o patrimônio ambiental natural, o patrimônio humano/social e o patrimônio construído, com o olhar integrador das Ciências Ambientais, e com o potencial de contribuir, em última análise, para a produção de políticas públicas municipais.

A ideia da implantação de um Centro de Tecnologia e Inovação na cidade de Diadema tem sido amadurecida desde 2017, com a Prefeitura Municipal e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-Diadema (Ciesp-Diadema), envolvendo outros potenciais parceiros locais, a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp) e a Secretaria de Tecnologia

e Inovação do Governo do Estado de São Paulo, no sentido de formatar uma proposta a ser apresentada em 2020. Esse projeto dará vazão ao potencial de inovação tecnológica e social que foi o mote da criação do *Campus* Diadema, trará opções formativas aos egressos com a visão do empreendedorismo tecnológico e social como forma de mudar o entorno, integrando o desenvolvimento tecnológico ao desenvolvimento socioeconômico e humano.

Cabe aqui expressar a visão de caráter mais estratégico que tem sido apresentada pela Unifesp/Diadema nesse diálogo com a cidade de Diadema, que envolve três vetores principais: educação, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental, que coincidem com a identidade acadêmica do próprio *campus* e, portanto, representam o potencial principal de interlocução com a sociedade.

- 
1. Dados obtidos em 2019, por ocasião da comemoração dos 25 anos da Unifesp.
  2. Os dados da produção acadêmica foram obtidos a partir da consulta aos currículos Lattes, por meio do *software* ScriptLattes, considerando, ano a ano, apenas o período efetivo do docente na instituição.

# 4

## A Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Presença Comprometida, Conhecimento Transformador

JANES JORGE • MAGALI APARECIDA SILVESTRE • MARCOS CEZAR DE FREITAS

QUEM OBSERVA COM ATENÇÃO A ESCOLA de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) no ano de 2019, em seu *campus*, localizado no bairro dos Pimentas, descobre uma intensa movimentação acadêmica, cultural e social. As atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão da Escola, o vaivém de estudantes e professores e de toda a rede de serviços que se forma para garantir seu trabalho, a presença do público externo em busca das oportunidades que a universidade oferece, tudo isso multiplica os vínculos da EFLCH com o bairro dos Pimentas, com a cidade de Guarulhos e a região do Alto Tietê Cabeceiras.



A EFLCH é grandiosa. Possui seis departamentos que congregam cursos nas áreas de Ciências Sociais, Educação, Filosofia, História, História da Arte e Letras. Ao todo são dezesseis cursos, oito licenciaturas e oito bacharelados ofertados para cerca de três mil estudantes na graduação, além de oito programas de pós-graduação que formam, atualmente, oitocentos pesquisadores no mestrado e doutorado. Para garantir seu funcionamento, dispõe do trabalho profissional de 246 docentes em jornada de dedicação exclusiva, 95 servidores técnicos e 81 trabalhadores terceirizados. Inúmeros pesquisadores já titulados que realizam atividades de pós-doutoramento e professores visitantes também compõem esse grupo.

Não há dúvida de que a expansão do ensino superior público com a inclusão progressiva de segmentos sociais historicamente marginalizados no Brasil por si só é algo positivo do ponto de vista do desenvolvimento e justiça social. Além disso, quando a expansão da universidade pública ocorre em um *campus* como o da Unifesp Guarulhos, que fica em um bairro popular da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), amplia-se a dimensão transformadora do ensino público. Concentrar ações e recursos em regiões historicamente privilegiadas pelo poder público, pois ocupadas predominantemente por segmentos de classe média alta e por ricos, além de injusto, inviabiliza o próprio funcionamento da metrópole saturada de problemas urbanos, ainda mais na RMSP, que possui aproximadamente 21 milhões de habitantes, 10% da população brasileira. Em Guarulhos, provavelmente, não haveria o *campus* da Unifesp se não fosse a ampla mobilização de movimentos sociais, que conquistou apoio do poder municipal.

Criar novos fluxos de pessoas e saberes, aumentar a inter-relação entre diferentes bairros populares, descentralizar recursos, é imperativo para a São Paulo metrópole ter um futuro que não seja apenas acumulação de mais crise e mal-estar social e ambiental. O *Campus* Guarulhos da Unifesp, portanto, aponta o futuro, pois produz conhecimento e diminui as desigualdades sociais, culturais e territoriais, ao estabelecer possibilidades de intervenção na realidade local por meio de atividades de ensino, extensão e de pesquisa, projetando a Unifesp como uma universidade socialmente referenciada.

Guarulhos, que faz divisa com o lado leste e norte da capital paulista, tem cerca de 1,3 milhão de habitantes, a segunda maior população entre os

municípios do estado de São Paulo. Quem olhar o mapa da cidade localizará o bairro dos Pimentas no lado sudeste, entre as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna. O Pimentas, ao lado de outros bairros próximos, e com perfil socioeconômico semelhante, forma uma região com mais de 350 mil habitantes, portanto maior do que a grande maioria das cidades paulistas. O bairro que acolheu a primeira turma de estudantes, docentes e servidores técnicos da Unifesp, em 2007, pouco lembra o bairro que a turma de calouros de 2019 encontrou, embora ainda se observem na paisagem casas e prédios que não mudaram e ruas e avenidas que permanecem praticamente inalteradas, incapazes de escoar o movimento crescente de veículos que movimentam pessoas e mercadorias, mesmo com a conclusão da ampliação e das melhorias do Trevo de Bonsucesso, um dos mais movimentados de toda a rodovia Presidente Dutra.

## O *Campus*, Sua Vizinhança e a Cidade: uma História em Comum

Ao longo do século XXI o Pimentas mudou muito, e, de modo geral, a visão predominante entre seus moradores é que mudou para melhor. A Prefeitura de Guarulhos, a partir de 2001, fez da região uma de suas prioridades, e, quando passou a receber apoio do governo federal, o que ocorreu simultaneamente a uma conjuntura socioeconômica favorável para as classes trabalhadoras, essa determinação municipal ganhou densidade.

O *Campus* Guarulhos da Unifesp começou a funcionar em 2007, em meio a amplos terrenos vazios na Estrada do Caminho Velho, local em que somente se destacava o Centro Atacadista de Guarulhos (Ceag). Quase ao mesmo tempo surgiram o Hospital Municipal dos Pimentas, o *Shopping* Bonsucesso, o Terminal Municipal de Ônibus Urbanos e o Centro Educacional Unificado, que expressam esse primeiro impulso transformador vivido pelo bairro. Entre 2013 e 2015, quando o prédio acadêmico da Unifesp Guarulhos estava sendo construído, a EFLCH foi transferida provisoriamente para um prédio alugado no centro da cidade. Por essa época começaram a chegar na Estrada do Caminho Velho conjuntos habitacionais que se espalharam pela região e trouxeram milhares de novos moradores, movimento ainda em curso.

O *Campus* Guarulhos está em um território que vive um processo intenso de mudança social; expressa e participa dessa mudança, pois traz gente e recursos para o bairro, atrai investimentos e atenção do poder público (federal, estadual e municipal), cria empregos para moradores da região, ajuda a movimentar o comércio, serviços e o aluguel de residências locais, cria dinâmicas que ampliam as opções culturais e as perspectivas da população, tornando o bairro ainda mais heterogêneo e diversificado de todos os pontos de vista. Integrado a esse processo, vem se consolidando como *campus* universitário que propaga e produz intensamente novos conhecimentos, amplia redes de pesquisa e desenvolve inúmeras ações de extensão que demarcam seu compromisso social com a sociedade e, principalmente, com seu entorno.

Uma das cinco diretrizes para as ações de extensão indicadas na Política Nacional de Extensão Universitária é a Interação Dialógica, aquela que orienta a superação de um discurso marcado pela hegemonia acadêmica que sustenta a ideia de que o conhecimento é produzido na universidade e deve ser difundido à sociedade. Esse princípio da dialogicidade consiste, justamente, no fato de que a universidade deve interagir com a sociedade, conhecendo seus dilemas, problematizando-os, na perspectiva de encontrar respostas conjuntas para solucioná-los, produzindo novos conhecimentos e alternativas em parceria para a construção de uma sociedade com menos desigualdade e mais inclusão social, uma sociedade a ser transformada.

Com essa orientação, alguns dos vínculos que a Unifesp estabeleceu na região dos Pimentas são antigos, como o que existe com o Centro de Educação Unificada Pimentas (CEU-Pimentas), que foi construído, ao lado do *campus*, e inaugurado em 2010. Desde então as duas instituições têm atuado em diálogo constante, diálogo que atravessou o mandato de três diferentes prefeitos e vários secretários da Educação. Antes de a Unifesp ter concluído o prédio novo no *campus*, era lá, inclusive, que ocorriam parte das aulas e atividades de extensão. Entre 22 e 26 de julho de 2019 ocorreu no *Campus* Guarulhos o 39º Encontro Nacional de Pedagogia (Enepe), reunindo cerca de 350 estudantes de todo o Brasil, que ficaram hospedados nas salas de aula do prédio acadêmico. Mas para tomar banho eles se dirigiam aos vestiários do CEU, pois o *campus* não possui instalações para isso. Em 2012, o xxxi Encontro

Nacional de Estudantes de História, de dimensão semelhante ao Enepe, usou as salas de aula, refeitório, cozinha, quadras e vestiários do CEU.

No início de 2019, uma forte chuva provocou o desabamento do telhado de uma escola do bairro, o que fez com que ela fosse interditada para reforma. As aulas dessa escola, então, foram transferidas para o CEU-Pimentas, o que implicou que parte das atividades que a instituição realizava com a vizinhança não pudesse mais ocorrer devido a questões relativas à gestão do espaço. A Unifesp, então, abriu o uso do *Campus* Guarulhos para aulas de karatê, ginástica, basquete e, inclusive, para aulas de línguas que ocorrem no laboratório de informática, o que permitiu que as atividades desenvolvidas não fossem interrompidas e se estendessem ao longo do ano.

Foi a aproximação estratégica entre o *Campus* Guarulhos e o CEU-Pimentas que possibilitou uma extraordinária integração entre pessoas e instituições voltada para a garantia da integridade física, emocional e intelectual das crianças da região. Isso se deu porque o esforço conjunto levado a efeito por EFLCH, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar da região, Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e Unidades Básicas de Saúde (UBS) do bairro possibilitou a adesão ao Programa *Escola que Protege*. Esse Programa, voltado ao estudo e prevenção de violências contra crianças, atendeu, entre 2009 e 2013, quase três mil professores, profissionais da saúde, do direito e da assistência social, abrangendo o bairro dos Pimentas e São Miguel, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, São Matheus, Lajeado e Itaquera, da zona leste de São Paulo.

Trata-se de um histórico de integração e colaboração recíproca que faz com que, por dentro das dificuldades estruturais que desafiam todos, desponham possibilidades não somente de enfrentamento e superação de dificuldades, mas também de crescimento promovido com as ferramentas da educação, constituídas pelos processos de ensino e de pesquisa.

A interação da EFLCH com seu entorno é crescente. Quando o *campus* instaurou a coleta seletiva de lixo, em novembro de 2017, todo o material reciclável coletado passou a ser processado por uma cooperativa de catadores da região. A luta de uma comunidade vizinha, que se localiza atrás do *campus*, para que a Prefeitura estenda a rua Noraldino Alves até a Estrada do Caminho Velho para terem acesso mais rápido à avenida Juscelino Kubitschek na altura do Terminal de Ônibus, sempre recebeu apoio da EFLCH, que aprovou, em 2015, em sua Congregação, a cessão de um trecho dos

fundos do *campus* para que a rua possa ser prolongada sem que nenhuma casa da comunidade seja atingida pela obra. Para isso, a Unifesp demoliu uma antiga caixa-d'água que existia no local. Desde essa época até recentemente foram realizadas várias reuniões no *campus* com os moradores, lideranças locais, autoridades e funcionários do município, que resultaram na iluminação do local da futura rua.

Desde 2007, a Cia. Caminho Velho oferece cursos de formação teatral tanto para estudantes do *campus* como para a vizinhança. A Cia. Caminho Velho adquiriu amplo reconhecimento nacional pela densidade da dramaturgia que oferece. É um dos mais significativos exemplos do quanto o trabalho em regiões periféricas pode suscitar vigorosos processos criativos. O teatro do *Campus* Guarulhos é utilizado usualmente pelo público externo, como pela Cia. Pimenta Ardida, que ensaia, ali, seus espetáculos teatrais, ou pela Miniconferência Municipal de Saúde de 2019. Um momento histórico do teatro ocorreu na abertura do ano letivo de 2010, quando a Unifesp trouxe a Orquestra Sinfônica de Guarulhos para um concerto musical aberto ao público que lotou o auditório. A Orquestra, acompanhada de visitantes estrangeiros, executou seis peças de Astor Piazzolla. A Escola alugou um piano para que não faltasse nada. Essa abertura e partilha de espaço é marca de nossas interações.

Outra iniciativa longeva na EFLCH é o Cursinho Popular Pimentas Unifesp, que funciona desde 2009. No início do ano, no teatro do *campus*, mais de 350 jovens da região se reúnem para a cerimônia de abertura do início das aulas, que ocorrem aos sábados, ao longo do ano, e preparam os estudantes do ensino médio da rede pública para o ingresso no ensino superior. Entre os egressos do cursinho encontram-se inúmeros estudantes da EFLCH. Salas de aula também foram cedidas para algumas atividades de outro cursinho popular que atua na região, o Uneafro, que funciona em uma escola pública próxima ao *campus*.

Para aumentar a interação com a juventude de Guarulhos, do ensino médio e da rede pública de ensino, a EFLCH realiza, desde 2015, o “Dia Aberto”, iniciativa que traz ao *campus* mais de quatrocentos estudantes das escolas de ensino médio da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul. Eles, então, acompanham palestras sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros temas atinentes ao ingresso no ensino superior, recebem explicações sobre os cursos oferecidos pela Unifesp, por meio de atividades em salas temáticas, e

participam de eventos culturais. Em 2019, pela primeira vez, o Dia Aberto foi ampliado aos estudantes do período noturno.

A Unifesp recebe a vizinhança, a cidade e a região, mas também sai para encontrá-las. A EFLCH, em consonância com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 da Unifesp, visando ampliar o diálogo com a cidade de Guarulhos, participa anualmente da organização da Semana do Conhecimento, organizada pela Prefeitura de Guarulhos, e da Feira do Estudante, organizada pela Subsecretaria da Juventude, órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos da cidade. Além disso, a EFLCH está presente no Conselho Municipal de Educação (CME), no Conselho Municipal de Desenvolvimento (Codemgru), no Conselho de Cultura (CC), no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Cabuçu Tanque Grande (APACTG) e no Conselho de Segurança (Conseg). E irá pleitear lugar no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema).

A importância da extensão também pode ser aquilatada observando o esforço institucional, da EFLCH e de toda Unifesp, no sentido de curricularizar a extensão, ou seja, garantir que todos os alunos encontrem também na estrutura de seus cursos de graduação unidades curriculares especialmente organizadas para que seus conteúdos sejam compartilhados com a sociedade com estratégias extensionistas. Isso confere um caráter permanente, estruturado e estruturante, para as atividades de extensão.

Por isso, as ações de extensão da EFLCH não se resumem a algumas atividades esporádicas; pelo contrário, a universidade as assume como parte integrante de sua função social por compreender que por meio delas se produzem novos conhecimentos que retornam ao seu interior e enriquecem os processos de ensino, de aprendizagem e de pesquisa, ao mesmo tempo que se promovem intervenções qualificadas na realidade.

Citando apenas alguns exemplos mais recentes, de 2019, de cursos e atividades que foram organizados tendo por base demandas sociais, cabe destacar o curso “Promotoras Legais Populares dos Pimentas”, que congregou mulheres da vizinhança e região; o curso “Conselho Tutelar: História, Atribuições e Desafios”; o curso “A Ascensão da Extrema Direita no Brasil e no Mundo”, realizado em conjunto com o Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região; os cursos e atividades realizadas pelo Memorial Digital do Refugiado (Memoref), que ganhou repercussão nacional há alguns anos; o Curso Gratuito de Português para Imigrantes, oferecido pelo Laboratório de

Investigação em Migração, Nação e Fronteira (Liminar); a Escola da Cidadania de Guarulhos e Escola da Cidadania de Mogi das Cruzes, que abrangem municípios vizinhos; o projeto *Remição Penal pela Leitura: dos Direitos Educativos ao Acesso à Justiça*, desenvolvido na Penitenciária 1 “José Parada Neto” de Guarulhos, em parceria com docentes dos *Campi* Guarulhos e Osasco da Unifesp; o curso “Patrimônio Cultural e Dimensões da Educação Patrimonial”, destinado a funcionários da Prefeitura de Guarulhos e organizado em parceria com a Escola de Administração Pública Municipal (Esap) e a Comissão do Sistema de Gestão de Documentos (CSGD), da Secretaria de Gestão.

Outra importante iniciativa de extensão universitária que se estruturou em 2019, organizada por estudantes da EFLCH e que nasceu de uma problemática específica enfrentada pela universidade e pela comunidade, foi o Projeto de Extensão *Pimentas de Ouro*, que realiza atividades com crianças da vizinhança. Esse projeto conecta estudantes comprometidos com as questões do entorno, em conjunto com alguns docentes, que realizam atividades educativas, lúdicas e de entretenimento em um conjunto habitacional com significativa demanda social.

Outro indicativo de atividades que demarcam a inserção da universidade nas cidades do entorno relaciona-se à inserção profissional de seus estudantes, que acontece durante a graduação, por meio dos estágios profissionais remunerados. Estudos recentes desenvolvidos na EFLCH sobre esse tipo de inserção profissional indicam a qualidade e amplitude das parcerias estabelecidas entre a Unifesp e algumas entidades, como as do Sistema S, por exemplo, órgãos públicos e empresas. São elas: Assembleia Legislativa; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Câmara Municipal de Santo André; Centro Paula Souza; Colégio Dante Alighieri; Consulado Geral da França; Fundação Padre Anchieta; Memorial da América Latina, Prefeituras de Arujá, Guarulhos e São José dos Campos; Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos; Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Social do Comércio (Sesc) em suas diversas unidades; Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Museu Florestal Octávio Vecchi, do Governo do Estado de São Paulo.

A inserção social da EFLCH ganha grandes proporções quando analisada à luz das parcerias que estabelece com as escolas públicas de educação básica da cidade de Guarulhos e de São Paulo, parcerias que refletem seu

compromisso institucional com a formação inicial e continuada de professores. Os estágios curriculares obrigatórios de licenciatura, o Programa de Residência Pedagógica (PRP) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), da Capes, levam estudantes e docentes universitários até as escolas, ao mesmo tempo que trazem professores da rede pública para o *Campus* Guarulhos da Unifesp. Um acordo de cooperação técnica entre a Unifesp e a Fundação Carlos Chagas deu início, recentemente, ao projeto de pesquisa *Evasão Escolar e Juventude em Guarulhos*, que irá focar o ensino médio, problematizando, inclusive, a dimensão racial do problema.

Cumprir assinalar que o Programa de Residência Pedagógica (PRP), componente fundamental que integra o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, foi concebido considerando, inclusive, resultados de uma expressiva pesquisa realizada com escolas públicas do entorno que, entre outras coisas, apontaram suas expectativas em relação à universidade e à formação. Desde 2009, portanto, com pouco mais de dez anos de existência, o PRP vem se consolidando como um programa pioneiro de formação inicial de docentes e gestores educacionais pelas suas características exclusivas de organização e proposição de práticas de formação diferenciadas. Com base num modelo articulado de aprendizagens teórico-práticas da docência, os estudantes, chamados residentes, passam por um período de imersão na escola pública, um período ininterrupto acompanhando a política educativa, o contexto escolar, a prática pedagógica de um docente e desenvolvendo intervenções de ensino. Esse período de imersão cria a possibilidade de uma aprendizagem da docência situada, fazendo com que o licenciando reconheça, entre outras coisas, os determinantes dessa instituição pública, passando a ocupar um lugar não mais de observador da escola, mas de agente participativo de seu cotidiano.

A parceria estabelecida entre a Unifesp e as escolas das redes municipais está firmada em um Acordo de Cooperação formalizado com a Prefeitura do município, que estabelece que cabe à universidade realizar: a. intercâmbio entre docentes, equipes técnicas das escolas e da Secretaria Municipal de Educação e pesquisadores da universidade; b. atendimento a demandas de estudantes, professores e equipes técnicas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica; c. implementação de projetos conjuntos de ação e de pesquisa envolvendo a rede municipal, estudantes de graduação e de pós-graduação e pesquisadores da universidade; d. promoção conjunta de eventos



científicos e culturais; e. intercâmbios de informações e publicações acadêmicas; f. desenvolvimento de estudos regionais que contribuam para a melhoria da qualidade da educação pública no município. Desse ponto de vista, o Programa de Residência Pedagógica pode ser considerado um propulsor de inserção social da universidade no município de Guarulhos, já que desde a sua concepção estabeleceu como princípio a opção pela escola pública como instituição parceira na formação de professores e como pressuposto da formação inicial sua relação intrínseca com a formação continuada.

O fato de esses meios de cooperação estarem postos desde o início do PRP fez com que ao longo desses anos de sua existência os docentes da universidade intensificassem sua relação com a escola pública e fossem desenvolvendo projetos de extensão e de pesquisa que consolidassem essa parceria. São inúmeras as atividades desenvolvidas com professores e gestores da rede pública de ensino que se caracterizam como contrapartidas do PRP e que não necessariamente se vinculam às escolas que abrem suas portas para a Residência Pedagógica, mas se ampliam para toda a rede de ensino.

Tendo como princípio uma relação mais dialógica e equilibrada e menos impositiva, a inserção da EFLCH nas escolas públicas de seu entorno se desdobra em resultados muito assertivos. Por um lado, um número significativo de egressos dos cursos de licenciatura acabam por se fixar nas escolas da rede pública, seja de Guarulhos, São Paulo ou outros municípios da região do Alto Tietê; por outro, os professores da educação infantil, ensino fundamental ou médio das escolas públicas passam a frequentar a universidade, desfrutando das diversas oportunidades que lhes são oferecidas e que favorecem sua formação e desenvolvimento profissional, como ser aluno especial em unidades curriculares dos cursos de graduação com direito a certificados que serão utilizados para sua promoção na carreira; poder participar de grupos de pesquisa; participar de eventos de diversas naturezas que ocorrem diariamente na Escola; ingressar nos programas de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado; e, até, voltar a estudar na graduação.

## Conclusão

Este breve texto comemorativo sobre a EFLCH nos 25 anos da Unifesp não pretendeu apresentar um levantamento sistemático e amplo de sua inserção social. Portanto, projetos e atividades importantes, provavelmente, não foram relacionados. Os dados ressaltados no texto são resultado de uma primeira aproximação com o tema e visaram revelar uma dimensão da EFLCH nem sempre percebida, inclusive, por muitos de sua própria comunidade acadêmica. O objetivo principal foi expor, mesmo que sumariamente, como essa Escola vem assumindo o desafio de articular ensino, pesquisa e extensão a fim de contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito local ou regional. É urgente realizar pesquisa interdisciplinar que revele a natureza das atividades, suas especificidades e abrangência, que ofereça base para a construção de indicadores que sirvam de parâmetro, inclusive, para avaliar a qualidade de sua inserção social.

Mas com certeza podemos afirmar que o bairro, a cidade, as zonas de fronteira e periféricas são marcas indeléveis da presença da EFLCH nos Pimentas. Os que conhecem suas dependências encontram inúmeros quadros pintados pelo artista Ailton Diller, que numa das primeiras interações entre o *campus* e o entorno, em 2009, foi chamado a coordenar o projeto que recontou a história da cidade com a participação de crianças e jovens do local, do que resultou um acervo que é testemunho artístico desse “fazer coletivo” que nos caracteriza.

Ainda que breve e incompleto, esperamos que este texto tenha deixado evidente que a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas tem, na Unifesp e na cidade de Guarulhos, presença comprometida, ao produzir, propagar e ressignificar conhecimento transformador para a sociedade brasileira.

# 5

## Gente que Faz na Cidade da Inovação: 12 Anos do Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp

HORACIO HIDEKI YANASSE • LUIZ LEDUÍNO DE SALLES NETO • REGIANE ALBERTINI DE  
CARVALHO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS É A 30ª CIDADE mais populosa e a 19ª mais rica do país, abrigando desde a chegada, na década de 1950, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e outros institutos de pesquisa, diversas indústrias de base tecnológica com destaque para a Embraer, uma *spin-off* do ITA. Contudo, até 2007, além do ITA, a cidade possuía apenas mais uma instituição de ensino superior público, a Unesp, que oferecia somente um curso de graduação em Odontologia. Em contrapartida, o movimento por uma universidade pública na cidade ganhou força quando o governo federal

começou a expandir os *campi* e criar novas universidades federais em 2005, após pelo menos uma década de estagnação.

Houve entre 2005 e 2007 diversos movimentos em prol da instalação de um *campus* da Unifesp na cidade. Internamente à universidade, houve a proposta de instalação de um Instituto de Biotecnologia liderada pelos professores Helena Bonciani Nader e Luiz Juliano Neto. Ao mesmo tempo, houve um pedido da Prefeitura de São José dos Campos no MEC para a instalação de uma universidade federal no Parque Tecnológico São José dos Campos, que foi instituído pelo Decreto Municipal n. 12.367/2006, pelo prefeito Eduardo Pedrosa Cury. Com atuação conjunta da reitoria da Unifesp, tendo à frente o próprio reitor Ulysses Fagundes Neto e o pró-reitor de graduação Luís Eugenio Araújo de Moraes Mello, e da Prefeitura, liderada pelo prefeito Eduardo Pedrosa Cury e pelo professor Marco Antonio Raupp, convidado para coordenar o projeto do Parque Tecnológico, o então secretário de ensino superior do MEC, professor Nelson Maculan Filho, autorizou a contratação dos primeiros oito professores substitutos do curso de Ciência da Computação para início em 2007, e posterior contratação de oito professores efetivos via concurso público, que chegariam ao novo *campus* da Unifesp em São José dos Campos em fevereiro de 2008.

Esse marco da parceria entre a Unifesp e a cidade de São José dos Campos foi formalizado em lei em junho de 2007:

LEI N. 7.336, DE 14 DE JUNHO DE 2007

*Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, a firmar convênio com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de São José dos Campos faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, autorizado a firmar convênio com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), objetivando a implantação do curso de Bacharelado em Ciências da Computação e a futura criação e instalação de um *Campus* da Unifesp no Município.

Pouco antes dessa histórica lei municipal, mais precisamente no dia 24 de abril de 2007, com o curso de Ciência de Computação iniciado com oito professores substitutos numa sala improvisada onde seria instalado em 2009

o Parque Tecnológico, o governo federal lança o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Foi aberta a todas as universidades federais do país a possibilidade de enviar projetos de criação de novos cursos e projetos. No projeto enviado pela Unifesp constava a criação de (apenas) um novo curso no *campus* São José dos Campos: Matemática Computacional, e nenhum projeto de construção de *campus* ou novos prédios, ao contrário do que ocorreu com outros novos *campi* da Unifesp e da maioria dos *campi* das universidades federais pelo país. Dessa forma, terminado o Reuni em 2009, o *Campus* São José dos Campos era o menor da Unifesp e estava entre os menores do país, com apenas dois cursos de graduação, trinta docentes e vinte técnicos administrativos.

Os primeiros oito professores efetivos do *campus* entendiam que era preciso expandir e aumentar o número de cursos e vagas, tendo em vista a importância estratégica da cidade de São José dos Campos para o país. Esse entendimento era apoiado pela prefeitura e pelo já constituído Parque Tecnológico São José dos Campos. Assim, em 1º de junho de 2009, foi criado, para estudar, debater e propor uma expansão do *campus*, um grupo de trabalho formado pelo pró-reitor de graduação Prof. Miguel Roberto Jorge, pelo pró-reitor adjunto Prof. Nildo Alves Batista, pelo diretor *pro tempore* do *campus*, Prof. Luiz Leduíno de Salles Neto, pelo chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do *campus*, Prof. Fábio Fagundes Silveira, pelo vice-diretor do Parque Tecnológico, Prof. José Raimundo Braga Coelho, e pela representante da Prefeitura Municipal Ângela Tonelli. No dia 24 de junho do mesmo ano, esse grupo propôs ao reitor Prof. Walter Manna Albertoni a criação de um curso de bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), interdisciplinar de três anos, e quatro cursos de Engenharia pós-BCT nas áreas de Energia, Biotecnologia, Materiais e Automação. Tais áreas foram escolhidas tendo em vista as demandas da sociedade de São José dos Campos, em particular das empresas que compõem os arranjos produtivos locais. Em 15 de julho de 2009, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade essa

proposta, apresentada pelos professores Miguel Roberto Jorge e Manuel Henrique Lente (vice-diretor *pro tempore* do *campus*).

O *campus* agora tinha um plano de expansão, mas faltavam os professores, os técnicos administrativos, prédios e equipamentos! Foi justamente nesse momento que a Unifesp tomou conhecimento do Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 485, do então senador Aloizio Mercadante Oliva, que propunha “autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, por meio do desmembramento do *Campus* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo”.

Temendo perder as vagas docentes e de técnicos administrativos destinadas ao Instituto do Mar (IMar) da Unifesp em Santos, houve uma decisão da reitoria, posteriormente referendada pelo Conselho Universitário, de solicitar ao MEC a transferência de 83 vagas de docentes e trinta vagas de técnicos-administrativos do IMar para o *Campus* São José dos Campos. Em outubro de 2009, o MEC deferiu o pedido.

Agora com um quantitativo de vagas definido, os docentes do *Campus* São José dos Campos propuseram a criação, inicialmente, de dois cursos de engenharia pós-BCT: Engenharia de Materiais e Engenharia Biomédica. De fato, não havia vagas suficientes para a abertura de quatro cursos de Engenharia. Assim, os cursos de Engenharia de Energia e Engenharia de Controle e Automação ficariam na dependência de abertura de novas vagas para docentes e técnicos administrativos.

Também foi definida a abertura de duzentas vagas para o BCT a partir de 2011. Contudo, faltavam salas de aula: o *campus* possuía apenas quatro em um prédio cedido pela Prefeitura na Vila Nair.

A direção *pro tempore* do *campus*, formada pelos professores Luiz Leduíno de Salles Neto e Manuel Henrique Lente, em conjunto com os demais docentes, desenvolveu algumas ações visando solucionar a falta crônica de espaço físico: *i.* solicitar à Prefeitura a construção de um novo prédio no *campus* da Unidade Talim, para atendimento imediato da demanda; *ii.* adaptar o projeto do novo prédio do *Campus* Guarulhos da Unifesp para construção do primeiro edifício do *campus* no terreno no Parque Tecnológico que a prefeitura doaria para a Unifesp; *iii.* transportar o galpão de vinte mil metros quadrados que seria desativado no *Campus* Guarulhos para o novo *campus* no Parque Tecnológico para abrigar os laboratórios de pesquisa e pós-graduação. Dessas três ações, apenas a última não vingou. O prédio

construído pela Prefeitura foi inaugurado em agosto de 2010, e o novo *campus* no Parque Tecnológico, quatro anos depois. Nesses processos de licitação, contratação e fiscalização das obras, compras de equipamentos e mobiliários, além da mudança de *campus* em quinze dias, teve um papel fundamental a alta qualidade e o comprometimento dos técnicos administrativos do *campus*, tendo à frente nesse período as diretoras administrativas, pela ordem cronológica, Tânia Mara Francisco, Geórgia Mansur e Débora Nunes Lisboa.

Os diretores e professores do *campus* também entendiam a necessidade estratégica de contratação de professores experientes, tendo em vista que todos estavam em início de carreira. Dessa visão saíram duas medidas de sucesso: i. nomeação do Prof. Armando Zeferino Milioni, então vice-reitor da UFABC, como diretor *pro tempore* em junho de 2010; e ii. abertura de um concurso público para professor titular em 2012, que resultou na chegada do Prof. Horacio Hideki Yanasse em 2013.

Todo esse processo de profunda transformação foi realizado de forma célere visando aproveitar as janelas de oportunidade que logo se fechariam. Mas houve também muito debate sobre o projeto pedagógico de *campus*, que culminou na aprovação do Perfil do *Campus* em dezembro de 2010 pelo Conselho de Graduação do *Campus*. Esse perfil definiu três pilares do *campus*: “i. ser o Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp, ii. ter o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia como marco da inovação pedagógica do *campus* e iii. instalar o *campus* no Parque Tecnológico de São José dos Campos e alinhar em grande parte as atividades de ensino, pesquisa e extensão do *campus* com as atividades ali desenvolvidas”. Foram definidas nesse documento a missão e a visão do *campus*:

Missão: Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade através de atividades de ensino, pesquisa e extensão com níveis de excelência internacional.

Visão: Ser um centro de referência nacional e internacional pela sua excelência acadêmica.

Em 2011, houve outro processo marcante na história do Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) da Unifesp: o então diretor Prof. Armando Zeferino Milioni, entendendo que o projeto pedagógico do *campus* previa o BCT como um dos seus pilares, propôs à congregação tornar o BCT a única forma de

ingresso na graduação, transformando os cursos de Ciência da Computação e Matemática Computacional em cursos de formação específica. Houve muito debate e o *campus* se dividiu, apesar da aprovação da congregação. Os estudantes fizeram greve, que durou vinte dias e chegou ao fim com o adiamento da decisão por um ano. Com isso, a entrada única para o *campus* via BCT teve início em 2013.

Ainda em 2011 dois novos cursos de formação específica foram propostos pelo *campus* e aprovados no Conselho Universitário: Engenharia de Computação e Biotecnologia. Logo, desde 2013 o ICT oferece seis opções de cursos de formação específica: Engenharias de Materiais, Biomédica e de Computação, e Bacharelados em Ciência da Computação, Matemática Computacional e Biotecnologia.

Em 2012 teve início o primeiro programa de pós-graduação do ICT em Ciência da Computação. Quatro anos depois o ICT já contava com o excepcional número de oito programas de pós-graduação, sendo quatro com doutorado: Mestrado e Doutorado em Ciência da Computação, Mestrado e Doutorado em Engenharia de Materiais (em conjunto com os *Campi* Diadema e São Paulo), Mestrado e Doutorado em Biotecnologia (em conjunto com os *Campi* Diadema e São Paulo), Mestrado e Doutorado em Pesquisa Operacional (em associação com o ITA), Mestrado em Matemática Pura e Aplicada, Mestrado em Engenharia Biomédica, Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat).

O ICT também se destaca na extensão universitária com projetos como o Núcleo de Extensão e Tecnologia Social (Netes); Forgers – grupo de robótica criado por estudantes; Museu de Ciência e Tecnologia, que mantém um museu de ciências visando a divulgação científica, entre muitos outros.

A participação no Parque Tecnológico também é um destaque do ICT, seja em parcerias com empresas residentes, seja com a criação de novas empresas por alunos, egressos e professores do *campus*, contribuindo diretamente com a geração de empregos.

Este breve relato de uma história de doze anos demonstra que a força do *campus* é a sua comunidade, formada por pessoas qualificadas, ativas e ávidas por expandir a atuação da universidade em prol da cidade, seguindo a missão e a visão do ICT. Certamente no momento em que você está lendo este capítulo, o *campus* está ainda maior, com ou sem apoio governamental.



## 6

# O *Campus* Osasco e a EPPEN sob a Ótica da Inclusão Social

CLÁUDIA ALESSANDRA TESSARI • JULIO CESAR ZORZENON COSTA • LUCIANA MASSARO  
ONUSIC • MURILO LEAL PEREIRA NETO

EM VIRTUDE DA CELEBRAÇÃO DOS 25 ANOS DA UNIFESP e da comemoração, também, de seu processo de expansão, este texto tem por objetivo fazer um breve relato do processo de criação e instalação do *Campus* Osasco, onde se localiza a Unidade Universitária denominada Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), vinculada à grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

Diante das inúmeras possibilidades narrativas sobre sua trajetória bastante recente e de acordo com o espaço disponível num livro comemorativo do primeiro quarto de século da Unifesp, optou-se, neste texto, por se fazer uma rápida síntese da contribuição do *Campus* Osasco

para a construção da universidade, tendo por eixo norteador a perspectiva do contexto de sua criação e instalação nos últimos oito anos, período no qual emerge como um dos elementos centrais a preocupação com a busca da inclusão social, tanto do ponto de vista regional quanto do de grupos sociais excluídos da oferta de ensino superior público de qualidade.

Ou seja, optou-se, como eixo estruturante deste relato, pela utilização da problemática relativa à inclusão social, a partir de sua efetiva realização, durante o processo de constituição do *Campus Osasco* e da EPPEN, como horizonte e como elemento diretivo e organizador do próprio texto.

Para tal, este capítulo divide-se em três partes. Na primeira, trata do contexto da criação do *campus*, tomando como base uma série de transformações em curso no período do início do século XXI. Dentre elas, destacamos as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir das mudanças no mundo do trabalho e na organização empresarial; as alterações ocorridas nas universidades federais brasileiras, em seu processo de expansão (Reuni), com novos públicos e novas regiões atendidas; e, ainda, as transformações processadas no município de Osasco, as quais incluíram mudança no seu perfil econômico e empresarial e reestruturação do seu mercado de trabalho.

Na segunda parte, o texto trata do desenvolvimento do *Campus Osasco* e da preocupação com a inclusão social, associando esses processos ao desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa relacionadas à inclusão social, tais como: formas alternativas de ocupação e renda, direito à cidade, questão da juventude, gestão pública e desenvolvimento socioeconômico, como temas geradores de pesquisas e programas de pós-graduação.

Finalmente, o texto se ocupa do ensino de graduação enfatizando o fato de a instalação do *Campus Osasco* ter sido coetânea à Lei n. 12.711/2012, de “cotas e ações afirmativas nas universidades federais”, vinculando, portanto, o desenvolvimento histórico dos seus cursos de graduação aos debates sobre a introdução das cotas, ao aumento paulatino da matrícula de cotistas, à mudança do perfil dos matriculados, à formação dos coletivos estudantis e à assistência estudantil.

## ○ *Campus Osasco*, Sua Criação e Instalação: o Contexto

O *Campus Osasco* da Unifesp e sua Unidade Universitária, a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), iniciaram suas atividades em 2011, mais precisamente no dia 14 de março. Sua origem encontra-se relacionada a processos que se iniciaram um pouco antes e que expressavam um conjunto amplo de mudanças ocorridas no início do século XXI.

Tais processos estão relacionados à consolidação das transformações socioeconômicas que se encontravam em curso no Brasil, no mundo do trabalho e na organização empresarial. Verificam-se, simultaneamente, no começo do século XXI mudanças profundas nas universidades federais brasileiras, com o seu processo de expansão, consolidado, em meados da primeira década dos anos 2000, no Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que procurava atender novos públicos e novas regiões. Também significativas foram as mudanças no município de Osasco e na região onde está inserido (sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo), com profundas alterações em seu perfil econômico, empresarial e do mercado de trabalho e, ainda, nas prioridades, por parte dos governos municipais.

Essas modificações permitiram as condições para a criação de um *campus* universitário que abrigasse áreas tradicionais das Ciências Sociais Aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Relações Internacionais e, a partir de 2013, Ciências Atuariais. Essas áreas do conhecimento apresentavam grande coerência com a necessidade de compreensão e intervenção em uma problemática social mutante, com alto grau de complexidade.

A importância desse contexto na criação do *Campus Osasco* encontra-se expressa em seu Projeto Pedagógico, quando ele afirma:

[...] A dinâmica socioeconômica de Osasco deve ser compreendida no contexto da Região Metropolitana de São Paulo e em suas conexões com a economia internacional. De forma aproximativa, pode-se dizer que as novas tecnologias tornaram possível uma flexibilização do processo produtivo. Administração financeira, comando e gestão da produção, produção fabril, são etapas que não precisam mais estar concentradas no mesmo espaço físico. São Paulo continua sendo a sede dos grandes bancos, das maiores empresas de seguros, da 6ª Bolsa de Valores mais importante do mundo, mas muitas de suas indústrias se deslocaram para regiões próximas no interior do estado. Osasco, como parte da Região Metropolitana, passou por um processo semelhante, mantendo as áreas de gestão e comando, mas perdendo as etapas produtivas<sup>1</sup>.

A primeira década do século XXI no Brasil pode ser considerada o período de consolidação das mudanças que haviam chegado ao país, com bastante vigor, na década anterior. Ou seja, foi o período da superação definitiva das formas tayloristas/fordistas/fayolistas de organizar o sistema produtivo e a gestão do trabalho e das empresas e de superação, também, das formas tecnológicas que lhes eram correlatas. Essas transformações, além de implicar em mudanças na conceituação do que seria e de como deveria se dar o desenvolvimento econômico, impactaram também profundamente as regiões que haviam se desenvolvido e crescido – populacional e economicamente – no modelo anterior. Esse foi o caso do município de Osasco.

A superação das formas tayloristas/fordistas/fayolistas de organização provocou transformações aceleradas nas estruturas organizacionais e locais das empresas, com o fechamento, deslocamento e terceirização de suas unidades fabris ou de parte delas. Alteraram as formas de produção e de comercialização de suas mercadorias. Impuseram a criação de novos serviços e tornaram outros obsoletos. Possibilitaram a associação e a formação de redes interempresariais em escala mundial. E, obviamente, impuseram a necessidade de modificações nas formas de organização de seus setores administrativos.

Além disso, implicaram mudanças no perfil do emprego, tanto na esfera produtiva quanto na esfera administrativa. Esse processo foi concomitante com e, de acordo com algumas interpretações, intensificado<sup>2</sup> por alterações nas ações regulatórias do Estado brasileiro, nas suas formas de intervenção na economia, no seu papel como elemento indutor do desenvolvimento e nas suas relações com os demais Estados e com as grandes empresas.

Todas essas transformações forjaram a necessidade de profissionais de novo tipo e de escolas, de nível superior, voltadas para produzir, sistematizar e difundir conhecimentos sintonizados com a realidade brasileira que se constituía naquele contexto.

No âmbito acadêmico, tais transformações impuseram, principalmente, a necessidade de entender e de refletir criticamente sobre os impactos dessas mudanças em todos os níveis e escalas do sistema produtivo nacional, o que, por sua vez, certamente provocou a necessidade da ampliação de espaços voltados para esse entendimento e essa reflexão.

Essas mudanças e as necessidades acadêmicas delas advindas encontraram espaço para seu acolhimento institucional no processo de expansão das universidades federais brasileiras, encampado no Reuni, que foi implantado no ano de 2007<sup>3</sup>, pelo Decreto n. 6.096/07, como parte do Plano Nacional de Educação (PNE). O Reuni tinha entre seus principais objetivos: “a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”<sup>4</sup>.

O Reuni veio no bojo de um processo de expansão das universidades federais que já havia se iniciado nos anos anteriores à publicação do Decreto que o instituiu, segundo o MEC: “o governo federal [...] deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de 49 novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de dez novas universidades”.

Dessa forma, houve a possibilidade institucional de pleitear a criação de um *campus* universitário, ligado à Unifesp, em Osasco. Após as primeiras aproximações da Prefeitura de Osasco ao MEC e, posteriormente, à Unifesp, foi instituído, pela administração municipal, um grupo de trabalho para encaminhar a reivindicação da instalação de um *campus* da Unifesp em Osasco. O grupo de trabalho foi coordenado pela secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão do Município de Osasco, Sra. Dulce Helena Cazzuni. Esse grupo, avaliando as novas perspectivas do desenvolvimento econômico e as transformações estruturais em âmbito local e global, optou pela criação de um *campus* acadêmico vinculado à área das Ciências Sociais Aplicadas<sup>5</sup>.

A criação de alguns dos novos *campi* da Unifesp em municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), junto com a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC), teve como fatores de sua legitimação a existência de um grande déficit de vagas em universidades públicas na mesma região e, também, o fato de ser essa a região brasileira que apresentava a menor proporção de vagas relativamente ao seu número de habitantes. Historicamente, a oferta de vagas em universidades públicas na RMSP esteve a cargo, basicamente, da Universidade de São Paulo (que também havia passado por um processo de expansão com a abertura de seu *campus*

na zona leste de São Paulo, em 2005). Além disso, as áreas definidas como aquelas que seriam oferecidas pelo *campus* Osasco eram as que compunham a principal oferta de cursos das instituições privadas de ensino superior, conforme assinalado no Projeto Pedagógico do *Campus* Osasco:

Apesar da relevância econômica e populacional, a região metropolitana de São Paulo oferece muito poucas vagas na área do ensino superior público, reconhecidamente de melhor qualidade e por ter o ensino associado à pesquisa e à extensão. Até meados dos anos 2000, praticamente toda a oferta de cursos de graduação públicos era concentrada pela Universidade de São Paulo. A partir de 2005, a própria USP promoveu a expansão de vagas inaugurando o *campus* USP-Leste em 2005. Ainda no âmbito do ensino superior público, a oferta de vagas expandiu-se com a inauguração da Universidade Federal do ABC e a inauguração dos novos *campi* da Unifesp.

Quando, por outro lado, observamos os cursos oferecidos pelas instituições privadas de ensino superior na região metropolitana, o recorde de cursos localiza-se exatamente nas áreas específicas oferecidas pelo *campus* da Unifesp em Osasco (Relações Internacionais, Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis), comprovando a grande demanda por cursos de formação nestas áreas. Portanto, os cursos da Unifesp vêm suprir uma lacuna: a oferta de cursos de graduação públicos nestas áreas<sup>6</sup>.

É importante lembrar que a Unifesp tem os seus *campi* localizados em São Paulo, Osasco, Guarulhos, Diadema, Baixada Santista e São José dos Campos. Desses, somente os de São José dos Campos e da Baixada Santista não se encontram na RMSP. Sendo que apenas o último localiza-se em outra região metropolitana, que, no entanto, é muito próxima e estabelece profundas ligações com a RMSP. Por isso, talvez não constitua exagero afirmar que a Unifesp é a Universidade Pública da RMSP.

Tal aspecto, inclusive, foi ressaltado pelas declarações do reitor da Unifesp na época da instalação do *Campus* Osasco, Sr. Walter Manna Albertoni, em diferentes momentos de sua gestão. Nessas oportunidades, ele ressaltou que a justificativa para a ampliação da Unifesp encontrava-se no fato de que a RMSP era o espaço em que havia a menor oferta de vagas de universidades públicas em relação à sua população residente. Tal ideia foi corroborada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, que afirmou em várias ocasiões que a Unifesp foi pensada para ser uma Universidade que atuaria no espaço do Rodoanel, um espaço de significativa importância demográfica, social e econômica e, por isso, também política<sup>7</sup>.

Assim, a criação e a instalação do *Campus* Osasco da Unifesp, cuja Unidade Universitária seria batizada, posteriormente, de Escola Paulista de Política Economia e Negócios (EPPEN)<sup>8</sup> relacionaram-se ao contexto de mudanças impulsionadas pela necessidade de renovação no conhecimento produzido pelas diferentes ciências que conformam a área das Ciências Sociais Aplicadas. A criação do *campus* relacionou-se, ainda, às necessidades de responder à pressão social e política pela ampliação da inclusão universitária dos habitantes da RMSP, principalmente da sua parcela mais jovem. Finalmente, a criação da EPPEN também foi um resultado da atuação ativa da Prefeitura de Osasco.

Osasco, município-sede da EPPEN, encontrava-se, no mesmo período, em uma situação paradoxal. Por um lado, apresentava grandes índices de crescimento econômico, com investimentos em obras públicas – das quais o Rodoanel, recém-inaugurado, era a principal expressão – e com investimentos também em empresas ligadas principalmente ao setor terciário – no comércio, nos serviços e em atividades logísticas –, o que de certa maneira denunciava uma transferência do centro dinâmico da RMSP, exclusive o município de São Paulo, do sudeste (região do ABC), para a sub-região Oeste<sup>9</sup>.

Por outro lado, o município, assim como seus vizinhos, passava por uma grande reestruturação econômica que provocava fechamento de postos tradicionais de trabalho e, conseqüentemente, desemprego, agravando uma situação social adversa já preexistente. A administração municipal no período, liderada pelo prefeito Emídio de Souza (2004-2011), procurou combater tal situação por meio da criação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, secretaria que coordenou o grupo de trabalho que pleiteava a instalação da Unifesp em Osasco:

A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI) que se tornou um dos instrumentos municipais para combater e reduzir a pobreza e a exclusão social. A SDTI produziu no ano de 2007 um livro chamado *Atlas da Exclusão Social de Osasco – Alternativas para Superação da Pobreza*, o qual é um diagnóstico socioeconômico que analisa os indicadores sociais do município de Osasco. Por este livro, constatamos que no município há elevada taxa de desemprego, grande número de trabalhadores informais, além de parcela importante das famílias em situação de pobreza. O livro evidenciou também que ¼ das áreas da cidade apresentavam condições sociais inadequadas, principalmente nos bairros Munhoz Júnior, Bonança, Rochedale, dentre outros (GUERRA et al., 2007, p. 75). Estes locais foram

caracterizados pela pobreza que atingia famílias compostas por muitos jovens, os quais possuíam baixa escolaridade e pouca experiência profissional<sup>10</sup>.

Segundo o diagnóstico da condição da classe social que vive do trabalho no município, sistematizado no *Atlas da Exclusão Social de Osasco: Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*<sup>11</sup>, o desemprego havia aumentado de 11,6%, entre 1985-1987, para 18,6% entre 2002-2004, e a proporção de trabalhadores autônomos sobre a população economicamente ativa havia crescido de 14,4% no primeiro período para 19,8% no período posterior<sup>12</sup>.

O perfil dos trabalhadores formais do município, com registro em carteira, também mudou. Entre 1985 e 2005 houve um grande aumento de trabalhadores formais no setor terciário e uma vultosa diminuição nos empregos industriais. O aumento do emprego formal no setor de serviços foi de 31% e o aumento no número dos trabalhadores formalizados no comércio foi de 117,1%, ao passo que a diminuição dos empregos formais na indústria foi de 33,1%<sup>13</sup>.

Essa mudança de perfil no emprego formal tem clara relação com as alterações ocorridas na estrutura econômica da Região Metropolitana a partir do final dos anos 1980, mas, fundamentalmente, ao longo dos anos 1990:

Esta situação vai ao encontro do comportamento da Região Metropolitana de São Paulo nos anos recentes, diminuindo a participação industrial e aumentando a participação do setor terciário. Também contribui para a diminuição do trabalho industrial a reestruturação produtiva e organizacional ocorrida nas grandes empresas como resposta ao acirramento da concorrência capitalista. Na busca de maior produtividade e de redução de custos operacionais, foram efetivadas mudanças de grande impacto, tais como a incorporação da informática e da robótica ao processo de produção, aumentando a eficiência e o controle dos produtos; reorganização do processo produtivo, visando maior flexibilidade e ajuste da produção às vendas; reformulação da gestão da mão de obra, com redução do quadro funcional e simplificação das hierarquias; a terceirização de atividades de suporte e focalização da empresa em atividades essenciais<sup>14</sup>.

É importante observar, nesse sentido, que o aumento de postos de trabalhos formais no terciário não compensou a perda de empregos no setor industrial, pois, embora o número de trabalhadores formais no município



tenha aumentado, esse aumento foi proporcionalmente menor que o aumento populacional de Osasco entre 1985 e 2005. Enquanto a população total aumentou 29,4% e a população economicamente ativa aumentou 49,7%, o número de empregos formais aumentou 13,5% no mesmo período<sup>15</sup>.

Isso certamente se deve ao fato de que até o início dos anos 1990 as indústrias eram fundadas no modelo organizacional e tecnológico taylorista/fordista, muito mais intensivo em força de trabalho do que o modelo industrial proveniente da chegada da “revolução organizacional e tecnológica” às indústrias da RMSP, particularmente às sediadas em Osasco, na década citada. Assim, as mudanças organizacionais e tecnológicas introduzidas na atividade industrial, bem como o fechamento e/ou deslocamento de grandes indústrias locais, implicaram uma desorganização inicial muito forte no perfil empregatício no município, situação que ainda ecoava no início do século XXI.

Associa-se a isso o fato de que a sub-região Oeste da RMSP, particularmente o município de Osasco, desenvolveu-se historicamente com importante grau de desigualdade social<sup>16</sup>. Desigualdade que, segundo autoridades municipais, tendia a se agravar em função da desestruturação do tradicional mercado de trabalho e das políticas neoliberais praticadas nos anos 1990<sup>17</sup>.

Assim, apesar do crescimento econômico do município de Osasco, expresso no crescimento de seu PIB municipal em 298% entre 2002 e 2009<sup>18</sup>, a situação social encontrava-se marcada por uma série de dificuldades que explicitavam a transição para uma nova realidade social e econômica e para uma nova modalidade de desenvolvimento nas escalas nacional, regional e local.

No contexto da primeira década do século XXI, estavam estabelecidos, portanto, alguns grandes desafios, os quais se voltavam para a necessidade de entender, com maior profundidade, as transformações socioeconômicas em curso, de encaminhar a formação de profissionais adequados aos novos universos econômico e empresarial da RMSP, particularmente de sua sub-região Oeste, e de apoiar políticas dirigidas à inclusão de um grande contingente de pessoas no mercado de trabalho, em novas formas de ocupação e de acesso à renda e, ainda, de enfretamento das históricas desigualdades sociais existentes.

Dessa forma, o contexto de transformações e os desafios por elas impostos favoreceram a criação do *Campus* Osasco da Unifesp em 2008 e a sua efetiva instalação em 2011. Favoreceram, ainda, que a escolha das áreas de formação nele presentes recaísse na grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

Não é exagero, portanto, afirmar que algumas exigências impostas pelo contexto econômico, social, político e educacional do início do século XXI conjugaram-se na criação e instalação do *Campus* Osasco da Unifesp. Segundo a secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão do Município:

[...] com a definição de que haveria a expansão, o próximo passo foi a definição de quais itinerários formativos seriam adequados para que ocorressem na unidade Osasco. Numa agenda com representantes do MEC e da Reitoria, em São Paulo, foi demandado que a Prefeitura pudesse realizar um estudo minucioso sobre a região, uma vez que a unidade deveria levar em consideração as atividades econômicas ali instaladas. Coube à Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão a elaboração do estudo, uma vez que era nessa Secretaria que estava um departamento de pesquisas e estudos, portanto habilitado para atender a demanda. [...] a mudança do perfil socioeconômico do município, na virada dos séculos XX e XXI, tem a ver com as áreas dos cursos a serem instalados. Sem dúvida, foi fator determinante a mudança de um município/região industrial para um município/região prestador de serviços. [...] as relações iniciais da Prefeitura como o MEC e a Unifesp sempre foram uma construção coletiva, uma grande parceria. Tanto é que, até a data de hoje, a unidade funciona em um espaço da Prefeitura. Na época foi assinado um Termo de Colaboração entre a Unifesp e a administração municipal de Osasco<sup>19</sup>.

Não constituirá exagero, também, afirmar que a trajetória do *Campus* Osasco, em sua breve história de oito anos, confirmou a sintonia existente entre os objetivos da Universidade, do município e da região. Como veremos, as iniciativas desenvolvidas pelo *campus*, nas suas atividades de ensino, extensão e pesquisa denotam a preocupação com a compreensão da realidade socioeconômica em acelerada mudança e em ter como direcionamento o favorecimento e a busca de diferentes formas de inclusão social.

Exemplo da sintonia acima apontada, entre o *Campus* Osasco da Unifesp e a Prefeitura de Osasco, é que até os dias de hoje, setembro de 2019, o *campus*, enquanto aguarda a conclusão de seu prédio definitivo, funciona em um prédio municipal, cuja cessão à Universidade foi feita até o ano de 2028.

## ○ *Campus Osasco* e a Inclusão Social: Relação com a Sociedade, Extensão e Pesquisa

O começo efetivo das atividades do *Campus Osasco* se deu no ano de 2011 e foi marcado por dificuldades relacionadas a estrangulamentos provocados pela rápida expansão das Instituições Federais de Ensino Superior. Um dos grandes problemas enfrentados em seus anos iniciais foi o déficit de servidores docentes e técnicos. A inexistência de vagas para docentes, que começou a ser equacionada com a promulgação da Lei n. 12.677/2012, provocou a necessidade de que muitas unidades curriculares dos cursos graduação que estavam se iniciando fossem ministradas por professores temporários, em jornada reduzida de trabalho.

Desde o início de suas atividades até o ano de 2013, a partir de quando se intensificou o processo de realização de concursos, o *campus* dispunha de apenas 25 docentes e 23 técnicos administrativos em educação (TAES) efetivos para um total de quatro cursos de graduação (cada qual com turnos integral e noturno). Tal situação dificultou a formulação de propostas mais amplas e prolongadas de discussão e intervenção na realidade social. As energias, podemos dizer, canalizavam-se para a instalação e funcionamento dos cursos de graduação. Foram formadas as comissões de curso e os seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDES).

Quadro 1 – Número de docentes e técnicos administrativos em educação (TAES) efetivos

	NÚMERO DE DOCENTES EFETIVOS	NÚMERO DE TAES EFETIVOS
2011	16	14
2012	25	23
2013	56	30
2014	74	39
2015	76	41
2016	83	45

2017	100	49
2018	108	53
2019	111	53

Fonte: Setor de RH – *Campus Osasco*.

Devido ao pequeno número inicial de docentes, a criação e a instalação dos Departamentos Acadêmicos foram um pouco mais demoradas. Durante certo tempo, as instâncias responsáveis pela definição das atividades acadêmicas foram as Coordenações e Comissões de Curso de Graduação. Tais instâncias foram fundamentais para a definição das áreas e subáreas dos concursos que seriam realizados posteriormente, de acordo com a abertura de novas vagas.

Os Departamentos foram instituídos no final de 2015, após um longo período de formulação de propostas e de debates internos no *Campus Osasco*, que transcorreu ao longo de todo o ano de 2014. Tal intervalo de tempo na definição dessas unidades acadêmicas foi expressão da importância dada à instância departamental como forma de organização dos campos do conhecimento. Esse encaminhamento envolveu a formação de uma comissão de departamentalização que procurou conhecer e debater as experiências dos outros *campi* da Unifesp, a realização de audiências públicas, a formulação de propostas e uma ampla campanha de esclarecimentos e debates. Após calorosas discussões na Congregação, decidiu-se que a definição do modelo de Departamentos seria feita por uma consulta pública interna.

Para essa consulta, realizada na primeira semana de outubro de 2014 e referendada em reunião extraordinária da Congregação no dia 24 do mesmo mês, apresentaram-se duas propostas. Uma que defendia a criação de dois departamentos, organizados por áreas de conhecimento: Departamento de Ciências Administrativas e Negócios e Departamento de Ciências Econômicas, Políticas e Relações Internacionais. Outra, que entendia que os Departamentos deveriam acompanhar a organização dos cursos de graduação, ou seja: cinco Departamentos identificados aos cursos de graduação e um Departamento que articularia os professores que atuavam no eixo comum<sup>20</sup>. Na consulta e na Congregação, a segunda proposta saiu vencedora.

O processo paulatino de instalação do *campus* não impediu, contudo, que ele, por meio de seus docentes e técnicos, colocando em prática o seu caráter aplicado e expressando o contexto no qual foi criado, desenvolvesse, desde o seu início, atividades de pesquisa e extensão, com ênfase em políticas públicas.

Os primeiros projetos de extensão apresentaram preocupações vinculadas à inclusão social; ao conhecimento e apoio às formas alternativas de ocupação e renda; à inserção, principalmente de jovens, no mercado de trabalho; às transformações ocorridas na gestão empresarial e, também, na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente, nesse caso, a questões relacionadas ao meio ambiente e ao “direito à cidade”; e, ainda, de compreensão e apoio às novas formas de exercício da cidadania e de participação política.

Os anos de 2012 e 2013 foram os primeiros anos em que os docentes do *campus* efetivamente participaram do Edital Pibex de concessão de bolsas a estudantes de graduação que participassem de Projetos de Extensão. Os projetos apresentados podem ser observados no Quadro 2:

Quadro 2 – Projetos de Extensão iniciais do *Campus* Osasco

PROJETOS DE EXTENSÃO	ANOS
Cine-Debate: Crises: ética e capitalismo	2011
Empreendedorismo, Incubação de Empresas e Incubadora Municipal de Empresas de Osasco: uma proposta de gestão técnica – científica – cidadã	2012-2013
A Gestão de resíduos sólidos no Município de Osasco/SP: uma proposta de ação sustentável	2012-2013
O Mundo Corporativo em Linguagem Cinematográfica	2012-2013
A percepção dos moradores sobre as águas do córrego João Alves. Um levantamento socioeconômico e ambiental como subsídio para as políticas públicas de Osasco	2012-2013
Programa de Educação em <i>Software</i> Livre (PESL) – EPPEN – Osasco	2012-

	2013
Esforço de inovação das empresas situadas em Osasco: um estudo exploratório das decisões de cunho estratégico para desenvolvimento local e cidadão	2013
Orçamento Participativo de Osasco: uma experiência de participação societal em políticas públicas municipais	2013
Informar para transformar: Formação de jovens para o mundo do trabalho e cidadania (integração universidade – comunidade)	2013
Informar para colaborar: Capacitação em Contabilidade Aplicada de Colaboradores da Unifesp (integração comunidade interna)	2013

Fonte: Projetos enviados para a Proex – correspondência *Campus Osasco* e Proex<sup>21</sup>.

Além desses projetos, o *campus* iniciou, em conjunto com a Prefeitura de Osasco, uma proposta de formulação de um polo de extensão que estaria localizado no terreno da Unifesp no bairro de Quitaúna, onde o prédio definitivo da *EPPEN-Campus Osasco* entraria em construção. Nessa proposta, o ponto central seria a instalação de um cursinho pré-universitário voltado a jovens de baixa renda da sub-região Oeste da *RMSP* que buscavam, prioritariamente, ingresso nas universidades públicas.

Por mudanças na gestão municipal, dificuldades de acesso a verbas e as decorrentes necessidades de mudanças nos projetos do prédio definitivo, tal iniciativa atrasou. O cursinho pré-universitário, todavia, iniciou suas atividades em 2018, funcionando aos fins de semana no prédio inicial da *EPPEN*, cedido pela Prefeitura. O cursinho pré-vestibular é resultado de uma parceria entre a Câmara de Extensão do *Campus Osasco*, a Coordenadoria da Juventude do Município, na administração do prefeito Rogério Lins (2017-2020), e as entidades representativas dos estudantes, principalmente o Diretório Acadêmico XIV de Março.

O projeto de construção do prédio do novo *Campus Osasco* da Unifesp, localizado no bairro de Quitaúna, também pode ser considerado outro exemplo da preocupação com a inclusão social já praticada nas ações extensionistas e nas parcerias realizadas, e um exemplo, também, do caráter aplicado do *campus*. Esse projeto foi elaborado de forma processual, tendo

por base outros prédios construídos em alguns *campi* da Unifesp, como o de São José dos Campos e o de Guarulhos. Prédios da “família Unifesp”, como ficaram conhecidos.

Em seu processo de elaboração, o projeto foi acompanhado por uma comissão formada por docentes, TAES e técnicos da Reitoria, coordenados pela Pró-reitoria de Planejamento. Essa comissão procurava, além de propor a organização dos espaços de forma adequada às especificidades das áreas de conhecimento do *campus*, incorporar mudanças em aspectos observados e avaliados a partir da experiência de uso cotidiano dos prédios dos *campi* anteriormente citados. A comissão se utilizava, dessa forma, da experiência e do cotidiano acadêmico como forma de pensar a melhor organização dos espaços.

Além disso, o projeto foi negociado com a Prefeitura de Osasco. Essa negociação teve início no final da segunda gestão do prefeito Emídio de Souza, em 2012, e continuou na gestão do prefeito Jorge Lapas (2012-2016). Dessa negociação resultou a cessão de espaços no terreno, para a construção de uma creche municipal e de duas escolas municipais, uma de educação infantil e outra de ensino fundamental. Essa cessão de espaços acabou por se configurar num acordo de construção de um complexo educativo em Quitaúna e faz parte de um segundo termo de cooperação entre a Universidade e o município de Osasco. Em meados de 2019, a creche estava em fase de acabamento, prevendo iniciar suas atividades a partir de 2020.

Nos últimos anos, o *Campus* Osasco permaneceu desenvolvendo iniciativas extensionistas voltadas à inclusão social e à compreensão da realidade social em transformação e às políticas públicas. Isso pode ser observado no oferecimento de novos programas e projetos sociais, em cursos de especialização *lato sensu*.

O Quadro 3 nos dá uma dimensão das ações extensionistas desenvolvidas nos últimos quatro anos, inspiradas nas temáticas acima mencionadas<sup>22</sup>:

Quadro 3 – Ações extensionistas ligadas à inclusão social, às transformações socioeconômicas e às políticas públicas (2015-2019)

	ATIVIDADE EXTENSIONISTA	NATUREZA
1	1945-2015: Mundo em Chamas: 70 Anos do Fim da	Curso de

	Segunda Guerra Mundial	Extensão
2	Aprendizagem Baseada em Projetos Sociais	Projeto de Extensão
3	Conflitos Internacionais e Globalização	Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i>
4	Cursos UAB – Universidade Aberta do Brasil – Gestão da Educação Pública	Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i>
5	Cursos UAB – Universidade Aberta do Brasil – Gestão Pública	Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i>
6	Cursos UAB – Universidade Aberta do Brasil – Gestão Pública Municipal	Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i>
7	Cursinho Pré-Universitário Professora Helena Pignatari Werner	Programa de Extensão
8	De Volta para o Futuro: uma Inserção nas Escolas Públicas de Osasco	Projeto de Extensão
9	Educação em <i>Software</i> Livre (PESL) – EPPEN – Osasco. (reedição)	Programa de Extensão
10	Educando para Diversidade – Libras	Projeto de Extensão
11	Episs – Escritório Popular de Iniciativas Sociais e Solidárias	Programa de Extensão
12	Fábrica de Quadrinhos	Projeto de Extensão
13	Finanças Pessoais para Todos – Projeto de Ensino e Acompanhamento Pessoal em Finanças	Projeto de Extensão



14	Fortalecimento da Agricultura Familiar em Cotia e São Roque: Diagnóstico do Acesso ao Microcrédito Pronaf	Programa de Extensão
15	Função Exponencial do Cotidiano	Curso de Extensão
16	GES – Gestão e Educação para a Sustentabilidade	Programa de Extensão
17	Gestão Estratégica	Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i>
18	Identidade Osasco: Plano Diretor de Osasco	Projeto de Extensão
19	Imperialismo	Curso de Extensão
20	Informar para Transformar: Formação de Jovens para o Mundo do Trabalho e Cidadania (reedição)	Programa de Extensão
21	Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASINTEC)	Projeto de Extensão
22	Laboratório de Políticas Públicas Internacionais – Laboppi	Programa de Extensão
23	Laboratório de Projetos Sociais	Projeto de Extensão
24	Leituras do Nosso Tempo	Projeto de Extensão
25	Levantamento Etnobotânico no Município de Ribeirão Branco, SP: uma Proposta de Ação Sustentável	Projeto de Extensão
26	O Mundo Corporativo em Linguagem Cinematográfica (reedição)	Projeto de Extensão
27	Observatório do Poder Econômico	Projeto de Extensão

28	Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: Informe Brasil	Projeto de Extensão
29	Oficina de Redação Científica	Projeto de Extensão
30	Pacto Global Experience: Proposta de Ação Sustentável	Projeto de Extensão
31	Passeios pelo Patrimônio Histórico e Cultural de São Paulo	Projeto de Extensão
32	Planilhas de Excel – do Casual ao Avançado	Curso de Extensão
33	Ponto de Gestão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	Projeto de Extensão
34	Prouni – Inclusão, Legislação e Controle Social (Mooc)	Projeto de Extensão
35	Realidade Latino-Americana: Colômbia e Venezuela (2014); Bolívia e Peru (2015); Cuba (2016); Argentina e Chile (2017); México (2018); Paraguai e Uruguai (2019)	Programa de Extensão
36	Relações Internacionais Emergentes	Projeto de Extensão
37	Reppense – Revista de Negócios da Unifesp	Projeto de Extensão
38	Sem Apertos: Psicologia, Juventude e Educação Financeira	Projeto de Extensão
39	Semanas da Diversidade	Projeto de Extensão
40	Semanas da Mulher	Projeto de Extensão
41	Semanas de Compreensão da Realidade Brasileira	Projeto de Extensão

42	Semanas de Educação Financeira	Projeto de Extensão
43	Um Estudo Exploratório sobre as MPES Inovadoras no Município de Osasco e o Uso da Gestão da Inovação como uma Estratégia Competitiva	Projeto de Extensão
44	Valorização da Aprendizagem Significativa com os Alunos de Escola Estadual	Projeto de Extensão
45	Viabilizando a Participação da Pessoa Idosa nas Políticas Públicas: Conselho Estadual do Idoso de São Paulo e Conselho Municipal do Idoso de São Paulo	Projeto de Extensão

Fonte: Secretaria de Extensão do *Campus Osasco*.

Igualmente às questões extensionistas, os temas das políticas públicas, da inclusão social e das transformações da realidade socioeconômica também estiveram presentes nas pesquisas desenvolvidas. Dessa forma, as pesquisas foram, ao longo do tempo, se tornando, também, uma expressão do contexto e das preocupações que nortearam os processos de criação, instalação e funcionamento do *Campus Osasco*.

Em setembro de 2019, o *campus* possuía dois programas de pós-graduação *stricto sensu*: o Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas (MPGPOP) e o Programa de Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento.

O MPGPOP, o programa pioneiro, foi instalado em 2013. A sua vinculação com as temáticas acima se evidencia na definição de sua área de concentração na temática Gestão Pública e, também, quando afirma, em sua apresentação, que:

O curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas tem por objetivo a formação e o desenvolvimento de profissionais para o atendimento de demandas sociais, para o exercício de atividades profissionais na área de administração com enfoque especial na administração pública [...]. [visando formar] Profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho<sup>23</sup>.

O segundo programa a ser criado, o Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento, iniciado em 2016, apresenta duas linhas de pesquisa: 1. Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento; e 2. Desenvolvimento: Teoria e História. A primeira linha objetiva:

A construção de indicadores para medir os impactos socioeconômicos das políticas públicas no processo de desenvolvimento. São objetos de análise as questões relacionadas à distribuição de renda, ao combate à pobreza e ao processo de desenvolvimento sustentável. [...] busca, ainda, aprofundar a análise dos fatores determinantes do processo de industrialização e desindustrialização brasileiro e mundial, bem como os desequilíbrios associados ao desenvolvimento capitalista (inflação, desigualdade, dependência tecnológica e crise ambiental)<sup>24</sup>.

A segunda linha, por sua vez, busca:

A apropriação de recursos investigativos para o conhecimento das influências históricas e dos condicionantes estruturais que definem as características de desenvolvimento de sociedades e/ou agrupamentos humanos, em suas diferentes escalas territoriais (continentais, nacionais, regionais e locais); o conhecimento do arcabouço teórico de correntes de interpretação da problemática do desenvolvimento; a avaliação, crítica de experiências históricas e projetos concretos de desenvolvimento, como já dito, em diferentes escalas territoriais; e, ainda, a análise de políticas, mecanismos e processos determinantes de trajetórias do desenvolvimento<sup>25</sup>.

As mesmas preocupações temáticas podem ser percebidas nos Grupos de Pesquisa estabelecidos na EPPEN até setembro de 2019 (Quadro 4).

Quadro 4 – Grupos de Pesquisa registrados na Câmara de Pós-graduação

#### GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NA CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 1 Aprendizagem baseada em problemas e projetos
- 2 Centro de Análise do Desenvolvimento
- 3 Centro de Estudos de Sistemas
- 4 Centro de Estudos em Inovação e Competitividade Global



Outro aspecto relevante a denotar a questão da inclusão social como um importante móvel do processo de instalação do *campus* e das características que suas atividades acadêmicas assumiram ao longo do tempo foi o fato de que a instalação deste *campus* praticamente coincidiu com a promulgação, em agosto de 2012, da Lei n. 12.711/2012, a qual estabeleceu a reserva de 50% das matrículas por curso e por turno nos cursos de graduação das universidades federais para estudantes que haviam cursado o ensino médio, integralmente, em escolas públicas.

Essa lei, que conheceu um paulatino processo de implantação<sup>26</sup> e foi regulamentada pelo Decreto n. 7.824/2012<sup>27</sup>, representou a ampliação da possibilidade de acesso ao ensino público superior, na rede de universidades federais, a segmentos sociais tradicionalmente alijados desse direito. Representou, dessa maneira, um poderoso instrumento de inclusão social em espaços públicos anteriormente mais restritos e restritivos e foi responsável por uma mudança qualitativa do perfil dos discentes das universidades federais brasileiras<sup>28</sup>.

A referida lei foi objeto de debates no *campus*. Como ocorreu na sociedade brasileira na época, inicialmente os debates giraram em torno dos impactos da lei em relação à qualidade do ensino de graduação. Tal ponto, entretanto, foi logo superado pela preocupação e, conseqüentemente, pela necessidade de estabelecer ações para a sua efetiva implantação e para o seu acompanhamento.

Tais debates tornaram-se, ao longo do ano de 2013, pontos de pauta da Congregação (órgão máximo de deliberação) do *campus*, culminando na definição de representantes do *campus* na comissão assessora de acompanhamento da “Lei de Reserva de Vagas” da Universidade (n. 12.711/2012), na reunião ordinária de 6 de setembro do mesmo ano<sup>29</sup>. A ênfase na efetiva introdução prática da lei evidencia que a comunidade do *Campus Osasco* concordava, em sua maioria, com os seus objetivos inclusivos e se empenhava, por isso, para que ela se tornasse realidade.

Os efeitos da lei, em seu processo de implantação, foram rapidamente percebidos, o perfil dos estudantes foi paulatinamente modificado no sentido de uma ampliação de sua diversidade socioeconômica, como podemos ver no Quadro 5:

Quadro 5 – Evolução da matrícula de estudantes cotistas

ANO	ESTUDANTES COTISTAS INGRESSANTES	TOTAL DE ESTUDANTES INGRESSANTES	% DE COTISTAS EM RELAÇÃO AO TOTAL
2011	23	316	7,2%
2012	15	314	4,8%
2013	26	360	7,2%
2014	101	408	24,8%
2015	129	392	32,9%
2016	176	396	44,4%
2017	183	388	47,1%
2018	178	380	46,3%
2019	182	400	45,5%

Fonte: Secretaria Acadêmica de Graduação do *Campus Osasco* e *ProGrad – Graduação em Números*.

A maior entrada de alunos cotistas, tanto daqueles que adentraram a Universidade pelas cotas para estudantes de escolas públicas quanto daqueles que assim o fizeram pelas cotas raciais ou para pessoas com deficiência, associada ao crescimento numérico dos estudantes do *campus*, mudou, além do perfil dos próprios estudantes, as características do *campus* como um espaço acadêmico.

Novas formas de convívio foram estabelecidas. No plano físico, surgiu a necessidade de reorganização de espaços para salas de estudo, como o chamado aquário e a sala 201, e de convívio, como o espaço batizado pelos estudantes de Centro de Cultura do Ócio (cco). No plano do relacionamento pessoal, diferentes formas de participação estudantil foram iniciadas. Para além dos tradicionais espaços de representação estudantil, como o Diretório Acadêmico, denominado Diretório Acadêmico XIV de Março, e a Associação Atlética Acadêmica do *Campus Osasco*, surgiram vários coletivos e a bateria, conhecida por Pirateria, que em pouco tempo passou a participar dos

campeonatos de primeira divisão das baterias universitárias do estado de São Paulo.

Os coletivos<sup>30</sup>, por sua vez, expressam a diversidade existente no *campus* e a necessidade da organização para debater e difundir visões sobre temas importantes do cotidiano, além de significar o agrupamento estudantil, a partir de elementos aglutinadores de sua identidade. Isso pode ser observado nos coletivos surgidos no *Campus Osasco* nos últimos anos, que envolvem os direitos da mulher e a igualdade de gênero, os direitos e liberdade LGBTQ+, a igualdade racial, questões espirituais, entre outros (Quadro 6):

Quadro 6 – Coletivos Estudantis organizados no *campus*

	COLETIVOS – NOMES	ASPECTO TEMÁTICO AGLUTINADOR
1	Coletivo Feminista	Direitos das mulheres e igualdade entre os gêneros
2	Coletivo Luana	Liberdade e direitos LGBTQ+
3	EPPEN Animal	Direitos dos animais
4	EPPEN Cultural	Atividades culturais
5	EPPEN Mais Amor	Liberdade e direitos LGBTQ+
6	EPPEN Mind 7	Empreendedorismo
7	EPPEN Preta	Promoção da igualdade racial
8	Grupo de Religião da EPPEN	Questões espirituais

Fonte: NAE Osasco/Diretoria Acadêmica *Campus Osasco*/Diretório Acadêmico XIV de Março.

Dois tipos de organizações discentes tradicionais em escolas de ensino superior ligadas às Ciências Sociais Aplicadas, a Empresa Júnior e as Ligas, foram criadas no *campus* por iniciativa dos estudantes. A Empresa Júnior, denominada EPPEN JR., começou a ser constituída já no primeiro ano de funcionamento do *campus*<sup>31</sup>, e a primeira liga do *campus*, a Liga de Finanças,



iniciou-se em 2017 e, em setembro de 2019, encontrava-se em processo de oficialização.

Além da maior possibilidade de acesso, a inclusão passa, necessariamente, pelo oferecimento de condições para a permanência dos estudantes. Nesse sentido, o *campus*, assim como a universidade em sua totalidade, estabeleceu um Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), órgão responsável pelo atendimento e acolhimento dos estudantes, dos pontos de vista pedagógico, psicológico, pessoal e social, visando a sua permanência e a conclusão do curso de graduação.

O NAE do *Campus* Osasco, segundo sua apresentação, é: “um órgão multiprofissional de apoio acadêmico aos estudantes da Unifesp que busca efetivar a Política de Assistência Estudantil e está vinculado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae). Em Osasco, o NAE teve início no ano de 2011”<sup>32</sup>. Para tal, ele dispõe de uma equipe constituída pelos seguintes profissionais: assistente social, enfermeira, psicóloga e pedagogo, e uma coordenação exercida por docentes do *campus*, com mandato de dois anos. O NAE, por meio de sua coordenação, possui representação na Câmara de Graduação (órgão de deliberação dos assuntos relativos ao ensino de graduação no *campus*) e na Congregação.

Dessa forma, o NAE, ao longo do percurso de instalação do *campus*, além de promover o acolhimento e o atendimento cotidiano aos estudantes que o procuram, se tornou responsável pelo acompanhamento e encaminhamento dos auxílios materiais previstos na Política de Atendimento Estudantil (PAE) da Universidade, para os discentes em situação de vulnerabilidade social. Tal acompanhamento tem se dado, principalmente, por meio do Programa de Auxílio Para Estudantes (Pape), no qual “em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), são atendidos estudantes com renda *per capita* familiar comprovada de até 1 salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados por outros critérios socioeconômicos desta universidade”<sup>33</sup>.

O NAE se constituiu como um importante instrumento de promoção da inclusão social, pois se tornou o órgão do *campus* que atua no sentido de garantir, por meio da análise socioeconômica dos estudantes, a concessão de bolsas e auxílios<sup>34</sup> que visam garantir sua permanência na Universidade. A concessão desses auxílios nos últimos anos pode ser observada no Quadro 7:

Quadro 7 – Número de concessões de auxílio para estudantes no *Campus Osasco* – dezembro de cada ano

ANO	DESCRIÇÃO DO AUXÍLIO	AUXÍLIOS CONCEDIDOS
2014	Auxílio-alimentação	56
	Auxílio-creche	2
	Auxílio-moradia	22
	Auxílio-transporte	41
	Total de auxílios	121
2015	Alunos Pape	71
	Auxílio-alimentação	58
	Auxílio-creche	-
	Auxílio-moradia	26
	Auxílio-transporte	40
2016	Total de auxílios	124
	Alunos Pape	71
	Auxílio-alimentação	67
	Auxílio-creche	3
	Auxílio-moradia	41
2017	Auxílio-transporte	36
	Total de auxílios	147
	Alunos Pape	85
	Auxílio-alimentação	50
2017	Auxílio-creche	3
	Auxílio-moradia	36

	Auxílio-transporte	24
	Total de auxílios	113
	Alunos Pape	59
	Auxílio-alimentação	45
	Auxílio-creche	3
2018	Auxílio-moradia	32
	Auxílio-transporte	25
	Total de auxílios	105
	Alunos Pape	61
	Auxílio-alimentação	59
	Auxílio-creche	4
2019	Auxílio-moradia	39
	Auxílio-transporte	27
	Total de auxílios	129
	Alunos Pape	72

Fonte: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – junho 2019.

A ação do NAE, que ao longo do processo de organização do *campus* foi assumindo as características de um espaço de acolhimento e acompanhamento, configurou-se como uma experiência importante na tentativa de garantir a inclusão social, por meio da geração de condições para a permanência estudantil na universidade.

No ensino de graduação, a pluralidade na organização pedagógica configurou-se, também, como um elemento importante na construção de um ambiente acadêmico diverso. Os cursos adotaram, em seus projetos pedagógicos, os princípios da interdisciplinaridade e da interprofissionalização, além de favorecerem, na organização de suas

matrizes e unidades curriculares, a expressão de diferentes posturas teóricas e metodológicas.

Como parte do processo de expansão da Unifesp, o *Projeto Pedagógico do Campus Osasco* e o Projeto Pedagógico de seus respectivos cursos de graduação – Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais<sup>35</sup> –, insere-se na tradição de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Além disso, o diferencial do *campus* é o de buscar uma formação profissional múltipla e diversificada que vise à inserção proativa do aluno na sociedade brasileira em suas respectivas áreas. A interação entre estas áreas objetivando a troca de experiências comuns é igualmente característica deste projeto. [...] os cursos oferecidos em Osasco são caracterizados por uma formação dividida entre *Eixos Comuns* e *Eixos Específicos*. Os *Eixos Comuns* são compartilhados por alunos de todos os quatro cursos oferecidos no *campus* e buscam, por meio de turmas mistas, o reforço da interação entre os diferentes discentes dos cursos do *campus*, facilitando sua troca de experiências pessoais e profissionais<sup>36</sup>.

Assim, a preocupação com a diversidade, que se vincula a uma perspectiva inclusiva, se expressa na própria organização dos cursos de graduação, que apresentam, além da preocupação interdisciplinar e interprofissional, a abertura para a expressão das mais variadas concepções teóricas e visões de mundo. O *Campus Osasco* em sua construção histórica estabeleceu o compromisso e a percepção de que o objeto das áreas de conhecimento que o compõem é a sociedade. Por isso, os cursos de graduação nele estabelecidos, devem se preocupar com pessoas reais, que possuem problemas concretos e aspirações, desejos e sentimentos próprios. Essa tem sido a trajetória do *Campus Osasco* e a sua forma de atuação social.

## Considerações Finais

O texto procurou ser uma breve narrativa do processo de constituição do *Campus Osasco* em sua muito recente trajetória histórica, vinculando-a à questão da inclusão social, problemática presente nos contextos nacional, regional e local de sua criação e de instalação durante a primeira década do século XXI.

Pode-se constatar que a inclusão social era um tema constante nas preocupações e objetivos dos sujeitos sociais que reivindicaram a instalação

do *campus*. Por um lado, a solicitação de ampliação da Universidade para a sub-região Oeste da RMSP partiu da consideração de que essa região metropolitana possuía, levando em conta a escala nacional, o menor índice de vagas em relação ao número de habitantes, já que não possuía nenhuma universidade ou *campus* de universidade pública, apesar de sua população girar em torno de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Por outro lado, as universidades federais passavam por um acelerado processo de expansão e o município de Osasco, o mais populoso da sub-região Oeste da RMSP, vivia significativas transformações socioeconômicas que provocavam mudanças estruturais em seu mercado de trabalho e na sua organização empresarial. Mudanças que, apesar de sinalizarem para um acelerado crescimento econômico, não o dotavam de um caráter inclusivo, pelo contrário, faziam que setores sociais significativos fossem excluídos de seus potenciais benefícios.

Tal contexto levou à opção e à reivindicação pela criação de um *campus* da Unifesp voltado para as Ciências Sociais Aplicadas, área do conhecimento que se considerava adequada para uma formação profissional coerente com as características econômicas da região e também para refletir e promover uma maior compreensão sobre a realidade socioeconômica local, como fator de uma intervenção mais consistente e racionalmente elaborada sobre ela.

É possível afirmar que, apesar de seu caráter embrionário (oito anos é um intervalo de tempo muitíssimo curto na história de uma universidade), esses princípios se realizaram nas três dimensões em que atua a Universidade brasileira: na extensão, na pesquisa e no ensino. A extensão e a pesquisa acadêmicas do *campus* procuraram nesse breve prazo dialogar com a sociedade, ter a gestão pública e o desenvolvimento socioeconômico como objetos privilegiados, fazendo da sociedade do entorno do *campus*, mais do que uma interlocutora, uma efetiva protagonista. No ensino de graduação, o *campus* procurou, desde o início, incorporar toda a diversidade socioeconômica e identitária dos seus discentes, favorecendo o acesso, mas, sobretudo, seu acolhimento e permanência e, também, sua autonomia.

O grande desafio é continuar avançando em uma realidade que se coloca bastante adversa ao ensino público, mormente às universidades federais, em função da grande indefinição sobre as suas formas de financiamento.

O *campus*, no entanto, parece que terá energia suficiente para seguir em frente, rumo aos futuros aniversários da Unifesp.

- 
1. Unifesp/Campus Osasco, *Projeto Pedagógico da Graduação Campus Osasco*. 2011.
  2. Ver J. Gorender, “Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho”, *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan.-abr. 1997.
  3. Embora o processo de expansão das universidades federais brasileiras tenha se iniciado antes da instituição do Reuni, esse programa constituiu uma tentativa de sistematizar e regulamentar esse processo em suas etapas finais.
  4. Reuni, *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes*. Uma análise crítica das avaliações contidas no documento pode ser vista em J. S. Silva e M. D. A. Castro, “Políticas de Expansão para o Ensino Superior no Contexto do Reuni: A Implementação do Programa na UFRN”, *Revista Holos*, ano 30, vol. 6, 2014.
  5. Depoimento da então secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, Dulce Helena Cazzuni, 18 ago. 2019.
  6. Unifesp/Campus Osasco, *Projeto Pedagógico da Graduação Campus Osasco*, p. 24.
  7. Ver “Enem Terá Enunciado Menor, Diz Ministro”, *O Estado de S. Paulo*, 30 out. 2010.
  8. A denominação de EPPEN foi resultado de uma enquete realizada entre os professores e os TAES que trabalhavam no *campus* no ano de 2011 e depois encaminhado para a aprovação do Conselho Universitário.
  9. Ver “Desempenho da Economia da Região (ABC) no Século 21 é Vexatório”, *Capital Social*.
  10. L. R. Souza e E. P. Vasconcelos, “Emancipação da Pobreza: Um Estudo dos Principais Motivos que Explicam os Cancelamentos do Programa Bolsa Família entre 2008-2014, no Município de Osasco/SP”, *Revista Debate Econômico (rede)*, vol. 5, n. 1, jan.-jun. 2017, p. 31.
  11. A. Guerra *et al.*, *Atlas da Exclusão Social de Osasco: Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*.
  12. *Idem, ibidem*, pp. 46-48.
  13. *Idem, ibidem*, p. 49.
  14. *Idem, ibidem, loc. cit.*
  15. *Idem, ibidem*, pp. 46-49.
  16. *Idem, ibidem*, pp. 78-79.
  17. *Idem, ibidem, loc. cit.*
  18. Em valores nominais, ou seja, sem descontar a inflação do período. Ver IBGE, *pib dos Municípios – Base de Dados 2002-2009*.
  19. Depoimento da então secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, Dulce Helena Cazzuni, 18 ago. 2019.
  20. O Eixo Comum, pelo qual o Departamento Multidisciplinar é responsável, tem como objetivo apresentar conteúdos comuns a todos os cursos, além de tornar possível uma maior integração em docência, pesquisa, projetos de extensão e estimular a troca de experiências acadêmicas, profissionais e culturais entre os alunos.
  21. Naquele momento a Pró-reitoria de Extensão e Cultura chamava-se Pró-reitoria de Extensão.
  22. As ações extensionistas citadas não expressam a totalidade dessas iniciativas desenvolvidas no *campus*. Foram citadas apenas algumas, vinculadas a questões relativas à inclusão social, à compreensão da realidade social em transformação e às políticas públicas. Outras ações foram desenvolvidas, mas com temáticas diferentes e, por isso, não fazem parte deste rol. O intervalo de 2015 a 2019 deve-se ao fato de que em 2015 ocorreu a colação de grau dos primeiros formandos do

*Campus Osasco*, o que, de certa forma, explicita que o *campus* havia cumprido uma parte importante, embora ainda inicial, de sua consolidação.

23. Apresentação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas (MGPOP).
24. Unifesp/*Campus Osasco*, *Projeto Pedagógico do Programa de Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento*, pp. 10-11.
25. *Idem, ibidem*, p. 8.
26. A lei previa a introdução das cotas de acordo com o seguinte procedimento: 12,5% em 2013; 25% em 2014; 37,5% em 2015; e 50% em 2016.
27. Este decreto introduziu, no inciso II do art. 2º, dentro das cotas uma porcentagem de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas ou com deficiência em proporção no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição de ensino superior.
28. Ver Fonaprace/Andifes, *v Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*.
29. Unifesp/*Campus Osasco*, *Ata da Reunião Ordinária da Congregação do Campus Osasco*, 6 set. 2013.
30. É importante ressaltar que os coletivos, devido à sua maior informalidade, relativamente às formas mais antigas de representação estudantil, podem mudar rapidamente de nome e forma de organização. Alguns, com o tempo, podem deixar de existir.
31. Ver sítio da EPPEN JR.
32. Ver página do NAE Osasco, no sítio da Unifesp/*Campus Osasco*.
33. Ver página do Prae no sítio da Unifesp.
34. Maiores informações sobre o programa de auxílio para estudantes da Unifesp encontram-se disponíveis na página do Prae – Programa Pape, na internet.
35. É importante observar que em 2011, quando o projeto pedagógico do *Campus Osasco* foi redefinido a partir de seu projeto original, o curso de Ciências Atuariais ainda não existia. Por isso, ele não aparece no rol de cursos listados.
36. Unifesp/*Campus Osasco*, *Projeto Pedagógico da Graduação Campus Osasco*, p. 32.

# 7

## Instituto das Cidades: Presença e Potencialidade da Universidade Pública na Periferia da Metrópole

GUSTAVO PRIETO • MARCOS XAVIER

### As Brechas na Periferia

EM TEMPOS DE CRISE, QUE NOS DESAFIAM a encontrar caminhos alternativos para edificarmos sociedades onde possamos viver com equidade, justiça, dignidade, respeito à diversidade, direito   diferença e   liberdade, a universidade é convocada a se rever e a se reinventar, sob risco de sucumbir   história caso não realize esse movimento de diálogo com a realidade, contribuindo para a construção de um projeto utópico de transformação. É diante desse contexto que a criação do Instituto das Cidades pela Unifesp concretiza um ato de coragem ao eleger a questão urbana brasileira como



tema convergente e necessário para enfrentarmos problemáticas urgentes do mundo contemporâneo. Dentre as múltiplas questões que se desdobram desse desafio, destacamos duas para refletirmos a partir da periferia do capitalismo e da periferia da metrópole, na efeméride dos 25 anos da Unifesp:

1. Há brechas, possibilidades e desvios possíveis para antevermos o desdobramento de um pensamento crítico sobre a cidade que subsidie uma práxis urbana transformadora, socialmente referenciada, a partir da universidade pública contemporânea?

2. Qual a potência da instalação de um *campus* universitário na periferia da cidade de São Paulo, metrópole característica de um país subdesenvolvido?

Tomamos esses dois questionamentos teóricos e metodológicos como centrais, pois consideramos haver uma vantagem epistemológica da periferia como síntese possível-impossível das contradições do presente a serem enfrentadas na relação universidade-sociedade, com vistas a reafirmar a pertinência da universidade pública como campo de produção do conhecimento crítico, socialmente referenciado, mas também imaginativo, projetivo e provocador.

Parece-nos, assim, que, em meio à crise urbana, expressão concreta da crise estrutural do capital e da urbanização da sociedade, refletir sobre a universidade envolve pensarmos saídas para a construção de uma práxis desalienadora ancorada no compromisso social e na reconstrução de sentido público da universidade para além da tecnocracia, da sociedade burocrática de consumo dirigido e da universidade como lócus da reprodução das relações de produção ancorada nas determinações do mundo da mercadoria.

Particularmente no caso do Instituto das Cidades, tal sugestão envolve propor uma nova visão de universidade que compreenda a *Extensão* como atividade central na comunicação com os sujeitos individuais e coletivos empenhados em ações que visam desde suprir suas necessidades imediatas de subsistência na cidade até buscar novas formas de fazer política, produzir e viver, com vistas a transformações efetivas de suas realidades. Envolve, ainda, um ensino socialmente referenciado e potencialmente produtor de consciência crítica e de pesquisas que possibilitem suplantarmos o muro e o abismo entre a universidade e a sociedade em um país que apresenta profundas desigualdades estruturais.

Mobilizamo-nos para pensar excepcionalmente em uma formação socioespacial que reproduz a exceção na vida cotidiana e a violência como

mote central da reprodução das relações sociais de produção. Assim, urgência e utopia são motes para refletirmos para além do modo capitalista de pensar e intervir e sugerem a potencialidade virtual do direito à cidade como devir de um *campus* em uma universidade pública na periferia.

## Potencialidades Periféricas

Antonio Candido, em um artigo denominado “Radicalismos”, argumenta que o pensamento conservador, historicamente, é uma das marcas centrais da mentalidade e do comportamento político no Brasil. A persistência das posições conservadoras conforma uma barreira quase intransponível na experiência política e socioespacial brasileira. Na trilha proposta por Antonio Candido, em países como o Brasil, de passado-presente combinado por escravismo, patriarcalismo, coronelismo, patrimonialismo e rentismo, urge o papel transformador da universidade, zelando pelo pensamento crítico, criativo e propositivo, voltado para contribuir para a superação de seus problemas históricos; uma universidade capaz de ampliar seu campo de diálogo. E é nesse sentido que particularmente as populações periféricas apresentam uma potencialidade para visualizar outros mundos possíveis, pois podem ser os agentes radicais mais avançados para repensar a sociedade na qual se inserem em condições de precariedade.

Nesse esteio, a proposta do Instituto das Cidades no *Campus Zona Leste* apresenta uma potência transformadora da relação entre sociedade e universidade. Sabe-se, por exemplo, que o estado de São Paulo possui atualmente a menor porcentagem de vagas públicas por habitante do Brasil e que a maioria das instituições de ensino superior no país pertence à rede privada – 87,5% delas são particulares, enquanto apenas 12,5% são públicas.

O *Campus Zona Leste* é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp, mas sobretudo – e fundamentalmente – da mobilização de movimentos sociais da região para a instalação de universidades públicas que atendessem a uma população que atualmente ultrapassa 4,5 milhões de pessoas.

Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização

popular pela democratização. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola básica, da abertura das escolas no período noturno e da democratização da escola (participação de estudantes e comunidades na gestão), os movimentos defendiam a criação de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire. O Projeto Pedagógico do *Campus Zona Leste* foi formulado em diálogo com os movimentos sociais da região e influenciado pelas jornadas de junho de 2013, que colocaram em evidência os problemas urbanos, o direito a serviços públicos de qualidade e a cidades justas e democráticas.

A partir das audiências e debates realizados, a comissão indicada pelo Conselho Universitário da Unifesp (Consu-Unifesp) elegeu o tema “cidades” como pertinente, oportuno e relevante para articular os cursos do futuro *campus* – os quais não eram oferecidos pela instituição nos outros *campi* em funcionamento. Assim, ao final de 2013, a comissão definiu por consenso que o *Campus Zona Leste* deveria abrigar o futuro Instituto das Cidades da Unifesp (IC). Em 2014, o Projeto do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro, com especialistas e representantes de movimentos sociais, que confirmaram sua importância e caráter inovador. A criação do Instituto foi a seguir aprovada por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro daquele ano. Em abril, o Ministério da Educação (MEC) manifestou-se favoravelmente ao projeto pedagógico dessa unidade universitária, ratificando a pertinência do tema e do modelo de ensino interdisciplinar proposto.

Durante os meses de outubro e novembro de 2014, foi realizado um novo seminário para aprofundamento desse projeto, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussão, com doze colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria e o MEC, foram definidos os termos de pactuação do *campus* (número de cursos, estudantes, professores, técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil), aprovados pelo Consu e assinados pela Reitoria em dezembro de 2014. Em 2015, foram desenvolvidos os projetos político-pedagógicos de cada um dos seis primeiros cursos, com o apoio de comissão formada por dez professores e coordenada pela Pró-reitoria de Graduação (ProGrad) e a realização de debates públicos temáticos, com mais de cinquenta colaboradores convidados. O planejamento de implantação

avançou com a contratação dos Projetos Executivos dos primeiros edifícios e a reforma do edifício de extensão, o primeiro a funcionar no *campus*. O repasse de vagas de técnicos e professores, contudo, não cumpriu o cronograma pactuado em 2014.

Atualmente, a Unifesp dispõe de um primeiro edifício reformado (com salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, salas para docentes e de grupos de pesquisa, administração e secretaria) e um corpo docente de quinze professores doutores, concursados em regime de dedicação exclusiva, que ao longo dos anos de 2018 e 2019 ofertaram um curso de pós-graduação *lato sensu* “Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular”, com viés prático-aplicado de caráter profissional, e criaram um Programa de Mestrado Interdisciplinar em Planejamento Urbano e Regional, aprovado no Consu. Além disso, durante esses anos diversas iniciativas de extensão universitária e grupos de pesquisa têm sido desenvolvidas no Instituto, concomitantemente com a oferta de Unidades Curriculares eletivas *multicampi*. Em outubro de 2019, o Consu aprovou o início das atividades de graduação no IC, com a abertura dos cursos de graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado), com início em março de 2020.

Como se pode observar, o IC é a mais nova iniciativa da Unifesp voltada para firmar seu compromisso com a construção de uma universidade pública, de qualidade, socialmente referenciada e gratuita, expandida nos contextos urbanos da periferia da maior metrópole da América Latina, o que, junto com seu projeto inovador (e socialmente ancorado na práxis), traz à universidade novos ares e desafios.

## ○ Urbano como Possibilidade da Práxis Transformadora

Algumas questões parecem fundamentais para serem debatidas a fim de pensar a universidade tomando a questão urbana como perspectiva central.

Em primeiro lugar, compreende-se que refletir sobre o urbano que se mundializa a partir dos novos conteúdos da urbanização se faz necessário em meio à expansão e à crise urbana que vivemos. Ressalta-se que o mundo não é urbano porque a população urbana é maior que a rural, mas sim por constituir-se uma sociedade urbana num espaço mundializado que requer

explicitação para a produção de um devir. E esse papel pode ser desenvolvido pela universidade e mais especificamente por um novo Instituto, que reflete sobre a cidade.

Em segundo lugar, um *campus* universitário localizado na periferia metropolitana de São Paulo, especificamente em Itaquera, permite construir a compreensão do urbano a partir desse lugar em contradição com o centro e a centralidade. O olhar periférico tem a potência (e a possibilidade) de inverter os termos do debate sobre o urbano. Trocando em miúdos, a reflexão poderá deslocar-se da preocupação com a classificação morfológica das cidades por tamanho ou por funções para mergulhar nos conteúdos contraditórios do fenômeno urbano. O foco passa a ser a análise das cidades partindo dos lugares constituídos pela privação do urbano. Isso possibilita o aprofundamento na compreensão da desigualdade que funda o processo constitutivo da urbanização contemporânea, explicitando a privação e a condição dessa situação, assim, projetando, necessariamente, o debate sobre o futuro e sobre a construção de uma utopia concreta. Reside aí o *pacto com os movimentos sociais* como marca do *Campus Zona Leste*, fortalecendo a orientação pública e transformadora do Instituto em particular e da Unifesp de forma geral.

Uma terceira questão envolve o foco na interdisciplinaridade como elemento fundamental. Certamente, a criação do IC aparece como proposta inovadora na tentativa de integração disciplinar que precisa ser implementada no sentido de que a sociedade em que vivemos é urbana em seu fundamento e a cidade é objeto de pesquisa interdisciplinar, portanto não é domínio de uma única ciência parcelar.

Tal proposta inovadora segue em dois sentidos – a interdisciplinaridade questionando a especialização, que tem significado o estreitamento do horizonte teórico (que produz a compreensão sobre a realidade urbana), permitindo: a. ampliar essa análise com a contribuição de outras formas de pensar; e b. ampliar as possibilidades de pensar a totalidade do fenômeno urbano em seus níveis e escalas.

Fundamental ainda ressaltar a centralidade da questão do direito à cidade como pauta presente e constante nas agendas públicas de movimentos sociais, órgãos multilaterais, governos progressistas e conservadores, no Projeto Político-Pedagógico do *Campus Zona Leste*.

O IC, entre seus debates, valora a discussão sobre o “direito à cidade”, porém não confundido e opacificado com a política pública ou direito formal e jurídico ancorado nos acessos, uma preocupação pragmática e parcelar inúmeras vezes associada a uma aplicação mercadológica ou estadocêntrica do urbanismo. Pelo contrário, o IC propõe tratar o direito à cidade como utopia possível-impossível, uma transformação completa da sociedade, de seus propósitos, sentidos e valores. Compreende-se que o pragmatismo e a sobrevalorização da prática intervencionista, associada ao preconceito com o pensamento teórico e do lugar da crítica, estabeleceriam a perda da potencialidade do conhecimento sobre os conteúdos do processo urbano atuais e de urbanização que produz as contradições vividas. A pura análise da precariedade seria transformada em uma análise das urgências. Como consequência do foco nas soluções dessas urgências perderíamos o futuro como projeto de transformação. Daí a tarefa desafiadora do IC – analisar, compreender, propor saídas presentes, mas também estimular o debate sobre outros futuros possíveis, uma vez que soluções efetivas para os problemas urbanos não demandam apenas ações técnicas, mas sim profundas transformações nas estruturas social, política, econômica e territorial, sem as quais as ações técnicas podem naufragar ou se desdobrar em efeitos perversos não previstos e intervenções retificadoras da privação do urbano.

Assim, a “exigência de um cuidado com a concepção de um conhecimento socialmente relevante” permite pensar que o conhecimento objetiva compreender o mundo e nossa condição no mundo, ultrapassando o plano da forma do real em direção àquilo que explicita e fundamenta as condições da desigualdade. Desvendar o mundo é relevante, pois só assim se pode projetar o futuro: a partir da compreensão do presente e do que se acumulou na história e, de tal maneira, entender as determinações históricas em que se localiza a ação de pensar como práxis. Deve-se questionar um projeto de cidade e de reflexão sobre o urbano que revela mais uma preocupação em agir do que em compreender a complexidade do urbano e que se revela na preocupação constante com as políticas públicas e com a ação do Estado.

O IC se propõe um lugar de reflexão sobre a urbanização periférica como expressão material do processo contraditório do capitalismo que constantemente reproduz as condições da desigualdade, privação, expropriação e segregação sobre o qual ele se constitui. Compreende-se a cidade como uma obra civilizatória, histórica, fruto e condição de relações

sociais determinadas e, como tal, portadora de contradições e desigualdades, de conflitos e de cooperações. Portanto, faz-se necessário que a Universidade, especialmente no campo que reflete sobre a cidade, aponte os conteúdos e contradições do processo de produção do espaço, colocando em confronto os interesses de classes diferenciadas na sua produção, o que gera conflitos. Em outro plano localizam-se os conflitos que precisam ser desvendados nessa lógica, e em um terceiro plano, o projeto que surge do processo de alienação constitutivo da produção do espaço. A compreensão dos processos é fundamental num Instituto que pretende atuar e está em contato direto com a sociedade, dando centralidade ao “direto à cidade”. O direito à cidade localiza-se no plano utópico que questiona o Estado, as relações de classe, o mercado e a política, se institui no movimento da dialética do mundo, localizando-se na vida cotidiana, e decorrente do movimento aberto do real.

A preocupação, então, reside em reunir teoria e prática, reunião que, no entanto, deve-se estabelecer em uma dialética, não na autonomização dos termos. Com isso, o conhecimento que se pretende produzir objetiva a busca pela perspectiva crítica, e não o foco restritivo do crescimento econômico, do desenvolvimento social e da ideologia do progresso. Diante disso, o caminho é a análise das situações expressas na segregação em direção ao desvendamento das contradições que a sustentam: a concentração da propriedade privada da riqueza, negando a apropriação; a colagem entre os setores econômicos e o Estado contra o social; as políticas públicas como expressão da sociedade de classe.

Enfim, a criação de um novo Instituto que se depara com todas essas questões e está diante do desafio de refletir e escolher entre o caminho transformador que supere as mazelas sociais. Como observa Carlos Rodrigues Brandão: “A serviço do povo, no meio da luta, a educação pública não é o caminho nem a caminhada, mas sim os sinais da caminhada: mapas, informes, setas, estrelas e recursos de orientação, ou seja, os sinais que apontam para rumos já encontrados e apenas ajudam quem caminha a não errar a caminhada”<sup>1</sup>.

Oxalá, o IC nos próximos 25 anos da Unifesp consiga efetivar seu propósito de contribuir na orientação de caminhos que conduzam nossas cidades a serem mais solidárias, livres, diversas e socialmente justas.

- 
1. C. R. Brandão, “A Cultura do Povo, a Prática da Classe: Canções de Militância”, em *Anais da 1ª Conferência Nacional de Educação – Simpósio de Educação Popular*.



## **PARTE III**

# OUSADIA E DIVERSIDADE

# 1

## Ciência e Tecnologia nos 25 Anos da Unifesp

MARIMÉLIA PORCIONATTO

COMPILAR E DESTACAR AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES em ciência e tecnologia por pesquisadores da Unifesp nos últimos 25 anos é uma tarefa difícil, especialmente porque o legado dos anos anteriores, quando a Escola Paulista de Medicina (EPM) era uma escola isolada, é muito vasto<sup>1</sup>. Na atualidade, os temas abordados por pesquisadores da Unifesp vão desde estudos no nível molecular e celular até os complexos ecossistemas marinhos, e cobrem todas as grandes áreas do conhecimento. Dentro da abrangência de temas, um ponto que une os pesquisadores da Unifesp é o compromisso com a excelência na produção do conhecimento e com a qualidade dos produtos gerados, seja na forma de trabalhos científicos, novos produtos e processos, ou formação de recursos humanos.

A pesquisa científica de qualidade sempre foi uma das marcas da EPM. Ter a ciência e a produção de conhecimento como um dos pilares de sustentação norteou as atividades da EPM desde bem cedo, e essa tradição foi mantida com a transformação da EPM em universidade em 1994, e segue firme desde a expansão, iniciada em 2006.

Nas décadas que antecederam a transformação da EPM em universidade da área da saúde, o principal foco de pesquisa era em ciências biomédicas e da saúde. A pesquisa científica na EPM teve início com os professores Leal Prado e Ribeiro do Valle, no Laboratório de Farmacologia e Bioquímica, em 1947. Este foi o primeiro laboratório de pesquisa da EPM e dele foram originados os atuais departamentos de Bioquímica e Farmacologia. A instalação de um laboratório de pesquisa básica em uma escola médica alavancou a geração de conhecimento na área das ciências da saúde. Foi também na EPM que os primeiros cursos de pós-graduação do Brasil foram instituídos no início da década de 1970, sendo pioneiros e criando uma tradição de cursos de pós-graduação de excelência, que caminham lado a lado com ciência de alto impacto, nacional e internacionalmente.

Até 2005, último ano antes da expansão, a quase totalidade dos projetos de pesquisa desenvolvidos na Unifesp era em ciências da saúde e ciências biológicas, com uma pequena parcela de projetos na área de ciências humanas, como aponta o levantamento utilizando dados de financiamento de projetos de pesquisa pela Fapesp no período de 1992 a 2019 (Tabela 1). Após a expansão, houve incremento importante em outras grandes áreas do conhecimento, como as ciências humanas, ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas e engenharias, acompanhando a transformação da Unifesp, de universidade monotemática para universidade no sentido amplo.

Tabela 1 – Número de projetos financiados pela Fapesp e desenvolvidos na Unifesp entre os anos de 1992 e 2019

GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO	1992 A 2005		2006 A 2019	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Ciências da Saúde	1 094	60,7	1 279	39,6
Ciências Biológicas	642	35,6	921	28,5

Ciências Exatas e da Terra	11	0,6	290	8,9
Engenharias	5	0,3	115	3,5
Ciências Agrárias	2	0,1	34	1,1
Ciências Humanas	43	2,4	364	11,3
Ciências Sociais Aplicadas	1	0,1	44	1,4
Linguística, Letras e Artes	1	0,1	93	2,9
Interdisciplinar	2	0,1	89	2,8
TOTAL	1 801	100,0	3 229	100,0

Fonte: Biblioteca Virtual da Fapesp (<https://bv.fapesp.br/>).

A produção de artigos científicos por pesquisadores e estudantes da Unifesp passou de cerca de mil em 1994 para cerca de três mil em 2006, tendo ultrapassado a marca dos quatro mil trabalhos científicos publicados anualmente a partir de 2013. Esse crescimento no número de trabalhos publicados em revistas científicas, um dos principais índices da produção de uma instituição de pesquisa, é fruto da expansão da universidade, com a criação de novos grupos de pesquisa, novos programas de pós-graduação, atreladas à consolidação de grupos e programas estabelecidos há mais tempo.

## Impactos Científicos, Tecnológicos e Sociais da Ciência e Tecnologia Desenvolvida na Unifesp

Os grupos de pesquisa que já existiam na EPM quando ocorreu sua transformação em universidade da área da saúde são referências nacionais e internacionais em suas áreas. Pesquisadores atuantes nas ciências básicas e nas ciências aplicadas à saúde geram conhecimento, subsidiam a elaboração de processos e de políticas públicas, e formam pesquisadores e docentes que atuam tanto no Brasil quanto no exterior. O foco para ilustrar o impacto da pesquisa realizada na Unifesp será nos últimos 25 anos, sem nunca esquecer da trajetória dos mais de setenta anos desde a instalação do Laboratório de

Farmacologia e Bioquímica, pioneiro no cenário de pesquisa científica na EPM. Esse laboratório e os laboratórios e grupos que seguiram formam a base sólida sobre a qual acontece o desenvolvimento científico e tecnológico da Unifesp.

A partir de uma observação macro, sem focar em um ou outro grupo específico, é possível identificar que os grupos de pesquisa da Unifesp realizam uma combinação de ciência básica (ou ciência fundamental) com ciência aplicada (ou ciência com aplicação prática). Pesquisadores da Unifesp elucidaram diversos mecanismos celulares e moleculares do surgimento e desenvolvimento de doenças, mecanismos de resposta a infecções parasitárias, entre outros, e elucidaram estruturas moleculares de diversas biomoléculas, como a heparina, importante anticoagulante utilizado mundialmente<sup>2</sup>.

### *Contribuições e Impactos da Produção Científica na Medicina*

Desde o início da década de 1990, pesquisadores da Unifesp têm estudado o HIV, vírus causador da aids, ou síndrome de imunodeficiência adquirida, uma doença que já vitimou milhões de indivíduos no mundo. O HIV é um vírus que apresenta alta variabilidade genética, o que dificulta a produção de vacinas. Os diferentes tipos e subtipos de HIV (HIV-1, HIV-2 e subtipos A-K) começaram a ser identificados no final da década de 1980, sendo que o mecanismo de ação de todos é por meio da destruição do sistema imunológico da pessoa infectada. Pesquisadores da Unifesp identificaram pela primeira vez, em 2005, uma nova variação do HIV, que combina o material genético de dois subtipos distintos e com potencial epidêmico<sup>3</sup>. Os pesquisadores continuam buscando formas de tratamento mais efetivas e recentemente participaram de um estudo multicêntrico, envolvendo instituições de todo o Brasil, para realizar o primeiro estudo de uma coorte de quase quinhentos mil indivíduos em tratamento com agentes antirretrovirais para monitorar a transmissão de resistência ao tratamento<sup>4</sup>. Esse estudo é de extrema relevância nacional e internacional por possibilitar a detecção de transmissão de resistência aos antirretrovirais com o objetivo de diminuir a transmissão, bem como prever futuras tendências em outras regiões do mundo onde o tratamento antiviral massivo tem sido realizado.

A sepse é outro importante tema estudado por pesquisadores da Unifesp, que buscam contribuir, nacional e internacionalmente, com estudos que visam compreender os mecanismos fisiopatológicos dessa síndrome, caracterizada por um conjunto de manifestações graves no organismo, causadas por infecções sistêmicas. O Brasil tem uma taxa elevada de morte por sepse em UTI, com uma estimativa de que mais de 50% dos pacientes internados com sepse vão a óbito. Nessa linha, os pesquisadores da Unifesp, em conjunto com os colaboradores internacionais, realizaram um levantamento inédito em UTIs de 227 instituições de todo o país, identificando não haver diferença na taxa de mortalidade por sepse entre o sistema público e o privado<sup>5</sup>. A incidência de sepse é considerada um problema mundial, tanto que gerou a elaboração de uma resolução específica pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Os dados levantados pela pesquisa do grupo da Unifesp foram importantes para elaborar um plano nacional para a sepse.

Doenças tropicais, como doença de Chagas e malária, afetam milhões de pessoas no mundo. As primeiras estratégias de vacinação contra o causador da doença de Chagas, o parasita *Trypanosoma cruzi*, foram propostas no início na década de 1950, quando se tentavam produzir parasitas avirulentos por tratamentos químicos e radiação; posteriormente, o parasita liofilizado foi utilizado para imunização, porém sem grandes avanços. Em 2015, pesquisadores da Unifesp, em conjunto com pesquisadores de outras universidades e institutos de pesquisa do Brasil e do exterior, testaram com sucesso uma nova estratégia vacinal. O estudo foi realizado em camundongos e mostrou aumento de zero para 80% na sobrevivência dos animais infectados, reduziu a carga parasitária e reduziu também sintomas cardíacos<sup>6</sup>. Por iniciativa do mesmo grupo da Unifesp, foram iniciados estudos sobre a produção de uma vacina contra o *Plasmodium vivax*, causador da malária *vivax*, forma da doença com maior prevalência nas Américas<sup>7</sup>.

A busca por compostos bioativos produzidos por plantas e que apresentem diferentes ações biológicas é um tema amplamente explorado por laboratórios do mundo inteiro. Na Unifesp, diversos laboratórios têm vasto histórico de pesquisa dessa natureza. Pesquisadores isolaram e caracterizaram um composto denominado sakuranetina a partir da planta *Baccharis retusa* dc., da família *Asteraceae*, a mesma família de diversas plantas medicinais. A planta encontrada na região da Serra da Mantiqueira e

muito comum nas Américas do Sul e Central tem propriedades anti-inflamatória e antimicrobiana. Os estudos também mostraram que a sakuranetina tem atividade antiparasitária contra *Leishmania (L.) amazonensis*, *Leishmania (V.) braziliensis*, *Leishmania (L.) major*, *Leishmania (L.) chagasi* e *Trypanosoma cruzi*<sup>8</sup>. Os pesquisadores buscam outros compostos bioativos na vegetação a fim de fomentar o uso sustentável da biodiversidade de áreas remanescentes da Mata Atlântica do estado de São Paulo.

Uma importante contribuição muito recente de pesquisadores da Unifesp se deu no desenvolvimento de um método de detecção de biomarcadores que permite distinguir tumores benignos de malignos com base na expressão gênica. Esse método foi utilizado em um estudo da incidência de câncer de tireoide nos socorristas que realizaram os resgates do atentado de 11 de setembro de 2001 no World Trade Center, em Nova York<sup>9</sup>. O estudo realizado com os socorristas confirmou a acurácia da técnica desenvolvida pelos pesquisadores da Unifesp.

### *Contribuições e Impactos da Produção Científica na Agricultura e na Pesca*

Embora com foco na área de saúde humana, as pesquisas desenvolvidas na Unifesp abrangem temática ampla. Por exemplo, diversos grupos da Unifesp integraram a rede de laboratórios que realizou o primeiro sequenciamento completo de um fitopatógeno no mundo. A rede de laboratórios estabelecida em 1997 foi financiada pela Fapesp com apoio do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) e no curto prazo de dois anos realizou o sequenciamento de 2,7 milhões de bases do cromossomo da bactéria *Xylella fastidiosa*. Esse resultado foi publicado na prestigiosa revista *Nature*<sup>10</sup>. Esse projeto foi pioneiro no Brasil e contribuiu tanto para equipar laboratórios de biologia molecular como para formar recursos humanos. Além da contribuição para a ciência básica, no sentido de conhecer a sequência de bases do genoma da *Xylella*, os grupos têm buscado conhecer os mecanismos patogênicos da bactéria. Um bom indicador da contribuição do projeto inicial é o número de publicações sobre *Xylella fastidiosa*, que passou de 4-5 por ano até 1999 para cerca de 60 trabalhos científicos publicados anualmente, com um acumulado de quase 700 trabalhos publicados entre 1995 e 2019<sup>11</sup>. Esses

trabalhos abordam diferentes aspectos da biologia da bactéria, por exemplo a caracterização funcional e evolutiva de genes envolvidos na síntese da parede celular realizada por diferentes grupos, incluindo pesquisadores da Unifesp<sup>12</sup>. Do ponto de vista da utilização do conhecimento gerado pelos projetos derivados do projeto inicial, pesquisadores da área de citricultura consideram que o Projeto Genoma da *Xylella* foi um divisor de águas e que, a partir dele, foi possível reduzir, no estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro, o número de laranjeiras atacadas pela praga causada pela bactéria, conhecida como “amarelinho”, de 42% em 2008 para 3% em 2016<sup>13</sup>.

O sequenciamento do gene da citocromo c oxidase I, que está no DNA mitocondrial, foi utilizado por pesquisadores da Unifesp e colaboradores de outras instituições, para identificar espécies de raias capturadas por pescadores na região Sudeste do Brasil entre 2012 e 2018<sup>14</sup>. O estudo mostrou que 101 das 228 raias genotipadas pertencem a espécies ameaçadas de extinção globalmente, e que há proibição de pesca e comercialização de 131 delas. Cerca de 45% das amostras coletadas pertenciam a espécies que estão na lista vermelha de ameaça de extinção elaborada pela International Union for Conservation of Nature (IUCN) e quase 60% são protegidas por legislação do Ministério do Meio Ambiente. Os pesquisadores propõem que ferramentas de análises genéticas sejam utilizadas para realizar estatísticas pesqueiras e fomentar a elaboração de planos de manejo de pesca.

### *Contribuições e Impactos da Produção Científica no Meio Ambiente e Clima*

Se houver redução no ritmo de desmatamento das florestas tropicais, que hoje é de cerca de 7 mil km<sup>2</sup> por ano na Amazônia, em trinta a quarenta anos haverá uma grande perda acumulada, com aumento do processo de aquecimento global. Essa previsão está em trabalho publicado recentemente por pesquisadores de diversas instituições estrangeiras e brasileiras, incluindo a Unifesp. No estudo, os pesquisadores alertam que o processo de aquecimento pode ocorrer mais intensamente do que havia sido previsto por estudos anteriores, se o desmatamento em regiões tropicais não for reduzido<sup>15</sup>. O trabalho foi realizado por modelagem computacional em conjunto com dados coletados na floresta desde 2009. Com esses dados e o



modelo, foi possível estimar que, se hoje não houvesse mais florestas, a temperatura do planeta seria 1 °C mais alta.

O lixo eletrônico é um problema mundial, com uma estimativa de produção de 120 milhões de toneladas até 2050, segundo relatório apresentado pela Plataforma para Aceleração da Economia Circular (Pace) e da Coalizão das Nações Unidas sobre Lixo Eletrônico. O desenvolvimento de componentes elétricos biodegradáveis reduziria a quantidade de lixo eletrônico, além de serem altamente desejados para uso em dispositivos bioeletrônicos implantáveis, que devem ser biocompatíveis. Diante desse cenário, pesquisadores da Unifesp propuseram um supercapacitor cujos eletrodos são formados de peptídeos que se auto-organizam<sup>16</sup>. O trabalho ainda prevê que o supercapacitor poderia armazenar cerca de vinte vezes mais energia que seus análogos metálicos.

## Internacionalização da Unifesp no Âmbito da Ciência e Tecnologia

Os pesquisadores da Unifesp sempre realizaram ações de internacionalização, que incluem mobilidade de pesquisadores e estudantes tanto daqui para fora quanto de estrangeiros para cá, acordos de cotutela para desenvolvimento de teses, participação em redes internacionais de pesquisa, obtenção de financiamento à pesquisa por agências de fomento internacionais, entre outras atividades. Somente a Fapesp financiou mais de duzentos projetos de cunho internacional nos últimos 25 anos, além de financiamentos pelo CNPq, Capes e agências internacionais.

As atividades de pesquisa com colaborações internacionais fomentaram o ambiente propício à elaboração de um plano de internacionalização para a instituição. Conforme apresentado nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2011-2015 e 2016-2020, o grau de internacionalização da Unifesp ainda é menor do que o desejado e há muito espaço para crescimento. Nesse cenário, diversas ações têm sido realizadas no sentido de promover maior inserção internacional em ciência e tecnologia. Uma dessas ações foi a submissão de um projeto de internacionalização à Capes.

Em 2017, a Capes lançou o Edital n. 41/2017, referente ao Programa Institucional de Internacionalização, conhecido com Capes-Print, visando a seleção de projetos de internacionalização das instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Nessa ocasião, diversos grupos já discutiam abordagens multidisciplinares para temas identificados como relevantes no planejamento estratégico da pesquisa e pós-graduação da Unifesp. “*Big data e deep learning*”, “Cidades e desenvolvimento sustentável”, “Doenças tropicais e infecciosas”, “Inflamação”, “Promoção do bem-estar e enfrentamento de questões relacionadas à violência e ao uso de drogas”, “Longevidade”, “Neurociência, cognição e educação”, “Estudos da contemporaneidade” e “Oncologia” foram temas destacados para a elaboração do projeto institucional. Esses assuntos são temas da atualidade e serviram para nortear a política de internacionalização da Unifesp, pois congregam *expertise* dos pesquisadores da instituição, potencial de financiamento por diferentes agências, além de terem importante repercussão social. A Unifesp foi uma das 36 instituições selecionadas pela Capes para receber financiamento na primeira edição do Capes-Print<sup>17</sup>, cujo projeto aprovado contempla seis temas: “Doenças emergentes”, “Inflamação”, “Promoção do bem-estar”, “Longevidade”, “Neurociência, cognição e educação” e “Oncologia”. No Capes-Print, a Unifesp fez novas parcerias e estreitou as já existentes com instituições em 24 países: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Irlanda, Israel, Itália, México, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Suíça e Uruguai. A lista das mais de oitenta instituições estrangeiras com as quais os pesquisadores da Unifesp desenvolvem projetos de pesquisa, realizam missões, para as quais enviam e das quais recebem estudantes e pesquisadores inclui Harvard University, Massachusetts Institute of Technology (MIT), McGill University, Universidade do Porto, Weizman Institute of Science, University of Melbourne, Université Paris Diderot, Università di Padova, Oxford University, entre outras<sup>18</sup>.

Diversas ações entre missões de pesquisa, recebimento de pesquisadores estrangeiros, realização de cursos, seminários e simpósios foram efetivadas no âmbito do Capes-Print. O projeto tem vigência até 2023, e muitas atividades de internacionalização estão previstas para ocorrer nos próximos anos, promovendo ainda mais a internacionalização da Unifesp.

- 
1. Nota da autora: este capítulo foi escrito com o intuito de ilustrar, nas atividades de ciência e tecnologia, a transição de uma universidade da área da saúde, com produção científica e tecnológica quase exclusivamente de temas dessa grande área do conhecimento, para uma universidade com pesquisa em virtualmente todas as grandes áreas de conhecimento. Os exemplos de projetos e produção científica citados neste capítulo devem ser compreendidos como exemplos da transição, e não foram, em nenhum momento, elencados por serem considerados superiores a outros não mencionados. O capítulo pretende ser uma análise qualitativa e reflexiva do caminho percorrido pela Unifesp nestes últimos 25 anos.
  2. H. B. Nader *et al.*, “Heparins and Heparinoids: Occurrence, Structure and Mechanism of Antithrombotic and Hemorrhagic Activities”, *Current Pharmaceutical Design*, vol. 10, n. 9, 2004.
  3. D. J. Sá Filho *et al.*, “Analysis of Full-length Human Immunodeficiency Virus Type 1 Genome Reveals a Variable Spectrum of Subtypes B and F Recombinants in São Paulo, Brazil”, *Aids Research and Human Retroviruses*, vol. 21, n. 2, 2005.
  4. M. B. Arruda *et al.*, “Brazilian Network for HIV Drug Resistance Surveillance (HIV-BresNet): A Survey of Treatment-naïve Individuals”, *Journal of the International Aids Society*, vol. 21, n. 3, 2018.
  5. F. R. Machado *et al.*, “The Epidemiology of Sepsis in Brazilian Intensive Care Units (the Sepsis Prevalence Assessment Database, SPREAD): An Observational Study”, *The Lancet Infectious Diseases*, vol. 17, n. 11, 2017.
  6. J. Ersching *et al.*, “The Combined Deficiency of Immunoproteasome Subunits Affects Both the Magnitude and Quality of Pathogen- and Genetic Vaccination-Induced CD8<sup>+</sup> T Cell Responses to the Human Protozoan Parasite *Trypanosoma cruzi*”, *PLoS Pathog*, vol. 12, n. 4, 2016.
  7. *Idem, ibidem.*
  8. S. S. Grecco *et al.*, “In Vitro Antileishmanial and Antitrypanosomal Activities of Flavanones from *Baccharis Retusa* Dc. (Asteraceae)”, *Experimental Parasitology*, vol. 130, n. 2, 2012.
  9. M. A. G. van Gerwen *et al.*, “Molecular Study of Thyroid Cancer in World Trade Center Responders”, *International Journal of Environmental Research Public Health*, vol. 16, n. 9, 2019.
  10. A. J. Simpson *et al.*, “The Genome Sequence of the Plant Pathogen *Xylella Fastidiosa*. The *Xylella Fastidiosa* Consortium of the Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis”, *Nature*, vol. 406, n. 6792, 2000.
  11. Mais informações em National Center for Biotechnology Information.
  12. V. C. Alencar *et al.*, “Functional and Evolutionary Characterization of a UDP-Xylose Synthase Gene from the Plant Pathogen *Xylella Fastidiosa*, Involved in the Synthesis of Bacterial Lipopolysaccharide”, *Biochemistry*, vol. 56, n. 5, 2017.
  13. Mais informações em “Incidência de ‘Amarelinho’ nos Laranjais Paulistas Cai Drasticamente”, *Agência Fapesp*, 17 jul. 2016.
  14. B. L. da S. Ferrette *et al.*, “DNA Barcode Reveals the Bycatch of Endangered Batoids Species in the Southwest Atlantic: Implications for Sustainable Fisheries Management and Conservation Efforts”, *Genes (Basel)*, vol. 10, n. 4, 2019.
  15. C. E. Scott *et al.*, “Impact on Short-lived Climate Forcers Increases Projected Warming Due to Deforestation”, *Nature Communication*, vol. 9, n. 1, 2018, p. 157.
  16. G. Colherinhas *et al.*, “Storing Energy in Biodegradable Electrochemical Supercapacitors”, *acs Omega*, vol. 3, n. 10, 2018.
  17. Para a lista completa de instituições contempladas, consultar o *site* da Capes.

18. A lista completa de universidades estrangeiras parceiras da Unifesp no projeto Capes-Print pode ser consultada no *site* da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Capes-Print.

# 2

## Formação de Professores para a Educação Básica na Unifesp: Desafios de um Projeto em Construção

CÉLIA MARIA BENEDICTO GIGLIO • MARIA ANGÉLICA PEDRA MINHOTO • VERILDA SPERIDIÃO  
KLUTH

### Introdução

A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PROFESSORES para a educação básica no Brasil pode ser considerada relativamente recente e encarada como uma política pública, um fato datado, resultante principalmente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e dos Planos Nacionais de Educação (PNE), que ensejaram dar consequências práticas ao previsto na lei<sup>1</sup>.

A visão restrita da docência para a escola elementar e secundária, baseada em uma concepção empirista que visava apenas o conhecimento dos conteúdos do ensino e a observação de mestres experientes, é paulatinamente superada na República, compreendida a docência como uma *função pública* estratégica. Do ponto de vista das políticas públicas, a formação de professores torna-se um problema nacional e governamental, materializado num alto grau de regulação que busca, a cada tempo, imprimir as tendências próprias dos interesses predominantes na sociedade. “A identidade do professor, pelo seu potencial na produção de uma determinada moral individual, crucial para o estabelecimento ou reformulação dos objetivos econômicos, sociais e culturais definidos, torna-se um alvo efetivo por parte do estado”<sup>2</sup>.

O contexto de implantação das Licenciaturas na Unifesp encontra-se na confluência de interesses sociais e políticos do estado, atrelados à necessidade e ao interesse da Universidade em sua expansão. Este capítulo relata o percurso de criação e implantação das primeiras quatro Licenciaturas iniciadas em 2006 e sua expansão até 2010, chegando hoje a nove cursos, oito deles na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) – *Campus Guarulhos* e um no Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF) – *Campus Diadema*.

Considerando os 25 anos de existência da Unifesp, registra-se aqui a memória desse percurso que compreende treze anos desde a criação das primeiras Licenciaturas que, junto dos Bacharelados instituídos na EFLCH, são herdeiras também de um legado institucional cuja origem remonta à Escola Paulista de Medicina (EPM), federalizada em 1956, e transformada em 1994 na Unifesp.

As áreas da Educação e da Saúde – que estão na origem da instituição – foram retratadas na fala do professor Jamil Cury, de 2007, em aula inaugural, ocorrida no *Campus Guarulhos* no início de suas atividades letivas, como *irmãs gêmeas*:

Profissionais da saúde e profissionais da educação são como Castor e Pólux, uns dependem dos outros e nasceram, ambos, com a finalidade de, progredindo em seus campos de conhecimento, encontrarem-se no terreno de combate às carências humanas e na busca de ampliar a felicidade dos homens. É do caráter simbólico desse nascimento gemelar que faz da educação e da saúde irmãos gêmeos, divinos e mortais, específicos e complementares [...]<sup>3</sup>.

Lembrando do caráter social implicado nessas áreas, em sua preleção o professor retoma o direito à educação como o direito social que faculta o acesso a outros direitos e permite a organização em torno da luta por eles.

A Unifesp, portanto, ao inaugurar as Licenciaturas, compromete-se com a formação de quadros não apenas para prosseguirem nas carreiras acadêmicas universitárias com sólida formação teórica, mas também para atuarem na educação básica como docentes e gestores; nessa implantação, acena a construção de um projeto de formação de educadores inclusivo, que tem na educação pública e na aproximação entre a escola básica e o ensino superior metas cujo processo de implementação é aqui narrado na visão das autoras.

Iniciando pelos registros históricos que demarcam a criação desses cursos, o capítulo apresenta o processo de implantação das Licenciaturas e as relações estabelecidas entre elas e os Bacharelados associados; narra as sucessivas aproximações de um modelo de formação de professores que tensiona a tradição de modelos que predominaram no cenário nacional até a edição de diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, em 2015. Novos arranjos locais na organização das Licenciaturas ainda em disputa, ousadia na superação da formação disciplinar, inovações na formação prática dos licenciandos e ampliação das responsabilidades quanto à formação continuada de profissionais da educação, envolvendo não apenas a graduação, são objeto deste capítulo, que faz uso de fontes documentais institucionais e das memórias que marcam esse percurso.

A produção de uma política institucional de formação de professores na Unifesp, como processo, traça as distintas características dos projetos pedagógicos existentes considerando as políticas curriculares que vêm impactando a educação básica no Brasil, num movimento de aprofundamento da regulação e dos controles estatais sobre essa formação. Ao mesmo tempo, é impactada pela política nacional que tem nas universidades federais uma rede de sustentação para o desenvolvimento de amplo e audacioso projeto de formação inicial e continuada dos educadores das redes públicas de ensino em resposta às metas do PNE no período de 2007 a 2016<sup>4</sup>.

Não restrita à formação de professores na graduação, a Unifesp atua também na formação continuada de professores e gestores escolares, desenvolvendo ações de extensão e programas de pós-graduação,

desenhando um projeto sistêmico que articula formação teórica e prática, em que a produção do conhecimento na área ganha expressão e importância pública.

## Abertura das Licenciaturas no Âmbito da Política Nacional de Formação de Professores

A abertura dos quatro primeiros cursos voltados à formação de professores para a educação básica na Unifesp ocorreu em 2007, no âmbito da política de expansão das instituições federais de ensino superior, com o Programa *Expandir*, da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), iniciado em 2003 e considerado a primeira fase do processo. A aprovação dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia ocorreu em reunião do Conselho Universitário (Consu), no dia 14 de dezembro de 2005<sup>5</sup>, para serem instalados em um novo *campus* localizado na cidade de Guarulhos.

No Projeto Pedagógico Institucional da Unifesp, tornado público em 2006, antes, portanto, do início efetivo dos cursos em 2007, há uma seção destinada aos propósitos da expansão da universidade, em que a instalação do novo *campus* em Guarulhos é considerada o início do compromisso institucional “com outras áreas de conhecimento, incorporando as Ciências Humanas”<sup>6</sup>.

Em relato sobre o trabalho de definição dos cursos e de suas estruturas curriculares, feito em reunião do Consu de novembro de 2006<sup>7</sup> pela primeira diretora acadêmica do novo *campus*, a Profa. Dra. Cynthia A. Sarti mencionou a criação de uma Comissão na Pró-reitoria de Graduação (ProGrad), em 2005, composta de professores das áreas de humanidades da Unifesp, para debater a formação do *campus*. Nesse âmbito, foram definidas as quatro graduações, posteriormente aprovadas pelo MEC. Como desafios institucionais, a professora salientou a implantação de graduações cujas áreas de conhecimento eram distintas das existentes até então e o funcionamento no turno noturno, ambos estranhos à cultura da Universidade. Informou também que a comissão, junto com a ProGrad e a ajuda de professores da Unesp, Unicamp, USP, UFSCar e PUC, *montou o modelo curricular* dos referidos cursos, com dois eixos que compunham a ideia das quatro áreas, dando,



segundo ela, solidez para receber os professores com algo estruturado e pronto. Logo após esse trabalho, foram compostas as bancas para realização dos primeiros concursos públicos para contratação dos novos docentes.

As demais Licenciaturas, em Letras (2009) e Ciências (2010), foram aprovadas pelo Consu já no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)<sup>8</sup>, que teve início em 2008. Naquela reunião, o então pró-reitor de graduação, Prof. Luiz Eugênio A. de Moraes Mello, esclareceu que a proposta de adesão ao Reuni tinha sido fruto de vários debates no Conselho de Graduação e nos diversos *campi* da Unifesp, desde o primeiro semestre daquele ano, e propôs aos conselheiros que votassem a criação dos novos cursos, entre eles a Licenciatura em Ciências, no *campus* Diadema, e o curso de Letras, no *campus* Guarulhos.

Previsto como ação estratégica no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo então ministro Fernando Haddad, o propósito do Reuni foi o de viabilizar a reestruturação das universidades federais, ampliando a formação de quadros superiores no sentido de incrementar o desenvolvimento econômico e social do país, quebrando com a “falsa oposição entre educação básica e ensino superior” no que diz respeito à direção do investimento público. De acordo com o ministro, os recursos voltados eminentemente à educação básica, até 2003, tinham produzido como consequência a “falta de professores com licenciatura para exercer o magistério e alunos do ensino médio desmotivados pela insuficiência de oferta de ensino gratuito nas universidades públicas”<sup>9</sup>. Considerando isso, o PDE destacou a importância da formação de professores nos seguintes termos:

A formação inicial e continuada do professor exige que o parque de universidades públicas se volte (e não que dê as costas) para a educação básica. Assim, a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores, o que decorre diretamente das oportunidades oferecidas aos docentes. O aprimoramento do nível superior, por sua vez, está associado à capacidade de receber egressos do nível básico mais bem preparados, fechando um ciclo de dependência mútua, evidente e positiva entre níveis educacionais<sup>10</sup>.

A vinculação do Reuni à política nacional de formação de professores também está evidenciada no Relatório de um ano do Programa, ao acentuar os seus propósitos: “ênfase especial na interiorização que, em conjunto com a

oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação representam pontos fundamentais para a mudança do panorama atual do ensino superior”<sup>11</sup>.

Além disso, diante dos resultados do Censo Escolar de 2007, o MEC mostrou-se igualmente preocupado com o fato de haver cerca de seiscentos mil professores em exercício na educação básica pública sem diploma de graduação ou com diplomas em áreas de atuação distintas das Licenciaturas em que se formaram. Como remédio para reverter situação tão imprópria, o ministro contava com o Programa; em suas palavras: “o Reuni aumentou em 120% as licenciaturas nas federais”<sup>12</sup>.

Na Unifesp, provavelmente, não foi por outro motivo que o pró-reitor de graduação tenha levado à votação no Consu, em julho de 2006<sup>13</sup>, o estabelecimento de cotas para professores oriundos do ensino público dos municípios de Diadema e Guarulhos, para os cursos de Biologia, Ciências Sociais, Filosofia, História, Pedagogia e Química. Na reunião, o assunto foi bastante discutido e a proposta foi aprovada no mérito, entretanto não há notícia de que tenha se tornado realidade.

A novidade e o estranhamento trazidos com a expansão no que toca à formação de professores podem ser percebidos, de certa forma, pela brevidade com que as Licenciaturas são tratadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015. No documento institucional, há um item inteiro dedicado à sua expansão, porém limita-se à simples menção da existência da Licenciatura em Ciências no *Campus* Diadema e a “forte presença das licenciaturas nos cursos do *campus*” Guarulhos<sup>14</sup>.

O solo que recebeu o curso de Ciências – Licenciatura, iniciado em 2010, no *Campus* Diadema, foi idealizado em torno de objetivos expressos na apresentação do *campus*, realizada pela Profa. Dra. Virgínia Berlanga Campos Junqueira, como sendo: formar profissionais altamente qualificados em Ciência, Biologia, Engenharia Química e Ciências Farmacêuticas, tanto científica como tecnicamente; desenvolver pesquisas de fronteira em Ciência e Tecnologia; estabelecer cursos e programas de educação/capacitação científica para professores do ensino fundamental e médio e para divulgação de Ciência multimídia; e criar fortes vínculos de cooperação com as políticas

educacional, cultural, de saúde, proteção ambiental e industrial do município de Diadema e cidades circunvizinhas (ABCD).

Vê-se, nesses objetivos, levando em conta a formação de professores da escola básica, a clara pretensão de promover a formação continuada atrelada a intenções educacionais que impulsionassem a divulgação da ciência e junto com isso os propósitos sociais educacionais da saúde e do meio ambiente cultivados nos cursos de graduação e nos avanços da pesquisa e da tecnologia. Esse modo de compreender a formação continuada de professores como um meio para a divulgação dos resultados científicos com a finalidade de desenvolvimento social foi complementada e fortificada com a possibilidade de criar um curso de graduação que tratasse das Ciências, já desenvolvidas no *Campus* Diadema, de modo diferenciado, levando em conta os objetivos iniciais. Nota-se, assim, um panorama lógico arquitetado no mar de certezas científicas, bem-intencionadas, derramadas no ambiente educacional que deveria responder a todos os quesitos que a profissionalidade de ser professor requer. Quesitos que vão muito além daqueles postos nos objetivos iniciais do *campus*.

Dessa forma, as motivações primeiras para a criação de uma Licenciatura em Ciências para formar professores altamente qualificados, embora fossem necessárias, não eram suficientes, pois serviam à Ciência, à sua divulgação e a propósitos sociais aos quais as ciências da natureza poderiam dar respostas. Porém não contemplavam aspectos advindos de outras motivações que se intersectam no campo da formação inicial de professores, como aquelas que dizem respeito ao sistema educacional em seu mais amplo sentido, que alcança o desenvolvimento do humano e faz dele seu principal foco.

A limitação no tratamento das Licenciaturas, no PDI 2011-2015, é superada no PDI 2016-2020; resultado tanto da breve – porém intensa – experiência acumulada dos primeiros cursos e da implementação dos que se seguiram quanto da indução de políticas nacionais operacionalizadas a partir da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Sesu do MEC, da Capes e sua Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Item: 2.2.1.1 O princípio de convergência na Graduação da Unifesp: [...]

4. A criação do Comitê Gestor de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Comfor-Unifesp), que vem permitindo a aproximação entre docentes das

Licenciaturas e outras áreas básicas, propondo debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e planejando a oferta de cursos de formação continuada. Com orçamento significativo, em 2014, o Comfor destinou mais de 70% para recursos humanos e de capital, o que tem produzido impacto direto no funcionamento interno da Unifesp e não apenas para as suas iniciativas. O Comfor tem partilhado os recursos e as experiências adquiridas com outras iniciativas da universidade que possuem o mesmo escopo, articulando e ampliando os seus benefícios<sup>15</sup>.

Item 2.3 Aspectos transversais para o desenvolvimento acadêmico:

2.3.3 Formação de professores da Educação Básica:

A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, no ano de 2009, ofereceu as bases para a organização da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para as redes públicas de ensino, definindo princípios, objetivos e uma arquitetura de organização colaborativa. Ações efetivas que demarcaram essa política, sob o protagonismo da Capes até então, podem ser compreendidas pela análise dos inúmeros Programas e exigências que foram instaladas nos anos subsequentes ao decreto<sup>16</sup>.

Considerando a indução de políticas nacionais, a Unifesp e suas Licenciaturas responderam positivamente a vários programas e ações. Voltados para a formação inicial nas Licenciaturas e fomentados pela Capes, a instituição participou do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), de 2007 a 2016; do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), de 2012 até o momento atual; do Observatório da Educação (Obeduc), desde 2010<sup>17</sup>; do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (Life), em 2012; assim como do Programa Novos Talentos, entre 2014 e 2015<sup>18</sup>.

Voltado para a formação continuada na pós-graduação, fomentado também pela Capes, a Unifesp aderiu ao Programa de Mestrados Profissionais em rede para Professores da Educação Básica Pública (Proeb), que é desenvolvido nas áreas de Matemática nos *Campi* de São José dos Campos e Diadema, e de História no *Campus* Guarulhos.

No âmbito da formação continuada de profissionais da educação básica a SEB-MEC instituiu uma Rede Nacional de Formação (Renafor), à qual a Unifesp aderiu em 2013, atuando na extensão com a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização entre os anos de 2014 e 2017. Para essa iniciativa, e por exigência legal, a Unifesp criou o Comfor com sede na

ProGrad, e que congrega representações permanentes das Pró-reitorias de Graduação, Extensão e Cultura, e Pós-graduação e Pesquisa, além das nove Licenciaturas da Unifesp.

Como instância formalmente concebida para articular e viabilizar parte da política nacional de formação, o Comfor passou a ser responsável, no âmbito da instituição, por assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, pela gestão de recursos recebidos por meio do apoio financeiro previsto, bem como pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica.

O Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, revogou o Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009<sup>19</sup>, mantendo a estrutura de colaboração entre os entes federados e a existência de um Comitê Gestor Nacional e Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica. Em São Paulo, a Unifesp participou das tratativas de instalação desse fórum junto com as demais universidades públicas do estado e dele tomou assento em junho de 2009<sup>20</sup>. No âmbito das Instituições Federais de Ensino, o Comitê Gestor Nacional instituiu Comitês Gestores Institucionais já em 2013, dando origem ao Comfor-Unifesp. O cenário da política em âmbito nacional no ano de 2019 deixa dúvidas sobre a continuidade dessa rede instituída pelo decreto de 2016<sup>21</sup>.

Aproximando-se do que, nas últimas décadas, os estudos e pesquisas sobre o campo de formação de professores vinham apontando, a política nacional, ao declarar seu compromisso com a valorização do magistério e a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas de todo o país, corroborou a importância de estabelecer um vínculo mais estreito entre as instituições de ensino superior formadoras e as escolas públicas, e, em 2015, pela Lei n. 13.174, foi agregado ao art. 43 da LDB de 1996 – que trata das finalidades do ensino superior – o inciso VIII: “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”.

Diante dessa análise, a existência de programas de pós-graduação na universidade, como o Programa de Pós-graduação em Educação, o Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência e o Programa de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, além dos mestrados profissionais nas áreas de Matemática e História, das diversas formas de organização dos estágios, como o Programa de Residência Pedagógica do curso de Pedagogia da EFLCH, da criação do Fórum de Licenciaturas em Guarulhos, e, extrapolando as questões endógenas da formação inicial, o desenvolvimento e a posterior institucionalização do Centro de Formação de Educadores (Cefe) em Diadema, além de outras ações disseminadas na universidade voltadas para a formação continuada de profissionais da educação, revelam que a Unifesp não apenas respondeu positivamente à indução das políticas, mas implementou na instituição inovações que constituem evidências do contínuo esforço na realização dessa responsabilidade social e institucional. Exemplo de inovação é o Programa de Residência Pedagógica do curso de Pedagogia, cuja metodologia foi desenvolvida desde 2007, resultando em experiência pioneira reconhecida na formação de professores em todo o país.

Assim, tendo em consideração tais demandas relacionadas ao compromisso da Unifesp com a formação de professores da educação básica, a produção de conhecimento e inovação no campo, é necessário e urgente estabelecer um debate interno no sentido da produção de diretrizes gerais para a formação de professores na instituição que possam balizar as decisões, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação institucional. O debate não deve se restringir ao modo de atender às demandas de indução, mas extrapolar esse limite, interrogando-se sobre a política de formação de professores que a Unifesp em seu conjunto realiza e sobre o projeto de uma política institucional que deve nortear as ações e adesões no que tange à formação de professores para a educação básica, tanto no contexto interno à universidade quanto na participação institucional no contexto das políticas nacionais.

Projetos Político-Pedagógicos Iniciais das Licenciaturas e as Alterações Propostas com a Chegada dos Docentes

## Vinculados aos Cursos

O *Campus* Guarulhos, que sedia a EFLCH, inaugura os primeiros quatro cursos que darão nascimento à formação de professores para a educação básica na Unifesp: Filosofia, Ciências Sociais, História e Pedagogia. Concebido em sua estrutura acadêmica como um projeto pedagógico arrojado, instituiu unidades curriculares chamadas *domínio conexo*, destinadas a uma formação integrada no campo das Ciências Humanas em todos os cursos. A base da integração foi o estabelecimento de domínios conexos obrigatórios de Filosofia e Língua Estrangeira, dos quais participariam os estudantes de todos os cursos em turmas mistas. Retomando a proposta do *campus* e revisitando as primeiras matrizes curriculares dos cursos, é perceptível a forma incipiente de tratamento dado à formação de professores e às consequências práticas do modelo de organização curricular.

O currículo dos quatro cursos está organizado em torno de três eixos: disciplinas obrigatórias (formação específica), disciplinas de domínio conexo (formação complementar) e disciplinas optativas (formação livre). Entre as disciplinas obrigatórias, comuns à proposta curricular dos quatro cursos, estão uma disciplina de Leitura e Interpretação de Textos e uma disciplina introdutória de Filosofia Geral, ambas ministradas por professores do curso de Filosofia; além de duas disciplinas semestrais de inglês ou francês, cuja escolha fica a critério do estudante.

As matrizes curriculares dos cursos estão estruturadas de forma a permitir aos alunos o acesso aos textos originais das distintas tradições de pensamento destas áreas, além da bibliografia crítica especializada produzida em diferentes contextos acadêmicos. Para isto, o estudo de línguas estrangeiras (francês e inglês) foi incluído como parte das disciplinas obrigatórias de todos os cursos [...].

Para a licenciatura dos quatro cursos, haverá um Programa Integrado de Estágios, coordenado por, pelo menos, um professor de cada um dos cursos<sup>22</sup>.

É de fato na implementação dos cursos, na operacionalização do projeto da Escola e no atendimento ao previsto na legislação específica – incluindo aí também o perfil de contratação inicial dos docentes – que se materializaram os desafios de construção das Licenciaturas.

O curso de Pedagogia – Licenciatura implantado na Unifesp em 2006 teve seu formato original já baseado na Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu novas diretrizes curriculares para o curso de Graduação

em Pedagogia – Licenciatura. A grande novidade foi a transformação do curso de Pedagogia de um Bacharelado que formava especialistas em educação em uma Licenciatura, como se percebe em sua denominação. Passa então a assumir-se como uma Licenciatura que habilita à docência na educação infantil (creche e pré-escola) e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º), além de preparar para o campo da gestão educacional.

Os demais cursos implantados no *Campus* Guarulhos, em seus inícios, tiveram seus projetos pedagógicos voltados para a formação do bacharel e contemplaram as Licenciaturas como uma espécie de formação suplementar, que para se realizar agregava ao currículo do Bacharelado o cumprimento de duas unidades curriculares de *domínio conexo* no curso de Pedagogia, por escolha dos estudantes, o cumprimento de estágios obrigatórios, além de disciplinas denominadas Laboratório de Ensino e Pesquisa I, II e III (Monografia), constantes igualmente do currículo de Bacharelado.

As diretrizes curriculares desses cursos tratam do Bacharelado e remetem os aspectos específicos das Licenciaturas nas áreas correlatas ao atendimento que na época teve centralidade na Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. No entanto, outras normas que regulavam as Licenciaturas encontravam-se dispersas, dificultando a compreensão das especificidades de organização desses currículos. Ancorados ainda no modelo que deu origem ao “esquema 3 + 1” – isto é, três anos de curso voltados para a formação na área específica e um ano voltado à formação para a docência – e interpretando a formação concomitante como formação “integrada”, previam dupla diplomação: como bacharel e como licenciado, até 2010.

O curso de Letras implementado já no âmbito do Reuni foi aprovado e criado em 2009, iniciando suas atividades em 2010. “A licenciatura oferece habilitação simples (português) e habilitação dupla (português/espanhol, português/francês e português/inglês) e funciona nos turnos vespertino e noturno”<sup>23</sup>. As chamadas *habilitações* em 2010 deram origem a quatro novos cursos de Licenciatura.

O desenho original do curso, em 2009, contou com a participação dos docentes do *campus* que atuavam na área de línguas estrangeiras e com assessoria externa, liderados pela Profa. Dra. Olgária Matos e pela diretora



do *campus* Profa. Dra. Cynthia Sarti. Nesse momento, também o Conselho de Graduação havia instituído a Comissão de Análise de Projetos Pedagógicos de Curso (CAPPCC), cujo objetivo era o de assessorar a ProGrad e o Conselho de Graduação em questões referentes a Projetos Pedagógicos dos novos cursos e também na revisão de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) daqueles já em andamento. A nova versão do PPC, em 2010, agrega aspectos apontados anteriormente, porém mantém a denominação “habilitação” para as quatro Licenciaturas, acessíveis após concluída a Área Básica de Ingresso (ABI), que apenas em 2015 será de fato configurada<sup>24</sup>.

No mesmo período, o *Campus* de Diadema dá início ao curso de Ciências – Licenciatura. Pode-se considerar a concepção e proposição dessa licenciatura na Unifesp como sendo a mais ousada, enquadrando-se no campo das inovações viabilizadas pelo Reuni e que, como outras também criadas no país, permanece considerada uma experiência piloto pelas características de uma formação polivalente na área das Ciências, ainda sem respaldo normativo<sup>25</sup>. Sua característica fundamental está na ruptura com a formação disciplinar unitária no campo das Ciências e na busca da promoção de uma formação global do professor em Ciências, a partir de “uma sólida formação científica em diversas áreas do conhecimento (sobretudo Física, Química, Biologia e Matemática), aliada a uma igualmente sólida formação em Humanidades, necessária à sua formação docente”, como se verifica no sítio do curso:

O desafio central da proposta curricular do curso é a ruptura com os modelos disciplinares tradicionalmente rígidos e a busca por um projeto de formação em Ciências apoiada na integração de diferentes conhecimentos, das mais diversas áreas e com amplo leque de atuações profissionais. Essa integração implica pensar em novas interações no trabalho em equipe, configurando trocas de experiências e saberes, numa postura de respeito à diversidade e à cooperação, de modo a se buscarem práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercícios permanentes de diálogo<sup>26</sup>.

Conforme registra o projeto de implantação da Licenciatura em Ciências no ICAQF em 2008, os primeiros idealizadores do curso, liderados pela diretora do *campus*, Profa. Dra. Virgínia B. C. Junqueira, e pelo Prof. Dr. Etelvino José H. Bechara, consideraram os resultados da pesquisa intitulada *Percepção Pública da Ciência e Tecnologia*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que afirmava: “Os brasileiros têm fome de

ciência. O levantamento mostra que o interesse por assuntos científicos e tecnológicos no país é maior do que moda, política, arte e cultura”, em que 37% dos entrevistados declaravam que a falta de interesse em ciência originava-se no fato de não compreenderem o assunto.

Os cursos de licenciatura em ciências frequentemente oscilam entre cursos com evidente desequilíbrio curricular, favorecendo as pedagógicas em detrimento daquelas com conteúdo científico (ensinar bem, mas o quê?) e licenciaturas que, na verdade, são bacharelados em ciências complementados por disciplinas pedagógicas que resultam na atração dos formandos pela Indústria que lhes oferece salários mais compensadores<sup>27</sup>.

Desse fator externo, acrescido dos objetivos do *campus* e da convicção educacional que segue descrita acima, nasce o ensejo de inovar, de criar um curso que desse vazão ao conhecimento represado na formalização científica, tornando-o inteligível a toda a população, tendo como meio, protagonista e difusor o professor, que, ao ser bem formado numa trajetória curricular interdisciplinar e transdisciplinar, se licenciasse sabedor de ciência, podendo com isso minimizar o analfabetismo científico da população.

A narrativa mostra a crença, entre os idealizadores do curso, de que “os professores de ciências devem ser os representantes da comunidade científica em suas classes de aula”, que é uma clara mensagem de que esses professores devem ser capazes de absorver e analisar os progressos da ciência e da tecnologia e dispor de oportunidades para atualizarem seus conhecimentos<sup>28</sup>. Com isso, é possível inferir que o que caracterizaria o formador de professor seria o fato de quão bem ele representasse a comunidade de pesquisadores de sua área, ele próprio sendo o primeiro mensageiro dessa jornada. Isso vai se revelar nos editais dos primeiros concursos.

Nota-se, no projeto de implantação do curso, compreensão similar à anunciada pela pesquisa do IBGE, e talvez de outras, de que o desinteresse da população pela ciência poderia e deveria ser superado pela formação do professor para a educação básica. Uma tarefa, que por si só, é de extrema complexidade. O desafio estava posto, a chance de inovar era real e a comissão primeira do curso de Ciências não mediu esforços para concluir seus objetivos.

O PPC de Ciências (2008) teve inspiração no modelo curricular de um Bacharelado – o curso de Ciências Moleculares da USP<sup>29</sup> – para conceber o projeto de formação de professores para os ensinos fundamental e médio, em quatro áreas: biologia, física, química e matemática, cuja principal característica do egresso é que os professores da escola básica:

[...] transitem facilmente, com conteúdo e segurança, entre estas quatro áreas do conhecimento durante sua atividade docente, possibilitando-lhes a abordagem interdisciplinar dos programas específicos de sua disciplina em sala de aula e diálogo e cooperação com os professores das outras disciplinas no desenvolvimento de projetos integradores do conhecimento científico<sup>30</sup>.

Para atingir o perfil almejado do egresso, a matriz curricular foi composta de: Núcleo de Ciências Físicas e Biológicas; Núcleo de Humanidades; Núcleo de Pedagogia; Núcleo de Aprofundamento em Matemática/ou Física/ou Química/ou Biologia; e Núcleo de Atividades Científico-Culturais, distribuídos como um bloco de unidades curriculares comuns a todos os alunos e um bloco específico à escolha do licenciando a partir do quinto semestre.

Considerando o breve histórico dos nove cursos de Licenciatura hoje existentes na Unifesp, pode-se verificar que a abertura às Ciências Humanas e nela a formação de professores para a educação básica tornaram visível o estranhamento à presença das Licenciaturas no rol dos cursos que inauguraram os novos *campi*. A ausência de tradição no campo por parte da universidade consolidada na área da saúde e a “quase imposição” da implantação dos cursos de Licenciatura onde foram abertos Bacharelados associados ao currículo da educação básica – tendo em vista a política nacional de formação de professores já instituída e as metas do PNE – contribuíram para tensionar as relações no interior dos *campi*; demandaram e ainda demandam diálogo e cooperação entre equipes docentes e o desenvolvimento de uma política institucional de formação de professores e profissionais da educação básica que reconheça a importância social, cultural e política das Licenciaturas como uma questão estratégica do sistema de ensino brasileiro.

## Planejamento e Contratação do Corpo Docente das Licenciaturas

O processo de implantação das Licenciaturas sofreu as mesmas dificuldades e desafios da implantação dos Bacharelados desde a expansão da Unifesp. Os primeiros quatro cursos da EFLCH, envolvendo também as quatro Licenciaturas, contaram com a previsão de quarenta vagas novas iniciais (2006) e outras programadas para 2007 e 2008, assim distribuídas:

Curso de Filosofia: 9 professores adjuntos e 1 professor visitante; curso de Ciências Sociais: 12 professores adjuntos e 1 professor associado; curso de História: 9 professores adjuntos; curso de Pedagogia: 8 professores adjuntos e 1 professor adjunto comissionado. 2 professores de Línguas (inglês e francês). Vagas previstas para 2007: 24 vagas. (5 para Filosofia, 4 para Ciências Sociais, 5 para História, 6 para Pedagogia e 4 para línguas). Vagas destinadas ao *Campus Guarulhos* (Pré-Reuni): 100<sup>31</sup>.

Considerando o processo de liberação e destinação de 64 das 100 vagas docentes já destinadas ao *Campus Guarulhos* e previstas na expansão para os cursos iniciados em 2007 (Fase Pré-Reuni), a proposta de ampliação dos cursos de Letras e História da Arte, juntamente com os compromissos assumidos no Reuni, resultaram na previsão de outras 110 vagas novas (Pós-Reuni), de modo que o *campus* teria um corpo docente correspondente a 211 professores em regime de dedicação exclusiva. As etapas de contratação e a distribuição das vagas resultaram em intenso trabalho de preparo e execução dos concursos<sup>32</sup>.

Associando a disputa pelas vagas à burocracia envolvida na produção de editais, às decisões em torno dos perfis docentes a serem contratados, à realização dos concursos e outros procedimentos próprios da ação, a distribuição das vagas no interior de cada curso seguiu a lógica de suas demandas. À exceção do curso de Pedagogia, que confere exclusivamente o grau de licenciado, os demais cursos iniciados em 2007 preservaram as vagas para a contratação de docentes com o perfil necessário às suas Licenciaturas em graus variados, havendo claro desequilíbrio entre o número de professores que atenderiam às demandas do Bacharelado e as da Licenciatura. Vagas em áreas obrigatórias no currículo das Licenciaturas,

como Libras e outras posteriormente apontadas como necessárias, não estavam destinadas em quantidade suficiente.

Esse fato retrata a compreensão inicial de que, apesar de apresentar a dupla formação – de bacharel e de licenciado –, a contratação de docentes com o perfil para atuar nas Licenciaturas foi vista em muitos casos como necessária apenas para dar providência aos estágios obrigatórios. Essa percepção tem evidências nos editais de grande parte dos concursos realizados. Merece destaque a formação do corpo docente do curso de História, que apresentou desde os inícios a preocupação com a formação de professores na Licenciatura.

No decorrer dos três primeiros anos de funcionamento dos cursos em Guarulhos, a formação de professores nas Licenciaturas, ancorada no que era previsto originalmente – a execução de duas unidades curriculares (de livre escolha) de domínio conexo obrigatórias no curso de Pedagogia –, mostrou-se não apenas inadequada e insuficiente, mas irrealizável, dada a escala de estudantes a serem atendidos no curso de Pedagogia em unidades curriculares obrigatórias previstas em suas matrizes<sup>33</sup>.

As novas Licenciaturas em Letras e Ciências seguiram dinâmicas diferentes das primeiras experiências, ainda que adaptações tenham sido e ainda sejam necessárias ao longo do tempo.

A ambiência institucional para acolher esses novos cursos de formação de professores estabeleceu também percursos distintos para as Licenciaturas de Letras em Guarulhos e de Ciências em Diadema. Enquanto o curso de Letras consolida parte de um projeto original que já o previa desde a origem, o curso de Ciências se instala num ambiente que é propício por um lado – pela forte presença das Ciências no *campus* –, porém estranho à formação inicial de professores, especialmente de um curso de Licenciatura com características de polivalência, ainda sem respaldo normativo, que exige articulação extrema e apoio institucional permanente para sustentar a inovação aprovada no âmbito do Reuni.

As estruturas acadêmicas e administrativas mais ou menos rígidas, e os modelos de gestão mais ou menos permeáveis a relativizar procedimentos já instaurados para adaptá-los às novas demandas dos cursos mostram também que, ao desafio não pequeno de implementação e desenvolvimento de um curso novo, as práticas de seleção e formação do corpo docente são vitais

para o alcance dos objetivos propostos e a construção da qualidade esperada. Nesse aspecto, vale destacar o processo de contratação de docentes para o curso de Ciências e a estrutura na qual é inserido.

No *Campus* Diadema, os primeiros editais para a contratação de docentes reproduziram a lógica de exigências para contratação de docentes para os Bacharelados já existentes, seguindo a máxima de que bastava aos docentes a serem contratados ter *profundos conhecimentos dos conteúdos científicos* das áreas que compunham o curso, secundarizando – naquele momento – requisitos necessários ao perfil do formador de professores nessas mesmas áreas, restringindo essa especificidade às subáreas descritas no edital, voltadas para o “ensino de...”, que definiam o teor dos projetos de pesquisa a serem apresentados. A exigência da titulação de *doutor* que acompanhava os editais não detalhava uma especialidade.

A estrutura organizativa dos *campi* que abrigaram as Licenciaturas na Unifesp tem aspectos distintos, considerando as relações entre Bacharelados e Licenciaturas. Enquanto o *Campus* de Guarulhos foi organizado inicialmente por cursos, e sua gestão feita provisoriamente por uma Câmara Acadêmica de Transição (CAT) com a presença de todos os coordenadores e representantes discentes e técnicos, sem a constituição de departamentos até 2010<sup>34</sup>, o *Campus* de Diadema, iniciado também em 2006, organizou-se em dois departamentos: Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) e Departamento de Ciências Biológicas (DCB), distribuindo neles todos os docentes contratados para os quatro primeiros Bacharelados, acrescidos de outros três novos cursos até 2010, entre eles o curso de Ciências – Licenciatura.

Nessa estrutura departamental, a Licenciatura foi iniciada com apenas três docentes concursados e nomeados para o curso e contou com a participação de outros docentes do *campus*, vindos de outros setores<sup>35</sup>. Embora estivessem vinculados ao DCET, os primeiros docentes contratados para ministrar aulas na Licenciatura não encontraram identidade suficiente nessa estrutura para abrigar as áreas trazidas por ela. Dadas as dificuldades de organização dentro do departamento, em junho de 2010 foi organizado internamente um “novo setor”, de Educação em Ciências, e realizada a primeira eleição para sua chefia.

Nele, criou-se um Grupo de Trabalho para a elaboração de editais de contratação de docentes com representação das cinco áreas que participaram intensamente da distribuição de vagas no *campus*, tendo como base o estudo das necessidades da Licenciatura em Ciências. Um dos frutos desse trabalho foi a percepção da necessidade de uma revisão dos futuros editais de contratação, concluindo que, para as vagas restantes destinadas à Licenciatura, deveria haver a exigência de formação específica na Licenciatura dos candidatos que atuariam nos estágios supervisionados e nas práticas de ensino, produzindo mudanças já no Edital n. 1.102, de 21 de novembro de 2013, que abriu sete vagas para as áreas de ensino de Física, de Matemática e de Química<sup>36</sup>.

Observando as diferenças de tratamento referidas aos perfis de ingresso docente para o curso de Ciências – Licenciatura, fica evidente que cada área concebeu o perfil de professores a serem contratados sob uma ótica própria de formação para a docência na educação básica. Tal fato revela dificuldades ainda existentes para a produção de uma política de formação de professores no sentido de congregar os docentes que atuam no curso de Licenciatura em torno de um projeto pedagógico consistente que atenda aos desafios da inovação proposta e à sua consolidação no Departamento<sup>37</sup>.

A atuação do setor de Educação em Ciências foi muito intensa na luta por espaços de pesquisa para o ensino de Ciências e de instalações, como o Laboratório de Matemática, que ainda permanece em pauta, além de outras reivindicações ainda não concretizadas.

## A Organização das Licenciaturas e a Política Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica

Nesses 25 anos, a Unifesp vem se transformando em uma universidade plena, congregando todos os campos do saber; nos últimos treze anos, construiu também uma nova identidade com a inauguração de um *campus* de humanidades onde estão instaladas oito de suas nove Licenciaturas.

Nesse percurso, podemos narrar brevemente as sucessivas aproximações a um projeto convergente nesse campo, desde a organização, em 2007, de uma Comissão de Licenciaturas, inaugurada na gestão 2005-2008 da

ProGrad; a constituição, em 2008, de uma Comissão destinada a analisar projetos pedagógicos de novos cursos e revisar os já existentes (CAPP), na gestão 2008-2013 da ProGrad, com foco nas demandas de criação, credenciamento dos novos cursos e recredenciamento dos cursos já existentes; até a sofisticação de operações de organização e gestão dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, na gestão 2013-2017 da ProGrad, que, entre outras ações, especializa a Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Pedagógico (CPAP) – que atua no suporte a todos os cursos de graduação da universidade e se destaca na assessoria aos cursos de Licenciatura.

A aprovação de uma minuta comum para dar bases aos regimentos das câmaras de graduação nos *campi*, resultantes desse percurso a partir de 2015, possibilitou que as Licenciaturas em Guarulhos amadurecessem iniciativas e ações descentralizadas de discussão, como a evolução da experiência inicial de um Fórum Livre das Licenciaturas, ocorrido em 2009, retomado e formalizado em 2018, no Regimento da Câmara de Graduação do *campus*, como Fórum de Licenciatura, uma instância consultiva da Câmara, responsável por fomentar a troca de experiências e reflexões acerca do funcionamento das Licenciaturas da EFLCH, além de propor políticas e ações acadêmico-pedagógicas para o desenvolvimento de uma política institucional de formação de professores para a educação básica<sup>38</sup>.

Em Diadema, o curso de Ciências – Licenciatura construiu sua presença com atuação articulada às demais Licenciaturas da Unifesp e protagonizou sua inserção local por meio de variadas iniciativas de formação continuada de educadores na região, respondendo também ao escopo de seu projeto inicial. Atuando de modo integrado em editais da Capes voltados para a formação de professores da educação básica, compôs, junto com os docentes das demais Licenciaturas, a equipe do Programa Prodocência, entre 2010 e 2017; constituiu o Life, em 2012; no mesmo ano, tomou parte do Pibid. Do conjunto de ações que coadjuvaram a Licenciatura em Diadema, a experiência do Life inspirou e deu origem ao Cefe, instância transformada em órgão complementar do *campus* em 2018.

Tomando como central as ações integradoras do conjunto das Licenciaturas na Unifesp, dois acontecimentos marcam ações institucionais que foram motores de aproximação entre elas: o Programa Prodocência da Capes e a instalação do Comfor na Unifesp.



O Programa Prodocência teve início na Sesu, do MEC, que lançou seu segundo edital, o Edital MEC/Sesu/Depem n. 5, de 20 de junho de 2007. Desse edital tomou parte o curso de Pedagogia, com o projeto intitulado *Residência Pedagógica. Um Diálogo em Construção*, desenvolvendo pesquisa exploratória nas redes públicas de ensino em Guarulhos para ancorar o Programa de Residência Pedagógica da Unifesp. A partir do edital de 2010, a iniciativa foi transferida para a Capes, pela Portaria n. 119, que o institucionalizou, responsabilizando-se também financeiramente por ele.

Para o Edital Capes/Prodocência n. 28, publicado em 10 de junho de 2010, o projeto apresentado pela Unifesp ganhou característica institucional, reunindo na ProGrad docentes de todas as Licenciaturas no projeto intitulado *Diálogos Pertinentes: Proposições para um Projeto Institucional de Formação de Professores*, que prosseguiu seu desenvolvimento no edital seguinte, n. 19, publicado em 8 de abril de 2013, intitulado *Diálogos Pertinentes ii*, iniciado em fins de 2014 e encerrado excepcionalmente em 2017<sup>39</sup>. Um dos objetivos dos projetos foi a construção de um “lugar institucional” para a definição da política institucional de formação de profissionais da educação básica.

O segundo acontecimento, em parte já descrito, foi a instalação do Comfor em 2013, resultante da indução da política nacional de formação de professores. Nele, e de forma inédita na Unifesp, foi promovida a necessária experiência de articulação entre as ações de formação de professores na graduação, na extensão e na pós-graduação. A partir de uma concepção sistêmica da formação de professores e com espaço de representação assegurado a todas as Licenciaturas da Unifesp, foi constituído o “lugar institucional” para a construção da política de formação de profissionais da educação básica.

Considerando as produções editoriais do Prodocência e do Comfor, entre 2010 e 2017, foram publicados: doze Cadernos de Residência Pedagógica, dois Cadernos de Letras, dois Cadernos de Licenciatura em Ciências e a Coleção Leituras sobre Educação, composta de oito volumes, totalizando 24 publicações em sete anos de trabalho<sup>40</sup>.

A inflexão da política no governo federal a partir de 2016, associada à crise orçamentária crescente, desacelerou as iniciativas da Capes e do MEC que fomentavam as ações previstas no PNE no campo da formação de professores. No entanto, a reflexão acumulada nesses anos de indução das

políticas de formação proporcionou acúmulo de experiências e, também, trouxe a clareza necessária à Unifesp para buscar definir a política institucional de formação de profissionais para a educação básica.

Propondo assumir a estrutura do Comfor como o “lugar institucional” de construção e contínuo desenvolvimento dessa política, ampliando sua composição e agregando representações da sociedade, a Unifesp se depara hoje com uma tarefa urgente e imprescindível de defesa da universidade e da educação básica públicas; de defesa do seu projeto institucional, e de, nele, dar seguimento a esse projeto plural de formação de educadores para a educação básica no interior da universidade, que vem desenhando diretrizes que lhe dão unidade política.

## Configuração Atual e o Diferencial das Licenciaturas da Unifesp

Nesse percurso de construção das Licenciaturas, a Unifesp chega a dois modelos: o primeiro, dos cursos criados já como Licenciaturas: Pedagogia e Ciências; o segundo, deriva das ABI, em que a opção dos ingressantes pelo Bacharelado ou Licenciatura nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, História e Letras ocorre ao final do ciclo básico, dando origem ao curso de Licenciatura nessas mesmas áreas<sup>41</sup>.

Na EFLCH o desenvolvimento das Licenciaturas derivadas das ABI retomou o projeto original de constituição de um *Núcleo de Unidades Curriculares de Formação de Professores*, a partir das normas da Câmara de Graduação, como uma de suas competências: “Propor diretrizes para a organização e oferta semestral de Domínios Conexos, Eletivas e Unidades Curriculares de Formação de Professor, garantindo a mais ampla circulação possível dos estudantes entre todos os cursos da EFLCH”<sup>42</sup>. O Fórum de Licenciatura foi também institucionalizado e constitui instância consultiva da Câmara de Graduação.

Todas as Licenciaturas são ofertadas em regime semestral, nos turnos vespertino e noturno; as Licenciaturas em Letras têm duração de dez semestres; a Pedagogia, nove semestres; e as demais Licenciaturas, oito semestres<sup>43</sup>. A Pedagogia oferece sessenta vagas por turno e o curso de

Ciências oferta com vagas em cada turno<sup>44</sup>. As vagas para as demais Licenciaturas, estruturadas após a ABI, estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Vagas ABI por turno e destinação pós-ABI

CURSOS	VAGAS DE INGRESSO (ABI)	VAGAS DESTINADAS À LICENCIATURA	VAGAS DESTINADAS AO BACHARELADO
Filosofia	60	30	30
Ciências Sociais	60	40	20
História	60	40	20
Letras Português			
Letras Português – Inglês			
Letras Português – Francês	100	57	43
Letras Português – Espanhol			

Os PPC de Licenciatura derivados das ABI na EFLCH enunciam o compromisso de uma formação teórica sólida nas áreas, desenvolvida de forma integrada na ABI e continuada nas Licenciaturas, em conformidade com as peculiaridades da formação de professores em cada área. A prática da pesquisa, o caráter interdisciplinar da formação a partir dos domínios conexos obrigatórios e de livre escolha, a trajetória formativa do licenciando por meio das Unidades Curriculares de Formação de Professor (UCF) ofertadas pelos departamentos de Filosofia, História, História da Arte,

Letras, Pedagogia e Ciências Sociais têm papel fundamental e integrador na formação de professores para a educação básica, permitindo o encontro entre áreas tradicionais presentes na educação básica e áreas com presença itinerante nesses currículos<sup>45</sup>.

Aspecto imprescindível – além de obrigatório na formação de professores – é a aprendizagem da prática profissional realizada tanto no interior da universidade quanto em cenários externos, nos quais as escolas de educação básica têm centralidade, por propiciarem aprendizagem *em situação*, tanto pelo contato com alunos e professores na realidade e em ato, quanto por oferecerem a experiência institucional da docência na escola, com o conjunto de procedimentos, normas e responsabilidades que envolvem não apenas os saberes da docência relativamente a conteúdos escolares, mas toda dinâmica de relações humanas, sociais e políticas presentes no projeto político-pedagógico da escola e de aspectos da gestão educacional que afetam o trabalho do professor em sala de aula.

Levando em conta o histórico de implantação das Licenciaturas na Unifesp e as peculiaridades de cada curso, pode-se afirmar que existe ampla diversidade de propostas de organização dos estágios e de tempo destinado à imersão dos estudantes nas escolas e salas de aula. Um conjunto de variáveis afeta as práticas de condução dos estágios: as crenças sobre a importância dos estágios e sua relevância na formação; o entendimento de quais e quantos docentes devem estar envolvidos na supervisão de estágios em cada curso. A definição de um projeto explícito de formação prática na docência “em campo” ainda é uma lacuna – considerando que os professores das escolas são *coformadores* dos licenciandos no ambiente das escolas e salas de aula; a definição das relações que devem ser estabelecidas entre a universidade e as escolas-campo que recebem os estagiários e residentes; as relações burocrático-administrativas internas que viabilizam os estágios; as relações institucionais do curso e dos supervisores de estágio para aproximação e acompanhamento dos estudantes nas escolas-campo; a necessária reciprocidade entre universidade e escola, entre outras<sup>46</sup>.

Dois experiências inspiradoras para a formação prática e profissional dos licenciandos podem ser destacadas: o Pibid, um programa de indução da Capes para a formação inicial de professores, que, apesar de não constituir um estágio, vem permitindo experimentar os frutos de uma relação próxima

entre docentes da universidade, professores das escolas básicas públicas e estudantes, e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) do curso de Pedagogia.

Essa inovação forjada pelo primeiro grupo docente do curso de Pedagogia, entre 2006 e 2007, teve em sua concepção contribuições de professores e gestores profissionais das escolas públicas localizadas em Guarulhos por meio da pesquisa “Residência Pedagógica – Um Diálogo em Construção” e das interações estabelecidas com a Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos e Diretorias Regionais de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Desenvolvido coletivamente pelos docentes do curso, o programa possui uma metodologia própria e uma logística complexa que envolve, além dos docentes e residentes, escolas públicas municipais e estaduais em Guarulhos próximas da EFLCH; destinado a 100% dos estudantes de Pedagogia e levado a cabo pela quase totalidade dos docentes do curso, envolvidos atuando como preceptores de grupos de residentes (estudantes) que realizam seus estágios a partir do princípio da imersão e modo intenso, os residentes são acompanhados dos profissionais formadores das escolas-campo e do preceptor na universidade, experimentando intervenções assistidas na docência da sala de aula e a observação participante na gestão escolar.

Esse modelo de aprendizagem prática – pioneira no Brasil – busca concretizar o vínculo entre formação inicial e continuada, tanto pelos efeitos da imersão dos residentes em vivências sistemáticas e temporárias nas práticas pedagógicas de docentes e gestores escolares, acompanhadas da orientação do docente preceptor na universidade e nas escolas-campo, quanto pela proximidade facultada pela experiência, que resulta em ações variadas de formação continuada, das mais tradicionais às mais orgânicas, e também em permanente reflexão sobre o currículo do curso. Acompanhada e financiada pela Capes por meio do Prodocência, de 2007 a 2017, a experiência do curso de Pedagogia da Unifesp inspirou muitas iniciativas, porém permanece o único curso voltado para a formação *de todos* os estudantes da Pedagogia; delimitados no território, as escolas-campo, o curso e a universidade estabelecem relações de mútuo aprendizado, e articulam ações de ensino, pesquisa e extensão<sup>47</sup>.

Os aspectos aqui apresentados e referidos aos estágios são parte do necessário processo de produção coletiva de diretrizes para a formação de professores na Unifesp, destacando-se que a formação dos licenciandos não permanece restrita aos currículos formais de cada curso, mas está encharcada da dinâmica que circunda as aulas: as atividades de extensão das quais os estudantes são beneficiários e promotores; as atividades de pesquisa que extrapolam as salas de aula e assumem caráter de iniciação científica, da participação em grupos de estudos, da dedicação envolvida em trabalhos de conclusão de curso, monografias, pré-projetos para continuidade de estudos em programas de pós-graduação da própria Unifesp; a participação nos movimentos sociais e na vida cultural e política da universidade e do país.

As Licenciaturas da Unifesp são de alta qualidade, segundo os critérios adotados pelo sistema. Nas avaliações mais recentes, todas foram valoradas com conceitos máximos (4 e 5) pelo Inep/MEC<sup>48</sup>. Considerando que em média mais de 50% dos licenciandos na Unifesp são egressos de escolas públicas e que grande parte é trabalhadora, pode-se afirmar que tais resultados revelam a dedicação dos docentes da universidade, dos próprios estudantes, de professores e gestores das escolas públicas, dos sistemas de ensino que atuam em parceria com a universidade, além de outros colaboradores<sup>49</sup>.

## Desafios para a Consolidação do Projeto Institucional de Formação de Professores

Na formação inicial de professores para a educação básica, a Unifesp tem como desafio o estabelecimento de um conjunto de diretrizes institucionais que garantam a identidade da formação teórico-prática de professores, aliando o ensino, a pesquisa e a extensão próprias do campo em favor de um projeto institucional de formação, em estreita aproximação com as escolas públicas de educação básica e seus profissionais. Na formação continuada<sup>50</sup>, o desafio está na construção de um plano sistemático e consistente de ações que conte com suporte institucional físico e financeiro autônomo para viabilizar ações de longo prazo, capazes de responder às responsabilidades formativas diante das demandas já mapeadas e daquelas que surgem da aproximação com as escolas e redes públicas.

A Unifesp, desde sua origem, forma quadros para o ensino superior com tradição e valores da *expertise* no campo das ciências da saúde e há pouco mais de uma década inicia a formação de quadros para o ensino básico. A origem da Escola Paulista foi um ato político, como relembra em sua aula inaugural o Prof. Jamil Cury, no *Campus Guarulhos*, associando fatos históricos que marcaram a educação na República e o nascimento da EPM, um ano após o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* vir a público, em 1932, em que um conjunto de educadores, ansiosos por maior democratização do ensino, dirige-se ao “Povo e ao Governo”, expressando os caminhos pelos quais a educação se tornaria nova e, como tal, colocaria o Brasil nos caminhos do progresso, da ciência, da modernidade e de uma nova ética social.

Ora, foi sob o nascimento gemelar da educação e saúde como campo de políticas públicas nos anos trinta que, em 1º de junho de 1933, nasce a Escola Paulista de Medicina (EPM), inicialmente à rua Oscar Porto, com um Manifesto de Fundação assinado por jovens cientistas e médicos. Para os fundadores da EPM tratava-se de criar uma elite médica capaz de *apontar um reordenamento geral da sociedade, apresentando a educação, a posse do conhecimento científico e do saber organizado em bases racionais como fatores de ordem e de união nacional*. Esses fundadores, conscientes desse *reordenamento*, ansiavam por formar um profissional da medicina que fosse ao mesmo tempo *intelectual, profissional e cientista*. Para tanto era necessário articular *os espaços da prática clínica, da pesquisa científica e da docência acadêmica* de modo a *atrelar ciência a bem-estar social*<sup>51</sup>.

Desses 25 anos da Unifesp, a formação de professores para a educação básica esteve presente nos últimos treze anos também como um ato político em defesa da escola pública; forjando experiências variadas, confrontando posições e crenças a respeito da formação de professores na universidade, a instituição está respondendo aos desafios. A Unifesp disputa espaços, lutou e continua a lutar para a consolidação de suas Licenciaturas, concebendo e realizando projetos pedagógicos com identidade própria; resiste às tentativas de tornar essa empreitada simples e se empenha diante dos desafios a ela impostos em cada momento e até àqueles produzidos em seu próprio meio; toma parte da política nacional ao mesmo tempo que constrói no interior dos cursos e dos *campi* onde estão instalados uma política local ainda inconclusa.

A configuração das Licenciaturas neste fim de década oferece um retrato do momento atual em vários aspectos. A experiência na consolidação das Licenciaturas da EFLCH resultou num conjunto de debates, tanto de ordem

epistemológica sobre as concepções presentes na práxis institucional quanto de ordem organizacional em várias dimensões: internas a cada curso, internas ao *campus*, à universidade, de âmbito normativo institucional do ensino superior federal – MEC e Conselho Nacional de Educação (CNE); no ICAQF, o curso de Ciências enfrenta a ousadia da polivalência e o estranhamento e a ausência de normativa por parte do CNE.

Vê-se aqui a complexidade da construção de uma política universitária para a formação de professores. Graças à autonomia da universidade, resguardada na Constituição de 1988, pode-se narrar esse processo plural e inconcluso vivenciado na implementação *do novo*, do recém-chegado, que tensiona a orla do possível num exercício de autodeterminação e defesa dessa autonomia.

Por fim, é preciso reconhecer na Unifesp um espaço privilegiado de produção do conhecimento e nos estudantes, de hoje e de ontem, as gerações que darão continuidade à divulgação e ao desenvolvimento das artes, das ciências, dos saberes imprescindíveis para a vida social e política do país.

Uma política institucional consequente de formação de professores precisa reconhecer o caráter sistêmico e geracional da educação escolar para a sociedade; a excelência buscada na formação de brilhantes cientistas e professores universitários não inicia na universidade, ela já está em curso na escola básica. Portanto, é tarefa da universidade zelar pela formação daqueles que têm e terão nas mãos a tarefa de ensinar e educar as novas gerações, porque, se existe um dever histórico com a cultura e a civilização, deve haver também a responsabilidade da universidade na luta permanente contra a barbárie, inclusive daquela que pode ter guarida em seu próprio interior.

Diante da efemeridade das políticas governamentais voltadas para a formação de professores no Brasil dos últimos anos, a Unifesp precisa ancorar-se na política institucional que vem constituindo e na produção de diretrizes que auxiliem a manter a sua identidade, consciência de seu papel na comunidade científica e convicta de sua relevância pública social e política para influir nos rumos da educação brasileira.



- 
1. A formação de professores para as séries iniciais do primeiro grau – a partir de 1996 denominado ensino fundamental –, feita predominantemente no curso Normal de nível médio, desde os inícios dos anos 1990 passou a se organizar como habilitação para o magistério dentro dos cursos de Pedagogia. A LDB de 1996 tratou da formação de professores no art. 62, que, apesar de reconhecer o curso Normal como formação mínima para a docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, estabeleceu no § 4º do art. 87 das Disposições Transitórias: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Esse parágrafo foi revogado em 2013, e, em 2017, para dar atendimento à reforma do ensino médio, foi ampliado o quadro dos profissionais que podem atuar na docência desse nível, incluindo no inciso IV do art. 61 profissionais com “notório saber”.
  2. L. Scheibe, “Formação de Professores no Brasil: A Herança Histórica”, *Revista Retratos da Escola*, vol. 2, n. 2-3, jan.-dez. 2008, p. 42.
  3. C. R. J. Cury, “A Nova Unifesp ou a Amizade como Eleição Recíproca entre Dois Irmãos”, *Aula Magna*.
  4. O ano de 2016 marca em definitivo o arrefecimento dessa política que torna crítico o investimento na área, com o agravamento nos contingenciamentos dos orçamentos das universidades federais. O plano construído para atendimento às demandas de formação continuada das escolas pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e Sedadi em atendimento ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) para 2015 permaneceu sem atendimento, frustrando-o.
  5. Unifesp, Consu, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, 2005.
  6. *Idem*, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, 2006, p. 17.
  7. *Idem*, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, 11 nov. 2006.
  8. *Idem*, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, 17 out. 2007. O Reuni foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e constituiu-se como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em que era reafirmado o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país.
  9. F. Haddad, *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas*, p. 6.
  10. *Idem*, *ibidem*, p. 8.
  11. MEC/Sesu/Difes, *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*, p. 6.
  12. Para a matéria completa, consultar o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, na plataforma digital do MEC.
  13. Unifesp, Consu, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, 12 jul. 2006.
  14. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2015)*, p. 14.
  15. *Idem*, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, pp. 73-75.
  16. *Idem*, *ibidem*, pp. 108-117.
  17. O Obeduc, criado em 2006, teve o propósito de fomentar a produção acadêmica e a formação de profissionais com pós-graduação *stricto sensu* em Educação. O programa teve gestão conjunta da Capes e do Inep. Em 2010, docentes da Unifesp tomaram parte em pesquisa colaborativa do Observatório da Remuneração Docente em conjunto com a USP e outras universidades públicas brasileiras. No último edital de 2012, a Unifesp tomou parte na pesquisa de caráter interinstitucional e desenvolvida de forma colaborativa entre a Universidade Estadual do Ceará (Uece), a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e a Universidade Federal de São Paulo

(Unifesp), na pesquisa *Desenvolvimento Profissional Docente e Inovação Pedagógica: Estudo Exploratório sobre Contribuições do Pibid*.

18. A Diretoria de Educação Básica (DEB) foi criada em 2007, quando a Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Capes as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino. Em 2017, parte dos programas voltados à formação inicial sofreram com a redução de recursos, sendo encerrados em 2019 os programas: Novos Talentos, Life, Prodocência, Observatório da Educação e Pibid Diversidade.
19. O decreto revogado de 2009, além de instituir a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, disciplinou a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, conferindo a ela papel central na execução da política.
20. SEE-SP, *Ata da 1ª Reunião Ordinária do fepad-sp*, Constituição do Fórum Permanente de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no Estado de São Paulo, 14 ago. 2009. Sem atividade regular desde 2015, o Fórum Permanente de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no Estado de São Paulo ocupou-se da operacionalização do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), uma ação da Capes que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula. Em São Paulo, o atendimento massivo ao programa foi realizado por universidades e centros universitários privados comunitários.
21. O Parecer n. 00929/2019/Conjur-MEC/CGU/AGU, de 8 de julho de 2019, da Advocacia-Geral da União (AGU), em resposta à consulta da SEB-MEC sobre a extinção de Conselhos e o alcance dos Decretos n. 9.759 (que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal) e n. 9.757 (que tem por objeto a revogação de diversos decretos presidenciais previstos em seu texto), ambos de 11 de abril de 2019, afirma que, nos termos do “Decreto 9.759/2019, notadamente a conjugação do artigo 1º, § 1º, inciso ii e artigo 5º, tem-se que o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (Conafor) e o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (Comfor) foram extintos a partir de 28 jun. 2019” (grifo nosso). Por outro lado, o art. 5º prevê: “A partir de 28 de junho de 2019, ficam extintos os colegiados de que trata este Decreto. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos colegiados: I – previstos no regimento interno ou no estatuto de instituição federal de ensino; e II – criados ou alterados por ato publicado a partir de 1º de janeiro de 2019”. O art. 6º do mesmo decreto prevê as condições e normas de criação, de recriação, de extinção ou de modificação de colegiados. Desse modo, o Comfor-Unifesp, criado por portaria baseada em ato revogado e que se encontra em processo de regulação interna, pela aprovação de um regimento próprio, deverá rever tanto sua denominação quanto os termos de sua institucionalização.
22. Unifesp/Campus Guarulhos, *Proposta Curricular: Cursos de Graduação em Filosofia, Ciências Sociais, História e Pedagogia*, 2006, p. 6.
23. Unifesp, *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura*, 2010, p. 5.
24. A partir de 2010, os cursos que ofereciam dupla diplomação – Bacharelado e/ou Licenciatura – adotaram como forma de ingresso no Sisu a ABI, ainda que não tivessem modificado a sua estrutura curricular nesse sentido. Em 2015, depois de um longo processo de discussão interna, os cursos tiveram seus Projetos Pedagógicos reorganizados e foram definidas as unidades curriculares

pertencentes à área básica, que após concluída permite aos estudantes a opção pelo curso de Bacharelado ou pelo curso de Licenciatura, em atendimento à regulação vigente.

25. A inexistência de diretrizes curriculares para a formação de professores de Ciências impede que a avaliação do curso siga os procedimentos usuais dos demais cursos e implica a visitação *in loco* do curso pelo Inep para reconhecimento e renovação de reconhecimento; outra característica é a de os estudantes não serem avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A inserção profissional dos egressos também aparece submetida às situações específicas de editais de contratação ou de concursos públicos para o cargo de professor da educação básica, definidos pelos estados e municípios, dado que a titulação não responde a uma formação unidisciplinar.
26. Unifesp/*Campus* Diadema, Ciências – Licenciatura. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/dia/ensino/graduacao/ciencias-biologicas/83-graduacao/cursos/82-licenciatura-plena-em-ciencias>. Acesso em: 26 out. 2020.
27. *Idem*, *Projeto de Implantação de Curso de Licenciatura em Ciências no Campus da Unifesp em Diadema*, 18 jun. 2008, p. 2.
28. *Idem*, *ibidem*, p. 3: “A National Science Foundation, nos documentos em que estabelece padrões para a formação profissional de professores de ciência, afirma que ‘os professores de ciências devem ser os representantes da comunidade científica em suas classes de aula’, uma clara mensagem de que estes professores devem ser capazes de absorver e analisar os progressos da ciência e da tecnologia e dispor de oportunidades para atualizarem seus conhecimentos”.
29. Para mais informações, consultar o *site* do Curso de Ciências Moleculares (CECM).
30. Unifesp, *Projeto de Implantação de Curso de Licenciatura em Ciências no Campus da Unifesp em Diadema*, 18 jun. 2008, p. 3.
31. Dados do *Campus* Guarulhos enviados à ProGrad para compor a proposta da Unifesp ao Reuni, 24 out. 2007.
32. Etapas da contratação: 2008: 56 vagas docentes, sendo 36 restantes daquelas 100 já destinadas ao *Campus* Guarulhos, mais 20 vagas docentes Reuni (15 Filosofia; 12 Ciências Sociais; 14 História; 15 Pedagogia); 2009: 57 vagas docentes (9 Filosofia; 7 Ciências Sociais; 8 História; 8 Pedagogia; 15 Letras; 10 História da Arte); 2010: 33 vagas docentes (23 Letras; 10 História da Arte) (*ibidem*).
33. As indefinições que marcaram a organização das Licenciaturas em Guarulhos não permitiam planejar o atendimento aos domínios conexos obrigatórios no curso de Pedagogia, uma vez que não estava normatizado o período em que os estudantes dos Bacharelados deveriam fazer a opção pela Licenciatura. Outro impedimento estava na capacidade de dar atendimento e assegurar o direito a todos que desejassem a dupla diplomação, uma vez que o curso de Pedagogia não foi dotado de vagas docentes para esse fim, ao contrário do que ocorreu com o planejamento do curso de Filosofia, que teve sua equipe docente projetada para dar atendimento a 100% dos estudantes do *campus* nas unidades curriculares de domínio conexo obrigatórias para todos no projeto curricular do *campus*.
34. Em 2010, foram instituídos os primeiros quatro departamentos, que assumiram a identidade do campo específico de cada curso e abrigaram o grupo docente contratado pelos cursos desde 2006. Além dos cursos de graduação – Bacharelado e Licenciatura –, abrigam os cursos de pós-graduação de suas áreas. Em 2019, a EFLCH possui seis departamentos em funcionamento.
35. O “setor” em Diadema foi uma estrutura de organização adotada pelos dois departamentos existentes para a ordenação necessária e atendimento às especificidades das diversas áreas e cursos abrigados neles. Em novembro de 2016, a Pró-reitoria de Administração aprovou a criação de seis novos departamentos acadêmicos para viabilizar a reorganização administrativa prevista no Plano Diretor do *campus* nos anos seguintes.

36. Unifesp, Edital n. 1.102, de 21 de novembro de 2013. Até que o GT de editais fizesse seus estudos e concretizasse suas intenções, os editais foram escritos pelas áreas conforme critérios próprios. Neste edital, ainda que as áreas de ensino de Física e ensino de Matemática exigissem o doutorado em Educação nas áreas específicas, para o ensino de Química admitiu-se também o doutorado em Química.
37. A reorganização do *campus* a partir da ampliação do número de departamentos resultou na migração de vários docentes contratados para a Licenciatura do DCTE para outros departamentos, pondo fim à expectativa primeira do setor de Ciências em Educação em reunir todos os docentes do curso em um departamento. Vale aqui registrar que o corpo docente do curso só se completou em 2015.
38. Unifesp/Campus Garulhos, *Regimento da Câmara de Graduação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 2016, art. 13, p. 6.
39. O Edital Prodocência n. 019/2013 foi o último do Programa. Com sinais de desestímulo desde 2015 por ausência de recursos, teve prazos prorrogados em duas ocasiões e foi encerrado em 2019 pela nova gestão.
40. *Cadernos de Residência Pedagógica: Educação Infantil*, 2014, vol. 1; Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, 2014, vol. 2; Educação de Jovens e Adultos, 2014, vol. 3; Gestão Educacional, 2014, vol. 4; Educação Infantil e Direitos da Infância, 2014, vol. 5; O Direito à Infância e o Brincar, 2014, vol. 6; História e Geografia nos Anos Iniciais, 2014, vol. 7; Literatura e Outras Linguagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2014, vol. 8; Divulgação Científica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2014, vol. 9; Artes Visuais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2017, vol. 10; Educação Bilíngue para Surdos, 2017, vol. 11; Ciências da Natureza, 2017, vol. 12. *Cadernos de Licenciatura em Letras: Diálogos, Linguagem e Ensino em Práticas Sociais*, 2013; *Memória, Prática e Pesquisa para a Docência*, 2017. *Cadernos de Licenciatura em Ciências: Aproximações e Distanciamentos no Ensino de Ciências e Matemática: Questões de Identidade da Área no Âmbito Filosófico e Institucional*, 2013; *Prática Docente e Formação de Professores. Reflexões à Luz do Ensino de Ciências*, 2017. Coleção Leituras sobre Educação (publicada pela Editora Alameda [e-books]): *Cultura Afro-brasileira: Temas Fundamentais em Ensino, Pesquisa e Extensão*, 2017; *Políticas Linguísticas e Educação Escolar Indígena*, 2017; *Educação e Resistência Escolar: Gênero e Diversidade na Formação Docente*, 2017; *Direitos, Diversidade, Práticas e Experiências Educativas na Educação de Jovens e Adultos*, 2017; *Direitos Humanos e Cultura Escolar*, 2017; *Na Trilha da Inclusão: Deficiência, Diferença e Desigualdade na Escola*, 2017; *Clareira Luminosa* (recurso eletrônico): *Arte, Curiosidade e Imaginação na Infância*, 2017; *Educação Ambiental*, 2017.
41. O curso de Letras dá origem a quatro Licenciaturas: Português, Português-Inglês, Português-Francês e Português-Espanhol.
42. Unifesp/Campus Garulhos, *Regimento da Câmara de Graduação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 2016, art. 3, inciso VI, p. 26.
43. Dados dos PPCS (levantamento em 2018).
44. No curso de Ciências-Licenciatura, nos dois anos iniciais os estudantes cursam o ciclo básico; mesma carga horária para UCS de Física, Química, Biologia e Matemática, além de Humanidades (Psicologia da Educação, Filosofia, Políticas Públicas, dentre outras). Nos dois anos finais, ocorre a opção por uma das áreas de conhecimento (exceto Humanidades) para formação específica. Isso permite aos estudantes a possibilidade de escolha de área a partir do quinto semestre, marcando a ênfase do currículo em uma das áreas que segue registrada no verso dos certificados de conclusão (PPC de Ciências – Licenciatura, 2018).

45. É o caso das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos currículos do ensino médio, imprescindíveis para uma educação crítica e reflexiva, que sofrem os reveses das políticas curriculares governamentais.
46. Os espaços de aprendizagem da docência, em alguns casos, envolvem o acesso a outras instituições educativas. Caso exemplar é a docência na área de línguas estrangeiras não obrigatórias no currículo da educação básica. A mesma limitação pode ocorrer em outras áreas do currículo com pouca presença na educação básica (número de aulas reduzido ou inexistente), podendo exigir a ampliação do campo de aprendizagem da docência para a educação profissional técnica ou para a educação complementar.
47. Tomado como experiência inovadora no campo da formação inicial de professores, o PRP da Unifesp foi e ainda é objeto de inspiração e de apropriação por diferentes entes públicos e até por organizações do terceiro setor. Destacamos aqui experiências localizadas, apoiadas financeiramente pela Capes: pela Portaria Capes n. 206, de 21 de outubro de 2011, que cria o Programa de Residência Docente no Colégio Pedro II, iniciado em 2012 e destinado ao aperfeiçoamento de professores já atuantes na rede pública, titulando-os como “Especialista em Docência do Ensino Básico”; Programa de Residência Docente do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG), antigo Ginásio de Aplicação, voltado inicialmente à graduação nas Licenciaturas como experiência de estágios de estudantes de diferentes unidades da universidade – hoje Projeto Imersão Docente (PID), que não se destina ao atendimento dos estágios obrigatórios. Aprovado pela Capes ao final de 2013 e no mesmo escopo da portaria Capes do Colégio Pedro II, em 2014 passou a atender professores da rede municipal de ensino de Contagem, com bolsas até 2016. Atualmente, o programa tornou-se um curso de especialização (pós-graduação *lato sensu*) intitulado Residência Docente para Formação de Educadores da Educação Básica, que teve início em agosto de 2018. No estado de São Paulo, em 2013, a SEE-SP criou o Programa Residência Educacional, por meio da Resolução SE n. 36, de 6 de junho de 2013, com peculiaridades próprias e finalidade diversa à do PRP da Unifesp, com foco em escolas na época chamadas “prioritárias”, em que os residentes teriam a função de “apoiar e auxiliar o trabalho pedagógico do professor nas escolas da rede estadual de ensino, para melhoria de seu desempenho pedagógico e curricular”. Por fim, a Capes instituiu, em 2018, o Programa de Residência Pedagógica do MEC, para a formação inicial em bases próprias e destinado a um número limitado de bolsistas, induzindo a vinculação da experiência à revisão dos currículos de formação universitária e ao preparo de novos professores com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida nas “abordagens e ações obrigatórias” do programa. Para maior detalhamento das experiências de residência pedagógica aqui citadas, ver J. B. Faria e J. E. D. Pereira, “Residência Pedagógica: Afinal, o Que é Isso?”, *Revista de Educação Pública*, vol. 28, n. 68, maio-ago. 2019. Quanto à *mercadorização* da ideia da residência pedagógica, ver Instituto Canoa, *Co.letivo: Programa de Residência Pedagógica*.
48. Ver mais em Inep, *Censo da Educação Superior de 2017*. Os cursos de Licenciatura em Ciências e Letras Português-Francês não participam do Enade.
49. Os dados do perfil dos ingressantes dos cursos de Licenciatura e outros podem ser consultados em trabalho realizado pela Comissão de Estudo do Perfil do Estudante de Graduação (Cepeg), que tem por fonte um questionário respondido pelos novos graduandos no ato da matrícula na Unifesp. O questionário foi aplicado pela primeira vez em 2011 para um contingente expressivo de ingressantes (69,3%), e, a partir de 2014, ganhou caráter censitário (F. M. Cruz e J. G. Cespedes, *O Perfil Socioeconômico e Cultural da Universidade Federal de São Paulo: Estudo Realizado com Base nos Dados de Ingressantes de 2011 na Universidade Federal de São Paulo*).

50. Consideramos a formação continuada como aquela que ocorre após a graduação.

51. C. R. J. Cury, *op. cit.*, p. 8. O autor refere-se ao nascimento gemelar da educação e saúde em razão do percurso histórico da criação de estruturas que na República as mantiveram associadas até 25 de julho de 1953, momento em que a Lei n. 1.920 as desmembra, criando então o Ministério da Saúde, passando o Ministério da Educação e Saúde (MES) a ser o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim narra o professor a criação, em 1930, de uma *Secretaria de Estado sob a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Por sua vez, o Decreto n. 19.518, de 22 de dezembro de 1930, desliga do Ministério da Justiça e Negócios Interiores as repartições da educação e da saúde até então sob a responsabilidade desse Ministério passando-as ao controle do novo Ministério. Afinal, esse último contaria, por meio do Decreto n. 19.444, de 1 de dezembro de 1930, com quatro departamentos de atividade-fim: Departamento Nacional do Ensino, Departamento Nacional de Saúde Pública, Departamento Nacional de Medicina Experimental e Departamento Nacional de Assistência Pública. O art. 10 da Constituição de 1934 atribuía como competência concorrente da União e dos Estados o cuidar da saúde e assistência públicas (ii) [...] (e) difundir a instrução pública em todos os seus graus (vi) [...]. Já o art. 5º da mesma Constituição, no inciso xiv, punha como competência privativa da União o legislar sobre as diretrizes da educação nacional. Contudo, em artigo pouco nobre (art. 138) atribuía-se à União, aos estados e municípios a parceria da educação e da saúde na efetivação de uma denominada educação eugênica. Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei n. 378, o Ministério da Educação e Saúde Pública converte-se em Ministério da Educação e Saúde. Mediante essa lei impõe-se um papel próprio da União em relação à Educação e à Saúde e institui-se tanto a Conferência Nacional da Educação quanto a Conferência Nacional da Saúde com vistas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde [...] e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e saúde [...]. Para o histórico da EPM, o autor cita em sua fala M. R. Barros da Silva, *Estratégias da Ciência: A História da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*.*

# 3

## Cultura e Direitos Humanos na Unifesp: Produção de Conhecimento e Ações em Diálogo e com a Sociedade

ANDERSON DA SILVA ROSA • ANDREIA DOS SANTOS MENEZES • DEBORA GALVANI •  
EDSON LUÍS DE ALMEIDA TELES • FABRÍCIO GOBETTI LEONARDI • MAGNUS RÉGIOS DIAS DA  
SILVA • RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPÇÃO

O SÉCULO XX ASSISTIU AO CONFLITO DE UM MOVIMENTO contraditório nas várias encenações dos direitos humanos. A efetivação dos direitos em políticas públicas e nas normas do direito internacional caminhou conjuntamente com o uso indiscriminado da violência por parte dos Estados. Foi o século dos genocídios, da limpeza étnica, do Holocausto e do desaparecimento forçado. Os Estados envolvidos se caracterizaram pela

sistemática violação aos direitos de seus cidadãos por meio de um repressivo aparato policial-militar.

Diante desse contexto, as democracias nascidas nas últimas décadas surgem como herdeiras de regimes autoritários ou totalitários. Assim foi na Europa, após a queda dos governos fascistas ou totalitários, e, igualmente, com as poucas democracias substitutas do velho colonialismo na Ásia e na África. Na América Latina, o fim das ditaduras militares foi o momento originário da política democrática. No Brasil, após mais de vinte anos de ditadura civil-militar, o país iniciou um processo de criação de uma cultura de direitos humanos. A marca do novo regime foi a promessa de desfazer as injustiças do passado.

As novas democracias se fortaleceram sob o compromisso de diminuir o sofrimento social gerado por anos, ou até mesmo séculos, de injustiças. No Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, temos o reconhecimento de várias dessas violações históricas com a implementação de políticas afirmativas, tais como: a concessão das terras quilombolas aos oriundos do escravagismo; a definição da condição especial dos indígenas; as cotas para afrodescendentes, para as mulheres, aos estudantes oriundos de escolas públicas; a reparação pecuniária às vítimas da ditadura; entre outras.

Ao mesmo passo que o Brasil reconheceu e amenizou as várias violações ocorridas no passado, também se caracterizou por ser um Estado violador de direitos. Cerca de 65 mil pessoas sofrem homicídio no país a cada ano. A cada 23 minutos morre um jovem negro. O feminicídio apresenta índices alarmantes (com número de vítimas mais altos para as mulheres negras)<sup>1</sup>. É o país que mais mata pessoas no mundo por homofobia. A polícia brasileira é a que mais mata no mundo, produzindo óbitos sem a preocupação com a legalidade de seus atos. O país tem também o destaque negativo de ter os maiores índices de morte de policiais.

Enfim, são mortes que possuem características próprias, tanto em seus aspectos territoriais quanto em relação à dimensão socioeconômica das vítimas. A violência ganha maior evidência na dinâmica da sociedade brasileira se é considerado o conjunto de dados referentes às violências físicas e morais, psicológicas e de imposição de formas de dominação, tais como as sofridas em escolas, delegacias, sistema de saúde, transporte público precário, mundo do trabalho etc. Há que considerar o histórico de grave



desigualdade social, apesar da retirada de milhões de pessoas da situação de pobreza extrema em que viviam. O abismo entre pobres e ricos se acentuou nos últimos anos com o crescimento do primeiro grupo e concentração das riquezas em posse de poucos.

Nesse contexto, nas últimas décadas de democracia, é possível observar um crescimento das lutas por direitos e por uma vida digna. Questões fundamentais para a efetivação dos direitos humanos passaram a habitar o discurso e as ações de diversos coletivos, cujas lutas estão relacionadas à violação da condição social de indivíduos ou grupos e à aplicação de uma força de determinação das relações entre indivíduos, cidades, territórios, mobilidades, culturas. Os direitos humanos traduzem conteúdos históricos de acumulação de saberes produzidos na fricção constante das políticas públicas com as demandas e as lutas dos sujeitos de direitos.

Os direitos, as políticas públicas e o reconhecimento da diversidade e das diferenças são resultados das lutas sociais. Apesar de vivermos uma experiência institucional precária, há no país uma produção criativa e potente de modos de vida e de lutas pela dignidade humana.

A emergência dos direitos se tornou possível devido à visibilidade de sujeitos vulneráveis e em estado de sofrimento por alguma violação experimentada, tais como: mulheres, pessoas LGBTQI+, indígenas, quilombolas, vítimas de tortura, usuários de *crack*, jovens negras e negros das periferias, imigrantes, população de rua. Há uma vasta produção de articulações e políticas públicas oriundas do encontro das lutas sociais com o percurso histórico e tradicional dos direitos humanos.

Se, por um lado, vimos o incremento das formas de atuação e organização das lutas sociais em direitos humanos – o que impulsionou a implementação de políticas públicas relevantes para a defesa da dignidade humana –, por outro, é evidente a atual política de ataques aos direitos básicos e aos defensores dos direitos humanos. A precarização da educação pública, a situação emergencial do Sistema Único de Saúde (sus), a deformação dos direitos trabalhistas, as tentativas de desestruturar a aposentadoria juntam-se às práticas de violência e as aprofundam.

É com gravidade que constatamos, em pleno século XXI, o avanço das mortes de militantes de direitos humanos em todo o país e de todas as áreas das lutas. Bem como se intensificam a seletividade penal e o tratamento desigual recebido por parte do judiciário e das instâncias de promoção da

justiça social. Justamente, quem mais sofre com o crescimento do conservadorismo e das estratégias autoritárias são negros, pobres, mulheres, indígenas, pessoas LGBTQI+, entre outras vítimas das violações ou da retirada de direitos.

Assim, pensar em direitos humanos no ensino superior é debater o próprio sentido da universidade comprometida com a democracia e a cidadania, atrelada ao compromisso com a situação vivida pela sociedade, de modo especial com aqueles e aquelas que sofrem cotidianamente a violação de direitos, na perspectiva de contribuir com a transformação social necessária.

A Unifesp, nos seus 25 anos de existência, tem assumido, junto com outras universidades públicas brasileiras, o desafio de produzir ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, em contexto marcado pela desigualdade social e racial, em sociedade historicamente constituída por estruturas coloniais, patriarcais e escravocratas.

São muitos os desafios da universidade, e o marco dos 25 anos da Unifesp convida à reflexão e à projeção em termos da educação em direitos humanos, reafirmando o compromisso com valores democráticos e de respeito à vida e à dignidade humana, à efetivação e à promoção de uma cultura de direitos humanos na instituição e na sociedade. O compromisso institucional com o direito à cidadania e contra as violações se reúne ao olhar dirigido aos sujeitos e instituições que têm se dedicado às lutas e aos movimentos em torno da promoção e garantia dos direitos humanos e em defesa da vida.

As ações institucionais na área buscam articular os saberes emergentes das lutas com a produção acadêmica, objetivando qualificar a atuação dos vários segmentos e setores e das diversas pesquisas que atuam no tema de direitos humanos. Desses encontros emergem conhecimentos em torno de concepções sobre uma vida digna, sobre o cotidiano das políticas públicas, dos movimentos, das ações e da elaboração das formas de lidar com as estruturas de violência históricas presentes na sociedade e, em especial, no Estado brasileiro. Somados ao conhecimento tradicional da história e dos conceitos de direitos humanos, desde as primeiras declarações aos dilemas contemporâneos. Enfim, a universidade é também lugar de debate sobre o próprio conceito de direitos humanos, uma vez que se faz necessária a constante problematização em relação ao universalismo ocidental. Nesse sentido, entendemos que o que vem sendo feito ainda está aquém das

demandas e necessidades da sociedade e da própria universidade. Em uma sociedade estruturalmente racista e patriarcalista, as ações institucionais também sofrem bloqueios e limitações advindos desse contexto histórico.

Para a universidade, a produção do conhecimento *com* e *em* diálogo com o movimento social – em especial o saber popular decorrente das lutas sociais –, ainda bastante tímido e pouco reconhecido, pode promover reflexões e provocações em relação a sua própria essência e lugar social – a universidade concebida como espaço produtor do conhecimento. Assim, a experiência vivida tem gerado implicações acadêmicas, sociais, institucionais e afetivas para os sujeitos envolvidos: constitui-se um fértil laboratório para as lutas dos segmentos sociais, para os acadêmicos com comprometimento com os sujeitos pesquisados e para as transformações necessárias no sentido de manter a universidade como uma instituição que atua junto àqueles que lutam pelos direitos, pela justiça e pela equidade.

A experiência dos eventos, projetos, programas e parcerias decorrentes das várias iniciativas em direitos humanos e cultura, em conjunto com a sociedade, permite colocar em evidência a consolidação de uma política institucional de produção de conhecimento e de promoção de ações para uma vida digna.

## Direitos Humanos, Interculturalidade e Ensino Superior

A concepção de educação em direitos humanos adotada na Unifesp se alinha às diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de modo que reconhece a “urgência em participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas”<sup>2</sup>. Em seu eixo orientador, Educação e Cultura em Direitos Humanos, o PNDH estabelece metas para o ensino superior que “visam a incluir os Direitos Humanos, por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização incluída nos projetos acadêmicos dos

diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como em programas e projetos de extensão”<sup>3</sup>.

Na esteira dos mecanismos de institucionalização e promoção da educação em direitos humanos no ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) em conjunto com o Ministério da Justiça e Cidadania lançou em 2016, para adesão voluntária das universidades brasileiras, o *Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos*, que estabelece diretrizes no ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência universitária.

Desde 2015, a Unifesp, por meio da criação da Coordenadoria de Direitos Humanos<sup>4</sup> na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec), desencadeou um processo, a partir de articulações, de elaboração de propostas, diretrizes e ações, na perspectiva de construir uma política de educação em direitos humanos na instituição – com articulação com todas as pró-reitorias e envolvendo todos os *campi*. Esse processo considerou e decorreu da experiência e de saberes construídos por diversos sujeitos e iniciativas existentes na universidade ou na relação com ela, como também pelas demandas apresentadas pela sociedade em geral. Assim, de forma preliminar, obteve-se um levantamento de documentos, propostas e ações, bem como se reconheceu a importância da existência de uma Política Institucional de Direitos Humanos, expressa em forma de plano de trabalho vinculado ao *Pacto Universitário*<sup>5</sup>.

Ao longo da história da Unifesp, são inúmeras, e em temas diversos, as iniciativas relacionadas à educação em direitos humanos<sup>6</sup>. Optamos por dar destaque a algumas dessas iniciativas com caráter e apoio interdisciplinar e *intercampi*, com atuação das diversas pró-reitorias.

Entre as experiências está o programa estratégico de extensão construído a partir da demanda do Fórum da Associação dos Professores Indígenas de São Paulo (Fapisp), de acesso ao ensino superior a professores indígenas. Em visita às universidades do estado de São Paulo, representantes do Fapisp acompanhados pela Funai reacenderam o debate do direito indígena à educação diferenciada, ao evidenciar a falta de oferta de licenciatura intercultural e diferenciada nas universidades públicas do estado de São Paulo. Realidade bastante diversa do restante do país, como expressa a carta endereçada pelo Fapisp à universidade no final de 2018:

O direito à educação diferenciada nos é garantido pela Constituição Federal, mas não poderá ser plenamente efetivado sem que tenhamos um curso de licenciatura indígena no estado em que vivemos. Para isso, esperamos que a universidade e os docentes que compõem a licenciatura estejam abertos para experiências de aprendizado mútuo, de modo a que possamos construir juntos um curso que faça diferença, contribuindo na vida das aldeias e da universidade.

Com apoio e articulação do Fapisp, do Comitê Inter aldeias e da verba de compensação de danos causados pela duplicação da ferrovia Itirapina-Cubatão, a Unifesp, por meio da Coordenadoria de Direitos Humanos/Proec, Cátedra Kaapora e Programa de Educação Popular, acolheu a iniciativa de construir uma licenciatura intercultural e colaborar com a articulação política para sua viabilização. O programa se desenvolve em formato de grupos de trabalho com uma proposta de curso de extensão.

A dimensão da interculturalidade também convocou a universidade a produzir respostas e reflexões ancoradas nos desdobramentos dos recentes fluxos migratórios, seja por meio dos programas de mobilidade estudantil, como o PEC G; programas específicos para refugiados (MemoRef); ou ainda capacitação de profissionais para atuarem em contexto de migração na perspectiva da interculturalidade (curso de especialização *lato sensu*).

Outra experiência em curso na Unifesp é o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf)<sup>7</sup>; um centro *intercampi* que estrutura suas ações nas articulações entre pesquisa e educação em direitos humanos, com o objetivo de produzir conhecimento em diálogo com as vítimas ou seus familiares e possibilitar a transferência dos saberes produzidos pelas pesquisas para a sociedade civil – de modo mais específico para técnicos, profissionais e pesquisadores da área –, na perspectiva de contribuir com o combate às injustiças e às violações de direitos humanos.

A origem do Caaf atendeu às demandas de familiares de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar no sentido de acolher as ossadas encontradas na Vala Clandestina de Perus (aberta em 1990) e proceder ao processo de identificação dos indivíduos desaparecidos<sup>8</sup>.

Atualmente, duas grandes pesquisas são desenvolvidas no âmbito do laboratório do Caaf. Uma delas é a do Grupo de Trabalho Perus (GTP)<sup>9</sup>. O objetivo dessa pesquisa é fazer a análise das 1 049 ossadas retiradas da Vala de Perus visando identificar 41 desaparecidos políticos cujas histórias indicam

que foram colocados nesse local, nos anos 1970, como modo de encobrir as graves violações de direitos humanos dos governos militares.

A outra pesquisa é sobre os “Crimes de Maio de 2006”<sup>10</sup>, ocorridos na Baixada Santista, quando um conflito entre o crime organizado e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo provocou a morte de mais de quinhentas pessoas no período de quatro dias. A pesquisa, em sua primeira etapa, analisou casos de sessenta indivíduos assassinados em maio de 2006 na Baixada Santista para entender a dinâmica da violência de Estado, o perfil das vítimas e os indícios de execução sumária (o que foi comprovado na maioria dos casos)<sup>11</sup>. Foi uma pesquisa também iniciada a partir da demanda do “Movimento Mães de Maio”, das famílias das vítimas dos “Crimes de Maio”, que já atuavam com a Unifesp em diversas atividades do *Campus* Baixada Santista.

Essas pesquisas possibilitaram o desenvolvimento de metodologias, protocolos, bem como a realização de análises que têm contribuído com a consolidação da antropologia e arqueologia forense como áreas de conhecimento no Brasil, na perspectiva dos direitos humanos; a formação de equipes multiprofissionais e a apresentação de dados que respondam às reivindicações históricas dos familiares das vítimas na perspectiva de potencializar as lutas e movimentos sociais<sup>12</sup>. Como meio de realizar a comunicação dos saberes produzidos nas pesquisas, o Caaf colocou em funcionamento dois cursos de especialização: “Antropologia Forense e Direitos Humanos” e “Direitos Humanos e Lutas Sociais”, como também os “Seminários Públicos pela Vida” (projeto de extensão).

O Caaf-Unifesp se caracteriza pela junção dos saberes das lutas sociais, por meio da participação direta dos movimentos envolvidos nos passos das pesquisas, com o conhecimento científico necessário para produzir evidências de violações de direitos que consubstanciem e potencializem as lutas. O encontro das demandas e lutas sociais com as iniciativas de docentes e pesquisadores da universidade tem produzido um processo de conhecimento interdisciplinar sobre a temática.

Nesse sentido, o desafio estratégico do Caaf-Unifesp constitui produzir um terceiro pilar, que reúna os dois outros já estruturados (saberes das lutas sociais + conhecimento científico). Trata-se de desenvolver uma arquitetura dos direitos humanos, que dê conta de elementos tecnológicos e estéticos,

para tornar visível à população de modo geral as violações de direitos, ampliando o entendimento e a informação sobre o valor da vida. Pois as violações de direitos humanos sofrem um constante processo de apagamento, tanto no nível das evidências quanto nas disputas discursivas em cenário mais amplo, para além dos movimentos e lutas. Cada experimentação política dos conflitos demanda modos próprios de mapear, documentar e visualizar as formas de violações.

Essas ações em curso na universidade têm propiciado um diálogo com a diversidade e as diferenças (classe social, raça, gênero, geração, deficiências), e assim contribuído para a própria transformação do ensino superior – a imprescindível necessidade de produzir saberes em diálogo e contextualizados social e culturalmente, como também a constante revisão das práticas acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão, gestão) e das políticas de educação, em especial sobre o acesso e a permanência estudantil –, fazendo valer as diretrizes da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## Direitos Humanos e Permanência Estudantil

O Brasil convive historicamente com restrições ao acesso de jovens ao ensino superior público e de qualidade. Mesmo que nos últimos anos tenham ocorrido importante expansão do número de vagas e mudanças no perfil de estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), ainda há muitas iniquidades que precisam ser superadas.

As mudanças recentes são resultado de um conjunto de políticas públicas, entre elas o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), o Sistema de Seleção Unificado (Sisu), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e a Lei de Cotas, que estabelece 50% das vagas nas Ifes para egressos do ensino público, negros, quilombolas, indígenas, pessoas de baixa renda e/ou pessoas com deficiência.

O percentual de estudantes egressos de escolas públicas saltou de 37,5% em 2003 para 60,4% em 2018. Em 2010 apenas 0,5% dos estudantes das Ifes eram de famílias com até meio salário mínimo *per capita*, saltando para 31,9% em 2014 e 26,6% em 2018, ou seja, mais de ¼ dos estudantes provém de famílias com alta vulnerabilidade socioeconômica. Além de que,

atualmente, 70,2% dos estudantes das Ifes são de famílias com até 1 e 1/2 salário mínimo *per capita*. Em 15 anos, as ações afirmativas elevaram em 282% a presença de estudantes pretos(as) e pardos(as) nas Ifes. Aumento substancial também ocorreu com o número de estudantes indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e, mais recentemente, com deficiência. Os resultados apresentados demonstram de maneira inequívoca que as políticas adotadas tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas Ifes, aproximando-se mais da heterogeneidade presente na sociedade brasileira<sup>13</sup>.

Um estudo realizado pela Pró-reitoria de Graduação da Unifesp, que analisou todos os estudantes da Unifesp por *campus*, chegou à conclusão de que o desempenho acadêmico do estudante não está relacionado ao seu desempenho no vestibular<sup>14</sup>. Esse resultado nos permite afirmar que os impactos dessa mudança de perfil não alcançam apenas os aspectos pedagógicos relacionados ao ensino e aprendizagem – contradizendo a afirmação de que a qualidade nas instituições de ensino diminuiria, após a instituição do programa de cotas –, mas tensionaram as bases tradicionais da universidade; por suas raízes populares, traz um novo escopo de demandas e necessidades que pressionam a universidade na transformação das políticas institucionais.

Importante ressaltar que as tensões vivenciadas nos espaços acadêmicos não são fenômenos novos surgidos dentro da lógica universitária a partir do programa de cotas e das políticas afirmativas. Elas já estavam presentes na universidade e na sociedade, mas eram, de certa forma, “blindadas”, pelo “filtro” que o vestibular realizava e pela lógica elitista em funcionamento.

A experiência de abertura e execução dos editais do Programa de Auxílio para Estudantes (Pape), realizado a partir de análises socioeconômicas e escalonado em níveis de maior para menor vulnerabilidade, revela que a universidade tem absorvido públicos de contextos extremamente vulneráveis no que se refere ao acesso aos direitos sociais básicos. Além disso, as mudanças no mundo do trabalho são vivenciadas no cotidiano dos atendimentos dos Núcleos de Apoio ao Estudante (NAE), em situações que envolvem desemprego, insegurança financeira das famílias, discriminação e violência.

Embora a universidade possua várias ações e medidas protetivas para os estudantes, que se manifestam nas possibilidades e na riqueza dos espaços acadêmicos, dos projetos de extensão, estágio e pesquisa, das atividades



culturais, do convívio, do contato com o conhecimento sistematizado, do encontro com a pluralidade etc., essas muitas vezes não são suficientes para garantir a permanência dos estudantes mais vulneráveis a partir das condições objetivas e simbólicas da vida.

Nesse sentido, a preocupação com a efetivação de uma universidade democrática e popular, atenta e trabalhando na lógica da construção de uma cultura de direitos humanos, traz uma série de demandas que envolvem o provimento de políticas sociais básicas para a garantia de que esses estudantes permanecerão na universidade. Contraditoriamente, essas necessidades se acirram em um contexto de aprofundamento da contrarreforma do Estado – manifestado pela expropriação dos direitos, fragilização e reestruturação das relações trabalhistas e previdenciárias que pressionam e ameaçam, inclusive, as próprias universidades públicas – a natureza pública e democrática do ensino superior.

No campo das experiências e vivências universitárias, apesar das inúmeras ações em curso, estudantes que possuem marcadores sociais da diferença – isto é, negros, LGBTQIA+, deficientes etc. – ainda se deparam nos espaços acadêmicos com manifestações de violência, racismo, racismo institucional, preconceito, meritocracia, falta de acessibilidade, individualismo etc. Essas manifestações desvelam o *modus operandi* presente nas contradições da sociedade, e que tendiam a ser abafadas, desconsideradas ou tratadas como exceção. A ação política organizada dos estudantes pressiona a gestão e a comunidade acadêmica no sentido de criar mecanismos para que essa sociabilidade seja ressignificada a partir de princípios que desarmem a cultura da universidade tradicional.

## O Lugar da Cultura na Universidade

O papel e o lugar da cultura nas universidades vêm sendo tema de debate nos espaços de produção das diretrizes educacionais para o ensino superior, especialmente no Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproex)<sup>15</sup>, no Fórum Nacional de Cultura (Forcult) e nos Fóruns Regionais de Cultura<sup>16</sup>.

A Unifesp, acompanhando os resultados dessas discussões, colocou a cultura em destaque no espaço institucional em 2013<sup>17</sup>. Em 2018 foi publicado

o Plano de Cultura da Unifesp, fruto de um processo de observação da própria realidade institucional, como também de planos de cultura elaborados por outras Instituições de Ensino Superior (IES). O documento foi resultado de uma construção democrática, com participação dos membros de todas as Câmaras de Extensão e Cultura (Caecs) dos *campi* e de profissionais envolvidos com extensão e cultura da Unifesp.

Sendo o conceito de cultura uma noção bastante ampla e polêmica, o documento explicitou a definição entendida pela comunidade universitária da Unifesp:

Além das letras e das belas artes, da cultura erudita e das experimentações artísticas, incorporamos também alguns elementos da concepção antropológica de cultura – modos de pensar e agir, com valores. Portanto, ao lado das linguagens artísticas – música, dança, teatro, literatura, artes visuais etc. – consideramos como atinentes à esfera cultural os saberes populares e tradicionais, as discussões sobre raça e gênero, bem como as relações entre cultura e desenvolvimento – que tangenciam a economia solidária e a economia criativa. Nessa visão plural e democratizante da cultura, as formas expressivas e as linguagens artísticas, além de seu valor propriamente estético, podem assumir papel de integração, inclusão e harmonização, contribuindo para melhorar a convivência numa época de ânimos acirrados, polarizações e agressividade como a que estamos atravessando<sup>18</sup>.

Com o plano de cultura institucional, buscou-se estabelecer metas, no intuito de dar condições para fomentar a criação de projetos artístico-culturais na comunidade acadêmica e em seu entorno ou, ainda, colaborar para a estabilização daqueles já existentes. Sempre com o intuito de promover na instituição um modo de pensar e agir pautados por valores democráticos, dialógicos, com respeito e promoção da diversidade e de combate às desigualdades.

Desde 2017 vem sendo realizado um mapeamento das ações artístico-culturais presentes nos *campi* da universidade, com divulgação no *site* para amplo conhecimento, por meio do qual se observou que em todos os *campi* existem diversas iniciativas culturais. Em 2013 foi criado o evento Unifesp Mostra a sua Arte (UMA), que ocorre ao longo de uma semana, anualmente (com inclusão no calendário acadêmico a partir de 2019), em todos os *campi* da Unifesp. O UMA tem como principal finalidade promover a circulação e a visibilidade das diversas produções artístico-culturais realizadas pela comunidade universitária dos seis *campi* e de seus entornos. Além disso,

busca estruturar uma política de fomento a manifestações culturais de diferentes segmentos sociais, regiões e linguagens artísticas. Nesses seus atuais sete anos de existência, contou com diversos tipos de expressões culturais, tais como música, teatro, cinema, dança e exposição fotográfica. A partir de 2018, no intuito de, por um lado, dar maior protagonismo às Caecs dos *campi* e, por outro, descentralizar a organização desse evento, a organização do UMA vem contando com a participação ativa das câmaras no seu processo de produção e execução.

Entre as ações que visam promover cultura, está o diálogo com instituições públicas de ensino para criar parcerias em prol do desenvolvimento de atividades culturais com base no empréstimo do acervo de filmes da Coleção Cinema Brasileiro Contemporâneo doada à Unifesp pela Ancine. Essa iniciativa gerou, em 2017, uma parceria com a Diretoria Regional de Educação de Itaquera (DRE-IQ) e a Prefeitura Regional de Itaquera, em apoio ao Projeto Piloto Cine Itaquera – Cinema Nacional. Esse projeto tinha como objetivo a projeção de filmes brasileiros em sessões gratuitas em salas disponíveis na região de Itaquera para um público formado por alunos da rede pública de ensino. A parceria deu origem ao apoio a outros projetos da DRE-IQ e Prefeitura Regional, como o projeto Toda Terça Tem Cinema Nacional, desenvolvido no CEU Azul da Cor do Mar, além de uma solicitação de filmes realizada pela DRE para o Recreio nas Férias 2018 (janeiro/2018). O público total das sessões em 2017 foi de 1 375 pessoas, resultado da soma das quatro sessões do Projeto Piloto Cine Itaquera – Cinema Nacional (639), das sessões realizadas nos CEU Azul da Cor do Mar e CEU Formosa (711), e uma sessão no *Campus Guarulhos* (25).

Ao longo desses anos também foram concretizadas parcerias com instituições importantes do circuito cultural; entre elas: Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), Centro de Cultura Árabe (ICArabe), SP-Leituras e Serviço Social do Comércio no estado de São Paulo (Sesc). Além disso, permanece o diálogo com outras instituições no intuito de estabelecer novas cooperações.

Entre as atividades culturais de maior permanência na instituição, está o Coral Unifesp, que existe desde 1967, quando a instituição ainda era a Escola Paulista de Medicina (EPM). O Coral Unifesp está vinculado à Proec-Unifesp desde 1997 e está aberto à participação da comunidade interna e externa da universidade. Seu repertório abrange, sobretudo, música popular brasileira,

representada em espetáculos cênicos de canto coral. Além de dois ensaios semanais, o coral também conta com oficinas vocais e o Coro Cidadão, que é um projeto de extensão que realiza apresentações em locais onde existem pessoas em situação de vulnerabilidade, como hospitais, orfanatos e comunidades carentes.

Nesse processo de ação por meio da cultura, com o propósito de gerar mudanças na cultura da instituição, foi imprescindível abordar temáticas como igualdade de gênero, diversidade sexual, religiosa e étnico-racial, direitos geracionais, sociais, políticos, entre outros, visando o enfrentamento do racismo, sexismo, homofobia e todas as outras formas de violência<sup>19</sup>. Pois a universidade se constitui, socialmente, em um importante espaço de socialização, formação, produção de conhecimentos e propostas de intervenção, potencializando o encontro das diversidades, das aprendizagens e da construção do conhecimento. É um ambiente privilegiado para promover o respeito às diferenças, o combate às violências e a criação de uma cultura e práxis pautada e constituída pelos direitos humanos. No entanto, ainda cabe o desafio de enfrentar as consequências históricas da constituição da sociedade brasileira, reconhecendo as consequências da desigualdade social e dos preconceitos (e como esses elementos influenciam a própria dinâmica e as relações sociais na instituição), bem como mover-se a partir dos avanços normativos/institucionais e das possibilidades a serem construídas para a vivência de uma cultura de direitos humanos.

- 
1. No caso dos afro-brasileiros, a questão é ainda mais séria. Segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ipea, *Atlas da Violência 2016*, um jovem negro ou pardo tem 147% mais chances de ser assassinado do que um branco ou amarelo. O país cordial e democrático, em seu cotidiano, tem três mulheres assassinadas por dia. E a maioria das vítimas é composta de mulheres negras (segundo pesquisa da Flacso, de 2015, entre 2003 e 2013 a morte violenta de mulheres negras aumentou 54%, enquanto a de mulheres brancas diminuiu 9,8% [J. J. Waiselfisz, *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*]).
  2. Brasil/CNEDH, *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, p. 37.
  3. Brasil, *Programa Nacional de Direitos Humanos (pndh-3)*, p. 150.

4. Cabe à Coordenadoria de Direitos Humanos, sediada desde sua criação na Proec, acompanhar e fomentar ações em direitos humanos na universidade e outros espaços sociais, bem como dialogar com demandas de movimentos sociais organizados.
5. “Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos”, disponível no *site* da Unifesp.
6. Para citar algumas ações desenvolvidas nesses últimos 25 anos: Cátedra Edward Said; Cátedra Sérgio Vieira de Melo; Cátedra Kaapora; Cursinhos Populares; Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero; Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf); Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab); Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina, na Unifesp (Núcleo TransUnifesp); Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Uapi); Memorial Digital do Refugiado (MemoRef); Programa Abdias do Nascimento; Projeto Xingu; Parcerias com SP-Leituras, Sesc-SP, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado e da União.
7. O Caaf é um órgão complementar da Unifesp, institucionalizado em outubro de 2018 pelo Conselho Universitário (Consu), mas com atividades em funcionamento desde 2014. Segundo seu regimento interno, o Caaf “tem por finalidade o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da produção de protocolos, pareceres e relatórios que visem à resolução de casos de violações de direitos humanos e o aperfeiçoamento das instituições democráticas do estado de direito” (art. 4 do Regimento Interno do Caaf).
8. Em setembro de 1990, a Prefeitura de São Paulo, incitada pelos movimentos de direitos humanos, decidiu escavar o local onde estariam dezenas de ossadas de indigentes, mortos e desaparecidos políticos, vítimas fatais da polícia e pessoas pobres e periféricas, durante os anos 1970. O resultado foi impactante: sacos contendo ossadas de quase dois mil corpos misturados, por terem sido seus sacos abertos e danificados. A partir de então se instituía a *Vala Clandestina de Perus*, originariamente alocada no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo. Tal fato ocorreu durante o governo da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Após duas décadas com as ossadas sendo transferidas para trabalhos forenses em várias instituições do Estado sem produzir resultados, a Unifesp se organizou para atender às demandas da sociedade civil. No ano de 2018, o trabalho realizado no Caaf obteve seus primeiros resultados: a identificação de Dimas Antônio Casemiro, militante desaparecido em abril de 1971; e de Aluizio Palhano, desaparecido em 1970.
9. A pesquisa se desenvolveu mediante parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR, hoje Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/MDH) e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH), da Prefeitura de São Paulo, por meio de um Acordo Técnico de Cooperação (ACT). As três instituições formam o Grupo de Trabalho de Perus (GTP), com sede no Caaf e funcionamento em nosso laboratório.
10. O Caaf foi o articulador do projeto e instituição executora, com o Centro Latino-americano da Escola de Estudos Interdisciplinares e de Área da Universidade de Oxford (Inglaterra). Contou com o financiamento da Newton Fund e do British Council.
11. O *Relatório Final* da primeira etapa da pesquisa, de novembro de 2018, gerou a abertura de ação civil indenizatória por parte do Ministério Público Estadual de São Paulo (processo em andamento) e consubstanciou o encaminhamento de denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), em dezembro de 2018 (com visita desta à Unifesp). Disponível na página do Caaf pelo *site* da Unifesp.

12. Ambos os projetos resultaram em um acervo que reúne documentação produzida pela imprensa, pelos familiares das vítimas, por testemunhas e instituições do Estado, bem como mapas, estatísticas, protocolos, entre outros artefatos forenses.
13. Fonaprace e Andifes, “Relatório Executivo”, em *v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes*, 2019.
14. Unifesp/ProGrad, *Análise do Coeficiente de Rendimento dos Estudantes da Unifesp*.
15. Instância que articula e define as políticas e diretrizes para a institucionalização e o fortalecimento das ações das Pró-reitorias de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) do Brasil.
16. Instâncias que congregam gestores culturais das IES para discutir as políticas culturais nas universidades.
17. Em 17 de fevereiro de 2016, a Resolução n. 121 modificou o Estatuto da Unifesp, a fim de incorporar a cultura ao nome da antiga Pró-reitoria de Extensão (Proex), que passou a se chamar Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proec). Essa mesma resolução criou a Coordenadoria Cultural, atualmente chamada de Coordenadoria de Cultura, vinculada à Proec, com as seguintes atribuições: I. coordenar o processo de elaboração e implementação de um Plano de Cultura para a Unifesp; II. fomentar a criação e a circulação de práticas artístico-culturais; III. apoiar a realização de eventos culturais internos e externos à Universidade; IV. articular parcerias institucionais e apoios que potencializem as ações artístico-culturais da e na Unifesp; v. monitorar e mapear as iniciativas artístico-culturais desenvolvidas dentro da Unifesp.
18. Ver Plano de Cultura da Unifesp, disponível no *site* da universidade.
19. Destaque para as ações que foram realizadas com a atuação das diversas pró-reitorias, de modo especial da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), de Graduação (ProGrad) e de Pós-graduação e Pesquisa (PROGPQ): Projeto Jovem.Doc; Campanha “Trote Violento Não” e Concurso Cultural “Direitos Humanos”, promovidos pela Prae; Campanha “Mediação de Conflito”; Semana da Consciência Negra; Fórum LGBTQI+, com ações sistemáticas de promoção da diversidade sexual e de gênero.

# 4

## Democracia e Participação na Unifesp: a Universidade como Laboratório de Inovações Democráticas

CLÁUDIA ALESSANDRA TESSARI • GABRIELA DE BRELAZ • IZABEL MEISTER • JAMES  
HOLSTON • PEDRO FIORI ARANTES

### Universidade, Democracia e Participação

A UNIFESP ADOTA ATUALMENTE UM MODELO de governo universitário com forte participação de estruturas colegiadas de representação e deliberação e espaços de experimentação para iniciativas participativas e de democracia direta.

Seu modelo de governança começou a ser desenhado na reforma estatutária de 2011-2012 e foi completado na reforma de 2016-2018. Baseado

nos princípios de democracia participativa, tem em seus órgãos colegiados, nas mais diversas instâncias, importantes espaços de deliberação e consultas com a presença de docentes, discentes e técnicos. Podemos citar os conselhos centrais, conselhos de *campus*, congregações, câmaras acadêmicas, câmaras técnicas, comitês, colegiados de curso e de departamentos.

Em 2019, encontram-se oito conselhos deliberativos, dos quais três são voltados para as atividades-fim (Conselho de Graduação, Conselho de Pós-graduação e Conselho de Extensão), um conselho superior (Conselho Universitário), o Conselho Curador, e três conselhos voltados para atividade de apoio, o Conselho de Planejamento e Administração, o Conselho de Gestão com Pessoas e o Conselho de Assuntos Estudantis.

Em termos de composição, esses conselhos, por serem deliberativos, seguem as orientações do parecer da AGU/Unifesp<sup>1</sup>, que prevê proporção mínima de 70% de docentes, obrigatoriamente. Exceção quanto à composição ocorrem em dois Conselhos, a fim de melhor adequar seus colegiados aos temas tratados: o Conselho de Assuntos Estudantis (que tem maioria de estudantes) e o Conselho de Gestão de Pessoas (que tem maioria de técnicos administrativos). Em temas que exigem respaldo legal, eles remetem suas recomendações para o Conselho Universitário, que, por lei, segue a composição de 70% de docentes.

Todo o sistema de conselhos e colegiados da Unifesp tem um número significativo de vagas de representantes disponíveis. Nas eleições ocorridas em novembro de 2017, foram 598 vagas disponíveis para os conselhos e colegiados, um total de 25 282 eleitores e 2 527 (10,1%) de votantes entre estudantes, técnicos administrativos e docentes<sup>2</sup>.

O atual Estatuto da Unifesp, reformado entre 2015 e 2018 e republicado como Resolução n. 167/2018, assume no art. 17, § 9º, que “A Unifesp promoverá a gestão democrática do ensino público, em consonância com o art. 206 da Constituição Federal”. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente a partir de 2016 definiu que entre seus eixos estruturantes está um modelo de *governança participativa*, que prevê

[...] o desenvolvimento de um princípio educativo capaz de organizar os processos e a própria prática das instituições, com a multiplicação dos espaços, o reconhecimento dos atores e a estimulação das ações ancoradas no exercício de uma prática de cidadania ativa.



Isso permite tornar mais eficazes os processos de gestão e, principalmente, facilitar que o protagonismo social seja mais intenso e generalizado<sup>3</sup>.

Tal diretriz tem vários desdobramentos internos, em espaços de decisão representativos, colegiados, participativos ou de democracia direta – o que tem conduzido a Unifesp a assumir como uma das suas missões a inovação democrática como um dos desafios da universidade contemporânea, numa conjuntura mundial em que a democracia e os direitos civis têm retrocedido. Ou seja, reconhecer a universidade como um campo de experimentação das práticas democráticas e decisórias é um desafio não apenas inerente à nossa instituição e sua governança interna, mas tem uma dimensão pública, de manter ativo de forma prática e reflexiva o exercício da cidadania democrática.

A gestão democrática e participativa das universidades, por sua vez, não é uma questão tranquila ou consensual – ao contrário, as universidades foram instituídas e muitas delas ainda são, até hoje, organizações altamente hierárquicas (ou mesmo estamentais), originárias de estruturas eclesiais, militares ou do *Ancien Régime*. Não é casual, universidades são historicamente espaços de concentração de saber (e poder) na sociedade e, internamente, possuem sistemas muito consolidados de hierarquia e comando. Sistemas de carreiras, títulos, meritocracia dirigem a um modelo que super-representa os professores titulares (catedráticos) e, mais recentemente, na era do “empresariamento universitário”, com reitores e diretores externos ao corpo docente, contratados e atuando como CEOs de grandes corporações privadas. Os conselhos universitários e principais colegiados das universidades mundiais seguem critérios similares que sobrerrepresentam os docentes mais titulados ou, ainda, se tornam crescentemente assembleias de sócios e investidores.

As universidades federais brasileiras, mesmo que públicas, gratuitas, mais jovens e mais abertas do que as europeias e norte-americanas, estão ainda submetidas a práticas e legislações arcaicas e antidemocráticas. Dois exemplos são: a manutenção da lista tríplice de reitor para escolha do presidente da República (mecanismo originado na ditadura militar) e a sobrerrepresentação de docentes em todos os colegiados, com ao menos 70% dos integrantes, restando a técnicos e estudantes, somados, no máximo 30% das cadeiras (mesmo que esses segmentos constituam, em geral, mais de

90% da comunidade acadêmica). Diversas universidades federais ainda impedem que técnicos de carreira assumam pró-reitorias. O contexto é de clara concentração de poder na mão dos docentes mais titulados ou, pior, da Presidência da República – que tem, inclusive, recentemente, indicado diversos reitores que não os mais votados em suas universidades<sup>4</sup>.

É desse modo que entendemos que as práticas e inovações de radicalização e experimentação democráticas na universidade possuem um caráter de insurgência. Insurgência não significa inobservância dos preceitos constitucionais. Aliás, a Constituição Federal prevê a autonomia universitária<sup>5</sup> e a gestão democrática do ensino público<sup>6</sup>. Um ambiente democrático de ensino-aprendizagem também é fortalecido por outros preceitos constitucionais, tais como: o pluralismo de ideias, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber<sup>7</sup>. Nesse sentido, garantidos seus fins e missão, a universidade poderia se aproximar daquilo que Mário Pedrosa definiu como uma das responsabilidades da arte, como “exercício experimental da liberdade”, como síntese do espírito democrático engajado com seu tempo<sup>8</sup>.

Neste capítulo, abordaremos algumas das iniciativas recentes da Unifesp que exploraram fronteiras e possibilidades do exercício democrático na universidade, com inovações em processos, espaços, sistemas e resultados. O desafio não é simples e o resultado nem sempre é evidente – mas o sentido é inequívoco: reafirmar a universidade como laboratório permanente de exercício e inovação na democracia, exercida como meio, fim e problema de conhecimento, organização social e transformação da realidade.

## Reformas Universitárias: Córdoba, 1918, e Brasil, anos 1960

O conceito de “universidade participativa”, no qual estudantes e técnicos administrativos têm o direito de participar de sua governança, começou a desafiar aquela “universidade rigidamente ordenada”, hierárquica e comandada pelo professor, por meio de importantes iniciativas, tais como a Reforma Universitária iniciada em 1918, na Argentina, na Universidade

Nacional de Córdoba (UNC)<sup>9</sup>, e que trouxe impactos para toda a América Latina<sup>10</sup>.

La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar ese pensamiento propio de los cuerpos universitarios por medio de sus representantes. Está cansada de soportar a los tiranos. Si ha sido capaz de realizar una revolución en las conciencias, no puede desconocerse la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa.

La juventud universitaria de Córdoba, por intermedio de su Federación, saluda a los compañeros de la América toda y les incita a colaborar en la obra de libertad que inicia<sup>11</sup>.

A Reforma Universitária de Córdoba foi um importante movimento pela democratização do ensino que instituiu um modelo de universidade pública, laica, com liberdade de pensamento e representação de todos os níveis de docentes, estudantes e técnicos nas instâncias de decisão. As bases programáticas da Reforma foram: participação de toda a comunidade universitária na eleição do corpo diretivo e das autoridades, autonomia universitária, liberdade de cátedra, liberdade de docência, concursos para professores, investigação como função da universidade e extensão universitária e compromisso com a sociedade<sup>12</sup>. Para Rubião, o grande legado trazido pela Reforma de Córdoba foi unir a ideia de reforma universitária com reforma social, assim como estabelecer as bases para a ação extensionista, fenômeno tipicamente latino-americano e que fortalece o ideal participativo<sup>13</sup>.

Se, por um lado, na Argentina e em vários países da América Latina os estudantes organizaram-se para a modernização das relações sociais, culturais e políticas na Universidade já no final da década de 1910<sup>14</sup>, no Brasil

[...] foi necessário, antes, criar universidades para superar a fragmentação da educação superior, que era ministrada em instituições isoladas (faculdades) para, entre outros fatores de desenvolvimento, impelir a modernização do País e, definitivamente, desvencilhar-se da República Velha (1889-1930) e dos resquícios da pseudossuperação da Monarquia (1822-1889) e da condição colonial europeia (1500-1822) – etapas políticas nacionais de tradição autoritária e dominadas pelo interesse latifundiário, rentista e elitista, bem como do pensamento positivista<sup>15</sup>.

Dessa forma, os ideais da Reforma de Córdoba atingiram o Brasil somente na segunda década do século XX, e de modo limitado, devido às poucas

organizações de ensino superior que existiam e à ausência de uma organização estudantil nacional. Um início de movimentação estudantil ocorreu em 1928, quando estudantes da Universidade do Rio de Janeiro, seguindo o exemplo da UNC, criaram o Comitê Central Pró-reforma Universitária para debater o sistema universitário considerado retrógrado e imperfeito desde a sua criação, com a apresentação de manifestos, mas que fracassou em seu intuito um ano após a sua criação. Será somente no início da década de 1960<sup>16</sup> que esses ideais ganharão espaço no Brasil diante do contexto social, político e econômico vigente no país, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) organiza o 1º-Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior<sup>17</sup>.

Embora a Reforma Universitária de Córdoba tenha instituído um modelo de universidade pública, laica, com liberdade de pensamento e representação de todos os níveis de docentes, estudantes e técnicos nas instâncias de decisão, as Universidades seguiram como espaço com fortes restrições a uma ampla e irrestrita abertura democrática. Importante lembrar que a Universidade no Brasil foi criada como um bem cultural oferecido a minorias. Na prática, a universidade funcionava como uma “instituição selecionadora e sancionadora de posições de prestígio e autoridade social”, sendo que “o que prevaleceu foi a função de formação de elites”<sup>18</sup>.

A Reforma Universitária entrou em pauta no início dos anos 1960, em conjunto com o debate das Reformas de Base. Reconhecendo que o projeto das Universidades Brasileiras era conduzido pelas elites, o clima político dos anos 1960 passava a exigir das Universidades um compromisso social ampliado, com os problemas do povo brasileiro e com o desenvolvimento nacional autônomo. Esse movimento acabou teorizado alguns anos depois por Darcy Ribeiro, quando apresenta “a universidade questionada” e a “universidade necessária” em livro que escreveu já no exílio, no Uruguai, e publicou em 1969. A ideia-força de *A Universidade Necessária* era conceber a universidade brasileira dirigida a “antecipar todas as transformações realizáveis e que contribuam à renovação da sociedade”<sup>19</sup> – para isso, seria preciso que o “autogoverno” universitário não estivesse dirigido a atender apenas aos interesses “da própria clientela universitária”, mas “à mudança da estrutura social vigente [...] com todas suas desigualdades e injustiças”<sup>20</sup>. Essa posição progressista será definida por Darcy como “autonomista”, que

se mobiliza tanto pela autonomia universitária quanto pelo desenvolvimento autônomo da sociedade nacional<sup>21</sup>.

Entre 1961 e 1963, no calor dos debates da UNE, o documento que consolida o programa mínimo de Reforma Universitária, que estava sendo discutido na época por múltiplas vozes, é formulado por Ernani Fiori, filósofo gaúcho, professor da UFRGS e primeiro professor a ser cassado pelo golpe militar de 1964<sup>22</sup>. O documento, com o título “Aspectos da Reforma Universitária”, circulou pelos Centros Acadêmicos e se tornou a base para a defesa da paridade nos espaços decisórios e para o empoderamento estudantil e dos docentes mais novos contra o regime autocrático dos catedráticos, com impacto, evidentemente, na forma de produção do conhecimento e na sua relevância para a transformação social. Essas premissas pressupunham a autonomia universitária em relação a interesses particularistas, elitistas ou entreguistas, ou seja, uma autonomia universitária socialmente referenciada nos problemas do povo brasileiro.

Nesse mesmo momento, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira estavam envolvidos num projeto universitário revolucionário, a UNB, que também articulava conhecimentos humanistas e dimensões práticas de forma inovadora para conhecer e transformar os problemas que afligiam o povo brasileiro. Não por acaso, a UNB foi a primeira universidade a receber um interventor indicado pelo Regime Militar depois de 1964, que perseguiu docentes politicamente identificados com a esquerda, o que resultou num pedido de demissão em massa de professores, perdendo a universidade dois terços do seu corpo docente.

Em todas as universidades brasileiras, as ações de repressão perseguiram estudantes, professores e técnicos, forçados a se silenciarem, ao exílio, quando não presos, torturados e mortos. As diversas Comissões da Verdade que várias universidades, incluindo a Unifesp, instituíram a partir dos anos 2000 auxiliaram no reconhecimento dessa história de perseguição e expurgo. Na Unifesp, o caso mais notório foi de nosso diretor Marcos Lindenberg, responsável pela federalização da Escola, que se tornou pública em 1956. Foi cassado em 1964 por ser um médico e professor progressista, amigo de Darcy Ribeiro, e obrigado a viver em situação similar a uma prisão domiciliar.

Com a redemocratização, o termo reforma universitária não foi mais utilizado, ficando datado como projeto dos anos 1960. Contudo, o movimento

pela Constituinte e estabelecimento das bases da Nova República e de um Estado Democrático de Direito com viés de Estado de Bem-estar e garantias cidadãs trouxe importantes definições constitucionais da missão, da autonomia e da democracia no sistema universitário. Desse modo, é possível afirmar que a Constituição Federal de 1988 consolida um modelo de universidade correspondente aos desafios da redemocratização do país, que resumimos a seguir.

A Autonomia Universitária deve ser garantida e tem dimensão ampla: didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial<sup>23</sup>, com a garantia da produção livre do conhecimento, um dos pilares do Estado Democrático de Direito. O planejamento e as atividades das Universidades deverão ser pautados pelos princípios de: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; consideração com a diversidade étnico-racial; igualdade de condições para o acesso e permanência; valorização do profissional da educação; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (em consonância com o art. 206 da Constituição Federal e com art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação). As Universidades devem ainda atuar pela promoção humanística, científica e tecnológica do país<sup>24</sup>, para a solução dos problemas brasileiros<sup>25</sup>, obedecendo à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão<sup>26</sup> na produção do conhecimento socialmente referenciado.

Além disso, as Universidades e Institutos, na qualidade de estabelecimentos oficiais de ensino superior público, devem manter gratuidade da graduação e pós-graduação *stricto sensu*<sup>27</sup>, elemento fundamental para garantia do direito ao ensino superior a todos, independentemente de renda e condição social. Também deve ser garantida a gestão democrática do ensino público<sup>28</sup>, por meio de seus Conselhos e Congregações, garantindo sua representatividade, inclusive dos reitores nomeados indicados pelos Conselhos Universitários. Do ponto de vista de seu funcionamento, é definida a garantia de financiamento público e recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições federais pela União<sup>29</sup>.

A Constituição ainda prevê que a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, que tem responsabilidade direta na promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação<sup>30</sup>. Por fim, a União deve manter os esforços para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, obrigação definida pelo art. 214.

Apesar de esses dispositivos representarem uma conquista histórica de centenas de anos de universidades do mundo inteiro e representarem um avanço, as instituições federais de ensino superior no Brasil ainda sofrem com dificuldades de toda ordem para se tornarem espaços plenamente democráticos.

## Unifesp: Impasses da Expansão, Emergência de Conflitos, Greves e Ocupações

A Unifesp, tendo como origem a tradicional Escola Paulista de Medicina (EPM), teve grande expansão após aderir ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), trazendo para dentro de si novas áreas de conhecimento, com suas especificidades e culturas, nova configuração geográfica, novos públicos – interno e externo – e novas demandas. No que se refere à democracia e participação, a Unifesp viu-se defronte de novos e renovados impasses: a emergência de conflitos até então inexistentes e o afloramento de formas de luta e participação, como as greves de docentes, estudantes e técnicos e as ocupações estudantis. Por ser uma universidade nova e em expansão, esteve às voltas com a decisão de manter um sistema mais fechado e encastelado de representação e poder ou se abrir cada vez mais, abarcando todos os segmentos e *campi* com vozes plurais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2005 assumiu os objetivos de criação de novos cursos de graduação em áreas contíguas à da saúde, e de continuidade e fortalecimento da oferta de novas modalidades de cursos que complementassem o ensino médio, apontando para uma expansão da graduação para outras áreas do conhecimento – as ciências exatas, as humanas e as sociais aplicadas –, em novo escopo geográfico – os novos *campi* da Unifesp. Previa, para isso, a manutenção das negociações com os

governos municipais da macrorregião da cidade de São Paulo, estadual e federal, no sentido de apoiar suas ações de expansão acadêmica e geográfica<sup>31</sup>.

Assim, a partir de 2006 a universidade iniciou seu processo de expansão, o qual a levou à abertura de novos *campi*, novos cursos de graduação e pós-graduação, cursos oferecidos a distância e muitos novos projetos e programas de extensão. Criou cinco novos *campi* e passou, de 2005 a 2018: de 5 cursos de graduação para 52; de 1,4 mil alunos de graduação para 13,4 mil; de 76 para 124 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), com 6,3 mil estudantes; além de mais do que dobrar o número de docentes e de técnicos administrativos (os docentes passaram de 677 para 1 616 e os técnicos administrativos de 1,1 mil para 3,8 mil)<sup>32</sup>. Esses números dão a dimensão do vertiginoso crescimento da Unifesp e dos problemas de uma comunidade em intensa mudança qualitativa e quantitativa, em uma comunidade já constituída com sua cultura democrática e suas formas de participação.

O processo de expansão das universidades federais, do qual a Unifesp fez parte, tinha como um dos objetivos a democratização da universidade, buscando mudar a realidade dominante de que a universidade federal era uma opção reservada, majoritariamente, às classes sociais mais favorecidas. No bojo da expansão e com a criação do sistema de cotas que estabeleceu a reserva de parte das vagas das universidades federais a grupos considerados com vulnerabilidade social, há novas transformações na Unifesp, que passa a acolher segmentos da população historicamente afastados dela. Na Unifesp, a política de reserva de vagas de ingresso aos cursos de graduação foi adotada desde 2005, e de lá até 2012 eram reservadas 10% das vagas a estudantes provenientes de escolas públicas, com autodeclaração de etnia e raça. A partir de 2013, a Unifesp passou a seguir o que preconiza a Lei n. 12.711, ampliando paulatinamente o percentual de vagas reservadas para o perfil das cotas<sup>33</sup>.

É uma nova conjuntura, uma nova realidade, outros públicos, novas demandas, seja daqueles que já pertenciam, seja daqueles que chegaram à instituição. E, também, novos problemas e novos desafios.

A rápida expansão e diversificação da Unifesp, associada à falta de recursos (humanos, financeiros, organizacionais e de infraestrutura), resultou em precariedades, entraves, conflitos e embates; falta de



laboratórios, de restaurantes universitários, de bibliotecas, de espaços para estudantes, prédios adaptados ou inadequados; docentes em número insuficiente para as unidades curriculares; e déficit de técnicos administrativos.

Enfrentando essa realidade, em 2012 ocorreu a maior greve de docentes de universidades federais da história do país. Foram quatro meses de paralisação, mais de sessenta instituições (58 das 59 universidades federais), cerca de cem mil professores, entre ativos e aposentados, e um milhão de estudantes envolvidos<sup>34</sup>.

Fruto do “enfrentamento que teve como alvo principal justamente a degradação das condições de trabalho docente decorrentes dos projetos governamentais para a educação superior no Brasil [consubstanciado na expansão]”, a greve teve como pauta dois pontos principais: a definição de uma nova carreira para o magistério federal e a melhoria das condições de trabalho<sup>35</sup>.

Os docentes da Unifesp aderiram à greve nacional, logo sendo acompanhados dos técnicos e dos estudantes na paralisação e nas atividades grevistas. Docentes de todos os *campi* mobilizados em torno da pauta nacional, mas também pelas reivindicações locais – precariedade da estrutura física, falta de laboratórios, espaços acadêmicos inadequados, falta de restaurantes universitários e de transporte<sup>36</sup>. Era a nova Unifesp que se erguia oriunda da expansão e unida pela precariedade.

A expansão trouxe para dentro de si os problemas e demandas da sociedade nas grandes cidades e também formas de organização política e de reivindicação que não eram frequentes na Unifesp, entre elas as ocupações estudantis. Em junho de 2008, foram presos 48 estudantes que tentaram ocupar a reitoria da universidade em protesto contra o reitor Ulysses Fagundes Neto, envolvido em escândalo com cartões corporativos do governo federal. Em 2012, o *Campus* Guarulhos da Unifesp foi paralisado e ocupado por estudantes em greve. A pauta de reivindicações era grande, incluindo demandas e exigências de maior democratização e participação estudantil nos processos decisórios da universidade e aquelas fruto da intersecção entre os problemas da universidade e da vida na metrópole: 1. a construção do prédio do *Campus* Guarulhos, em substituição ao prédio provisório, com sua infraestrutura insuficiente e inadequada; 2. moradia estudantil; 3. viabilização

e implementação de creche; 4. ampliação do restaurante universitário; 5. ampliação e adequação da rede de informática e laboratórios; 6. oferta de transporte para o *campus*, na tentativa de contornar as dificuldades de acesso; 7. melhorias nos auxílios e programas de permanência estudantil; 8. retirada dos processos criminais na Polícia Federal contra os 48 estudantes que haviam ocupado a reitoria em 2008; 9. paridade entre alunos, professores e técnicos administrativos no Consu; 10. revisão do Estatuto da Unifesp a fim de permitir maior democratização<sup>37</sup>.

Em 2015, novamente, o *Campus* Guarulhos foi ocupado por estudantes, e a duração da ocupação e da greve estudantil (a greve durou 58 dias) provocou o adiamento do semestre letivo. A principal reivindicação do movimento era a manutenção da chamada “Ponte Orca”, ônibus que faziam o transporte gratuito de alunos das estações de metrô Carrão e Armênia até o *campus*, no centro de Guarulhos, Região Metropolitana de São Paulo. O transporte ocorria graças a um convênio da universidade com a EMTU (empresa metropolitana de transportes) e havia sido descontinuado no início daquele ano.

No ano seguinte, em 2016, na esteira das ocupações estudantis secundaristas, estudantes ocuparam o *Campus* Guarulhos e o *Campus* Baixada Santista da Unifesp. A mobilização estudantil de 2016 envolveu escolas secundaristas e universidades em diversos estados do Brasil. No caso dos estudantes das universidades, incluindo as ocupações dos *Campi* Baixada Santista e Guarulhos da Unifesp, a principal causa era posicionar-se contra a “PEC do Teto de Gastos” (PEC n. 241), a emenda constitucional que limitou o crescimento das despesas do governo brasileiro (alcançando os três poderes) durante vinte anos, atingindo os gastos com a educação.

## ○ Aprofundamento da Pluralidade, da Democracia e da Participação

O processo eleitoral de 2012 para a reitoria ocorreu na esteira das greves – docente e estudantil –, com a construção de programas por três diferentes chapas e seus apoiadores, fato inédito nos 25 anos de Unifesp. Inédita

também foi a realização de debates em todos os *campi* e a alta participação na votação.

Não é possível entender as eleições daquele ano sem entender o papel aguçador e aglutinador das demandas que as paralisações e ocupações propiciaram na universidade. Pela primeira vez, todos os setores da Unifesp haviam entrado em greve de forma conjunta a fim de pôr fim à precarização das condições de infraestrutura física, das condições de trabalho, e da principal função da instituição: promover mudanças socioeconômicas, políticas e científicas.

O movimento grevista, formado por docentes, técnicos administrativos e estudantes de todos os *campi*, deu lugar ao movimento Unifesp Plural e Democrática, que construiu para a universidade um projeto que visava responder aos desafios apresentados pelo processo de expansão, mas, sobretudo, dar representatividade à pluralidade que agora formava a Unifesp tendo como uma das plataformas principais uma gestão mais democrática. O movimento lançou uma chapa para concorrer à consulta pública para escolha do reitor. A chapa, a última a se inscrever para concorrer à consulta, era formada pelas docentes Soraya Soubhi Smaili (reitora) e Valeria Petri (vice-reitora).

A eleição da chapa apoiada pelo Movimento Unifesp Plural e Democrática significou mudança da correlação de forças na Unifesp, alterando o sistema de governo mantido até então pela hegemonia médica e patriarcal. A chapa teve grande disparidade de votos exatamente nos *campi* de expansão – 58% dos votos no *Campus* Baixada Santista (área da saúde, mas não Medicina); 60,6% no *Campus* Guarulhos (Humanas); 56% no *Campus* Diadema (área das Ciências da Vida); 42,2% no *Campus* São José dos Campos (Exatas e Engenharias); 51,4% no *Campus* Osasco (Ciências Sociais Aplicadas); e 25,3% no *Campus* São Paulo (*campus* sede, Medicina e Enfermagem)<sup>38</sup>.

Pela primeira vez, a universidade elegeu como reitora uma mulher. Uma mulher não médica. Uma docente não titular. Uma docente não graduada pela Escola Paulista de Medicina (EPM)<sup>39</sup>.

A nova reitoria que se instalou a partir de 2013 trazia as mulheres para os postos de comando de uma das maiores universidades do país. Mulheres eram reitora, vice-reitora, chefe de gabinete e as responsáveis por cinco das seis pró-reitorias<sup>40</sup>.

## As Reformas Estatutárias e o I Congresso da Unifesp

Nos anos de 2011 e 2012, durante a gestão do reitor prof. Walter Manna Albertoni (gestão 2009-2013), buscando adequar seu sistema de governança a uma universidade *multicampi* e diversa, a Unifesp havia reformado seu Estatuto e seu Regimento Interno ampliando seus espaços de deliberação e descentralizando uma série de decisões que passaram a ser tomadas nos *campi*; por exemplo, tivemos a criação das Câmaras Acadêmicas (de graduação, extensão e de pós-graduação e pesquisa) em cada *campus* e a ampliação das representações nos conselhos centrais já existentes.

O documento-base para a reforma do Estatuto e do Regimento foi disponibilizado ao público para consulta e comentários de toda a comunidade. No entanto, as discussões e decisões ficaram circunscritas às reuniões do Conselho Universitário, evidenciando que a reforma estatutária de 2011-2012 se, por um lado, foi importante por adequar, modernizar e expandir os espaços de representação de estudantes, técnicos administrativos e docentes, mostrava-se ainda insuficiente, além de haver ocorrido de maneira restrita por ter se dado exclusivamente dentro do Conselho Universitário.

Havia, portanto, uma demanda da comunidade acadêmica de que uma próxima reforma de Estatuto, que contemplasse sobretudo demandas dos *campi* de expansão, pudesse ocorrer noutro formato, ampliado e mais representativo, na forma de uma estatuinte com representação paritária dos diferentes segmentos (docentes, técnicos e estudantes).

A chapa para a reitoria eleita para o mandato 2013-2016 tinha entre suas propostas a realização de um congresso para discussão de temas estratégicos da Universidade, incluindo diretrizes para a reforma de Estatuto. Assim, entre novembro e dezembro de 2014, a Unifesp realizou o *i Congresso da Unifesp “20 Anos de Universidade: Autonomia, Democracia e Sociedade”*, com a participação de quase trezentos delegados eleitos pela comunidade acadêmica em número igual para cada segmento (estudantes, docentes e técnicos administrativos).

O congresso discutiu os rumos da Universidade, que completava vinte anos em 2014, com o debate de teses e propostas que foram previamente enviadas pela comunidade acadêmica no mês que antecedeu o encontro. As

teses eram enviadas por grupos de autores, com a escolha de temas e palavras-chave para seu agrupamento no debate que se seguiria. Os temas principais de debate foram: 1. o projeto político-acadêmico da Unifesp: seu papel socioeconômico e ambiental; 2. a consolidação da Unifesp: financiamento da universidade pública; 3. as reformas do Estatuto e do Regimento: estruturas de poder e representatividade.

O Congresso foi um espaço inovador de interlocução entre os segmentos e nele afloraram tensões diversas entre grupos, com divergências por vezes que pareceram irreconciliáveis. O exercício de dissenso é saudável, mas a sensação de uma panela de pressão de participação que fora finalmente destampada colocou a instituição em alerta para que reavaliasse os processos internos de consulta e participação, para além das formas de representação dos Conselhos Centrais e Congregações de *campus*.

O Congresso debateu e aprovou diversas teses para uma reforma do Estatuto e do Regimento Geral da Unifesp, as quais foram organizadas por uma comissão paritária (com igual número de membros de cada segmento) especialmente designada pelo Conselho Universitário para tal fim, resultando no relatório do I Congresso. O relatório foi discutido e aprovado pelo Conselho Universitário, e as propostas de alterações do Estatuto e do Regimento Geral da universidade foram pautadas nas sessões do Conselho Universitário ao longo dos anos de 2016 a 2018, resultando em uma série de alterações.

## A Eleição Paritária

Um dos resultados do I Congresso da Unifesp foi evidenciar o desejo da comunidade pela consulta paritária para a escolha de reitor, vice-reitor, diretores e vice-diretores, na qual os votos dos estudantes, técnicos administrativos e docentes tivessem pesos iguais, rompendo com a diferença marcante imposta pela LDB, que dá peso muito maior (70%) aos docentes nos processos decisórios da universidade.

Assim, foi feita uma indagação à Advocacia-Geral da União/Procuradoria Federal junto à Unifesp sobre a possibilidade de as consultas públicas para reitor ocorrerem de forma paritária. Em agosto de 2015, a Procuradoria

deferiu seu parecer, afirmando que o órgão máximo da Universidade detém o poder de regulamentar seu processo eleitoral para a escolha dos seus gestores, desde que suas regras sejam compatíveis com o art. 16 da Lei n. 5.540/68, alterada pela Lei n. 9.192/95. O processo eleitoral para escolha dos dirigentes da Unifesp está regido pelo seu Regimento Geral em seu Título VIII<sup>41</sup>. Pode-se dizer que o processo está estruturado da seguinte forma: 1. nomeação da Comissão Eleitoral pelo Conselho Universitário<sup>42</sup>; 2. fixação das regras do processo eleitoral pela Comissão e aprovação pelo Consu<sup>43</sup>; 3. consulta prévia à comunidade<sup>44</sup>; 4. elaboração de lista tríplice pela Congregação (no caso de diretores) ou pelo Consu (no caso de reitores)<sup>45</sup>; e 5. escolha pelo reitor (no caso de diretores)<sup>46</sup>.

O parecer confirmou a possibilidade de realizar consulta prévia facultativa à comunidade de forma paritária entre docentes, discentes e técnicos, mantendo, no entanto, a eleição (decisão sobre a lista tríplice) como incumbência do Conselho Universitário, respeitando a representação neste órgão de 70% de docentes e 30% das demais categorias (estudantes e técnicos administrativos).

Em maio de 2016, o Conselho Universitário aprovou a paridade para a consulta prévia na Unifesp, atendendo a uma premissa participativa, na tentativa de que os votos passassem a ser calculados de modo que garantisse que o resultado final refletisse a vontade dos segmentos e de toda a comunidade, de forma mais equilibrada.

A deliberação foi o coroamento de um processo que contou com ampla participação de toda a comunidade, ao longo de mais de um ano de debates, durante o qual foram realizados um Congresso, Audiências Públicas, reuniões das congregações, assembleias das categorias e várias reuniões do próprio Consu. Esta é a terceira vez em 20 anos que o estatuto da Unifesp é reformulado e que a consulta paritária é discutida. A decisão representa um avanço na ampliação da participação da comunidade, alinhando-se com o que realizam grandes universidades como UFRJ, UFSC, UFMG, UFSCar, UnB entre outras. A decisão é parte de um processo de construção e tem o respeito ao debate e de seu amadurecimento e qualificação para definir com segurança os rumos da universidade<sup>47</sup>.

Em novembro de 2016, a Unifesp realizou a sua primeira consulta paritária à comunidade para escolha de reitor e vice-reitor. A definição da lista tríplice pelo Conselho Universitário, respeitando a escolha da

comunidade para o primeiro lugar, foi encaminhada ao Ministério da Educação (MEC).

A consulta teve suas normas regidas pela Resolução Consu n. 125, de 8 de junho de 2016, a qual trazia que a contabilização das opções do corpo docente, do pessoal técnico-administrativo e do corpo discente deveria ocorrer de forma paritária<sup>48</sup>.

Por paridade entende-se, de acordo com a fórmula para a contabilização adotada pela Unifesp, a média de três medidas (a relação entre o total de votos dados pela categoria e o número total de membros ativos da categoria), cada uma valendo um terço<sup>49</sup>.

A fórmula adotada representou significativa redução do peso dos votos dos docentes (o qual, pela regra vigente anteriormente, deveria, obrigatoriamente, ter peso de 70%), sendo um fato importante na história da democratização da Unifesp.

Se a nova fórmula de contabilização dos votos na consulta pública representou um significativo avanço para tornar menos desigual os pesos das vontades da comunidade, ela não garante, de per si, a paridade de fato, já que a categoria que mais comparecer à votação terá maior peso.

Segundo a nova fórmula, a paridade será cada vez mais próxima de uma paridade de fato quanto maior o comparecimento à urna, significando que a paridade total só vai existir se todos os eleitores possíveis de cada categoria votarem ou se a proporção do comparecimento for igual para as três categorias. Assim, outra qualidade trazida pela nova fórmula diz respeito ao estímulo à participação da comunidade na consulta pública, visto que a paridade completa (peso exatamente igual para os votos das categorias) só vai se realizar com a participação dos indivíduos:

A paridade não é voto universal onde cada pessoa corresponde a um voto. A paridade é uma forma de corrigir distorções entre as categorias (docentes, TAES e estudantes), especialmente quando estas estão em números muito desiguais. Além disso, a paridade é plena quando houver comparecimento proporcional entre todas as categorias. Se 100% dos eleitores de todas as categorias comparecerem às urnas, então o resultado final será paritário. Da mesma forma, se o comparecimento for, por exemplo, de 40% para todas as categorias, o resultado final também será paritário. Se alguma categoria comparecer em menor proporção que outra, então ela terá peso menor no resultado final. Se, em uma situação hipotética, apenas um único membro comparecer para votar, o peso de seu voto no cômputo final não será de 1/3, mas muito menor<sup>50</sup>.

## Técnicos como Coprodutores de Normas e Processos<sup>51</sup>

Um importante anseio dos técnicos administrativos e da própria reitoria que assumiu a gestão da universidade a partir de 2013 era um maior grau de horizontalidade nas formulações e decisões dos processos e políticas administrativas. Assim, desde 2013, foram formadas na Unifesp as Câmaras Técnicas temáticas, um sistema de assembleias que permitiu aos técnicos administrativos, em todos os níveis, se apropriarem de seus próprios conhecimentos e serem coprodutores de normas e processos.

Nesses espaços, técnicos administrativos de todos os *campi* e das pró-reitorias passaram a se reunir em torno de áreas ou temas da administração que lhes eram comuns, para intercambiarem informações, experiências e conhecimento de sua área de atuação na instituição, estudarem e discutirem políticas, legislações e normas, decidirem fluxos e processos e definirem normatizações e padronizações de procedimentos. Os principais objetivos desses colegiados técnicos são o aprimoramento das atividades administrativas, a integração e uniformização dos procedimentos entre os diversos *campi* da instituição, a normatização e a formulação de políticas de gestão.

Assim, foram criadas: Câmara Técnica de Compras (julho de 2013); Câmara Técnica de Contratos (novembro de 2013); Câmara Técnica de Gestão Ambiental (agosto de 2014); Câmara Técnica de Infraestrutura (novembro de 2014); Câmara Técnica de Controladoria (março de 2015); Câmara Técnica de Serviços (abril de 2016); Câmara Técnica de Convênios e Prestação de Serviços (maio de 2016); Câmara Técnica de Tecnologia da Informação (julho de 2017); Câmara Técnica de Patrimônio (julho de 2017); e Câmara Técnica de Desenvolvimento Institucional (março de 2018).

Também foi estabelecida a possibilidade de instituir as chamadas Câmaras Ampliadas, espaço em que as questões da Administração são tratadas de maneira transversal, onde as várias câmaras técnicas se encontram para tratar de temas que cabem ser discutidos por várias áreas conjuntamente, podendo contar com convidados especialistas para discutirem temas transversais às áreas designadas a cada Câmara.

A primeira Câmara criada na Unifesp, a Câmara de Compras, apresentou seus resultados em pouco tempo. A área de Compras havia sido



descentralizada para os *campi* durante o processo de expansão, como uma maneira de dar agilidade à estruturação dos novos *campi* que estavam sendo criados. No entanto, a descentralização havia ocorrido de maneira pouco organizada, de modo que cada *campus* acabou por desenvolver a sua sistemática de compras, assim como as sistemáticas das diversas áreas administrativas.

Já em seus primeiros encontros, a Câmara de Compras pôde identificar as características de cada *campus*, discutir as melhores práticas e sistematizar fluxos, normas, documentos-padrão etc. Um exemplo significativo de resultado trazido pelo trabalho dessa câmara foi o desenvolvimento de sistema informatizado de compras adequado ao que a Unifesp realizava. Todos os requisitos do sistema foram construídos com base nas questões discutidas e decididas na Câmara, a partir da experiência e do conhecimento do “fazer” dos técnicos administrativos.

No caso da Câmara de Contratos, um resultado exitoso foi a elaboração, em 2014, do *Manual de Fiscalização de Contratos da Unifesp*, que tinha o objetivo de auxiliar os gestores de contratos, utilizando como referencial a legislação vigente e manuais de outras instituições, apresentando conceitos da própria Unifesp acerca da fiscalização dos contratos e definições presentes nas normas sobre licitações e contratos administrativos<sup>52</sup>. A elaboração do manual trouxe mais segurança para aqueles que tinham de assumir a fiscalização de contratos, ampliando a segurança jurídica para os administradores e para a alta gestão.

No caso da área de Convênios, um importante trabalho da Câmara foi o de praticamente ter instituído todo o procedimento da área, visto que, até o momento da criação da Câmara de Convênios, a universidade vinha aprovando resoluções, por meio do Consu, para normatizar as questões relacionadas aos convênios, às questões tripartite, à inovação, à relação entre a Unifesp e a sua Fundação de Apoio (FAPUNIFESP) etc. A Câmara de Convênios, então, trabalhou durante mais de um ano identificando todos esses diferentes processos, mapeando-os, desenhando seus fluxos, gerando normativas, alimentando as páginas da universidade com informações, alimentando também a base de conhecimentos e utilizando uma ferramenta de gestão de dados (Power Bi, da Microsoft), permitindo pela primeira vez que a universidade pudesse combinar demandas, acessar os formulários para o

estabelecimento dos convênios e padronizar as planilhas de ressarcimento, entre outros procedimentos.

Outro resultado verificável do trabalho das Câmaras Técnicas foi o estabelecimento de gestão de risco na Unifesp. O governo federal passou a exigir que as universidades tivessem estabelecida a sua política de gestão de risco a partir de 2018. Na Unifesp, a primeira Câmara Técnica a trabalhar a gestão de risco, ainda em 2013, foi a Câmara de Compras, seguida da de Controladoria e, depois, de Contratos. Desenvolveu-se, assim, uma cultura de gestão de risco, em especial nas áreas táticas e operacionais, permitindo a identificação de riscos e a prevenção de falhas, e possibilitando, inclusive, que a instituição se antecipasse ao que os órgãos de fiscalização – como a Controladoria Geral da União (CGU) e a Auditoria-Geral da União (AGU) – viriam passar a cobrar.

A experiência de governança participativa trazida pelas Câmaras Técnicas permitiu que passassem a ser levadas em conta as características de cada *campus* nos processos administrativos e que, ao mesmo tempo, se estabelecessem fluxos e normas comuns a todos. Assim, para as áreas abrangidas pelas Câmaras, foram desenhados os fluxogramas dos processos, *checklists*, utilização de documentos-padrão, normatização de contratação de serviços contínuos, além de permitir a atualização constante dos membros das câmaras sobre as normas técnicas referentes a cada área. Outro ganho trazido pela criação das Câmaras Técnicas foi permitir a redução da defasagem de tempo entre a publicação de uma nova normativa pelo governo federal e a sua aplicação na Unifesp, pois nas Câmaras qualquer alteração na normatização pode ser discutida com rapidez bem como ser apreendida igualmente por todos os *campi*.

As Câmaras também são espaços que permitem o encontro entre os diretores administrativos e as chefias das divisões administrativas dos *campi* e os técnicos das pró-reitorias, possibilitando o constante intercâmbio de experiências, atualização de conhecimento e decisões sobre as melhores práticas a serem seguidas, ou seja, possibilitando a construção de uma verdadeira política – política de compras, política de convênios e contratos etc. São, portanto, espaços de governança compartilhada, em que as normas e as ordens são construídas em conjunto com os especialistas das áreas.

## Um Conselho para Aprofundar e Institucionalizar a Interlocação com a Sociedade: o Conselho Estratégico Universidade Sociedade

A interlocação institucionalizada com a sociedade civil, para além de projetos pontuais de extensão, pesquisa ou cooperação, não tinha encontrado até 2018 uma configuração mais potente na Unifesp. Até então, quando muito, havia a presença de um ou dois representantes da sociedade civil em cada Conselho Central e no Consu. Presença logo desestimulada pela forma de condução da pauta pelos temas internos do dia a dia da Universidade, com uma série de procedimentos já conhecidos e cifrados da comunidade acadêmica e não necessariamente de simples entendimento e envolvimento dos representantes externos. Na reforma de Estatuto da Unifesp que ocorreu ao longo das diversas sessões do Consu entre 2015 e 2018, foi criado um espaço institucional novo, um Conselho opinativo, no modelo que alguns governos já haviam adotado, como escuta qualificada e representativa da sociedade civil e espaço para diálogo e prestação de contas do que faz a Universidade. Foi assim criado o Conselho Estratégico Universidade Sociedade (Ceus), instituído como órgão de caráter consultivo, cuja finalidade é assessorar o Conselho Universitário (Consu) e demais conselhos centrais da Universidade.

É composto de representantes internos da Unifesp em cargos de direção e/ou representação (discente, docente e de técnicos) e de sessenta representantes da sociedade civil e órgãos públicos, com mandato de dois anos. Foram definidos quinze segmentos de representação, com quatro vagas cada, de representação sindical e de movimentos sociais, passando por ONGS e entidades da área de educação, cultura e ciência, até representações empresariais e patronais. Também foram previstas vagas para representação de governos, poder legislativo e órgãos do judiciário.

Em outubro de 2018, foi aberta a chamada a interessados e todas as vagas foram preenchidas. Alguns segmentos não ocuparam as quatro vagas de direito e, conforme previsto no edital de chamamento, essas vagas foram transferidas para segmentos que tiveram mais do que quatro candidaturas de representantes, com destaque para a de movimentos sociais e entidades da sociedade civil (ONGS).

O Estatuto reformado da Unifesp deu competência ao Ceus para debater e propor: temas de interesse local, regional, nacional e internacional que orientem as ações de ensino, pesquisa e extensão da Unifesp; metodologias de ensino inovadoras, baseadas em problemas, evidências e contextos reais, indicando o perfil de profissional para o século XXI que esteja alinhado com as necessidades da sociedade brasileira; parcerias para o desenvolvimento de inovações científicas, sociais e tecnológicas com os setores público e privado, além do terceiro setor; parcerias para o aperfeiçoamento e inovação em políticas públicas nas três esferas de governo; parcerias com movimentos sociais, órgãos de classe e entidades da sociedade civil para ações de ensino, pesquisa e extensão; parcerias público-privadas para investimentos estratégicos da Unifesp, incluindo novas infraestruturas e áreas de pesquisa; metodologias de avaliação do estudante egresso da Unifesp, analisando sua inserção no mundo do trabalho e sua atuação em favor do desenvolvimento de uma sociedade justa, ética e sustentável; formas de avaliação das políticas de acesso, inclusão e permanência dos estudantes na Unifesp.

O Ceus também recebe a prestação de contas anual, com foco nas atividades e nas ações acadêmicas e orçamentárias da Unifesp, garantindo a transparência e o controle social.

As primeiras reuniões do Ceus ocorreram entre fevereiro e agosto de 2019 (foram realizadas três sessões nesse período) e abordaram os seguintes temas: apresentação geral da Unifesp; mapa das ações de extensão e de pesquisa desenvolvidas pela Unifesp; inclusão social e diversidade na Universidade; estratégias de comunicação; situação orçamentária e de cortes; Programa Future-se apresentado pelo governo federal e sua avaliação crítico-propositiva; também foram apresentados vídeos institucionais de divulgação científica exibidos em *première* para opinião dos conselheiros. O Ceus também se subdividiu em grupos de trabalho (GTS), que se organizaram por *apps* de comunicação para avançar em determinados temas.

Em agosto de 2019, o Ceus convocou uma Audiência Pública no Plenário Principal da Câmara Municipal de São Paulo para discutir o futuro das universidades públicas, envolvendo 35 entidades da educação e doze mandatos parlamentares, que iniciaram uma frente pluripartidária. Essa iniciativa demonstra a vitalidade do Ceus em colaborar para o diálogo extramuros da Universidade, reatar antigas ou construir novas interlocuções e redes de aliados e colaboradores.

Parte significativa dos conselheiros do Ceus são originários de entidades, associações e movimentos sociais da zona leste de São Paulo e que foram sujeitos ativos na luta tanto pela USP Leste quanto pelo *campus* da Unifesp nessa região. Alguns desses membros estiveram envolvidos numa iniciativa pioneira que foi a constituição de um Comitê Misto Universidade-Sociedade, que atuou ativamente entre 2013 e 2014 para definir o tema gerador do *Campus Zona Leste* da Unifesp e elaborar o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades. Esses conselheiros e outros ativistas da região também participaram de sessões do Conselho Universitário, em 2014 e em 2019, com importante presença e direito a voz para debater e defender a pactuação para abertura do *campus* e, cinco anos depois, aprovar, mesmo em contexto nacional adverso, a abertura da primeira graduação no *Campus Zona Leste*, em Geografia – para a qual se mobilizaram e conseguiram apoio de mais de uma dezena de parlamentares de diversos partidos com emendas parlamentares para esse fim.

## Planos Institucionais Participativos: PDI e PDInfra

Em setembro de 2014, a Unifesp iniciou os trabalhos relacionados à elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional<sup>53</sup>. Era preciso, sobretudo, estabelecer a identidade de uma instituição que deixava de ser eminentemente da área da saúde e tinha apenas um *campus* e que passava a abarcar diversas áreas do conhecimento em diferentes *campi*<sup>54</sup>.

Sobre seu momento instituinte, o PDI 2016-2010 assinalava que a Unifesp vivia um momento crítico, mas fecundo, pois, passada a fase de tempos acelerados de expansão, era chegado o momento que permitiria imantar a diversidade e a multiplicidade da Unifesp:

[...] tendo em vista o sentido de sua formação, assim como o seu valor público e socialmente relevante, vale assinalar que a Unifesp vive hoje um momento crítico, decisivo e fecundo. Dos tempos acelerados da expansão, trata-se de encampar os desafios estruturais e as demandas conjunturais de uma instituição pública de ensino superior no século XXI. Por intermédio dos novos processos de institucionalização faz-se urgente imantar a multiplicidade e a diversidade das atividades-meio no sentido coletivo e no valor convergente de nossas atividades-fim<sup>55</sup>.

O processo de construção do PDI 2016-2020 durou mais de dezenove meses (setembro de 2014 a abril de 2016) e contou com diversas estratégias de participação, como audiências, consultas e devolutivas públicas. Seu processo foi constituído de onze etapas: *i.* discussões sobre o PDI vigente na época (2011-2015) e consultas aos *campi*, pró-reitorias e setores; *ii.* visita aos *campi* e Pró-reitorias, realização de reuniões setoriais e discussão dos encaminhamentos; *iii.* estudo da literatura e *brainstorming* interno da equipe da Pró-reitoria de Planejamento; *iv.* leitura crítica do material enviado pelos *campi*, pró-reitorias e setores, e *brainstorming* com a Comissão de Acompanhamento indicada pelo Conselho de Planejamento (composta de cerca de trinta pessoas), e formulação diagnóstica; *v.* devolutiva à comunidade, visita aos *campi* e pró-reitorias, realização de reuniões setoriais e discussão sobre o diagnóstico inicial; *vi.* identificação das “questões centrais” e validação do diagnóstico por parte da equipe da Pró-reitoria de Planejamento junto com a Comissão de Acompanhamento; *vii.* oficinas de Grupos Temáticos (ensino, pesquisa, extensão e governança); *viii.* formação de equipe de redação e desenho final do PDI; *ix.* apresentação do PDI à Reitoria, ao Conselho de Planejamento e ao Consu; *x.* consulta pública à comunidade; *xi.* aprovação final pelo Consu<sup>56</sup>.

Como resultado, a Unifesp elaborou um PDI fundado em princípios e eixos estruturantes e em onze diretrizes instituintes, tendo como diretriz número 1 a Reconstrução de seu Projeto Pedagógico Institucional.

A partir de 2013, a Unifesp passou a construir Planos Diretores de Infraestrutura participativos com metodologias próprias de planejamento compartilhado entre áreas técnicas e acadêmicas. Os Planos Diretores passaram a definir a organização dos espaços físicos de cada *campus*, em função de seus cursos, atividades e projetos pedagógicos específicos. A construção de cenários e visão de futuro para cada *campus* foi realizada de forma participativa. Para tanto, foram produzidos infográficos, plantas e maquetes eletrônicas, indicadores, simulações, e instituídas comissões, grupos de trabalho, audiências públicas e sessões de debate e aprovação do Plano nas Congregações dos *campi* e suas unidades universitárias. O desenvolvimento das infraestruturas passou a estar alinhado com o Desenvolvimento Institucional, procurando mitigar e equacionar falhas

anteriores de planejamento para implantação dos *campi* de expansão e para modernização do *Campus* São Paulo.

Além do sistema de representação em todas as áreas – meio e finalísticas – e dos processos participativos de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional e dos Planos Diretores de Infraestrutura, há ações contínuas na universidade com outros e inovadores formatos de participação. Desde 2013, a Unifesp passou a contar em seu cotidiano com audiências públicas em todos os *campi* sobre temas de grande relevância para a vida acadêmica e funcionamento da universidade, bem como com consultas públicas para definição de políticas, tais como a Política de Inovação (aprovada em abril de 2019), os Princípios Relacionados à Diversidade Sexual e de Gênero na Unifesp (aprovados em maio de 2019) e a Política de Observatórios (aprovada em outubro de 2019).

## A Aposta Participativa Mais Experimental: a Elaboração do Novo ppi

A partir de maio de 2017, a Unifesp colocou em andamento a reelaboração de seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), adequando ao seu momento pós-expansão o documento que orienta os projetos político-pedagógicos de toda a universidade. Sendo o PPI o instrumento político, filosófico, teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas, é ele que articula os demais planos e projetos da universidade. Trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como dos posicionamentos sociais e éticos no âmbito da construção do conhecimento. Portanto, lida com visão de futuro e com o horizonte a longo prazo.

A forma inovadora de elaboração do PPI, por sua vez, visava ser instrumento de fortalecimento da “Democracia, da Transparência e da Igualdade” e da “Governança Participativa”, respectivamente princípio e eixo estruturante do PDI 2016-2020 da Unifesp<sup>57</sup>. Visou, dessa forma, intensificar e diversificar mecanismos participativos no próprio processo de concepção e implementação das políticas da Universidade, além de estimular a participação e o desenvolvimento do pensamento crítico, autônomo e cidadão da comunidade.

No contexto de uma universidade *multicampi* e do uso generalizado de tecnologias digitais, a Unifesp contratou como professor visitante, entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019, James Holston, professor titular de Antropologia na Universidade Califórnia, Berkeley. James Holston era diretor do Social Apps Lab, laboratório na mesma Universidade, dedicado à concepção de processos democráticos diretos e de ferramentas digitais para a construção participativa e deliberativa de políticas públicas. A equipe da Pró-reitoria de Planejamento da Unifesp junto com o professor Holston e sua equipe do Social Apps Lab construíram e colocaram em andamento o processo participativo de reelaboração do PPI, contando com estratégias digitais que complementavam e fortaleciam os espaços presenciais consultivos ou deliberativos, formais e informais, de que a Universidade já dispunha.

Assim, pela primeira vez, uma universidade construiu o documento orientador de sua política acadêmica utilizando-se de um processo participativo que contou com a produção coletiva de propostas auxiliada por uma plataforma digital<sup>58</sup>, que permitiu a formulação e a revisão *on-line* de propostas e emendas, por comitês editoriais e assembleias *intercampi*, combinando propostas com colaboração progressiva, júri sorteado, cédula de propostas e votação direta. Foi construído assim um processo de democracia direta para determinar o PPI, um processo não meramente consultivo, mas deliberativo, no qual todos os membros da comunidade unifespiana tinham direito de contribuir com propostas temáticas, debater e decidir quais iriam avançar para uma cédula de finalistas a ser votada por todos para compor o texto do PPI.

O processo de construção do PPI foi constituído de sete fases: *i.* Formulação de Propostas Iniciais e Formação de Comitês Editoriais Locais (CEL); *ii.* Agrupamento das Propostas por Tema e Formação de Grupos de Trabalho e de uma Assembleia Editorial *Intercampi* (AEI); *iii.* Formulação de Propostas Temáticas; *iv.* Formação do Comitê de Assessoramento Técnico (CAT) e Seleção de Propostas para a Cédula; *v.* Votação; *vi.* Compilação; e *vii.* Aprovação pelos Conselhos centrais e pelo Consu.

O objetivo da primeira fase foi gerar muitas ideias e, assim, produzir uma quantidade expressiva de propostas de forma preliminar. De fato, a comunidade universitária alcançou tal propósito, produzindo 586 Propostas



Iniciais, a maioria de autoria compartilhada. Na terceira fase, o objetivo foi gerar Propostas Temáticas (136 propostas públicas foram geradas) resultado de pesquisas, fundamentos e argumentos em detalhes a partir das propostas iniciais ou de novas propostas, com características de uma proposta de PPI que pudesse vencer numa votação da comunidade inteira. O propósito foi desenvolver propostas de alto padrão, técnica e legalmente viáveis, e assim fortalecer a qualidade do argumento democrático do PPI. Essa fase produziu 88 Propostas Temáticas com comentários do CAT, responsável pelas análises de viabilidade e legalidade. Um subconjunto dessa fase seguiu para um júri sorteado para avaliar quais iriam compor a cédula e, após votação, quais fariam parte do documento final do PPI.

A metodologia desse processo participativo foi articulada na plataforma digital para alcançar uma comunidade universitária de 25 mil pessoas, e consistiu em um sistema progressivo de formulações, revisões, debates e deliberações de propostas. Ela esteve calcada em cinco princípios: *i.* a progressividade na formulação de propostas, com edição colaborativa, emendas e dissenso; *ii.* a mescla de participação digital e presencial; *iii.* o comprometimento com deliberação vinculativa, isto é, decisória e não meramente consultiva; *iv.* a representatividade pelo sorteio e autointeresse; e *v.* a dinâmica dialógica entre o conhecimento técnico-especializado e outros tipos de conhecimento, como da experiência, do “povo”, da comunidade e da política.

O princípio da progressividade se deu no *conteúdo*, na *escala* e na *deliberação*. Quanto ao *conteúdo*, o processo participativo previu um sistema que partiu da coleta de ideias e propostas de estudantes, docentes e técnicos administrativos, passando por reformulações (baseadas em comentários da comunidade, fusão de propostas e criação de emendas e propostas de dissenso). Quanto à *escala*, as ideias e propostas podiam ser formuladas por membros da comunidade universitária individualmente ou em grupos, e, paulatinamente, foram se transformando em propostas temáticas compartilhadas e coletivas. Ainda quanto à *escala*, partiu-se da escala local, quando das primeiras atividades presenciais que ocorreram em cada *campus* da Unifesp, passando para a escala *intercampi*. Quanto à progressividade na *deliberação* – esta entendida não apenas como votação, mas essencialmente como avaliação e debate que produzem um resultado –, ocorreu desde a fase de proposição dos autores (individuais ou em grupos), passando pela votação

por toda a comunidade universitária até chegar aos Conselhos Centrais para aprovação final.

Outro pilar do processo participativo foi a mescla de participação digital e presencial. A participação digital, utilizando-se da plataforma AppCivist<sup>59</sup>, ocorreu por parte de qualquer membro da comunidade que desejasse dar ideias e/ou formular propostas para o PPI. Qualquer membro da comunidade unifespiana (estudante, técnico administrativo ou docente) podia fazer comentários, fundir propostas com a de outros participantes, editar ou reformular textos e criar emendas e propostas de dissenso. A participação digital ocorreu em todas as fases do processo: na coleta, na edição compartilhada de propostas, nas constantes reedições e reformulações e, por fim, na votação direta, por meio do aplicativo da Unifesp, que estabelece conexão com a plataforma AppCivist, abrindo espaço para a prática ampliada de votações para diversas questões que venham a ser pertinentes à Universidade.

A interatividade por meio da plataforma visava fortalecer a participação, tanto no sistema *on-line* como no presencial, e essa, por sua vez, qualificava a participação digital. Nesse âmbito, diluiu fronteiras, gerou espectro de participação, mas introduziu graus de complexidade à atividade. Assim, desde o início do processo, e ao longo dele, formaram-se comitês e assembleias que atuaram presencialmente, estimulando e orientando a participação da comunidade. Desse modo, foram constituídos Comitês Editoriais Locais (CEL) em cada *campus* (que atuaram nas fases iniciais do processo participativo); uma Assembleia Editorial *Intercampi* (AEI), que atuou nas fases subsequentes e orientou a preparação das propostas para a votação pela comunidade; um Comitê de Avaliação Técnica (CAT), comissão *intercampi* responsável por auxiliar os participantes na melhoria das propostas; Grupos de Trabalho (GT), com responsabilidade sobre o estímulo à participação e organização dos meios e propostas para o debate nas diferentes fases do processo; e um Júri, responsável por analisar as propostas.

As últimas fases do processo participativo, após todo o desenvolvimento de formulações e deliberações, consistiram na elaboração e votação do texto final por parte dos conselhos centrais e do Consu. Todas as fases, as formas de participação da comunidade – na apresentação de propostas (propostas iniciais, temáticas), no fomento ao debate (ações dos GT, CEL e AEI), nos

comentários e emendas às propostas feitas também pela comunidade, na análise do CAT, e na votação – indicaram a capilaridade do processo em diferentes granularidades e formas de participação.

Em sentido mais amplo, o processo participativo de construção do PPI pode colaborar para a definição de instrumentos, métodos e estratégias para aprofundar e enraizar processos participativos contínuos, fortalecendo na Unifesp uma cultura democrática para seus processos consultivos e deliberativos. Evidencia também a natureza sofisticada de um processo colaborativo e participativo dessa magnitude, que é baseado em participação da comunidade acadêmica, tanto quanto na constituição de estrutura e equipes para sua elaboração. A tecnologia, estruturada principalmente na plataforma para proposição, debate, organização, registro do processo ao longo do tempo, bem como do aplicativo para votação, não é abstraída, torna-se agente. É ela, a tecnologia, também espaço para inflexão, no sentido de mudança da direção, tomada de decisão, por parte do indivíduo, durante o processo (revelando suas formas de participação), por tratar de barreiras ou culturas digitais a serem incorporadas, por articular e transitar ideias e documentos entre ambientes de participação digital e presencial, por disponibilizar a complexidade do processo, que não se coloca como um todo acabado, em função de um sistema progressivo.

No cerne desse panorama está a construção de autonomia e a produção de significados, individual e coletivo, que estruturam a colaboração em grande escala, velocidade e complexidade. E que também corrigem distorções da estrutura de uma sociedade baseada em redes digitais que, na hipótese proposta por Castells, trabalha a partir de fragmentos, tanto quanto por relações entre incluídos e excluídos<sup>60</sup>.

Espaços democráticos, como o processo estabelecido para o PPI da Unifesp, lidam com fluxos e com ações sem precedentes em experiências anteriores (no âmbito do processo e do meio), e, também, com estratégias que estabelecem conexões e articulações entre ações presenciais, mesclando ações locais e territoriais com outras em tempos não lineares. Essas perspectivas são importantes para a leitura dos processos democráticos instaurados na Unifesp baseados em tecnologias de comunicação e participação.

## Considerações

A criação e experimentação de novos processos de participação numa organização hierárquica e segmentada como as universidades não é tarefa simples, pois implica a redução de poderes instituídos, em geral dos docentes titulares em prol dos demais segmentos docentes, técnicos e estudantes. De outro lado, a ampliação do diálogo com a sociedade, em espaços instituídos ou por meio de programas, projetos e serviços, é outro aspecto desafiador, pois as universidades tendem a ser fortemente corporativistas e voltadas para suas demandas internas ou entre pares acadêmicos – submetidas às métricas de captação, produção, publicação, impacto, orientações etc.

Desse modo, a experimentação democrática, a ampliação da cultura de participação, a abertura da universidade para a sociedade não se dão sem embates e reveses. Ainda mais em uma conjuntura, como a atual, em que estão sob ataque, no Brasil e noutras partes, a autonomia universitária, a liberdade de ensino, de pensamento e de expressão, a própria produção da ciência e do conhecimento e, no limite, o papel das universidades na transformação da sociedade. Ataques que chegam por meio de decretos e mudanças legislativas, perda histórica de orçamento, congelamento de salários, vagas e retrocesso na expansão, ou por meio de ações no campo discursivo e simbólico que procuram desmoralizar as universidades públicas, professores, técnicos e estudantes e até mesmo a própria pesquisa com evidência histórica e científica. Em tempos em que se espalham a intolerância, a mentira, o racismo, o fundamentalismo, a violência, atuar pela ampliação do conhecimento como meio de discernimento e esclarecimento é tarefa ainda mais necessária.

Por isso, numa conjuntura nacional e internacional com claros retrocessos democráticos, cognitivos e institucionais, as universidades, mesmo sob ataque, devem também assumir a missão de constituir espaços de aprofundamento da democracia e de suas diversas modalidades de representação, participação, decisão direta e diálogo com a sociedade.

---

1. AGU e PFUNIFESP, Parecer n. 000175/2015/SIS ADM/PFUNIFESP/PGF/AGU, 2015.
2. Unifesp/Comissão Eleitoral, *Eleições Gerais para Representantes dos Órgãos Colegiados da Unifesp 2017*, 9 ago. 2017.
3. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, p. 12.
4. A. C. Moreno, “Governo Interveio em 6 das 12 Nomeações de Reitores de Universidades Federais até Agosto”, *G1, Portal de Notícias*, 31 ago. 2019.
5. Brasil, Constituição Federal, art. 207.
6. *Idem, ibidem*, art. 206.
7. *Idem, ibidem, loc. cit.*
8. M. Pedrosa, “O Bicho da Seda na Sociedade de Massa”, em O. Arantes (org.), *Política das Artes*, p. 133.
9. Primeira universidade argentina, fundada em 1622.
10. A. Rubião, *A História da Universidade. Genealogia para um Modelo Participativo*.
11. Universidad Nacional de Córdoba, *Manifiesto Liminar: Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba*.
12. *Idem, ibidem*.
13. A. Rubião, *op. cit.*
14. Na América Latina, a reforma de 1918 serviu de inspiração a outros movimentos reformistas, tais como os que ocorreram no Peru, México, Cuba, Chile e Colômbia. Ver mais em H. Bomeny, “A Reforma Universitária de 1968: 25 Anos Depois”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 9, 1994.
15. M. Azevedo, A. Braggio e A. Mendes Catani, “A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e Sua Influência no Brasil: Um Foco no Movimento Estudantil antes do Golpe de 1964”, *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, vol. 9, n. 13, 2018.
16. Em maio de 1960, as lideranças da UNE organizaram e participaram do 1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, que aconteceu em Salvador, Bahia. O conclave, ao reunir delegados da Guatemala, Cuba, Uruguai, Equador, Bolívia, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Argentina, Venezuela, Nicarágua, Peru e Porto Rico, além de estudantes ouvintes da França, Itália, China e Tchecoslováquia, proporcionou aos estudantes brasileiros a apropriação do Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba e sua difusão, principalmente nos países latino-americanos (M. Azevedo, A. Braggio e A. Mendes Catani, *op. cit.*, p. 41).
17. *Idem, ibidem, loc. cit.*
18. S. Schwartzman, *As Teorias da Universidade Brasileira*, p. 1.
19. D. Ribeiro, *A Universidade Necessária*, p. 17.
20. *Idem, ibidem*, pp. 15-16.
21. *Idem, ibidem, loc. cit.*
22. E. Fiori, *Educação e Política*.
23. Brasil, Constituição Federal, art. 207.
24. *Idem, ibidem*, art. 214.
25. *Idem, ibidem*, art. 218.
26. *Idem, ibidem*, art. 207.
27. *Idem, ibidem*, art. 206.

28. *Idem, ibidem, loc. cit.*
29. *Idem, ibidem*, arts. 211 e 212; *idem*, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), art. 55.
30. *Idem*, Constituição Federal, art. 218.
31. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2005-2010)*.
32. *Idem, Relatório de Gestão 2018*.
33. Desde 2013, adequando-se à Lei n. 12.711, a Unifesp ampliou paulatinamente o percentual de vagas reservadas para o perfil das cotas da seguinte maneira: no primeiro ano de vigência da norma (2013), foram reservadas 15% das vagas de ingresso, por curso e turno, para estudantes que tivessem feito todo o Ensino Médio em escolas públicas, tendo adicionalmente que combinar a este perfil a situação de renda e/ou étnico-racial. Nos anos subsequentes, foram também reservadas vagas de ingresso, respeitando o mesmo perfil, a taxas de 25% e 37,5% respectivamente, e, a partir do ingresso de 2016, a reserva totalizou 50% das vagas. (Para mais detalhes sobre o perfil dos estudantes ver Unifesp, *Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes na Universidade Federal de São Paulo*, 2017.)
34. M. B. Mattos, “Uma Greve, Várias Lições. A Greve das Universidades Federais no Brasil em 2012”, *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, vol. 4, n. 10, 2013, p. 135.
35. *Idem, ibidem*, pp. 135-137.
36. L. Macedo e N. Duarte, “Professores da Unifesp Decidem Manter Greve”, *Portal G1*, 27 jul. 2012.
37. Pauta de Reivindicações do Movimento, 25 mar. 2012.
38. Unifesp/Departamento de Tecnologia da Informação, *Apuração Final – Eleição para Reitor e Vice-reitor, Mandato 2013-2017*, 17 out. 2012.
39. Soraya Soubhi Smaili é farmacologista, formada pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da área básica da Escola Paulista de Medicina. Quando assumiu o cargo de reitora, em 2013, era professora associada. Ver P. Saldanha, “Pela 1ª Vez, Unifesp Será Dirigida por uma Mulher”, *O Estado de S. Paulo*, 29 out. 2012; e “Nova Reitora da Unifesp é Nomeada”, *Agência Fapesp*, 7 fev. 2012.
40. Em 2013, assumiram a gestão: Soraya S. Smaili (reitora), Valéria Petri (vice-reitora), Maria José da Silva Fernandes (chefe de gabinete), Janine Schirmer (pró-reitora de Administração), Maria Angélica Pedra Minhoto (pró-reitora de Graduação), Florianita Coelho Braga Campos (pró-reitora de Extensão), Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni (pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa), Éspér Abrão Cavalheiro (pró-reitor de Planejamento), Andrea Rabinovici (pró-reitora de Assuntos Estudantis). Em 2014, foi criada a Pró-reitoria de Gestão com Pessoas, também sob a responsabilidade de uma mulher, Rosemarie Andreazza.
41. Unifesp, Regimento Geral da Unifesp, arts. 248 a 266.
42. *Idem, ibidem*, art. 248.
43. *Idem, ibidem*, art. 249.
44. *Idem, ibidem*, art. 252.
45. *idem, ibidem*, art. 261.
46. *Idem, ibidem*, art. 266.
47. “Consu aprova paridade na consulta para escolha de reitor da Unifesp”, *Notícias Unifesp*, 20 maio 2016.
48. Unifesp, Resolução n. 125, de 8 de junho de 2016.
49. De acordo com a Resolução Consu n. 125, na consulta prévia será observado o seguinte: i. opção uninominal em uma chapa com os nomes dos candidatos a Reitor/Diretor e Vice-reitor/Vice-diretor; ii. contabilização paritária da participação das opções do corpo docente, do pessoal técnico-

administrativo e do corpo discente, utilizando a fórmula:  $N = ([NPO/NTP] \times 0,33 + [NOF/NTF] \times 0,33 + [NOE/NTE] \times 0,33) \times O$  na qual: N = total de opções; NOP = número de opções no candidato pelos docentes; NTP = número total de membros ativos da categoria docente; NOF = número de opções no candidato pelos técnico-administrativos; NTF = número total de membros ativos da categoria técnico-administrativos; NOE = número de opções no candidato pelos estudantes; NTE = número total de membros ativos da categoria estudantes; O = número total de opções de docentes, técnico-administrativos e estudantes (*idem, ibidem*, art. 254).

50. *Idem, ibidem, loc. cit.*

51. Esta parte do texto é baseada em entrevista concedida a Cláudia Alessandra Tessari pela Sra. Tânia Mara Francisco, em 14 de outubro de 2019. Tânia Mara Francisco é Pró-reitora de Administração da Unifesp desde 2017, foi assessora técnica do Gabinete da Reitoria, atuando na direção do Escritório Técnico de Apoio à Gestão e Assuntos Estratégicos (2013-2017) e diretora administrativa do Campus São José dos Campos (2010-2012).

52. Unifesp, *Manual de Fiscalização de Contratos da Unifesp*.

53. *Idem, Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*.

54. C. Mota, “Entrevista: Um Debate Necessário”, *Entrementes – Jornal da Unifesp*, ano 3, n. 11, ago. 2015.

55. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, p. 16.

56. *Idem, ibidem*, pp. 10-11.

57. *Idem, ibidem*.

58. Plataforma AppCivist, “PPI Unifesp – Processo Participativo 2018”.

59. AppCivist é uma plataforma para assembleias democráticas e criação de decisões colaborativas, criada pela Social Apps Lab, Universidade de Califórnia, Berkeley, com vários parceiros, como Citris (Califórnia), Inria (França), EIT Digital (Europa), a Cidade de Vallejo (Califórnia) e o Conacyt de Paraguay.

60. M. Castells, *Communication Power*.

# 5

## Extensão: o Desafio da Construção de uma Universidade Atenta à Vida e ao Conhecimento que Pulsa Dentro e Fora Dela

ANDREA BARBOSA • ROSÂNGELA DANTAS DE OLIVEIRA

FALAR DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE É FALAR de fluxos contínuos e em mão dupla de saberes; é falar de pessoas e culturas em interação construindo dialogicamente o conhecimento. Assim também se deu a elaboração deste texto, tecido coletivamente e de forma interdisciplinar a partir de diversas e distintas experiências acadêmicas, sociais e históricas. Nele temos como objetivo articular diferentes vozes para apresentar algumas reflexões, e também problematizações, sobre o campo da extensão na Unifesp a partir de sua expansão e a conseqüente incorporação de novas



epistemologias e de novos atores sociais. Em seu desenvolvimento, transitaremos entre um olhar retrospectivo e prospectivo.

Começaremos por situar a forma como é entendida a extensão neste momento, abordando brevemente o processo de construção desse conceito e o de uma política de extensão na universidade pública brasileira nas últimas décadas, referindo-nos aos documentos que a norteiam. Em seguida, enfocaremos como a expansão da Unifesp modificou a forma como esse pilar que ancora a atuação da universidade na sociedade vinha sendo desenvolvido na instituição. Passaremos depois a discutir, a partir desse novo ponto de vista, a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, citando algumas experiências realizadas na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) – *Campus* Guarulhos. Concluiremos apresentando os desafios que se colocam para esse campo no momento atual na Unifesp como universidade pública brasileira.

## A Extensão: Construção de um Conceito e de uma Política

Embora iniciativas que podem ser caracterizadas como atividades de extensão estejam presentes no histórico das universidades brasileiras praticamente desde sua criação<sup>1</sup>, é a partir do final dos anos 1980 que podemos situar alguns eventos significativos no caminho percorrido para a construção de um marco regulatório para essas atividades no contexto da educação superior brasileira. Um dos primeiros diz respeito ao fato de ter sido incluído na Constituição de 1988, nos capítulos que tratam da educação, o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. E um dos últimos, a publicação da normativa que integra as atividades de extensão à matriz curricular dos cursos de graduação<sup>2</sup>, as quais deverão compor pelo menos 10% da carga horária curricular estudantil, conforme previsto em uma das estratégias do Plano Nacional de Educação<sup>3</sup>.

O campo da extensão constitui uma área marcada por debates, disputas, conflitos, a maior parte deles envolvendo a construção do próprio conceito de extensão e, conseqüentemente, seus objetivos, as teorias que o embasam, suas metodologias e seu público-alvo. A literatura a respeito dessa área

registra basicamente três concepções subjacentes às práticas extensionistas: a concepção assistencialista, marcada pela prestação de serviços à comunidade para atendimento de suas demandas sociais; a concepção transformadora, que entende as relações entre sociedade e universidade de forma dialógica e com vistas à transformação social; e, mais recentemente, uma concepção que entende a extensão como uma forma de a universidade produzir bens e serviços, em parceria com os demais setores da sociedade civil, para satisfazer demandas advindas da sociedade em geral.

A concepção presente no último documento do marco regulatório recém-aprovado advém de um legado de documentos produzidos nas últimas décadas principalmente pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproex). Nele, as atividades de extensão são entendidas como um “processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e pesquisa”<sup>4</sup>.

É possível identificar que se parte da concepção transformadora e se avança no sentido de afiançar o papel fundamental das atividades extensionistas na formação dos estudantes e a materialização da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão em um fazer universitário de permanente interação dialógica com outros espaços sociais e, conseqüentemente, de transformação. Nesse sentido, a extensão se configura não como um mero “fazer atividades”, mas como um *locus* de debates (e embates), críticas, criatividade, transformação e inovação. Além disso, nas diretrizes ali estabelecidas para sua prática estão presentes gestos que dão suporte a movimentos de superação da hierarquização de saberes tradicionalmente existente na academia, em que os conhecimentos acadêmicos e científicos se encontravam no topo, em seguida os conhecimentos técnicos e, em último lugar, aqueles oriundos da população em geral<sup>5</sup>.

Boa parte da trajetória desenhada para a construção de uma política pública de extensão para as universidades brasileiras coincide com os 25 anos da Unifesp. Na instituição, essa dimensão do fazer universitário foi também sendo modificada não só como resposta aos movimentos externos citados anteriormente, como também aos internos, decorrentes do processo de

expansão que a abriu para todas as áreas do conhecimento, tema que desenvolvemos a seguir.

## Expandem-se a Universidade, Transforma-se a Extensão

A expansão vivida pela Unifesp desde 2005 ocasionou uma grande transformação nas atividades de extensão desenvolvidas pela instituição. Para além da elaboração e aprovação de documentos internos referentes à política de extensão na universidade que estivessem em consonância com o conceito que se vinha construindo nos fóruns de debate já citados, da criação de novas divisões para o suporte administrativo e de novas instâncias colegiadas – as Câmaras de Extensão dos *campi* –, a introdução de outras epistemologias e outras metodologias na prática cotidiana da universidade provocou a discussão de outras formas de a universidade construir a relação com a sociedade. No caso do *Campus* Guarulhos, dedicado às Humanidades, essas formas partiam do entendimento de que a universidade tem sim um lugar específico de produção de conhecimento. Trabalhamos com os parâmetros da ciência e estes têm sua especificidade. Produzimos métodos, provocamos questões, buscamos caminhos para enfrentá-las. Contudo, embora isso algumas vezes ocorra em laboratórios com temperatura e pressão controladas, esse é só um dos muitos momentos no processo de construção do conhecimento. O desafio está para além do controle das variantes. Ele está no encontro ou confronto com o mundo que problematiza. A pesquisa que realizamos possui relevância porque é pensada com e no mundo, uma vez que a própria universidade está no mundo e não fora dele. Quando falamos numa atuação com e no mundo, pensamos na perspectiva da construção de um conhecimento que deve ser acessível a todos que têm interesse nele. Um conhecimento voltado para o comum e em profundo diálogo com a diversidade de vidas e conhecimentos que habitam esse mundo.

Atuar dessa forma gera um conhecimento que se constrói no encontro com a alteridade e que, por isso, está sempre correndo riscos. É essa dinâmica que proporciona, por exemplo, que a universidade se renove e se reinvente para propor e pensar continuamente questões sobre o mundo em que vivemos. Nesse sentido, então, a extensão é um braço fundamental da

produção de conhecimento científico uma vez que provoca a reflexão e a crítica ao operar o encontro/confronto com o mundo. Nesse espaço do encontro/confronto, “observadores” e “observados” já não estão separados. É na troca que recai o foco da operação. A atividade extensionista não é uma dádiva que a universidade oferece à sociedade, não é uma atividade filantrópica ou assistencialista. Ela nasce e se realiza na troca possível entre o conhecimento acadêmico e outros conhecimentos existentes no mundo. O reconhecimento dessa ação produtora de conhecimento fora da universidade é fundante para uma atividade extensionista potente. Como dissemos logo acima, o encontro com o mundo operado pela extensão é uma atividade de risco. Um risco no sentido de que em todo e qualquer encontro o processo dialógico lida com lacunas muitas vezes difíceis de transpor. Bakhtin nos diz que entre os interlocutores há uma distância e um percurso a ser vivido<sup>6</sup>. Esse é o movimento dialógico do encontro com a diferença. Não é preciso construir consenso – redução ao mesmo pensamento e forma de conhecimento –, é preciso construir pontes, ou seja, reconhecer a distância e as lacunas para construir espaços de comunicação e troca entre conhecimentos distintos. Portanto, o que avistamos aqui é uma atividade extensionista que opera em constante negociação num mundo de diferenças. Nesse sentido, parece-nos pertinente trazer para enriquecer o debate as experiências vividas na implantação do *Campus Guarulhos*, situado na periferia de uma cidade da Grande São Paulo.

## O que Quer e o que Pode uma Universidade Pública no Pimentas?

Um *campus* novo que se dedicaria a uma área do conhecimento até então muito lateral nos cursos existentes na Unifesp. Esse é o ponto de partida da EFLCH, que se instala na região dos Pimentas, na cidade de Guarulhos, em 2006. Pimentas é uma região bastante populosa da cidade; os dados oficiais do Censo de 2010 apontam uma população de cerca de 156 mil habitantes. Um lugar com muitas complexidades (como todos), mas sua especificidade é ser uma região com uma ocupação de tônica industrial, com uma oferta grande de terras que atraiu muitos imigrantes e trabalhadores da cidade de São Paulo

nos anos 1960 (por exemplo os trabalhadores da indústria Nitroquímica, situada em São Miguel Paulista), que buscavam uma oportunidade de ter uma casa própria e sair do aluguel. A paisagem<sup>7</sup> do Pimentas foi alterada e mais habitada à medida que as duas rodovias – Presidente Dutra e Ayrton Senna (antiga Rodovia dos Trabalhadores) – que cortam a região foram ampliando o acesso ao local. Longe do centro da cidade de Guarulhos, o transporte ainda hoje é uma questão sensível para a integração com a Região Metropolitana de São Paulo, mas, com a chegada em 2006 do *Shopping* Bonsucesso, do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso e do *Campus* da Unifesp<sup>8</sup>, ocorreu uma intensificação comercial e residencial. *Shopping* e hospital se situam numa gama de serviços que estavam no horizonte dos desejos e necessidades da população da região. São serviços utilizados no cotidiano das pessoas. A universidade, embora fosse uma demanda de melhoria das condições de vida de alguns movimentos sociais locais, não era um “serviço” comumente conhecido. A instalação do *campus* foi comemorada por muitos e ignorada por outros tantos. Ignorada no sentido de não saberem da sua existência e, mesmo ao saberem, não terem muita ideia do que ela significava. A maior parte da população da região não via a universidade como uma possibilidade para seus projetos de vida futuros<sup>9</sup>. O desafio que se colocava, então, naquele momento de instalação do *Campus* Guarulhos (atual EFLCH), era justamente o de dialogar com os habitantes da região no sentido de conectar-se com sua existência. Nesse momento, as ações extensionistas (muitas vezes sem uma oficialização, pelo desconhecimento dos caminhos para tal) estavam focadas justamente na construção do *campus* como parte do lugar e da vida daquelas pessoas. Ações voltadas para formação de professores da rede pública local (capitaneadas principalmente, mas não exclusivamente, pelo curso de Pedagogia) e ações e projetos culturais que objetivavam efetivar a troca de conhecimentos foram as que iniciaram o movimento extensionista do *campus*. Alguns desses projetos estão ativos até hoje.

Todas as atividades realizadas desde então foram agregando sentido à existência do *campus* na cidade de Guarulhos e na região dos Pimentas ao trabalhar para tornar porosos os muros da universidade no sentido mencionado anteriormente, qual seja, a universidade como um espaço produtor de conhecimento que amplia a potência de suas atividades no encontro no e com o mundo.

Como sabemos, a extensão como parte constitutiva das atividades-fim da vida universitária pressupõe uma articulação com seus demais pilares: a pesquisa e o ensino. Como espaço de formação, a universidade precisa também ser um espaço de criação. Nesse sentido, a atividade extensionista objetiva incentivar os estudantes a vivenciarem esse trânsito entre o que se pesquisa/ensina/aprende como uma construção de um conhecimento compartilhado a partir de trocas e provocações mútuas. Abordaremos a seguir algumas experiências extensionistas da EFLCH que se mostram muito interessantes para discutirmos essa articulação. Várias outras poderiam ser citadas, não só do *Campus* Guarulhos como de outros *campi*, porém os limites de espaço e o propósito deste texto certamente não as abarcariam.

## Um Novo Fazer Extensionista é Possível

O projeto *Pimentas nos Olhos*<sup>10</sup> foi um dos primeiros projetos do então *Campus* Guarulhos. Iniciado em 2007 de forma ainda não institucionalizada, está em atividade sem interrupções desde então, realizando oficinas fotográficas com o intuito de provocar uma reflexão sobre a vida numa região metropolitana como a de São Paulo a partir da mobilização crítica da linguagem e técnica fotográfica. A produção de imagens realizada de maneira reflexiva e crítica permite enxergar aspectos da vida que a experiência cotidiana não explicita e se coloca como um exercício para a construção de uma prática cidadã que leva em consideração a construção do comum. As oficinas se iniciaram em 2007/2008 como parte de uma pesquisa cuja docente responsável incluía os estudantes do seu grupo de pesquisa no processo de construção etnográfica para lidar com o problema que se propunha a enfrentar: *Onde São Paulo acaba?* ou *Onde Guarulhos começa?* Para quem mora na região dos Pimentas, a relação de alteridade se construía mais com a cidade de Guarulhos do que com o bairro de São Miguel Paulista, pertencente a São Paulo. Aqui, era importante levar em conta toda uma memória afetiva e coletivamente construída pelos moradores em relação ao seu lugar de pertencimento. Desde as primeiras turmas dos cursos (2007), o *campus* já contava com estudantes moradores da região. Presença bastante provocativa para o problema em questão. De *setting* etnográfico, as oficinas ganharam

autonomia e foram assumindo outra relevância. Uma forma de, a partir do cruzamento de olhares (dos estudantes moradores do bairro, dos que não moravam lá, dos moradores que participaram das oficinas e não eram estudantes da Unifesp e dos docentes envolvidos), exercitar uma reflexão crítica sobre a realidade vivida<sup>11</sup>. Ao longo desses mais de dez anos, foram muitas as oficinas. Muitas as parcerias com escolas, cursinhos e coletivos culturais da região. Os primeiros estudantes envolvidos se formaram, muitos se tornaram professores das escolas da rede pública de Guarulhos e São Paulo, ou profissionais atuando em organizações não governamentais (ONGS) e coletivos, e levaram essa experiência adiante. Espreado-se como uma metodologia para construção de reflexão coletiva por meio da produção de imagens fotográficas, o Pimentas se mantém no nome do projeto como provocação para a crítica do olhar para o mundo que nos cerca, mas hoje o projeto *Pimentas nos Olhos* reverbera para além da região onde se localiza o *campus*, embora esta ainda seja um de seus focos principais. A provocação ao nosso olhar para o mundo é uma metáfora para esse movimento de construção do conhecimento vivo, sempre em movimento. Nesse sentido, a provocação não acontece apenas nos participantes “externos” das oficinas, mas igualmente nos participantes “internos”. A transformação se dá sem distinção e em todas as direções. Paradigmaticamente, como uma das possibilidades do prosseguimento do movimento de diálogo extensionista, tivemos a experiência de um estudante que acompanhou a oficina quando era aluno de um cursinho popular da região, tornou-se estudante da Unifesp e passou a atuar no projeto como membro da universidade.

Os dois outros projetos que citaremos envolvem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em práticas extensionistas. Em ambos os casos, isso se deu de forma crítica, partindo de pressupostos que trazem à baila aspectos mais complexos e profundos da presença massiva das TIC na sociedade contemporânea. Partiram, na formação para a utilização das TIC, de uma concepção de educação tecnológica em que os participantes refletem sobre as dimensões sociopolíticas subjacentes aos dispositivos que viabilizam a presença das TIC no cotidiano, sendo incentivados a apropriar-se desses recursos de forma criativa e não a um uso meramente instrumental deles.

O projeto *Pimentalab: Conhecimento Local e Tecnologias Digitais*<sup>12</sup> teve início em 2013, envolvendo inicialmente estudantes da graduação em Ciências

Sociais da EFLCH, professores de sociologia de escolas públicas e membros de organizações sociais do Bairro dos Pimentas, a região em que se encontra o *campus* da EFLCH. Seu objetivo é o desenvolvimento, de modo reflexivo, de práticas educacionais efetivadas mediante experimentos de pesquisa-ação dirigidos à “produção colaborativa de conhecimentos situados, apropriando-se criativamente das tecnologias digitais de comunicação em suas múltiplas linguagens (principalmente visuais)”<sup>13</sup>.

O projeto tem como pano de fundo para seu desenho certas tensões nas dinâmicas reprodutivas e de criação e mudança da educação, que vão ao encontro das discussões a respeito do conceito de extensão que trouxemos anteriormente. Movido por essa inquietação, o proponente propõe a criação de um laboratório, entendido como prática e não como espaço físico, com oficinas de formação e intervenção sociocultural no Bairro dos Pimentas. Dentre as várias atividades do projeto destacamos a oficina “Comunicação”. Uma tentativa de interação e promoção da sensibilidade dos professores da rede pública de Guarulhos para usos alternativos das tecnologias da informação por meio da realização de experiências de campo, registro multimídia, sistematização e publicação *on-line*, mobilizando principalmente outras linguagens além da escrita (fotografia, audiovisual, cartografia).

A proposta foi promover uma experiência com os docentes que aguçasse a percepção para determinadas práticas, discussões e problemas relacionados ao uso das tecnologias digitais e sua relação com a vida cotidiana e o ensino de sociologia, tais como: as formas como as paisagens midiáticas se apresentam na cidade; como se coloca o direito à comunicação em nosso cotidiano; a relação entre ciberespaço e territórios materiais; e como as tecnologias modificam nossas formas de acesso à informação, comunicação e organização social.

Como toda ação de extensão que se propõe ao diálogo e à construção coletiva, muitos foram os desafios, como o acompanhamento mais contínuo e duradouro do público participante, as limitações de recursos para apoiar a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade ou até mesmo para remunerar colaboradores dos projetos, e as dificuldades para constituir equipes *multicampi*, sobretudo com *expertise* informática, em razão das distâncias envolvidas. Como pontos positivos do projeto notaram-se a construção de relações mais solidárias e possibilidades de aprendizados



mútuos entre estudantes, professores da educação básica e organizações sociais, o desenvolvimento de novas habilidades no campo das TIC por parte dos professores da rede pública e a ampliação do repertório experiencial e da qualificação profissional dos estudantes.

A terceira e última experiência que relataremos se dá na área de formação de professores de línguas. Tal como os anteriores, o projeto *Língua Global, Identidades e Saberes: Encontros e Fronteiras nas Zonas de Contato*<sup>14</sup> também dialoga fortemente com a concepção de extensão que vimos defendendo. Trata-se de uma iniciativa envolvendo o ensino de inglês e o letramento digital de professores da rede pública, que conta com participação de alunos de graduação como bolsistas de extensão e se baseia nas teorias sobre ecologia de saberes propostas por Boaventura de Sousa Santos. Na educação linguística, essa teoria visa contribuir ativamente para a educação dos professores em formação inicial e continuada a partir dos saberes construídos nos encontros entre a educação básica e a superior. Esses encontros e saberes, por sua vez, fomentam pesquisas, contribuem para a formação dos professores pré-serviço envolvidos com o projeto e capacitam os professores da educação básica, tanto linguística como tecnologicamente. Ao longo dos três semestres letivos do desenvolvimento do projeto, com dificuldades de todo tipo superadas com o esforço e comprometimento dos participantes, aprenderam e modificaram-se todos os envolvidos, a colega proponente, que passou a ter uma compreensão muito mais profunda a respeito da realidade em que se dá a prática docente nas escolas da região; os graduandos que atuavam como monitores, que puderam aprender com a experiência das professoras e ensiná-las no que se referia ao uso das TIC, além de também poder presenciar a materialização da articulação entre o conteúdo teórico abordado nas disciplinas de formação docente e a prática que se dava durante as atividades e as reflexões posteriores; e as professoras participantes. Estas últimas aprovaram e elogiaram as práticas de ensino desenvolvidas por meio da tecnologia, acrescentando que estas produzem efeitos mais lúdicos e multimodais no processo de ensino-aprendizagem. Mencionaram, no entanto, que ainda não enxergam a possibilidade de desenvolvê-las nas escolas em que atuam, devido a questões de infraestrutura dos laboratórios de informática e à velocidade da conexão de internet, algo que revela as consequências excludentes do avanço das TIC,

especialmente no espaço intramuros das escolas públicas. Enquanto em várias escolas frequentadas pela elite socioeconômica do país podemos encontrar bons exemplos de práticas envolvendo o potencial que os recursos tecnológicos oferecem para inovar e aprofundar dinâmicas de ensino-aprendizagem, nas escolas públicas as TIC se encontram quase totalmente excluídas do espaço escolar, muitas vezes não só por carência de recursos materiais, mas pela proibição do uso de *smartphones* pelos estudantes na escola. Por outro lado, no que se refere ao aspecto linguístico do projeto, as professoras notadamente desenvolveram nesse período mais capacidade e segurança para construir sentidos usando a língua inglesa para falar sobre suas identidades, o bairro em que moram e as escolas em que atuam. Notou-se, também, que desenvolveram uma consciência linguística crítica em relação à fonética do inglês em comparação à do português, às diferenças entre a significação das palavras quando traduzidas de uma língua para outra e a questões culturais nas representações verbais nas duas línguas. No encontro entre os saberes dos diferentes participantes, proporcionado pelas práticas que tiveram lugar, emergiram, portanto, novos saberes que passaram a conformar as identidades e subjetividades dos envolvidos e que afetarão positivamente também os alunos e futuros alunos desses atuais e futuros professores.

## Ainda Não Acabou

O tom desta narrativa pode equivocadamente apontar para um desafio vencido, o que seria um engano. O desafio da ação extensionista da universidade é contínuo, uma vez que tanto a universidade como a sociedade se transformam. Ambas estão em movimento, e, no caso da Unifesp, num movimento em direção ao encontro que constrói pontes, que produz um conhecimento vivo.

Esse desafio se vê, neste momento, particularmente dificultado. O contexto sócio-histórico em que a elaboração dessas reflexões se dá é dos mais difíceis para a universidade pública brasileira em geral. Encontra-se muito ameaçado o cumprimento de muitas das metas pactuadas com a sociedade ao longo das quase duas décadas anteriores no sentido de

concretizar uma universidade pública mais plural que efetivamente contribua para minimizar os efeitos da desigualdade histórica que marca nosso país. E, justamente por isso, é preciso registrar o que foi construído por meio de um trabalho denso e comprometido com a sociedade.

- 
1. Tanto no Plano Nacional de Extensão como na Política Nacional de Extensão, ambos documentos originados das discussões do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), encontramos menções às “lições públicas” ministradas pela antiga Universidade de São Paulo em 1911 e à prestação de serviços da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em 1920.
  2. MEC, CNE/CES, Parecer do Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Homologado pela Portaria n. 1.350. *Diário Oficial da União*, 17 dez. 2018, Seção 1, p. 34.
  3. Estratégia 12.7: “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (MEC/PNE, *Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014*).
  4. MEC, CNE/CES, *op. cit.*, art. 3º.
  5. S. de Deus e R. L. M. Henriques, “A Universidade Brasileira e Sua Inserção Social”, em J. O. Castro e H. Tommasino (orgs.), *Los Caminos de la Extensión en América Latina y el Caribe*, p. 81.
  6. M. M. Bakhtin, *The Dialogic Imagination*.
  7. Aqui nos referimos ao conceito de paisagem como elaborado por Milton Santos, *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*.
  8. O *campus* foi criado em 2006, mas só entrou em atividade a partir de 2007 com o início dos primeiros quatro cursos – Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia.
  9. Ver pesquisas etnográficas realizadas no bairro, entre elas: B. C. Sá, *Pimentas e Suas Imagens: Estudo sobre a Construção Viva e Simbólica do Espaço Urbano de um Bairro Periférico da Cidade de Guarulhos*.
  10. Para mais informações sobre o projeto coordenado pela professora Andrea Barbosa, consultar o *site do Pimenta nos Olhos*.
  11. Ver: A. Barbosa, “Pimentas nos Olhos Não é Refresco: Fotografia, Espaço e Memória na Experiência Viva por Jovens de um Bairro ‘Periférico’ de Guarulhos”, *Revista Cadernos de Arte e Antropologia*, 2012; e *idem*, “Fotografia, Narrativa e Experiência”, em A. Barbosa *et al.* (orgs.), *A Experiência da Imagem na Etnografia*.
  12. Agradecemos ao professor Henrique Parra os dados sobre seu projeto, e, para mais informações e detalhes, remetemos o leitor para seu *site* “Pimentalab: Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento”.
  13. Ver H. Z. M. Parra, “Educação Expandida e Ciência Amadora: Primeiros Escritos”, em C. B. O. Ferraz e F. G. Nunes (orgs.), *Imagens, Geografias e Educação: Intenções, Dispersões e Articulações*.

14. Agradecemos e creditamos à Profa. Dra. Suzanna Mizan, coordenadora do projeto, os dados e informações a respeito do seu desenvolvimento.

# 6

## Assistência Estudantil na Unifesp

ANDERSON DA SILVA ROSA • FERNANDA MIRANDA DA CRUZ • JULIANA GARCIA CESPEDES

A HISTÓRIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA de assistência estudantil na Unifesp, bem como das políticas de ações afirmativas voltadas para os estudantes, coincide com um conjunto de fatores de ordem histórica e social que pode ser datado ao longo dos 25 anos da universidade. Em sua história mais recente, a contar desde 2007, a Unifesp compartilha das mudanças no cenário nacional do ensino superior no que diz respeito ao aumento do acesso e à implementação de ações para a permanência dos estudantes na universidade.

Neste artigo, vamos nos debruçar sobre alguns aspectos que ilustram o aprimoramento das políticas de assistência estudantil na Unifesp. Destacaremos as mudanças relativas ao perfil socioeconômico dos ingressantes e ao impacto da implementação gradativa da Lei de Cotas de 2012 para as modalidades: estudantes de menor renda, egressos do ensino médio público e de raça/cor (negra, parda e indígena). Cotejaremos esses

dados ao desempenho acadêmico durante os cursos. Dedicar-nos-emos ainda a refletir sobre um impacto mais profundo para a universidade, que tem como objetivo principal produzir o conhecimento. Sobre esse último aspecto, a Unifesp, ao aderir às políticas de ações afirmativas e à Lei de Cotas, inscreve-se, ainda que timidamente, no debate contemporâneo sobre as formas de produção do conhecimento e sobre a disputa de narrativas epistemológicas distintas.

## Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em abril de 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), é, sem dúvida, um dos marcos de uma mudança estrutural pela qual passaria a Unifesp e muitas outras instituições federais de ensino superior (Ifes). O Reuni tinha, entre seus propósitos, aumentar o número de vagas no ensino superior, reduzir as taxas de evasão dos alunos matriculados e ampliar a mobilidade estudantil. Com o Reuni, vimos as universidades brasileiras federais ampliarem significativamente a oferta de cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento. Mudança mais impactante ainda foi a interiorização de novos *campi*, atenuando uma lacuna histórica do insuficiente número de universidades públicas no território nacional ante o expressivo número de jovens que não têm a possibilidade de dar continuidade aos estudos universitários. Atualmente, a Unifesp é formada por seis *campi* nos municípios de São Paulo, Santos, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco, que oferecem 53 cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento.

## Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)

Concomitante à franca expansão de cursos superiores em todo o território nacional, em 2010 o Decreto n. 7.234 cria o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), cujos objetivos são: *i.* democratizar as condições de

permanência dos jovens na educação superior pública federal; *ii.* minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; *iii.* reduzir as taxas de retenção e evasão; e *iv.* contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (art. 2º do Decreto n. 7.234/2010). Por meio de aportes orçamentários destinados às Ifes, para o fim exclusivo de viabilizar a permanência e a conclusão dos estudos, as instituições federais seriam levadas a implementar diversas ações para criar suas políticas locais de ações de permanência estudantil.

O cenário da expansão universitária e da implementação do Pnaes é acompanhado também de uma política central de garantia ao acesso de distintos segmentos da sociedade à universidade, a chamada Lei de Cotas – Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.

## Lei de Cotas – Lei n. 12.711/2012

A Lei de Cotas determina a reserva de um percentual de vagas de ingresso nos cursos de graduação das Ifes para distintas modalidades, como é o caso das cotas étnico-raciais (que contemplam os distintos grupos étnicos constituintes da sociedade brasileira para além do branco, como é o caso do preto, pardo, indígena), as cotas sociais (destinadas a pessoas de baixa renda), as cotas para estudantes egressos de escola pública e, mais recentemente, as cotas para pessoas com deficiência. Como destaca o pesquisador Munanga, as cotas não são uma questão de um grupo específico, mas fazem, na verdade, parte dos direitos coletivos, direitos para membros de algumas sociedades que tiveram problemas com essas sociedades<sup>1</sup>. Ações afirmativas, de modo geral, são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, seja no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural<sup>2</sup>. Essas medidas podem concretizar-se no incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de

estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e em outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária.

O impacto das políticas expressas pela expansão universitária e pela adoção obrigatória (recebida com muita resistência, vale dizer) da Lei de Cotas pode ser sentido na mudança de perfil do estudante ingressante na universidade. Em 2016, alcançamos na Unifesp a reserva de 50% das vagas de ingresso para candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessas vagas reservadas, metade foi dedicada a estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo (s.m.). Em cada uma dessas categorias de reserva de vagas se aplicou o critério étnico-racial, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o estado de São Paulo (34,73% para pretos, pardos e indígenas), e, desde 2017, aplicou-se também um percentual de vagas para pessoas com deficiência, que corresponde a 7% na cidade de São Paulo<sup>3</sup> e 23% no estado de São Paulo<sup>4</sup>. Os dados da Tabela 1 mostram a relação entre a renda *per capita* e as formas de ingresso na Unifesp (ampla concorrência ou cotas).

Tabela 1. Porcentagem de estudantes de reserva de vagas por renda na Unifesp

RENDA <i>PER</i> <i>CAPITA</i>	AMPLA CONCORRÊNCIA	RESERVA DE VAGAS	TOTAL GERAL
≤ 1,5 s.m.	46,8%	76,6%	58,3%
De 1,5 a 3 s.m.	30,2%	17,1%	25,1%
> 3 s.m.	20,3%	4,8%	14,3%
Sem preenchimento	2,7%	1,5%	2,3%

Fonte: Fonaprace e Andifes, v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das Ifes – 2018.

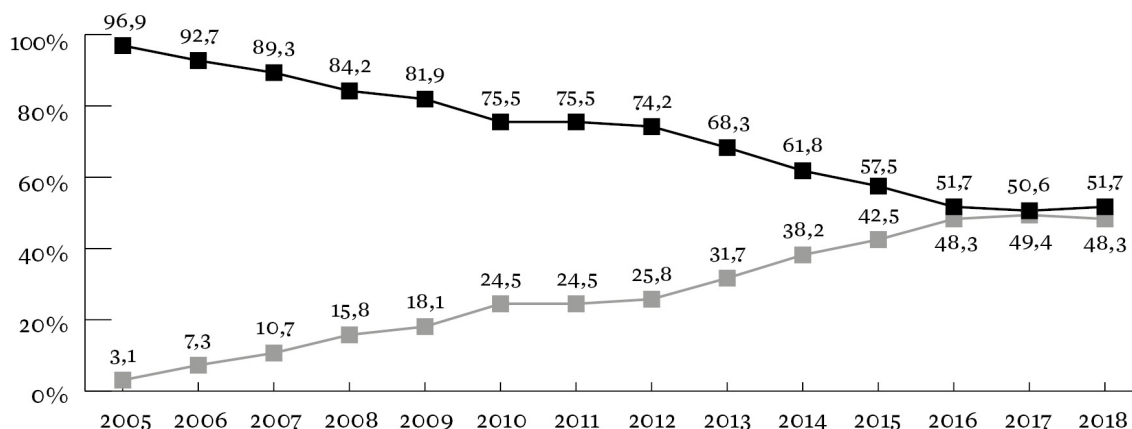


Sempre é importante lembrar que a mudança apontada na Tabela 1, embora significativa a médio e longo prazo na sociedade, está longe de nos colocar em paz com as desigualdades e diferenças de oportunidades que permanecem no cenário da educação superior pública. O histórico das universidades no Brasil é de reserva de vagas para segmentos brancos e elitizados da população brasileira<sup>5</sup>. Mudanças substanciais da estrutura universitária brasileira requerem ações e políticas também substanciais. Para termos uma ideia, um estudo realizado na década de 1990 apontou que, no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até seis salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Já a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de dez salários mínimos, tanto no setor privado quanto no público, ultrapassava os 60%<sup>6</sup>.

Podemos contrastar os dados desse histórico da década de 1990 com os números recentes fornecidos no Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) – edição de 2019<sup>7</sup>. Essa contraposição de cenários em um intervalo menor do que trinta anos nos ajuda a termos dimensão das mudanças sofridas pela universidade como consequência de políticas de ações afirmativas.

Fazendo um quadro evolutivo de 2005 a 2018 (Figura 1), ou seja, anos antes e depois do estabelecimento da Lei de Cotas, vemos a gradação e equiparação do ingresso de cotistas a partir de 2012, ano de implantação da lei.

Figura 1. Evolução das formas de ingresso, segundo o ano de ingresso (2005-2018) nas Ifes



Fonte: Fonaprace e Andifes, v *Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Ifes – 2018*.

Segundo o Fonaprace e a Andifes, o percentual de estudantes egressos de escolas públicas saltou de 37,5% em 2003 para 60,4% em 2018<sup>8</sup>. Em 2010 apenas 0,5% dos estudantes das Ifes eram de famílias com até meio salário mínimo *per capita*, saltando para 31,9% em 2014 e 26,6% em 2018, ou seja, mais de um quarto dos estudantes provém de famílias com alta vulnerabilidade socioeconômica. Além do que, atualmente, 70,2% dos estudantes das Ifes são de famílias com até 1,5 salário mínimo *per capita*. No período de quinze anos, as ações afirmativas elevaram em 282% a presença de estudantes pretos e pardos nas Ifes. Um aumento substancial também ocorreu no número de estudantes indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e, mais recentemente, com deficiência. De acordo com os dados do Fonaprace e da Andifes, 48% dos cotistas têm renda mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo (R\$ 477,00 em valores de 2018).

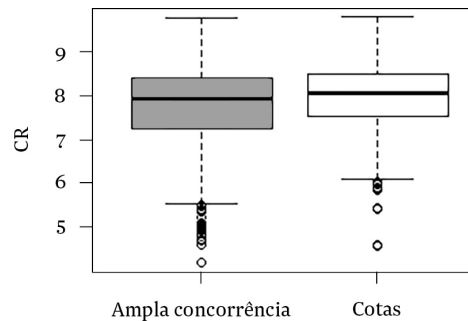
Esses resultados gerais demonstram, de maneira inequívoca, que as políticas adotadas tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas Ifes, aproximando um pouco mais a universidade da heterogeneidade presente na sociedade brasileira e promovendo algum grau de reparação aos grupos que têm estado historicamente apartados dos direitos e das oportunidades de igual acesso ao e permanência no ensino superior.

## A Criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis em 2010: um Reflexo de Reivindicações Estudantis e de Mudanças Advindas da Expansão Universitária

Entre 2007 e 2009, os dois primeiros anos de adesão da Unifesp ao Reuni já anunciavam que as coisas iam mudar e que o caminho da mudança não tinha volta. A Unifesp, historicamente alinhada ao projeto de universidade elitista no Brasil, passara a receber um contingente de estudantes de todos os cursos, origens socioeconômicas e práticas socioculturais. As políticas de acesso ao vestibular são uma parte da política de democratização da universidade. Acessar é só o primeiro desafio a ser superado. Permanecer no espaço acadêmico e concretizar o processo formativo exigirá de estudantes a superação de tantos outros desafios, bem como forçará a instituição e seus trabalhadores a reverem suas estruturas e práticas.

Os desafios da permanência estudantil e as necessidades de mudança serviram, e servem até hoje, para os contrários às leis de cotas e à perda de privilégios, como argumento para defender que o ingresso na universidade deve ser exclusivamente via um bom desempenho em provas do vestibular. O argumento se justificaria com o pressuposto de que o baixo desempenho no vestibular tem como consequência baixo desempenho acadêmico e evasão. A tese baseada no argumento meritocrático é facilmente derrubada com os dados do desempenho de cotistas. O desempenho acadêmico do estudante é medido na Unifesp por meio do Coeficiente de Rendimento (CR), calculado semestralmente com base em dois indicadores: nota final do estudante em cada unidade curricular (UC) e carga horária prevista de cada UC<sup>9</sup>.

Figura 2. Desempenho acadêmico de estudantes formados que ingressaram na Unifesp entre 2012 e 2018



Fonte: Sistema Integrado de Informação Universitária (SIIU) da Unifesp.

A Figura 2 apresenta o CR dos estudantes que se formaram e que ingressaram na Unifesp entre os anos de 2012 e 2018. Observa-se que o CR dos estudantes cotistas formados é mais alto que o dos estudantes que ingressaram pelo sistema de ampla concorrência. Tantas teses conservadoras, incluindo a anteriormente mencionada, apenas jogam uma névoa no que realmente acontece quando a universidade passa a receber grupos que até então estiveram fora da produção do conhecimento.

Afinal, *quais são as reais necessidades de ações para que grupos heterogêneos em seus referenciais, em suas crenças, práticas culturais, condições materiais, físicas e cognitivas permaneçam na universidade?* Não há uma resposta que possa ser dada ou mesmo uma preocupação que será antecipada pelos grupos hegemônicos e que se consideram universais. As reais demandas e necessidades de permanência afloram em forma de gritos e reivindicações por aqueles que conhecem as práticas de exclusão. Com a Unifesp não foi diferente. De 2007 a 2010, mobilizações estudantis, paralisações, greves, grupos de estudos de ativistas negros, grupos feministas, grupos de mães estudantes com filhos pequenos, grupos de diversidade de gênero, entre outros, levantavam e levantam as bandeiras de que uma política de assistência estudantil era (é) urgente.

Em 2010, como resultado e efeito dessas reivindicações, é criada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae). A Prae deveria atuar diretamente na inclusão e permanência dos estudantes por meio de políticas e ações voltadas para as questões de assistência social, saúde, cultura, esporte, apoio pedagógico e acessibilidade. A estrutura da Prae é composta, em cada *campus*, dos Núcleos de Apoio ao Estudante (NAES), com equipe multiprofissional dedicada exclusivamente à permanência estudantil (com

profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde, entre outros), e, de maneira centralizada, do Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD), que oferece atendimento médico ambulatorial em diferentes especialidades, atendimento odontológico e de enfermagem.

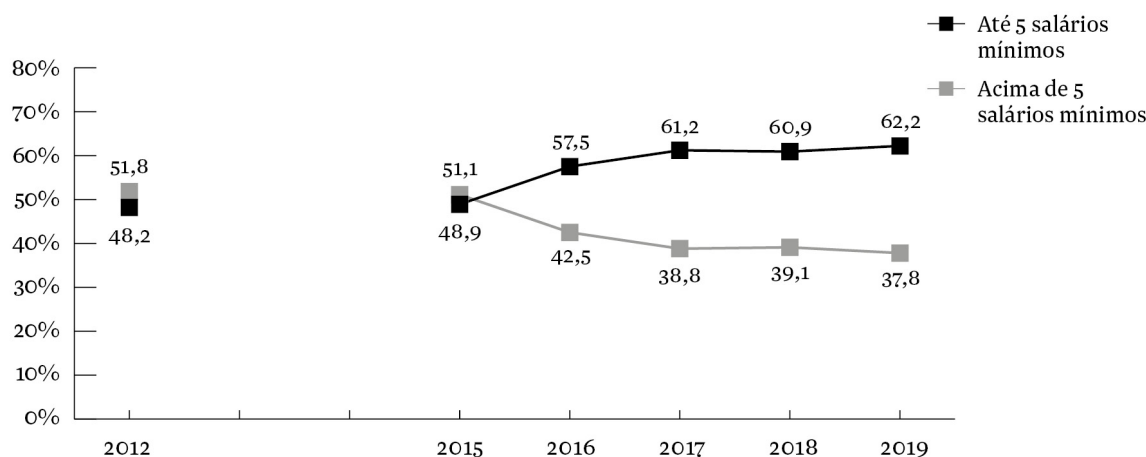
A criação de políticas depende necessariamente do conhecimento das necessidades do público a ser atendido, o que é obtido por meio de estudos de perfil e de dados. *Afinal de contas, que público temos? O que demandam? De que precisam? Quais devem ser as prioridades orçamentárias, levando em conta uma realidade comum na qual o orçamento é sempre uma cifra muito aquém da real demanda do público a ser atendido?*

Em 2012, a Pró-reitoria de Graduação (ProGrad) e a Prae unificaram então seus sistemas de informação e passaram a trabalhar, de forma conjunta, com os bancos de dados dos estudantes ingressantes com a finalidade de identificar as variáveis de ordem socioeconômica e cultural pertinentes para o planejamento de ações relacionadas ao acesso e à permanência. Como braço de apoio à Prae, foi criada ainda a *Comissão para o Estudo do Perfil dos Estudantes de Graduação* (Cepeg). O trabalho da Cepeg relativo à construção, aplicação, análises e estudos do questionário de estudantes ingressantes tem propiciado maior conhecimento sobre o perfil de estudantes e auxiliado nos processos de acompanhamento, avaliação e tomada de decisão das instâncias de gestão da Unifesp. A visibilidade desses dados e sua ampla divulgação são fundamentais.

## Políticas de Acesso: para Quem é a Universidade Pública?

Essa pergunta deve sempre ser feita. Considerando a renda familiar dos ingressantes de 2012 (ano da Lei de Cotas) a 2018, temos que em 2012 eram 47,5% dos estudantes na faixa de até cinco salários mínimos, passando a 61,7% em 2019. A correlação entre as duas faixas de renda (abaixo ou acima de cinco salários mínimos por família) alcançada pela Unifesp por meio da política de cotas está próxima à distribuição de renda por faixas de ingresso avaliada pela Fundação Seade para o estado de São Paulo.

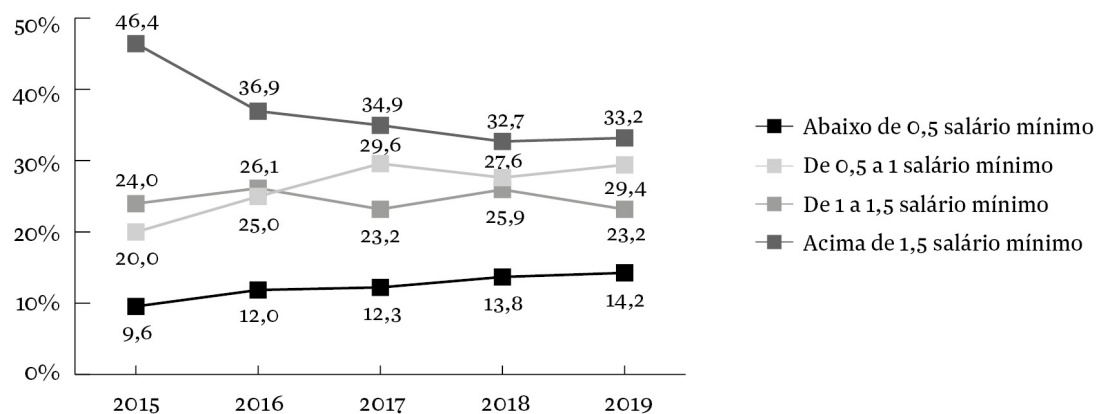
Figura 3. Renda familiar do estudante ingressante na Unifesp



Fonte: Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.

Considerando dados censitários dos estudantes ingressantes de 2019, a maioria (66,9%) pertence a famílias com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário mínimo (Figura 4). Há ainda uma parcela considerável (14,3%) de estudantes socioeconomicamente muito vulneráveis com renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo, que vem, muito claramente, em um crescimento significativo desde 2015 (9,6%) – os estudantes nessa faixa de renda aumentaram 49% entre os ingressantes na Unifesp entre 2015 e 2019.

Figura 4. Renda *per capita* familiar dos estudantes ingressantes na Unifesp

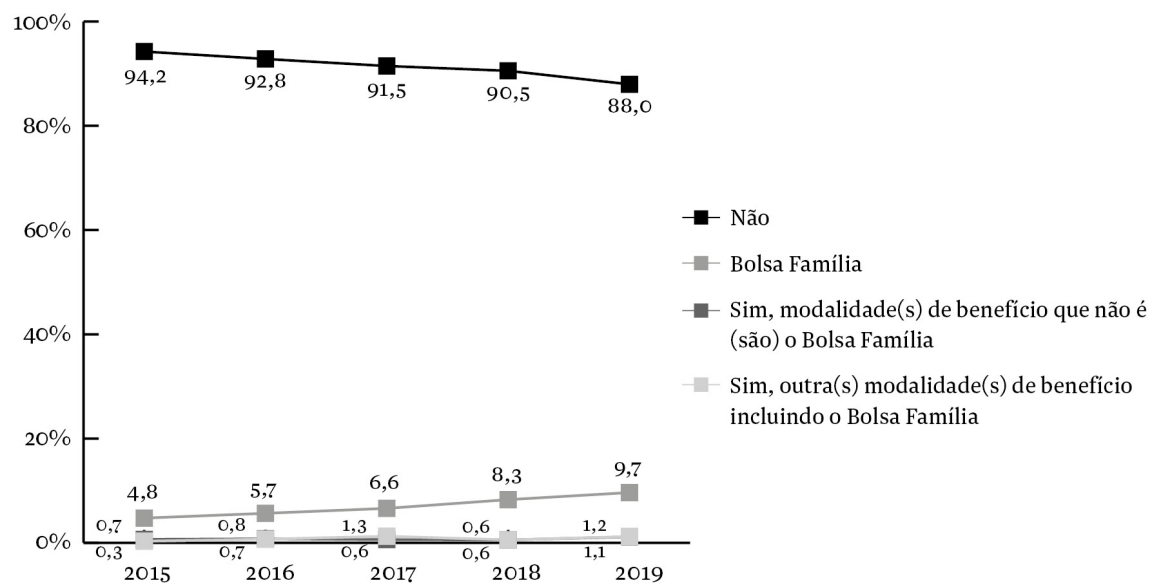


Fonte: Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.

Um dado mais surpreendente diz respeito ao contingente de estudantes cujo grupo familiar já tenha feito ou faz parte de algum programa de

transferência de renda, como é o caso de programas como Bolsa Família. Entre 2015 e 2019, esse número teve um aumento de 108% (Figura 5).

Figura 5. Participação do grupo familiar em programas de transferência de renda



Fonte: Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.

## Desempenho Acadêmico e Desempenho no Vestibular/Enem: Derrubando Teses

Muitas resistências às políticas de acesso são baseadas na manutenção dos privilégios de grupos, como é o caso do privilégio de pessoas brancas e pertencentes a classes socioeconômicas mais favorecidas. Muitas vezes essas resistências são revestidas de teses que se propagam muito facilmente como vontades de verdade, para usar a expressão de Michel Foucault. Uma dessas falsas teses é a de que o acesso de grupos étnico e socioeconômico mais diversificados impactaria negativamente na qualidade do ensino. Os dados parecem mostrar exatamente o contrário e a falsa tese é mais uma que poderia ser facilmente derrubada. Um estudo realizado pela ProGrad, que

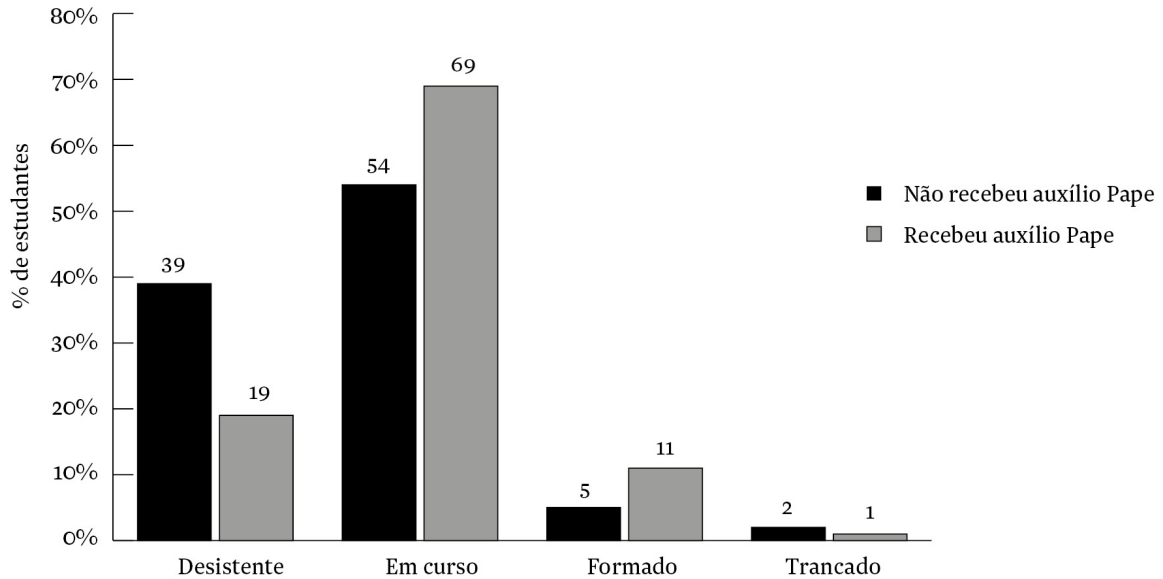
analisou todos os estudantes da Unifesp por *campus*, chegou à conclusão de que o desempenho acadêmico do estudante não está relacionado ao seu desempenho no vestibular. A instituição de programas de cotas parece assim impactar mais profundamente o conjunto de práticas de uma universidade. A diversidade de público ingressante na universidade não irá apenas trazer mudanças ante a democratização do acesso ao ensino superior. Irá também dar lugar a tensões que colocam em xeque o projeto hegemônico e elitista que caracteriza nossa história como sociedade racista, excludente e desigual, inclusive na universidade. Assim, à pergunta “O que deve ser feito para ampliar o acesso dos grupos historicamente discriminados e apartados dos direitos?”, temos de associar outra: “O quanto os grupos privilegiados estão dispostos a perder de privilégios?”

A mudança de perfil de renda após a Lei de Cotas é fundamental para compreendermos os novos desafios colocados pela universidade pública brasileira no século XXI. Ao contrário do que afirma parte da mídia ou relatórios que induzem políticas públicas – como o de autoria do Banco Mundial, *Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil*, de 2017, que afirma que “65% das vagas são ocupadas pelos 40% mais ricos”<sup>10</sup> –, o perfil do estudante de instituição pública superior não é majoritariamente de elite, como foi num passado bem próximo. Com o sistema de ingresso unificado Enem-Sisu e a política de cotas, inclusão e permanência, as universidades públicas estão cada vez menos homogêneas socioeconomicamente.

A Figura 6 mostra um quadro comparativo entre os índices de desistência dos estudantes que estão dentro do perfil socioeconômico considerado vulnerável, ou seja, estudantes com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo e que são beneficiários dos programas de assistência estudantil da Unifesp, e os índices de desistência de estudantes que estão fora do perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Temos, então, a seguinte realidade:

Figura 6. Situação acadêmica dos estudantes com até 1,5 salário mínimo *per capita* que participaram do programa Pape



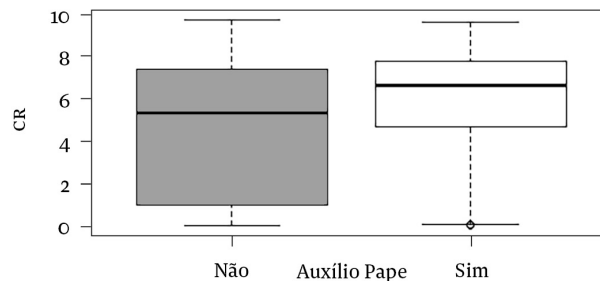


Fonte: SIU-Unifesp.

Nota-se que a porcentagem de estudantes desistentes com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo que receberam auxílio Pape é duas vezes menor que no grupo dos que não recebem auxílio. Observa-se também que cerca de 80% dos estudantes que receberam algum tipo de auxílio Pape estão em curso ou formados.

Além da permanência propriamente dita, expressa aqui em termos de permanecer cursando ou concluir o curso, comparamos também o desempenho acadêmico dos estudantes entre os grupos que receberam auxílio Pape e daqueles com renda de até 1,5 salário mínimo e que não receberam auxílio.

Figura 7. Desempenho acadêmico dos estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo *per capita* e participação no programa Pape



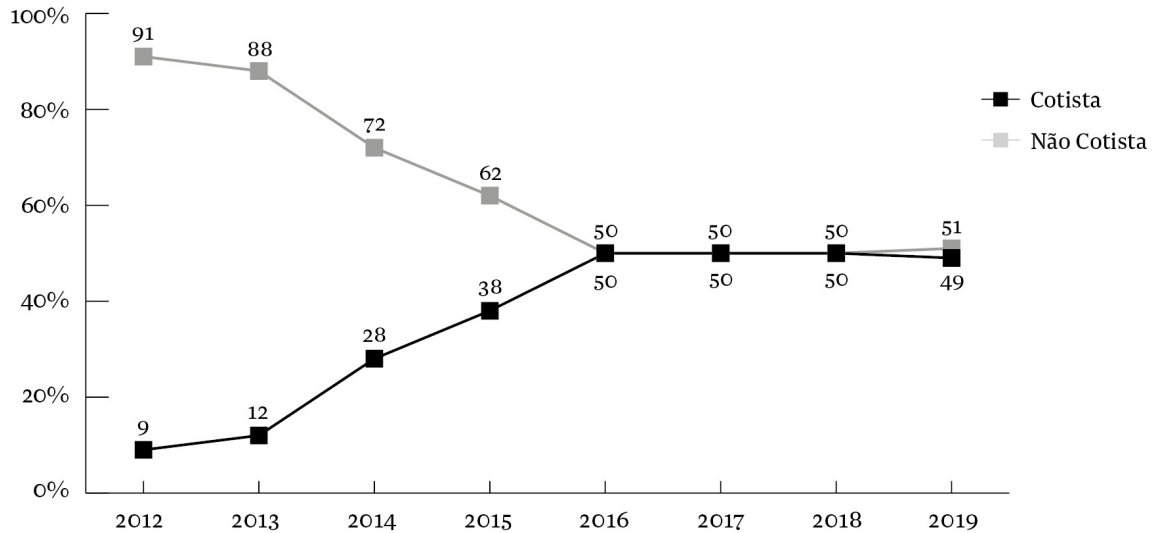
Fonte: SIU-Unifesp.

Observa-se na Figura 7 que o desempenho acadêmico dos estudantes que receberam o auxílio Pape (“Sim”) é maior do que aqueles que não receberam e possuem o mesmo perfil de renda (“Não”). Tais resultados mostram de forma inequívoca o sucesso do Programa de Auxílio para Estudantes (Pape) da Unifesp, assim como ratifica a importância de bons programas institucionais para permanência estudantil. Os dados ainda indicam que os cotistas não constituem um grupo de baixo desempenho e alta desistência. A análise de evasão e de coeficiente de rendimento acadêmico pelo recorte de cotistas ou não cotistas demonstra que não há diferença significativa entre os dois conjuntos de estudantes. Ao contrário, há um melhor desempenho dos cotistas. Sendo assim, a energia daqueles que criticam a Lei de Cotas deveria ser investida na defesa do Programa Nacional de Assistência Estudantil, ainda hoje um decreto federal que carece de segurança institucional e necessita de maior financiamento por parte do Estado.

## Modalidades da Lei de Cotas: Números Locais e Nacionais

Os termos da Lei de Cotas n. 12.711/2012 preveem o acompanhamento da implantação progressiva das cotas das distintas modalidades (estudantes de menor renda, egressos do ensino médio público e de raça/cor negra, parda e indígena). A Figura 8 ilustra a progressão da política de cotas e seu efeito importante na Unifesp sob a perspectiva da sua democratização, com aumento da diversidade dos estudantes do ponto de vista de origem, raça, classe e expectativas profissionais e de vida.

Figura 8. Implementação da política de cotas na Unifesp

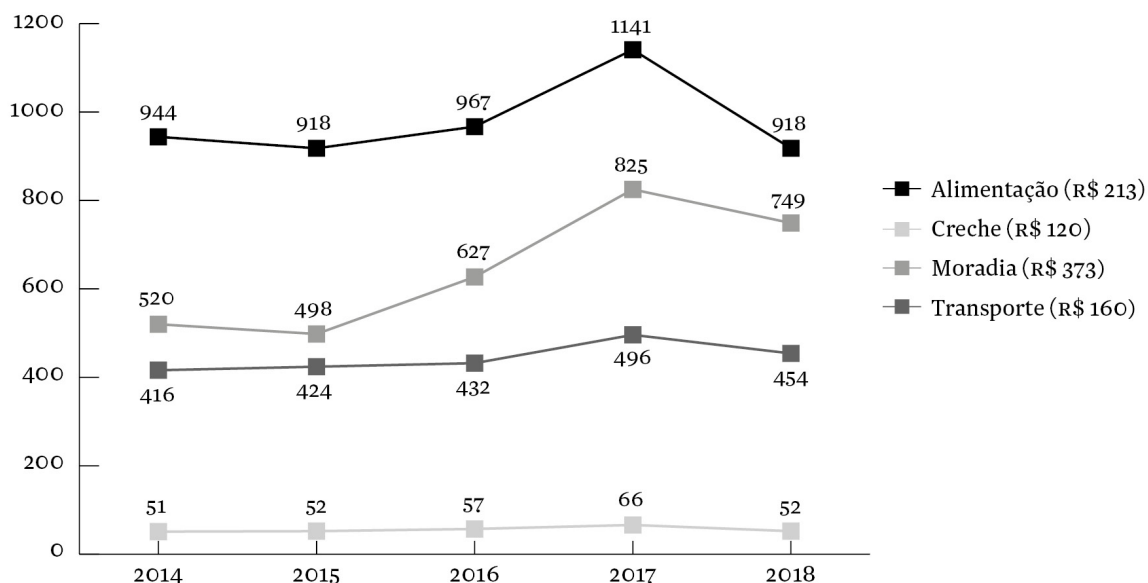


Fonte: SIU-Unifesp.

Os desafios passam a estar no modo de garantir a inclusão e permanência desse estudante. Uma ação para garantir tal permanência está nos auxílios do Pape.

A Unifesp, mesmo com as fortes restrições orçamentárias dos últimos anos, tem procurado garantir uma política de auxílios e bolsas que viabilize a permanência estudantil, reduza a evasão e qualifique sua inserção na vida universitária. Um a cada 4,15 estudantes tem uma bolsa ou auxílio oferecido pela universidade. Os auxílios, totalizando R\$ 6,7 milhões, em 2018 (para moradia, alimentação, transporte e/ou creche), são atribuídos a estudantes de baixa renda (menos de 1,5 salário mínimo *per capita*/mês). Além dos auxílios, a Prae ainda conta com dois tipos de bolsas afirmativas: PBP (indígenas e quilombolas) e Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes Africanos (Promisaes) são programas de auxílio com seleção e orçamento diretos do MEC, totalizando R\$ 800 mil por ano.

Figura 9. Detalhamento dos auxílios ofertados pela Unifesp aos estudantes de graduação



Fonte: Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência – Prae.

Analisando as políticas de auxílio à permanência (moradia, transporte, alimentação e creche), é possível verificar que existe uma postura ativa da instituição no apoio aos estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente (com renda *per capita* abaixo de 1,5 salário mínimo). Tal postura tem relevante consequência na sua permanência (Figura 9).

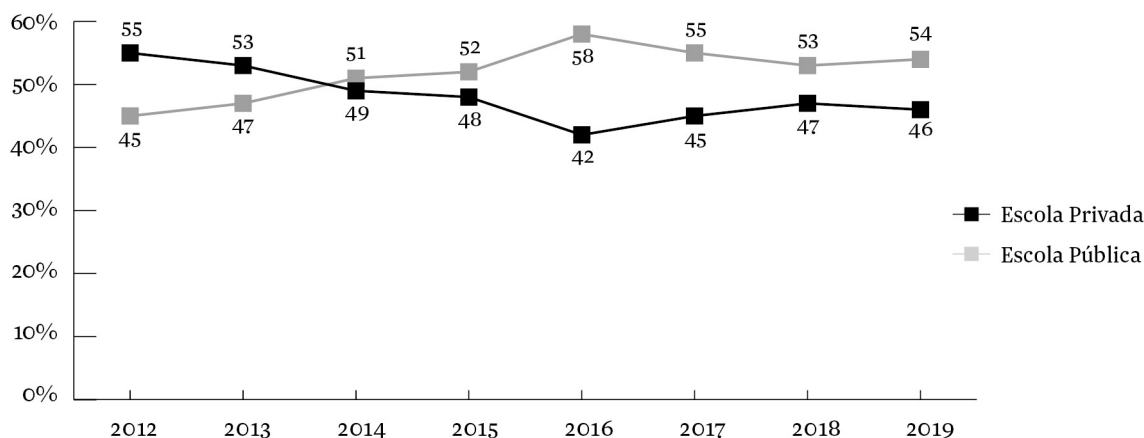
Outro conjunto de ações relaciona-se àquelas que dizem respeito aos impactos de bases teórico-epistemológicas das formas de produção do conhecimento. Essa é uma dimensão importante em direção ao que poderíamos chamar de universidade mais heterogênea do ponto de vista socioeconômico, étnico, epistemológico.

## Alunos Egressos de Escolas Públicas

Uma das modalidades a ser contemplada pela Lei de Cotas, a de estudantes egressos de escolas públicas, atingiu um total de estudantes que subiu de 45% em 2012 para 58% em 2016 e, recentemente, regrediu para 54%. Tal avanço ainda não se igualou ao perfil de origem no sistema educacional do total do estado de São Paulo (no ensino médio, 78% dos estudantes estão em escolas

públicas), o que significa que a política de acesso e inclusão ainda tem fortes desafios.

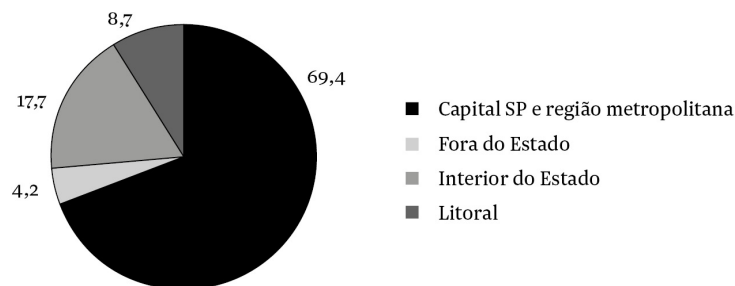
Figura 10. Proveniência do ensino médio do estudante ingressante na Unifesp



Fonte: SIU-Unifesp.

A procedência dos estudantes ingressantes da Unifesp no ano de 2018 é 95,8% do estado de São Paulo (Figura 11). Essa é uma situação atípica se comparada a outras universidades federais, que têm uma pluralidade de ingressantes de outras regiões do país. Dentro do estado, a maioria dos estudantes é proveniente da capital e da Região Metropolitana de São Paulo (69,4% do total).

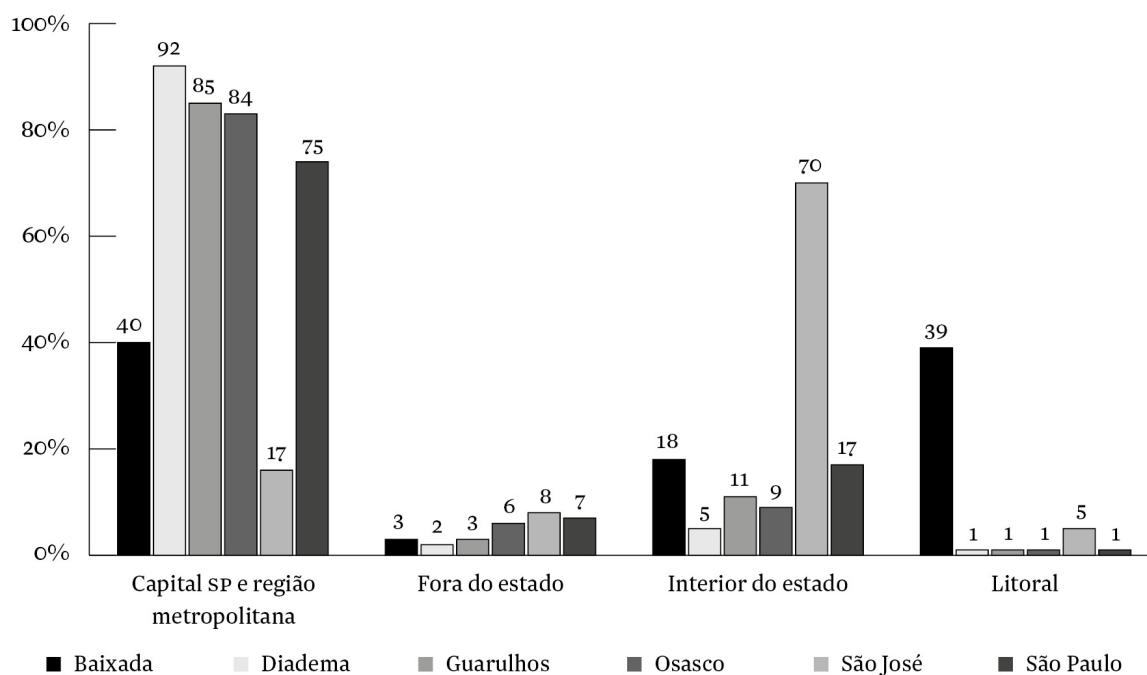
Figura 11. Região de procedência dos estudantes ingressantes na Unifesp em 2018



Fonte: Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.

Cinco dos seis *campi* da Unifesp estão na Região Metropolitana de São Paulo. Os *Campi* da Baixada Santista e São José dos Campos têm procedências distintas; o primeiro conta com 39,1% de estudantes do próprio litoral e o segundo com 70,1% dos estudantes vindos do interior do estado<sup>11</sup> (Figura 12).

Figura 12. Detalhamento por *campus* dos ingressantes em 2018: região de procedência



Fonte: Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.

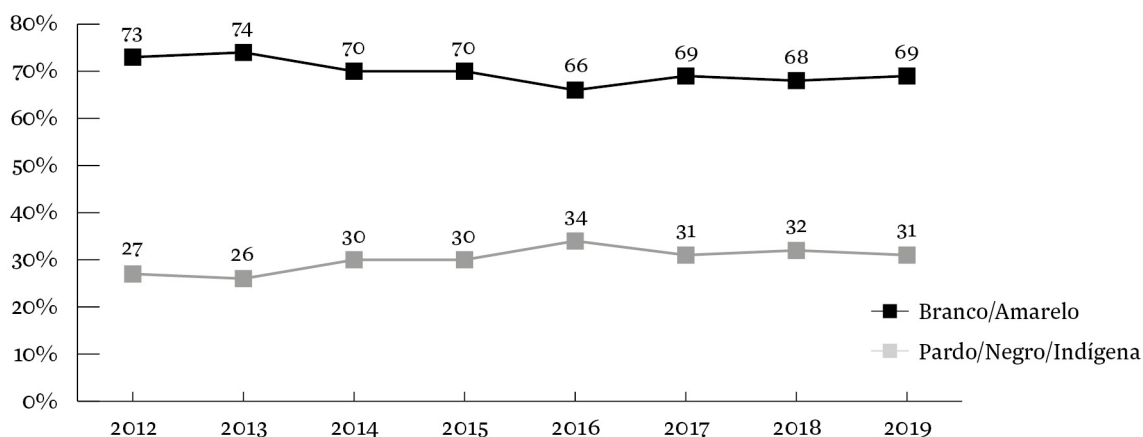
Nos *campi* de expansão da Unifesp, que concentram as áreas de humanas, sociais, econômicas, ciências exatas e tecnológicas e saúde, a política de cotas teve menos impacto do que no *campus* mais antigo e construído anteriormente ao Reuni, que é o caso do *Campus* São Paulo, onde se encontram as Escolas Paulistas de Medicina e de Enfermagem. Historicamente, a reserva de vagas para brancos e classes financeiramente mais abastadas se dá pelo mecanismo do vestibular. Como o vestibular se pretende um sistema que seleciona os alunos com melhores desempenhos em provas que avaliam os conteúdos do ensino médio, sabemos que o vestibular apenas poderia ser considerado um sistema justo se todos tivessem acesso às

mesmas escolas, aos mesmos conteúdos, às mesmas condições de ensino e às mesmas condições socioeconômicas de vida. Como o Brasil não é um país em que o acesso universal à educação de qualidade está garantido, o vestibular não se configura como um sistema de seleção e ingresso justo a todos.

## Modalidade de Cotas Étnico-Raciais

Para a modalidade de cotas étnico-raciais, há também uma significativa alteração, com ingressantes negros, pardos e indígenas, passando de 27% em 2012 para 31% em 2019. Essa porcentagem se estabilizou nos últimos três anos, quando a Unifesp atingiu a meta de vagas de ingresso por cotas. Está muito próxima, também, da porcentagem de negros, pardos e indígenas no estado de São Paulo (36%) (Figura 13).

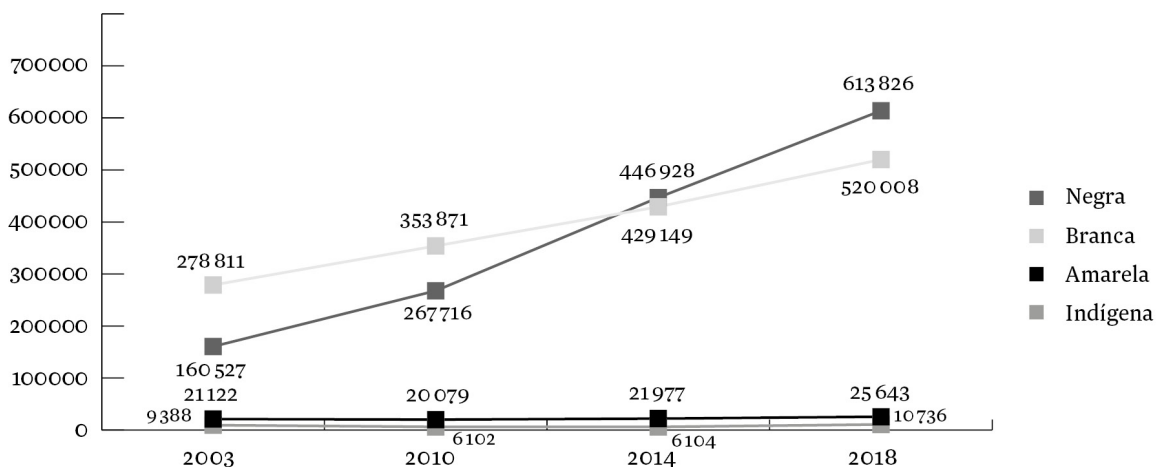
Figura 13. Raça/etnia e cor do estudante ingressante na Unifesp



Fonte: SIU-Unifesp.

Para cotejar os dados locais da Unifesp com os dados nacionais referentes ao aumento da participação de negros nas Ifes, vejamos a Figura 14, com números absolutos extraídos da *v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Ifes – 2018*.

Figura 14. Graduandos das Ifes segundo cor ou raça – 2003 a 2018



Fonte: Fonaprace e Andifes, v *Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Ifes – 2018*.

Em quinze anos, as ações afirmativas elevaram o número de estudantes pretos e pardos de 160 527 para 613 826 nas Ifes.

O desejável aumento do acesso à universidade por estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas demanda mais esforços no sentido de garantir boas condições de permanência para que possam concluir com qualidade seus objetivos acadêmicos. Ampliar o acesso e democratização ao ensino superior reforça o compromisso social da universidade pública e a diversidade das pessoas que constituem a comunidade acadêmica, fortalecendo e impulsionando o desenvolvimento da instituição e, conseqüentemente, da sociedade. Tal reflexão é especialmente importante na atual conjuntura brasileira que tem ocasionado decisões políticas que comprometem o funcionamento das Ifes. Os drásticos cortes e contingenciamentos de recursos de custeio e capital, assim como a falta de reajustes nos recursos para assistência estudantil das Ifes, são paradoxais ao perfil socioeconômico, cultural e acadêmico cada vez mais vulnerável dos ingressantes, ano após ano.

## Uma Narrativa que se Vislumbra: Impactos Epistemológicos das Ações Afirmativas no Ensino Superior



Parece haver capítulos da história da Unifesp que ainda estão por ser escritos, e eles referem-se às outras narrativas que têm sido possíveis, de um lado, por causa das políticas de acesso e permanência e, de outro lado, por uma agenda de debates contemporâneos mundiais envolvendo a ideia de que novas epistemologias são urgentes. Esse debate diz respeito às questões de gênero, às questões étnicas, ao debate sobre neurodiversidade e neurodivergência, às questões ambientais etc. *E o que as políticas de ações afirmativas teriam a ver com tudo isso?* Tudo.

Uma universidade mais heterogênea, ou melhor dizendo, menos homogênea, não pode apenas abarcar novos grupos sem desestabilizar profundamente as bases políticas, históricas e epistemológicas que as sustentaram até então. No que diz respeito às questões étnico-raciais, por exemplo, o grupo branco tem sido sinônimo de universal, ao passo que os demais grupos são geralmente tidos como exceções, atípicos, problemáticos, minorias, em suma, o outro... Soma-se a isso que esses grupos – “o outro” – estavam presentes na universidade apenas como objetos de estudo, os negros, os indígenas, os quilombolas, o pobre, cujas categorias descritivas e explicativas eram criadas pelos brancos. Para dar um exemplo, falamos em “literatura” e “literatura negra”, mas não falamos em “literatura branca” e “literatura negra”. Admitimos facilmente que no Brasil todos falamos português e ignoramos as 170 línguas indígenas faladas no território e a Libras, língua de sinais brasileira, falada pela comunidade surda. Falamos em “saúde” e em “saúde indígena”. Até mesmo os capítulos da “saúde indígena” em oposição à “saúde branca/universal” são escritos por brancos, considerando sua cosmologia como única, universal e aplicável a todo ser humano e desconsiderando tantas outras cosmologias que também têm seus conceitos de corpo, saúde, cura, intervenções e cuidados.

Quando os grupos que, até então, estavam na universidade apenas como categorias analíticas, sociológicas ou assistidas passam a participar ativamente das disputas de narrativas sobre a produção do conhecimento, é a própria produção do conhecimento que se modifica, uma vez que ela é situada e sócio-historicamente constituída. Para muitos, isso é um risco que deve ser evitado. Para outros, esse é o caminho.

Quando analisarmos os dados relativos à identidade de gênero e orientação sexual, para citar apenas um exemplo do nível epistemológico do impacto das políticas de acesso, certamente não veremos mais aquelas

tabelas binárias divididas entre sexo masculino e feminino. Vejamos os dados no cenário nacional das Ifes e os dados da Unifesp na Tabela 2.

Tabela 2. Sexo, identidade de gênero e orientação sexual dos graduandos em 2018, segundo a *v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Ifes – 2018*

PERFIL DOS GRADUANDOS (%)	UNIFESP	IFES
<b>IDENTIDADE DE GÊNERO</b>		
Mulher cis	59,5	48,1
Homem cis	34,3	40,1
Não binário	0,8	0,6
Homem trans	0,1	0,1
Mulher trans	0,1	0,1
Prefiro não responder	2,0	4,5
Prefiro não classificar	2,1	3,7
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>		
Heterossexual	73,6	78,1
LGBT	20,6	16,4
Assexual	0,6	0,3
Prefiro não me classificar	3,4	2,9
Prefiro não responder	1,4	1,9
<b>SEXO</b>		
Feminino	63,3	54,6
Masculino	36,4	45,1
Sem declaração	0,3	0,3

Fonte: Fonaprace e Andifes, v *Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Ifes – 2018*.

Embora quantitativamente os números dos grupos não heterossexuais sejam bem menores que o número dos grupos declarados heterossexuais, o impacto de recebermos e darmos atenção às reivindicações e reflexões desses estudantes nos obriga a nos inserirmos não apenas no quadro de instituições que procuram promover ações, mas também no debate contemporâneo sobre corpo e cuidados, saúde psíquica, violências de gênero, direitos humanos etc. Essa tarefa não está cumprida, mas a Unifesp hoje está, nesse quesito, um pouco menos homogênea. Incorporar as questões contemporâneas trazidas por formas de produzir conhecimentos, outras práticas culturais, outras epistemologias, é fundamental como ação de não exclusão dos grupos que não apenas ingressam na universidade, mas a modificam, para melhor.

Vale lembrar que muitas, para não dizer todas, conquistas por igualdade ou por reparações, expressas hoje em leis ou políticas, são fruto de lutas e iniciativas desses próprios segmentos. Um passo necessário para o reconhecimento das necessidades de políticas de cotas e de sua implementação não está apenas no reconhecimento de que há grupos com menos condições que outro grupo de acessar os espaços, como trabalho, instituições de ensino etc. O tal passo anterior e necessário é de caráter político e ético. Ele tem a ver com o reconhecimento de que as sociedades que precisam criar mecanismos de equidade e reparação são sociedades segregadoras, racistas e preconceituosas, que se sustentam em uma lógica de manutenção de privilégios para apenas um grupo.

E, por fim, para Munanga, no que diz respeito, por exemplo, aos direitos dos negros:

[...] as mudanças sociais se fazem com políticas, políticas públicas afirmativas, às vezes universalistas, às vezes específicas. O movimento negro avançou muito, principalmente nessa segunda fase, que foi de transformação efetiva da sociedade. A própria sociedade brasileira, o Brasil enquanto nação, enquanto país, assumiu o seu racismo, saindo da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban, em 2001 – o Brasil foi signatário da Declaração de Durban – assumindo seus problemas. O Brasil assumiu seu preconceito e saiu dessa conferência com o compromisso de implementar políticas sociais que atendam às necessidades específicas das comunidades indígenas, dos negros, dos homossexuais, enfim, de todas as minorias<sup>12</sup>.

- 
1. K. Munanga, “Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas”, *Sociedade e Cultura*, vol. 4, n. 2, 2007.
  2. J. Feres Júnior e J. Zoninsein, “Introdução: Ação Afirmativa e Desenvolvimento”, em *Ação Afirmativa e Universidade: Experiências Nacionais Comparadas*.
  3. Prefeitura de São Paulo, Secretaria da Pessoa com Deficiência.
  4. IBGE, *Censo Demográfico 2010*.
  5. A. C. P. Martins, “Ensino Superior no Brasil: da Descoberta aos Dias Atuais”, *Acta Cirurgica Brasileira*, vol. 17, supl. 3, 2002.
  6. R. C. L. Cardoso e H. Sampaio, “Estudantes Universitários e o Trabalho”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, 1994.
  7. Fonaprace e Andifes, “Relatório Executivo”, em *v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes – 2018*.
  8. *Idem, ibidem*, p. 5.
  9. Fonte: Sistema de Informações Universitárias da Unifesp, acesso em: 20 abr. 2017.
  10. Banco Mundial, *Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil*, p. 136.
  11. Relatório Cepeg-Unifesp, por meio de formulário preenchido pelos estudantes ingressantes.
  12. F. B. M. Fernandes, F. C. A. Telo e R. Cordaro, “A Luta dos Negros e das Negras Continua: Entrevista com Kabengele Munanga”, *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 2, n. 2, 2016.

# 7

## Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão em uma Unidade Universitária Federal de Educação Básica

ANA PAULA SANTIAGO DO NASCIMENTO • BRUNA BREDÁ • NÁDIA MASSAGARDI CAETANO DA SILVA • PAULA FERNANDES FERREIRA • THAISE VIEIRA DE ARAUJO

O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Escola Paulistinha de Educação (NEI-Paulistinha)<sup>1</sup> tem seu início no ano de 1971 e sua história está diretamente ligada à história da Escola Paulista de Enfermagem (EPE)<sup>2</sup>. Sua origem se deu, como muitas das creches em nosso país, devido à necessidade de cuidado de crianças filhas de mães trabalhadoras. Neste caso, especificamente, de “uma professora e uma secretária da EPE que tinham que

prestar cuidados a seus filhos e, tendo que trabalhar, solicitaram à direção da Escola autorização para trazê-los consigo ao trabalho”<sup>3</sup>.

Num primeiro momento, esse coletivo de crianças assistidas e cuidadas pela equipe de enfermagem foi chamado de *Comunidade Infantil* e era composto de crianças de três meses a três anos de idade, com o objetivo de serem atendidas suas necessidades básicas, quais sejam: “As atividades assistenciais desenvolvidas eram aquelas consideradas promotoras da saúde e que preveniam doenças, tais como higiene bucal, banho de sol, higiene ambiental, prevenção de acidentes, imunização, e estimulação ou programação psicopedagógica, de acordo com a faixa etária”<sup>4</sup>.

Pensar sobre a história do NEI-Paulistinha é pensar sobre a própria história da educação infantil em nosso país, que nasce em um contexto de assistência à infância, no bojo das lutas das mulheres por creches decorrentes de sua inserção no mercado de trabalho, que desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>5</sup>, ainda na década de 1940, busca atender às necessidades das mães trabalhadoras<sup>6</sup>, primeiro com salas de amamentação, depois com creches<sup>7</sup>.

Inicialmente constituída como uma sala para atender a duas mães da EPE – três crianças –, entre 1972 e 1973 ampliou o atendimento e o espaço, devido à demanda de outras mães trabalhadoras das Escolas de Enfermagem e de Medicina e do Hospital São Paulo. Em “1977, com a federalização dos cursos de enfermagem, a Comunidade Infantil passa a ser instituída como Creche da Escola Paulista de Medicina e se estrutura com novo planejamento educativo e previsão financeira”<sup>8</sup>. Mesmo com essa alteração, manteve tanto o vínculo com a EPE quanto o nome, que somente se modificou no início dos anos 1990, num processo que envolveu a mudança de endereço e de vínculo, que passou a ser diretamente com a Escola Paulista de Medicina (EPM), por meio do Departamento de Assuntos Comunitários (DAC), ainda assim sem o reconhecimento de órgãos oficiais de educação<sup>9</sup>. Em 1994, por meio da Lei n. 8.957<sup>10</sup>, a Escola Paulista de Medicina transforma-se na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e, em 1995, é inaugurado o prédio onde o NEI-Paulistinha funciona atualmente, o qual, a partir de 1996, passa a oferecer o Ensino Fundamental I, e começa a ser regulamentado pela Diretoria Estadual de Educação.

Além de refletir as modificações da Educação Infantil – cujas instituições, em especial a creche, vinculam-se à assistência social e somente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996<sup>11</sup> passam a compor o sistema de educação brasileiro –, a Paulistinha vai se modificando dentro da estrutura da EPE e da EPM até elas se tornarem Universidade.

Apesar de independentes desde os anos 1990, a EPE e o NEI-Paulistinha mantiveram-se associados não somente em razão de atender aos filhos de funcionários da Unifesp e do Hospital São Paulo (HSP), mas por ser campo de estágio desde a década de 1980<sup>12</sup> e, posteriormente, de pesquisa, extensão e residência de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da área da saúde do *Campus* São Paulo, e mais recentemente do *Campus* Baixada Santista.

Em 2000, a Disciplina Enfermagem Pediátrica da EPE retomou o vínculo com a Escola Paulistinha de Educação, por meio da Enfermagem em Saúde da Criança e Adolescente I, para desenvolver os conteúdos dessa disciplina curricular para a educação infantil e o ensino fundamental<sup>13</sup>.

A instituição também se propôs, há mais de uma década, a manter no seu quadro de funcionários estagiários oriundos dos cursos de Pedagogia, entendendo que esta seria uma importante função da escola na valorização de novos profissionais, assim como receber estagiários de diferentes universidades no cumprimento dos estágios obrigatórios de formação.

Em 2014, o Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação é oficialmente criado como “uma unidade de educação infantil que integra o sistema federal de ensino, seguindo as legislações próprias deste sistema”<sup>14</sup>. Após um processo de consulta à comunidade, tem seu Regimento Interno construído e aprovado pelo Conselho Universitário, passando a se vincular diretamente à Reitoria da Unifesp.

Entende-se que tais alterações são impulsionadas pela luta das creches universitárias que culminaram com a aprovação, em 2010, e posterior publicação da Regulamentação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUFEI), na Resolução MEC/CNE/CEB n. 1, de 10 de março de 2011<sup>15</sup>.

A partir desta Resolução, a União definiu que as Unidades de Educação Infantil integrassem o sistema federal de ensino, reafirmando a autonomia das Universidades e

vinculando-as na sua estrutura administrativa e organizacional, assegurando inclusive os recursos humanos e financeiros para o seu pleno funcionamento.

Além do já citado ponto da universalização da oferta de vagas com “*igualdade de condições para o acesso e permanência de todas as crianças*”, outro ponto de suma relevância estabelecido pela Resolução foi que as Unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, autarquias e fundações passassem a ter “*identidade universitária e função acadêmica*”<sup>16</sup>.

Nesse contexto, o NEI-Paulistinha passa a integrar formalmente o Sistema Federal de Educação Básica como uma UUFEL. Assim, assume o tripé ensino, pesquisa e extensão como princípio do trabalho político e pedagógico, de acordo com sua nova função social e acadêmica que fundamenta sua identidade no contexto universitário.

Além disso, compreendendo a pesquisa e a extensão de forma articulada, como estratégia de desenvolvimento da própria unidade e concordando com Raupp que essa articulação tem o objetivo de refletir sobre as práticas de ensino, sobre os processos de organização do trabalho pedagógico e formativo de suas/seus profissionais, sobre os modos de ser, pensar e aprender das crianças e de que forma vivem suas infâncias, brincam e produzem as culturas infantis e assim ser campo fértil de formação de profissionais que atuam com a infância e que produz conhecimento<sup>17</sup>.

## Propiciar Ensino de Qualidade: a Razão de Existir do neipaulistinha

Ainda que ao longo de sua história a Paulistinha tenha concebido de diferentes modos a infância e sua educação, educar as crianças tem sido não a única, mas a razão maior de sua existência. Com práticas e concepções de infância marcadas pelas tendências pedagógicas no decorrer do longo período desde sua criação, hoje a unidade tem seu Projeto Político-Pedagógico embasado na legislação atual, também reflexo do tempo histórico em que vivemos, no qual

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos



construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças<sup>18</sup>.

Se no momento de sua criação a escola era uma resposta à demanda das mães em relação aos cuidados dos filhos e tinha uma ação pautada pela assistência às crianças, hoje o NEI-Paulistinha pauta suas ações tomando a educação integral das crianças como prioridade, garantindo suas necessidades e direitos fundamentais. A concepção de criança em que acredita está em consonância com a estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, em que a criança é compreendida como “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”<sup>19</sup>.

Assim compreendidas, as crianças são tomadas como centro do planejamento e da ação pedagógica, o que implica considerar as especificidades de todas, desde os bebês até as crianças maiores, bem como o que podem ter em comum. Para tanto, a escola tem pensado Projetos Institucionais que possam ser assumidos coletivamente por toda a unidade escolar e que reverberem na atuação pedagógica, revelando as concepções de Educação, Currículo e Criança que embasam o trabalho pedagógico, evidenciando a função social da escola, seu papel na comunidade e na sociedade em que está inserida.

Até o ano de 2019 foram definidos os seguintes Projetos Institucionais: *Escola como Comunidade de Leitores e Escritores; Os Rituais de Passagem de Ciclo na Escola da Infância; Self-Service: Eu Escolho Meu Alimento!; Os Espaços Coletivos na Escola da Infância: o Desafio de se Pensar Coletivamente sua Organização para Bebês e Crianças até 10 Anos de Idade; Conselho Mirim: Caminhos para a Construção de uma Escola Democrática.*

Embora todos sejam reveladores de uma intencionalidade de pensar uma escola *da e para* a infância que contemple as crianças de zero a dez anos de idade, vale destacar o segundo projeto, intitulado *Os Rituais de Passagem de Ciclo na Escola da Infância*, que se refere à transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, possibilitando à escola se

pensar como uma instituição de educação da infância, com todos os desafios que as diferenças de idade e experiências apresentam para o espaço escolar.

O projeto foi criado com o objetivo de aproximar as etapas da educação escolar de forma que haja uma continuidade de aprendizagens e uma interação maior dos ciclos. Compreende ações como visitas das crianças do Infantil II, último ano da Educação Infantil, às turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, com espaço para perguntas, curiosidades, brincadeiras, experiências compartilhadas; assembleias com as crianças do Infantil II para pensar sobre como compreendem o rito de passagem para o Ensino Fundamental, garantindo a escuta delas de modo que o processo reflita seus anseios e expectativas.

Em nossa cultura, comemoramos aniversários, finais de ano, a conclusão de cursos. Isso significa que as comemorações ou os marcos importantes em nossas histórias de vida são determinados por condições históricas, sociais e culturais e assumem importância à medida que nos possibilita constituição de sentidos. E como comemorar o encerramento do ciclo da Educação Infantil com sentido para aqueles que protagonizam seu cotidiano? Como encerramos ciclos na escola da infância?<sup>20</sup>

Destacando ainda o importante papel que as comemorações possuem, além do Rito de passagem e da Festa de Despedida dos Infantis II, tem-se buscado ressignificar e reorganizar outras festividades que compõem o cotidiano da escola, como: o Cortejo Brincante, a Festa da Família, a Festa Junina, a Mostra Cultural, ou ainda a Feira de Troca de Brinquedos na Semana das Crianças. Desse modo, busca-se em nossa prática pedagógica romper com a ideia das datas comemorativas comerciais, ao mesmo tempo que, com a comunidade escolar, elegem-se e consolidam-se quais datas e festividades devem compor nosso currículo.

Assim, na semana em que comemoramos o “Dia das Crianças” optamos por uma discussão política ligada aos direitos das crianças e atividades que fossem ao encontro dessa ideia, tal qual a feira de troca de brinquedos. Nenhuma criança saiu da escola com uma lembrancinha, mas saiu com várias LEMBRANÇAS! Essas lembranças embrulhavam os brinquedos usados por outras crianças e substituíram o papel de presente e o cheiro de novo dos brinquedos comprados nas lojas. Esse embrulho é o mais bonito de todos: as memórias de parte da infância das crianças da Paulistinha!<sup>21</sup>

Nesse sentido, apoiado pela concepção de criança curiosa, potente e criativa, o trabalho pedagógico realizado com bebês, crianças pequenas e maiores se fundamenta numa perspectiva de aprendizagem contínua, que na educação infantil inicia-se com o brincar heurístico<sup>22</sup> e se desenvolve por meio das diferentes linguagens em projetos investigativos das turmas, aprofundando-se no Ensino Fundamental, com o intuito de potencializar os conhecimentos que as crianças possuem, sistematizá-los, propondo seu avanço.

Como exemplo, pode-se citar o projeto de ciências realizado no Ensino Fundamental, que teve como objetivo construir com as crianças uma imagem do cientista, pensando sobre a sua função social e o processo de construção de uma teoria científica<sup>23</sup>. As atividades pedagógicas desenvolvidas mobilizaram as crianças, possibilitaram que fizessem perguntas, levantassem hipóteses e que se empenhassem em construir estratégias para a resolução de problemas. O trabalho de escuta atenta realizado pelas docentes e a possibilidade de as crianças agirem com autonomia e curiosidade permitiram que elas pudessem interagir de maneira ativa no mundo, experimentando, investigando e questionando, sendo sujeitos de suas aprendizagens e desenvolvimento.

Esse tipo de projeto revela a importância de colocar a criança no centro do planejamento pedagógico e ajudá-las a agirem com liberdade e responsabilidade para pesquisarem e irem em busca de respostas às suas próprias indagações. Nessa perspectiva, o papel dos educadores é promover um ambiente estimulante e instigante para que as crianças possam refletir e pensar criticamente, orientando-as e mediando seus processos investigativos, em vez de dar respostas prontas e que se apresentam como verdades absolutas a elas.

Destaca-se que esse projeto de ciências faz parte de uma ação de extensão universitária, que se desenvolve em diálogo com a proposta pedagógica da escola, um exemplo positivo de como a extensão universitária colabora com o ensino e o desenvolvimento da instituição, ao mesmo tempo que a escola contribuiu com a formação de alunos de cursos de graduação, que junto com as educadoras da turma refletem sobre os processos de aprendizagem das crianças<sup>24</sup>.

Compreender uma educação integral para as crianças implica pensar em seu desenvolvimento ao longo de todo o ciclo de vida em que está na instituição de modo amplo, mas também em cada momento cotidiano de modo específico. Para tanto, como apoio à educação integral das crianças que frequentam o NEI-Paulistinha, contamos também com uma equipe de saúde que, com base na Política Nacional de Promoção da Saúde, tem o objetivo de colaborar com ações que não apenas previnem doenças, mas estimulam atitudes saudáveis de vida nas crianças. A equipe de saúde do NEI-Paulistinha é composta de profissionais de Enfermagem, Nutrição e Odontologia.

“Na perspectiva da promoção da saúde, a equipe de saúde tem como objetivo geral promover ações que auxiliem a manutenção da saúde das crianças, desenvolvendo o planejamento, execução, supervisão e avaliação dos serviços prestados no ambiente educacional intraescolar”<sup>25</sup>.

Como exposto até aqui, percebe-se que o ensino no NEI-Paulistinha vem passando por alterações desde o seu reconhecimento como uma UUFEI – com a Resolução n. 102/2014; a criação de grupo de trabalho para construção de seu Regimento Interno e sua posterior aprovação no Consu; concurso para docentes; construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico; criação do Conselho de Escola, entre outras. Muitas dessas ações que atualmente acontecem na escola são fruto das discussões coletivas, cursos de extensão e encontros formativos, de forma que vemos refletido nas práticas do ensino o tripé que se complementa com a pesquisa e com a extensão.

Nos dois tópicos a seguir, discute-se como o NEI-Paulistinha, além de se constituir historicamente como um campo de pesquisa, estágio e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação da Unifesp e de outras universidades públicas e privadas, vem se configurando como um promotor de ações extensionistas e culturais, assim como produtor de conhecimento e pesquisa.

## O Importante Papel de Ser Campo de Pesquisa, Extensão e Estágio

Apresentam-se aqui dois levantamentos realizados no ano de 2019 sobre pesquisas que tiveram o NEI-Paulistinha como campo. O primeiro deles feito no Repositório Institucional da Unifesp<sup>26</sup> e o segundo a partir de

documentação entregue ao Núcleo pelos pesquisadores entre 2017 e 2019<sup>27</sup>. Em ambos os casos, o objetivo dos levantamentos foi compreender como o NEI-Paulistinha vem sendo campo de pesquisa para a Unifesp ao longo dos anos.

O levantamento realizado no repositório institucional da Unifesp foi feito no mês de dezembro de 2019 utilizando o termo “Paulistinha” no campo de busca. Foram localizadas dezesseis produções sob esse termo, das quais onze estavam, de fato, relacionadas ao NEI-Paulistinha<sup>28</sup>. Dessas onze produções, a mais antiga data de 2005 e a mais recente de 2016.

Destaca-se que todas as onze produções relativas ao NEI-Paulistinha se inserem na área da Saúde, vinculadas à EPM ou à EPE. Uma dessas produções teve como objeto de estudo a saúde no NEI-Paulistinha; outra, cujo objeto era a aprendizagem de Libras por crianças ouvintes, realizou as ações com uma turma no Núcleo; e uma terceira teve como objeto processos infecciosos em crianças assintomáticas e durante três anos acompanhou as crianças do NEI-Paulistinha. Entre as demais, as crianças do NEI-Paulistinha compuseram um dos grupos com os quais foram desenvolvidas as pesquisas em duas produções. Por fim, nas outras seis produções (duas teses e quatro artigos) localizadas no Repositório, o NEI-Paulistinha foi o campo no qual se encontrou o grupo-controle das pesquisas.

Já o segundo levantamento, feito a partir das solicitações de pesquisa ao NEI-Paulistinha, revela que no período de 2017 a 2019 foram realizadas dez pesquisas na instituição. Desse total, a maioria dos trabalhos era vinculada à área da saúde (sete), seguida pela presença de investigações em educação (três). Quatro dessas pesquisas que foram desenvolvidas no interior do Núcleo ou sobre ele já estão concluídas; outras quatro receberam a colaboração do NEI-Paulistinha no envio de questionários às famílias das crianças e/ou de convite a professores; e duas pesquisas estão em andamento.

Essas duas pesquisas em andamento são da área da saúde na interface com a educação. Uma delas tem como participantes as professoras e professores do Núcleo e recebe colaboração de uma servidora técnica do NEI-Paulistinha; e a outra tem as crianças como participantes da pesquisa.

Ambos os levantamentos aqui apresentados são uma pequena amostra que indica o quanto o Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação está interligado à pesquisa na Unifesp na condição de campo de

pesquisa. Esses levantamentos constituem estudos exploratórios acerca da relação entre a Paulistinha e a pesquisa na Unifesp, que instigam um aprofundamento para que se possa compreender melhor essa interação.

Na condição de campo de atividades de extensão, recebe ações das áreas da educação e saúde, que são realizadas diretamente com as crianças ou se propõem à formação do corpo docente interno e/ou externo à escola<sup>29</sup>.

As ações extensionistas que o Núcleo recebe da área da saúde têm como objetivo, em sua maioria, o trabalho com as crianças. Já as ações propostas na área da educação tendem a focar na formação do docente, tanto inicial como continuada.

Da mesma forma, os estágios curriculares que acontecem na Escola são de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação das áreas de educação e saúde. A Escola possui onze vagas para estagiários dos cursos de Pedagogia e recebe outros graduandos para a realização de estágios curriculares de diferentes faculdades e universidades públicas e privadas. Nos últimos três anos, foi campo de estágio dos cursos de Pedagogia (trinta estágios), Educação Física (dois estágios), História (um estágio), Música (dois estágios) e Psicologia (um estágio). No total foram realizados 34 estágios curriculares de diferentes estudantes.

É campo de estágio e formação dos cursos de graduação de Enfermagem, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica da EPE e EPM, sendo que os dois últimos cursos realizam triagem das crianças da educação infantil e do ensino fundamental, prestando assistência em saúde às que demandam encaminhamentos aos ambulatórios da Unifesp de Fonoaudiologia e Oftalmologia. Ainda, o NEI atende aos estagiários do curso de Nutrição do *Campus* Baixada Santista, que atuam na gestão nutricional.

A unidade recebeu também nos últimos anos o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança e do Adolescente da Unifesp do *Campus* São Paulo, sendo campo de atuação de pós-graduandos das áreas da Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social e Fonoaudiologia, com o objetivo de trabalhar a promoção à saúde na escola da infância, ao mesmo tempo que os profissionais vivenciam o contexto escolar como espaço formativo.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que ainda há forte interesse dos cursos de graduação e pós-graduação da área da saúde da Unifesp no NEI-Paulistinha, assim como o foi pelas últimas quatro décadas.

Destaca-se que a intencionalidade do NEI-Paulistinha é ampliar sua atuação como campo de estágio e extensão, entendendo-a como uma de suas funções como unidade universitária de educação básica. No entanto, vem trilhando seu caminho na promoção e produção de conhecimento a respeito da educação da infância de maneira integrada com a pesquisa e extensão.

## Para Além de Campo... o NEI-Paulistinha como Promotor e Produtor de Conhecimento

A integração do NEI-Paulistinha ao sistema federal de unidades universitárias de educação infantil possibilitou a contratação de docentes especificamente para o Núcleo<sup>30</sup>, que inauguram, então, ações de pesquisa e extensão desenvolvidas *pelo* Núcleo.

Dentre as ações de pesquisa desenvolvidas pelas docentes do Núcleo, destacam-se: a participação em diversos Grupos de Estudos e Pesquisa da nossa Unifesp, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); a recente criação de um grupo de estudos e pesquisa; e duas pesquisas desenvolvidas por docentes.

Criado em 2018, o *Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância, Educação da Infância e Formação de Professores* tem como objetivo estudar e discutir questões pertinentes ao NEI-Paulistinha. Atualmente o grupo é composto de nove docentes do Núcleo<sup>31</sup>, conta com uma linha de pesquisa que discute a educação da infância pensada dos zero aos dez anos de idade e se organiza em reuniões semestrais.

Em 2019 temos o início das duas primeiras pesquisas realizadas por docentes do NEI-Paulistinha. A primeira delas, intitulada *O Desenvolvimento da Pesquisa em Estudos Sociais da Infância: Temáticas de Estudo no Brasil*, é desenvolvida pela Profa. Dra. Bruna Breda, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unifesp (CEP-Unifesp) em abril. A segunda pesquisa é desenvolvida pela Profa. Dra. Ana Paula Santiago do Nascimento, intitulada *Qualidade na Educação da Infância: Quanto Custa Esse Direito? – uma Análise de Custo-Aluno-Qualidade no nei-Paulistinha*, está em processo de cadastramento no CEP-Unifesp. As docentes do Núcleo participam ainda,

como pesquisadoras, em pesquisa interinstitucional (USP, Unicamp, Unesp, UFABC).

Além das atividades de pesquisa, outras ações relacionadas à divulgação do conhecimento científico foram desenvolvidas pelas docentes do NEI-Paulistinha, a saber: *i* e *ii* *Seminário de Pesquisas em Educação: Perspectivas em Movimento*, em 2017 e 2018, coordenados pelas Profa. Ms. Dilma Antunes Silva e Profa. Ms. Nádia Massagardi Caetano da Silva, nos quais foram discutidas temáticas e metodologias de pesquisa; a publicação semestral do *Boletim Tesouros das Infâncias Paulistinhas*, coordenado pela Profa. Ms. Juliana Diamante Pito, que divulga relatos de práticas pedagógicas da educação infantil e do ensino fundamental do Núcleo; e a publicação do livro *(Con)viver a Educação: Relatos de Práticas Cotidianas no Núcleo de Educação Infantil Paulistinha*<sup>32</sup>.

Essas atividades de pesquisa no âmbito de uma Unidade Universitária Federal de Educação Básica, segundo Raupp, podem ser assumidas como propulsoras das demais ações da instituição, uma vez que, ao produzir conhecimento sobre educação, contribui com o contexto social mais amplo e com a reflexão e formação da própria instituição que produz conhecimento, transformando o ambiente educativo em um espaço reflexivo e gerador de práticas pedagógicas de qualidade<sup>33</sup>.

A construção dos objetivos de produção e socialização de conhecimentos dá-se em consonância com o princípio norteador das atividades da universidade: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O reconhecimento desse princípio é assumido num entendimento mais amplo sobre o papel de uma unidade de educação infantil universitária federal dentro da lógica de funcionamento do universo acadêmico, no qual a pesquisa se apresenta como fio condutor de todas as ações, sustentando as demais atividades desenvolvidas pela unidade<sup>34</sup>.

Com esse mesmo entendimento, o NEI-Paulistinha, na condição de promotor de atividades de extensão, vem oferecendo cursos, realizando eventos formativos e culturais e propondo projetos<sup>35</sup>. As ações de formação docente vêm se mostrando como possibilidade de qualificação das práticas de ensino e aprendizagem de professoras e professores que atuam na educação básica, com especial atenção à educação infantil e aos primeiros anos do



ensino fundamental, reverberando, assim, na qualificação profissional da comunidade interna e externa.

Em 2017, o NEI-Paulistinha promoveu o *i Encontro de Práticas e Pesquisas na Educação da Infância: Infâncias e Democracia*, coordenado pelas Profa. Dra. Andréia Regina de Oliveira Camargo, Profa. Ms. Dilma Antunes da Silva e Profa. Ms. Juliana Diamante Pito. Em 2019, como fruto desse encontro, foi realizado o *i Congresso de Práticas e Pesquisas na Educação da Infância: “Professora Sim, Tia Não!”*, lembrando o educador e filósofo Paulo Freire, coordenado pelas Profa. Dra. Andreia Regina de Oliveira Camargo e Profa. Ms. Thaise Vieira de Araujo.

Também inicia no ano de Comemoração de 25 anos da Unifesp e de 48 anos da Escola uma importante participação na criação dos observatórios institucionais da Universidade, contribuindo ativamente na construção dessa política que tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## Considerações Finais

Ao discorrer brevemente sobre a história do NEI-Paulistinha nota-se o quanto sua trajetória é marcada pelas mudanças vividas pela Unifesp, mesmo antes de sua efetiva fundação, e pelo processo que sofreu a Educação Básica Brasileira. Acompanha-se a consolidação de ambas como instituições públicas de educação, comprometidas com a oferta de educação de qualidade e inovação pedagógica.

Cumprindo sua função social e acadêmica, o NEI-Paulistinha compartilha dos objetivos da Unifesp, que se fortalecem na prestação de serviços à comunidade por meio de suas ações de ensino, extensão e no acesso e produção de conhecimento, fomentando a ciência em nosso país e colaborando com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todos e todas.

Este relato, resgatando um pouco da história da Escola e realizando um pequeno inventário das atividades de ensino, pesquisa e extensão mais recentes, busca expor o importante papel que o NEI-Paulistinha tem na educação de bebês, crianças menores e maiores no contexto universitário,

como um polo de discussões entre docentes de diferentes níveis de ensino, de pluralidade de ideias, de práticas pedagógicas inovadoras e progressistas, de formação de profissionais que atuam com a infância na área de saúde e educação e de produção do conhecimento, na interlocução entre a universidade e a sociedade.

Quando se projetam os próximos 25 anos da Universidade e do NEI-Paulistinha, pode-se vislumbrar o fortalecimento dessa história calcada no reconhecimento político e social da educação pública brasileira, fiéis aos princípios da laicidade, gratuidade e qualidade e comprometidos com a promoção da transformação humana, com acolhimento à diversidade, com o ineditismo e com a construção da ciência brasileira. Trilhando esse caminho, encorajados pela coletividade e pelos direitos fundamentais, sobretudo no acesso à saúde, educação e cultura, busca-se colaborar com o pleno desenvolvimento das pessoas e da sociedade na perspectiva de um mundo social e economicamente mais igualitário, justo e democrático.

- 
1. Utilizaremos a abreviação NEI-Paulistinha, e não NEI-EPE, para que não haja confusão com a abreviação EPE da Escola Paulista de Enfermagem. Por vezes, usaremos Paulistinha, Núcleo ou apenas NEI para nos referirmos à escola.
  2. Neste texto, optamos por utilizar a nomenclatura atual “Escola Paulista de Enfermagem” (EPE), pois nosso foco não é o processo histórico da EPE. Para conhecer mais a história da Escola Paulista de Enfermagem, ver C. V. Cagnacci, *Processo de Federalização da Escola Paulista de Enfermagem*; e M. Barbieri e J. Rodrigues (orgs.), *Memórias do Cuidar: Setenta Anos da Escola Paulista de Enfermagem*.
  3. S. R. Pereira *et al.* “Inserção e Impacto Social da Escola Paulista de Enfermagem no Cenário Paulista”, em M. Barbieri e J. Rodrigues (orgs.), *op. cit.*, p. 195.
  4. M. Augusto, E. B. Feige e P. C. Gomes, “Comunidade Infantil do Departamento de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina”, *apud* S. R. Pereira *et al.*, *op. cit.*, p. 197.
  5. Brasil, Decreto-lei n. 5.452, de 1<sup>o</sup> de maio de 1943.
  6. No ano de criação do que hoje é o NEI-Paulistinha, é promulgada a Lei n. 5.692, que fixou diretrizes para o ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus e que indicou a necessidade do atendimento educacional de crianças menores de sete anos em escolas maternas, jardim de infância e instituições equivalentes (art. 19, § 2<sup>o</sup>), porém, sem destinar recursos para esse fim, estimulou as empresas com funcionárias mães de menores de sete anos a criar e manter escolas para essas crianças (art. 61).

7. Cf. Art. 389 do Decreto-lei n. 5.452 original e a alteração dada pelo Decreto-lei n. 229, de 1967.
8. R. C. de Oliveira, *Paulistinha, a Creche Universitária da Unifesp: A Construção Identitária de uma História Multifacetada (1971 a 1996)*, p. 129.
9. *Idem, ibidem.*
10. Brasil, Lei n. 8.957, de 15 de dezembro de 1994.
11. *Idem*, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
12. R. C. de Oliveira, *op. cit.*
13. S. R. Pereira *et al.*, *op. cit.*, p. 201.
14. Unifesp/Consu, Resolução n. 102, de 11 de junho de 2014, art. 2º.
15. MEC, Resolução CNE/CEB n. 1, de 10 de março de 2011.
16. UFRJ/CFCH, *Relatório de Gestão 2006-2010/2010-2014*, grifos no original.
17. M. D. Raupp, *A Educação Infantil nas Universidades Federais: Questões, Dilemas e Perspectivas*.
18. MEC/SEB/Secadi/CNE, *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*, p. 4.
19. MEC, Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009.
20. Unifesp/NEI-Paulistinha, *Projeto Político-Pedagógico: Concepções da Escola da Infância*, p. 34.
21. *Idem*, *Práticas Pedagógicas na Educação Infantil do nei-Paulistinha*.
22. Para saber mais sobre brincar heurístico, ver E. Goldschmied e S. Jackson, *Educação de 0 a 3 Anos: O Atendimento em Creche*.
23. Muitas crianças não sabiam o verdadeiro papel do cientista e a importância de fazer perguntas, achavam que os cientistas eram homens mais velhos e grisalhos que utilizavam elementos químicos nos seus experimentos.
24. O projeto de ciências é uma proposta de extensão universitária coordenada pelo Prof. Dr. Marcelo Baptista de Freitas e pela Profa. Dra. Raquel dos Santos Marques de Carvalho, da Escola Paulista de Medicina/Departamento de Biofísica, que faz parte do Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação. O PET Tecnologias em Saúde é formado por estudantes da graduação que, sob supervisão dos docentes, desenvolvem o projeto “Contribuindo com o Ensino de Ciências na Escola Paulistinha” com crianças do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental; o objetivo é estimular as crianças a investigarem, perguntarem, experimentarem, proposta que está em consonância com a realizada na escola.
25. Unifesp/NEI-Paulistinha, *Projeto Político-Pedagógico: Concepções da Escola da Infância*, pp. 51-52.
26. Levantamento realizado por Bruna Breda especialmente para este artigo.
27. Levantamento realizado por Thaise Vieira de Araujo para relatório institucional.
28. Desses cinco trabalhos, dois têm acesso restrito e, portanto, não constaram como relativos ao NEI-Paulistinha; dois têm a menção da palavra “Paulistinha” por serem apelidos nos agradecimentos e, em outro, Paulistinha constava em questionário utilizado no Núcleo de Assistência à Saúde do Funcionário (Nasf).
29. No período de 2016 a 2019, que compreende o período de implementação da Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio no Núcleo, a escola foi campo de onze ações extensionistas. Destas, três ações foram desenvolvidas em parceria com a unidade; sete por grupos dos cursos da área da saúde do Campus São Paulo da Unifesp; e uma da área da educação do Campus Guarulhos com foco na formação de gestores educacionais. Infelizmente, não há um registro sistematizado no NEI-Paulistinha sobre as ações recebidas antes da implementação desta coordenação.
30. Uma vez inserido no sistema federal como UFPEI, foi possível pleitear com o MEC vagas de docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, oito no total. O concurso foi realizado em 2015 e a posse em

março de 2016.

31. Compõem este grupo: Profa. Dra. Ana Paula Santiago do Nascimento (líder), Profa. Dra. Bruna Breda (líder), Profa. Dra. Andréia Regina de Oliveira Camargo, Profa. Debora Evelin Alcantara Correia, Profa. Ms. Dilma Antunes Silva, Profa. Ms. Juliana Diamante Pito, Profa. Ms. Nádia Massagardi Caetano da Silva, Profa. Ms. Tânia Maria Massaruto de Quintal e Profa. Ms. Thaise Vieira de Araujo.
32. D. Silva *et al.* (orgs.), *(Con)Viver a Educação: Relatos de Práticas Cotidianas no Núcleo de Educação Infantil Paulistinha*.
33. M. D. Raupp, *op. cit.*
34. *Idem, ibidem*, p. 209.
35. No período de 2016 a 2019, desde que entrou em vigor o Regimento Interno do NEI-Paulistinha, foram realizadas 29 ações de extensão na área da educação, propostas e desenvolvidas pelas(os) docentes e pelas servidoras técnicas da instituição, sendo 25 ações com foco na formação de professoras(es) da educação básica e quatro na comunidade escolar e nas crianças.

# 8

## Direito, Democracia e Interesse Público: a Criação do Curso de Direito da Unifesp

DANIEL CAMPOS DE CARVALHO • IAGÊ ZENDRON MIOLA

### Introdução

A INSTALAÇÃO DE UM CURSO DE DIREITO NA UNIFESP abarca um projeto amplo de promoção e organização de iniciativas relacionadas ao âmbito jurídico nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Esse projeto foi influenciado por duas singularidades históricas.

Primeiro, a criação de um novo curso de Direito em uma universidade pública ocorreu em condição privilegiada, já que teve a possibilidade de beneficiar-se da longa tradição de centros de formação em Direito no país e da reflexão acumulada sobre a educação jurídica no Brasil. Foi possível, assim, estabelecer um processo de maturação institucional a partir de outras

experiências sobre como um novo curso poderia contribuir para o fortalecimento do campo jurídico. Trata-se de uma característica não usual para instituições públicas, tendo em vista que não são raras as faculdades de Direito presentes desde a origem das universidades, quando não as antecedem.

Segundo, o início desse projeto teve lugar em um momento institucional em que a Unifesp, uma instituição com longa tradição de excelência na área da saúde, já havia posto em marcha sua abertura a outros domínios do conhecimento<sup>1</sup>, com a criação de dezenas de graduações, diversos programas de pós-graduação e inúmeras atividades extensionistas. A universidade passou por um vertiginoso processo de crescimento e fortalecimento ao longo dos últimos quinze anos. O corpo discente saltou de 1 358 matrículas em 2005 para mais de treze mil estudantes em 2018<sup>2</sup>. No mesmo período, o número de programas de pós-graduação e as ações extensionistas da Unifesp também reverberaram esse movimento. A reflexão e as medidas institucionais para a implementação do curso de Direito da Unifesp são contemporâneas da segunda metade dessa jornada, o que tanto possibilitou a interação direta com as profundas transformações experimentadas pela universidade no período quanto qualificou e aclarou a compreensão sobre as eventuais contribuições de um curso em ciências jurídicas para a instituição. Graças a características inerentes à própria natureza do fenômeno jurídico, como área o Direito apresenta grande abertura à multidisciplinaridade, o que lhe confere alto potencial contributivo à construção do conhecimento convergente – um dos eixos estruturantes da identidade unifespiana<sup>3</sup>. Esse aspecto, aliado à referida pluralidade institucional de uma Unifesp expandida, modela a vocação integradora do projeto do curso de Direito desta universidade, demarcando um elemento distintivo diante de outras iniciativas.

Dessa forma, o projeto de criação do curso ocorreu com a expansão da universidade já consolidada, abrindo a possibilidade de pensar a interação do curso de Direito com a constelação de iniciativas existentes. O cruzamento desses dois fatores, aliado ao engajamento de gestores, docentes e do corpo técnico da universidade, engendrou um *locus* único para o soerguimento de uma proposta de curso que, conectada à pluralidade unifespiana (e valendo-se dela), respondesse às necessidades da sociedade quanto à formação de

quadros com potencial transformador, ao fortalecimento da pesquisa e ao diálogo extensionista da área jurídica.

A demanda por iniciativas alinhadas a uma formação transformadora é particularmente relevante, considerando a conjuntura do ensino do Direito no país. Os dados relacionados à educação jurídica no Brasil são de grande monta, como sugere a existência de cerca de 1,5 mil graduações da área no território nacional. Os indicadores do Censo da Educação Superior de 2017 mostram que atualmente o número de matrículas em cursos jurídicos é maior do que em qualquer outra graduação no país<sup>4</sup>. A análise desse colossal universo também permite notar que menos de 10% do corpo discente das faculdades de Direito está matriculado em cursos públicos e gratuitos. No caso específico do estado de São Paulo, o número anual de ingressantes em graduações de universidades públicas é de 660, criando proporcionalmente um déficit sem paralelo na federação. A existência de tal fenda não só insta uma instituição socialmente referenciada como a Unifesp à mobilização, como também cria de origem certas responsabilidades e encargos aos quais um novo curso deve responder. Nesse amplo panorama de demandas e vicissitudes, a proposta de criação de uma graduação em Direito exige uma reflexão cuidadosa sobre seus efeitos, resultados e repercussões – verdadeira condição para a promoção do acesso à educação jurídica de qualidade e com relevância social.

O presente texto tem por escopo apresentar a maneira como as singularidades e desafios (acadêmicos, administrativos e identitários) desse momento histórico da universidade coadunaram-se com a perene demanda de boa parte da área jurídica pelo aumento de cursos de Direito comprometidos com práticas transformadoras. Desse modo, as próximas páginas trarão inicialmente um diagnóstico sobre o papel dos centros de formação jurídica no país para a partir daí explorar de que forma as instâncias da Unifesp organizaram o desafio de pensar o curso de Direito da instituição. Por fim, serão apresentados os resultados atuais desse rico processo: as principais características do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp e uma série de medidas e ações desencadeadas a partir da afirmação da área jurídica da Unifesp.

Certamente, a efeméride dos 25 anos de criação da Unifesp consubstancia uma oportunidade de avaliação da sua trajetória pregressa e de seus

eventuais rumos para aprofundamento de um legado único entre as instituições de ensino superior no Brasil. Nesse sentido, o curso de Direito é a um só tempo um projeto alinhado à embocadura histórica da excelência acadêmica que sempre caracterizou a Unifesp e um ativo institucional na ampliação, reinvenção e adensamento do compromisso da universidade com a sociedade brasileira.

## A Formação Jurídica no Brasil e Sua Necessária Reinvenção

“Sem dúvida, é hora de reformular-se o ensino do direito”<sup>5</sup>. Assim Alfredo Lamy Filho, advogado e professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), encerrou um artigo de 1972 em que avaliava uma importante experiência de renovação da educação jurídica no Brasil iniciada nos anos 1960 – o Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (Ceped). Em 2006, em texto elaborado como contribuição à reflexão sobre a criação de um novo curso de Direito na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Roberto Mangabeira Unger afirmava: “o problema do ensino do direito no Brasil é um caso extremo”<sup>6</sup>. A semelhança entre diagnósticos separados por mais de três décadas é ilustrativa de uma percepção que povoa o imaginário sobre a educação em Direito no Brasil: a de que o ensino jurídico está em permanente crise e que é necessário reformá-lo. O projeto de criação de um curso de Direito na Unifesp foi moldado a partir desse imaginário. Para contextualizar historicamente esse projeto, destacamos alguns episódios, características e iniciativas de reforma do ensino jurídico que podem ser considerados representativos da reflexão sobre a crise do ensino do Direito. Ainda que se pretenda ilustrativa, a breve descrição que segue não tem a pretensão de apresentar uma reconstrução histórica completa da educação jurídica no Brasil.

É um tanto emblemático que a reflexão sobre a relevância e as vicissitudes da formação jurídica no Brasil remeta à própria formação do Estado nacional. Os Anais da Assembleia Constituinte de 1823 documentam a existência e o vigor do debate acerca da matéria – abarcando inclusive aspectos específicos, como as pretensas localidades de instalação dos cursos e o eventual conteúdo programático a ser ministrado<sup>7</sup>. O insucesso do processo constitucional e a



outorga de outro texto legal (a Constituição de 1824) não impediram que o tema continuasse presente nos debates nacionais. Fruto da compreensão de que o ensino do Direito no país objetivava essencialmente a formação de quadros burocráticos da classe dirigente, o advento da Lei de 11 de agosto de 1827 promoveu a criação das Academias de São Paulo e Olinda (posteriormente transferida para Recife). Desse modo, o bacharelismo voltado para o exercício do poder marcaria a condução dos destinos políticos do país, a compreensão sobre o papel do Direito na sociedade brasileira e o próprio ensino jurídico durante os séculos seguintes.

A dupla de cursos então criada não era propriamente caracterizada pela reflexão sobre a função do Direito e suas repercussões fáticas, mas sim pela iniciação ideológica nas letras de um contraditório liberalismo brasileiro. O repertório técnico do jurista e sua atuação estariam assim a serviço dessa compreensão da sociedade nacional. A esse respeito, o viés analítico predominante sobre o resultado da formação jurídica no Brasil do século XIX é bastante claro:

[...] os profissionais da lei, enquanto categoria social, mantinham irrefutáveis compromissos com as estruturas de apropriação econômica e de dominação política, e finalmente, se aceitavam que a ordem jurídica estava formalmente organizada sob inspiração de princípios liberais, seus fins concretos estavam voltados para a legalização dos interesses da classe dominante<sup>8</sup>.

Apesar da necessidade de mitigar alguns aspectos de tal linha interpretativa, fato é que ela descreve com precisão traços da elite dirigente do Brasil novecentista. Sujeito não apenas das forças de conservação, mas também das pressões por transformação, o Direito e seus operadores invariavelmente apresentam traços e medidas de combate ao *status quo* – como exemplifica, dentro do marco temporal analisado, o patrocínio da causa abolicionista por parcela dos bacharéis paulistas. Contudo, em regra, interesses populares não tinham ascendência sobre a realidade acadêmica da época ou sobre o cerne deliberativo do poder nacional. Do mesmo modo, “a vida acadêmica não comportou o aprendizado de uma militância política voltada à democratização da sociedade brasileira”<sup>9</sup>. Não é de estranhar, portanto, que o cenário político da época tenha criado as bases para o soerguimento de uma cidadania irregular, de exercício gradativo e eficácia

variável, de ancoragem patrimonial e com aderência a uma realidade autoritária.

Mesmo considerando o alcance das reformas nacionais de 1854 e de 1879, pode-se afirmar que o paradigma cunhado na área pelas academias da década de 1820 – seja no tocante às características do ensino jurídico, seja acerca da função social do egresso dos cursos de Direito – continuou vigente durante o restante do século XIX e por boa parte do século XX. Bastante ilustrativas nesse sentido são algumas características típicas das décadas pós-Império (período emblematicamente alcunhado de “República dos Bacharéis”), tais como: *i.* a manutenção de um contexto social profundamente desigual sob o novo regime; *ii.* o protagonismo dos juristas na condução dos destinos públicos do país; e *iii.* a perpetuação das limitações para a generalização do exercício pleno da vida política.

Paralelamente à reordenação dos padrões aplicáveis à formação em Direito no país, capitaneada pelo jurista varguista Francisco Campos e desenvolvida pela gestão ministerial de Gustavo Capanema, notou-se que vários dos principais traços definidores da matriz de compreensão do Direito herdada do século XIX foram fortalecidos pelo gradual prestígio conquistado pelo positivismo normativista (ou ao menos pelo seu simulacro) no meio jurídico nacional. Corrente teórica mais influente da Filosofia do Direito ao longo do século XX, a abordagem positivista-normativista viu-se utilizada como justificção de uma realidade calcada na excepcionalidade do fenômeno jurídico e no monólogo da norma como forma de mediação da relação direito-sociedade. O primado da pureza da reflexão científica<sup>10</sup>, por seu turno, aprofundou a compreensão de que tanto o seu objeto quanto o ensino correlato estariam encapsulados de quaisquer questões de outra natureza, reforçando o descolamento da base social e o apreço pelo dogmatismo (não por uma necessária e qualificada dogmática jurídica).

Tais temas estão presentes na emblemática aula inaugural proferida por San Tiago Dantas na Escola Nacional de Direito em 1955. Posteriormente convertidas em texto, as considerações do jurista tornaram-se um marco acerca das limitações do ensino do Direito e sua repercussão na sociedade brasileira: “Quem percorre os programas de ensino das nossas escolas, e sobretudo, quem ouve as aulas que nelas se proferem, sob a forma elegante e indiferente da aula-douta coimbrã, vê que o objetivo atual do ensino jurídico é

proporcionar aos estudantes o conhecimento descritivo e sistemático de instituições e normas jurídicas”<sup>11</sup>.

O estudo do Direito nesses moldes implicava a perda “da sensibilidade da relação social, econômica ou política, a cuja disciplina é endereçada a norma jurídica”<sup>12</sup>. O ensino tradicional, calcado “em métodos próprios estritamente dedutíveis, conduz a uma autossuficiência que permite ao jurista voltar as costas à sociedade e desinteressar-se da matéria regulada, como do alcance prático de suas soluções”<sup>13</sup>. Dessa forma, surge um primeiro chamamento para que o ensino do Direito seja inoculado pelas relações sociais, condição para uma reorientação transformadora.

A emblemática crítica dos anos 1950, todavia, não impactou a crescente influência do tecnicismo e o início da massificação do ensino do Direito nas duas décadas seguintes<sup>14</sup>, como bem ilustra a atuação, na época, do Conselho Federal de Educação e do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação. Ainda que o cenário continuasse desolador – “se compararmos a situação de 1955 com a atual de 1976, constatamos que pouco mudou”<sup>15</sup> –, uma lufada renovatória começou a se mover na segunda metade dos anos 1970<sup>16</sup>. A atuação destacada de juristas e da própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)<sup>17</sup> nas manifestações grevistas, no apoio a presos políticos e no movimento pela anistia, alimentou o advento de uma linhagem de análise crítica sobre a realidade jurídica nacional, exemplificada, entre outros, nos escritos de Roberto Lyra Filho e Luis Alberto Warat. Na década seguinte, esse processo ganhou novo alento com a luta pela redemocratização.

O fim da ordem autoritária fomentou a esperança de que finalmente estivessem postas as condições para a construção de uma duradoura experiência materialmente democrática no Brasil. Na esteira do movimento das Diretas Já, um dos fatores de ânimo era a vigorosa atuação de setores organizados da sociedade civil. Depositária desse espírito e responsável por organizar institucional e programaticamente a mediação entre Estado e base social, a Carta constitucional apresentou uma rica pluralidade. Ponto de convergência entre os sistemas jurídico e político, a Constituição de 1988 tinha entre suas funções primordiais cunhar princípios orientadores vinculantes de toda coletividade e reconhecer normativamente padrões de mediação das demandas e conflitos sociais. O texto constitucional apresentou

uma ruidosa afirmação da organização social democrática, equânime e plural, algo corporificado no amplo rol de direitos fundamentais assegurados<sup>18</sup>. Como comprovado reiteradamente ao longo da história nacional, a mera letra da lei, contudo, não bastava para a implementação de uma nova realidade político-jurídica. Como instrumento de garantia e eficácia das previsões constitucionais, era fundamental o real acesso à justiça e ao cerne deliberativo das políticas públicas por parte dos mais diversos estratos sociais – o que expressaria assim o estabelecimento fático de uma desejada cidadania ativa.

Um fator incontornável para a concretização desse novo contexto corresponderia a uma transversal modificação no modelo preponderante de formação em Direito no país, de forma que as dinâmicas sociais sob o manto das relações jurídicas ganhassem protagonismo. Assim, os cursos de Direito teriam de abordar questões essenciais como o papel social dos agentes jurídicos, a dimensão instrumental da sua técnica e os componentes ideológicos presentes na elaboração da reflexão do Direito e na formação de quadros da área<sup>19</sup>.

Apesar de relevantes intentos e de experiências verdadeiramente comprometidas com tal movimento que se estruturaram e consolidaram ao longo dos anos 1990, o que preponderou foi a ampliação e o fortalecimento do paradigma vigente de cursos de Direito. Favorecido pelo crescimento vertiginoso de cursos jurídicos no país a partir da década de 1990, pelo aprofundamento das demandas mercadológicas e pela inercial replicação de um modelo político-didático-pedagógico herdado, o esvaziamento da reflexão crítica foi a tônica da formação jurídica no período pós-Constituição de 1988.

Assim, boa parte dos cursos jurídicos do país segue demonstrando sintomas de uma histórica dificuldade de enfrentar os grandes desafios da contemporaneidade nacional. A matriz de reflexão jurídica hegemônica no Brasil não parece a mais pertinente para o momento histórico de intensa complexidade das relações e do convívio social. A realidade hodierna é marcada por um processo paradoxal de proliferação de múltiplas dimensões sociais e respectivas formas de organização<sup>20</sup> que concomitantemente apresenta imprecisões derivadas da interpenetração de searas da vida em sociedade<sup>21</sup>. Em um contexto em que proliferam questionamentos acerca da regulamentação de inéditas condutas coletivas, desafios advindos de campos

de juridicidade não estatal e tentativas de esgarçamento da distinção entre os âmbitos público e privado, os traços de formalismo, de generalidade e de abstração do arcabouço dominante perdem tração.

Essa forma de compreensão do Direito ignora especificidades típicas da realidade brasileira, limitando o alcance e o sentido do fenômeno jurídico. Por ser o Direito reputado como uma tecnologia, ou seja, como instrumento de ação sobre a realidade voltado para a decisão de conflitos e a pacificação social<sup>22</sup>, é imperioso sopesar a sua conjuntura de atuação, o choque de interesses envolvidos e os resultados sociais obtidos. Considerando padrões democráticos de organização coletiva, não é possível descolar o fenômeno jurídico da respectiva base social.

Sobretudo considerando a realidade brasileira, a generalização de uma prática jurídica formalista e insensível às desigualdades sociais inviabiliza a realização plena dos ditames constitucionais – contribuindo para tornar inconclusa a transição democrática iniciada nos anos 1980. Desse modo, torna-se fundamental não só fortalecer uma renovada concepção sobre o alcance e o papel do Direito na realidade nacional, mas também apoiar o advento de centros de ensino, pesquisa e extensão alinhados a essa nova práxis.

Esse diagnóstico acerca das vicissitudes contemporâneas da área do Direito e dos desafios das instituições formadoras dos agentes jurídicos consubstancia a moldura a partir da qual a reflexão institucional da Unifesp passou a engendrar os seus esforços. Diante de tal contexto, era necessário definir quais seriam as características imprescindíveis para que o eventual curso de Direito da Unifesp estivesse alinhado com as necessidades e expectativas da sociedade brasileira. Além disso, era fundamental que a criação da graduação em Direito apresentasse pertinência ao momento institucional da Unifesp, à sua identidade e ao seu futuro. As próximas páginas descrevem de que forma se desenvolveu a maturação do projeto do curso de Direito no seio da universidade, um processo singular, participativo e inovador.

## A Reflexão Institucional sobre a Criação do Curso de Direito da Unifesp

O debate sobre a criação de um curso de Ciências Jurídicas na Unifesp remonta ao final da década de 2000. Durante o processo de instalação do *campus* da Unifesp em Osasco, discutiu-se em vários espaços institucionais (inclusive no âmbito do Conselho Universitário<sup>23</sup>) a possibilidade de abertura de um curso de Direito. Em 2009, o perfil do referido *campus* foi então aprovado no Conselho de Graduação com outros cursos da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, mas não o Direito. A partir desse momento inaugural consolidou-se uma reflexão institucional perene – ainda que com variação de alcance e de velocidade – sobre a conveniência e as características da promoção do ensino jurídico na Unifesp. Assim, pelo decênio seguinte, houve um acurado processo de planejamento do curso em suas variadas dimensões, algo emblemático do compromisso da universidade com suas responsabilidades sociais. O projeto organizado pela Unifesp congregou quadros da sociedade civil, gestores externos, representantes da academia e das carreiras jurídicas, dirigentes da universidade, corpo técnico-administrativo e discentes.

Em 2010, nos meses seguintes às primeiras ponderações institucionais sobre o advento da graduação em Direito, fortaleceu-se a ideia de instalar o referido curso na cidade de São Paulo – graças à participação ativa e à experiência de setores da Escola Paulista de Medicina (EPM) ligados à área da Medicina baseada em evidências. Marco incontornável desse primeiro esforço institucional, em 2011 foi criada a Comissão para estudo/proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Federal de São Paulo, com representantes tanto da comunidade jurídica (incluindo a participação de docentes dos cursos de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM) quanto de setores da universidade.

Os trabalhos da Comissão foram comandados por temas, como a eventual roupagem institucional do curso, o futuro número de vagas disponíveis e o local de funcionamento da graduação. Quanto a este último ponto, em 2012 surgiu a possibilidade de instalação da nova unidade acadêmica da Unifesp no centro de São Paulo – a Secretaria de Patrimônio da União colocou o edifício Wilton Paes de Almeida (antiga sede da Polícia Federal em São Paulo) à disposição da universidade. A Comissão então constituída passou a trabalhar

com a perspectiva de funcionamento do curso de Direito no centro da capital. Ao mesmo tempo, amadurecia a percepção de que um curso jurídico da Unifesp teria de ser pautado por práticas inovadoras de ensino e pelo perfil diferenciado dos egressos e egressas – princípios que passaram a acompanhar a identidade do projeto pelos anos seguintes. Ainda em julho de 2012, a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino (instância da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação) destinou algumas vagas de docentes para a área de Direito da Unifesp, ultimando fortalecer o grupo de discussão responsável pelo formato da futura graduação. Optou-se<sup>24</sup> então pela seleção de sete docentes de distintas áreas jurídicas<sup>25</sup>, e as inscrições para a participação em tais certames ocorreram até 25 de fevereiro de 2013.

Em abril do mesmo ano, comunicação institucional do Ministério Público Federal (MPF) encaminhada à Unifesp trouxe uma série de questionamentos e recomendações relativas ao Edital n. 79/2012 – inclusive a sugestão de suspensão dos processos seletivos graças a questões controversas de forma. Após deliberação no Conselho Universitário, o Edital n. 506/2013 suspendeu as atividades relativas à seleção de docentes até que por fim o Edital n. 1.045/2013 cancelasse definitivamente a ocorrência dos concursos em dezembro de 2013. Também em 2013, a aventada incorporação e posterior utilização do edifício Wilton Paes de Almeida pela Unifesp foi descartada por critérios técnicos: os custos de adaptação e de reparo dos danos estruturais inviabilizavam o uso do imóvel.

Tais dificuldades foram tratadas pela universidade como uma oportunidade de qualificar ainda mais o processo de planejamento do curso. Prova disso foi a decisão da sessão do Conselho Universitário de junho de 2014 de, na esteira dos trabalhos da comissão anterior, criar uma instância específica para debater sobre o *campus* de lotação do curso: a Comissão do Conselho Universitário para estudo e indicação do local onde deverá ser instalado o curso de Direito da Unifesp<sup>26</sup>. Tendo realizado a primeira de suas reuniões em 14 de setembro daquele ano, essa Comissão (coordenada diretamente pela Pró-reitoria de Graduação e composta de um conjunto de docentes de diferentes *campi* e áreas de formação acadêmica) solicitou que as unidades acadêmicas existentes manifestassem interesse por receber o futuro curso de Direito. Além disso, a comissão pleiteou que as respectivas

congregações das unidades apresentassem propostas fundamentadas sobre o perfil de curso jurídico necessário e as condições para a sua realização (abarcando desde aspectos acadêmicos até recursos materiais). Esse processo foi conduzido em reuniões periódicas com professores dos *campi* e dirigentes da administração central da universidade.

Assim, a Comissão teve a oportunidade de tomar contato com as distintas possibilidades de formato do curso e com as variadas percepções no seio da comunidade unifespiana sobre qual o papel esperado de uma graduação em Direito. Ponderando a pluralidade de informações da documentação produzida pelas “candidaturas”, o parecer técnico da Pró-reitoria de Planejamento (ProPlan) da instituição e as contribuições dos representantes dos *campi* interessados, a Comissão produziu um relatório indicando a instalação do curso no *campus* em Osasco. Sede da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Unifesp, o *Campus* Osasco iniciou suas atividades em março de 2011 e atualmente oferece cursos de graduação em Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais. A decisão pela instalação do curso de Direito na cidade de Osasco levou em conta, entre diversos elementos, o potencial transformador de um curso público e gratuito de Direito para a realidade socioeconômica local. Conforme estudo elaborado pela Prefeitura do Município de Osasco que subsidiou a proposta do *campus*, a cidade de Osasco está situada na Região Oeste Metropolitana de São Paulo, que abarca uma quinzena de municípios e abriga uma população de cerca de 2,7 milhões de pessoas – boa parte da qual inserida em faixas de rendimento familiar baixo<sup>27</sup>. Além disso, o estudo apontava a crescente demanda por qualificação e formação de profissionais da área do Direito na região, ilustrada por um aumento de 44% da movimentação econômica relacionada a serviços jurídicos no município entre 2012 a 2014 e pelo constante crescimento do número de inscrições de estudantes da região no vestibular para o único curso de Direito em universidade pública da Região Metropolitana de São Paulo – localizado no centro da capital<sup>28</sup>.

Levando em conta esses elementos, o relatório da Comissão do Conselho Universitário para estudo e indicação do local onde deverá ser instalado o curso de Direito da Unifesp, ao sugerir a instalação no *Campus* Osasco, também recomendou a repactuação dos recursos para a abertura do curso, a



formação de uma nova Comissão encarregada de aprofundar pedagogicamente os ganhos recentes da reflexão sobre o projeto e a discussão sobre o modelo de organização institucional mais apropriado para o curso. Tendo já havido um debate sobre o tema na sessão de 13 de maio de 2015, a reunião do Conselho Universitário de 8 de julho do mesmo ano aprovou o relatório da Comissão<sup>29</sup>.

A herança de uma reflexão transparente e participativa com relação ao ensino do Direito reforçou o potencial aglutinador que a instalação do curso poderia trazer aos mais diversos âmbitos da universidade. Isso marcaria definitivamente o projeto, inclusive com repercussões pedagógicas intensas – como será demonstrado no próximo tópico. No segundo semestre de 2015, foi criada a Comissão para implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito<sup>30</sup>, com o fulcro de adensar os elementos centrais do Projeto Pedagógico.

Criada no âmbito da Pró-reitoria de Graduação, a nova Comissão foi composta inicialmente de um conjunto de docentes com formação na área do Direito de diferentes *campi*, representantes do *Campus* Osasco e de órgãos centrais (de outras especialidades acadêmicas) que estavam envolvidos com o projeto. Além do desafio de origem presente na já comentada exortação do Conselho Universitário (sobre “um projeto que favoreça a integração entre os *campi*, respeitando e sincretizando as propostas apresentadas à Comissão de escolha do *campus* de lotação”<sup>31</sup>), coube inicialmente à nova instância: *i.* sistematizar os apontamentos comparativos acerca de projetos pedagógicos de cursos de Direito de destaque no país; *ii.* elaborar uma agenda de participações em eventos e em reuniões com quadros nacionalmente reconhecidos como relacionados ao tema do ensino jurídico; *iii.* refletir sobre o alinhamento da nova graduação ao Projeto Político-Pedagógico do *Campus* Osasco.

Reunindo-se com alta frequência ao longo de 2016, a Comissão alargou o seu escopo e passou a acompanhar mais detidamente o debate sobre a reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS) da área (uma nova redação das DCNS dos cursos de Direito viria a ser editada em dezembro de 2018<sup>32</sup>), já alinhando as reflexões no âmbito nacional à percepção institucional acerca da formação jurídica. Assim, na esteira do proposto na fase dos projetos dos *campi*, cristaliza-se o lema “Direito, Democracia e

Interesse Público” como o mote do curso. Tal opção expressa que o projeto assume como suas questões centrais: *a.* o planejamento de políticas públicas; *b.* o enfrentamento dos grandes desafios colocados ao Estado pela realidade contemporânea; *c.* o tratamento da invisibilidade jurídica de parte da sociedade nacional. Soma-se a isso o objetivo de promover a autonomia intelectual e o pensamento crítico não apenas pelo ensino, mas também por meio da pesquisa<sup>33</sup> e da extensão<sup>34</sup>.

É também nesse momento da reflexão institucional que surgem as análises iniciais sobre a conveniência, as possibilidades e desafios do ensino clínico em Direito<sup>35</sup> – algo que futuramente se tornaria central no projeto pedagógico da graduação. Como desdobramento de um processo que transcorria há anos, a Comissão passa a trabalhar na confecção de um pré-projeto pedagógico do curso, analisando as possibilidades de matriz curricular, modelos de ementas, alcance da carga horária e o perfil geral do curso<sup>36</sup>.

Coerente com os esforços já engendrados pela universidade no projeto do curso de Direito, é feita a opção de nomear a instalação da graduação como uma das estratégias “Iniciativas institucionais para criação dos ambientes convergentes na Unifesp”<sup>37</sup>. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifesp (PDI) 2016-2020, o curso

[...] é fruto da percepção institucional de que há considerável demanda social por um ensino do Direito voltado à práxis jurídica transformadora e criativa. Seguindo os ditames de uma universidade socialmente atenta e relevante, a Unifesp vem engendrando esforços acerca do novo curso de forma a contemplar tais expectativas. Assim, o futuro projeto político-pedagógico deve proporcionar o advento de uma graduação voltada à formação de quadros comprometidos com o interesse público, imbuídos do agir democrático e capazes de articular abordagens inventivas frente aos mais diversos cenários.

Para tanto, tal graduação em ciências jurídicas deve ser estruturada de modo a fomentar o diálogo temático e promover a convergência entre as diversas áreas do conhecimento – algo apenas possível em uma universidade de múltiplas dimensões como a Unifesp. Assim, a reflexão corrente sobre a instalação do curso de Direito tem por fulcro responder a estes encargos, propondo uma roupagem burocrático-institucional que viabilize a interação com outras unidades da universidade e que seja sensível à construção coletiva do ensino, da pesquisa e da extensão. Tal plasticidade deve expressar as interfaces entre o fenômeno jurídico e os campos da saúde, do meio ambiente, da inovação tecnológica, da educação, das questões econômicas, das políticas públicas, entre tantos outros. Apenas dessa forma será possível não

só energizar a comunidade acadêmica unifespiana, mas também amparar as aspirações sociais existentes em torno do projeto<sup>38</sup>.

Entre julho e agosto de 2016, diante da possibilidade de recolhimento de vagas docentes disponíveis na rede de Instituições Federais de Ensino Superior, a Unifesp começou a discutir em várias de suas instâncias a possibilidade de melhor uso desses recursos. Graças ao amadurecimento do projeto do Direito, à fundamental contribuição que a presença de mais quadros de formação jurídica daria ao processo e às especificidades de conjuntura, a Comissão passou a trabalhar nos preparativos dos processos seletivos caso a universidade optasse por proceder à contratação dos primeiros docentes selecionados especificamente para o curso<sup>39</sup> – o que de fato viria a acontecer<sup>40</sup>.

Dado o estágio da reflexão institucional (algo demonstrado pela finalização de um pré-projeto pedagógico), a Comissão elaborou um conjunto de dez editais capazes não apenas de arregimentar docentes com potencial de contribuição ao novo curso, mas de demonstrar como o ensino jurídico era compreendido pela Unifesp e quais os principais traços distintivos da vindoura graduação em Direito da universidade. Isso ficou evidente já na opção das áreas dessa primeira seleção (e nas suas respectivas nomenclaturas), sinalizando a particularidade da compreensão institucional da Unifesp sobre a formação jurídica pretendida por seu curso de Direito<sup>41</sup>. Com viés interdisciplinar e recorte crítico, os dez pontos temáticos de cada um dos certames reverberaram essa opção. Ademais, o interesse institucional em selecionar quadros docentes compreendidos como mais adequados aos desafios do ensino jurídico atual fez com que os editais estabelecessem como requisito a graduação em Direito concertada a um título de doutorado de qualquer campo do conhecimento relacionado às áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Interdisciplinar. Pouco recorrente em processos seletivos de docentes do Direito, a opção por possibilitar que os certames atraíssem doutores e doutoras com formação e repertório também de outros domínios qualificou de forma única as rodadas de seleção.

Outro traço característico desse momento inicial de contratação de professores e professoras foi a opção de que os primeiros membros do corpo docente fossem contratados em regime de quarenta horas com dedicação exclusiva, o que demonstra um claro prestígio de perfis que pudessem estar

comprometidos com o grau de empenho demandado para a estruturação e o funcionamento inicial do curso. No total, os processos seletivos tiveram quase duas centenas de inscrições. Primando pela presença nas bancas de docentes afinados aos objetivos do curso e representantes das principais instituições de excelência do país, os dez certames ocorreram no *Campus Osasco* ao longo do ano de 2017 – sempre com suas quatro fases sucedâneas: i. prova escrita; ii. prova didática; iii. prova prática; e iv. prova de títulos com arguição de memorial.

Nesse período, o Ministério da Educação restabeleceu o fluxo de solicitação de abertura de novos cursos jurídicos no país – suspenso desde 2013<sup>42</sup>. Assim, em agosto de 2017, a Unifesp pleiteou formalmente a criação de um bacharelado em Direito no *Campus Osasco*, com cem vagas anuais e carga horária de 4 140 horas. A iminência da chegada de novos quadros docentes e a necessidade de adensamento das atividades acadêmicas e de gestão levaram a Pró-reitoria de Graduação a um redesenho da instância responsável pelo projeto<sup>43</sup>. Agora composta também de uma coordenação *pro tempore* do curso, a Comissão de Implantação do Curso de Direito<sup>44</sup> foi instituída em caráter permanente, por tempo indeterminado, e tendo como objetivo seguir o desenvolvimento da proposta pedagógica, acompanhar o processo de autorização no Ministério da Educação e implementar o curso de Direito. Estabeleceu-se que os docentes que viessem a ser aprovados nos concursos para o curso de Direito no *Campus Osasco* também integrariam a Comissão. Dessa forma, essa Comissão expandiu-se progressivamente à medida que os aprovados nos certames tomaram posse, integrando atualmente todo o grupo de docentes contratados especificamente para a estruturação do curso de Direito, além dos membros nomeados no momento de sua criação.

Afora a realização dos concursos, os trabalhos da nova Comissão se desdobraram em outras frentes. Apenas em 2018 foram realizadas 23 reuniões, número que deve ser somado aos nove encontros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito, outra instância de reflexão do curso criada pela congregação da EPPEN no mesmo ano<sup>45</sup>. Entre diversos temas, as deliberações abordaram a confecção de regulamentos e regimentos atinentes ao funcionamento da graduação<sup>46</sup>, a depuração das opções com relação a dimensões pedagógicas do curso<sup>47</sup> (como a prática jurídica, as

atividades complementares, as metodologias ativas e o alcance da extensão, por exemplo), a montagem do acervo bibliográfico<sup>48</sup>, reflexões sobre atividades de pós-graduação<sup>49</sup>, discussão sobre as unidades curriculares (UCS) ofertadas pelo corpo docente ingressante em outras graduações da universidade<sup>50</sup>, planejamento da área de Direito da Unifesp no médio e longo prazo<sup>51</sup>, entre inúmeras outras questões. O corpo docente do Direito também organizou uma série de eventos da área em 2018<sup>52</sup>, com destaque para o “Ciclo de Debates 30 Anos da Constituição de 1988”, que reuniu na EPPEN convidados externos e da própria universidade para discutir temas centrais da ordem constitucional democrática, como saúde, direito das mulheres, violência de Estado, gastos públicos, política urbana, desenvolvimento econômico, o papel do Supremo Tribunal Federal na política brasileira, entre outros.

Com mais de duas dezenas de reuniões em 2019, as instâncias do curso de Direito seguiram aprofundando a discussão dos pontos acima mencionados, acrescentando uma série de outros temas de trabalho – desde a análise de desempenho durante o estágio probatório de docentes do curso<sup>53</sup> até o fortalecimento de parcerias acadêmicas<sup>54</sup>. Destaca-se, nesse sentido, a organização do “IX Encontro de Pesquisa Empírica em Direito (Eped)” na EPPEN em agosto de 2019, em parceria com a Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED), que contou com a inscrição de mais de seiscentos participantes de 21 estados do Brasil e outros quatro países. Também em 2019 destacamos a submissão à Capes de uma proposta de pós-graduação em Direito, integrada por docentes de diferentes cursos e *campi* da universidade. Ademais, em 2019 a Congregação da EPPEN aprovou a criação do Departamento de Direito e a Comissão de Implantação organizou outros cinco concursos para a seleção de docentes para o curso, em novas áreas<sup>55</sup>. Contudo, uma das ações centrais desempenhadas ao longo do ano foram os preparativos para a visita da Comissão de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação, fase fundamental do rito de autorização de funcionamento das graduações em Direito. Houve uma extensa série de atividades atreladas a tal tema, inclusive a elaboração, discussão e aprovação dos relatórios sobre o corpo docente, bibliografia e infraestrutura e tecnologia<sup>56</sup> do futuro curso.

Após a solicitação de autorização para a abertura do curso em 2017, o processo foi tramitando positivamente até que houve uma longa paralisação no fluxo, ficando pendente o agendamento da visita *in loco* da Comissão de avaliação do Inep/MEC. Em 2017, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) alterou o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, tanto na modalidade “Autorização” quanto “Reconhecimento”. Assim, ao longo de 2018, o Inep promoveu a capacitação de todos os avaliadores nos novos padrões – o que, junto com dificuldades orçamentárias e outras alterações de fluxo, levou a visita da Comissão do Inep/MEC a ocorrer apenas em dezembro de 2019. O parecer de tal Comissão foi pela aprovação da autorização de funcionamento do curso com a nota máxima 5, decisão que não foi contestada pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC nem pela Unifesp. Neste momento, o pedido de autorização do curso de Direito da Unifesp aguarda a manifestação da OAB, responsável por redigir parecer de caráter opinativo sobre a abertura de novos cursos no país. Após essa etapa, com base nas avaliações, a Seres tomará a sua decisão.

A proximidade da conclusão do processo referente ao pedido de autorização do curso não significa a interrupção da reflexão institucional acerca das vicissitudes da formação jurídica no país: trata-se de um exercício que apenas mantém o seu sentido e relevância se engendrado permanentemente. Com maior acuidade, as características, perfis, desafios e resultados desse longo processo de maturação do curso de Direito da Unifesp podem ser analisados nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Fazer jus a tal empreitada é o intento do nosso próximo tópico.

## Contornos do Curso de Direito da Unifesp

O marco da proposta de criação do curso de graduação em Direito na Unifesp é o seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Capitanada pela Comissão de Implantação do Curso de Direito, a redação desse projeto se beneficiou do vasto histórico de reflexões sobre as limitações e as virtudes da educação jurídica no Brasil mencionadas anteriormente e foi moldada por contribuições da comunidade da Unifesp ao longo da trajetória institucional

descrita. O PPC do Direito apresenta concepções sedimentadas por um conjunto de docentes, em um determinado momento histórico, sobre os sentidos da criação de uma nova faculdade de Direito pública no Brasil.

Os contornos político-pedagógicos de uma faculdade de Direito, de forma por vezes mais evidente ou direta do que em outras áreas do conhecimento, estão imbricados em relações sociais, políticas e econômicas mais amplas. Historicamente, como já foi extensivamente analisado, as faculdades de Direito ocuparam um papel de grande relevância social, constituindo verdadeiros centros de geração de um saber diretamente conectado ao poder político e econômico. Na história brasileira, durante um largo período desde a fundação das primeiras escolas no século XIX, a educação jurídica cumpriu o papel prioritário de espaço social de (re)produção de elites não apenas para carreiras jurídicas propriamente ditas, mas também para a ocupação de posições dirigentes na política, na burocracia estatal como um todo e nos negócios<sup>57</sup>.

O curso de Direito da Unifesp, no entanto, pretende ser filho do seu próprio tempo: a ordem social, política e econômica instituída pela Constituição de 1988, marcada por aspirações democráticas e de superação das desigualdades de uma sociedade complexa e diversa. Esse contexto coloca novos desafios à faculdade de Direito e aos profissionais por ela formados:

Não é apenas a importância do Estado que aumentou, mas também a sofisticação dos instrumentos utilizados. Os exemplos dessa tendência são encontrados nas privatizações, na ampliação do uso da regulação estatal e dos novos institutos de Direito Administrativo (parcerias público-privadas, consórcios de entes públicos e modernizações do processo administrativo, entre outros), na ampliação dos programas sociais e dos investimentos públicos. O Poder Judiciário também demanda profissionais com capacidade para enfrentar problemas relacionados aos gargalos na prestação jurisdicional, apresentando soluções que ao mesmo tempo ampliem e facilitem o acesso à Justiça. O vasto acervo de ações judiciais em curso ou encerradas deve ser examinado à procura de tendências, relações de causalidade e hipóteses de trabalho para, a partir desses estudos, desenvolverem-se políticas públicas consistentes e efetivas<sup>58</sup>.

Por essa razão, a concepção consolidada no PPC do Direito da Unifesp está sintetizada no mote “Direito, Democracia e Interesse Público”, que traduz os objetivos e valores fundamentais da proposta político-pedagógica da graduação.

## *Perfil de Egressos*

Os sentidos efetivamente públicos e democráticos atribuídos à graduação em Direito da Unifesp reverberam em dois âmbitos principais da formação de bacharéis e bacharelas. Primeiro, objetiva-se a formação de egressos e egressas que sejam capazes de contribuir, por meio do direito, para a defesa e o aprimoramento das instituições e dos valores democráticos e para o enfrentamento das desigualdades. Conforme descrito no PPC, a graduação em Direito da Unifesp busca

[...] colaborar para a sedimentação, complementação e ampliação da democracia, bem como para a emancipação social pela via jurídica, favorecendo a construção de uma cultura participativa nos temas públicos, a generalização de instrumentos eficazes de solução de conflitos e a disseminação do conhecimento acerca do manuseio do repertório técnico-jurídico<sup>59</sup>.

O curso de Direito da Unifesp afirma, assim, a sua filiação a uma proposta de formação de bacharéis e bacharelas “que compreendam as dinâmicas da sociedade contemporânea e contribuam decisivamente para o processo de sua transformação, com especial atenção para os problemas sociais do país”<sup>60</sup>.

Em segundo lugar, em um âmbito profissionalizante (mas não menos relevante), a graduação em Direito da Unifesp objetiva formar bacharéis e bacharelas dotados de excelência técnica e das habilidades necessárias à produção de diagnósticos e soluções jurídicas dos problemas que permeiam as relações sociais no Brasil democrático. Como já descrito, o PPC do Direito da Unifesp parte do diagnóstico de que a tradição da educação jurídica no país enfrenta dificuldades para propiciar uma formação que esteja à altura dos imperativos sociais, políticos e econômicos contemporâneos. Por isso, pretende perfilar-se a outras experiências institucionais de ensino jurídico inovador de superação desse paradigma.

Historicamente, como já apontado, a graduação em Direito serviu e segue servindo como espaço formativo e de socialização para carreiras diversas – incluindo as profissões jurídicas tradicionais, como a advocacia e a magistratura, mas não se limitando a elas. Contemporaneamente, essa tendência adquire ainda mais complexidade. Independentemente da avaliação que se faça sobre, por exemplo, a crescente “juridificação” das relações



sociais na modernidade<sup>61</sup> ou a progressiva “judicialização da política”, a centralidade do Direito nas relações sociais parece ser incontornável. Em uma sociedade democrática, sobretudo, o Direito se converte em uma gramática privilegiada de mediação de interações sociais, políticas e econômicas.

A crescente centralidade da prática e dos discursos jurídicos amplia a demanda e o propósito de atuação profissional para bacharéis e bacharelas em Direito. Por um lado, a atuação das carreiras tradicionais aprofundou-se em complexidade. Por outro, amplificou-se o escopo de atuação dos juristas, tendo em vista as novas frentes de atuação para bacharéis e bacharelas que vêm se abrindo com grande velocidade, por exemplo na demanda por profissionais de *advocacy* e relações governamentais ou na crescente relevância de profissionais do Direito para o terceiro setor e para a gestão de políticas públicas – áreas fortemente marcadas pela gramática jurídica.

Diante desse diagnóstico, o PPC do Direito da Unifesp afirma o objetivo primordial na “formação de excelência de profissionais com especialização no manuseio do repertório técnico-jurídico requisitado pelas carreiras jurídicas tradicionais” e, também, de “profissionais [com] sólido conhecimento acerca das dinâmicas e dos mecanismos de funcionamento da sociedade civil, do mercado e do Estado”<sup>62</sup>. Dessa forma, ao afirmar a necessidade de formação de bacharéis e bacharelas que sejam capazes de lidar com as incumbências contemporâneas geradas na sociedade, na política e na economia brasileiras, também do ponto de vista da profissionalização o interesse público é perseguido como objetivo do PPC do Direito da Unifesp. Essa tarefa é ainda mais imperativa em se tratando de uma nova graduação que nasce em uma instituição pública como a Unifesp, que tem no seu PDI o compromisso com a democracia, a transparência e a equidade e uma formação pautada pela qualidade e relevância social<sup>63</sup>.

Concebendo de forma integrada, de um lado, o seu compromisso político-pedagógico com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades e, de outro, com uma profissionalização sintonizada com os imperativos da sociedade brasileira democrática, o PPC do Direito da Unifesp busca formar egressos que

[...] não apenas tenham uma atuação orientada aos valores éticos, democráticos e de inclusão social no exercício das profissões tradicionais do Direito; pretende-se que também possam atuar diretamente no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas e que

possam assessorar e atuar conjuntamente com os diversos setores sociais na busca desses valores. Espera-se, assim, que o alunado possa colaborar para o empoderamento de setores marginalizados da sociedade civil e a afirmação de valores democráticos e humanitários. Estudantes formados(as) pela Unifesp devem ter as capacidades que lhes possibilitem ser agentes de mudança com uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos sociais e das múltiplas manifestações do Direito. Sem negligenciar a técnica, o Curso deve ampliar seu entendimento dos problemas sociais a partir de uma abordagem calcada no conhecimento científico interdisciplinar<sup>64</sup>.

Para alcançar esse perfil e em linha com as DCNS, o PPC estabelece as diretrizes sobre *o que se ensina e como se ensina* na graduação em Direito da Unifesp. Os conteúdos propostos na Matriz Curricular refletem o diagnóstico mais amplo do PPC sobre as condições de produção de conhecimento e de atuação profissional no campo jurídico no país. O curso busca possibilitar a formação de profissionais com apurado senso da função social da prática jurídica contemporânea, bem como de suas inserções nos campos do Estado, do mercado e da sociedade civil. O intuito é que o egresso, conquanto venha a ser plenamente habilitado para o exercício das carreiras jurídicas tradicionais, esteja igualmente apto a lidar com o Direito em outras instâncias profissionais, principalmente naquelas que levem em conta a atuação do poder público, bem como as múltiplas e plurais interações entre a sociedade e o fenômeno jurídico.

O currículo do curso de Direito da Unifesp procura traduzir os objetivos político-pedagógicos descritos a partir dos eixos formativos que o estruturam (Formação Geral, Técnico-Jurídica e Prático-Profissional). Destacamos, abaixo, quatro características do projeto que ilustram essa perspectiva: a aposta na interdisciplinaridade, a flexibilidade formativa, a filiação a um modelo de ensino jurídico clínico e de caráter extensionista e a compreensão da pesquisa em Direito como elemento formativo relevante.

### *Interdisciplinaridade*

O compromisso institucional com a interdisciplinaridade é uma das características marcantes do PPC do Direito da Unifesp. A formação de excelência pretendida pelo PPC demanda o desenvolvimento de “habilidades e competências necessárias à atuação técnico-jurídica qualificada em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais”<sup>65</sup>, o que se traduz em um conjunto de

UCS dos eixos de formação Técnico-Jurídica e Prático-Profissional voltadas para o domínio do conhecimento jurídico por excelência e dos conteúdos e habilidades essenciais à prática nas principais áreas do Direito.

Certamente há áreas de atuação profissional cujos contornos teóricos e práticos são muito bem delimitados disciplinarmente, com razoável estabilidade e que não necessariamente demandam intensos diálogos disciplinares externos ao Direito, ou até mesmo entre diferentes disciplinas jurídicas. Entretanto, os avanços acadêmicos no Direito nas últimas décadas e as demandas que vêm surgindo da prática profissional evidenciam a crescente relevância de profissionais capazes de navegar entre distintas áreas, sem prescindir do domínio da sua especialidade. Cada vez mais, uma efetiva “fecundação cruzada” entre campos disciplinares distintos – seja do Direito com outras áreas, seja de subáreas jurídicas entre si – é um imperativo contemporâneo.

Além disso, a educação jurídica que não for capaz de conectar o conhecimento técnico-jurídico à realidade social, política e econômica está fadada a repetir os diagnósticos de crise extensamente documentados. Não raro a atuação profissional de um advogado, magistrado ou servidor público exige conhecimento sobre dinâmicas econômicas específicas, fenômenos e comportamentos sociais complexos ou sobre o funcionamento das políticas públicas. Igualmente, a tradicional “compartimentalização” do próprio Direito em disciplinas estanques e incomunicáveis mostra-se insuficiente para atender às demandas da realidade. Em conflitos processados judicial ou administrativamente, com frequência os problemas jurídicos não se apresentam disciplinarmente delimitados. As próprias fronteiras entre direito público e direito privado – balizas historicamente influentes no campo jurídico – são constantemente abaladas na prática profissional. Por exemplo, um caso que tenha por objeto uma concessão de serviço público ou uma parceria público-privada requer dos profissionais envolvidos conhecimentos do Direito Administrativo, assim como noções de Direito Contratual e até de Direito Societário. Ao mesmo tempo, demandará noções (ainda que básicas) sobre aspectos financeiros centrais ao contrato de concessão e até mesmo sobre o modelo de negócios do setor específico – conhecimentos disponíveis em outras áreas que não são o Direito.

Para que seja qualificada, portanto, a atuação técnico-jurídica é constantemente convocada a produzir diagnósticos e soluções

interdisciplinares. Por essa razão, a matriz curricular descrita no PPC do Direito a incorpora como elemento essencial para a formação almejada. Não se trata de pretender o que poderia ser visto como uma problemática substituição ou submissão do conhecimento jurídico a outras áreas do conhecimento, mas sim de potencializar as contribuições do Direito na sua especificidade. O PPC do Direito da Unifesp busca aliar o desenvolvimento de habilidades técnico-jurídicas sólidas – a capacidade do bacharel e da bacharela de atuar de forma rigorosa com a dogmática jurídica – a conhecimentos que permitam contextualizar teorias e “tecnologias” jurídicas e a sua aplicação na realidade.

O PPC traduz esse compromisso político-pedagógico de duas formas principais. Uma delas é o eixo de Formação Geral, que “tem por objetivo construir sólidas bases teórico-metodológicas e empíricas para a compreensão do fenômeno jurídico em seu respectivo contexto”<sup>66</sup>. Para tanto, além de UCS “de ambientação de alunos e alunas às discussões fundamentais do campo jurídico (por exemplo, a UC ‘Introdução à Teoria do Direito’)”, nesse eixo também estão previstos conteúdos que permitem a construção de um repertório teórico, conceitual e empírico sobre os desafios colocados ao Direito na realidade brasileira, pensada em conexão com as dinâmicas globais. Se o propósito fundamental do curso é o de formar bacharéis e bacharelas capazes de atribuir sentidos democráticos e de dotar de interesse público a sua prática profissional, é necessário que dominem o terreno no qual atuarão – ou seja, que compreendam os fundamentos da democracia e suas vicissitudes práticas, as causas e consequências das desigualdades em suas diferentes manifestações, os sentidos e desafios de uma sociedade marcada pela diversidade, entre outros aspectos da realidade em que se inserem.

A matriz curricular do curso de Direito, por isso, inclui um conjunto de UCS que buscam propiciar o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares sobre o Direito a partir do diálogo com outros saberes, como a Antropologia e a Sociologia (“Dimensões Históricas e Sociológicas do Direito” e “Universalismos, Diferenças e Desigualdades”), a Ciência Política (“Fundamentos do Estado e do Mercado”), a Economia (“Economia para o Direito”), a Filosofia (“Justiça e Democracia”), a História (“Processo Histórico

Brasileiro”) e as Relações Internacionais (“Brasil e as Relações Internacionais”).

Dessa forma, o PPC do Direito da Unifesp busca romper com outra tradição frequente na história do ensino jurídico brasileiro: o seu insulamento (não raro geográfico) em meio a outros cursos da universidade. Na Unifesp, o curso de Direito nasce em um *campus* compartilhado com outras ciências sociais aplicadas, além de contar com a participação, na sua concepção, de docentes de áreas diversas. Dessa forma, busca estabelecer um diálogo genuíno e concreto com áreas correlatas, alinhando-se ao Projeto Pedagógico do *Campus* Osasco, que conta com um Departamento Multidisciplinar responsável por oferecer disciplinas básicas de interesse transversal a diferentes cursos – muitas das quais incorporadas à matriz curricular do Direito.

Além das disciplinas introdutórias do curso, como um ciclo formativo básico, a interdisciplinaridade também é estimulada transversalmente na matriz curricular. Muitas das ucs propriamente “jurídicas” – ou seja, pertencentes aos eixos de formação Técnico-Jurídica e Prático-Profissional – são, em essência, interdisciplinares por incorporarem conteúdos e habilidades de outras áreas, ou de diferentes subáreas jurídicas em uma mesma disciplina. Entre as ucs fixas, por exemplo, podem ser mencionadas as ucs “Direito e Finanças Públicas” e “Direito e Políticas Públicas” (5º termo), que integram elementos de Direito Administrativo, Econômico e Constitucional, além de noções da Administração e de Políticas Públicas propriamente ditas (planejamento, execução e avaliação). Outro exemplo é a uc “Direito e Propriedade”, que, em uma perspectiva mais tradicional, poderia ser associada de maneira exclusiva ao Direito Privado – mais precisamente ao Direito Civil – ou à propriedade fundiária. No PPC do Direito da Unifesp, porém, tal qual a propriedade se manifesta no mundo real, essa uc aborda o fenômeno jurídico da propriedade em suas múltiplas manifestações (urbana, rural, intelectual, industrial) e sob a ótica das diferentes normas jurídicas que o constituem e afetam – Direito Civil, regulação urbanística e ambiental, Direito Empresarial, regras sobre patrimônio cultural e histórico, Marco Civil da Internet etc.

Como princípio político-pedagógico estruturante do curso, a interdisciplinaridade também é estimulada a partir de outro mecanismo: a

presença, na matriz curricular, de uma carga horária expressiva composta de disciplinas eletivas, concentrada no quinto e último ano da graduação. Sob o acompanhamento pedagógico da Comissão do Curso, parte dessas ucs eletivas poderá ser cursada em outras graduações ofertadas na Universidade, gerando um incentivo para que os alunos do Direito tenham, de fato, a possibilidade de construir uma substantiva formação interdisciplinar. Essa abertura está relacionada com outro marco definidor do curso de Direito da Unifesp: a sua flexibilidade para aliar uma sólida formação básica à oportunidade do aprofundamento seletivo, em respeito à autonomia intelectual de alunos e alunas.

### *Flexibilidade Formativa*

Os diagnósticos da crise do ensino jurídico, com frequência, apontam o caráter excessivamente generalista da educação em Direito como um dos seus principais problemas. Nessa perspectiva, currículos que se pretendem totalizantes, isto é, que buscam cobrir a integralidade de conteúdos das mais diversas subáreas do Direito, acabariam por formar egressos e egressas cujas habilidades estão distantes das crescentes demandas por especialização do mercado de trabalho e da sociedade. No Direito (e possivelmente em outras áreas), portanto, bacharéis e bacharelas do século XXI estão submetidos a um aparente paradoxo: precisam demonstrar capacidade de lidar com problemas e prover soluções que presumem algum grau de especialidade e, ao mesmo tempo, dispor de habilidades interdisciplinares, sendo capazes de navegar por diferentes subáreas ou até mesmo campos do conhecimento. No caso do Direito, em particular, a própria forma de organização do exame de ingresso em uma das principais profissões jurídicas – o Exame da OAB – é ilustrativa dessa dupla exigência: enquanto a primeira fase do Exame demanda conhecimentos básicos de todas as principais áreas do Direito, a segunda fase obriga a escolha de uma dentre sete áreas específicas para a realização da prova prático-profissional.

Não raro, a solução desse aparente paradoxo recai sobre os próprios alunos e alunas, que têm de construir individualmente suas trajetórias acadêmicas ao longo da graduação para desenvolverem as habilidades e competências tidas como necessárias em um determinado subcampo profissional. Observando esse estado de coisas, o PPC do Direito da Unifesp traz para si, institucionalmente, a tarefa de lidar com a demanda por

especialização. Para tanto, o PPC combina “uma sólida formação de base generalista, abrangendo conteúdos essenciais, tanto da propedêutica quanto das mais diversas áreas dogmáticas, com a possibilidade de aprofundamento e concentração da formação de estudantes ao longo do Curso”<sup>67</sup>. Enquanto a formação de base generalista é atendida pelo conjunto de UCS fixas da matriz curricular, pela qual passarão todos os alunos, a possibilidade de concentração em determinadas áreas é garantida por uma considerável carga horária de conteúdo variável – por meio de UCS eletivas.

A abertura ao aprofundamento da formação em uma determinada área foi traduzida, no PPC, em ênfases formativas que servem como trilhas orientadoras. Essas trilhas podem ser percorridas por discentes que, no exercício da sua autonomia intelectual, queiram buscar focar a sua formação em uma de três áreas de atuação profissional nas carreiras jurídicas: *Direito das Políticas Públicas e da Regulação*; *Direito das Relações Privadas e dos Negócios*; e *Direito da Tutela Penal*. Em vez de serem estipuladas disciplinarmente, as ênfases foram definidas de forma interdisciplinar e a partir da aderência do corpo docente e dos objetivos político-pedagógicos mais amplos do curso<sup>68</sup>.

Na prática, as trilhas formativas congregam UCS eletivas e de estágio supervisionado que oferecem uma formação focada em conteúdos de direito material e direito processual, bem como em habilidades profissionais aderentes a cada uma delas. Por exemplo, na ênfase de *Direito das Políticas Públicas e da Regulação*, o alunado terá à sua disposição UCS eletivas que oferecem conhecimentos substantivos necessários à atuação profissional especializada nesse amplo campo, como “Processo Legislativo”, “Processo Constitucional” e “Direito da Concorrência”, bem como habilidades específicas a serem desenvolvidas no âmbito do estágio supervisionado em UCS como “Oficina de Avaliação e Produção Legislativa”, “Oficina de Processo Administrativo” ou “Oficina de Regulação Econômica”. A título de comparação, na ênfase de *Direito da Tutela Penal*, tendo em vista os objetivos específicos de formação profissional nessa área, são outras as UCS ofertadas. Destacam-se como exemplos, no caso de UCS de caráter técnico-jurídico, “Direito Penal Econômico”, “Compliance” e “Medidas Cautelares e Recursos no Processo Penal Contemporâneo”; no caso de UCS de estágio voltadas para o desenvolvimento de habilidades prático-profissionais específicas, “Oficina de

Oralidade no Processo Penal” e “Oficina de Processo Penal – Júri Simulado”. Dessa forma, institucionalmente, o PPC do Direito da Unifesp oferece uma orientação pedagógica para o corpo discente trilhar a sua formação em direção ao perfil de egresso desejado pela Unifesp e demandado pela realidade sociopolítica e econômica do Brasil.

### *Ensino Jurídico Clínico e de Caráter Extensionista*

Além da aposta na interdisciplinaridade e da garantia de flexibilidade formativa, outro elemento compreendido como essencial para a formação de bacharéis e bacharelas nos moldes pretendidos pelo curso é o modelo de estágio institucionalizado pelo PPC do Direito da Unifesp. O estágio curricular supervisionado – obrigatório nos cursos de Direito – é o espaço dedicado, na matriz curricular, ao desenvolvimento das habilidades prático-profissionais fundamentais às carreiras jurídicas. Ainda que seja componente obrigatório do currículo de qualquer graduação em Direito no Brasil, não são raras as críticas que apontam um grande distanciamento entre teoria e prática no ensino jurídico. Com frequência, o ensino prático é delegado ao próprio mercado de trabalho por meio de estágios cada vez mais precoces na trajetória acadêmica do alunado, e, muitas vezes, sem o devido acompanhamento pedagógico. A prática jurídica, componente essencial à formação técnico-profissional e humanística, torna-se, muitas vezes, trabalho precarizado sem efetiva contribuição formativa ao aluno e à aluna.

Buscando distanciar-se desse modelo, o PPC da Unifesp internaliza boa parte da formação prática do corpo discente em cinco UCS fixas previstas na matriz curricular, totalizando trezentas horas-aula. A internalização do estágio não implica, contudo, isolamento das alunas e dos alunos do mercado de trabalho. Isso porque, além do estágio extracurricular que poderá ser realizado no âmbito de convênios a serem firmados entre a Universidade, escritórios de advocacia, instituições judiciais e terceiro setor, duas das cinco UCS do estágio curricular poderão ser realizadas em atividades de estágio externo. Ao estipular uma carga-horária mínima de estágio a ser realizado no âmbito da Universidade, porém, o PPC busca assegurar que as alunas e alunos do Direito da Unifesp tenham experiências práticas efetivamente formativas, sob acompanhamento do corpo docente e – mais importante – em contato com um *tipo específico* de prática jurídica.



A prática jurídica institucionalizada na Unifesp busca oferecer uma formação profissional diferenciada e socialmente referenciada ao seu corpo discente – em linha com os objetivos gerais do curso. O estágio supervisionado ocorrerá em Clínicas de Prática Jurídica, uma abordagem (por vezes também denominada de método) de ensino jurídico prático que, conforme o PPC, está “centrado na solução de problemas complexos, que associa o desenvolvimento de habilidades para o exercício da atividade profissional com a realização de ações estratégicas de impacto e interesse público”<sup>69</sup>. No âmbito das UCS de Clínica de Prática Jurídica, sob a supervisão docente, alunos e alunas construirão soluções para problemas simulados e reais da prática profissional. Algumas Clínicas servirão como espaço para a realização de “oficinas” centradas no desenvolvimento de determinadas habilidades essenciais à prática jurídica em diferentes campos de especialização, além de habilidades consideradas fundamentais ao perfil de egresso desenhado no PPC, tais como “Técnicas de Negociação”, “Mediação e Conciliação”, “Técnicas Contratuais” e “Avaliação e Produção Legislativa”.

Além de oficinas, as Clínicas de Prática Jurídica também servirão como espaço de prática jurídica real, isto é, de atuação diretamente conectada à comunidade externa à Universidade – seja ela local, regional ou mesmo nacional. No âmbito das chamadas Assessorias Jurídicas, alunos e alunas inscritos nas Clínicas de Prática enfrentarão problemas reais de indivíduos, organizações públicas, privadas e da sociedade civil em quatro áreas prioritárias do curso:

- *Direito e Políticas Públicas*, focada no diálogo com a comunidade externa à universidade e no estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil e com a administração para apoio consultivo e/ou contencioso em causas de interesse público relacionadas às políticas públicas;
- *Direito dos Negócios*, focada na interlocução com pequenas e médias empresas, negócios sociais de impacto, organizações da sociedade civil e administração pública para identificação de problemas jurídicos para os negócios inclusivos e construção de estratégias jurídicas consultivas e/ou contenciosas e elaboração de produtos voltados à sua solução;

- *Direito da Tutela Penal*, focada na interlocução com a comunidade externa à universidade e no estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil e órgãos do sistema de justiça para atuação em causas de interesse público relacionadas à tutela penal; e
- *Direitos Humanos*, focada no estabelecimento de diálogo com a comunidade externa à universidade e de parcerias com entidades da sociedade civil atuantes na defesa dos Direitos Humanos para o apoio e promoção a causas de interesse público.

Com acompanhamento docente, o corpo discente poderá exercitar a assessoria jurídica a uma determinada organização da sociedade civil, propondo, por exemplo, a elaboração de parecer ou de memoriais de *amici curiae* perante o Supremo Tribunal Federal ou outras instituições judiciais. Nesse sentido, as Clínicas de Prática Jurídica buscam estabelecer um modelo de prática, conforme o PPC, “simultaneamente mais modesto e mais ambicioso do que a assistência jurídica tradicional”<sup>70</sup>. Mais modesto por não apostar, necessariamente, no atendimento a um grande volume de casos; mais ambicioso, porém, por pretender lidar com casos ou demandas que, ainda que em pouca quantidade, sejam enfrentadas com grande qualidade e cuja solução gere impactos e resultados amplos em políticas públicas, no Judiciário e para os atores envolvidos. Por essa razão, espera-se que as Clínicas sejam marcadas por uma atuação jurídica de defesa coletiva ou difusa e pela mobilização de instrumentos como, por exemplo, o litígio estratégico e a atuação em casos de grande repercussão.

As Clínicas de Prática Jurídica, nas suas diferentes Assessorias Jurídicas, buscarão a constante interlocução com agentes externos à Universidade desde a identificação de demandas até a proposição de soluções jurídicas, passando pelo desenvolvimento das atividades no âmbito das UCS. Poderão, inclusive, conectar-se a projetos e programas de extensão institucionalizados na Unifesp. Ao endossar um estágio supervisionado nesses moldes, o PPC da Unifesp agrega caráter extensionista à prática jurídica. Não se trata, portanto, apenas de aproximar alunos e alunas da prática jurídica real, mas também de fazê-lo a partir da concepção que orienta o PPC sobre o papel potencialmente transformador, de interesse público e de impacto social do Direito. O modelo adotado aponta, inclusive, para uma genuína forma – entre tantas outras

possíveis – de lidar com o importante desafio de curricularização da extensão colocado às universidades brasileiras. A partir do modelo de ensino jurídico clínico, espera-se que o curso de Direito da Unifesp promova uma formação capaz de articular teoria e prática de forma efetiva e, ao mesmo tempo, irrigar a experiência profissional discente com os valores norteadores do projeto pedagógico: a promoção da democracia e do interesse público.

### *A Pesquisa em Direito: Papel Formativo e de Engajamento no Debate Público*

Junto do que se acredita ser uma inovadora proposta de ensino e da sua articulação com a extensão universitária, o modelo pedagógico moldado no curso de Direito da Unifesp se completa com a concepção particular sobre a pesquisa em Direito e o seu papel para a formação discente. No PPC do Direito da Unifesp, a pesquisa é entendida como instrumento fundamental para propiciar o desenvolvimento da autonomia intelectual pelo discente e, ao mesmo tempo, uma habilidade profissional de grande relevância para o perfil de egresso pretendido pelo curso. Como parte da formação, ao lado do ensino e da extensão, a pesquisa não é compreendida como uma esfera restrita àqueles ou àquelas estudantes que pretendam seguir uma carreira acadêmica por excelência. Além desse perfil de estudante, em uma perspectiva técnico-profissional mais ampla, o desenvolvimento de habilidades de pesquisa em Direito permite que alunos e alunas em geral lidem de forma adequada com os imperativos colocados à sua formação, já descritos neste texto – por exemplo, a demanda da interdisciplinaridade por saber lidar com conhecimentos de outras áreas e a capacidade de avaliar ou mesmo incorporar dados de forma sistemática à atuação profissional em várias carreiras abertas a egressos e egressas nos setores público, privado e na sociedade civil.

Esse imperativo parece estar presente até mesmo em carreiras jurídicas tradicionais como a advocacia e a magistratura. O crescente impacto de racionalidades jurídicas “consequencialistas”<sup>71</sup>, por exemplo, impõe a necessidade de que advogados, juízes, promotores e operadores do Direito em geral estejam munidos de instrumentos úteis à avaliação e mensuração de impactos ou efeitos de normas e decisões. Além disso, cada vez mais, é útil para a atuação profissional de um advogado, por exemplo, compreender

tendências decisórias em tribunais ou agências reguladoras – conhecimento que demanda rigor metodológico e, portanto, noções de pesquisa científica.

É fundamental, dessa forma, que os bacharéis e as bacharelas em Direito deste século sejam capazes de, ainda que não decidam se especializar na *produção* de pesquisa científica em Direito em uma carreira acadêmica, ao menos conseguir “*consumi-la*” de forma criteriosa e rigorosa. A capacidade de construir reflexões sistemáticas e metodologicamente rigorosas – habilidades por excelência características da pesquisa científica – é cada vez mais fundamental aos profissionais do Direito.

Além de conceber papéis formativos amplos à pesquisa, o PPC do Direito da Unifesp também entende a pesquisa em Direito de forma alargada, isto é, para além de uma compreensão por vezes restrita sobre o que se entende apropriado para a produção do conhecimento na área. No curso de Direito da Unifesp, alunos e alunas serão expostos a diferentes concepções de pesquisa jurídica, abarcando tanto pesquisas teóricas ou de enfoque dogmático quanto de abordagens empíricas sobre o fenômeno jurídico. Em linha com transformações mais amplas da área no Brasil e internacionalmente, pretende-se, assim, que egressos e egressas da Unifesp disponham de habilidades de pesquisa que os permitam conduzir, avaliar e mobilizar pesquisas com alto rigor metodológico e que contribuam para o aperfeiçoamento das instituições e práticas jurídicas.

A formação em pesquisa será viabilizada a partir de diferentes mecanismos previstos na matriz curricular. Ainda na primeira metade do curso, alunos e alunas cursarão duas UCS – “Metodologia Científica” e “Pesquisa Empírica em Direito” – que objetivam combinar “o ensino dos fundamentos da pesquisa científica em Direito à prática da construção de projetos e ao exercício de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, com destaque para a pesquisa aplicada”<sup>72</sup>. No final do curso, todo o corpo discente deverá realizar, sob supervisão docente, uma pesquisa no seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além disso, o PPC prevê incentivos em termos de carga horária para a realização de Iniciações Científicas (ICS).

A compreensão sobre o papel formativo da pesquisa em Direito inscrita no PPC reflete uma vocação mais profunda da implantação da área de Direito na Unifesp. Espera-se, com a criação do curso de Direito, que a Unifesp amplie, agora também em direção ao Direito, aquela que já é uma das suas

características mais marcantes: o protagonismo na produção de pesquisa de ponta e na formação de pesquisadores e pesquisadoras de excelência. Para tanto, em paralelo à reflexão sobre a implantação do curso de graduação em Direito da Unifesp, o corpo docente do Direito também busca avançar na construção de uma proposta de pós-graduação *stricto sensu* na área. Após intenso processo de debate que envolveu docentes do Direito e outros quatro departamentos do *Campus* Osasco, além de professores vinculados aos *Campi* Guarulhos e Zona Leste, em 2019 foi aprovada internamente na Unifesp e submetida à apreciação da Capes uma “Proposta de Curso Novo” para abertura de um Programa de Pós-Graduação em Direito (PPG), inicialmente com o grau de mestrado, a ser sediado na EPPEN.

Em linha com as aspirações acadêmicas e pedagógicas do *campus* e do próprio PPC do Direito, a proposta está concentrada na área denominada “Direito, Estado e Sociedade”. O mestrado proposto tem por objetivo “propiciar ao pós-graduando o contato com as habilidades necessárias à compreensão do direito enquanto fenômeno social complexo, concebido como produto de uma triangulação entre as normas e instituições jurídicas (Direito), a política (Estado) e as relações sociais (Sociedade)”<sup>73</sup>.

Sintonizado com o mote que energiza a implantação do curso na Unifesp – democracia e interesse público –, a proposta de criação de um PPG em Direito estrutura-se em duas linhas de pesquisa: “Sociedade, Direito e Poder” e “Direito e Políticas Públicas na Ordem Democrática”. Enquanto a primeira linha busca abordar o fenômeno jurídico “de baixo para cima”, enfatizando “as relações entre o direito e a formação social na qual se insere, seja em interface com outras áreas – como a economia e a política –, seja no que tange às desigualdades de gênero, raça e classe”, a segunda tem como foco o estudo da eficácia e da legitimidade democrática “*outputs* do Estado” – isto é, das normas jurídicas estatais e das políticas públicas por elas normatizadas<sup>74</sup>. A proposta do PPG em Direito busca contribuir com a formação de futuros pesquisadores e pesquisadoras de excelência na área, além de expandir horizontes epistemológicos, teóricos e empíricos de operadores do Direito atuantes em carreiras tradicionais.

## Conclusão

Tal como descrito, o projeto de constituição da área de Direito da Unifesp reflete uma visão institucional construída ao longo de mais de uma década de reflexões que envolveram docentes da própria Unifesp, corpo dirigente, técnicos, docentes de outras instituições, membros da comunidade externa e das carreiras jurídicas. Ainda que o projeto dependa, em alguma medida, de dinâmicas externas à própria universidade para que seja concluído – seja o pedido de autorização da graduação pelo MEC, seja a proposta de criação de uma nova pós-graduação pela Capes –, por já ter atingido certo grau de maturidade institucional merece ser registrado no momento de celebração dos 25 anos da Unifesp.

Como em qualquer processo histórico, porém, as concepções consolidadas ao longo dos anos de construção do curso de Direito da Unifesp certamente serão remodeladas pela experiência futura e pelas transformações das profissões jurídicas do mundo do trabalho e, de forma mais ampla, das demandas da sociedade brasileira. Acreditamos, aliás, que assim deve ser para que o projeto de um novo curso de Direito como o da Unifesp não se torne obsoleto e não incorra nos mesmos equívocos que marcam a história do ensino jurídico no Brasil. Por melhores que possam ser as ideias que conformam o PPC do Direito da Unifesp neste momento histórico, é provável que se revelem limitadas ou insuficientes para novas realidades que podem surgir. A capacidade de permanente autorreflexão e reinvenção deve ser uma constante no Direito da Unifesp. Por essa razão, depois de termos reconstruído o passado e descrito o presente do curso, como conclusão acreditamos ser útil apontar desafios que nos parecem despontar no futuro próximo, quando as iniciativas abarcadas por esse projeto se efetivarem plenamente.

Em uma dimensão pedagógica, identificamos o desafio de o curso de Direito da Unifesp praticar, de fato, uma educação jurídica transformadora. Já é quase canônica, no Direito, a dicotomia entre o “direito nos livros” e o “direito na prática” – ou seja, a ideia de que, com frequência, há uma larga distância entre o que é previsto “na letra da lei” e o que, de fato, ocorre na realidade. Uma vez finalizada a fase de instalação e iniciadas as atividades da graduação, o curso de Direito da Unifesp tem o importante desafio de construir mecanismos que garantam que os fundamentos educacionais previstos no seu PPC sejam implementados.

Um curso que pretende alcançar um resultado distinto no perfil do egresso e da egressa formados não pode percorrer velhos caminhos; precisa inovar na maneira de ensinar. Passo relevante dado nessa direção é a previsão da constituição de uma “Coordenação de Metodologias de Ensino” no âmbito do curso de Direito. As metodologias participativas são compreendidas como condição para o pleno desenvolvimento das habilidades e competências previstas no PPC. A Coordenação de Metodologias de Ensino será encarregada, assim, de desenvolver, implementar e aprimorar políticas institucionais com o corpo docente e discente para a difusão de metodologias participativas de ensino. Essa iniciativa, assim como o pleno funcionamento das variadas instâncias de autoavaliação da graduação, consubstancia um instrumento poderoso da manutenção da relevância do curso, da reinvenção da sua contemporaneidade histórica e de reflexão crítica sobre a pertinência de suas balizas fundacionais.

Ainda no âmbito pedagógico, destaca-se um desafio que está colocado para a universidade brasileira como um todo: o de fazer do espaço universitário um ambiente democrático e inclusivo, capaz de lidar com a diversidade de classe, gênero, raça e de orientação sexual característica da sociedade brasileira e que crescentemente demanda reconhecimento na universidade. Como apontou pesquisa recente sobre a desigualdade de gênero nas salas de aula de uma faculdade de Direito, “práticas tradicionais de ensino [...] sistematicamente excluíram e omitiram grande parte das experiências e das perspectivas das mulheres”<sup>75</sup>, contribuindo para o silenciamento e invisibilização das alunas em sala de aula. O ensino jurídico, para que tenha resultados transformadores como os pretendidos pelo curso de Direito da Unifesp, precisa lidar de maneira inovadora com a diversidade, o que demanda democratização no acesso ao ensino superior, mas também passa pela implementação de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

Em uma dimensão profissional, um incontornável desafio para qualquer graduação em Direito, hoje, é o impacto da tecnologia nas profissões jurídicas. Como indica pesquisa realizada pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP sobre os impactos das tecnologias nas profissões jurídicas, os avanços tecnológicos se refletem na prática jurídica de distintas formas. Por exemplo, na crescente adoção de tecnologias da informação para lidar com o contencioso de massa e na prestação de serviços

jurídicos variados, na presença cada vez mais relevante de profissionais de tecnologia em escritórios de advocacia e até mesmo na substituição, por máquinas, de algumas funções hoje desempenhadas por profissionais (concentrada na base das hierarquias profissionais)<sup>76</sup>. Sem necessariamente incorrer em previsões distópicas ou pouco realistas sobre a completa substituição de profissionais por *softwares* ou autômatos, o curso de Direito da Unifesp deve refletir de forma constante sobre como a tecnologia impõe necessárias mudanças no que se ensina no Direito e no modo como se ensina. O compromisso do PPC do Direito com a interdisciplinaridade é, sem dúvida, uma abertura institucional a essa reflexão, que poderá ser aproveitada para o atendimento do que a referida pesquisa identifica como “readequações da atividade profissional de operadores do direito” provocadas pela transformação tecnológica: a necessidade de que os egressos e egressas estejam dotados de “novas competências” (como para o “treinamento de máquinas”), “novos conhecimentos” (sobre o funcionamento das tecnologias em si) e que “aprimorem velhas competências” (de uso de ferramentas tecnológicas)<sup>77</sup>.

Por fim e não menos importante, há um desafio de ordem sociopolítica colocado ao curso de Direito da Unifesp e, de forma mais ampla, à educação jurídica e à Universidade brasileira como um todo: a deterioração de regimes democráticos que vem sendo observada em diversos contextos, da América do Norte à Ásia, passando pela Europa e pela América Latina. Trata-se de um fenômeno distinto, em boa medida, das experiências autocráticas do passado – de ruptura explícita e abrupta com uma determinada ordem constitucional. A onda autoritária contemporânea se caracteriza, com frequência, por projetos políticos que se tornam vitoriosos pelas vias democráticas e que mobilizam as normas, leis e instituições jurídicas para viabilizar medidas antidemocráticas. Na perspectiva jurídica, trata-se de um “desmantelamento dos sistemas constitucionais por meio do Direito”<sup>78</sup> que vem sendo denominado de “legalismo autocrático” ou “legalismo autoritário”.

Essencial a uma ordem efetivamente democrática, o Direito é pressionado e mobilizado para responder a demandas antidemocráticas. Nesse contexto de deterioração de arranjos constitucionais construídos a duras penas em diferentes partes do mundo, o lugar da faculdade de Direito como centro produtor e irradiador de ideias e práticas democráticas se torna ainda mais



fundamental. A conjuntura coloca o desafio de que a universidade como um todo e a área do Direito, em especial, reafirmem o seu papel de formação de egressos e egressas sob valores democráticos e de produção de conhecimento comprometido com a preservação de uma ordem sociopolítica democrática – no caso brasileiro, certamente imperfeita e inacabada, mas indubitavelmente superior a qualquer projeto autoritário e perpetuador de desigualdades.

- 
1. Repercutindo assim um movimento nacional, iniciado na década anterior, de fortalecimento das atividades e de ampliação da rede de universidades federais do país. Ainda que haja um amplo arco de políticas públicas envolvidas nesse processo, a iniciativa mais emblemática foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto n. 6.096, de 2007.
  2. Disponível na página de Indicadores, no site da Unifesp.
  3. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, p. 28.
  4. Inep, *Censo da Educação Superior de 2017*.
  5. A. Lamy Filho, “A Crise do Ensino Jurídico e a Experiência do Ceped”, *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, vol. 6, n. 18, 1972, p. 16.
  6. R. M. Unger, “Uma Nova Faculdade de Direito no Brasil”, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 243, 2006, p. 114.
  7. Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brazil, *Annaes do Parlamento Brasileiro – Anno de 1823*, p. 63.
  8. S. Adorno, *Os Aprendizizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, p. 20.
  9. *Idem, ibidem*, p. 238.
  10. H. Kelsen, *Teoria Pura do Direito*.
  11. F. C. San Tiago Dantas, “A Educação Jurídica e a Crise Brasileira”, *Cadernos fgv Direito Rio*, vol. 3, fev. 2009, p. 16.
  12. *Idem, ibidem*, p. 19.
  13. *Idem, ibidem, loc. cit.*
  14. H. W. Rodrigues e E. B. Junqueira, *Ensino do Direito no Brasil*, p. 21.
  15. J. A. Falcão, “Classe Dirigente e Ensino Jurídico”, *Cadernos fgv Direito Rio*, vol. 3, fev. 2009, p. 39.
  16. Já na segunda metade dos anos 1960, é possível identificar iniciativas de inovação do ensino do Direito no Brasil, como ilustrado pela criação do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (Ceped), no Rio de Janeiro. O Ceped funcionou entre 1966 e 1972 na então Universidade do Estado da Guanabara e se constituiu como um verdadeiro laboratório para diferentes metodologias de ensino, produção de materiais didáticos inovadores e debate sobre novas concepções sobre o direito e o seu papel como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional.

17. J. M. Carvalho, *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*, p. 186.
18. *Idem, ibidem, loc. cit.*
19. J. E. Faria, “A Realidade Política e o Ensino Jurídico”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, vol. 82, 1987, p. 201.
20. G. Teubner (org.), *Constitutional Fragments: Societal Constitutionalism and Globalization*.
21. J. Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.
22. T. S. Ferraz Júnior, *Introdução ao Estudo do Direito – Técnica, Decisão e Dominação*, p. 87.
23. Ver Unifesp, *Consu, Ata da Reunião do Conselho Universitário*, realizada em 13 de maio de 2009.
24. Unifesp, *Ata da Reunião do Conselho de Administração da Unifesp*, realizada em 31 de outubro de 2012.
25. O Edital n. 79 sobre Concurso de Provas e Títulos para o Magistério de Ensino Superior estabeleceu uma vaga docente para cada uma das seguintes áreas: i. Teoria Geral do Direito; ii. Direito Constitucional; iii. Direito Privado (Civil/Comercial); iv. Direito Público (Administrativo, Financeiro e Tributário); v. Direito Penal; vi. Metodologia Científica; e vii. Filosofia/Filosofia aplicada ao Direito.
26. Unifesp, Portaria n. 2.602, de 4 de agosto de 2014.
27. Osasco (Município), Secretaria de Planejamento de Gestão, *Estudo para Subsídio à Candidatura de Osasco para Receber um Curso Acadêmico de Direito na Cidade*.
28. *Idem, ibidem*, p. 12.
29. Unifesp/Consu, *Ata da Reunião do Conselho Universitário*, realizada em 8 de julho de 2015.
30. Unifesp, ProGrad, Portaria da Pró-reitoria de Graduação da Unifesp n. 11, de 23 de novembro de 2015.
31. Unifesp, *Ata da Reunião Ordinária de 25 de novembro de 2015 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
32. MEC, Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2018.
33. Unifesp, *Ata da Reunião Ordinária de 1º de abril de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
34. *Idem, Ata da Reunião Ordinária de 10 de junho de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
35. Ver *idem, Ata da Reunião Ordinária de 1º de abril de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*; e *idem, Ata da Reunião Ordinária de 10 de junho de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
36. *Idem, Ata da Reunião Ordinária de 10 de junho de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
37. Tais iniciativas consubstanciam “procedimentos que auxiliem a congregação de docentes, pesquisadores e TAES ao redor de temas estruturantes que possam atuar transversalmente e como elemento de ligação entre as atividades-fim da Instituição (graduação, pós-graduação e pesquisa, extensão e assistência)” (ver *idem, Plano de Desenvolvimento Institucional [2016-2020]*, p. 134).
38. Unifesp, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, pp. 140-141.
39. *Idem, Ata da Reunião Ordinária de 5 de agosto de 2016 da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp*.
40. *Idem, Ata da Oitava Reunião Ordinária do Conselho da Pró-reitoria de Gestão com Pessoas (Conpessoas) da Universidade Federal de São Paulo, realizada em 22 de agosto de 2016*.

41. Os processos seletivos foram realizados para as seguintes vagas: i. Teoria do Direito (Edital n. 627/2016); ii. Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada em Direito (Edital n. 629/2016); iii. Instituições Judiciais e Cidadania (Edital n. 631/2016); iv. Dimensões Históricas e Sociológicas do Direito (Edital n. 633/2016); v. Instituições de Direito Público (Edital n. 635/2016); vi. Fundamentos de Direito Público (Edital n. 637/2016); vii. Direitos Humanos e Movimentos Sociais (Edital n. 639/2016); viii. Direito e Políticas Públicas (Edital n. 641/2016); ix. Direito, Crime e Conflitos Sociais (Edital n. 643/2016); e x. Direito, Constituição e Cidadania (Edital n. 645/2016).
42. Conforme as normas que disciplinam a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior no Brasil (notadamente o Decreto n. 5.773/2006 e a Portaria Normativa n. 23/2017 do MEC), diferentemente da maioria das graduações, a criação de cursos de Direito (assim como de Medicina, Odontologia e Psicologia) depende de prévia autorização do Ministério da Educação.
43. Unifesp, Prograd, Portaria n. 2 da Pró-reitoria de Graduação, de 19 de maio de 2017.
44. Adotou-se a designação “Comissão de Implantação do Curso de Direito” para que não se confunda tal instância com a Comissão de Graduação do Curso de Direito. Esta última, prevista no PPC e já dispondo de um regimento preliminar, será ativada quando o curso de Direito for criado. Nesse momento, a Comissão de Implantação do Curso de Direito perderá seu objeto, de modo que suas atribuições serão absorvidas pela Comissão de Graduação do Curso de Direito e por outras instâncias.
45. O Núcleo Docente Estruturante foi instituído em 4 de maio de 2018, sendo integrado inicialmente pelo Coordenador *pro tempore* da Comissão de Implantação do Curso de Direito, pelo conjunto de docentes aprovados nos concursos para a área de Direito até aquele momento e por um representante do Eixo Multidisciplinar. As reuniões do NDE ao longo desse período aconteceram de modo integrado às reuniões da Comissão de Implantação do Curso de Direito. Como início de um processo de diferenciação funcional dessa instância, que será aprofundado quando do desmantelamento da Comissão de Implantação do Curso de Direito e ativação da Comissão de Graduação do Curso de Direito, as matérias mais diretamente afeitas ao seu escopo passaram a ser objeto de reuniões e registros próprios.
46. Ver Unifesp, Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 27 de abril de 2018 e em 3 de dezembro de 2018; *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Unifesp em 18 de maio de 2018 e em 13 de junho de 2018.
47. Ver *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 19 de março de 2018, em 26 de março de 2018, em 3 de abril de 2018, em 7 de maio de 2018 e em 10 de outubro de 2018; *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Unifesp em 15 de maio de 2018 e em 17 de outubro de 2018.
48. *Idem*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 18 de junho de 2018.
49. Ver *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 19 de março de 2018, em 18 de abril de 2018, em 7 de maio de 2018, em 30 de agosto de 2018, em 26 de setembro de 2018 e em 14 de novembro de 2018.
50. Ver *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 23 de abril de 2018 e em 10 de outubro de 2018.
51. *Idem*, Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 18 de junho de 2018.

52. *Idem, Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 19 de março de 2018.*
53. *Idem, Ata da Reunião Ordinária da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 27 de março de 2019.*
54. Ver *idem*, Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp em 20 de fevereiro de 2019, em 13 de março de 2019, em 27 de março de 2019, em 7 de maio de 2019 e em 22 de maio de 2019.
55. Conforme editais publicados em 3 de dezembro de 2018, as áreas contempladas por essa segunda leva de processos seletivos foram: i. Instituições de Direito Civil (Edital n. 538/2018); ii. Direito Processual Civil (Edital n. 540/2018); iii. Fundamentos de Direito Privado (Edital n. 542/2018); iv. Direito Processual Penal (Edital n. 544/2018); e v. Direito Empresarial (Edital n. 546/2018).
56. Ver Unifesp, Atas das Reuniões Ordinárias do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Unifesp em 20 de março de 2019 e em 2 de dezembro de 2019.
57. Ver, nesse sentido, S. Adorno, *op. cit.*; A. Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 Anos de Ensino Jurídico no Brasil*; e J. M. de Carvalho, *A Construção da Ordem, Teatro de Sombras*.
58. Unifesp, *Projeto Pedagógico do Curso de Direito*, p. 19.
59. *Idem, ibidem*, p. 26.
60. *Idem, ibidem, loc. cit.*
61. G. Teubner (org.), *Juridification of Social Spheres: A Comparative Analysis in the Areas of Labor, Corporate, Antitrust and Social Welfare Law*.
62. Unifesp, *Projeto Pedagógico do Curso de Direito*, p. 26.
63. *Idem, Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*, p. 11.
64. *Idem, Projeto Pedagógico do Curso de Direito*, pp. 30-31.
65. *Idem, ibidem*, p. 32.
66. *Idem, ibidem, loc. cit.*
67. *Idem, ibidem*, p. 34.
68. O escopo de cada ênfase foi definido da seguinte forma no PPC: “*Ênfase em Direito das Políticas Públicas e da Regulação*: [...] proporcionará ao alunado um conhecimento aprofundado em questões teóricas e práticas relacionadas à organização do Estado, à relação entre Administração e administrados, à regulação das atividades econômicas e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, capacitando-o especialmente para a atuação, privada ou pública, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, instâncias legislativas, carreiras judiciárias, órgãos de controle da atividade governamental, organizações não governamentais e instituições de pesquisa. [...] *Ênfase em Direito das Relações Privadas e dos Negócios*: [...] oportunidade de concentrar a [...] formação com vistas à atuação profissional em Direito Privado e áreas conexas às relações privadas e aos negócios, que poderá ter como foco a advocacia empresarial, a advocacia consultiva ou contenciosa civil e os métodos alternativos de solução de conflitos (arbitragem, mediação e conciliação). [...] *Ênfase em Direito da Tutela Penal*: [...] formação focada em conteúdos teóricos e práticos que [...] propiciem tanto uma visão questionadora do sistema de justiça criminal quanto uma atuação profissional dirigida para a mudança. As oportunidades de atuação para estudantes que optarem pela ênfase são bastante diversificadas e podem estar na advocacia, nas carreiras públicas, em organizações não governamentais, em instituições de pesquisa e na vida acadêmica” (*idem, ibidem*, pp. 35-37).
69. *Idem, ibidem*, p. 111.
70. *Idem, ibidem*, p. 115.

71. Entende-se por racionalidade “consequencialista” o estudo ou a aplicação das normas jurídicas em que o Direito é abordado a partir dos “efeitos concretos de normas jurídicas e decisões judiciais sobre a organização social, econômica e política”, conforme M. Pargendler e B. M. Salama, “Direito e Consequência no Brasil: Em Busca de um Discurso sobre o Método”, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 262, jan. 2013, pp. 101-102.
72. *Idem, ibidem*, p. 128.
73. Unifesp, *Proposta de Curso Novo: Pós-Graduação em Direito*, p. 14.
74. *Idem, ibidem*, pp. 16-17.
75. S. C. N. Neder Cerezetti et al., *Interações de Gênero nas Salas de Aula da Faculdade de Direito da usp: Um Currículo Oculto?*, p. 112.
76. Cepi, *O Futuro das Profissões Jurídicas: Você Está Preparad@?*
77. *Idem, ibidem*, pp. 33-36.
78. K. L. Scheppelle, “Autocratic Legalism”, *University of Chicago Law Review*, n. 85, 2018, p. 545.

## **PARTE IV**

# ALUNOS, PROFESSORES E SERVIDORES: LUTAS E CAMINHOS

# 1

## Sindicato dos Trabalhadores da Unifesp (Sintunifesp): 41 Anos de Luta por Melhores Condições de Trabalho e por uma Universidade Comprometida com a População

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA  
UNIFESP (SINTUNIFESP)

### Apresentação

ESTE TEXTO É UMA HOMENAGEM À UNIFESP, a uma dimensão fundamental da comunidade universitária: os trabalhadores e trabalhadoras, servidores e servidoras técnico-administrativos em educação. Composto de

fragmentos de sua história, apresenta ao leitor e leitora o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Unifesp (Sintunifesp), entidade que representa essa importante categoria que chega aos 25 anos de Unifesp com cerca de cinco mil servidores e servidoras ativos.

A proposta realizada e aqui apresentada cruza trajetórias individuais de quadros do Sintunifesp com a trajetória da própria entidade, destacando os encontros e sobreposições de histórias individuais e coletivas, que constroem imaginários compartilhados pelos servidores e servidoras presentes ativamente na defesa das condições de trabalho da categoria e da autonomia e crescimento da universidade, recompondo momentos únicos do Sintunifesp, que completou, em 2019, 41 anos de existência e luta. A história da entidade é a história das pessoas que participaram e participam da defesa dos direitos dos servidores e servidoras, da educação e saúde públicas, da construção da universidade e de sua expansão. A história da Unifesp é também a história dos homens e mulheres que trabalham em seu cotidiano, nos diversos *campi* da universidade e no Hospital São Paulo (HSP).

Os fragmentos dessa história foram recolhidos a partir de memórias individuais, entrevistas informais com quadros protagonistas de suas histórias e da história de luta do Sindicato: Darlene Cristina Nery Rocha – assistente administrativa; Maria José Conceição dos Santos – auxiliar de enfermagem; Rodrigo Bizacho de Oliveira – auxiliar de enfermagem; e Nanci Pereira dos Santos – técnica de enfermagem. Os momentos de encontro foram balizados pela escolha de quatro grandes eixos temáticos: 1. a fundação da entidade; 2. a luta pela carreira do servidor e servidora técnico-administrativos em educação; 3. as conquistas recentes, considerando os últimos 25 anos; 4. o protagonismo das mulheres na luta política, no cotidiano da entidade e na construção da universidade. E o resultado assume a forma de parte da história coletiva do Sindicato, em que não pretendemos recompor todos os detalhes de sua rica trajetória junto à Universidade, nem mesmo apresentar os marcos oficiais documentados de sua constituição e atuação, mas sim garantir ao leitor e leitora, nesse momento de celebração dos 25 anos da Universidade, um encontro prazeroso com alguns de seus trabalhadores e trabalhadoras, suas vozes e histórias, apresentando e recordando um fundamental espaço de sua organização e identidade dentro da Unifesp: o Sintunifesp.



Parabéns, Unifesp! Parabéns, Sintunifesp! Leitor e leitora, desejamos a vocês uma ótima experiência! Boa leitura!

## A Fundação do Sindicato

“O Sindicato nasce como uma associação para dar suporte aos funcionários do Hospital São Paulo, para melhorar a intermediação com as chefias e para proteger o trabalhador, uma entidade fundamentalmente política” – Darlene Cristina Nery Rocha, servidora da Unifesp, assistente administrativa, coordenadora-geral do Sintunifesp.

“Nós começamos em cima do Banco do Brasil, éramos poucos, poucas pessoas, a gente se reunia ali para, praticamente, conversas informais, tínhamos ideias e colocávamos no papel, o que melhorar como funcionários, como dialogar e exigir das chefias etc.” – Nanci Pereira dos Santos, servidora da Unifesp, técnica em enfermagem, coordenadora do Sintunifesp.

A partir dos relatos das servidoras Darlene e Nanci, é possível identificar o início do que hoje conhecemos como Sintunifesp já na década de 1970, com a organização espontânea dos trabalhadores e trabalhadoras para discussão de suas condições de trabalho, de suas dificuldades comuns no cotidiano do Hospital e na cidade de São Paulo. A seminal associação denominada Associação dos Funcionários do Hospital São Paulo (Afosp), recordada e citada por Darlene, foi resultado dessa iniciativa de organização que buscou na institucionalidade a garantia de maior voz às demandas dos funcionários do HSP.

As dificuldades eram muitas dentro do Hospital: o diálogo com as chefias dos diversos setores era complicado pela constante expansão dos serviços, atendimento e funcionários, e, mesmo com a disposição de atender às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, as discussões eram exclusivamente individuais, completamente enviesadas pela diferença hierárquica. Assim, a Associação nasceu principalmente para ampliar e superar a distância entre funcionários e chefias, garantindo que as demandas fossem atendidas na ordem coletiva, considerando todo o corpo dos funcionários do HSP, mesmo com as especificidades de cada setor, e que a disparidade da hierarquia fosse parcialmente dissolvida para o melhor entendimento entre chefia, trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, sua

fundação já foi uma conquista em si. É importante destacar que, como lembra e cita Nanci, a Associação é resultado da organização e iniciativa da categoria, que antes mesmo de sua formalização já havia criado um espaço de encontro, discussão de pautas comuns e solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, que acabou sendo o primeiro espaço sede da Afosp.

Já no final da década de 1970, a seminal Associação muda de caráter e passa de Associação dos Funcionários do Hospital São Paulo para Associação dos Funcionários da Escola Paulista de Medicina (Afepam), uma alteração a princípio formal e superficial, mas que indica uma mudança mais profunda e estrutural nas relações de trabalho dos funcionários do HSP, que passam a ser absorvidos pela Escola Paulista de Medicina (EPM), numa iniciativa do governo e da gestão local de regularização dos trabalhadores na Escola e no Hospital, destacando, além de sua fundamental função de atendimento público no Sistema Único de Saúde (SUS), seu caráter universitário de formação de jovens na área da saúde, como médicos e enfermeiros.

Assim, os funcionários saem da folha de pagamento do HSP e passam para a EPM. Esse é um marco importante na história dos trabalhadores e trabalhadoras que hoje compõem o Sintunifesp, seja como parte da gestão ou da sua base, pois define uma de suas principais especificidades e idiosincrasias: a atuação sobreposta entre as áreas da saúde e educação, conformadora das lutas da categoria ao longo dos anos, especialmente nesse horizonte temporal dos 25 anos de Unifesp.

Se, a partir dos relatos colhidos para a organização deste texto, identificamos a estreita relação entre os trabalhadores e trabalhadoras da Unifesp e o HSP e sua organização espontânea em solidariedade às condições comuns de trabalho, podemos imaginar que o vínculo entre os funcionários deve voltar à fundação do próprio Hospital e da EPM nas décadas de 1930 e 1940. Contudo, para entender a centralidade dessa estreita relação e fundamentalmente a transição de vínculo dos funcionários do Hospital para a Escola, e nos situarmos melhor na linha do tempo, alguns marcos da própria EPM, após a sua fundação na década de 1930, devem ficar em evidência, pois reverberam, ainda hoje, de maneira significativa na organização dos trabalhadores e trabalhadoras: 1. a federalização da EPM em 1956 (Lei n. 2.712), que até então era sustentada por recursos privados e subsídios governamentais; 2. sua transformação em estabelecimento de ensino superior de natureza autárquica em 1964 (Lei n. 4.421); 3. sua transformação

em Unifesp em 1994 (Lei n. 8.957); 4. expansão *multicampi*, especialmente entre 2003 e 2012, que se estende até hoje.

Quando ocorreu, no final da década de 1970, a absorção dos funcionários do HSP pela EPM, recordada pelas servidoras Darlene e Nanci, a EPM já era uma instituição federal vinculada ao Ministério da Educação, e o HSP, ao Ministério da Saúde e à Sociedade Paulista de Medicina (SPDM). Logo, como categoria inicialmente de funcionários da saúde, agora servidores da educação, as dúvidas foram muitas: “Qual nosso vínculo? A quem respondemos? Com quem buscamos a defesa de nossos direitos? Agora somos o quê, trabalhadores da saúde ou da educação? Nossa chefia é do Hospital ou da Escola? Se perguntavam os funcionários em meio a essa transição”, relembra Darlene. Mesmo como servidores públicos federais, pois vinculados a uma escola federal, muitos ajustes locais precisavam ser feitos para a consolidação da identidade da categoria, principalmente com relação à consciência e clareza de seus próprios direitos e deveres. Durante boa parte da década de 1980, as pautas nacionais pouco eram reconhecidas, incorporadas pela categoria e reivindicadas em campo nacional; as pautas locais se sobressaíam, e os trabalhadores e trabalhadoras do HSP, agora da EPM, continuavam seus esforços de organização para consolidar sua identidade após tais mudanças estruturais. E assim o sindicato foi tomando forma em torno dessas questões de identidade local, afirmando as pautas locais de absorção e enquadramento, de reconhecimento dos novos deveres, de cobrança e negociação dos novos direitos.

Com essa significativa mudança, novos desafios se desenhavam, e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras exigiu um novo salto de qualidade para acompanhar essa nova conformação, o que leva a Associação a se organizar como Sindicato – ainda o Sindicato dos Funcionários da Escola Paulista de Medicina (Sinfepam). Como bem lembra Darlene, em torno de 1987 conquistam uma sede na rua Napoleão de Barros, com uma estrutura digna da história de união e luta das trabalhadoras e trabalhadores da Unifesp: um prédio cedido pela gestão da universidade, com o aval do Ministério da Educação (MEC), em reconhecimento ao movimento, às associações e ao nascente sindicato, e de seu legítimo papel protagonista de representação da categoria junto às demais instâncias locais, das escolas e do Hospital, especialmente nesse período de transição e absorção, em que o Sindicato atuou ao lado dos servidores e servidoras. A luta pela identidade

local estava parcialmente vencida, pois a sede é uma conquista simbólica entre diversas outras, uma vez que, se o sindicato cresce, e é formado pelos trabalhadores e trabalhadoras com espírito de colaboração e solidariedade, a organização e a consciência crescem entre eles, indicando que se sentem e se reconhecem parte de algo comum, e compartilham a função, os direitos e deveres de servidores públicos federais.

Em meados da década de 1980, a absorção dos funcionários já estava finalizada, e novos funcionários só assumiam funções por meio de concursos públicos. Logo reaparece a necessidade de um ajuste fino desses trabalhadores e trabalhadoras absorvidos, e a luta da categoria pela carreira tomou forma e passou ser a grande preocupação já como sindicato, representando os funcionários em patamares nacionais, uma vez que faziam parte de uma escola federal, autárquica, com servidores federais. Já no final da década de 1980 e início da de 1990, as escolas seguiam crescendo, assim como o HSP, atendendo à população e formando os jovens. Quando as escolas da saúde, entre elas a EPM, se transformaram em universidade para que seus aparatos legais acompanhassem seu crescimento, atendendo à demanda da população por uma maior variedade de oferta de cursos de ensino superior, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras seguiu essa expansão, e, no início da década de 1990, o Sinfepam se transforma em Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Unifesp, na nascente Universidade Federal de São Paulo.

Em 1994, com a transformação da EPM em Unifesp, a crise de identidade, expressa pela organização dos trabalhadores e trabalhadoras em transição e parcialmente superada por conquistas locais do movimento, foi retomada. A luta da carreira se estendeu por esse período, pois contradições como “onde estamos como trabalhadores? Se na saúde ou educação? Se atuamos localmente ou nacionalmente? Qual a natureza e as consequências dos novos vínculos com a Universidade?”, citadas por Darlene, reabriram a necessidade da organização sindical, para garantir o respeito aos trabalhadores e trabalhadoras. O Sintunifesp nasceu da progressão de toda essa trajetória, repleta de contradições e dificuldades, mas também de muita coragem e iniciativa da categoria.

Antes de avançarmos com os fragmentos da história coletiva do Sintunifesp pelo nosso segundo eixo temático, podemos destacar os seguintes pontos como identidade da organização dos trabalhadores e trabalhadoras da

Unifesp: 1. sobreposição entre as áreas da saúde e educação, entre o HSP e a EPM/Unifesp; 2. alternância entre questões e pautas locais, exclusivas do Hospital Universitário e da Unifesp, e nacionais, relativas à categoria de servidores federais. E a bandeira que sintetiza e expressa essas características da categoria é a carreira.

As reivindicações e a luta pela carreira, que serão tratadas com maiores detalhes no tópico seguinte, garantiram, com o processo de enquadramento dos servidores e servidoras, ganhos materiais significativos, salariais, para os funcionários em transição, assim como a consideração de sua formação para reconhecimento dos ganhos, além da consolidação da identidade dos funcionários como categoria de servidores públicos federais, constituindo, assim, um eixo fundamental para compreender a história da Unifesp e do Sintunifesp pela perspectiva de seus trabalhadores e trabalhadoras.

## A Construção e Defesa da Carreira

“Quando eu entrei na Universidade em 24 de agosto de 1994, ainda estava começando o início de Universidade plena, que era Escola Paulista de Medicina e de Enfermagem e em 1994 se transformou em Universidade Federal de São Paulo. Os servidores estavam em um momento de greve, e logo que tomei posse, comuniquei minha chefia do centro cirúrgico que iria para o movimento, já era o Sintunifesp, era uma greve bem conjunta com movimento estudantil e os docentes. As pautas eram locais e nacionais, muito mais nacionais em determinado ponto, dada a necessidade do próprio crescimento em curso. E a carreira estava entre elas, pois ainda não tínhamos, naquela altura era apenas cargo único” – Maria José Conceição dos Santos, servidora da Unifesp, auxiliar de enfermagem, coordenadora da Comissão Interna de Supervisão de Carreira – CISPCCTAE/Unifesp.

A bandeira da luta pela carreira faz parte da constituição da vida profissional dos servidores técnico-administrativos em educação da Unifesp. A absorção dos funcionários do HSP pela EPM gerou um conflito de identidade local e contradições na atuação e função entre a saúde e a educação, dando forma a um importante movimento político da categoria: a construção da carreira para além do cargo único, com reconhecimento das especificidades das funções, cargos, ambientes de trabalho e formação.

Essa luta pelo reconhecimento e ampliação dos direitos dos servidores, que mudaria significativamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras da

universidade, ganha corpo logo no início desses 25 anos da Unifesp. Se identificamos no período anterior os elementos que deram contorno a essa pauta, na absorção pela EPM, é com a transformação das escolas em universidade, em 1994, que a carreira entrou no foco e tornou-se uma das mais importantes pautas nacionais dos movimentos políticos dos servidores federais. Vale o destaque para a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que levou a pauta nacionalmente, representando mais de 150 mil trabalhadores e trabalhadoras, e fez e faz parte da história do Sintunifesp por seu vínculo e apoio à entidade associada.

No final da década de 1980, em torno de 1986, como bem lembram as servidoras Nanci e Conceição, já estava estabelecida uma comissão institucional como espaço de estudo e diálogo sobre a carreira dos servidores em meio a essas transições, denominada Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA), atuando em diálogo com a gestão da Escola e, posteriormente, da Universidade e com os próprios servidores eleitos pelos pares.

Durante a década de 1990, com a efetiva transformação da EPM em universidade federal, e ao mesmo tempo com um governo federal que colocava amplas barreiras ao desenvolvimento da educação pública superior, assim como das condições de trabalho dos servidores, o plano de carreira voltou a ser um aspecto central na pauta de reivindicação nacional dos técnicos administrativos em educação. As grandes mobilizações desse período, como bem lembra Conceição, exigiram que os trabalhos da Comissão já existente ampliassem o escopo do plano de cargos para efetivamente um plano de carreira, e essa passou a ser a grande demanda dos trabalhadores e trabalhadoras da Unifesp, bandeira do sindicato já na conformação Sintunifesp.

“Um plano complexo, pois tínhamos mais de trezentos cargos, foi em 1998 que se aprofundou o plano de carreira ainda no âmbito da CPPTA, antes era apenas um plano de cargos pouco discutido com a categoria. A Comissão era formada por servidores eleitos e gestores, que dialogava com a Fasubra, norteadas pelo reitor. O diálogo e luta se estenderam por muito tempo, tanto local quanto nacionalmente, desde 1986 até sua aprovação em 2004” – afirma Conceição.

Nesse período, a luta pelo plano de carreira, como lembra Conceição, buscava um piso salarial, já que no plano único o vencimento básico era muito baixo, e o salário era complementado por gratificações muito frágeis, pois não eram direitos conquistados como salário real do servidor. Num primeiro momento, o cargo único passou a ter suas gratificações divididas em três níveis, segundo exclusivamente o critério de escolaridade: nível de apoio – NA (ensino fundamental); nível médio – NM (ensino médio); e nível superior – NS (ensino superior). Era um enquadramento rígido, não havia progressão por capacitação ou tempo de serviço, nem reconhecimento das diferenças dos ambientes de trabalho.

Assim avançou a proposta de carreira em três pontos principais: 1. reconsideração da formação escolar e acadêmica, aceitando cursos técnicos e pós-graduação, além de progressão dos níveis; 2. complexidade do cargo e função profissional; e 3. complexidade também dos ambientes organizacionais.

Conceição destaca mais dois períodos importantes que anteviram a conquista da carreira pelos servidores técnico-administrativos em educação em 2004: o final do ano de 2001 e o início de 2002. Com uma mobilização e greve histórica em 2001, em que a universidade pública sob ataque era defendida pela comunidade e exigiam-se do MEC melhores condições de trabalho para os servidores, finalmente foi conquistada a incorporação das gratificações no vencimento básico dos servidores, ou seja, uma ampliação significativa no salário real da categoria.

“Foi uma greve em que conseguimos as incorporações das gratificações, transformadas em salário real, de fato, conquistamos também junto ao ministro da época uma abertura de concursos públicos para universidade. Foi uma greve histórica de meses, quase seis meses de greve. Nessa época o Sintunifesp teve papel fundamental, já reconhecido no plano nacional, atuando junto à Fasubra” – assim lembra Conceição.

Nesse período de mobilização da categoria, outra conquista foi lembrada pela servidora de maneira bastante positiva. No entanto, a reabertura de concursos públicos pelo então ministro da Educação e pela superintendência do HSP veio com uma contrapartida difícil, que foi a redução dos funcionários celetistas, fruto daquele período de absorção e enquadramento, e a categoria ficou dividida em dois regimes distintos, de servidores e celetistas, e o

governo aproveitava a divisão para enfraquecer a unidade dos trabalhadores em sua luta por melhores condições de trabalho. Mais uma vez, a união e organização da categoria fez a diferença para atenuar essa disputa e garantir o crescimento da universidade sem comprometer os trabalhadores e trabalhadoras. O Sintunifesp ofereceu cursos preparatórios, e muitos celetistas conseguiram passar no concurso e alterar seu regime de contratação, seguindo como servidores dentro da Unifesp.

“Aí o Sintunifesp entra com honraria, organizando e contratando professores de português, uma renomada professora da Unicamp, de informática com professor voluntário do departamento de informática e saúde, e matemática, que eu mesmo oferecia dada minha formação. Um reforço para que os trabalhadores e trabalhadoras CLT conseguissem prestar o concurso em melhores condições. Dávamos aulas de final de semana com auditório lotado. E funcionou, muita gente entrou nos mais diversos cursos. Para nós era angustiante ver os concursos abertos às custas de demissão dos celetistas” – relembra Conceição.

Em 2002, a luta pela implementação da carreira, agora sedimentada sobre as conquistas do período anterior, ganhou novo fôlego com a eleição de um governo que indicava maior abertura de diálogo com os trabalhadores. Mas a luta seguiu, e a aprovação veio apenas em 12 de dezembro de 2004, com mobilização e uma greve nacional, também histórica pela aprovação da carreira, da qual se lembra com orgulho Conceição, parte da direção do Sintunifesp na época. Nesse plano de carreira conquistado, fruto da luta desde 1986, foram reconhecidas as formações de maneira mais ampla, com escolaridade e vivência profissional (complexidade do cargo e experiência adquirida no cotidiano), além da possibilidade de progressão e evolução.

Com a carreira aprovada, começou um novo período de enquadramento: a segunda etapa da carreira, que teve início em 2005, para saber em que patamar o trabalhador já se encontrava e também com que capacitação poderia progredir na carreira, além do tempo de casa. Também se iniciaram os trabalhos da Comissão Interna de Supervisão de Carreira, criada por portaria nacional, que acompanhará a vida funcional dos servidores técnico-administrativos em educação, nas áreas de Recursos Humanos de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino, como afirma Conceição. Em 2007, com nova mobilização e greve da categoria, os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram a redução dos interstícios de tempo de cargo para evolução na carreira, que baixaram de dois anos para



um ano e meio, assim como um plano de saúde suplementar. Em 2012, com nova mobilização e greve nacional, mais uma vitória: o reconhecimento da qualificação por titulação excedente à exigência do cargo.

Todo esse processo demonstra a enorme capacidade de organização das trabalhadoras e trabalhadores da Unifesp para analisar criticamente sua situação profissional em meio a mudanças institucionais significativas, discutir propostas e soluções coletivas para melhores condições de trabalho, bem como o papel do Sintunifesp como espaço aglutinador de forças. Um ganho para a própria categoria dos servidores técnico-administrativos, e também para a universidade e o HSP, uma vez que seus funcionários tinham incentivos para capacitação e formação, garantindo o aumento de seus ganhos materiais e, ao mesmo tempo, ampliando e melhorando a qualidade do serviço oferecido à população.

Em meio a esse período de importantes conquistas ligadas à carreira do servidor técnico-administrativo em educação, a Universidade passava por outro fundamental processo de transformação: a expansão *multicampi*. Os cursos oferecidos foram multiplicados para além da área da saúde, e foram inaugurados *campi* por toda a Grande São Paulo, na Baixada Santista, Guarulhos, Diadema, São José dos Campos, Osasco e, mais recentemente, na zona leste. A categoria saiu do eixo Hospital-Escolas da Saúde para os *campi* de diversas naturezas do conhecimento, ampliando a gama das funções dos servidores. Muitos empregos foram gerados, e o ensino superior ganhou em ampliação do acesso à população.

A expansão da Unifesp é um capítulo à parte, importante para a universidade pública, para a educação superior nacional, completamente apoiada pela categoria de trabalhadores e trabalhadoras da Unifesp, organizada como Sintunifesp. O Sintunifesp participa ativamente desde o início da discussão de expansão na esfera local, defendendo as dimensões de criação de emprego e acesso ao ensino superior, além da ampliação da própria categoria de técnicos administrativos em educação. Defesa que hoje assume também a pauta da consolidação desses *campi*, com mais recursos federais destinados a eles e ampliação do quadro de servidores para acompanhar o crescimento do número de estudantes e docentes.

É evidente que, com a expansão da Universidade, as contradições se acirram, e a trajetória própria dessa categoria dentro da Unifesp, que tem um vínculo muito forte com o HSP e a luta pela identidade profissional na EPM,

cobra seu preço. Desde então, o Sintunifesp assume esse grande desafio que é representar os servidores não só do *campus* São Paulo e do HSP, mas também dos demais *campi*. Essa luta estende-se até hoje, e mais uma vez a pauta da carreira, sob os cuidados de nova comissão independente, a Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS/PCCTAE/Unifesp), que acompanha seu desenvolvimento, é importante, pois constitui um ponto de encontro de servidores com funções muito distintas e até geograficamente separados, ainda que sob a mesma Universidade.

A carreira torna-se um marco de síntese da identidade da categoria e uma conquista que liga esse período recente, de 25 anos de Unifesp, à trajetória anterior da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, de sobreposição das áreas da saúde e educação, além de ser o ponto de partida e de encontro para os futuros desafios de luta de uma categoria *multicampi*. A partir daí, muitas outras conquistas, fruto da organização dos servidores, foram alcançadas, e destacamos uma delas no tópico seguinte: a flexibilização da jornada, mais conhecida como a luta pelas trinta horas.

## As Conquistas Recentes: Flexibilização da Jornada

“Eu entrei na Unifesp em março de 2003, estava num período de greve e o pessoal do Sintunifesp já me alertou que desde o primeiro dia de trabalho já teria o direito de greve garantido. Fui acompanhando os movimentos de greve e participando aos poucos para aprender sobre a categoria e sobre as questões políticas, na maioria das vezes como servidor da base e não da gestão do sindicato, auxiliando o Comando de Greve junto ao Sintunifesp. Participei da gestão entre 2012 e 2013 e após um período de afastamento retornei, em 2015, em um momento de grande mobilização e greve, fui ganhando confiança nas rodas de conversa organizadas pelo sindicato e me senti à vontade de participar mais, junto da base, do comando e da direção do sindicato. Entrei junto aos companheiros e companheiras na linha de frente nas reivindicações das trinta horas” – Rodrigo Bizacho de Oliveira, servidor da Unifesp, auxiliar de enfermagem, membro da Comissão 30 Horas – Hospital Universitário.

A pauta da flexibilização da jornada dos servidores e servidoras da Unifesp, mais conhecida como 30 Horas, foi unanimidade entre os entrevistados como maior destaque das lutas e conquistas recentes. Assim como a luta pela carreira, a flexibilização da jornada foi fruto de um longo período de negociações entre a categoria organizada, o próprio sindicato e os

gestores e chefias. Uma diferença importante da pauta das trinta horas em relação à luta da carreira é que a conquista desta última tornou-se lei e foi obrigatoriamente implantada em nível nacional. Imediatamente após sua publicação, iniciou-se um novo período de enquadramento dos servidores e servidoras, cabendo a uma comissão independente acompanhar o processo e as lutas futuras pelo ajuste fino de melhores condições de progressão e evolução. Já a flexibilização da jornada de trabalho foi conquistada parcialmente na figura de decreto publicado em 2003 (Decreto n. 4.836, que altera artigos do Decreto n. 1.590, de 1995), que qualifica a conquista das trinta horas pelos servidores federais, entretanto deixa sua implementação facultativa aos órgãos centrais das universidades. E essa determinação legal fez toda a diferença, pois, mesmo sendo garantida nacionalmente pelo decreto, a implementação efetiva das trinta horas dependia das negociações locais, e a luta se estendeu por mais de quinze anos.

O servidor Rodrigo relembra o período final da luta, em que a conquista efetivamente aconteceu para um setor específico do HSP, a enfermagem, e posteriormente seu desdobramento por todos os setores do Hospital, garantindo as trinta horas para um número significativo de servidores e servidoras, e ainda abrindo um precedente jurídico e político importante para toda a Unifesp e as demais universidades federais.

A bandeira e pauta da flexibilização da jornada de trabalho conquistada na figura de um decreto federal em 1995, alterado em 2003, é efetivamente uma garantia aos servidores e servidoras de uma jornada reduzida a trinta horas semanais e de um número de folgas diretamente relacionado a sua jornada semanal, levando em consideração um período de ajuste ampliado, seja mensal ou anual, para melhor funcionamento dos setores, desde que atendessem a critérios específicos, como doze horas de trabalho ininterrupto ou trabalho noturno. Antes da sua implementação, os trabalhadores estavam atuando mais do que o previsto em sua jornada obrigatória, sem direito a folgas proporcionais.

O relato de Rodrigo recompõe a luta no ano de 2015, em que uma grande mobilização e greve da categoria em âmbito nacional reivindicou pautas salariais, de carreira e também de jornada, mas, com uma negociação muito difícil junto ao governo, não alcançou grandes êxitos. Contudo, a pauta das trinta horas mobilizou localmente a categoria com muita força, expressando a demanda de parcela significativa dos funcionários e funcionárias da Unifesp.

Desse modo, ao final da greve nacional, os servidores e servidoras reunidos em assembleia decidiram manter a mobilização e greve pela pauta local da flexibilização da jornada, como narra Rodrigo.

“Uma das coisas que marcou a categoria nesse momento de luta foi uma assembleia realizada no primeiro andar do Hospital São Paulo, em frente à sala da direção, em que fizemos uma intervenção com colchões e cartazes para mobilizar a categoria. E as pessoas começaram a aderir, e a assembleia que estava marcada para o anfiteatro Lemos Torres aconteceu improvisada ali mesmo juntando mais de 250 servidores e servidoras, uma assembleia que poucas vezes vi tão cheia. Ali decidimos continuar uma greve local pelas trinta horas, até a conquista” – relata Rodrigo.

Nessa mobilização de 2015, foi conquistada a Comissão Especial 30 Horas Hospital Universitário, complementar à Comissão 30 Horas já existente. Rodrigo relembra e pontua que a luta pelas trinta horas na Unifesp se iniciou muito antes de 2015, no ano seguinte à publicação do decreto, em 2004. Entretanto, começou com alguns vícios próprios de uma categoria tão ampla e diversa como a dos técnicos administrativos em educação, como vimos no item anterior, e, mesmo com a implementação de um projeto piloto, não conseguiu incluir os servidores do Hospital, muitos dos quais faziam jornadas diárias de doze horas sem direito às folgas proporcionais. Nesse período, além da inerente dificuldade da categoria de acomodar as diferenças dos próprios trabalhadores, a gestão não reconhecia a pauta como legítima e dava pouco espaço ao diálogo. E logo a flexibilização da jornada voltou à estaca zero de trabalho e negociações.

Sobre esse momento da luta pelas trinta horas, anterior ao período mais recente narrado por Rodrigo de 2015 a 2018, relembra Conceição que em 2004 houve formação de grupos de trabalho da categoria organizada para discutir com os gestores da Universidade e do Hospital a melhor forma de implementação das trinta horas. Havia um projeto de implementação criado pelos servidores com participação de representantes do Sintunifesp, pronto em novembro de 2004, para todo o hospital universitário, o qual foi apresentado aos diretores dos setores, como o de enfermagem, e à superintendência do HSP. Naquele ano, a Assembleia que pautou exclusivamente a implementação das trinta horas teve, nas diferenças de regime de trabalho entre celetistas e servidores, uma enorme barreira para lidar com essa implementação. A categoria dividida entre esses regimes

dificultou a implementação naquele momento, e o projeto retornou aos grupos de trabalho. E, com a expansão da Unifesp, outras pautas tornaram-se prioridade entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Conceição relembra que, com a incorporação dos servidores e servidoras dos demais *campi*, a luta ganhou muito nos anos seguintes, com a participação de Guarulhos, Baixada Santista e Diadema. O grupo de trabalho seguiu suas atividades entre 2004 e 2014, mas apenas em 2015 a pauta voltou com força e centralidade com a categoria organizada, foi institucionalizada pela ampliação das Comissões de Trabalho e reconhecida pela gestão do Hospital e da Universidade como reivindicação legítima.

Em 2015 e 2016, nas mobilizações que Rodrigo relembra e em que atuou como protagonista na Comissão Especial e no Comando de Greve, a categoria buscou superar alguns vícios incorporando setores do Hospital com extrema dificuldade em suas jornadas, especialmente os enfermeiros, e aos poucos foi conseguindo conquistas parciais, por exemplo uma folga a mais, jornadas diárias de seis em vez de sete horas, e sedimentando o terreno para a completa e generalizada flexibilização da jornada para trinta horas. Rodrigo destaca que, ao final do período de greve, alguns setores já realizavam as trinta horas, por exemplo os ambulatorios, fruto da luta e de muita negociação com os gestores. As conquistas são lembradas como parciais, pois as trinta horas não estavam generalizadas pelos setores, e por vezes nem completas para um mesmo setor, que podia ter servidores trabalhando em jornadas distintas entre seis e oito horas diárias, entre trinta e quarenta horas semanais.

O grande objetivo da categoria se traduziu, inicialmente, pelos trabalhos da Comissão Especial 30 Horas – Hospital Universitário, na conquista de dez folgas mensais, o que, dada a complexidade dos cargos e de cada setor, poderia significar um ajuste variado de horas de trabalho diário e semanal, desde que respeitadas as necessidades do setor e as dez folgas mensais dos trabalhadores e trabalhadoras. A negociação com conquistas parciais, mas sem a implementação generalizada das trinta horas por todo o Hospital, se estendeu de 2015 a 2017, com atuação dos membros das comissões, da gestão do Sintunifesp e do comando de greve quando a mobilização atingia esse patamar.

Rodrigo relembra que o ponto de virada foi a greve iniciada em 2017 com uma pauta nacional central, a oposição à reforma da previdência do governo,

mas com diversas pautas locais, entre elas a de trinta horas em destaque. Como poucas vezes se viu no Sindicato, a categoria decidiu, pela gravidade da situação nacional e local, manter-se mobilizada e em greve no período de recesso. Assim, a greve nacional durou cerca de um mês e meio, e mais uma vez se estendeu apenas com a pauta local das trinta horas por mais um mês e meio, completando três meses de greve em 2017.

“Nessa greve foi cada vez menos pessoas participando, principalmente porque pegou um recesso, mas o que mais me marcou foi que as pessoas estavam mais comprometidas e a gente fechou o grupo, seja com dez, com cem ou cinquenta a gente vai continuar até o fim, fechamos com a gestão do Sintunifesp, do final de 2017 e início de 2018, para buscar a conquista para toda a categoria, porque as trinta horas vai ter que sair. O ponto alto antes do recesso foi aquela manifestação que alugamos um ônibus de som e realizamos um ato em torno do HSP e até a reitoria. Chamamos a atenção da população, usuários do hospital para as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, foi muito importante” – relembra Rodrigo.

Em janeiro de 2018, as negociações avançaram, e, numa reunião aberta na presença dos servidores e gestores da Universidade e do HSP, os cálculos realizados pela Comissão foram apresentados de forma mais completa, levando em consideração a necessidade da flutuação das folgas mês a mês (dados os feriados e fins de semana), garantindo no ano, ao mesmo tempo, o funcionamento pleno dos setores, sem a necessidade de novos servidores ou a realização de horas extras, e a jornada flexibilizada aos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse momento, a gestão começou a entender a possibilidade de generalizar as trinta horas dentro de todo o Hospital, e a disposição da gestão ao diálogo, a luta da categoria organizada, do Sintunifesp, e os trabalhos das Comissões foram fundamentais para esse momento final antes da conquista.

“As comissões que levaram a luta pela via institucional, com a categoria unida e organizada, merecem um destaque pelo seu grande esforço e comprometimento ao trabalho, a Comissão Especial 30 Horas-HU, aos companheiros e companheiras da primeira composição, Zezinho, Renata, Socorro, Júlio, Gerson e Natalício de suplente, e especialmente da segunda composição com quem convivi mais, Antonio, Júlio, Paulo, Judinilse e Clispim de suplente. E também os colegas da Comissão de Folgas que também fiz parte, no princípio Zezinho, Cecília e Andressa, depois os primeiros substituídos por Diva e Antônio. Todos e todas com sua participação nas ideias, na resolução e na dedicação de fechar o grupo para finalizar a luta e conquistar as trinta horas” – destaca Rodrigo.

Rodrigo lembra que nesse período o cálculo de folgas foi essencial para a negociação, especialmente com a direção de enfermagem, um setor que ainda tinha grande dificuldade de implementar a jornada flexível. Nessa altura, muitos setores a praticavam, como a farmácia central, mas ainda faltavam a nutrição, o laboratório central, o administrativo e a enfermagem. Assim, nesse momento, a enfermagem passou a ser o foco estratégico da luta e negociações, pois a comissão e o comando avaliaram que, por sua complexidade, se esse setor conseguisse, os outros seguiriam com mais facilidade. E assim foi feito e conquistado, com grande comprometimento da categoria em fazer com que setores funcionassem com uma jornada mais digna aos trabalhadores e trabalhadoras, conforme já indicava o decreto de 2003.

A conquista foi comunicada pela reitoria à comissão, com documento assinado pela gestão afirmando que, no que dependesse dos órgãos centrais, estavam implementadas as trinta horas para o HSP, e, em uma histórica assembleia, a categoria pôde comemorar mais essa conquista.

“Saiu em 2018, a reitora soltou o documento um pouco antes da assembleia que chamamos com urgência, porque já estávamos com muito tempo de greve, todo mundo muito cansado e a gente falou para categoria que teríamos uma notícia urgente, não começou no horário porque a reunião das trinta horas atrasou e nessa reunião chegou o documento para os gestores que estava fechado, não tem mais o que contestar, eles vão fazer dar certo e acabou. Chegou aonde queríamos e quando estávamos em assembleia chegou esse documento, a gente anunciou pra todo mundo, foi um dos momentos mais emocionantes para mim principalmente, que encarava como questão de honra. Nós comemoramos bastante, a categoria merecia isso” – relembra Rodrigo.

A luta pela flexibilização da jornada continuou após a conquista do setor de enfermagem, e em menos de um ano as trinta horas estavam estendidas e incorporadas pela nutrição, lavanderia e setores administrativos, contemplando todos os setores do HU e consolidando a conquista.

A conquista da flexibilização é considerada uma vitória fundamental para a categoria nesse período recente. Contudo, essa luta não se encerra em 2018 com sua implementação no HSP, como afirma Rodrigo, pois a Comissão ainda negocia a continuidade de seu trabalho com ampla representação da categoria, e não só de gestores, e já prevê atuação num período próximo de balanço da experiência. A história da categoria organizada ensina que a luta

por melhores condições de trabalho deve ser permanente, assim como a vigilância pela continuidade e manutenção das conquistas, e, nesse sentido, o Sintunifesp continua seu trabalho. No ano de 2019, as Comissões 30 Horas Permanente e Especial-HU foram unificadas na Comissão Única de 30 Horas, e a categoria segue organizada pelo processo de avaliação da flexibilização da jornada.

## O Protagonismo das Mulheres

“Inclusive essas mulheres formaram uma comissão fundamental para as conquistas da carreira de toda a categoria, elas sempre presentes. Tudo mulher, sempre mulher na frente. Tudo o que aconteceu aqui na frente de nossa entidade, a cabeça foi as mulheres, hoje você vê aqui na diretoria a maior parte é mulher, todas as diretorias, se você pegar a composição, a maioria é mulher” – Nanci Pereira de Oliveira, servidora da Unifesp, técnica em enfermagem, coordenadora do Sintunifesp.

Durante esse trabalho de conversas informais com os servidores e servidoras da Unifesp, o protagonismo das mulheres aparece com muita força. Dos quatro nomes aqui entrevistados, três são mulheres, e isso não é acaso ou uma escolha arbitrária: elas são maioria e têm enorme força na luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Unifesp. Todas as gestões do Sintunifesp e das associações que o precederam, lembradas aqui neste trabalho, tiveram pelo menos uma mulher em posição de destaque e liderança. E, mesmo quando, nos anos 1960, se pensou uma associação que reunisse servidores e professores, uma das protagonistas foi Yvone Fatibbene, secretária da gestão Marcos Lindenberg, afastado pela ditadura assim como ela, que viveu no exílio por alguns anos<sup>1</sup>. Aquela primeira associação não vingaria devido ao Golpe, mas a ideia de uma associação de servidores vingou e foi contada aqui.

Os nomes relembrados no eixo temático da fundação da entidade, nas figuras das associações, são de maioria feminina. Na luta da carreira, as mulheres estavam e estão presentes com força, seja como base organizada, seja como coordenação do Sintunifesp. O cotidiano da Unifesp e do Sintunifesp ao longo desses 25 anos é marcado pela sua força, assim como a luta política por melhores condições de trabalho foi protagonizada ao longo



dos 41 anos da entidade por mulheres, com coragem, disponibilidade e resiliência para cumprir sua jornada na Universidade e no Hospital. Muitas ainda têm a jornada em casa e os cuidados com os filhos, e ainda assim fazem a maior associação sindical da Unifesp acontecer.

A servidora Nanci relembra que, na fase inicial de organização das associações, em que a categoria se organizava espontaneamente para conversas informais, as mulheres tiveram papel central no acolhimento dos servidores e, além da nascente associação, conseguiram formar uma cooperativa de crédito para auxiliar os servidores e servidoras em momentos de dificuldade.

Conceição lembra que as primeiras formações das Comissões pela carreira tinham mulheres em posição de destaque, eleitas pela categoria para atuar junto a gestores, em sua grande maioria homens, lembrando que a Unifesp foi ter a primeira reitora mulher apenas em 2013. As mulheres compondo a comissão foram representar os servidores e servidoras em Brasília, no Ministério da Educação, e muitos dos projetos desenvolvidos pela Unifesp com forte presença das servidoras tornaram-se modelo para outras universidades federais. É evidente a confiança de toda a categoria organizada ao elegê-las, bem como a sua capacidade de lidar com um ambiente de negociações masculino, avançando nas pautas e alcançando importantes conquistas para a categoria.

O protagonismo das mulheres é parte da história da entidade, está na sua fundação e em toda a sua trajetória de luta, e ainda se reflete no presente, na atual gestão do Sintunifesp, composta de onze mulheres, entre elas duas coordenadoras gerais. Há ainda uma coordenação exclusiva para as pautas das mulheres na atual conformação do sindicato, a pasta “Coordenação da Mulher Trabalhadora”, conquista da luta, do reconhecimento de que há pautas exclusivas das mulheres, que infelizmente ainda sofrem violência simplesmente por serem mulheres. A história dos 25 anos da Unifesp, pelo prisma de servidores e servidoras organizados sob a entidade sindical Sintunifesp, teve e tem a força e liderança das mulheres. Sintunifesp presente na luta! Juntos e juntas somos mais fortes!

- 
1. Essa história está contada em detalhes no Relatório da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, da Unifesp.

## 2

# Expansão da Unifesp: Inclusão e Diversidade

IRIS VITORINO DOS SANTOS • MURIEL CRISTINA VIEIRA

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS SEMPRE MANTIVERAM um compromisso social em relação à produção científica, legando a nós, cidadãos, novos horizontes de progresso nas suas mais diversas áreas de atuação. Não à toa, elas estão entre as melhores do mundo<sup>1</sup>, e a Unifesp, com a dedicação e qualidade que possui desde a sua fundação até os dias atuais, após a federalização e expansão, também compõe esse *ranking*.

É importante destacar o papel que a universidade tem e seu real desempenho como espaço de expansão democrática.

Nos tempos recentes, criaram-se muitos mitos sobre as universidades públicas, e cada um deles se propôs a tentar, com base em *achismos* e equívocos, supor o seu funcionamento, quem são seus agentes e frequentadores, como eles se ocupam e o que produzem – em alguns casos,

sugeriu-se inclusive que não produzem. Essa leitura representa uma ameaça aos espaços universitários públicos, visto que ignora toda a trajetória de sua atuação direta com a sociedade, fornecendo médicos, professores, e os mais diversos profissionais capacitados, que dedicam sua vida toda a atuar em projetos sociais.

Infelizmente, necessitamos reconhecer que o que levou alguns setores da população a crer nessas suposições mal-intencionadas foi um progressivo isolamento da universidade, que há tempos tem dialogado apenas com seus pares e, assim, pouco permite que seus resultados cheguem a todos. Esse mesmo desconhecimento embasou o que talvez seja um dos mitos mais injustos: a ideia de que o ensino superior público atende apenas aos ricos, ocupando o espaço daqueles que não têm condições de manter seus estudos e, por isso, recorrem a empregos cansativos e a faculdades particulares de baixa qualidade. Portanto, nessa lógica, a universidade pública deve acabar, já que não atende à população e representa apenas um gasto socialmente desnecessário.

Entretanto, se por muito tempo os estudos, de forma geral, eram oferecidos apenas às elites, fato é que esse quadro se alterou substancialmente, em especial após a expansão das universidades federais. A Unifesp foi uma das pioneiras em ações afirmativas, ajudando a comprovar que o ensino público superior tem se tornado mais democrático, não apenas preocupando-se em gerar vagas, mas também em manter e auxiliar os novos alunos, como melhor exporemos a seguir.

Nós, como alunas de graduação do curso de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Unifesp, somos fruto dessa expansão, não apenas por nossa formação se dar em um dos *campi* que nasceram em 2006, já como parte de uma Unifesp consolidada e respeitada, mas por integrarmos o grupo de alunos que ganharam espaço na Universidade justamente por seu esforço em tornar-se cada vez mais democrática. Diferentemente do que se escuta à revelia, em discursos vazios, somos a comprovação de que o ensino público superior não se constitui apenas de alunos abastados, mas, também, e talvez essa venha sendo uma das grandes forças que impulsionam a universidade, de pessoas comuns, que conquistaram uma vaga em uma das melhores universidades federais do Brasil, estando entre as seis melhores da América Latina<sup>2</sup>.

Buscaremos, portanto, estabelecer um paralelo entre a história da expansão da Unifesp e nossas próprias histórias de vida, abordando os percursos que nos trouxeram até esse espaço e o que ele tem nos proporcionado, tanto no que se refere ao nosso desenvolvimento profissional quanto à nossa formação como pessoas. Pretendemos também destacar a maneira como a expansão da Unifesp trouxe benefícios para a instituição, visto que seus novos braços puderam abarcar, social e academicamente, mais áreas do conhecimento, tornando-a ainda mais participativa, crítica e articulada com a sociedade, o que vem lhe valendo excelentes resultados.

Por óbvio que, como estudantes do *Campus* Guarulhos, nosso ponto de vista estará mais alinhado às experiências lá vividas, contudo vemos nisso também uma oportunidade de convidar todos os leitores para que, por meio de nossas histórias e da compreensão de quem somos, possam também vislumbrar o papel exercido pela Unifesp entre a população.

## Expansão: Dados e Impactos

O processo de expansão do ensino superior não se deu somente na Unifesp. Trata-se de um projeto idealizado pela Unesco<sup>3</sup> no final da década de 1990 e executado pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) e pelo Ministério da Educação (MEC), contemplando todas as universidades federais brasileiras. Porém, apesar de ser colocado, de fato, em prática no início do século XXI, há indícios de debates sobre temas que nortearam a expansão universitária já na década de 1980.

Em 1985, com a apresentação do relatório final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior<sup>4</sup>, o tema “democratização do ensino” entrou em debate, sendo detectadas algumas necessidades de mudanças no sistema de ensino superior, que consistiam em: enriquecimento na formação de professores; expansão da pesquisa de cunho educacional; adesão a métodos não convencionais de ensino; e expansão do acesso ao ambiente universitário.

Com a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, o debate sobre a democratização do ensino tomou proporções mundiais. Baseando-se no artigo 26 do § 1º da Declaração Universal dos Direitos

Humanos, a Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI debateu, sobretudo, os meios de fazer uma reforma que viesse a abranger uma maior parcela da população mundial.

Segundo o balanço social elaborado pelo MEC, a expansão universitária no Brasil ocorreu em três fases: interiorização; reestruturação e expansão; e desenvolvimento regional e programas especiais<sup>5</sup>. Ao analisarmos os documentos, podemos notar que, inicialmente, havia uma pretensão muito maior de expandir as universidades num quesito quantitativo, levando ao seu crescimento e ao de seus *campi*, bem como ao surgimento de novas áreas do conhecimento dantes não exploradas no Brasil.

Com o passar do tempo, foi possível identificar uma mudança no conceito de expansão universitária, e isso pôde ser detectado até mesmo nos debates internos da Unifesp, documentados por atas<sup>6</sup>. Iniciava-se um período em que a expansão tinha um sentido de ampliação com caráter mais inclusivo.

Ao analisarmos o histórico da Unifesp, deparamos com sua atuante participação na sociedade, pela prestação de serviços em saúde e outras áreas do conhecimento. Um exemplo disso foi a contribuição da Escola Paulista de Medicina (EPM) em inovações para a saúde paulistana a partir da firmação de convênio com o Hospital Vila Maria, em 1994. Porém, com a expansão da Unifesp e seus *campi*, uma integração mais ampla com a sociedade pôde ser construída, e segue sendo reconstruída frequentemente de acordo com as necessidades sociais.

Em 1995, quando houve o primeiro censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), havia, no Brasil, 72 instituições públicas de ensino superior, dentre as quais somente 39 eram instituições federais<sup>7</sup>. No ano de 2017, eram 63<sup>8</sup> universidades federais, entre 296 públicas<sup>9</sup> em todo o território. Quanto aos cursos ministrados, em 1995 as universidades federais eram responsáveis por 1 470, e em 2017 – ano da última pesquisa – o número de cursos já chegava a 4 611.

Ainda com a ampliação numérica gerada pela expansão, em 2006 foram contabilizadas 556 231<sup>10</sup> matrículas nas universidades federais, enquanto no ano de 2017 esse número já estava em 1 120 804. Em 1995, no ano seguinte à transformação da EPM em universidade federal, o número de ingressantes nas universidades federais estava em 353 235.

A diferença entre os anos de 2006 e 2017 pode ser analisada a partir da ótica da expansão com dois sentidos distintos, pois, no ano de 2006, a expansão universitária possuía, ainda, um caráter quantitativo, enquanto o ano de 2017 já estava inserido em um contexto de expansão que buscava não somente o ingresso do estudante na universidade, mas também a sua manutenção nesse ambiente. Quando ocorria a preocupação em incluir o jovem de periferia, negro, mulher, de escola pública na universidade, mas sem a preocupação sobre como o estudante se manteria lá durante um período de aproximadamente cinco anos, não havia garantia de que a universidade seria realmente democratizada. Quando se passou a refletir nas questões de permanência, conseqüentemente, esses números cresceram. Entretanto, mais do que numericamente, a universidade passou a crescer num sentido social.

Um sistema universitário que se preocupa com a entrada e permanência de minorias é, também, um sistema preocupado em transformar as relações sociais dentro e fora da universidade. A partir do momento em que a Unifesp criou ações afirmativas pela permanência, além de ocorrerem mudanças quantitativas nesse aspecto, houve uma transformação do pensamento acadêmico e científico também. Os lugares de fala enriqueceram as discussões: quando as minorias adentraram o ambiente acadêmico, passaram a contribuir, de forma mais ativa, para uma produção científica até então encabeçada pelas elites.

O fato de se ampliarem as áreas do conhecimento e a quantidade de *campi* também foi transformador, pois, além de sua importância em discussões do campo da saúde, a Unifesp passou a contribuir para outras áreas do conhecimento, como veremos mais adiante.

E com a expansão, em todos os seus aspectos, nós, as autoras, passamos a ter, cada uma em seu contexto, uma mudança de perspectiva de futuro que gostaríamos de compartilhar.

## Histórias de Vida

### *Formação e Transformação*

Iris Vitorino dos Santos, negra, de escola pública, da periferia. Esta sou eu. Cresci no extremo sul da cidade de São Paulo, estudei em escola municipal durante todo o fundamental, e no ensino médio migrei para uma escola estadual.

Comecei a trabalhar assim que entrei no ensino médio, e sinto que isso afetou meu desempenho escolar, mas escolher entre estudar e trabalhar não era uma opção. A minha memória sobre o ensino médio se resume a uma cena: encontrar minha mãe (que fazia o curso de Educação de Jovens e Adultos [EJA] na mesma escola que eu) pouco antes de a aula começar, e ela me entregar um pão e uma garrafinha com suco antes de eu começar a aula noturna, depois de ter enfrentado um dia de trabalho. Naquela época, ou antes disso, eu nem cogitava a possibilidade de estudar em uma universidade federal, e o principal motivo era que eu nem sabia de sua existência, não havia sido apresentada. Eu sabia que existiam universidades públicas, mas não sabia o que isso poderia significar, e não me via “boa” o suficiente para elas – era o que uma professora havia falado para a minha classe durante uma bronca. O que eu tinha certeza era de que eu queria ser historiadora e arqueóloga. Como chegaria lá, eu não fazia ideia.

Quando concluí o ensino médio, não tive um direcionamento; com dezoito anos eu não sabia o que poderia vir depois, então ingressei numa universidade particular, no curso de Recursos Humanos, buscando formação para garantir a permanência no meu emprego até que eu conseguisse decidir como faria para cursar História. Porém não havia um dia desde então em que eu não me arrependesse de ter deixado meu sonho para depois, e por esse motivo, aliado à dificuldade financeira, um ano depois eu optei por abandonar a faculdade e correr atrás do tempo perdido. Iria cursar História.

Eu não sabia sequer a diferença entre bacharelado e licenciatura e, tentando descobrir na internet como alguém se tornava historiador e arqueólogo no Brasil, notei que não era em qualquer universidade que conseguiria me formar na área que eu queria. Eu queria ser pesquisadora, não professora; e muitas vezes, conforme eu repetia isso, parecia que estava sendo mais pretensiosa do que minha condição me permitia.

Soube que somente na Unifesp havia a possibilidade de me formar como bacharel e obter toda a preparação necessária para atuar na área de meu interesse, o patrimônio. Contudo, para conseguir ingressar na universidade



federal, precisei, com muito esforço físico e financeiro, recorrer a um cursinho pré-vestibular.

O cursinho fez o papel que a escola pública, com todas as suas carências, não cumpriu, e ampliou meus horizontes e perspectivas. Comecei a entender o suficiente para tentar ingressar em uma universidade federal; chegando lá, precisaria aprender mais para me manter naquele ambiente. E assim, em 2016, ingressei na Unifesp, no curso de História.

Apesar de já ter passado por uma faculdade, o novo espaço constituiu uma experiência reveladora para mim. Antes de tudo, precisei escolher entre o trabalho e a universidade, já que não seria mais como estar no ensino médio, quando eu conseguia, mesmo que aos trancos e barrancos, manter uma rotina de trabalho e estudo.

Eu me sentia realmente inferior aos meus colegas, talvez por nunca ter esquecido a fala de minha professora, e não entendia como eles poderiam ter tido contato, no ensino médio, com autores consagrados que eu nem sabia quem eram. A existência de um núcleo de apoio e atendimento psicológico aos estudantes foi fundamental para que eu quisesse continuar na Unifesp.

Minha concepção de mundo foi se transformando, conheci o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (Caaf), onde ingressei como voluntária já no meu segundo semestre, e me aproximei da Arqueologia Forense e da luta pelos direitos humanos. Conheci o Núcleo de Estudos Negros e comecei a perceber a carência de estudos sobre o afro-brasileiro e o indígena realizados a partir da concepção de mundo desses próprios sujeitos, e assim soube do vínculo da Unifesp com o Projeto Xingu.

Descobri a relação da Unifesp com a comunidade ao ser convidada para apresentar o *campus* para estudantes de escolas públicas, participando do “Dia Aberto”<sup>11</sup>, e ao ingressar no Conselho Municipal de Educação como representante da Unifesp.

Com os congressos, simpósios etc., passei a conhecer sobre o meio acadêmico e os temas de meu interesse. Descobri que o trabalho do pesquisador é interminável, e que este sempre está se reinventando.

A possibilidade de permanência também foi algo que me surpreendeu. A partir do momento em que tive conhecimento da existência de bolsas, do restaurante universitário e do Passe Livre, finalmente entendi que não precisaria ser “rica” para estar na universidade.

Passei a conviver com pessoas muito diferentes de mim, e com realidades bem distintas. Isso me trouxe uma concepção de privilégio que antes não tinha, e hoje sou capaz de reconhecer que houve prerrogativas que me permitiram construir uma trajetória rumo ao meu objetivo, mesmo que eu não tenha trilhado um caminho fácil.

Ainda temos muito que evoluir na questão de universalização do ensino, mas também aprendi que eu não preciso manter o conhecimento adquirido somente no âmbito da academia, pois a universidade oferece meios para expandirmos e agregarmos cada vez mais. Desde então, procuro me aliar a projetos que contribuam para a democratização do conhecimento acadêmico, concepção que obtive com a junção da minha experiência de vida à minha experiência na Unifesp.

Como as mudanças são constantes, tive uma significativa vivência ao participar da pesquisa que deu origem a este livro. Pude aprender, com a história da Unifesp e da expansão universitária no Brasil, que há milhares de Iris pelo país. Houve muito trabalho das universidades para buscar sua consolidação, foi necessário um projeto governamental que ousasse investir no ensino superior para seu crescimento, e foram necessárias pessoas determinadas a se transformar e a transformar o ambiente universitário.

Acompanhar, pela pesquisa, essa luta me faz crer cada vez mais na necessidade de defendermos o ensino superior público e de qualidade. Não para beneficiar somente o estudante que quer concluir sua graduação e ter uma profissão, mas para benefício da sociedade, como mostra o Projeto de Redução de Danos do *Campus* Baixada Santista, que atende pessoas em situação de rua. Além de ingressar no meio acadêmico, muito mais do que conhecer pesquisadores consagrados e poder contar com o auxílio deles para meu crescimento profissional, a principal mudança que a Unifesp me trouxe foi compreender a importância da defesa da produção do conhecimento como tarefa para todos.

### *De um Mundo a Outro*

Eu sou Muriel Cristina Vieira, tenho 22 anos e estou cursando o meu penúltimo ano na graduação em História – Licenciatura pela Unifesp.

Nasci e vivi, até meus cinco anos, em Guaianases, na zona leste de São Paulo, e quando meus pais se divorciaram, me mudei com minha mãe para a casa dos meus avós – também na zona leste – onde vivem até hoje. A poucas

quadras dessa casa está a EMEF Luís Washington Vita, onde cursei meus oito anos de ensino fundamental.

Segundo as minhas recordações, a primeira vez que olhei para mim mesma de forma individual foi na escola. Embora minha mãe passasse muito tempo fora, trabalhando e terminando os estudos que não pôde concluir anteriormente, por causa da minha “chegada de surpresa”, ela era sempre a voz da minha consciência, e, como qualquer criança, eu era aquilo que minha mãe me dizia para ser. Contudo, dentro da sala de aula, eu era apenas eu, fazendo minhas escolhas, obedecendo ou não, copiando a lição ou não... dependia apenas de mim.

Para a sorte dela, eu nasci com a alma branda, e me acostumei com a ideia de que, embora meus avós fossem muito presentes, eles não estariam lá para sempre, e, por isso, seríamos só eu e ela, eu por ela e ela por mim. Para isso, eu precisava de um bom emprego no futuro, e só se conquista um bom emprego estudando.

Minha escola passava por tantas dificuldades quanto qualquer escola pública passa, mas possuía, em contrapartida, muitos professores dedicados, que me encorajavam e torciam por mim, e que, mesmo depois de anos, me parabenizaram quando souberam que havia passado no vestibular. Foi um deles que me sugeriu tentar uma bolsa de estudos em um colégio técnico quando estivesse para me formar, e na minha sétima série comecei a tentar realizar as provas de vestibulinho.

A princípio me dei muito mal. A defasagem de aprendizado, em especial nas ciências exatas, fazia com que eu simplesmente não pudesse entender aquelas fórmulas e equações, então passei minha oitava série estudando em dois turnos – na escola pela manhã, e em um cursinho no período da tarde –, o que me foi possível graças à ajuda financeira e acolhimento dos meus familiares.

Embora minha família paterna nunca tenha se feito presente – não à toa a separação dos meus pais foi tão necessária –, eu encontrei nos meus avós, tias e no noivo da minha mãe toda a estrutura de que precisava, e por isso me considero privilegiada, visto que sem eles eu não chegaria muito longe.

Para que eu pudesse estudar, minha mãe nunca me deixou trabalhar, e se apertava nos mais diversos empregos, enquanto meus avós nos davam casa e muito carinho. Por maiores que tenham sido minhas batalhas, as condições

em que vivi foram um trampolim, não financeiro, mas estrutural, permitindo-me respirar e continuar.

Enfim, conquistei uma vaga, como bolsista, para estudar no curso de Multimídia integrado ao ensino médio, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Ter um bom ensino médio gratuito, para mim, era essencial, e por isso não me preocupei muito na época com qual curso técnico estudaria. Para minha sorte, fiz uma boa escolha.

Notamos o tamanho do mundo e a sua diversidade quando nos encontramos com o outro, e no Liceu pude descobrir quem era o outro, e como ele podia ser rico! Justiça seja feita, havia muitas pessoas como eu, com um ensino defasado, sem nunca terem feito um curso de inglês ou passado uma temporada com a família na França, mas muitos dos alunos eram exatamente assim e, por isso, carregavam consigo um repertório muito maior do que o meu.

Senti essa diferença de cara, quando na primeira aula de inglês nos foi pedido que escrevêssemos uma redação pequena falando sobre nós mesmos, nossa idade, nossos sonhos... eu pensei: mas como se escreve “tenho quinze anos” em inglês? Para manter minha bolsa, era necessário acompanhar o ritmo em que as coisas caminhavam, e, no meu caso, era preciso correr.

Talvez a palavra que descreva o meu percurso seja OPORTUNIDADE, e é extremamente necessário que ela fique em evidência, para nos lembrar da importância que boas oportunidades possuem na trajetória de alguém que ambiciona o ensino superior público.

Eu tive muita ajuda desde sempre, e não ignoro o fato de que minha cor branca e minha fala – até então – de boa moça comportada e educada tenham me favorecido, pois sem dúvida influenciaram muito, mas também não desconsidero que muitas pessoas me estenderam a mão por bondade e vontade de ajudar. Nos três anos em que estive no Liceu, nunca consegui fechar as médias necessárias para ser aprovada nas disciplinas de Química, Física e Matemática, mas meus professores, ainda assim, me passavam de ano. Eu ia a todos os plantões, pedia exercícios extras a eles e fazia todos, mas não conseguia. Não ter a oportunidade de uma educação boa logo na infância deixa sequelas, e, mesmo que eu me esforçasse muito, não alcançava o mesmo resultado dos colegas vindos de escolas tradicionais.

Foi lá também que eu descobri a universidade pública, e, para além da qualidade de ensino que ela poderia me proporcionar, o que brilhou nos

meus olhos foi a oportunidade de cursar a faculdade sem pagar. A mensalidade de uma faculdade, qualquer uma, não era uma opção para mim. Então, no meu terceiro ano, comecei a me preparar para prestar o vestibular, mas, dadas as minhas notas nas ciências exatas, eu sabia que a caminhada seria longa.

No ano de 2014, o professor Hugo Anselmo assumiu a disciplina de Geografia, e nos tornamos amigos. Sendo também professor do cursinho Anglo Vestibulares, o assunto sobre as provas de vestibular e as universidades públicas acabava por ser recorrente, e um dia ele me perguntou quais eram os meus planos. Eu disse: “caso não passe em nenhum vestibular no fim deste ano, arranjaréi um emprego que me permita pagar um cursinho à noite, e tentarei de novo, até conseguir”.

Ele então – e vou lhe ser profundamente grata por isso para sempre – se ofereceu para pagar meus estudos, e aos dezessete anos minha rotina era acordar às 5 horas da manhã, ir para a escola, sair dela às 18 horas, ir para a antiga unidade Tatuapé do Anglo, sair de lá por volta das 23 horas (já não me recordo o horário exato) e dormir à meia-noite. Aos sábados, fazia aulas sobre redação e atualidades, e aos domingos e nas férias de meio de ano cumpria meu estágio para que pudesse obter o grau de Técnico em Multimídia.

Lá pelo meio desse mesmo ano, descobri que tinha diabetes, aparentemente devido às esfirras de um real que eram a minha alimentação recorrente, e ao cansaço e estresse prolongados. Aqui cabe ressaltar um protesto: minha vida, com todas as dificuldades, foi e tem sido infinitamente menos complicada que a da maioria da população brasileira, e ainda assim, com toda a ajuda que recebi e as oportunidades que pessoas como o professor Hugo me ofereceram, eu me desgastei a ponto de adoecer. Quando reflito sobre isso, logo noto o privilégio que tive por poder sonhar com a universidade pública, ainda que a caminhada até ela tenha me custado a saúde, visto que tantos sacrificam isso e muito mais por algum subemprego que ajude a pagar as contas e sobreviver, sem jamais ter a oportunidade de também sonhar com ela.

A expansão do ensino superior público permitiu que a EFLCH-Unifesp existisse, o que tornou possível que hoje eu esteja tão próxima do meu diploma. No ano de 2016, iniciei o curso de História, e a minha experiência com a Unifesp, nos quatro anos em que estou no *Campus* Guarulhos e nos seis

meses em que pude compartilhar da sua história como Unifesp-EPM e, então, Unifesp, mostraram-me, acima de tudo, como ela é importante para a produção científica brasileira, como é grande e se torna maior a cada ano, e, principalmente, como foi fundamental a sua escolha de propor-se a crescer, o que me deu a oportunidade de tornar realidade o meu sonho.

O leitor certamente notou a repetição contínua, bem demarcada, das palavras *privilégio* e *oportunidade*, e garanto que isso não se deve à pouca imaginação léxica das mãos que escrevem. Julgo – como estudante e alguém que partilhou, ao mesmo tempo, das dificuldades de ser economicamente desfavorecida, mulher e periférica, mas também branca, com uma família bem estruturada e a chance de obter um bom estudo com o avanço dos anos – que a expansão do ensino público, com especial atenção para a Unifesp, estabeleceu uma interessante relação com ambas as palavras, pois deu *oportunidade* àqueles que não usufruíam de tais *privilégios*.

Ainda, os dados produzidos nos anos subsequentes à implantação das cotas e, posteriormente, dos demais *campi* demonstram que a qualidade do ensino se manteve intacta<sup>12</sup>, comprovando que aqueles como eu, que tiveram na expansão a oportunidade de ingressar no ensino superior público, souberam enfrentar as adversidades, crescer, desenvolver-se, e finalmente compor o conjunto de profissionais que tornam o nome da nossa instituição tão respeitada.

Como toda e qualquer universidade, temos muitos problemas a resolver e uma longa caminhada de melhorias para alcançar, em especial diante do futuro incerto que encaramos atualmente, mas, daquilo que tenho experimentado como aluna, acredito que a expansão deu a tão necessária oportunidade para muitos que não a tinham, e que hoje se transformam em brilhantes pesquisadores, dispostos a retribuir, por meio de suas pesquisas e projetos de extensão, à sociedade por aquilo que recebemos dela e da Unifesp.

## Perspectivas da Expansão: uma Via de Mão Dupla entre Sociedade e Universidade

No ano de 2019, a Unifesp ganhou notoriedade no Times Higher Education (THE) ao integrar a faixa de 101 a 200 da categoria Impacto da Universidade<sup>13</sup>. Sua colocação se dá por seu bom desempenho no 17º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com o qual busca atingir suas metas de desenvolvimento por intermédio da produção do conhecimento, materializada nas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão<sup>14</sup>.

Nessa mesma pesquisa, consta na 34ª posição mundial em redução das desigualdades, com especial destaque para maior igualdade de gênero e promoção de uma sociedade mais pacífica e justa para todos, além da manutenção da excelência do ensino<sup>15</sup>. Propositivamente, escolhemos destacar esse reconhecimento internacional para que possamos vislumbrar os diversos impactos decorrentes do processo de expansão da Unifesp.

É evidente, em sua trajetória, que a EPM, desde sua fundação em 1933, posicionou-se como um agente transformador, na sociedade paulistana e no país como um todo, sempre se destacando como um referencial em qualidade e assistência no que dizia respeito à medicina e, posteriormente, às ciências da saúde. Em decorrência disso, o seu reconhecimento veio a público em variadas ocasiões, tais como o recebimento da Comenda do Rio Branco, em 1990, por excelentes serviços prestados<sup>16</sup>, ou a declaração do ministro da Educação José Goldemberg ao então diretor Manuel Lopes dos Santos, em 1992, citando a “EPM como um dos quatro melhores cursos do país”<sup>17</sup>.

Partindo da metáfora de Antônio Carlos Lopes<sup>18</sup>, visto que as firmes raízes cultivadas pela EPM foram a base para que a realização da expansão se desse a partir do compromisso com a qualidade e excelência de sempre, os novos *campi* se tornaram o resultado de frutíferas sementes, que, ao serem levadas para novas terras, germinaram e carregaram consigo as então qualidades procedentes da EPM, mas agora somadas a novas áreas do conhecimento.

Consequentemente, a expansão representou uma democratização do ensino público manifestada não apenas nas ações afirmativas, mas na maior abrangência que a Unifesp passou a ter, operando em muitas frentes e levando para o tão caro tripé ensino-pesquisa-extensão um impacto que dialoga com a sociedade em todas as áreas do conhecimento.

Uma vez inserida nas ciências humanas, exatas e biológicas, a Universidade passou a ganhar notoriedade na mesma proporção de sua

pluridisciplinaridade, o que se mostra nos numerosos simpósios, eventos e premiações que passaram a contar com a sua presença desde então e contribuíram para a acentuação do renome que ela já possuía.

Já no ano de 2008 – aproximadamente quatro anos após a criação dos *campi* Baixada Santista, Guarulhos, Diadema e São José dos Campos – a Unifesp recebeu o Prêmio Guia do Estudante, parceria do governo do estado, Editora Abril e Banco Real, de melhor universidade pública das capitais, cujo objetivo era identificar, difundir e valorizar as melhores instituições do ensino superior do país<sup>19</sup>.

Nesse mesmo ano, o *Campus* Guarulhos aprovou seu primeiro curso de pós-graduação, em nível de mestrado<sup>20</sup>, foram criadas parcerias no âmbito científico-tecnológico para desenvolvimento de linhas de pesquisa no *Campus* São José dos Campos<sup>21</sup> em 2009, e foi aprovado o primeiro programa de pós-graduação interdisciplinar para o mestrado e doutorado no *Campus* Diadema<sup>22</sup>, para citar apenas alguns exemplos.

A progressiva atuação dos *campi* de expansão na produção do conhecimento possibilitou à Unifesp – até então muito ativa na área das ciências da saúde – inserir-se em novas discussões e, conseqüentemente, contribuir muito mais socialmente. Talvez a maior expressão disso se dê em seus projetos de extensão, também abordados neste livro, que atuam diretamente em diálogo com a sociedade, parte fundamental do compromisso assumido com a população.

Vale retomar o fato de que, ainda em se tratando de projetos de extensão, a EPM já possuía uma atuação profundamente significativa, a exemplo do Projeto Xingu, que dá assistência às comunidades ribeirinhas e indígenas pelos Brasis.

Contudo, conforme se diversificam as áreas do conhecimento que se inserem na Universidade, há um aumento em sua potência de incidência sobre as comunidades, que lhe permite agir não mais, apenas, na área médica, mas oferecendo também apoio psicológico por intermédio da clínica e da residência multiprofissional do curso de Psicologia Clínica, instalado no *Campus* Baixada Santista<sup>23</sup>, ou do fornecimento de ensino continuado a professores de matemática do ensino médio pelo Programa de Aperfeiçoamento de Professores de Matemática de Ensino Médio (PAPMEM),



credenciado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) no *Campus* São José dos Campos em 2010.

Assim sendo, mediante a expansão, a Unifesp se fez mais presente na articulação já existente entre sociedade e universidade, contribuindo muito para o avanço da ciência no país, o que se mostra na sua constante ascensão nos mais diversos *rankings* nacionais e internacionais – como demonstrado anteriormente. Em contrapartida, a possibilidade de contribuir de diferentes maneiras faz com que a confiança depositada em nossa Universidade, já tão consolidada, cresça cada vez mais, e nos permita constantemente provar nossa competência e relevância social.

Tendo em vista o conjunto de reflexões aqui proposto, resta-nos, por fim, analisar quem temos sido, nos últimos 25 anos de Unifesp, e quais são nossas projeções futuras na atual conjuntura, que nos leva cotidianamente a resgatar o papel da universidade pública para o país.

Se iniciamos este capítulo ressaltando a importância fundamental do ensino superior público para a sociedade brasileira, é porque esse debate tem se feito necessário para desmentir as falsas sugestões de que somos um gasto inútil da União. A Universidade buscou e continua a buscar, com sua expansão, ainda em andamento – visto que desejamos a implantação definitiva do Instituto das Cidades (*Campus* Zona Leste) –, tornar-se cada vez mais democrática e plural, na contramão do discurso que se procurou criar recentemente.

É também importante ressaltar que, nela, não se produzem apenas diplomas, e, portanto, a discussão não deveria se restringir a quem são os alunos de graduação e qual seu poder aquisitivo ou sua suposta ideologia, mas deveria abarcar, também, o conhecimento, que gera resultados responsáveis por promover a pesquisa científica do país e projetá-la internacionalmente, acabando por envolver um universo de relações muito além do âmbito exclusivo do ensino, sendo, conseqüentemente, de vital importância.

A universidade pública não pode acabar, ou a perda para nossa sociedade seria sem precedentes. Por isso, é necessário, mais do que nunca, levar a público nossa produção e a sua relevância, destacando que somos muitos, diferentes no que tange à origem, às áreas de atuação e escolhas metodológicas, mas igualmente comprometidos, e que temos muito mais a oferecer.

- 
1. THE, “World University Rankings”, *Times Higher Education*, 2018.
  2. *Idem*, “Latin America University Rankings”, *Times Higher Education*, 2019.
  3. Unesco, “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998”, em *Conferência Mundial sobre Educação Superior*, Paris, 9 out. 1998.
  4. MEC, Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, *Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira*.
  5. MEC, *A Democratização e Expansão da Educação Superior no País 2003-2014*, 2014.
  6. As atas mencionadas são os registros das reuniões do Conselho Universitário (Consu), antes conhecido como Congregação da Escola Paulista de Medicina.
  7. Inep, *Sinopse Estatística da Educação Superior*, 1995.
  8. *Idem*, *Sinopse Estatística da Educação Superior*, 2017.
  9. Foram contabilizados, para a pesquisa realizada pelo Inep, todos os Institutos Públicos de Ensino Superior do Brasil, como universidades federais, estaduais, municipais e institutos federais.
  10. Inep, *Sinopse Estatística da Educação Superior*, 2006.
  11. O Dia Aberto é um evento universitário tradicional, realizado em todo o mundo, com o intuito de aproximar a comunidade externa das universidades por meio da realização de atividades integrativas.
  12. Informação presente na Ata da Pró-reitoria de Graduação da Unifesp de 19 de junho de 2006.
  13. THE, “University Impact Rankings”, *Times Higher Education*, 2019.
  14. *Idem*, *ibidem*.
  15. *Idem*, *ibidem*.
  16. Informação presente na Ata da Congregação da Escola Paulista de Medicina de 1º junho de 1990.
  17. Informação presente na Ata da Congregação da Escola Paulista de Medicina de 29 de janeiro de 1992.
  18. “Quando se enxerga a maturidade de um espírito que se renova na sucessão das folhas verdes de uma grande copa, que procede da força das raízes de uma árvore plantada em terra boa” (A. C. Lopes, “Prefácio”, em: V. Reginato e D. M. C. Gallian, *epm 80 Anos: História, Memória, Identidade*, p. 5).
  19. Informação presente na Ata do Consu de 12 de novembro de 2008.
  20. Informação presente na Ata do Consu de 17 de dezembro de 2008.
  21. Informação presente na Ata do Consu de 15 de julho de 2009.
  22. Informação presente na Ata do Consu de 11 de novembro de 2009.
  23. Informação presente na Ata do Consu de 11 de agosto de 2010.

# 3

## Adunifesp: Instrumento Docente para Construção dos Direitos e da Democracia

ALBERTO HANDFAS • FÁBIO VENTURINI

TUDO EM UMA UNIVERSIDADE GIRA em torno da vida vivida. Ela é seus alunos, seus servidores, os seus docentes, a sociedade em que se insere e com quem dialoga. A vida de uma universidade ganha sentido quando todos os sujeitos desse processo conseguem se articular em entidades de base democrática em que a política (no melhor sentido da palavra) é passível de realização.

Uma instituição que reúna docentes só tem razão de ser se estiver afinada com a universidade em dois aspectos: 1. o que ela é efetivamente; em articulação com 2. aquilo que a sociedade espera dela. Nesse sentido, é o que a Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp) tem sido nesses 25 anos de existência da Unifesp, primeiro como universidade da área da saúde e, depois de 2005, uma universidade

*multicampi* voltada para diversas áreas do conhecimento, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Entre as instituições federais de ensino superior, a nossa possui uma condição *sui generis*, por ser oriunda de uma instituição privada já consolidada no seu campo. Quando foi criada em 1933, a Escola Paulista de Medicina (EPM) inseriu-se socialmente de forma relevante na formação de excelência e na pesquisa da medicina, combinada com a assistência. Tal entrada ocorreu num contexto de desenvolvimento do Brasil como um Estado nacional soberano, desejoso de industrialização e modos de vida avançados, em que a própria concepção da medicina e da saúde pública se transformavam para um país em que a transição do mundo agrário para o mundo rural se dava de forma impulsionada pelo Estado e desejada por parcelas relevantes da elite intelectual.

Ao ser federalizada no ano de 1956, a EPM se tornou uma entidade pública, porém não surgiu do zero; trazia consigo o lastro de 21 anos de pesquisa e ensino de alta qualidade em saúde. Assim como o começo dos anos 1930, a ebulição do debate social presente dos anos 1950 até meados da década de 1960 se desdobrava em como deveria ser organizada a assistência de saúde à população, cada vez mais urbana e com um perfil epidemiológico de doenças infectocontagiosas. Na EPM foi organizada a Associação dos Assistentes da Escola Paulista de Medicina, entidade que representava parte dos docentes em termos de direitos, perspectivas científicas e políticas, entidade reconhecida formalmente pelo Conselho Técnico Administrativo da EPM em resolução assinada pelo Prof. Dr. Marcos Lindenberg, então diretor, em 28 de junho de 1963.

A Ditadura Militar (1964-1985) solapou a democracia em todos os níveis do serviço público. Destruiu direitos de trabalhadores, reprimiu sindicatos e atacou a autonomia e democracia universitárias. Praticamente todas as repartições possuem histórias de perseguições e expurgos, o que tornou a luta pela democracia algo para além dos muros das entidades públicas. Quando a ditadura começou a se enfraquecer, no entanto, os movimentos de luta por direitos e pela democracia ganharam corpo no sentido de propor também uma nova configuração de país. O Brasil dos anos 1960 havia sido demolido para dar lugar a uma República verde-oliva que entrou em colapso, decorrente tanto da crescente impopularidade, da brutal desigualdade social que produziu, bem como da opressão que impunha e das crises econômicas

que a própria ditadura gerou, quanto da promiscuidade na gestão da coisa pública e na incapacidade de dar respostas políticas pacíficas.

Como instituição voltada para a saúde, uma área de histórico déficit no Brasil, a EPM, como referência científica e educacional, teve papel importante no debate com a sociedade nesse processo de abertura. Em meio às mobilizações pela democracia e contra a ditadura, depois de treze anos de formalização da Associação dos Assistentes, Professores e Professoras de todos os níveis da carreira, às 11 horas do dia 18 de outubro de 1976, reunidos em Assembleia Geral no Anfiteatro Leitão da Cunha, fundaram a Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina (ADEPM) e aprovaram o seu primeiro estatuto, tendo como presidente o Prof. Dr. Luiz Kulay Junior.

A ADEPM, portanto, tem em sua gênese e em sua história a defesa da democracia. Desde então atua em defesa da carreira docente e do ensino superior público a partir de sua criação, com papel importante integrando todos os movimentos políticos da abertura, sendo protagonista em 1981 na criação da então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a qual, em 1988, transformou-se no Sindicato Nacional (Andes-SN), filiando-se na sequência à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nas décadas seguintes foram encampadas lutas em diversas frentes por reposição salarial, por um digno regime de trabalho, pela valorização do serviço público, por mais verbas para a universidade, para o ensino público superior e para a pesquisa científica e tecnológica, denunciando sempre o uso da coisa pública em benefício privado, seja no plano federal ou em nossos ambientes locais, em defesa da autonomia universitária e discutindo absolutamente todas as alterações havidas, desde a sua criação, na política universitária e de ciência e tecnologia.

## Saúde, uma Questão Democrática

A Constituição de 1988 definiu no seu artigo 198 que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Criou o Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir esse direito e vinculou uma parte da arrecadação da União, dos estados e dos municípios à rubrica da assistência. Foi um avanço gigantesco com impacto direto sobre a EPM, pois a consolidação de um sistema universal

para um território tão vasto e heterogêneo demandou respostas da academia, dos seus centros de excelência. Nesse sentido, houve a transformação, 25 anos atrás, da Escola Paulista de Medicina (EPM) em Universidade Federal de São Paulo (UFSP), universidade do campo da saúde com duas unidades acadêmicas (EPM e Escola Paulista de Enfermagem – EPE), além de um dos mais relevantes hospitais universitários brasileiros, conforme um novo movimento docente para um país em que a cidadania e as políticas públicas não poderiam mais deixar de andar juntas.

A própria evolução do Brasil democrático, em termos de direitos, eleva o prestígio das demais profissões da área da saúde, que passam a dividir com a medicina a responsabilidade pela assistência do tipo multiprofissional. Os reflexos no movimento docente são sentidos rapidamente, pois tais profissionais sempre foram relevantes na ADEPM. Porém, naquele momento, o seu reconhecimento começou a extrapolar os próprios muros da universidade. A Associação dos Docentes, forjada na luta pela democracia, tornou-se um símbolo dos resultados da própria democracia e se converteu em instrumento de disputa pela implantação do país acordado em 1988 na universalização dos direitos à saúde e à educação superior. A própria criação da Unifesp como tal é resultado de uma intensa luta democrática.

Foi nesse período que lutamos, ainda em 1994, contra a desvinculação de receitas da União, quando o governo Itamar Franco conseguiu aprovar no Congresso uma autorização para contrabandear 20% das receitas constitucionais de saúde, educação e financiamento da Previdência Social, entre outras, para o governo gastar onde julgasse mais adequado. Elegemos em 1997 a primeira mulher para o cargo de diretora da ADEPM, a professora Rosemarie Andrezza, nutricionista, epidemiologista e atuante na saúde pública, um simbólico perfil do quanto nossa universidade se transformava e a associação docente acompanhava tal evolução.

A Associação de Docentes teve intenso protagonismo nos movimentos de greve que, nos anos 1990, conquistaram e defenderam muitos dos direitos que ainda seguem, sobretudo hoje, ameaçados. Em 1997, durante um dos mais brutais avanços de forças neoliberais contra o serviço público em todos os níveis, desde 1995 sem reposição salarial, a ADEPM adentrou numa das mais longevas greves nacionais, num quadro catastrófico de diminuição de verbas orçamentárias para as Ifes, cortes de investimentos em ciência e tecnologia e

ameaças de restrição da autonomia universitária no quadro mais geral de desestruturação do sistema federal do ensino superior.

O fato é que, a despeito de formalmente ter se tornado uma universidade, a Unifesp não pôde expandir-se durante toda a primeira década de sua existência. Praticamente nenhuma vaga foi criada; nenhum novo *campus* e quase nenhum concurso foram abertos. O governo FHC manteve políticas de ajuste fiscal e cortes de verbas sem precedentes que atingiam em cheio as universidades públicas e a educação de modo geral. A ameaça de privatização e de fim da gratuidade era constante. A luta pela defesa e expansão das universidades públicas e pela suplementação de verbas era pauta central da nossa Associação e do Andes-SN, sempre frustrada pela intransigência do governo.

## ○ Panorama Sindical no Novo Século

Juridicamente, a Associação dos Docentes precisou se adequar às transformações em curso e antes mesmo da expansão. Para poder representar os docentes de todo o Brasil perante o governo federal, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi dividida, ficando responsável pela representação de professoras e professores das universidades públicas, enquanto os das universidades, faculdades e centros universitários privados foram para sindicatos dos professores de suas regiões. Na nova conformação as associações de docentes também se ajustaram, tornando-se seções do Andes. Em 14 de novembro de 2000, já próxima portanto de comemorar os 25 anos de criação da entidade, em Assembleia Geral, a ADEPM foi transformada em *Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, aprovando-se naquele ato o Regimento que dava luz à *Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo* (Adunifesp-SSind). O novo milênio principiaria, já em 2000, com nova greve nacional por reposição salarial, depois de cinco anos sem aumento, e em defesa do serviço público.

A eleição de Lula foi produto de décadas de lutas sociais e sindicais de massa no país, tendo origem, portanto, nos mesmos movimentos dos quais participaram os docentes do ensino superior, a partir dos anos 1970. Após

anos de políticas neoliberais, privatizações, enorme desemprego, precarização/informalização do trabalho, rebaixamento salarial e sucateamento dos serviços públicos, a eleição de Lula obteve apoio e sustentação de boa parte dos movimentos populares e sindicais. Embora a categoria docente nunca tenha sido política e socialmente homogênea, é possível afirmar que uma boa parte do movimento docente, bem como do restante dos movimentos sociais, depositava enormes expectativas no novo governo.

O funcionalismo, contudo, foi surpreendido com uma reforma previdenciária que acabava com a integralidade das aposentadorias no setor público, atingindo em cheio a carreira docente federal. Isso era parte do ajuste fiscal e monetário executado no início do novo governo, quando este, em meio à fuga de capitais deixada pelo governo anterior, capitulou ante as pressões do mercado financeiro e da mídia. Como qualquer governo que proponha reformas regressivas, o resultado foi uma nova fórmula previdenciária em que seria afetado apenas quem ingressasse na carreira a partir de 2003. O movimento docente entrou numa profunda crise.

O movimento do governo Lula, eleito com apoio dos servidores públicos federais, gerou grande perplexidade e fragmentação: como lutar por direitos contra um governo que ajudou a eleger sem com isso fortalecer a posição das forças políticas que atacaram brutalmente as universidades na década anterior? Ao mesmo tempo, havia contradições no próprio governo. Se concessões à agenda neoliberal e à política tradicional eram feitas (em nome da “governabilidade”, numa adaptação às instituições antidemocráticas e propensas à corrupção, no quadro do “presidencialismo de coalizão”), impedindo que reformas estruturais avançassem, havia também políticas sociais progressivas inéditas, que permitiriam importantes conquistas aos trabalhadores e à nação. Sobretudo a partir de 2004, o governo aproveitou-se da bonança econômica e iniciou uma expansão de gastos sociais que permitiram entre 2004 e 2014 recompor verbas ao SUS e mais do que triplicar (em termos reais) as verbas ao MEC (que haviam ficado estagnadas ou em declínio durante mais de uma década).

Foi isso que permitiu a expansão do sistema de ensino superior. Entre 2004 e 2014, foram 360 novas escolas técnicas; 18 novas universidades federais, com 173 novos *campi*; e o número de estudantes universitários (federais) dobrou, chegando a quase um milhão.



O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) levou a universidade pública a lugares nunca antes imaginados. Mas como defender a expansão quando a carreira sofria importantes reveses? Uma parte dos ativistas do movimento sindical docente passou a defender a oposição radical ao governo Lula. Outra parte considerava combinar a crítica pontual e reivindicatória (contra a reforma da previdência do setor público, melhorias na carreira docente, por verbas públicas apenas ao setor público, pela ruptura com o ajuste dos banqueiros, por reformas estruturais etc.) com o apoio às conquistas (expansão das Ifes, elevação do salário mínimo, Lei do Pré-sal/Fundo Soberano), mantendo a independência do movimento sindical diante do governo. E ainda uma terceira parte defendia o apoio incondicional ao governo. A maioria da direção do Andes-SN passara a defender a primeira via. A nova conjuntura de luta teve dois movimentos que aprofundaram a fragmentação:

1. No ano de 2004, a direção do Andes-SN, em resposta às ações do governo Lula, propôs a desfiliação da CUT, que foi debatida pelas suas seções. A posição definida pela Assembleia Geral da Adunifesp, de não desfiliação, foi vencida no Congresso da entidade nacional, em janeiro de 2005. O Andes-SN ajudou, então, a fundar uma nova central, a Conlutas, que passou a ser dirigida por sindicalistas ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), de radical oposição, à esquerda do governo.

2. Conforme as posições do Andes-SN aprofundavam a antagonização com o governo, setores que perderam força dentro do Sindicato Nacional articulavam com o então ministro da Educação, Tarso Genro, a criação de uma entidade concorrente, o Proifes, ao qual a Adunifesp não aderiu, considerando-o divisionista.

Uma outra parcela do movimento sindical docente nacional se manteve no Andes-SN, defendendo tal sindicato em nome da unidade, embora rejeitando a linha política de sua direção. A fragmentação foi a tônica por mais de uma década, com efeitos vindos de cima para baixo em todas as seções sindicais.

A situação complexa nacionalmente para o movimento docente teve em nossa universidade mais uma vez situações específicas agudas, graças à expansão do Reuni. Ainda em setembro de 2004 (três anos antes da formalização do Reuni) foi autorizada a criação dos primeiros cursos do *Campus* Baixada Santista, implantado de fato em 2005. Foi seguido, em 2007, pelos *campi* de Diadema, Guarulhos e São José dos Campos. Em 2011 veio o

*campus* de Osasco e, finalmente, o árduo processo de implantação do *Campus* Zona Leste, na avenida Jacu-Pêssego, em Itaquera, que ainda está em andamento.

A pauta do movimento docente anterior a essa expansão colocava que a demanda de expansão deveria ser acompanhada por valorização da carreira. Ao mesmo tempo, os docentes das novas unidades acadêmicas esperavam por mais concursos, recursos, expansões etc. dentro de um novo modelo, reestruturado, gerando ruídos na comunicação. O que era declínio para a parcela mais antiga dos docentes era avanço sem precedentes para os mais novos. Essas contradições se fizeram presentes em todas as universidades federais, de duas realidades convivendo no mesmo espaço, dois corações batendo no mesmo peito.

Essa contradição se repetiu em 2012, quando foi realizada a maior greve das universidades federais, durante o primeiro mandato de Dilma, e ao final foram obtidas conquistas dos professores já presentes nas universidades federais e, ao mesmo tempo, a retirada de direitos dos ingressantes a partir de 2013. O governo repetiu a tática da reforma previdenciária do setor público da década anterior em um acordo assinado com o Proifes. Em 2015, novamente, em greve chamada pelo Andes-SN, o acordo de reajuste salarial em quatro parcelas anuais, uma condição pior do que a oferecida inicialmente pelo próprio governo, de dividir em duas parcelas, foi negociado e assinado pelo Proifes.

A construção de uma Adunifesp unitária para todo esse corpo docente, num movimento nacional fragmentado, é uma obra em andamento. A realidade da nossa Associação depois de 25 anos de criação da Unifesp é muitíssimo diversa daquela que concebeu a criação da ADEPM. A universidade congrega mais de 1 500 docentes em condições locais e pautas específicas. Trata-se de um sindicato que, assim como sua universidade, cresceu em termos absolutos, ultrapassando os 750 associados, e se espalhou geograficamente, porém as estruturas mais maduras, incluindo recursos materiais e humanos, concentram-se na Vila Clementino, na EPM e na EPE.

A Adunifesp-SSind acompanhou todas essas etapas, postando-se na luta pela universidade pública, democrática, gratuita e socialmente referenciada, por uma expansão sem precarização das condições de trabalho de seus servidores e que permita a excelência almejada em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A entidade cerra ombros com outras associações de

docentes, sindicatos e movimentos sociais na luta dos trabalhadores para a manutenção e ampliação de suas conquistas. Na defesa dos interesses dos trabalhadores da educação, nas Ifes, incorpora para si uma extensa pauta que inclui a defesa do caráter público, democrático e gratuito da educação, a luta por uma universidade socialmente referenciada, por um plano de carreira que garanta direitos permanentes, com piso adequado e tabela salarial com parâmetros definidos em lei, por condições adequadas de trabalho, políticas salariais que reponham perdas e recomponham o poder aquisitivo de servidores diante da inflação, e a construção de um regime previdenciário justo, despojado de discursos enganosos de pseudotecnidade econômica e atuarial, cujo objetivo é a retirada de direitos do cidadão, do trabalhador comum e do servidor público para alimentar alta lucratividade de instituições de especulação financeira.

## Se a Democracia Precisar de Nós Outra Vez, com Ela Estaremos

Depois de seu mais longo período de estabilidade democrática, que cunhou a nossa universidade, impondo-se sobre um passado de golpes e de uma violenta Ditadura Militar, desde o início do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff outro processo de ruptura da legalidade democrática passou a ser desenhado e posto em marcha. Já por volta de 2014, no decurso de uma gravíssima crise econômica mundial (a “Grande Recessão” de 2008-2010), com queda na demanda e nos preços internacionais das *commodities*, além de uma baixa na lucratividade empresarial, o modelo adotado até então, de avanço nos gastos sociais sem realização de reformas estruturais (tributária, política, agrária, urbana etc.), e sem romper com as políticas exigidas pelo grande capital financeiro, mostrou sinais de esgotamento. A condução da política econômica do governo Dilma tornou-se cada vez mais vulnerável às pressões da banca e dos golpistas. Em seu segundo mandato, Dilma aceitou promover um ajuste fiscal para reduzir o orçamento da União a uma arrecadação em queda. Ao atender à exigência da mídia e do sistema financeiro, a presidenta da República conseguiu duplo efeito contrário: primeiro, ao cortar gastos públicos forçou a queda da demanda agregada,

elevando o desemprego e rebaixando a renda numa espiral recessiva. Em segundo lugar, o sistema financeiro não queria ajustes, ele demandava cortes permanentes e (contra-)reformas que revertessem o sentido de expansão ou mesmo eliminassem os serviços públicos, principalmente em saúde e educação, dos direitos do cidadão e das políticas de distribuição de renda. Em vez de recuperar a capacidade de financiamento do Estado, o ajuste que cortou verbas passou a deprimir a atividade econômica e a arrecadação tributária. O resultado do ajuste foi – contraditoriamente – provocar déficits públicos cada vez maiores, aumentando a pressão dos bancos, sedentos pela certeza de manter um governo custeando seus lucros na figura da administração da dívida pública, para retirar investimentos públicos e solapar os salários e direitos de todo o funcionalismo.

A operação Lava Jato, além de punir corruptores, fechou empresas inteiras e acabou por travar um enorme percentual dos investimentos privados no Brasil – não apenas na indústria petroquímica, mas também de construção civil, naval etc. É nesse ambiente que se monta o quadro de uma depressão econômica a contaminar o país no período seguinte. E é nele também que se opera o golpe de estado de 2016. A campanha jurídico-midiática que gerou um movimento de massa com discurso pseudomoralista anticorrupção serviu para derrubar o governo, fabricando denúncias sem provas, mas também objetivava desmoralizar os serviços públicos, criando a ideia de que o público e estatal é podre e corrupto, de que é necessário privatizar tudo.

Ainda em 2015, a Adunifesp participou de toda a mobilização contra o pacote de ajustes do então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, junto com a maioria do movimento sindical e social que criticava os cortes, rejeitando, contudo, o movimento golpista, já em franco desenvolvimento. A rejeição apriorística aos governos Lula e Dilma, refletindo de fato um sentimento antipetista por parte da direção do Andes-SN, no entanto, foi um fator de desagregação de todo o movimento docente.

No final daquele ano o deputado Eduardo Cunha iniciou o processo de impedimento da presidenta da República que, sem bases jurídicas, configurou-se claramente como um golpe parlamentar. A situação se tornou confusa, pois seria necessário lutar contra a política econômica do mesmo governo cujo mandato deveria ser defendido, já que se tratava da manutenção

da Constituição de 1988, a mesma que cunhou nossa existência como universidade.

No início de 2016, mesmo no campo assim chamado progressista, houve adesão à deposição de Dilma. A direção do Andes-SN, por exemplo, aderiu à campanha promovida pela CSP-Conlutas, defendendo, na figura de uma bandeira “Fora Todos”, uma adesão tácita ao golpe. Mesmo que involuntariamente, acabaram se confundindo com os setores golpistas de cepa tanto neoliberal quanto neofascista, e alimentando-os. Na base, contudo, muitos professores já participavam de comitês contra o golpe. As Assembleias da Adunifesp aprovaram resoluções contra o golpe e impulsionaram tais comitês, que se constituíram – em unidade com alunos e TAES – nos *campi*. A adesão na direção nacional do movimento docente criou confusão e dificultou a articulação do movimento sindical docente de mobilizar-se por direitos e pela democracia.

Na base, parte significativa do corpo docente (em geral, a parcela mais afastada do sindicato e mais conservadora) apoiou a deposição presidencial, enquanto outra se colocou contra, gerando um debate que permeou inclusive assembleias docentes no período, sobre o falso dilema quanto a se tratar ou não de um golpe, quando o que estava em risco era o respeito à legalidade, à democracia e aos direitos. Foi um período, entre 2015 e 2016, em que as divergências quase causaram o fechamento da nossa Associação, pois foram graves os problemas administrativos que impediram a arrecadação de mensalidades via desconto em folha, solapando o caixa. E, assim como não existe almoço grátis, não existe organização sindical sem estrutura física, de comunicação, informática e funcionários remunerados. Isso tudo tem custos.

No árduo processo de reconstrução entre 2015-2017, a recomposição do movimento docente num ambiente de ataques e golpe foi realizada em paralelo com a recuperação financeira da Adunifesp. A democracia voltou a se tornar um objetivo nacional, pois, no limite, tratava-se de uma forma mais brutal dos violentíssimos ataques à universidade do período neoliberal dos anos 1990; o que se passou a demolir naquele momento, com o golpe parlamentar, foram justamente as conquistas colocadas na Constituição de 1988, que cunharam a Unifesp, construídas nesses 25 anos. O que pareceu um debate sobre verbas privadas na universidade pública acabou por se transformar na destruição das instituições de ensino superior, em atentado à liberdade de cátedra e em perseguição política ao trabalho docente.

A medida mais drástica tomada logo após o processo de *impeachment* foi a Emenda Constitucional n. 95, encaminhada por Michel Temer e aprovada pelo Congresso, congelando os investimentos públicos primários em função da arrecadação do ano anterior, num contexto de queda de receitas do Estado. Em 2017 não se poderiam prever mais gastos do que a arrecadação de 2016, então a menor da história. O baixo investimento governamental produziu a espiral depressiva reduzindo a renda, fazendo declinar a atividade econômica e, conseqüentemente, a arrecadação, comprimindo ano a ano do investimento público na garantia de direitos previstos lá em 1988. Isso inviabilizou por duas décadas a expansão dos sistemas de saúde e educação que vinha desde a Constituição e se intensificou em 2003. Mesmo que a população cometa o pecado de eleger algum governo que não tenha prazer nos cortes, que o presidente tenha a ousadia de prever orçamento para tais áreas acima do permitido, poderá ter o mandato cassado. Tal emenda foi a garantia constitucional da permanência do golpe de 2016 por pelo menos vinte anos.

Sem tais verbas, todos os debates desde então foram contaminados pelo argumento falso de que não há dinheiro, quando de fato é uma escolha política cujo objetivo é a destruição dos serviços públicos e das carreiras do servidor federal, pressionando os níveis estadual e municipal. Além de tal conformação estrutural, o programa *Ponte para o Futuro*, implantado pelo governo golpista de Michel Temer, tinha o firme propósito de franquear a exploração do pré-sal a megacorporações estrangeiras, implementar o ensino pago nas universidades públicas, alinhando-as aos interesses das grandes empresas, impor uma mordada ao pensamento crítico nas escolas e universidades, desmantelar o Sistema Único de Saúde (SUS), reduzir o salário mínimo, aumentar a jornada de trabalho, achatando aposentadorias e pensões, desvincular receitas orçamentárias para a saúde e a educação, pôr fim a programas sociais, reduzir direitos sindicais e trabalhistas, impor a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações de trabalho e, com isso, tornar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) letra morta, entre outras centenas de medidas que implicam retrocessos graves. Tais propostas, concorrendo em eleições limpas e justas, jamais seriam consagradas nas urnas, motivo pelo qual a implementação de tal agenda só se tornou factível com um golpe.

Na agonia da democracia no Brasil, com um governo sob o mantra neoliberal “a Constituição Federal não cabe no orçamento público”, a Adunifesp continuou na sua jornada de debate para tentar recompor o movimento docente em torno de uma entidade sindical. A dramaticidade da realidade construiu a pauta, tendo em vista que os ataques atingiam a liberdade de cátedra, com a vigilância profascista do que os professores realizam em sala de aula, na tentativa de censurar autores e conteúdo, as defesas deliberadas por atores políticos de amplo apoio eleitoral de posições repugnantes, racistas, homofóbicas, apologia à violência, ao homicídio, à tortura, a perseguição ao conhecimento e à ciência como tal, sendo frequentes os assédios, inclusive partindo de indivíduos do próprio corpo docente, no sentido de aceitar teorias que questionam aquilo já consagrado pela pesquisa de classe mundial, como o aquecimento global e até o formato da Terra.

## Preparados para Construir uma Nova Democracia

Quando chegaram as eleições presidenciais, a situação ficou mais dramática uma vez que a disputa ultrapassou o ponto entre um debate do tipo esquerda-direita, público ou privado, desenvolvimentismo ou neoliberalismo, mas chegou à melancólica situação de contraposição entre civilização e barbárie. No segundo turno das eleições de 2018, a maioria dos apoiadores e ativistas do movimento sindical docente foi às ruas para opor-se à candidatura Bolsonaro. A Adunifesp, em articulação com as demais categorias da comunidade universitária, decidiu numa assembleia comunitária lançar um manifesto de denúncia contra o programa bolsonarista de destruição de direitos e da democracia e para evitar que setores profascistas tomassem conta do aparato estatal. Pretendia evitar, também, a destruição dos direitos trabalhistas, da previdência e da própria universidade pública.

Em 2019, o governo que assumiu pôs em andamento seu projeto, piorando algo já ruim, mas declarado em campanha. Não se tratava apenas de uso privado do fundo público nos sistemas de ensino, mas da destruição das universidades públicas, uma medida vingativa dos setores mais ignoros da sociedade brasileira contra o conhecimento, com apoio de setores fascistas

instalados dentro das próprias universidades, de onde foram inclusive recrutados ministros de Estado.

No mês de abril, o MEC abriu fogo contra a existência e os protocolos das instituições federais de ensino superior. A fiscalização moralista com acusações de balbúrdias, uso de psicotrópicos e corrupção se tornou frequente por quem tem a função de garantir a existência da universidade. Reitores não escolhidos pela comunidade passaram a ser nomeados, chegando ao ponto de intervenções com nomeações de quem nem sequer disputou os processos de escolha em suas universidades.

A Adunifesp participou de todas as grandes manifestações na defesa da universidade e da previdência públicas, e, com o conjunto da população mobilizada, colocamos os setores retrógrados na defensiva. Em julho de 2019, no entanto, o governo publicou o programa Future-se. A proposta, mal elaborada, confusa, inclusive com erros bisonhos de língua portuguesa, propôs a gestão privada das universidades públicas. Mesmo que nem ao menos seja factível e não tenha agradado aos setores mais propícios a aceitar verbas privadas na viabilização das universidades, o programa que, espere-se, organiza todo o sistema público federal de ensino superior, em nove páginas, serviu de boia de salvação no momento em que o governo vinha sendo exposto dentro das universidades. O falso dilema entre direitos e financiamento público foi ressuscitado, mas sustentamos: em nenhum lugar do mundo as universidades e a pesquisa científica são mantidas pela iniciativa privada. Mesmo as universidades privadas dos Estados Unidos e Inglaterra, sobretudo o grosso de suas pesquisas científicas, são mantidas essencialmente pelos seus governos.

Estamos na atuação pela saúde e educação, tanto públicas quanto de qualidade, que, quando em articulação com o setor privado, podem promover a garantia de direitos, e não apenas o enriquecimento de alguns poucos às expensas das populações que vinham sendo incluídas nos sistemas de direitos desde o processo constitucional. Que a cidadania seja sobreposta a interesses de corporações financeiras, e por um país soberano e autônomo, que não faça continência a nenhuma bandeira estrangeira. Um país em que o ódio não seja o grande mediador da política, da imprensa e das relações sociais, das famílias até a Praça dos Três Poderes e o relacionamento com países vizinhos. A educação é um direito do cidadão e um dever do Estado. Quem não tem competência para garantir direitos que não se candidate.



Nos 25 anos da nossa universidade e aos 42 de nossa existência, desde a fundação da ADEPM, a Adunifesp é hoje uma entidade que busca aglutinar todas as forças preocupadas com um futuro, tanto democrático como capaz de produzir condições de vida minimamente decente para o conjunto da nossa sociedade. Isso passa por uma universidade dotada de recursos financeiros, materiais e humanos, carreiras sólidas, capacidade de acolhimento de todas as camadas da população e, acima de tudo, um profundo espírito humanista.

É nesse sentido que caminhamos, por ele lutamos e ao lado de todos que a ele desejem se juntar. A Adunifesp mantém assim sua tradição de defender a universidade e construir a nossa história dentro das condições históricas que recebemos, mas com objetivos e determinação daqueles que querem sempre um mundo mais justo.

# 4

## Adunifesp e os 25 Anos da Unifesp: Memórias de Movimentos e Fatos

ROSEMARIE ANDREAZZA

*A memória é uma ilha de edição.*

Waly Salomão

ESCREVER SOBRE A ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIFESP (Adunifesp) é uma experiência de memória. Várias vozes ressoam – tanta gente, tantas ações, vários movimentos. Reconstituir parte dessa história remete imediatamente a distintos momentos da Universidade. A história da nossa entidade de classe se confunde com a própria trajetória, inicialmente da Escola Paulista de Medicina (EPM), e há 25 anos com a da Unifesp.

Vivemos, a partir de vinte diferentes diretorias da associação, as distintas agendas colocadas, seja no âmbito nacional, seja no âmbito local, relacionadas

à defesa da universidade pública, à democratização da educação superior, à carreira docente, à construção da democracia interna, à saúde pública, à própria transformação da EPM em Unifesp, entre outras pautas. Fomos atores e autores do que somos hoje e continuamos seguindo em defesa da universidade pública de qualidade estritamente ligada às demandas sociais.

O compromisso ético-político da nossa entidade pode ter variado ao longo de seus 44 anos de existência, mas é possível dizer que não só atuamos em defesa dos direitos dos docentes, mas também na construção de uma universidade mais democrática e plural. Fomos e somos uma voz, às vezes dissonante, pois representamos um contraponto ao instituído, aos regramentos hegemônicos, aos mantras políticos dos diferentes governos em relação ao caminho que a universidade brasileira deveria seguir. Zelamos pela autonomia de pensamento e de ação em relação tanto aos diferentes dirigentes da nossa Universidade quanto a partidos políticos e aos governos nacionais, estaduais e municipais que se sucederam ao longo dessas décadas. Somos autônomos e nos orgulhamos disso, caminho nem sempre fácil, mas que garantiu nossa voz em vários momentos dessa história, que ao ser de todos é também de cada um de nós, em nossas singularidades e em nossos coletivos.

Uma história de luta e resistência. Assistimos ao início da Ditadura Militar ainda como Associação dos Assistentes da EPM; e ao período da ditadura, como Associação dos Docentes da EPM (ADEPM). Nesse percurso, estivemos nos movimentos de redemocratização do país, vivemos a abertura democrática e a expansão do ensino superior, mais recentemente, agora já como Adunifesp. O contexto político atual imprime novos desafios e novas formas de atuação, pois mais uma vez é preciso lutar e resistir em defesa da democracia e de todas as conquistas sociais, o que inclui a universidade pública.

Nossa luta e nossas posições no espaço da universidade repercutem também para além de seus muros. Ao atuarmos aqui, localmente, emprestamos o saber e a prática construída no meio acadêmico a outros lugares de lutas sociais, dada a legitimidade, ainda presente na sociedade, do saber científico-tecnológico produzido na Universidade.

A atuação política da Adunifesp contribuiu ainda, como uma potente escola, para a formação de gerações de professores que, ao entender mais e melhor a *máquina* universitária, ocuparam e ocupam vários cargos de direção, inclusive de reitor. Na Adunifesp somos sempre Universidade, pois

aprendemos e conhecemos melhor a instituição – ali não somos apenas nossos departamentos ou nossa escola ou nosso *campus*.

A Adunifesp, junto com as entidades representativas dos técnicos administrativos em educação (TAES), dos estudantes de graduação, de pós-graduação, incluindo os residentes, foi conformando e desconformando ritos e rituais universitários; questionando e propondo políticas, numa busca constante por uma transformação da própria Universidade e de seu papel num país como o Brasil. A inclusão social possível de ser realizada na universidade pública, via formação, produção de conhecimento e extensão, é um ponto imprescindível para a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa, mais solidária, mais democrática, portanto, mais alegre.

Neste capítulo, de *tom* memorialista, uma narrativa afetivo-política, pretendemos trazer alguns movimentos e fatos que marcaram a trajetória da Adunifesp e sua presença na vida da Universidade, antes mesmo dos 25 anos da Unifesp. São escolhas de momento, são escolhas da autora que integrou diferentes diretorias, sendo a primeira mulher e não médica a ocupar o cargo de presidente da então ADEPM, hoje Adunifesp – mas isso é prosa para outra ocasião. Vamos aos fatos e às lutas que marcaram essa trajetória.

## A ADEPM: as Conquistas Constitucionais

Quem entra na sede da Adunifesp logo se depara com algumas placas que mostram datas e mudanças de nome da Associação. Elas revelam também as transformações da própria Universidade, ou seja, a mudança dos nomes da associação está em consonância com as transformações da universidade. O quadro mais antigo data de 1963, exatamente sete anos após a federalização da EPM. Trata-se de uma carta, assinada pelo professor Marcos Lindenberg, diretor da EPM na época, comunicando o reconhecimento, pelo Conselho Técnico Administrativo, da Associação dos Assistentes da EPM “como órgão representativo da respectiva categoria”<sup>1</sup>.

Essa foi a célula inicial da nossa associação, que treze anos mais tarde muda de estatuto e de nome. É fundada em assembleia geral dos professores, em 1976, a ADEPM. Um outro momento da EPM. Faz-se premente a necessidade da discussão de uma carreira para os professores das instituições federais de

ensino superior (Ifes), como instrumento de valorização do trabalho docente na EPM. Desde 1966, além dos cursos de graduação de Medicina e Enfermagem<sup>2</sup>, têm início os cursos de Ciências Biomédicas (1966), Fonoaudiologia (1968) e Tecnologia Oftálmica. Nos anos 1970 os programas de pós-graduação já estão em desenvolvimento. Dito de outra maneira, já não somos mais apenas uma Escola de Medicina e de Enfermagem.

A criação da ADEPM, em 1976, relaciona-se também com o cenário nacional, num momento de luta pela redemocratização do país. A organização das diferentes classes profissionais, dos trabalhadores, em suas associações e sindicatos, aliados a outros movimentos e lutas, como o dos estudantes, é uma das estratégias para o enfrentamento da Ditadura Militar e da construção da democracia.

Os anos 1980 são marcados por uma atuação relacionada à constituição da carreira docente, principalmente a partir de uma greve realizada em 1985, que levou à conquista, em 1987<sup>3</sup>, da carreira. Discutíamos em assembleias os regimes de trabalho, os degraus da carreira, os percentuais para a titulação, a malha salarial. Associávamos a outras discussões sobre a importância da universidade pública e de sua autonomia, e junto com o sindicato nacional íamos interferindo no que viria a ser a Constituição Federal de 1988, o que culminou com o art. 207 da Constituição: *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

Era o momento de redemocratização do país. A ADEPM sediou o II Encontro dos Professores da Saúde, no bojo da reforma sanitária, na luta pela constituição do Sistema Único de Saúde (SUS). Lutávamos por mais verbas de orçamento de capital e custeio (OCC), pela democratização do ensino superior, pela valorização do trabalho docente, pela qualidade de ensino.

Nossas formas de luta incluíam as greves, com forte adesão dos professores, na maioria das vezes realizadas em conjunto com alunos de graduação, pós-graduação, residentes e os TAES, o que levou à constituição do Conselho de Entidades da EPM – depois, da Unifesp. Mas nossas causas não eram apenas corporativas, já naquele momento agíamos politicamente com o objetivo de democratizar os espaços institucionais locais, ao viver intensamente o cotidiano e o fazer acadêmico-administrativo da “Escola”. Foi

assim que em 1986 o Conselho de Entidades organizou a primeira consulta à comunidade para “eleição” (na época, chamávamos assim) do diretor da EPM. Além de fazer a eleição, num trabalho de intensa mobilização conseguimos que o candidato escolhido pela comunidade integrasse a lista sêxtupla (isso mesmo), a partir da votação da Congregação da EPM, mesmo que como último nome na lista. Isso garantiu a nomeação do professor Nader Wafae (ex-presidente da ADEPM) pelo governo federal como diretor da EPM entre 1987 e 1991. Depois disso, sempre participamos ativamente dos processos sucessórios para os cargos majoritários em nossa Universidade.

Marco importante para a construção da futura universidade foram os ganhos da greve nacional das Ifes em 1989, que garantiu, além da suplementação orçamentária para as universidades, a abertura de concurso público para 760 cargos e o aumento percentual na carreira por regime de trabalho e para a progressão horizontal. Em 1990, foi aprovado o Regime Jurídico Único, que rege até hoje o trabalho dos servidores públicos federais, e que garantiu, a partir daí, ingresso na carreira apenas por concurso público.

## Da ADEPM à Adunifesp: os Anos de Resistência e de Luta em Defesa da Universidade Pública

O período seguinte foi marcado por uma intensa luta pela sobrevivência da universidade pública. Não imunes a políticas neoliberais, agora triunfantes no Brasil, sofriamos com uma perda salarial (nunca mais recuperada) de mais de mil dias sem nenhum reajuste salarial e sem contratação de professores, nem mesmo para a reposição dos cargos vacantes. A diretriz de busca pelo autofinanciamento, via fundações de apoio ou pelos centros de estudo, ganhou espaço na Universidade, proliferaram os cursos de especialização pagos como forma de sobrevivência institucional e individual, diante dos cortes sistemáticos de orçamento. Tal orientação política ligava-se à reforma administrativa empreendida pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), que reconfigurou o Estado brasileiro, em particular os serviços públicos. Ainda, entre 1995 e 1996, em mais um movimento de greve que atingiu a maioria das Ifes, barramos a PEC n. 86, que pretendia alterar,

restringindo e/ou retirando, a conquista institucional de garantia da autonomia universitária.

Em 1994 foi criada a Unifesp, como uma universidade especializada na área da saúde, o que de fato, naquele momento, pouco mudou o cotidiano universitário, em termos de aumento de alunos, de cursos de graduação. Ainda como ADEPM, atuamos na reforma do estatuto da Universidade, não apenas como membros da Comissão de Reforma, mas como “vozes” do nosso segmento. As propostas levadas à Comissão eram consequência direta das discussões que organizávamos com a comunidade, a partir de assembleias, debates e consultas diretas aos professores, estudantes e técnicos. Ou seja, o primeiro Estatuto da Unifesp teve influência da nossa ação; conseguimos aumentar a participação dos membros eleitos agora no Conselho Universitário, que manteve praticamente a composição da Congregação da EPM, com assento garantido a todos os professores titulares.

A atuação da Associação nesse momento foi muito intensa, com várias greves. Nossa luta não era apenas pela reposição salarial (cinco anos sem nenhum aumento), mas acontecia como forma de resistência às constantes ameaças ao fim da autonomia universitária. Ela, agora, era apresentada não mais via mudança constitucional, mas na forma da criação do “emprego público” do Ministério da Educação (MEC). Tal proposta não prosperou. Eram movimentos grandes, de abrangência nacional, com dias em greve, às vezes furávamos o cerco da imprensa, e a sociedade abria uma discussão sobre nossa importância para o desenvolvimento do país. A avaliação docente ganhava destaque, mas com um peso muito pequeno para as atividades ligadas à graduação e à extensão. Os processos de privatização interno – via centros de estudos – aumentaram. A diminuição constante de verbas para a educação, ciência e tecnologia nos forçava a resistir, pois o novo modelo pretendido para a Universidade não era o que historicamente discutíamos. Não, não estou falando dos dias de hoje, isso ocorreu no final do século XX, início do século XXI.

Internamente nos organizávamos constituindo “chapas” para concorrer a todos os cargos eletivos da Universidade. Mesmo contra-hegemônicos, influenciávamos as decisões, apontávamos rumos, construimos propostas. A cada greve nacional – com sua pauta – produzíamos uma agenda interna. Essa ação conjunta com os outros segmentos da Universidade contribuiu para a constituição de um forte movimento interno, e acabávamos sendo

reconhecidos, pois elegíamos nossos representantes, tínhamos pautas e propostas para fazê-las acontecer.

E, mesmo com candidatos únicos para a direção da Unifesp – o último pleito com concorrência aconteceu em 1990, ainda como EPM –, influenciávamos a eleição, com debates e construção de pautas.

Passados seis anos da criação da Unifesp, uma nova placa na sede da Associação. Mudança de estatuto da nossa entidade, erámos agora a Adunifesp – seção sindical da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional (Andes-SN). A primeira presidente da Adunifesp foi eleita, a professora Soraya Smaili.

## A Adunifesp: a Expansão da Universidade

Erámos mesmo uma Universidade? Era possível uma universidade “especializada” em uma área de conhecimento? Soava como um contrassenso, e esse era um tema que debatíamos. Em 2003, a primeira mudança – foi criado o *Campus* Baixada Santista, ainda na área da saúde. A EPM-Unifesp começava a se transformar em Universidade. Tais mudanças criavam também novos desafios para a Adunifesp, desde sua organização interna, até, e principalmente, a inclusão dos novos colegas.

O ano de 2001 foi marcado, novamente, por uma greve nacional das Ifes. Cem dias de paralisação. Pela primeira vez, corte dos salários dos professores, por dois meses. Ação que, ao contrário do esperado, fortaleceu, ou melhor, fez florescer um sentimento de solidariedade e de pertencimento à categoria – erámos professores, e não mais apenas médicos-professores, enfermeiros-professores, biomédicos-professores. Houve uma adesão de praticamente 100% ao movimento. Ao final ela resultou na criação da classe de professor-associado, entre outros ganhos.

Internamente começou a discussão sobre a própria constituição da Universidade. Refletíamos sobre o futuro da universidade diante de um quadro de privatização interna via cursos pagos de especialização, proliferação dos centros de estudos com CNPJS distintos da universidade. Ao mesmo tempo havia as discussões da reforma do ensino de graduação, em particular da Medicina e da Enfermagem, que, com a aprovação das novas



Diretrizes Curriculares de 2001, precisaram ampliar seus cenários de ensino – ele não pode estar restrito ao hospital, precisam formar para o SUS. Começaram a ser liberados, a conta-gotas, os concursos públicos para professores.

Esse cenário fez com que a Adunifesp aumentasse sua ação interna. Criávamos movimentos, não raro junto com as outras entidades. O espaço da Associação não era mais apenas da diretoria. O Conselho de Representantes da Adunifesp e os professores eleitos para os órgãos colegiados constituíram um coletivo. Ao se reunir mensalmente, discutiam-se as diferentes agendas colocadas para a Universidade, propúnhamos pautas e propostas para os órgãos colegiados e para os próprios departamentos. Intensificava-se o processo de concorrermos, como coletivo, aos cargos eletivos nos colegiados da Universidade. A partir de um programa construído conjuntamente para as sucessivas eleições, reuníamos professores e professoras de diferentes departamentos, de várias colorações ideológicas, que, ao concordarem com o programa, passavam a ser representantes do movimento. A democracia e a pluralidade eram valores que, mesmo que não tivéssemos ainda um nome, indicavam uma potência. Enfim, não precisávamos *ser poder* para interferir nos rumos da nossa jovem Universidade.

Três exemplos dessa atuação me vêm à memória.

Primeiro: o processo de escolha e eleição para reitor, em 2003, configurava que novamente teríamos uma candidatura única, resultado de alinhamento das forças políticas da Universidade. Dito de outra maneira, a disputa para a escolha dos dirigentes ocorreria novamente longe do espaço público, com a interferência de poucos. Como poderíamos influenciar esse processo? Como trazer para o espaço público essa discussão restrita a alguns? Não queríamos apenas organizar e participar da escolha na comunidade, para referendar uma candidatura única. Lideramos nesse momento uma ampla discussão na comunidade, que escolheu a partir de uma pesquisa, de uma consulta pública, os temas que queríamos discutir, e os professores que queríamos escutar falando deles. Produzimos um grande movimento, as mesas com os professores indicados lotavam. Quase chegamos a quebrar a prática da candidatura única, mas não conseguimos. Foi reeleito o reitor da época, como candidato único.

Segundo: a proposição de um instrumento de gestão e de alocação de vagas docentes. A chegada de vagas docentes a conta-gotas criava um desafio

para a Universidade: como distribuí-las? Todos precisavam, pois todos haviam perdido professores nesse período. Para influir nesse processo, a Adunifesp, junto com o conselho de representantes, criou um instrumento de alocação e gestão de vagas, transparente e inclusivo. Apresentou-o aos órgãos colegiados, via representação eleita – finalmente conseguimos uma forma democrática de alocação de vagas, diminuía-se assim “o balcão”. Esse instrumento foi incorporado pela Universidade, modificado ao longo dos anos e perdurou até 2009, quando foi aprovado o quadro do professor-equivalente.

Terceiro: a inclusão das atividades da graduação nos instrumentos de avaliação para a progressão e promoção da carreira docente. Além disso, houve a decisão da não necessidade do título de livre-docente para a promoção a professor-associado. Discussão forte no Conselho Universitário, e, mesmo nossa bancada eleita sendo minoritária, saímos vitoriosos. A graduação e a extensão passaram a pontuar menos do que atividades de pesquisa e pós-graduação, mas ao fim conseguimos a equivalência de “valor” entre as três dimensões do trabalho docente.

A criação dos *campi* Guarulhos, Diadema e São José dos Campos, respectivamente, marca efetivamente a mudança da Universidade. Poderíamos, a partir da ampliação dos campos de conhecimento, nos transformar de fato em uma Universidade. Entretanto, a Adunifesp, em seus espaços coletivos de discussão, trazia as seguintes preocupações a respeito dessa expansão: Como garantir a qualidade da Universidade? Quem e como garantir o financiamento desses novos *campi*? E a infraestrutura? O MEC garantiria a verba de capital? Os professores e técnicos a serem concursados eram suficientes? Haveria aumento do quadro de servidores? Qual a relação aluno/professor? Quantos alunos em cada curso?

Se nos anos de 1980 e 1990 vimos a EPM crescer de forma rápida, ocupando o espaço do bairro da Vila Clementino, alugando vários imóveis, sem nenhum planejamento, agora nos parecia que esse modelo se estendia para as cidades que sediariam os novos *campi*: Santos, Guarulhos e Diadema, inicialmente; depois, São José do Campos e Osasco. As cidades cediam terrenos, prédios, e nós entrávamos. Foi uma ação de muita força, na qual pouco influenciámos, a não ser identificando os problemas futuros. Havia uma ideia hegemônica de que poderíamos sobreviver apenas a partir da

relação com a iniciativa privada, pois as empresas locais bancariam o ensino, a extensão e a pesquisa.

Dois movimentos vão marcar a vida da Universidade a partir de 2005: o primeiro está relacionado a uma crise institucional, que culminou com a destituição do reitor em 2008. Aliado a essa situação, o Ministério Público, entre órgãos de controle, atua no sentido de propor à Universidade vários termos de ajuste de conduta relacionados aos centros de estudos, aos cursos de especialização pagos, entre outras iniciativas. A Adunifesp acompanhou todo esse movimento de regulamentação dos espaços privados dentro do espaço público da Universidade. Acompanhou também a criação da Fundação de Apoio à Universidade (FAP); o fechamento dos centros de estudo; a presença de um reitor *pro tempore* e uma nova eleição – novamente com candidato único.

O segundo movimento é o da expansão das vagas de estudantes a partir de 2007, com o Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Novas demandas para a Adunifesp. Novos desafios. Como construir uma Associação capaz de incluir todos os professores? Como constituir uma associação *multicampi*, em diferentes cidades? Mudamos nossos regulamentos, nossas formas de representação. Foram criadas as diretorias da Adunifesp nos *campi*. Ou seja, ampliamos nossa diretoria. Aumentamos nossos canais de comunicação. Mas, além disso, nos fazíamos presentes nos *campi* da expansão, para contribuir nas discussões locais, para mediar conflitos, para compor espaços de diálogo e conversa, que nos indicavam necessidades de várias ordens. Ocupamos nesse momento de muitos conflitos um papel que, se já exercíamos, se intensificou, e muito – o de mediadores de conflitos. E não foram poucos: entrada da Polícia Militar no *Campus* Guarulhos; acampamento dos estudantes no atual *Campus* São Paulo; manifestações amplas, em particular dos estudantes que denunciavam as condições precárias dos *campi*. A sede e os diretores da Adunifesp acolhiam os professores, que sofriam localmente a pressão do fazer acadêmico e das reivindicações justas dos estudantes e dos colegas, nem sempre bem-vistas pelos dirigentes dos *campi* e da própria Universidade.

Mais uma reforma de estatuto, a de 2010, e novamente nossa presença. Garantimos que o processo deveria ter uma ampla consulta à comunidade, com a possibilidade de recebimento de propostas e emendas ao estatuto, inclusive com a realização de plebiscito sobre os temas mais polêmicos. Um

exemplo: houve quem defendesse a volta da cátedra, ao colocar que apenas professores titulares poderiam ser chefes de departamento, mas a comunidade disse não. Uma importante vitória foi a mudança da constituição do Conselho Universitário, que passou a ter finalmente uma representação eleita dos professores titulares, e não mais todos os titulares (naquele momento, quase a totalidade deles era da EPM), entre outros avanços. Houve a definição das Unidades Universitárias, da direção dos *campi*, a partir de uma direção específica e de um conselho próprio. Realizamos nessa época junto com as entidades dos técnicos e dos estudantes o primeiro Congresso da Unifesp, que aprovou várias diretrizes para o novo estatuto da universidade.

As diretorias da Adunifesp foram incorporando os professores dos outros *campi*, não somos mais apenas professores ligados ao *Campus* São Paulo. A Adunifesp criou uma capilarização de escuta e de conversa com os *campi*.

Por outro lado, no MEC iniciavam-se os processos de pactuação, a partir de instrumentos de gestão, para o crescimento e expansão, visando ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na Universidade. Construimos nesse período uma posição muito sólida de defesa da democratização do acesso ao ensino superior, da ampliação de vagas públicas, mas que só ocorreria se conseguíssemos um adequado financiamento, uma progressiva valorização do trabalho docente para a manutenção da qualidade, entre outros aspectos.

Uma nova greve – a de 2012 – de âmbito nacional foi um marco no processo de construção da nossa Universidade. Mais de cem dias paralisados, grandes assembleias. Pela primeira vez nos víamos, escutam os colegas de outros *campi*; pela primeira vez ocupávamos o mesmo espaço físico. Havia um novo sentimento que a Adunifesp propiciava – o de pertencer à mesma Universidade. A greve indicava o quanto o crescimento sem a estrutura necessária, não só física, mas também de representação, chegava ao seu limite.

Conhecíamos e nos reconhecíamos. Indubitavelmente esse foi um ganho adicional ao aumento salarial (muito aquém do necessário) que conseguimos nessa greve, além das mudanças na nossa carreira. Em particular, pela possibilidade de todos os professores ascenderem, a partir de processos continuados de avaliação, à classe de professor titular. Mudávamos, assim, as relações de poder no interior da Universidade.

Foi nesse momento que surgiram as condições objetivas da construção de uma candidatura à Reitoria advinda do movimento dos professores, dos

técnicos e dos estudantes – o movimento plural e democrático. Houve disputa – boa disputa democrática – para esse pleito de reitor na Unifesp. O primeiro como Universidade. Três chapas inscritas, amplos debates; a Universidade viveu um movimento que nos fez mais alegres e mais confiantes novamente, depois de um período de crise institucional muito forte.

Elegemos e reelegemos a primeira reitora mulher, não médica, para gerir nossa Universidade, a professora Soraya Smaili.

## Para Terminar: um Novo Momento de Resistência e de Luta

Os sete anos seguintes da Universidade são novamente marcados por ataques sucessivos aos nossos direitos e ao modelo de universidade pública que se quer construir. Momento que impinge muita resistência, muita organização e muita capacidade de luta. Vivemos no Brasil um processo de retrocesso das conquistas sociais conseguidas nas últimas décadas. A Emenda Constitucional n. 95, do teto de gastos públicos, aprovada em 2016, nos coloca numa situação de incerteza e de luta pela sobrevivência. A universidade pública, em particular, é atacada fortemente. Cortes constantes nos orçamentos, contingenciamentos, centralização das decisões de pessoal no Ministério da Economia não só trouxeram uma nova linguagem para o meio acadêmico, como também apontam para mudanças profundas no modelo de Universidade que conhecemos até hoje. O corte de verbas para a ciência, os ataques à autonomia universitária, as delações, internas e externas, de dirigentes das Ifes, as perseguições diante de pautas ideológicas indicam-nos um momento sofrido que clama pela nossa ação de resistir.

Continuamos a construir lutas, paralisando em alguns momentos, trazendo os temas prementes para a discussão dos coletivos. O Projeto Future-se é apresentado e recusado pelo meio acadêmico. Novamente atuamos nos espaços colegiados em que continuamos a manter “uma bancada”, muitas vezes muito articulada, e em outros momentos com mais dificuldade. A possibilidade de interação não presencial mostra à Adunifesp novas possibilidades de construção de coletivos e de movimentos em direção aos valores que nos unem nos 25 anos da Universidade e nos 44 anos da nossa Entidade – os valores da vida, da justiça, da democracia, da

solidariedade, da pluralidade, da diversidade, da alegria. Somos uma UNIVERSIDADE, enfim.

Contar essa história aos novos professores que ingressaram na Unifesp nos últimos anos – houve uma renovação, em torno de 80% do quadro docente, em particular na EPM, Escola Paulista de Enfermagem (EPE) e na Baixada Santista (BS) – é um “dever de memória”, mesmo com algum grau de imprecisão de datas. Somos hoje o que somos na Universidade porque resistimos, lutamos, conquistamos esse espaço. Ele não é natural, ele é fruto de muitas gerações, de muitos pensamentos, de muitas ações, de diversos movimentos.

A Adunifesp é um ator social fundamental nesse percurso, como quisemos lembrar aqui, com alguns fatos e movimentos. Seguimos fortes. Mais do que nunca precisamos coletiva e individualmente da nossa Associação.

- 
1. Adunifesp, “Da ADEPM à Adunifesp – 25 Anos de Luta”, *Revista da Adunifesp*, 2001.
  2. A Escola Paulista de Enfermagem (EPE) foi criada em 1938, quase junto com a Escola Paulista de Medicina (EPM), em 1932. Inicialmente com uma Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (HSP). A partir de 1962, com o curso superior é criada a EPE; federalizada em 1967, é incorporada à EPM. Sua transformação em unidade universitária novamente como EPE vai ocorrer em 2010 (C. V. C. Cardili e M. C. Sanna, “Acontecimentos que Antecederam a Federalização da Escola Paulista de Enfermagem”, *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, vol. 19, n. 1, 2015).
  3. Brasil, Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987.

# Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sergio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ADUNIFESP (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO). “Da ADEPM à Adunifesp – 25 Anos de Luta”. *Revista da Adunifesp*, São Paulo, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Trad. H. Burigo. Belo Horizonte, UFMG, 2002.
- AGU (ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO). Parecer n. 00929/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 8 de julho de 2019. Brasília, 2019.
- \_\_\_\_\_. & PFUNIFESP (PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO). Parecer n. 000175/2015/SIS ADM/PFUNIFESP/PGF/AGU, 2015. Brasília, 2015.
- ALENCAR, V. C. *et al.* “Functional and Evolutionary Characterization of a UDP-Xylose Synthase Gene from the Plant Pathogen *Xylella Fastidiosa*, Involved in the Synthesis of Bacterial Lipopolysaccharide”. *Biochemistry*, vol. 56, n. 5, 2017, pp. 779-792.
- ANTUNES, António Lobo. “Ouvir com os Olhos”. *Observador*, 27 out. 2016. Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/ouvir-com-outros-olhos/>>. Acesso em: dez. 2019.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. R. Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ARRUDA, M. B. *et al.* “Brazilian Network for HIV Drug Resistance Surveillance (HIV-BresNet): A Survey of Treatment-naive Individuals”. *Journal of the International Aids Society*, vol. 21, n. 3, 2018.
- ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPERIO DO BRAZIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro – Anno de 1823*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Livro 2.

- AZEVEDO, Mario; BRAGGIO, Ana & MENDES CATANI, Afrânio. “A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e Sua Influência no Brasil: Um Foco no Movimento Estudantil Antes do Golpe de 1964”. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, vol. 9, n. 13, 2018, pp. 37-51.
- BAKHTIN, Mikhail M. *The Dialogic Imagination*. Austin, University of Texas Press, 1990.
- BANCO MUNDIAL. *Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil*. Washington, Banco Mundial, 2017.
- BARBIERI, M. & RODRIGUES, J. (orgs.). *Memórias do Cuidar: Setenta Anos da Escola Paulista de Enfermagem*. São Paulo, Unifesp, 2010.
- BARBOSA, Andréa. “Fotografia, Narrativa e Experiência”. In: BARBOSA, Andréa *et al.* (orgs.). *A Experiência da Imagem na Etnografia*. São Paulo, Terceiro Nome, 2016.
- . “Pimentas nos Olhos Não é Refresco: Fotografia, Espaço e Memória na Experiência Vivida por Jovens de um Bairro ‘Periférico’ de Guarulhos”. *Revista Cadernos de Arte e Antropologia*, São Paulo, 2012.
- BARUZZI, Roberto G. & JUNQUEIRA, Carmen (orgs.). *Parque Indígena do Xingu – Saúde, Cultura e História*. São Paulo, Terra Virgem, 2005.
- BATISTA, N. A. *et al.* “Educação Interprofissional na Formação em Saúde: A Experiência da Universidade Federal de São Paulo”. *Interface (Botucatu)*, Santos, Campus Baixada Santista, vol. 22, supl. 2, 2018, pp. 1705-1715.
- BIONDI, Luigi. “Não Éramos Mais uma Universidade: A Política na Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal à Ditadura”. In: RODRIGUES, Jaime *et al.* *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaios sobre História e Memória*. São Paulo, FapUnifesp, 2008.
- BOMENY, Helena. “A Reforma Universitária de 1968: 25 Anos Depois”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 26, n. 9, 1994, pp. 51-65.
- BORGES, D. R. “Introdução: O Nascimento de uma Universidade”. In: RODRIGUES, J. *et al.* *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaios sobre História e Memória*. São Paulo, FapUnifesp, 2008.
- BRAGA, José Carlos de S. & PAULA, Sérgio G. de. *Saúde e Previdência – Estudos de Política Social*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “A Cultura do Povo, a Prática da Classe: Canções de Militância”. In: *Anais da 1ª Conferência Nacional de Educação – Simpósio de Educação Popular*. São Paulo, mimeografado, 1980.
- BRASIL. Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9759-11-abril-2019-787966-publicacaooriginal-157738-pe.html>>. Acesso em: fev. 2020.
- . Decreto n. 9.757, de 11 de abril de 2019. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9757-11-abril-2019-787964-publicacaooriginal-157735-pe.html>>. Acesso em: fev. 2020.
- . Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8752-9-maio-2016-783036-publicacaooriginal-150293-pe.html>>. Acesso em: fev. 2020.



- . Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: fev. 2020.
- . Decreto n. 7.824, de 11 outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm)>. Acesso em: 23 out. 2020.
- . Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 23 out. 2020.
- . *Programa Nacional de Direitos Humanos (pndh-3)*. Ed. rev. e atual., Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2010.
- . Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 28 out. 2020.
- . Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm)>. Acesso em: fev. 2020.
- . Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. *Arquivo do Planalto*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: fev. 2020.
- . Lei n. 10.172, de 9 janeiro de 2001. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: fev. 2020.
- . Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: fev. 2020.
- . Lei n. 8.957, de 15 de dezembro de 1994. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8957.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8957.htm)>. Acesso em: dez. 2019.
- . Constituição Federal. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 27 out. 2020.
- . Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/D94664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D94664.htm)>. Acesso em: 30 out. 2020.
- . Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: dez. 2019.
- . Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Arquivo da Câmara dos Deputados*, Brasília, 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: set. 2019.
- . Decreto n. 53.885, de 13 de abril de 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53885-13-abril-1964-394178-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. 2020.
- . Decreto n. 53.373, de 31 de dezembro de 1963. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 1963. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?>

- norma=476036&id=14235344&idBinario =15803693&mime=application/rtf>. Acesso em: set. 2019.
- ..... Decreto n. 53.372, de 31 de dezembro de 1963. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 1963. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=476035&tipoDocumento=DECn&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: set. 2019.
- ..... Decreto n. 1.107, de 30 de maio de 1962. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 1962. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=374213&tipoDocumento=DCM&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: set. 2019.
- ..... Lei n. 3.835, de 13 de dezembro de 1960. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 1960. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=545661&id=14234016&idBinario =15640563&mime=application/rtf>>. Acesso em: set. 2019.
- ..... Lei n. 2.712, de 21 de janeiro de 1956. *Arquivo do Senado Federal*, Brasília, 1956. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/#/basica>>. Acesso em: jul. 2018.
- ..... Decreto-lei n. 5.452, de 10 de maio de 1943. *Arquivo do Planalto*, Brasília, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- ..... Lei n. 173, de 10 de setembro de 1893. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/541214/publicacao/15629653>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL (CNEDH – COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação/Ministério da Justiça/Unesco, 2007.
- BRASIL (SENADO). Projeto de Lei do Senado n. 485, de 2008. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/88790>>. Acesso em: 22 out. 2020.
- CAGNACCI, Carolina Vieira. *Processo de Federalização da Escola Paulista de Enfermagem*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Enfermagem, 2013.
- CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 4, n. 8, jan.-abr. 1990, pp. 4-18.
- CAPOZZOLO, A. A.; CASOTTO, S. & HENZ, A. (orgs.). *Clínica Comum: Itinerários de uma Formação em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2013, vol. 1.
- CAPOZZOLO, A. A. et al. “Formação Interprofissional e Produção do Cuidado: Análise de uma Experiência”. *Interface (Botucatu)*, vol. 22, supl. 2, 2018, pp. 1675-1684.
- ..... “Narrativas na Formação Comum de Profissionais de Saúde”. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 12, 2014, pp. 443-456.
- ..... “Experiência, Produção de Conhecimento e Formação em Saúde”. *Interface (Botucatu)*, vol. 17, n. 45, 2013, pp. 357-370.
- CARDILI, C. V. C & SANNA, M. C. “Acontecimentos que Antecederam a Federalização da Escola Paulista de Enfermagem”. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, vol. 19, n. 1, 2015, pp. 24-32.
- CARDOSO, R. C. L. & SAMPAIO, H. “Estudantes Universitários e o Trabalho”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, 1994, pp. 30-50.
- CARLOS, Ana Fani A. *A Condição Espacial*. São Paulo, Contexto, 2011.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem, Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 10. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, Roberto Francisco de. *Gestão e Participação Universitária no Século xxi*. Curitiba, CRV, 2013.
- CASETTO, Sidnei José *et al.* “A Good Training Based on Insufficiency: Work in Health Care as an Ethics”. *Journal of Health Psychology*, vol. 21, 2016, pp. 291-301.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford, UK, Oxford University Press, 2009.
- CEPI (CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO – FGV DIREITO SP). *O Futuro das Profissões Jurídicas: Você Está Preparad@?* São Paulo, FGV-SP, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- CHAUÍ, Marilena S. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo, Editora Unesp, 2001.
- COCOLO, ANA CRISTINA. “Projeto Monitora Biodiversidade no Litoral Paulista”. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3155-projeto-monitora-biodiversidade-no-litoral-paulista>>. Acesso em: 21 out. 2020.
- COLHERINHAS, G. *et al.* “Storing Energy in Biodegradable Electrochemical Supercapacitors”. *acs Omega*, vol. 3, n. 10, 2018, pp. 13869-13875.
- “CONSU Aprova Paridade na Consulta para Escolha de Reitor da Unifesp”. *Notícias Unifesp*, 20 maio 2016. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/2147-consu-aprova-paridade-na-consulta-para-escolha-de-reitor-da-unifesp>>. Acesso em: set. 2019.
- CONTIER, Ana Teresa Ribeiro. *Análise Quantitativa e Qualitativa das Narrativas de Pessoas com Epilepsia*. Tese de doutorado, São Paulo, Unifesp, 2019.
- COSTA, S. L. *et al.* “Desafios e Novas Tecnologias no Ensino para o Trabalho em Saúde: Relato de Experiência”. *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura*, vol. 3, 2013, pp. 26-45.
- CRUZ, F. M. & CESPEDES, J. G. *O Perfil Socioeconômico e Cultural da Universidade Federal de São Paulo: Estudo Realizado com Base nos Dados de Ingressantes de 2011 na Universidade Federal de São Paulo*. Rio de Janeiro, Livre Expressão, 2013.
- CURY, C. R. Jamil. “A Nova Unifesp ou a Amizade como Eleição Recíproca entre Dois Irmãos”. *Aula Magna*. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Unifesp, mimeo, 2007.
- DE MASI, Domenico. *Alfabeto da Sociedade Desorientada – Para Entender o Nosso Tempo*. São Paulo, Objetiva, 2017.
- DELORY-MOMBERGER, Christone. “A Pesquisa Biográfica: Projeto Epistemológico e Perspectivas Metodológicas”. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. & PASSEGGI, M. (orgs.). *Dimensões Epistemológicas e Metodológicas da Pesquisa (Auto)Biográfica: Tomo I*. Natal/Porto Alegre/Salvador, EDUFRN/EDIPUCRS/EDUNEB, 2012, pp. 71-93.
- “DESEMPENHO da Economia da Região (ABC) no Século 21 é Vexatório”. *Capital Social*. Disponível em: <<http://www.capitalsocial.com.br/materia.asp?id=6423&secao=Economia>>. Acesso em: fev. 2020.
- DEUS, Sandra de & HENRIQUES, Regina Lucia Monteiro. “A Universidade Brasileira e Sua Inserção Social”. In: CASTRO, Jorge Orlando & TOMMASINO, Humberto. *Los Caminos de la Extensión en América Latina y el Caribe*. Santa Rosa, Universidad Nacional de La Pampa, 2017.

- DOMENE, S. M. Á *et al.* “Avaliação dos Egressos do Curso de Nutrição da Unifesp: Subsídios para a Reforma da Matriz Curricular”. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, vol. 12, 2017, pp. 593-610.
- DOUZINAS, Costas. *O Fim dos Direitos Humanos*. Trad. L. Araújo. São Leopoldo/RS, Unisinos, 2009.
- “ENEM Terá Enunciado Menor, Diz Ministro”. *O Estado de S. Paulo*, 30 out. 2010. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,enem-tera-enunciado-menor-diz-ministro-imp-,631985.amp>>. Acesso em: fev. 2020.
- ERSCHING, J. *et al.* “The Combined Deficiency of Immunoproteasome Subunits Affects Both the Magnitude and Quality of Pathogen- and Genetic Vaccination-Induced CD8+ T Cell Responses to the Human Protozoan Parasite *Trypanosoma cruzi*”. *PLoS Pathog*, vol. 12, n. 4, 2016.
- SCOREL, Sarah. *Reviravolta na Saúde – Origem e Articulação do Movimento Sanitário*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. “Classe Dirigente e Ensino Jurídico”. *Cadernos fgv Direito Rio*, Rio de Janeiro, vol. 3, fev. 2009, pp. 39-80.
- FARIA, J. B. & PEREIRA, J. E. D. “Residência Pedagógica: Afinal, o que é Isso?”. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, vol. 28, n. 68, maio-ago. 2019, pp. 333-356. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8393>>. Acesso em: jul. 2020.
- FARIA, José Eduardo. “A Realidade Política e o Ensino Jurídico”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. 82, 1987, pp. 198-212.
- FBSP (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA). *11<sup>o</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em: mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. & IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). *Atlas da Violência 2016*. Brasília/São Paulo, Ipea/FBSP, 2016.
- FERES JÚNIOR, J. & ZONINSEIN, J. “Introdução: Ação Afirmativa e Desenvolvimento”. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Ação Afirmativa e Universidade: Experiências Nacionais Comparadas*. Brasília, UnB, 2006, pp. 9-45.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins; TELO, Florita Cuhanga António & CORDARO, Rosângela. “A Luta dos Negros e das Negras Continua: Entrevista com Kabengele Munanga”. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 2, n. 2, 2016, pp. 38-44.
- FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito – Técnica, Decisão e Dominação*. 2. ed., São Paulo, Atlas, 1994.
- FERRETTE, Bruno Lopes da Silva *et al.* “DNA Barcode Reveals the Bycatch of Endangered Batoids Species in the Southwest Atlantic: Implications for Sustainable Fisheries Management and Conservation Efforts”. *Genes (Basel)*, vol. 10, n. 4, 2019.
- FIORI, Ernani. *Educação e Política*. Porto Alegre, L&PM, 1991.
- Folha de S. Paulo*, 19 jan. 2004.
- FONAPRACE (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS) & ANDIFES (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

- SUPERIOR). *v Pesquisa dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Brasília, 2019.
- . “Relatório Executivo”. In: *Idem. v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes*. Uberlândia, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. M. E. Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- FRANCO, Paula. “Era uma Vez Eu, o Xingu, a História Oral de Vida e a História Econômica”. In: NEMI, Ana. *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*. São Paulo, FapUnifesp, 2001, pp. 249-280.
- GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. *75x75 epm/Unifesp, Uma História, 75 Vidas*. São Paulo, Unifesp, 2008.
- . (org.). *Recortes da Memória*. São Paulo, Unifesp, 2009.
- GENNARI, Mariane Soares. “A Experiência do Graacc como Hospital Filantrópico Inserido no Sistema Único de Saúde Brasileiro”. In: NEMI, Ana. *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*. São Paulo, FapUnifesp, 2012, pp. 221-248.
- GOLDSCHMIED, E. & JACKSON, S. *Educação de 0 a 3 Anos: O Atendimento em Creche*. 2. ed., Porto Alegre, Artmed, 2006.
- GOMES, Eustáquio. “País Tem História Universitária Tardia”. *Jornal da Unicamp*, ano XVII, vol. 191, 2002.
- GORENDER, Jacob. “Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 11, n. 29, jan.-abr. 1997.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRECCO, S. S. *et al.* “In Vitro Antileishmanial and Antitrypanosomal Activities of Flavanones from *Baccharis Retusa* Dc. (Asteraceae)”. *Experimental Parasitology*, vol. 130, n. 2, 2012, pp. 141-145.
- GUERRA, Alexandre *et al.* *Atlas da Exclusão Social de Osasco: Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*. Osasco, SDTI/PMO, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas*. Brasília, Inep, 2008.
- . “Uma Visão Sistêmica da Educação”. *Folha de S.Paulo*, 25 set. 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro, 2011.
- HENZ, A. O.; CASETTO, S. J. & CAPOZZOLO, A. A. “Discursos e Rupturas de Fronteiras na Clínica Comum em Saúde”. *Trajethos*, vol. 3, 2014, pp. 37-49.
- HENZ, A. O. *et al.* “Cabeça Dizpensa, Corpo Desvago: Experimentações de um Laboratório de Sensibilidades”. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol. 29, 2017, pp. 96-102.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=sobre>>. Acesso em: 28 out. 2020.
- . *pib dos Municípios – Base de Dados 2002-2009*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 22 out. 2020.

- IMBRIZI, J. M. *et al.* “Narrativas de Vida como Estratégia de Ensino-Aprendizagem na Formação em Saúde”. *Interface (Botucatu)*, vol. 22, n. 66, set. 2018, pp. 929-938.
- “INCIDÊNCIA de ‘Amarelinho’ nos Laranjais Paulistas Cai Drasticamente”. *Agência Fapesp*, 17 jul. 2016.
- INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA). *Censo da Educação Superior de 2017*. Brasília, Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), set. 2018.
- . *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_educacao\\_superior/sinopse\\_educacao\\_superior\\_2017.zip](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip)>. Acesso em: fev. 2020.
- . *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2006/Sinopse\\_EducacaoSuperior\\_2006.zip](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2006/Sinopse_EducacaoSuperior_2006.zip)>. Acesso em: fev. 2020.
- . *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília, 1995. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/sinopses\\_estatisticas/sinopses\\_educacao\\_superior/sinopse\\_educacao\\_superior\\_1995.xls](http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1995.xls)>. Acesso em: fev. 2020.
- INSTITUTO CANOA. *Co.letivo: Programa de Residência Pedagógica*. Disponível em: <<http://institutocanoa.com.br/co-letivo/>>. Acesso em: ago. 2020.
- JOVCHELOVICH, S., Bauer M. W. “Entrevista Narrativa”. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático*. Petrópolis, Vozes, 2012.
- JURDI, A. P. S. *et al.* “Revisitar Processos: Revisão da Matriz Curricular do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo”. *Interface (Botucatu)*, vol. 22, n. 65, abr. 2018, pp. 527-538.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 6. ed., Coimbra, Arménio Amado, 1984.
- KEYNES, John Maynard. *Ensaio sobre a Persuasão*. Nova York, W. W. Norton & Cia, 1963.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Los Estratos del Tiempo: Estudios sobre la Historia*. Barcelona, Paidós, 2001.
- LAMY FILHO, A. “A Crise do Ensino Jurídico e a Experiência do Ceped”. *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, vol. 6, n. 18, 1972, pp. 151-164.
- LEFEVRE, Henri. *Le Droit à la Ville*. Paris, Éditions Economica, 2009.
- LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana Maria C. *O Discurso do Sujeito Coletivo: Um Novo Enfoque em Pesquisa Qualitativa*. Caxias do Sul, Educs, 2003.
- LEFEVRE, Fernando *et al.* “Discurso do Sujeito Coletivo, Complexidade e Auto-organização”. *Ciências e Saúde Coletiva*, vol. 14, n. 4, 2009, pp. 1193-1204.
- LIMA, Nísia Trindade *et al.* *Saúde e Democracia – História e Perspectivas do sus*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.
- LOPES, Antonio Carlos. “Prefácio”. In: REGINATO, Valdir & GALIAN, Dante Marcello Claramonte. *epm 80 Anos: História, Memória, Identidade*. São Paulo, EPM, 2014.
- MACEDO, Leticia & DUARTE, Nathalia. “Professores da Unifesp Decidem Manter Greve”. *Portal G1*, 27 jul. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/07/professores-da-unifesp-decidem-manter-greve.html>>. Acesso em: out. 2019.
- MACHADO, F. R. *et al.* “The Epidemiology of Sepsis in Brazilian Intensive Care Units (the Sepsis Prevalence Assessment Database, SPREAD): An Observational Study”. *The Lancet Infectious*

- Diseases*, vol. 17, n. 11, 2017, pp. 1180-1189.
- MARTINS, A. C. P. “Ensino Superior no Brasil: Da Descoberta aos Dias Atuais”. *Acta Cirurgica Brasileira*, São Paulo, vol. 17, supl. 3, 2002, pp. 4-6.
- MARTINS, R. C. C. C. *et al.* “Mudanças na Qualidade de Vida: A Experiência de Idosas em uma Universidade Aberta à Terceira Idade”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, vol. 22, 2019.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Uma Greve, Várias Lições. A Greve das Universidades Federais no Brasil em 2012”. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, vol. 4, n. 10, 2013, pp. 135-142.
- MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>>. Acesso em: 29 out. 2020.
- ..... *A Democratização e Expansão da Educação Superior no País 2003-2014*. Brasília, MEC, 2014.
- ..... Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012. *Arquivo mec*. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf)>. Acesso em: fev. 2020.
- ..... Resolução CNE/CEB n. 1, de 10 de março de 2011. *Arquivo mec*. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Resolu%C3%A7ao-n-1-10-03-2011.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.
- ..... Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. *Arquivo mec*. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: dez. 2019.
- MEC, CNE (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). Resolução CNE/CP n. 2/2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jul. 2015, Seção 1, pp. 8-12.
- ..... Resolução CNE/CP n. 1/2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 maio 2006, Seção 1, p. 11.
- ..... Resolução CNE/CP n. 2/2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 mar. 2002, Seção 1, p. 9.
- MEC, CNE/CES (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR). Parecer do Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Homologado pela Portaria n. 1.350. *Diário Oficial da União*, 17 dez. 2018, Seção 1, p. 34. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/Portarias/Parecer%20CNE%20Diretrizes%20para%20as%20Políticas%20de%20Extensão%20da%20Educação%20Superior%20Brasil%20eira.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.
- MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)/COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Relatório Final: Uma Nova Política para a Educação Superior*. Brasília, Ministério da Educação, 1985.
- MEC/INEP (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). *Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas*. Brasília, MEC, 2007.
- MEC/PNE (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). *Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: set. 2019.

- MEC/SEB/SECADI/CNE. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília, MEC/SEB/Dicei, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: dez. 2019.
- MEC/SESU/DIFES. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: fev. 2020.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom & BERTOLLI FILHO, Cláudio. “História Social da Saúde – Opinião Pública Versus Poder, a Campanha da Vacina, 1904”. *Estudos cedhal*, São Paulo, n. 5, 1990.
- MELLO, Guilherme Arantes & BONFIM, José Ruben de Alcântara. “Um Sanitarista Chamado Walter Leser”. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 9, set. 2015.
- MENDES, R. & COSTA, S. L. “Redes Sociais Territoriais: Apontamentos e Devires”. *Redes Sociais Territoriais*. São Paulo, FapUnifesp, vol. 1, 2014, pp. 217-222.
- MESTRINER, M. L. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- MORENO, Ana Carolina. “Governo Interveio em 6 das 12 Nomeações de Reitores de Universidades Federais até Agosto”. *G1, Portal de Notícias*, 31 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/31/governo-interveio-em-6-de-12-nomeacoes-de-reitores-de-universidades-federais-ate-agosto.ghtml>>. Acesso em: ago. 2019.
- MOTA, Carine. “Entrevista: Um Debate Necessário”. *Entrementes – Jornal da Unifesp*, ano 3, n. 11, ago. 2015.
- MOTT, Maria Lúcia *et al.* “Assistência à Saúde, Filantropia e Gênero: As Sociedades Civis na Cidade de São Paulo (1893-1929)”. In: MOTT, Maria L. & SANGLARD, Gisele (orgs.). *História da Saúde em São Paulo: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, Minha Editora, 2011, pp. 93-132.
- MUNANGA, K. “Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas”. *Sociedade e Cultura*, vol. 4, n. 2, 2007.
- NADER, H. B. *et al.* “Heparins and Heparinoids: Occurrence, Structure and Mechanism of Antithrombotic and Hemorrhagic Activities”. *Current Pharmaceutical Design*, vol. 10, n. 9, 2004, pp. 951-966.
- NEDER CERZETTI, Sheila Christina *et al.* *Interações de Gênero nas Salas de Aula da Faculdade de Direito da USP: Um Currículo Oculto?* São Paulo, Cátedra Unesco de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019.
- NEMI, A. *Entre o Público e o Privado: Hospital São Paulo e Escola Paulista de Medicina (1933 a 1988)*. São Paulo, Hucitec, 2020. (No prelo.)
- ..... “A Escola Paulista de Medicina entre a Ditadura e a Abertura: A ‘memória do Mal’ e a ‘tentação do Bem’”. In: CARDOSO, Lucileide. *50 Anos do Golpe de 1964: Violência, Ditadura e Memória*. Salvador, Editora UFBA, 2017, pp. 223-242.
- ..... & SCHRAIBER, Lilia B. “Luiz Carlos Bresser-Pereira: O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Gerencial do Estado dos Anos de 1990”. *Interface (Botucatu)*, vol. 23, 2019, pp. 1-13.



- NEMI, A. et al. *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu: Narrativas Médicas das Expedições da Década de 1960*. São Paulo, Editora da Unifesp, 2020.
- “NOVA Reitora da Unifesp é Nomeada”. *Agência Fapesp*, 7 fev. 2012. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/nova-reitora-da-unifesp-e-nomeada/16805/>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1995. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: dez. 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. “A Formação Universitária do Professor de Geografia”. *Revista Orientação*, São Paulo, n. 10, 1993, pp. 33-40.
- OLIVEIRA, C. A. M. et al. “A Escrita de Narrativas e o Desenvolvimento de Práticas Colaborativas para o Trabalho em Equipe”. *Interface (Botucatu)*, vol. 20, n. 59, dez. 2016, pp. 1005-1014.
- ..... “Peer Mentoring Program in an Interprofessional and Interdisciplinary Curriculum in Brazil”. *Anatomical Sciences Education*, vol. 8, 2015, pp. 338-347.
- ..... “Peer Mentoring in a Multiprofessional and Interdisciplinary Graduation Module in Brazil”. In: *iv Seminário de Inovação em Atividades Curriculares*, Campinas, 2013.
- OLIVEIRA, Rosana Carla de. *Paulistinha, a Creche Universitária da Unifesp: A Construção Identitária de uma História Multifacetada (1971 a 1996)*. Dissertação de mestrado, Guarulhos, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.
- OSASCO (Município). SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO. *Estudo para Subsídio à Candidatura de Osasco para Receber um Curso Acadêmico de Direito na Cidade*. Osasco, 2014. Disponível em: <<http://www.seplag.osasco.sp.gov.br/Content/uploads/publicacao/arquivo/of6a66d2-0455-4bd6-a9d5-6c153055ee19.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.
- PARGENDLER, Mariana & SALAMA, Bruno Meyerhof. “Direito e Consequência no Brasil: Em Busca de um Discurso sobre o Método”. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, vol. 262, jan. 2013, pp. 95-144.
- PARRA, H. Z. M. “Educação Expandida e Ciência Amadora: Primeiros Escritos”. In: FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira & NUNES, Flaviana Gasparotti (orgs.). *Imagens, Geografias e Educação: Intenções, Dispersões e Articulações*. Dourados, Editora UFGD, 2013, pp. 79-102.
- “PAUTA de Reivindicações do Movimento Estudantil”. *Greve Unifesp*, 25 mar. 2012. Disponível em: <<https://greveunifesp.wordpress.com/2012/03/25/pauta-de-reivindicacoes-do-movimento/>>. Acesso em: nov. 2019.
- PEDROSA, Mário. “O Bicho da Seda na Sociedade de Massa”. In: ARANTES, Otilia (org.). *Política das Artes*. São Paulo, Edusp, 1995.
- PEREIRA, Sônia Regina et al. “Inserção e Impacto Social da Escola Paulista de Enfermagem no Cenário Paulista”. In: BARBIERI, M. & RODRIGUES, J. (orgs.). *Memórias do Cuidar: Setenta Anos da Escola Paulista de Enfermagem*. São Paulo, Unifesp, 2010.
- POLETO, P. R. & JURDI, A. P. S. “A Experiência de Revisão das Matrizes Curriculares em um Projeto Pedagógico Inovador: Caminhos para Fortalecer a Educação Interprofissional em Saúde”. *Interface (Botucatu)*, vol. 22, supl. 2, 2018, pp. 1777-1786.
- PRADO, José Leal. *Sobre o Curso de Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Biomédicas da Escola Paulista de Medicina*. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp, CEHFI, Pasta 67.

- RAUPP, Marilene D. *A Educação Infantil nas Universidades Federais: Questões, Dilemas e Perspectivas*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- REUNI. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes*. Brasília, MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: fev. 2020.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei & JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Ensino do Direito no Brasil*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2002.
- RODRIGUES, Jaime *et al.* *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: Ensaio sobre História e Memória*. São Paulo, Unifesp, 2008.
- ROSSIT, R. A. S. *et al.* “Grupo de Pesquisa como Espaço de Aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP): Narrativas em Foco”. *Interface (Botucatu)*, vol. 22, supl. 2, 2018, pp. 1511-1523.
- “Análise de um Projeto de Educação Interprofissional na Formação em Saúde: Percepção de Egressos”. *Espaço Saúde*, Londrina, vol. 15, supl. 1, 2014, pp. 381-386.
- RUBIÃO, André. *A História da Universidade: Genealogia para um Modelo Participativo*. Coimbra, Almedina, 2013.
- SÁ, B. C. *Pimentas e Suas Imagens: Estudo sobre a Construção Vivida e Simbólica do Espaço Urbano de um Bairro Periférico da Cidade de Guarulhos*. TCC em Ciências Sociais, Guarulhos, EFLCH-Unifesp, 2010.
- SÁ FILHO, D. J. *et al.* “Analysis of Full-length Human Immunodeficiency Virus Type 1 Genome Reveals a Variable Spectrum of Subtypes B and F Recombinants in São Paulo, Brazil”. *Aids Research and Human Retroviruses*, vol. 21, n. 2, 2005, pp. 145-151.
- SALDANHA, Paulo. “Pela 1ª Vez, Unifesp Será Dirigida por uma Mulher”. *O Estado de S. Paulo*, 29 out. 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-unifesp-sera-dirigida-por-uma-mulher-imp-,952620>>. Acesso em: out. 2019.
- SAMPAIO, Claudio Augusto Machado. *Saudação da Universidade Federal de São Paulo em Nome da Congregação da Escola Paulista de Medicina*. Documento datilografado. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp, CEHFI, Pasta 68.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. “A Educação Jurídica e a Crise Brasileira”. *Cadernos fgv Direito Rio*. Rio de Janeiro, vol. 3, fev. 2009, pp. 9-38.
- SANGLARD, Gisele. *Entre os Salões e o Laboratório – Guilherme Guinle, a Saúde e a Ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. 3. ed., São Paulo, Cortez, 2011.
- SANTOS, G. M. & BATISTA, S. H. S. S. “Monitoria Acadêmica na Formação em/para a Saúde: Desafios e Possibilidades no Âmbito de um Currículo Interprofissional em Saúde”. *abcs Health Sciences*, vol. 40, n. 3, 2015, pp. 203-207.

- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo, Edusp, 2012.
- ..... *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel, 1993.
- SANTOS JR., Jaime F. “A Universidade Invisível: A Criação e a ‘dissolução’ da UFSP (1950-1968)”. In: NEMI, Ana. *epm/spdm: Histórias de Gente, Ensino e Atendimento à Saúde*. São Paulo, FapUnifesp, 2012, pp. 93-180.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (MUNICÍPIO). Lei n. 7.336, de 14 de junho de 2007. Disponível em: <<https://camara-municipal-de-sao-jose-dos-campos.jusbrasil.com.br/legislacao/706873/lei-7336-07>>. Acesso em: 22 out. 2020.
- SÃO PAULO (ESTADO), SEE (SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO). *Ata da 1ª Reunião Ordinária do Fepad-sp*, Constituição do Fórum Permanente de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no Estado de São Paulo, 14 ago. 2009.
- SARAMAGO, José. *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Alfragide, Editorial Caminho, 1980.
- SCHEIBE, Leda. “Formação de Professores no Brasil. a Herança Histórica”. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, vol. 2, n. 2-3, jan.-dez. 2008, pp. 41-53.
- SCHEPPELE, Kim L. “Autocratic Legalism”. *University of Chicago Law Review*, n. 85, 2018, pp. 545-583.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As Teorias da Universidade Brasileira*, 1984. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/teorias.htm>>. Acesso em: nov. 2019.
- SCOTT, C. E. *et al.* “Impact on Short-lived Climate Forcers Increases Projected Warming Due to Deforestation”. *Nature Communications*, vol. 9, n. 1, 2018.
- SILVA, D. *et al.* (orgs.). *(Con)Viver a Educação: Relatos de Práticas Cotidianas no Núcleo de Educação Infantil Paulistinha*. Curitiba, Appris, 2019.
- SILVA, J. S. & CASTRO, M. D. A. “Políticas de Expansão para o Ensino Superior no Contexto do Reuni: A Implementação do Programa na UFRN”. *Revista Holos*, ano 30, vol. 6, 2014.
- SILVA, M. L. O. E. *et al.* “Por uma Universidade Aberta à Participação do Idoso”. *Serviço Social & Saúde*, vol. 14, 2015, pp. 27-38.
- SILVA, Márcia Regina Barros da. *Estratégias da Ciência: A História da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*. Bragança Paulista, Edusf, 2003.
- .....; FERLA, Luis & GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. “Uma ‘Biblioteca sem Paredes’: História da Criação da Bireme”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, 2006.
- SIMPSON, A. J. *et al.* “The Genome Sequence of the Plant Pathogen *Xylella Fastidiosa*. The *Xylella Fastidiosa* Consortium of the Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis”. *Nature*, vol. 406, n. 6.792, 2000, pp. 151-159.
- SOUTO, T. S. *et al.* “A Educação Interprofissional na Formação em Psicologia: Olhares de Estudantes”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 34, n. 1, 2014, pp. 32-45.
- SOUZA, Luciana Rosa & VASCONCELOS, Elisa Paula. “Emancipação da Pobreza: Um Estudo dos Principais Motivos que Explicam os Cancelamentos do Programa Bolsa Família entre 2008-2014, no Município de Osasco/SP”. *Revista Debate Econômico (rede)*, vol. 5, n. 1, jan.-jun. 2017.
- SPDM (SOCIEDADE PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA). *Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina*. São Paulo, 21 jun. 1960.

- Arquivo SPDM.
- ..... *Estatutos da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina*. 1960, fl. 01. Arquivo SPDM.
- TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que Resta da Ditadura: A Exceção Brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- TEUBNER, Gunther (org.). *Constitutional Fragments: Societal Constitutionalism and Globalization*. Oxford, Oxford University Press, 2012.
- ..... *Juridification of Social Spheres. A Comparative Analysis in the Areas of Labor, Corporate, Antitrust and Social Welfare Law*. Berlim/Boston, De Gruyter, 2012.
- THE (TIMES HIGHER EDUCATION). “Latin America University Rankings”. *Times Higher Education*. Londres, 2019.
- ..... “University Impact Rankings”. *Times Higher Education*. Londres, 2019.
- ..... “World University Rankings”. *Times Higher Education*. Londres, 2018.
- UCHOA-FIGUEIREDO, L. R. et al. (orgs.). *Percursos Interprofissionais: Formação em Serviço no Programa Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde*. Porto Alegre, Rede Unida, 2016 (Série Vivências em Educação na Saúde).
- UFRJ/CFCH (CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS/UFRJ). *Relatório de Gestão 2006-2010/2010-2014*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/relatorio-gestao-escola-educacao-infantil>>. Acesso em: dez. 2019.
- UNGER, R. M. “Uma Nova Faculdade de Direito no Brasil”. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 243, 2006, pp. 113-131.
- UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA). “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998”. In: *Conferência Mundial sobre Educação Superior*, Paris, 9 out. 1998.
- UNIFESP. “Maré de Ciência: Conscientização e Divulgação Científica”. *Notícias*, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/3772-programa-mare-de-ciencia-promove-acao-de-conscientizacao-e-divulgacao-cientifica-no-dia-mundial-da-agua>>. Acesso em: 21 out. 2020.
- ..... “Conheça o Projeto de Extensão de Atualização em Redução de Danos”. *Notícias*, 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/san7/todas-noticias/1548-projeto-de-extensao-de-atualizacao-em-reducao-de-danos>>. Acesso em: 21 out. 2020.
- ..... *Projeto Pedagógico do Curso de Direito*, 2019.
- ..... *Proposta de Curso Novo: Pós-Graduação em Direito*, 2019.
- ..... “Vida nas Ruas na Cidade de Santos: o Que Eu Tenho a Ver com Isso?”. Dez. 2018. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/eventos-antiores-dci/item/3639-vida-nas-ruas-na-cidade-de-santos-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso>>. Acesso em: 21 out. 2020.
- ..... “Unifesp e Ministério Público Federal Assinam Acordo de Cooperação Técnica e Científica”. *Boletim (On-line)*, 19 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/boletins-antiores/item/3341-unifesp-e-ministerio-publico-federal-assinam-acordo-de-cooperacao-tecnica-e-cientifica>>. Acesso em: jan. 2020.

- . *Relatório de Gestão*. São Paulo, 2018. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/publicacoes/publicacoes/relatorios/file/1598-relatorio-gestao-unifesp-2018-tcu>>. Acesso em: jan. 2020.
- . *Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes na Universidade Federal de São Paulo*, 2017. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/reitoria/prae/institucional/prae/comissoes/cepeg/documentos/perfil-geral>>. Acesso em: jan. 2020.
- . *Plano de Desenvolvimento Institucional*. São Paulo, 2017. Disponível em: <[www.unifesp.br](http://www.unifesp.br)>. Acesso em: jan. 2020.
- . Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Implantação do Curso de Direito da Unifesp. Várias datas.
- . Atas das Reuniões Ordinárias do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Unifesp. Várias datas.
- . *Ata da Oitava Reunião Ordinária do Conselho da Pró-reitoria de Gestão com Pessoas (Conpessoas) da Universidade Federal de São Paulo*, realizada em 22 de agosto de 2016.
- . Resolução n. 125, de 8 de junho de 2016. São Paulo, 2016. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/images/docs/consu/resolucoes/resolucao125.pdf>>. Acesso em: out. 2019.
- . *Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)*. São Paulo, 2016. Disponível em:  
<[https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/images/Documentos\\_PROPLAN/Documentos\\_PDI/PDI\\_2016\\_2020/Versao\\_Aprovada\\_consue/PDI\\_Unifesp\\_vs\\_09112017.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/images/Documentos_PROPLAN/Documentos_PDI/PDI_2016_2020/Versao_Aprovada_consue/PDI_Unifesp_vs_09112017.pdf)>. Acesso em: out. 2019.
- . Atas das Reuniões Ordinárias da Comissão para Implantação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito da Unifesp. Várias datas.
- . *Manual de Fiscalização de Contratos da Unifesp*. 2015. Disponível em:  
<[https://www.unifesp.br/reitoria/etagea/images/camara\\_tecnica\\_contratos/manual\\_fiscalizacao/mf\\_unifesp.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/etagea/images/camara_tecnica_contratos/manual_fiscalizacao/mf_unifesp.pdf)>. Acesso em: out. 2019.
- . Portaria n. 2.602, de 4 de agosto de 2014.
- . *Regimento Interno da ProGrad/Unifesp*, São Paulo, 2014.
- . Edital n. 1.102, de 21 de novembro de 2013.
- . Portaria da Reitoria/Unifesp n. 1.125, de 29 de abril de 2013. São Paulo, 2013. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/119-outras?download=537:portaria-unifesp-n-1125-de-29-de-abril-de-2013>>. Acesso em: fev. 2020.
- . *Ata da Reunião do Conselho de Administração da Unifesp*, realizada em 31 de outubro de 2012.
- . *Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2015)*. São Paulo, 2011. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/83-documentos-pdi/83-pdi-2011-2015>>. Acesso em: fev. 2020.
- . *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras – Licenciatura*, 2010.
- . *Projeto Pedagógico Institucional (ppi)*. São Paulo, 2006. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/ppi>>. Acesso em: fev. 2020.
- . *Plano de Desenvolvimento Institucional (2005-2010)*. São Paulo, 2005. Disponível em:  
<<https://www.unifesp.br/images/docs/pdi-2005-2010.pdf>>. Acesso em: set. 2019.
- . *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina: 70 Anos*. São Paulo, Unifesp, 2003.

- ..... *Relatório da Comissão de Ensino e Pesquisa da epm, de 26 de novembro de 1975*. São Paulo, 1975. Arquivo Histórico da EPM/Unifesp, CEHFI, Pasta 115.
- UNIFESP, *Campus BAIXADA SANTISTA*. CEAC (Câmara de Extensão e Cultura). Santos, 2018. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/campus/san7/extensao/projetos-e-programas>>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Plano Diretor de Infraestrutura do Campus Baixada Santista*. Santos, 2016. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/pdinfra/pdinfra-titulo/campus-baixada-santista/file/1223-snt-i-diagnostico>>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Baixada Santista*. Santos, 2015.
- ..... “A Educação Interprofissional na Formação em Saúde: a Competência para o Trabalho em Equipe e para a Integralidade no Cuidado”. In: *Projeto Político Pedagógico*. Santos, 2006.
- UNIFESP, *Campus DIADEMA*. *Projeto de Implantação de Curso de Licenciatura em Ciências no Campus da Unifesp*. Mimeo, Diadema, 2008.
- UNIFESP, *Campus GUARULHOS*. *Projeto “Pimenta nos Olhos”*. Disponível em: <<https://visurb-unifesp.wixsite.com/visurb-unifesp/pimentas-nos-olhos>>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Projeto “Pimentalab: Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento”*. Disponível em: <<https://pimentalab.milharal.org/extensao/>>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Regimento da Câmara de Graduação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, 2016.
- ..... *Proposta Curricular. Cursos de Graduação em Filosofia, Ciências Sociais, História e Pedagogia*. Mimeo, Guarulhos, 2006.
- UNIFESP, *Campus OSASCO*. *Projeto Pedagógico do Programa de Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento*. Osasco, 2014. Disponível em: <[https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/APCN\\_Eco\\_PPED\\_21\\_06\\_14.pdf&gt](https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/APCN_Eco_PPED_21_06_14.pdf&gt)>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Ata da Reunião Ordinária da Congregação do Campus Osasco*, 6 set. 2013.
- ..... *Projeto Pedagógico da Graduação Campus Osasco*. Osasco, 2011. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/campus/osa2/institucional-principal/eppen/a-eppen>>. Acesso em: jan. 2020.
- UNIFESP, COMISSÃO ELEITORAL. *Eleições Gerais para Representantes dos Órgãos Colegiados da Unifesp 2017*. São Paulo, 9 ago. 2017.
- UNIFESP, CONSU (CONSELHO UNIVERSITÁRIO). *Ata da Reunião do Conselho Universitário, realizada em 8 de julho de 2015*.
- ..... Resolução n. 102, de 11 de junho de 2014. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/images/docs/consu/resolucoes/resolucao102.pdf>>. Acesso em dez. 2019.
- ..... *Ata da Reunião do Conselho Universitário, realizada em 13 de maio de 2009*.
- ..... *Ata Consu 17-10-2007*. São Paulo, 2007, Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- ..... *Ata Consu 11-11-2006*. São Paulo, 2006, Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- ..... *Ata Consu 12-7-2006*. São Paulo, 2006, Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- ..... *Ata Consu 14-12-2005*. São Paulo, 2005, Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- ..... Resolução n. 26 do Consu, 13 abr. 2005. Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- ..... *Atas do Consu/Unifesp*. São Paulo, 6 nov. 1996, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

- UNIFESP, DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. *Apuração Final – Eleição para Reitor e Vice-reitor, Mandato 2013-2017*. São Paulo, 17 out. 2012.
- UNIFESP, EPM (ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA). *Atas da Congregação da epm, Livro 3*. São Paulo, 27 jun. 1950, Arquivo da Reitoria da Unifesp.
- “UNIFESP Inaugura Campus em Osasco e Santo Amaro”. *Reuni*. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/960-unifesp-inaugura-campus-em-osasco-e-santo-amaro>>. Acesso em: set. 2019.
- UNIFESP/NEI-PAULISTINHA. *Práticas Pedagógicas na Educação Infantil do nei-Paulistinha*. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/paulistinha/images/Geral/Pr%C3%A1ticas%20pedag%C3%B3gicas%20na%20EI%20do%20NEI%20final.pdf>>. Acesso em: fev. 2020.
- ..... *Projeto Político-Pedagógico: Concepções da Escola da Infância*. São Paulo, 2019, vol. 1. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/paulistinha/78-institucional#>>. Acesso em: fev. 2020.
- UNIFESP, PROEC (PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA). *Política de Observatórios*. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proex/curricularizacao/documentos>>. Acesso em: jan. 2020.
- ..... *Plano de Cultura*. São Paulo, 2018. Disponível em: <[https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/Cultura/Plano\\_Cultura\\_UNIFESP2018\\_v4-redux.compressed.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/Cultura/Plano_Cultura_UNIFESP2018_v4-redux.compressed.pdf)>. Acesso em: fev. 2020.
- ..... *Curricularização da Extensão Universitária*. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proex/curricularizacao/documentos>>. Acesso em: jan. 2020.
- UNIFESP, PROGRAD (PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO). *Projetos Pedagógicos de Curso*. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/cursos/projetos-pedagogicos>>. Acesso em: fev. 2020.
- ..... Portaria n. 2 da Pró-reitoria de Graduação, de 19 de maio de 2017
- ..... Portaria da Pró-reitoria de Graduação da Unifesp n. 11, de 23 de novembro de 2015
- ..... *Análise do Coeficiente de Rendimento dos Estudantes da Unifesp*. 2013. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/informacoes-institucionais/graduacao-em-numeros>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- UNIFESP, PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Revista Entreteses*, São Paulo, n. 9, 2017.
- UNIFESP & SPDM (Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina). *Acordo de Cooperação Celebrado entre a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (spdm) para a Utilização Conjunta do Hospital Universitário da Unifesp*. 2020.
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. *Manifiesto Liminar: Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba, 1918*. Disponível em: <<https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>>. Acesso em: set. 2019.
- VAN GERWEN, M. A. G. *et al.* “Molecular Study of Thyroid Cancer in World Trade Center Responders”. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, vol. 16, n. 9, 2019.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 Anos de Ensino Jurídico no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1977.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato: Uma Proposta de Estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo, Hucitec, 1997.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso, 2015.

## Narrativas

BMHV. Projeto 75×75. Narrativa de Catharina Brandi. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/21-catharina-maria-wilma-brandi>>.

Acesso em: fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Éesper Abrão Cavalheiro. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/33-esper-abrao-cavalheiro>>. Acesso em:

fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Manuel Lopes dos Santos. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/52-manuel-lopes-dos-santos>>. Acesso

em: fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Nader Wafae. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/59-nader-wafae>>. Acesso em: fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Raymundo Manno Vieira. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/66-raymundo-manno-vieira>>. Acesso

em: fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Regina Celes de Rosa Stella. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/67-regina-celes-de-rosa-stella>>. Acesso

em: fev. 2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Ricardo Luiz Smith. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/70-ricardo-luiz-smith>>. Acesso em: fev.

2020.

----- Projeto 75×75. Narrativa de Therezinha Paiva. Disponível em:

<<https://cehfi.unifesp.br/bmhv/historias-de-vida/category/78-therezinha-bandiera-paiva>>. Acesso

em: fev. 2020.



## LINHA DO TEMPO

1994

Criação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)



1997

Primeiro curso da Unifesp Virtual

2000

Criação do Laboratório de Educação a Distância do Departamento de Informática em Saúde (LED/DIS)  
Inauguração da Biblioteca Central da Unifesp

1999

Início do funcionamento da Universidade Aberta da Terceira Idade (Uati)



2001

Formação da 1ª turma de auxiliares de enfermagem (Indígenas)



2002

Criação do Núcleo de Propriedade Intelectual da Unifesp



2004



Início das políticas afirmativas  
Implantação do *Campus*  
Baixada Santista

2005

Criação da Fundação de Apoio à  
Universidade Federal de São Paulo  
(FapUnifesp)



2007

Criação da Ouvidoria da Unifesp

Inauguração do Edifício de Pesquisa II  
(Edifício Prof. Dr. Nestor Schor)



Implantação do *Campus* Guarulhos



Implantação do *Campus* Diadema



Implantação do *Campus* São José  
dos Campos



2008

Criação da Editora (FapUnifesp)



2010

Criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) e início da implantação do Bairro Universitário na Vila Clementino

Criação do *Campus Avançado* de Extensão – Unidade de Embu das Artes



Inauguração do novo prédio da Unidade Talim do *Campus* São José dos Campos



2011

Inauguração do prédio da Reitoria



Criação da Unidade Avançada de Extensão Universitária Santo Amaro



Inauguração do *Campus* Osasco



Criação da Secretaria de Educação a Distância (SEAD)



Criação da Secretaria de Relações Internacionais (SRI)



2012

Inauguração do novo prédio do Hemocentro



Entrega do Edifício Central do Campus Baixada Santista



2013

Criação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML)



2014

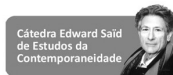
Inauguração da unidade do Campus São José dos Campos no Parque Tecnológico



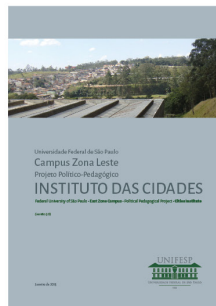
Criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Caaf) e do Grupo de Trabalho Perus (GTP)



Inauguração das Cátedras Sérgio Vieira de Mello e Edward Saïd



Aprovação do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades – Campus Zona Leste



2015

1º Congresso Acadêmico Unifesp



Criação do Memorial Digital do Refugiado (MemoRef)



2016

Inauguração do primeiro edifício do Polo de Extensão e Cultura do *Campus Zona Leste*



Inauguração do novo Edifício Acadêmico do *Campus Guarulhos*



Criação da Cátedra Kaapora



2017

Criação do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina – Núcleo Trans Unifesp



Criação do 1º curso de graduação a distância: Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional (TEDE)

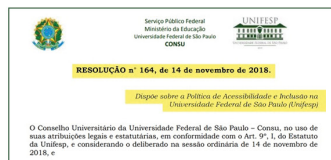


## 2018

Entrega da primeira fase do Hospital Universitário 2 (HU2)



Aprovação da Política de Acessibilidade e Inclusão



Grupo de Trabalho Perus (GTP) identifica restos mortais de militantes políticos



Unifesp assume gestão acadêmico-assistencial do CAISM



## 2019

Criação do Conselho Estratégico Universidade-Sociedade (Ceus)



Curso de Geografia da Unifesp



Criação do Instituto de Estudos Avançados e Convergentes (Ieac)

## FOTOGRAFIAS







Campus Diadema



Campus Guarulhos



Campus Osasco



Campus São José dos Campos



Campus São Paulo



Campus Zona Leste



DIRETORA	Cynthia Andersen Sarti
CHEFE ADMINISTRATIVO E COMERCIAL	Francisco Santos
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA E EDITORIAL	Caroline Saraiva
ANALISTA DE E-COMMERCE E MARKETING DIGITAL	Marcus Lamagna

CONSULTORIA	JCastilho Gestão & Projetos
PLANEJAMENTO E GESTÃO	José Castilho Marques Neto
FEIRAS E EVENTOS	Willian Saragoça

TÍTULO	<i>Unifesp 25 Anos: Histórias e Reflexões</i>
ORGANIZADORES	Ana Nemi Dante Gallian Maria Angélica Pedra Minhoto
PRODUÇÃO EDITORIAL	Kato Editorial
CAPA	Guilherme Augusto Crusco de Toledo
FOTO DA CAPA	Jade dos Reis Colpani
FOTOGRAFIAS	Alex Reipert
FORMATO	23 X 30 cm
TIPOLOGIA	Newzald 13 / 18 pt
PAPEL	Avena 80 g/m <sup>2</sup> e Couché fosco 90 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
NÚMERO DE PÁGINAS	432
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	psi7



AS COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO foram um importante momento de fortalecimento e publicização das ações em ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos seus sete *campi*, mas, acima de tudo, foram um momento de busca de raízes e projeções de futuros. Desde a primeira tentativa da então Escola Paulista de Medicina em edificar a primeira Universidade Federal de São Paulo, então chamada de UFSP e abortada pelo golpe de 1964, até a efetiva construção da Unifesp em 1994, muitas trajetórias e possibilidades que se articulam com as trilhas do ensino e da saúde públicas no Brasil. O processo de expansão da Unifesp, iniciado ainda em 2004, traria ainda novos atores e espaços para o cenário: professores, alunos e técnicos, cujas histórias passadas se imbricariam com aquelas da comunidade que aceitava o desafio do crescimento, e que se enraizariam em diferentes *campi*, com diferentes linguagens de produção do saber e diversas metodologias científicas e modalidades interpretativas. Esse livro pretende contar essas histórias, enfrentando o desafio de explicitar nossa pluralidade, fato que para nós potencializa nossa relação com a sociedade civil e nossas possibilidades de oferecermos respostas para as demandas sociais com as quais convivemos. Parafraseando Antonio Machado, são histórias de caminhos que vêm sendo feitos enquanto se caminha, e para os quais não vislumbramos um final, mas um constante dever em defesa da universidade pública, da ciência e da diversidade de saberes.

